
projeto **HISTÓRIA** 36

**nacionalismo, internacionalismo
e ideologias**

Nº 36
Janeiro/Junho/08

**REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PUC-SP

educ

ISSN 0102-4442

Projeto História	São Paulo	Nº 36	p. 1 - 449	Junho/08
------------------	-----------	-------	------------	----------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri / PUC-SP

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - - São Paulo : EDUC, 1981-

Periodicidade: anual até 1997.
semestral a partir de 1997.

ISSN 0102-4442

1. História - Periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Projeto História propõe-se a levantar problemas historiográficos a partir de temáticas interdisciplinares

CDD 19.905

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Marcia Mansor D'Alessio

Chefe do Departamento de História

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Projeto História

Editores

Antonio Rago Filho

Vera Lúcia Vieira

Conselho Editorial

Adilson José Gonçalves

Afrânio Garcia (EHESS/Paris)

Alessandro Portelli (La Sapienza/Roma)

Antonio Rago Filho

Cliff Welch (GVSU/Michigan)

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Estefânia Canguçu Knotz Fraga

Fernando Torres-Londoño

Hermetes Reis de Araújo (UFU)

Idellete Muzart (Paris X, Nanterre)

Jean Hebrard (EHESS/Paris)

Jerusa Pires Ferreira

Márcia Mansor D'Aléssio

Maria Odila da Silva Dias

Marcos Antonio da Silva (USP)

Marion Aubrée (EHESS/Paris)

Vera Lúcia Vieira

Yvone Dias Avelno

Conselho Consultivo

Angelo Del Vecchio (Unesp)

Antonio Paulo Resende (UFPE)

Beatriz Carolina Crisório (UBA/Argentina)

Christian Castillo (UBA/Argentina)

Elias Thomé Saliba (USP)

Fernando Faria (UFF)

Hernán Veregas Delgado (UH/Cuba)

Irma Aurélio Antognazzi (UNR/Argentina)

Janaina Amado (UnB)

João José Reis (UFBA)

José Carlos Barreira (Unesp/Assis)

Margarida Souza Neves (PUC-RJ)

Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp)

Pablo F. Luna (Sorbonne/Paris)

Silvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)

Editora da PUC-SP

Direção

Miguel Wady Chaia

Coordenação Editorial

Sonia Montone

Revisão

Sonia Rangel

Revisão de Texto em Inglês

Ricardo Iannuzzi

Editoração Eletrônica

Aline de Vasconcelo Silva e Rodrigo Pereira

Chagas

Capa

Gravura: *José Clemente Orozco, La Trinchera, 1926, México.*

Arte: *Antonio Rago Filho e Rodrigo P. Chagas*

educ Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 971, sala 38CA

05014-001 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (55) (11) 3670-8085

E-mail: educ@pucsp.br

www.pucsp.br/educ



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

TRADUÇÃO

A GUERRA ANGLO-FRANCESA CONTRA A RÚSSIA 19
The Anglo-French war against Russia
Karl Marx

ARTIGOS

**LA TIERRA. EL DISCURSO DE LA FEDERACIÓN AGRARIA SOBRE LA
REVOLUCIÓN MEXICANA** 23
*The land. The discourse of the Agrarian Federation about the Mexican
Revolution.*
Gustavo Guevara e Adriana Pons

**NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO EN LA ARGENTINA DURANTE
LA GRAN GUERRA** 49
Nationalism and internationalism in Argentina during the Great War
María Inés Tato

UNA INTERPRETACIÓN DE LA CRISIS ACTUAL. EL CAPITALISMO AVANZA HACIA UNA NUEVA GRAN CRISIS MUNDIAL.....	63
<i>An interpretation of the present- days crisis. Capitalism advances toward a worldwide huge crisis</i>	
Roberto López Sánchez	
BIPOLARIDAD, AUTODETERMINACIÓN Y OPOSICIÓN AL INTERVENCIONISMO: GRANADA FRENTE A LA SEGUNDA GUERRA FRÍA (1979-1983)	85
<i>Bipolarity, Self-determination and opposition to Interventionism. Grenada in face of the Second Cold War (1979-1983)</i>	
Carlos Federico Domínguez Avila	
BRIZOLA EM PANFLETO – AS IDÉIAS DE LEONEL BRIZOLA NOS ÚLTIMOS DIAS DO GOVERNO DE JOÃO GOULART.....	103
<i>Brizola in Pamphlet – Leonel Brizola’s ideas in the last days of João Goulart’s government</i>	
Jorge Ferreira	
AS CONTRIBUIÇÕES DE JUSCELINO KUBITSCHEK E GILBERTO FREYRE AO COLONIALISMO PORTUGUÊS	123
<i>The contributions from Juscelino Kubitschek and Gilberto Freyre to the Portuguese colonialism</i>	
Waldir José Rampinelli	
1938-2008: SETENTA ANOS DA FUNDAÇÃO DA IV INTERNACIONAL. EM DEFESA DE LEON TROTSKY	145
<i>1938-2008: Seventy years of the IV International Foundation. In defense of Leon Trotsky</i>	
Osvaldo Coggiola	
MÉXICO 1968: O MASSACRE DE TLATELOLCO E A UNIVERSIDADE LATINOAMERICANA	185
<i>Mexico, 1968: the Tlatelolco massacre and the Latin-American university</i>	
Everaldo de Oliveira Andrade	
ENTRE A TRADIÇÃO E O ENGAJAMENTO: ATAHUALPA YUANQUI E A CANÇÃO FOLCLÓRICA NOS TEMPOS DE PERÓN	197
<i>Between the tradition and engagement: Atahualpa Yupanqui and folk song in times of Peron</i>	
Tânia da Costa Garcia	

A INTERNACIONAL: SENTIDOS DISSONANTES NO HINO DOS TRABALHADORES DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA	211
<i>The international: dissonant senses in the workers' hymn during the Spanish Civil War</i>	
Rafael Rosa Hagemeyer	
A OBRA VIOLONÍSTICA DE AMÉRICO JACOMINO, O CANHOTO (1889-1928), E OS ESPETÁCULOS DE VARIEDADES NA CIDADE DE SÃO PAULO	232
<i>The works of guitar player Américo Jacomino, the Left-handed (1889-1928), and the variety shows in São Paulo city</i>	
Sérgio Estephan	
RIO GRANDE DO SUL NA COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, 1922: ENTRE O CORPO DA REGIÃO E O CORPO DA NAÇÃO	253
<i>Rio Grande do Sul during the celebration of Brazilian Independence First Centennial, 1922: between the body of the region and the body of the nation</i>	
Gerson Galo Ledezma Meneses	
O FUTEBOL NO BRASIL COMO SINÔNIMO DE ÊXITO NACIONAL? AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA NAÇÃO NA OBRA DE NELSON RODRIGUES DOS ANOS 1950	269
<i>The football in Brazil as a synonym for national success? The literary representations of the nation in the work of Nelson Rodrigues from the 1950`s</i>	
Alexandre Pianelli Godoy	
DATAS COMEMORATIVAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ATRAVÉS DA IMPRENSA: LUTAS DE REPRESENTAÇÕES ENTRE A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA E A DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO/RS	293
<i>Commemorative dates and the building-up of identities through the press: struggles in the representations of the Brazilian national identity and the Novo Hamburgo/RS city's identity</i>	
Alessander Kerber, Claudia Schemes e Paula Puhl	
RETORNO AO RECALCADO: O NACIONALISMO NA CULTURA BRASILEIRA	313
<i>A return to the repressed: Nationalism in the Brazilian culture</i>	
Gilberto Felisberto Vasconcellos	

PESQUISAS

O ESTRANGEIRO E A METRÓPOLE: LOCAL E UNIVERSAL NO CINEMA DE WALTER HUGO KHOURI 327

The stranger and the metropolis: local and universal in cinema of Walter Hugo Khouri

Jaison Castro Silva

COLÔNIA RIOGRANDENSE: TERRITÓRIO DE LUTAS NA CONSTRUÇÃO DE UM SONHO: CULTURA, TRABALHO E MEMÓRIA (1922-2003)..... 341

Riograndense colony: struggle territory for a dream's building: culture, work and memory (1922-2003)

Lídia Baumgarten Braun

O AVESSO DO AVESSO DO “SR. PROGRESSO”: RINDO DAS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE 353

The opposite side of “Mr. Progress”: laughing about the contradictions of the modernity

Sandra Maret Scovenna

DEFENDENDO A PÁTRIA PARA DEFENDER AS IDÉIAS: NARRATIVAS E CRIAÇÃO DE SENTIDOS NA IMPRENSA CEARENSE DURANTE A “GUERRA DO PARAGUAI” (1865-1870) 365

To defend native country for to defend ideas: Reports and sense creation in Ceará Press during “Paraguay War” (1865-1870)

Maria Regina Santos de Souza

100 ANOS DE CARETA: O JECA A IDENTIDADE NACIONAL NAS CHARGES 377

100 years of caretta: the Jeca and the national identity in charges

Márcio Malta

CIDADES IMAGINÁRIAS DA AMÉRICA (DES)ENCANTADA: PALIMPSESTO DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO 387

Imaginary Cities of America Dis/enchanted: palimpsest of memory and oblivion

Adriana Gianvecchio

O IDEAL DE NAÇÃO DE GRIFFITH NO FILME O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO..... 397

Griffith's ideal of nation in “the birth of a nation”

Aline Campos Paiva Moço

ALGUMAS NOTAS SOBRE O NACIONALISMO BRASILEIRO NA GRANDE IMPRENSA AMERICANA TIME MAGAZINE E NEW YORK TIMES: 1960-1964.....	405
<i>Some notes about the brazilian nationalism in the great american press time magazine e new york times: 1960-1964</i>	
Eduardo Silva Alves	
PANAMERICANISMO E DIFERENÇAS IDENTITÁRIAS: REVISITANDO ORSON WELLES E CARMEN MIRANDA.....	413
<i>Pan-americanism and identity differences: revisiting Orson Welles and Carmen Miranda</i>	
Flávia de Sá Pedreira	
RUÍDO NO SISTEMA: O NATURALISMO, O NACIONAL, O POPULAR E O MODERNO NAS TELENÓVELAS DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO (1969-1980)	421
<i>Noise in the system: the naturalism, the national, the popular and the modern on soap operas of the rede globo de televisão (1969-1980)</i>	
Mauricio Tintori Piqueira	
 RESENHAS	
UM FIM DAS FILOSOFIAS DA HISTÓRIA?	429
Diogo da Silva Roiz	
Livro: MANOEL, Ivan Aparecido. <i>O pêndulo da História</i> . Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960). Maringá, Eduem, 2004.	
O ENCONTRO DA REVOLUÇÃO COM A HISTÓRIA.....	435
Murilo Leal Pereira Neto	
Livro: ARCARY, Valério. <i>O encontro da Revolução com a História;</i> socialismo como projeto na tradição marxista. São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, Xamã, 2006.	
EXPLICANDO CHÁVEZ	441
Rita Casaro	
Livro: MARINGONI, Gilberto. <i>A Venezuela que se inventa – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez</i> . São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.	

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	445
FORMULÁRIO PARA ASSINATURA E AQUISIÇÃO DE NÚMEROS AVULSOS	447
PRÓXIMOS NÚMEROS	449

APRESENTAÇÃO

O conjunto de traduções, artigos e notícias de pesquisa que aqui se encontram dispostos nesse novo número da *Projeto História*, apresentam um leque bastante variado, plural e com temporalidades distintas acerca da natureza histórica das ideologias, formas específicas do nacionalismo e do internacionalismo. O leitor encontrará em nossas páginas temas complexos que investigam as tradições culturais, as personagens históricas, os protagonistas históricos, grupos sociais e frações de classe que se empenharam na defesa e consolidação dessas ideologias. Da relação entre nacionalismo e internacionalismo na Argentina dos tempos da primeira guerra mundial ao massacre dos estudantes em Tlatelolco, no México no emblemático ano de 1968, das canções folclóricas de Atahualpa Yupanqui apropriada pelo peronismo aos sentidos dissonantes do hino dos trabalhadores “A Internacional” na guerra civil espanhola, do papel do futebol brasileiro na pena de Nelson Rodrigues às posições nacionalistas de Leonel Brizola, nos episódios que antecedem a instauração de golpe de estado de 1964, expressas no periódico *O Panfleto – o jornal do homem da rua*. Pesquisas que desnudam as tradições culturais, formas específicas do nacionalismo e sua bargagem pela força da ideologia neoliberal e a mundialização do capital.

Desde os processos revolucionários desencadeados no século XVIII, a burguesia francesa introjetou a concepção das “fronteiras nacionais”, almejando vingar suas concepções e diretrizes contra o ordenamento societal do “Antigo regime”. Todavia, é sabido que se o iluminismo elaborou uma visão do mundo que preparava o processo revolucionário, após os intentos dos trabalhadores nas revoluções de 1848, a contra-revolução desenvolveu medidas corretivas e preventivas para a manutenção da ordem que, no plano filosófico, cristaliza o positivismo.

A ideologia não se reduz a mera “falsa consciência”, mas numa sociedade classista se manifesta como consciência ontoprática que nasce dos embates e conflitos sociais. Os nacionalismos buscaram coesão e harmonização de interesses antagônicos a fim de manter o controle do metabolismo social. Ao discutir a ideologia nacionalista, Ernest Gellner enfatizou a função manipuladora da realidade que ela opera, em especial por sua fabricação de mitos e ilusões sociais, seja por se apresentar como defensora da cultura popular ou

mesmo se apoiar num passado idilicizado. “A Alemanha pré-nacionalista estava formada por uma multiplicidade de comunidades autênticas, muitas delas rurais. A Alemanha pós-nacionalista unificada foi uma sociedade de massas e preponderantemente industrial”.¹

O historiador Eric J. Hobsbawm advertiu que não devemos considerar a *nação* como uma forma social originária ou imutável. “A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (...) Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem, antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas o oposto.”²

Uma das perspectivas que se tornaram mais disseminada e não menos polêmica no mundo acadêmico encontra-se nas concepções de Benedict Anderson na obra intitulada *Comunidades Imaginadas*³. Numa perspectiva antropológica, tentando esclarecer as raízes históricas do nacionalismo, Anderson propõe uma definição de nação como o próprio *estilo* como ela é imaginada, “uma comunidade política *imaginada* – e imaginada como sendo intrinsecamente *limitada* e, ao mesmo tempo, *soberana*”. Porquanto, “Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui *fronteiras finitas*, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua nação, como por exemplo na época em que os cristãos podiam sonhar com um planeta totalmente cristão”.⁴ Germinada na época do iluminismo, soterrando a legitimidade do reino hierárquico de conformação divina, como sustenta Anderson, na nação soberana imaginada “a garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano”.

Arquiteta-se uma *comunidade imaginada*, porque “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nesses dois últimos séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas”.⁵

Este tipo de análise, todavia, desconsidera as determinações histórico-concretas das formações nacionais na modernidade por conta da anatomia do sóciometabolismo do capital em seu processo de universalização. É uma conquista ontológica do desvendamento da lógica do capital que este em sua expansividade, em sua mundialização, se processa de forma desigual e combinada. Marx de posse da crítica histórico-imanente decifrou dentre singularidades societárias formas particulares do ser e ir sendo do capital. Por esta razão, ao diferenciar as determinações concretas da “miséria alemã” com relação à *classicidade*

do caso inglês e francês, o filósofo alemão apontou para as diferenças específicas da constituição nacional alemã no século dezenove, que desconheciam a revolução democrática e cujo êmulo de modernização era empuxado pelos *junkers*, a nobreza rural do norte germânico, que detendo o controle do poder estatal impingiu determinados traços prussianos que balizou uma transição pelo alto sem a radicalidade humanista e democrática que facetou as burguesias de via clássica.

As formações nacionais que se entificaram pela particularidade da via prussiana, assistiram aos enfrentamentos de categorias sociais que buscavam projetos alternativos na disputa por hegemonia. “E assim, como consequência da derrota da primeira onda revolucionária (da *Reforma* e da *guerra dos camponeses*), o mesmo se dá na Itália por outras razões, Alemanha se viu convertida num impotente conglomerado de pequenos Estados e, como tal, em objeto ou botim da política do mundo capitalista e da época nascente, das grandes monarquias absolutas”. Pois, como escreve Georg Lukács, “Os poderosos Estados nacionais (*Espanha, França, Inglaterra*), a dinastia dos Habsburgos na *Áustria*, de vez em quando, transitoriamente, algumas grandes potências incipientes como *Suécia* e, desde o século XVIII, a *Rússia* tsarista, dispõem a seu *próprio* capricho acerca dos destinos do povo alemão. E, como *Alemanha*, é objetivo da política destes países, e, ao mesmo tempo, um botim útil para eles, procuram (todos eles) manter o desmembramento nacional do país”.⁶

Lukács em seu livro *A Destruição da Razão* (1954) destrinçou a ideologia irracionalista que foi forjada nas margens da miséria alemã. Das representações ideológicas do segundo Schelling a Rosemberg, passando por Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche, Dilthey, Scheler, Heidegger e Jaspers, entre outros, examinando o darwinismo social, a medula rácica do nazismo, Lukács demonstra como o nacionalismo alemão se converte no “campeão das ideologias reacionárias”.

Recorde-se a glorificação do germanismo por Chamberlain, segundo o qual “o mais sagrado dos deveres é servir ao germanismo”. A afinidade desse ideólogo com a filosofia da vida, com o pangermanismo, revela-se por inteiro em sua concepção reacionária sobre a cultura *patológica* de sua época. Pois, “O que nela não é germânico é um *elemento patológico* (...) ou é mercadoria estrangeira que navega sob bandeira alemã e que seguirá navegando sob esse estandarte enquanto não levemos a pique esses barcos corsários”.⁷

A ideologia nazi-fascista foi uma ideologia nacional de mobilização para a guerra. Formou crenças e sentimentos que arregimentou parcelas da população alemã para uma empreitada de talhe imperialista. Tratava-se de fazer uma nova partilha do mundo já dividido entre as principais potências capitalistas. Daí a necessidade da guerra de rapina, guerra imperialista que mediada por uma ideologia nacionalista expansionista e agressiva

põe em marcha os famosos “soldados-artistas-propagandistas” do III Reich.

Não sem razão, o célebre escritor alemão Thomas Mann, num Discurso de 8 de novembro de 1945, propagado pela rádio BBC, explicando porque permaneceria distante de sua terra natal, numa atitude de profundo humanismo, sentenciou: “É melhor ficar aqui no exterior e se empenhar no auxílio à Europa, na salvação das crianças alemãs da morte pela fome, a lá empreender uma agitação atenuante que nunca se sabe se pode servir ao nacional-socialismo alemão. Pois *eu não sou nacionalista*, quer vocês me perdoem por isso ou não. Mas eu sofri tanto pelas nações que foram pisoteadas pela Alemanha quanto sofro vendo a miséria dos alemães e da Alemanha, e, no que se refere à minha permanência fora da Alemanha, o tempo que meu país me concedeu para isso não apenas me deu o costume resignado, mas também me ensinou a aceitar, com sinceridade, as determinações do destino. Esperei muito por uma volta para casa, mas reli justamente agora, em forma impressa, uma carta que enviei no início de 1941 a um amigo húngaro, e na qual se lê: ‘O exílio se tornou uma coisa totalmente diferente do que era antigamente. Não é mais um estado de espera orientado para a volta à pátria, mas já alude a uma dissolução das nações e a uma unificação do mundo. Faz tempo que tudo o que é nacional se tornou província’”.⁸

Lukács buscou por meio da crítica imanente, da determinação histórico-social das ideologias e sua função regressiva nos embates sociais, a historicidade da formação social e do nacionalismo alemão. Os alemães buscaram a sua unidade nacional por outro caminho, o caminho contrário, ingênito à particularidade histórica da via prussiana. Salientava que “Os grandes povos europeus se constituíram como nações em princípios da época moderna. Plasmaram sua unidade territorial como nações, sobrepondo-se à dispersão feudal. Nelas surgiu uma economia nacional única, que enquadrava a todo o povo e a uma cultura nacional única, em que pese a divisão de classes. No desenvolvimento da classe burguesa, em sua luta contra o feudalismo, vemos atuar a monarquia absoluta por todo lugar transitariamente, como órgão executivo desta unificação”.⁹

Entretanto, esse desenvolvimento específico não se separava da totalidade histórica que estava imerso, o desenvolvimento desigual e combinado do mundo europeu. Marx chamou a atenção para o fato de que a história alemã “orgulha-se de um desenvolvimento que nenhuma outra nação anteriormente realizou ou virá alguma vez a imitar no firmamento histórico. Participamos nas restaurações de nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados, primeiro, porque houve nações que ousaram fazer revoluções e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contra-revoluções; no primeiro caso, porque os nossos governantes tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram. Conduzidos pelos nossos pastores, só uma vez nos encontramos

na sociedade da liberdade, no *dia do seu funeral*".¹⁰ Recorde-se também que na precisa formulação marxiana, "Em política, os alemães *pensaram* o que outras nações *fizeram*. A Alemanha foi a sua consciência teórica. (...) Mas se a Alemanha acompanhou o desenvolvimento das nações modernas apenas através da atividade abstrata do pensamento, sem tomar parte ativa nas lutas reais deste desenvolvimento, experimentou também as dores deste desenvolvimento sem participar nos seus prazeres e parciais satisfações. (...) E um belo dia, os alemães encontrar-se-ão ao nível da decadência européia, antes de alguma vez ter atingido o nível da emancipação européia".¹¹

Recorde-se que a tradição cultural que foi apropriada e condensada pela ideologia nacional-socialista, o "modernismo reacionário" expressava um paradoxo cultural na modernidade alemã. Essa ideologia buscou conciliar idéias antimodernistas, românticas e irracionaisistas que vicejaram no nacionalismo alemão. A própria guerra nutriu a "revolução conservadora" com seu protesto contra o iluminismo, a apologia do irracionalismo, o culto romântico da violência com o culto da técnica. Muito distante, portanto, se posiciona das concepções de Adorno e Horkheimer, segundo os quais o surgimento do nazismo se deveu ao projeto iluminista levado à saturação. Jeffrey Herf Paradoxo cultural tão bem detectado por esse autor e sintetizado por Thomas Mann: "Embora eu os chame de modernistas reacionários estes pensadores se viam como revolucionários culturais que buscavam sepultar o materialismo no passado. Na opinião deles, materialismo e tecnologia não era de forma alguma idênticos. Thomas Mann captou a essência do modernismo reacionário quando escreveu: 'O aspecto verdadeiramente característico e perigoso do nacional-socialismo era a mescla que fazia de robusta modernidade com uma postura positiva rumo ao progresso associadas a sonhos do passado: um romantismo altamente tecnológico'. Este livro apresenta aquilo que Mann entendia como a interpenetração da *Innerlichkeit* (interioridade) alemã com a tecnologia moderna".¹²

Não sem razão Herf aproximou-se da análise de Lukács sobre a via prussiana. "A via da Alemanha rumo à modernidade estava por detrás da intensidade de sua revolta antimodernista. Comparada com a da Inglaterra e da França, a industrialização alemã foi tardia, rápida e completa. As unidades econômicas eram grandes e a intervenção do estado, extensa. E o mais importante: a industrialização capitalista aconteceu sem uma revolução burguesa bem-sucedida. A burguesia, o liberalismo político e o iluminismo permaneceram fracos".¹³

O segredo das revoluções do trabalho no século dezenove e o fenômeno da decadência ideológica com o abandono das "ilusões heróicas" da burguesia, o rechaço da dialética hegeliana pelo fortalecimento da ideologia positivista, colocaram para a humanidade uma divisa: *socialismo ou barbárie!* A emancipação política, forma que se apresentou como

solução positiva para as desigualdades do “antigo regime”, desde suas origens se manifestou como solução parcial que se estruturava sob a lógica das “taras sociais”: a nova escravidão do trabalho alienado e estranhado. A nova classe emergente forcejou uma nova forma social que se alimenta das energias humanas de indivíduos destituídos de meios de produção, da riqueza genérica produzida e do controle social do mundo produzido. “O contínuo revolucionamento (*Umwälzung*) da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes”, especificou Marx em seu célebre *Manifesto*.¹⁴ Ao demonstrar como a burguesia cria um mundo à sua imagem e semelhança, Marx apontou para o reacionarismo da defesa nacionalista dos interesses burgueses, haja visto que nasce da própria lógica expansionista do modo de produção do capital um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. Como seria possível a superação do conflito entre nações, nações espoliadoras e nações oprimidas? Certamente não pela lógica da concorrência entre nações, tornado-se cada uma mais poderosa do que a outra. Mas a lógica onímota do trabalho com sua orientação metapolítica deve rasgar os veios que sustentam o antagonismo estrutural. “Na medida em que é abolida a exploração de um indivíduo por outro, é abolida também a exploração de uma nação por outra. Com o desaparecimento do antagonismo das classes no interior das nações, desaparece também a posição de hostilidade entre as nações”.¹⁵ A emancipação humana geral é, desse modo, uma perspectiva extraída desse próprio mundo regido pelo capital, mas que “Em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.¹⁶

Da perspectiva humano-societária do trabalho, o internacionalismo se viu derrotado em seus intentos de fazer valer o humanismo radical. As lutas que foram encetadas pelas Internacionais tiveram fôlego curto. Marx advertiu que “A Internacional só poderá afirmar se a marcha da história destruir as seitas. O desenvolvimento das seitas socialistas e o do movimento real estão constantemente em relação inversa. Enquanto as seitas se justificarem (historicamente), a classe operária não estará madura para um movimento histórico autônomo. À medida que ela atinge tal maturidade, todas as seitas serão, por essência, reacionárias”.¹⁷

Em 2008, completam-se em setembro 70 anos da criação da IV Internacional por León Trotski. Após a falência da II Internacional, em 1914, com sua guinada rumo à “sagrada aliança” com as burguesias nacionais no estalar da I Guerra Mundial, rompendo com o posicionamento de – caso a guerra irrompesse – imediatamente os comunistas fomentariam o movimento pela paz, denunciando-a como guerra intercapitalista e – no insucesso desse movimento – a derrubada dos poderes constituídos. Com essa cisão pro-

movida pela Social Democracia alemã, com os desenlaces da Revolução Russa, em 1919, é formada a III Internacional Comunista. Com a ascensão de J. Stalin, a Comintern passa a ser manipulada para os interesses da burocracia soviética. Papel desastroso a IC terá nos episódios em que se envolve. É o caso da política para os comunistas alemães. Já no exílio, Trotski agirá no sentido de torpedear a ação nefasta do PC alemão em sua luta contra a Social Democracia, não agindo para a formação de uma Frente Única dos Trabalhadores, o que acarretou o fortalecimento do partido nacional-socialista alemão. Nas páginas da *Projeto História*, Osvaldo Coggiola reconstitui os passos e o contexto histórico da luta do líder bolchevique contra a usurpação e papel contra-revolucionário do stalinismo, uma forma específica de nacionalismo, na manutenção de seus privilégios, com métodos terroristas que culminam nos Processos de Moscou e no desarme dos processos revolucionários, caso gritante da revolução social espanhola nos anos de 1936 a 1939.

Ao tracejar o perfil dos nacionalismos na segunda metade do século XX, Benedict Anderson dispôs dos acontecimentos mais relevantes, “ao menos simbolicamente, na década de 1960, marcada pelas reverberações globais do nacionalismo em dois Estados pequenos, pobres e periféricos. A luta heróica do minúsculo Vietnam contra os colossais Estados Unidos, plasticamente retratada no mundo inteiro através do novo meio de comunicação televisivo, ajudou a precipitar, de um modo como não fora feito por nenhum outro nacionalismo ‘periférico’, convulsões não somente na América, mas também na França, Alemanha, Japão e outros lugares, fazendo de 1968 uma espécie de *annus mirabilis*, no estilo de 1848. Ao mesmo tempo, os tanques de Brezhnev destruíram brutalmente a primavera nacionalista na Tcheco-Eslováquia dominada pelos comunistas, com conseqüências equiparáveis, a longo prazo, para o projeto soviético. Nos Estados Unidos, a mesma década assistiu à ascensão, primeiro, do movimento dos direitos civis, seguido por um nacionalismo negro que em pouco tempo cruzou as fronteiras nacionais; aos primórdios de um movimento feminista em novo estilo, de alcance cada vez mais global; à revolta de Stonewall, que deu início ao primeiríssimo movimento transcontinental pela emancipação dos *gays* e das lésbicas – no caso, a ‘nação homossexual’. Também na Velha Europa, o desenvolvimento de uma comunidade supranacional caminhou de mãos dadas com o surgimento dos nacionalismo militantes, opostos a estados nacionais já estabelecidos – Irlanda do norte, escócia, Bélgica, Catalunha, terras bascas e assim por diante.”¹⁸

A realimentação de ideologias nacionalistas, no tempo presente, em plena mundialização do capital, na qual há a secundarização dos Estados-nacionais, florescem “mudanças políticas, com tamanha rapidez e em tantos lugares, ou na qual tenha havido tanta incerteza quanto ao futuro.”¹⁹

Continuam a ser, dessa maneira, estarecedoras as pretensões imperialistas dos Estados Unidos no mundo atual pós o ataque contra as Torres Gêmeas de 11 de setembro de 2001. A fustigação dos “inimigos da pátria” por métodos terroristas, a ampliação do controle e vigilância dos movimentos sociais que passam a ser criminalizados por quaisquer reivindicações que sejam apresentados como ameaça à ordem. A manutenção de suas bases militares que cobrem desde territórios europeus a países latino-americanos, as guerras contra o Iraque e o Afeganistão, realimentam a ideologia segundo a qual o mundo deve ser regido pela política destrutiva de George W. Bush. O nacionalismo norte-americano cumpre, pois, a sua função essencial. Mesmo sob a regência do democrata Bill Clinton, a fórmula imperialista ficou evidente ao reafirmar e ecoar de modo incessante que havia “apenas uma *nação necessária*: os Estados Unidos da América”. Todavia, como assevera Mészáros, “(...) tanto a permanência do neoliberalismo (muitas vezes associada à grotesca pseudoteoria que prega um ‘fim da história’ quando da feliz chegada do neoliberalismo) quanto a proclamada necessidade absoluta da eterna auto-acomodação dos trabalhadores não são mais do que *ilusões ópticas* enganadoras, desenhadas para a conveniência da ordem instituída”.²⁰

Mesmo que se possa discordar da defesa do nacionalismo “bolivariano”, tomado como projeto político radical, como a que faz István Mészáros, não há como desconhecer as determinações essenciais que se desenvolvem no mundo contemporâneo: “A nova condição histórica não pode ser desfeita pelo fato de os antigos poderes imperialistas, e acima de tudo o mais poderoso de todos, os Estados Unidos da América, estarem tentando fazer as rodas da história andarem para trás e *recolonizar o mundo*. Seu desígnio para esse fim já é visível na forma como empreenderam recentemente algumas aventuras militares devastadoras sob o pretexto da chamada ‘guerra contra o terrorismo’. Com efeito, a nova panacéia dos poderes mais agressivos é afirmar que embarcar no que de fato representa uma grosseira aventura recolonizadora – na África e no Sudeste da Ásia, assim como na América Latina – é uma condição essencial para o êxito de sua virtuosa ‘guerra contra o terrorismo internacional’ na ‘nova ordem mundial’. Mas estão condenados a fracassar”.²¹

Editores Científicos

Antonio Rago Filho
Vera Lucia Vieira

Notas

- ¹ Gellner, Ernest. *Naciones y Nacionalismo*. Tradução Javier Sató. Madri, Alianza, 1991, 161.
- ² Hobsbawm, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Tradução Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 19.
- ³ Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ⁴ Idem, pp. 33-34.
- ⁵ Idem, p. 34.
- ⁶ Lukács, G. *El asalto a la Razón*. 3.ª Edição. Tradução Wenceslao Roces. Barcelona/México, Grijalbo, 1973, p. 32.
- ⁷ Chamberlain *apud* Lukács. *El Asalto a la Razón*. 3.ª Edição. Tradução Wenceslao Roces. Barcelona/México, Grijalbo, 1972, p. 573.
- ⁸ Essa citação se encontra no livro *Ouvintes Alemães. Discursos contra Hitler (1940-1945)*, coletânea de discursos gravados nos Estados Unidos e dirigidos aos ouvintes alemães pela rádio BBC. A sair pela Editora Zahar.
- ⁹ Lukács, G. *El Asalto a La Razón*. In: op. Cit., p. 29.
- ¹⁰ Marx, K. Introdução à Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Tradução Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 1989, p. 79.
- ¹¹ Marx, K. Introdução à *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: Op. cit., p. 88.
- ¹² Herf, Jeffrey. *O Modernismo Reacionário*. Campinas/SP, Editora da Unicamp; São Paulo, Ensaio, 1993, p.14.
- ¹³ Idem, pp. 17-18.
- ¹⁴ Marx, K & Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 69.
- ¹⁵ Idem, p. 85.
- ¹⁶ Idem, p. 87.
- ¹⁷ Marx *apud* Tragtenberg, Maurício. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo, Moderna, 1986, p. 21.
- ¹⁸ Anderson, Benedict. Introdução. In: Balakrishnan, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, pp. 12-13.
- ¹⁹ Idem, p. 13.
- ²⁰ Mészáros, István. Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical. In: *Revista Margem Esquerda* n.º 8. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 99.
- ²¹ Idem, p. 108.

TRADUÇÃO

A GUERRA ANGLO-FRANCESA CONTRA A RÚSSIA

Karl Marx

*Tradução e Introdução: Fernando Marineli e
Luciano Dutra**

KARL MARX E O OFÍCIO DE JORNALISTA

De prolíficos resultados, a carreira de jornalista de Karl Marx iniciou-se nos tempos em que ele freqüentava a universidade de Berlim. Num primeiro momento, como editor-chefe da *Gazeta Renana*, período em que estava ligado às posições neo-hegelianas, depois como fundador e editor da *Nova Gazeta Renana*, quando já desenvolvia sua produção propriamente madura, Marx sempre delineou um tipo de jornalismo crítico e de profundidade científica que, a um só tempo, provocava repúdio e admiração. Seu extenso conhecimento sobre os mais diversos assuntos de que tratava era espantoso, ao mesmo tempo em que sua posição era perigosamente de oposição radical ao *status quo*. Quando se deparava com alguma questão frente a qual se sentia inseguro, Marx debruçava-se sobre textos históricos fundamentais e empreendia a leitura de todos os artigos de jornal que versavam sobre as questões de seu interesse. É fato que a Guerra da Crimeia (1853-56) contou com uma importante cobertura jornalística de campo, a primeira cobertura de guerra da história, fornecendo dados detalhados sobre o cotidiano das frentes de batalha, mas a voracidade de Marx sobre os acontecimentos é digna de nota.

Os artigos aqui apresentados foram escritos no ano de 1855, quando Marx, além de escrever para o *New York Daily Tribune*, passou também a colaborar com a *Neue Oder-Zeitung*, jornal liberal de Breslau – muitos textos, desde então, são publicados nos dois jornais, algumas vezes modificados. Os artigos escritos por Marx para o *NYDT* sempre contaram com intensa colaboração de Engels, seja como autor nas ocasiões em que Marx

estava impossibilitado de escrever por conta de outros trabalhos, ou seja porque, principalmente no início da colaboração com o jornal, em 1851, Marx os escrevia em alemão e era Engels quem os traduzia para a língua inglesa. Em meados de 1853, Marx sentia-se já seguro para escrever diretamente em inglês. Muitos artigos dele chegam a ser publicados como editoriais do jornal à revelia e sua assinatura só aparece em outros de menor importância, como ele reclamou com Engels e com o próprio editor. A colaboração de Engels também se fez presente nos artigos da *Neue Oder-Zeitung*, escritos em alemão.

Este trabalho de traduzir do inglês uma série de artigos jornalísticos escritos por Marx e Engels envolve um conjunto maior de textos. Os três artigos ora apresentados são uma pequena parte daqueles que tratam diretamente da Guerra da Crimeia e, mais especificamente, versam sobre Napoleão III (e a situação do governo francês sob seus auspícios), cujo Golpe de Estado para tornar-se imperador da França, já havia sido tratado por Marx na obra *18 de Brumário de Luís Bonaparte* e que, por sua importância histórica na consolidação de uma forma de ser da burguesia, foi sempre objeto da crítica marxiana.

No primeiro e no terceiro textos, “Sobre a História da Aliança Francesa” e “A Guerra Anglo-Francesa Contra a Rússia”, os autores traçam um curto, mas exemplar panorama da aliança entre França e Inglaterra feita com objetivos políticos bastante particulares e sem um plano consensual de largo espectro e finalidade civilizatória como poderia parecer. Do mesmo modo, criticam o modo de condução destes exércitos aliados, bem como do próprio exército russo em uma guerra que se estende por vasto território sem trazer resultados visíveis. Já no segundo artigo, “Um Escândalo no Legislativo Francês”, Karl Marx discorre sobre os conflitos na câmara bonapartista e sobre a criação e destruição descabida de um exército de milícia criado na Inglaterra. Para estas traduções, foi utilizado o volume 14 dos *Collected Works* de Marx e Engels (1980), editado pela Progress Publishers,¹ que cobre o período de fevereiro de 1855 a abril de 1856 da produção marxiana e apresenta tanto traduções de artigos e outros textos originalmente escritos em alemão, quanto artigos escritos apenas em inglês, além do cotejamento nas duas línguas quando é o caso de haver as duas versões – ao final das traduções, indica-se onde foram publicados, também de acordo com os *Collected Works*. As notas de rodapé, indicadas por N.E. (Nota do Editor), constituem traduções daquelas existentes no texto original da compilação utilizada.

É importante demarcar, por fim, a dificuldade da tradução de alguns termos e sentenças técnicos, pertencentes ao vocabulário militar. Naturalmente, o interesse maior recai sobre as questões gerais levantadas, seja no âmbito histórico da Guerra da Crimeia, seja sobre a postura adotada e veiculada em jornais como o *New York Daily Tribune* que “fundado em 1841, era um jornal extraordinariamente influente e o *New York Weekly*

Tribune, composto de seleções de artigos do Diário, tinha uma circulação de 200.000 exemplares por toda a América”.²

SOBRE A HISTÓRIA DA ALIANÇA FRANCESA

Londres, 6 de março. O *Morning Herald* de hoje surpreendeu Londres com o seguinte anúncio:

Temos excelente suporte para declarar que o Imperador francês protestou contra o comitê de investigação sobre a conduta da guerra e que ele disse que, no caso da continuidade do cerco, os exércitos das duas nações não poderão atuar juntos, ainda que possam atuar pelo mesmo objetivo. Na direção de [...] satisfazer Luís Napoleão, sem afrontar o povo inglês, a dissolução do Parlamento [...] acontecerá³ assim que possível.

Sem atribuir muita importância a este parágrafo no *Herald*, registramo-lo como um dos muitos sintomas que indicam que *forças secretas, em ambos os lados do Canal, estão trabalhando para causar uma dissolução da aliança anglo-francesa.*

Neste contexto, os relatórios feitos pelo ex-ministro *Sir James Graham* devem ser recordados⁴: sob pressão do Comitê de Investigação, nosso almirante⁵ seria forçado a revelar todas as considerações que levaram ao adiamento do bloqueio, e a investigação incluiria nossas relações com nosso grande e poderoso aliado em um momento quando é de extrema importância que não haja o menor mal-entendido.

Sidney Herbert: Ele desafiou o Comitê a ir ao fulcro da questão sem correr o risco de insultar nosso exército na Crimeia e possivelmente estremecer a confiança de nossos aliados. Ao menos um de seus membros estava apto a deter o Comitê assim que pisasse em terreno perigoso, uma grande injustiça seria feita e mesmo os oficiais convocados para esta atividade talvez fossem sacrificados, pois questões incriminativas poderiam ser apresentadas contra eles, enquanto não poderiam responder, pois, se o fizessem, eles teriam que realizar perigosas e delicadas revelações. Ele, por si, pensou em seu dever de impedir os oficiais do exército britânico de serem colocados em uma posição onde seriam feitos objetos de acusação enquanto suas mãos estivessem atadas e estivessem impossibilitados de se defenderem.

Gladstone: Entre outras coisas, um comitê teria que examinar por que uma estrada de Balaclava não foi construída antes! Se o Comitê não investigasse isto, não chegaria a lugar nenhum. Se, de qualquer forma, fosse investigada esta questão, a resposta seria: déficit de mão-de-obra. Se então se perguntasse o que causou esta falta de mão-de-obra, a resposta seria que os homens estavam cavando trincheiras e que esta seria *uma obrigação*

extensa devido à proporção em que as posições foram distribuídas entre os franceses e os ingleses. Eu afirmo, além disto, que uma investigação seria um pretexto vazio, ao menos que tenha sondado a questão das estradas e, se sondasse esta questão, a defesa das partes acusadas perturbaria diretamente as mais íntimas relações entre a Inglaterra e a França.

Compreensivelmente, estes relatórios ministeriais fizeram irromper em abundância as sementes amplamente dispersas da desconfiança. O orgulho nacional já havia sido severamente ferido pelo abandono do exército britânico na Crimeia ao dever de guarda em Balaclava. E, então, surgiu o artigo semioficial no *Moniteur* com seus comentários “imperiais” sobre a Constituição Britânica⁶. Isto provocou respostas cáusticas da imprensa semanal daqui. Em seguida, surgiu a publicação da *Mémoire* de Bruxelas, na qual Luís Bonaparte é representado, por um lado, como o criador da expedição da Criméia e, por outro, como o criador das concessões à Áustria⁷. Pela brutalidade, os comentários sobre esta *Mémoire* como, por exemplo, aquele no *The Morning Advertiser* – lembra uma das “Cartas de um Inglês” no *coup d'état* de 02 de dezembro⁸. O seguinte extrato do órgão cartista, *The People's Paper*, ilustra as repercussões de tudo isto na verdadeira imprensa popular⁹:

Foi ele (Bonaparte) que seduziu a Inglaterra para a Crimeia. [...] Nosso exército, uma vez naquela armadilha, foi colocado por ele em tal posição que ultrapassou o limite das forças russas antes mesmo de terem constituído suas próprias forças. [...] em Alma, em Balaclava, em Inkermann, em Sevastopol, os britânicos atuaram em posições perigosas. Eles tiveram que suportar o impacto – eles tiveram que sofrer a perda maior; [...] a Inglaterra se comprometeu a enviar apenas um terço dos homens que a França enviou. Este terço teve que lutar na quase totalidade das batalhas. Este terço teve que tomar mais da metade das posições antes de Sevastopol. Nosso exército foi destruído, porque eles não conseguiram obter a comida e as roupas que apodreciam em Balaclava. E não conseguiram obtê-las porque não havia estradas de Balaclava para Sevastopol e não havia estradas de Balaclava para Sevastopol porque Napoleão exigiu que os britânicos, com menos de um terço das suas forças, [...] deveriam fazer mais da metade do serviço nas trincheiras; e, portanto, eles não tinham homens suficientes para destacar para fazer a estrada. [...] Este é o segredo do qual Graham, Sidney Herbert e Gladstone deram a dica... Deste modo, ele, Napoleão, deliberadamente assassinou 44.000 de nossos soldados etc.

Todos estes indicativos de irritação suspeita com o aliado francês ganham importância pelo fato de Lord Palmerston estar no topo do governo – um homem que em toda ocasião alcançara sua posição escalando a escada da aliança francesa e, então, transformou repentinamente esta aliança entre a França e a Inglaterra numa guerra quase inevitável. Assim foi no caso Turco-Sírio de 1840 e com o tratado de 15 de julho¹⁰, com o qual ele

coroou sua aliança de dez anos com a França. Em referência a isto, Sir Robert Peel observou em 1842 que “*ele nunca entendeu claramente* porque a aliança com a França, da qual o nobre lorde sempre pareceu ser tão orgulhoso, foi rompida”.¹¹

E, assim, uma vez mais, em 1847, sobre a ocasião dos casamentos espanhóis¹². À época, foi declarado por Palmerston – aquele que, em 1846, quando foi permitido reassumir seu posto somente depois de ter cumprido seus respeitos à Luís Filipe, reconciliou-se com ele com grande ostentação e bajulou os franceses num discurso na Casa dos Comuns – que foi Luís Filipe quem dissolveu a aliança por conta da violação do Tratado de Utrecht¹³ (um tratado esquecido em 1793 e nunca renovado desde então) e porque ele havia cometido um “ato de perfídia” contra a Coroa Inglesa. Este “ato de perfídia” foi realmente cometido, mas, tal como os documentos publicados na sequência provaram, Palmerston manobrou, da maneira mais perspicaz, a Corte Francesa para este ato de perfídia, de modo a obter um *pretexto* para a quebra da aliança. Enquanto o astuto Luís Filipe pensava que estava passando a perna no outro, ele simplesmente caiu na cuidadosa armadilha do “divertido” visconde. A revolução de fevereiro exclusivamente preveniu a erupção da guerra entre a Inglaterra e a França nesta hora.

Escrito em 6 de março de 1855.

Originalmente publicado na *Neue Oder-Zeitung* nº 115, de 9 de março de 1855.

UM ESCÂNDALO NO LEGISLATIVO FRANCÊS – A INFLUÊNCIA DE DROUYN DE LHUYS – O ESTADO DA MILÍCIA

Londres, 3 de abril. Somos informados por um correspondente em Paris:

No *corps législatif* Bonapartista, ocorreu uma cena fadada a cair na imprensa inglesa. Durante o debate sobre a Lei de *Reposição*¹⁴, *Granier de Cassagnac* se sobressaltou – depois do discurso de *Montalembert* – e, em sua fúria, deixou escapar o segredo. Somente quando esta lei entrar em vigor, ele disse, o exército se tornará o que realmente deve ser, dedicado à ordem, à lei e ao Imperador e nós nunca mais testemunharemos o olhar vergonhoso dos soldados recolhendo seus mosquetes” (*soldats à baïonnettes renversées*). “A conclusão deste discurso, no qual o sistema janízaro¹⁵ foi abertamente pregado como um ideal para o exército, provocou intensos protestos mesmo em uma assembleia como esta e Granier foi obrigado a se sentar. Outro membro do Poder Legislativo, num sobressalto se levantou e atacou pungentemente Granier. O escândalo foi tão grande que mesmo Morny teve de desafiar Cassagnac” (é bem sabido que ele

foi chamado de *le roi des drôles*¹⁶ por Guizot quando ainda estava editando seu pequeno panfleto, o *Globe*) “para se explicar. Granier redigiu uma *apologia formal* com a maior submissão e pessoalmente cuidou para que o incidente passasse despercebido no *Moniteur*. A sessão estava tão tempestuosa como nos melhores dias da Câmara dos Deputados de Luís Filipe.”

“O público britânico”, registra o *The Morning Chronicle* hoje¹⁷, “chegou à conclusão de que M. Drouyn de Lhuys foi à Viena para atuar como um tipo de instigador e bajulador do Lorde John Russell cujos procedimentos até agora não deu satisfações nem para seus próprios compatriotas, tampouco para nossos aliados. [...] O nobre Lorde é famoso por seus ímpetos e explosões de patriotismo e liberalismo; pelo seu extremo espírito público, enquanto na oposição ou quando precisa de capital político, e por seus colapsos repentinos quando a necessidade imediata acaba. Algo desse tipo parece ter-lhe acontecido na presente ocasião; e o povo está começando a reclamar. Desde que M. Drouyn de Lhuys veio a Londres, é sensível um tom mais decidido no alto comando. Tornou-se mesmo público que sua missão até agora tem sido bem sucedida, que as aspirações de paz de Lorde John Russell têm sido oficialmente frustradas e que *nosso ‘homem forte’*” (Palmerston) “tem relutantemente consentido com um ultimato à Rússia [...] que é praticamente rejeitar com desdém.”

O Exército Inglês desapareceu e a milícia inglesa está em processos de desaparecimento. A Milícia, que foi criada pelo Ato Parlamentar de 1852 sob o comando de Lorde Derby, não deveria por lei ser convocada por mais de 28 dias por ano sob circunstâncias normais. No caso de uma guerra de invasão, no entanto, ou por qualquer outra razão importante ou urgente, ela poderia ser incorporada ao exército para serviço permanente. Mas, por um Ato Parlamentar de 1854, todos os homens recrutados, depois de 12 de maio de 1854, foram obrigados a servir pela duração da guerra. A questão que se levantou agora é quais são as obrigações daqueles que foram recrutados sob o Ato de 1852. Os advogados da Coroa declararam que consideram esta categoria também responsável pelo serviço permanente durante a guerra. Mas, há poucas semanas, Lorde Panmure, em contradição com esta decisão jurídica, emitiu uma ordem permitindo a todos aqueles recrutados anteriormente ao Ato de 1854 saírem, mas garantindo um pagamento de £1 se eles se alistarem pelos próximos cinco anos. Como agora, o pagamento para os recrutados se alistarem por dois anos no exército regular é de £7 para a infantaria e de £10 para a cavalaria, um pagamento de £1 por cinco anos de serviço na milícia foi o meio mais eficaz de dissolvê-la. Lorde Palmerston, que hesitou em convocar a milícia por quase um ano, parece querer ver-se livre disto novamente o quanto antes. Consequentemente, fomos informados que, na última quinzena, um regimento de milícia após outro perdeu

de 2/3 a 5/8 de suas forças. Desse modo, no Primeiro Regimento da Milícia de Somerset 414 homens de 500 resignaram-se, na Milícia de Durham do Norte, 770 homens de 800, na Milícia de Leicester, 340 de 460, na Artilharia de Suffolk, 90 de 130 etc.

Escrito em 3 de abril de 1855.

Originalmente publicado no *Neue Oder-Zeitung* nº 163, de 7 de abril de 1855.

A GUERRA ANGLO-FRANCESA CONTRA A RÚSSIA¹⁸

Karl Marx e Friederich Engels

[*Neue Oder-Zeitung*, nº 385, 20 de agosto de 1855]

Londres, 17 de agosto. A Guerra anglo-francesa contra a Rússia indubitavelmente vai sempre figurar na história militar como “a guerra *incompreensível*”. Palavras grandiosas combinadas com ação mínima, ampla preparação e resultados insignificantes, precauções cunhadas na timidez, seguidas pela imprudência nascida da ignorância, generais mais que medíocres unidos a tropas mais que bravas, derrotas quase propositais nos calcanhares de vitórias obtidas através de enganos, exércitos arruinados pela negligência e, então, salvos pelos mais estranhos acidentes – um grande conjunto de contradições e inconsistências. E esta está perto de ser tanto a marca registrada dos russos como a de seus inimigos. Se os britânicos destruíram um exército exemplar por meio da má-administração dos servidores civis (milicianos) e da indolente incompetência dos oficiais; se os franceses tiveram que correr riscos inúteis e sofrer enormes perdas simplesmente porque Luís Napoleão fingiu dirigir a guerra de Paris; os russos, por sua parte, sofreram perdas similares como resultado da má-administração, e de ordens banais, porém categóricas, de Petersburgo. Desde as guerras turcas de 1828-29, os talentos militares do Tsar Nicholas têm sido “ignorados em silêncio” mesmo por seus mais servis bajuladores. Se os russos têm Todtleben, que *não é um russo*, eles têm por outro lado Gorchakov e [outros] “*ovs*” que não devem nada a St. Arnauds e Raglans no quesito incompetência.

Alguém suporia que agora, sob qualquer aspecto, quando tantas mentes estão ocupadas em desenvolver planos plausíveis de ataque e defesa, e considerando esta amplificação da massa de homens e materiais, alguma ideia estupenda deveria surgir. No entanto, nem sinal disto. A guerra se arrasta e seu prolongamento serve apenas para aumentar a área de combate. Quanto mais se proliferam novas arenas de guerra, menor é a atividade em cada uma delas. Neste momento, temos seis: *o Mar Branco, o Báltico, o Danúbio, a*

Criméia, o Cáucaso e a Armênia. O que tem acontecido por toda esta imensa área pode ser relatado no espaço de uma coluna.

Do *Mar Branco*, a frente anglo-francesa sabiamente não diz coisa alguma. Aqui eles têm somente dois objetivos militares viáveis: impedir o comércio litorâneo e qualquer outra transação dos russos nestas águas e, se possível, tomar Arcângelo. O primeiro objetivo foi perseguido, mas somente até certo ponto; neste ano, assim como no anterior as esquadras aliadas sempre chegaram muito tarde e saíram muito cedo. O segundo objetivo, a tomada de Arcângelo, nunca foi iniciado. Ao invés de se encarregar disto, seu real dever, o esquadrão de bloqueio espalhou-se em realizar negligentes ataques em vilas russas e de Lapp e também destruir o pouco que os pobres pescadores possuíam. A desculpa sugerida pelos correspondentes ingleses para estes infames descaminhos é a melancólica irritabilidade de um esquadrão que se sente incapaz de se debruçar em um trabalho sério! Uma desculpa e tanto!

No *Danúbio*, nada acontece. O delta deste rio não está nem mesmo sendo expurgado dos bandoleiros que o infestam. A Áustria detém a chave da porta que leva à Rússia por este lado e parece determinada a segurá-la.

No *Cáucaso*, tudo está quieto. Os formidáveis Circassianos, como todos os bárbaros e montanheses independentes, parecem estar perfeitamente satisfeitos com a retirada da coluna móvel russa de seus vales e não têm qualquer desejo de descer à planície salvo para incursões de pilhagem. Eles sabem como lutar somente em seu próprio território e parecem, além do mais, longe de estarem contentes com a provável anexação pela Turquia.

Na *Ásia*, a Turquia deve ser vista como ela realmente é – seu exército lá localizado reflete totalmente o estado decadente do império. Julgou-se necessário chamar os *giaour* francos para dar assistência; mas os francos¹⁹ nada podiam fazer lá, exceto realizar trabalhos de campana. Todas as suas tentativas de fazer as tropas adotarem métodos civilizados de guerra falharam totalmente. Os russos se aproximaram de Kars e estão aparentemente preparados para atacar a cidade sistematicamente. É difícil enxergar como a cidade pode ser salva, a menos que Omer Pasha desembarque em Batum com 20.000 homens e ataque os russos pelo flanco. É incompreensível, e de forma alguma do caráter dos russos, que eles tenham agido de forma tão cautelosa e hesitante frente a este adversário indisciplinado quando eles tinham de 20.000 a 30.000 boas tropas à sua disposição. Sejam quais forem os sucessos que eles alcancem nesta arena de guerra, o máximo que eles podem obter é a captura de Kars e Erzerum. Quanto a uma marcha sobre Constantinopla através da Ásia Menor, está completamente fora de questão. Por enquanto, então, a guerra na Ásia não serve para outra coisa que o interesse local e considerando que é dificilmente

possível, dada a inexatidão dos mapas existentes, expressar à distância uma opinião precisa tática e estratégica, não trataremos deste assunto além deste ponto. Ainda restam as duas principais arenas de guerra, a Crimeia e o Báltico.

[*Neue Oder-Zeitung*, nº 387, 21 de agosto de 1855]

Londres, 18 de agosto. Na Criméia o cerco se arrasta letargicamente.²⁰ Os franceses e os britânicos estiveram trabalhando por todo o mês de julho nos novos *acessos* ao forte e a Malakhov e, embora tivéssemos repetidamente tendido a crer que eles tivessem se deslocado para “bem perto” dos russos, agora sabemos que em 4 de agosto a ponta da trincheira estava a não menos que 115 metros da principal barreira russa e talvez nem mesmo perto disso. É certamente satisfatório ver Hotspur Pélissier²¹ humilhado pelo reconhecimento de que seu “sistema de assalto” falhou e que os trabalhos regulares de cerco devem pavimentar o caminho para suas colunas; mas com tudo isso, deixar 200.000 homens quietos em suas barracas esperando pela finalização destas trincheiras, e entretanto, morrendo de cólera e febre, é uma extraordinária administração. Se – como os jornais parisienses sustentam – o Chernaya não pode ser cruzado, tendo em vista a sólida posição russa do lado mais distante, algo útil poderia ao menos ser alcançado por uma expedição marítima à Eupatoria e por uma tentativa de forçar os russos neste lado até campo aberto e descobrir sua real força e a situação de seus recursos. O que importa agora é o estado dos turcos, sardenhos e metade dos exércitos francês e inglês que foram reduzidos ao papel de espectadores passivos. Por conseguinte uma grande parte deles poderia ser usada para distrações. Mas as únicas distrações que ouvimos falar são aquelas criadas toda noite no Astley’s Amphitheatre, nos Jardins Surrey e nos Jardins Cremorne onde em meio a uma tempestade de aplausos dos patrióticos “*cockneys*”,²² os russos sofrem terríveis derrotas.

Os russos devem ter recebido, neste momento, todos os seus reforços e estarão com sua força máxima no período que se segue. Os britânicos estão enviando mais alguns regimentos, os franceses despacharam de 10.000 a 15.000 homens e prometem mais, ao todo, de 50.000 a 60.000 novos soldados estão prestes a serem adicionados às forças aliadas na Crimeia. Além disto, o Governo Francês registrou ou comprou um grande número de barcos a vapor (divergentemente colocados entre 50 e 100), tudo isso será usado numa expedição no Mar Negro. Se eles estão interessados pelo Mar de Azov ou pela entrada no Nieper e no Bug, onde Ochakov, Kinburn, Kherson e Nikolayev constituiriam objetos de ataque, é uma questão a ser observada. Mencionamos numa outra ocasião que alguns conflitos sangrentos poderiam ser esperados pelo meio de agosto, ocasião em que os russos, depois de receber reforços, novamente tomariam a *iniciativa*. Sob o comando do General

Liprandi, eles, de fato, realizaram um ataque direcionado contra os franceses e os sardenhos no Chernaya e foram derrotados com grandes perdas.²³ As perdas dos Aliados *não* foram contabilizadas e, no entanto, devem ter sido muito consideráveis. Algo mais que relatórios telegráficos será necessário para discutir este assunto com maiores detalhes.²⁴

Finalmente no *Báltico*, “um grande abalo foi ocasionado”!²⁵ *Vide* a imprensa inglesa. Bombardeamento de Sweaborg!²⁶ Destruição de Sweaborg! Fortificações e todas as outras instalações estão em ruínas! Sweaborg deixou de existir de fato! Glorioso triunfo para os aliados! A Marinha está num estado indescritível de entusiasmo! E agora vamos considerar os fatos como realmente são.²⁷ As frotas aliadas, seis navios, quatro ou cinco grandes fragatas (navios de bloqueio)²⁸, e por volta de trinta navios armados e canhoneiros, atravessaram do Revel à Sweaborg em 7 de agosto. No dia 8, tomaram suas posições. As embarcações pequenas passaram pelos bancos de areia e pelas rochas a oeste do forte, onde nenhum barco grande poderia passar, e aparentemente avançaram para longo alcance das ilhas onde Sweaborg está situada. As grandes embarcações permaneceram do lado de fora e, tanto quanto podemos julgar, fora do alcance dos fortes. Então os navios armados e os canhoneiros abriram fogo. Nenhum fogo direto aparentou ter sido empreendido. Tudo se resumiu a um bombardeio com morteiros e armas com o maior ângulo possível. O bombardeio durou quarenta e cinco horas e não é possível estimar o montante de danos causados sem a contabilização detalhada de ambas as partes. O arsenal e vários armazéns de pólvora (aparentemente pequenos) foram destruídos. A “*cidade*” de Sweaborg (até onde sabemos, somente algumas casas inabitadas por pessoas ligadas às frotas ou aos trabalhos) foi incendiada. Quanto às fortificações em si, o dano causado só poder ser insignificante e as tropas, de acordo com ambos os Almirantes, *não tiveram nenhum homem morto*, somente alguns feridos e nenhuma perda sequer em *matériel*.²⁹ Não haveria melhor prova do que terem se mantido longe da tendência do prejuízo. De outro modo eles poderiam bombardear, mas não agir por fogo direto, pelo qual fortificações isoladas podem ser destruídas. Dundas, que é de longe mais honesto e controlado no seu relatório do que o Almirante francês, de acordo com a tradução do *Moniteur* do texto que deve ter sido maquiado em Paris, confirma que o dano causado está confinado a três ilhas (de sete que compõem Sweaborg) que estão situadas a oeste da entrada principal para a baía de Helsingfors. Um ataque à entrada principal sequer aparenta ter sido tentado. Parece que as grandes embarcações observaram e nada fizeram, e o ato decisivo de um ataque deste – o desembarque das tropas para se familiarizar com a entrada e destruí-la – estava totalmente fora de questão. Assim, o dano causado recaiu exclusivamente sobre lojas e armazéns – isto é, sobre coisas facilmente substituíveis; e, se os russos auxiliá-los oferecendo seu tempo e disposição, em três semanas Sweaborg estará em condições tão boas quanto

nunca esteve. Militarmente falando, Sweaborg não sofreu nada, os resultados materiais de toda a operação mal valem seu custo; e parece que a empreitada foi empreendida meramente porque as tropas do Báltico deviam fazer alguma coisa antes de voltarem para casa para o descanso, em parte porque Palmerston queria concluir a sessão parlamentar com fogos de artifício. Infelizmente o evento ocorreu com 24 horas de atraso para este fim. Assim foi a gloriosa destruição de Sweaborg pelas tropas Aliadas. Retomaremos esta questão assim que relatórios detalhados chegarem a nossas mãos.³⁰

Escrito em 17 e 18 de agosto de 1855.

Originalmente publicado no *Neue Oder-Zeitung*, nºs 385 e 387, de 20 e 21 de agosto de 1855.

Uma versão reduzida da segunda parte do artigo foi publicada como artigo principal no *New York Daily Tribune* nº4483, de 1º de setembro de 1855, e reimpressa no *New York Semi-Weekly Tribune* nº1072 de 4 de setembro de 1855.

Tradução recebida em Abril/2008; aprovado em maio/2008.

Notas

* Fernando Marineli e Luciano Dutra são Cientistas Sociais pelo CUFSA.

¹ MARX, K., ENGELS, F. *Collected Works. Vol. 14. February 1855 – April 1856*. Moscow: Progress Publishers, 1980.

² MCLELLAN, D. *Karl Marx – Vida e Pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 304-305.

³ N.E. “Inglaterra e França. A Provável Dissolução do Parlamento”, *The Morning Herald*, nº 22372 de 06 de março de 1855.

⁴ N.E. Os discursos de Graham, Herbert e Gladstone na Casa dos Comuns, em 23 de fevereiro, foram reproduzidos no *The Times*, nº 21986 de 24 de fevereiro de 1855.

⁵ N.E. J.W.D. Dundas.

⁶ N.E. *Le Moniteur Universel*, Nº 48 de 17 de fevereiro de 1855.

⁷ N.E. A referência é ao panfleto anônimo *De la conduite de la guerre d’Orient...*, publicado em Bruxelas em 1855, que criticava a conduta da campanha na Crimeia. O panfleto foi atribuído, entre outros autores, ao Príncipe Napoleão (Jérôme Bonaparte Jr.).

⁸ N.E. A comparação é com o artigo “A História Secreta da Expedição Crimeia” (*The Morning Advertiser*, nº 19875, de 03 de março de 1855) e as anônimas “Cartas de Um Inglês” por A. Richards, que foram publicadas no *The Times*, entre dezembro de 1851 e novembro de 1852, e apareceram em forma de livro em 1852.

⁹ N.E. O extrato é do discurso entregue por Ernest Jones na Sala St. Martin em 27 de fevereiro de 1855. Marx cita-o de um relatório publicado no *The People’s Paper*, nº 148 de 03 de março de 1855.

¹⁰ N.E. Uma referência ao agravamento das diferenças anglo-francesas no Oriente Médio, durante a guerra Turco-Egípcia de 1839-41. A conclusão, sem a participação francesa, da Convenção de Londres de 15 de

julho de 1840, sobre a ajuda dos Poderes Ocidentais ao Sultão em sua luta contra o governante egípcio Mehmet Ali, criou o perigo de guerra crescente entre a Inglaterra e a França. Temendo a formação de uma coalizão antifrancesa, a França foi forçada a interromper seu apoio ao Egito.

¹¹ N.E. Do Discurso de Pél na Casa dos Comuns em 10 de agosto de 1842. *Hansard's Parliamentary Debates*, terceira série, vol. LXV, col. 1281-82, Londres, 1842.

¹² N.E. Em 1846, o Governo de Guizot gerenciou o arranjo do casamento da infanta espanhola Maria Luisa Fernanda com o filho mais novo de Luís Filipe, o duque de Montpensier, para frustrar os planos ingleses de casar Leopold de Coburg com a rainha Isabella II da Espanha. A tensão entre os governos britânico e francês sobre estes projetos de casamento se tornou bem séria e, depois do fracasso da diplomacia britânica, Palmerston procurou um pretexto para se vingar.

¹³ N.E. O Tratado de Utrecht de 1713 foi um de uma série de tratados de paz concluintes da guerra de sucessão espanhola, que foi travada de 1701, entre a França e a Espanha, por um lado, e os países da coalizão anti-francesa (Grã-Bretanha, Holanda, Portugal, Prússia, Savoy e Habsburg Áustria) por outro. A Áustria não assinou o tratado e fez as pazes com a França em Bastatt em 1714. Sob os termos do tratado, Filipe V, o rei da Espanha Bourbon, e o neto de Luís XIV, retiveram a coroa espanhola. O rei da França deveria renunciar ao seu direito e aos de seus sucessores da dinastia Bourbon à coroa espanhola. Várias posses francesas e espanholas nas Índias Ocidentais e na América do Norte, bem como Gibraltar, passaram para mãos britânicas. Quando acusou a França em 1846 de violar o Tratado de Utrecht, Palmerston tinha em mente os planos de Luís Filipe para unir as duas monarquias através do casamento de seu filho mais novo e a infanta espanhola.

¹⁴ N.E. O sistema de recrutamento em vigor na França até 1872 (abolido pela Revolução Francesa, mas reintroduzido por Napoleão I) permitiu aos membros das classes proprietárias, convocadas pelo exército, requerer substitutos. Numa tentativa de asseverar o controle sobre as forças armadas, o governo Bonapartista, em abril de 1855, introduziu a Lei do Dote, sob a qual os substitutos, se não tivessem parentesco próximo com os alistados, teriam que ser providos pelo Estado. Em retorno, a pessoa dispensada do serviço teria de contribuir com uma soma fixa para o fundo do “dote do exército”.

¹⁵ N.T. Sistema de guarda-costas de déspotas. Também uma referência aos soldados do corpo de elite do exército turco criado no século XIV e abolido em 1826.

¹⁶ N.E. O rei dos canalhas.

¹⁷ N.E. 03 de abril de 1855.

¹⁸ N.E. Uma versão em inglês da segunda parte deste artigo, escrita por Engels, apareceu no New York Daily Tribune em 1º de setembro de 1855 como artigo principal e com o título “A Guerra”. É consideravelmente menor que a versão em alemão e, em algumas passagens, particularmente no início, contém mudanças editoriais. Provavelmente foram os editores do Tribune que encurtaram o texto consideravelmente. Onde a versão em alemão difere substancialmente da inglesa, estará indicado nas notas de rodapé.

¹⁹ N.E. Nome frequentemente aplicado aos europeus ocidentais no Oriente Médio.

²⁰ N.E. Ao invés desta frase o *New-York Daily Tribune* traz: “Nossos arquivos de jornais ingleses, franceses e alemães, recebidos ontem pela manhã pelo correio do *Canadá*, não lançaram luz adicional na batalha de 16 de agosto, no Chernaya, onde Liprandi foi anulado pelas forças aliadas e inúmeros russos foram feitos prisioneiros. A respeito deste assunto, devemos esperar pelo próximo navio a vapor antes de recebermos qualquer detalhe satisfatório. É particularmente suspeito, de qualquer forma, que tão pouco se soubesse disto em Paris e Londres antes da navegação do Canadá. Teria sido realmente tão decisivo quanto os jornais ingleses expressam que algo mais do que os relatos bastante incompletos agora em nossa posse agora tivessem naturalmente vindo a público.

“Parece que o assalto a Malakov, que estava previsto para acontecer no dia 15, teve que ser adiado e o bombardeio preliminar não começaria até o dia 17. De fato, há razões para suspeitar que o andamento do cerco não estava tão adiantado quanto os jornais de Paris e Londres relataram.”

²¹ N.E. Pélissier é ironicamente comparado a Sir Henry Percy (1364 – 1403) chamado Hotspur (*destemperado em português N.T.*), o filho mais velho do primeiro conde de Northumberland, como retratado na Parte 1 do Henrique IV de Shakespeare.

²² N.T. Marx utiliza esta palavra originalmente em inglês que significa *londrino*, mais especificamente do

East End em Londres onde se tem um dialeto com este nome.

²³ N.E. Em 16 de agosto de 1855, as tropas russas atacaram os franceses e os sardenhos no rio Chernaya, por volta de doze quilômetros a sudeste de Sebastopol, numa tentativa de enfraquecer o cerco dos Aliados à cidade. No entanto, os russos foram anulados e sofreram duras perdas devido à inadequada preparação do ataque e a erros por parte do comando russo.

²⁴ N.E. Ao invés deste parágrafo e da maior parte do anterior, começando com as palavras “Se – como os jornais parisienses sustentam – o Chernaya não pode ser cruzado”, o *New York Daily Tribune* traz: “É preciso confessar que do começo ao fim, esta tem sido uma guerra de incompetências de ambos os lados. Todtleben é o único homem nos acampamentos que tem demonstrado uma centelha de gênio.”

²⁵ N.E. No original, a frase entre aspas está tanto em alemão quanto em inglês.

²⁶ N.E. Sweaborg era um forte situado num arquipélago na entrada do porto de Helsink, no Golfo Finlandês (nome finlandês moderno: Suomenlinna). O bombardeio em Sweaborg pelos navios britânicos e franceses, descrito no artigo, ocorreu em 9 e 10 de agosto de 1885.

²⁷ N.E. Ao invés da parte precedente deste parágrafo, o *New York Daily Tribune* traz: “A respeito do ataque à Sweaborg, estamos também ainda sem relatórios oficiais completos ou correspondências de jornais. Os fatos, no entanto, aparecem sob cuidadoso exame de todas as informações que temos a seguir.”

²⁸ N.E. No original, Marx utiliza este termo em inglês [blockships].

²⁹ N.E. A referência se deve ao relatório do Almirante Dundas, que foi publicado no *The Times*, nº 22134 de 16 de agosto de 1855, e ao relatório do Almirante francês Penaud, publicado no *Le Moniteur Universel*, nº 227, em 15 de agosto de 1855.

³⁰ N.E. O fim deste parágrafo, a partir das palavras “em parte porque Palmerston queria...”, foi omitido no *New York Daily Tribune*.

LA TIERRA. EL DISCURSO DE LA FEDERACIÓN AGRARIA SOBRE LA REVOLUCIÓN MEXICANA

Gustavo Guevara*
Adriana Pons**

Resumo

En el presente artículo, es nuestra intención reconstruir la mirada de la Federación Agraria Argentina (1.940) acerca de la Revolución Mexicana. Sus integrantes son pequeños y medianos agricultores de la localidad de Alcorta, situada al sur de la provincia de Santa Fe que, em 25 de junio de 1912 inician un movimiento por la reconfiguración de la renta agraria. Analizando sus órganos de expresión oficial, el *Boletín Oficial* y el periódico *La Tierra* observa-se que se puede distinguir tres períodos bien definidos en relación a nuestro tema de estudio.

Desde la fundación de la Federación Agraria (1912) hasta 1940 se puede distinguir tres períodos bien definidos en relación a nuestro tema de estudio. La primera se extiende desde la aparición de la primera nota sobre México hasta aproximadamente 1924/1925. Un segundo momento se configura como una fase de transición desde que se desata la guerra cristera hasta el golpe de Estado del 6 de septiembre de 1930. A partir de la asunción del General Uriburu a la presidencia de la Nación, es posible señalar ese momento como el inicio de la tercera etapa, en el que la línea política seguida por la Federación se inclina claramente a favor de una solución de tintes nacionalista-católica-corporativa y que por tanto, se define coherentemente antagónico con lo sostenido en la primera etapa.

Palavras-chave

Federación Agraria Argentina; ideario sobre la revolución mexicana; nacionalista católico corporativa.

Abstract

Our intention, in the present article, is to rebuild the perception that the Argentine Agrarian Federation (1940) had about the Mexican Revolution. Its members – small and medium-sized farmers from Alcorta, a locality situated in the south of Santa Fe province, started on 25th June, 1912, a movement for the reconfiguration of the agrarian income. From the analysis of the official organs – the Boletín Oficial and the newspaper La Tierra, it is possible to distinguish three well-defined periods, in relation to the present study, from the foundation of the Agrarian Federation, in 1912 until 1940. The first period begins with the first note about Mexico approximately until 1924/1925. The second period appears as a transition phase, since the unleash of the “cristera” war, until the coup d’etat of September, 1930. The moment when General Uriburu assumes the Presidency of the Nation may be designated as the beginning of the third phase, in which the political line followed by the Federation clearly tends in favor of a solution with nationalist-catholic-corporative tinctures, and for this reason, in coherent antagonism to the first stage propositions.

Keywords

Argentine Agrarian Federation, idealizations about the Mexican revolution; nationalist-catholic-corporative.

El desarrollo del capitalismo agrario pampeano y el surgimiento de la Federación Agraria Argentina

Tras la caída de Juan Manuel de Rosas, Gobernador de la Provincia de Buenos Aires, en la batalla de Caseros (1852) se inicia un proceso catalogado en la historiografía argentina como de “Organización Nacional”. El Pacto Constitucional de 1853 es un hito refundacional en ese camino y afianza de manera irrevocable el principio jurídico de inviolabilidad de la propiedad privada, junto a otros derechos conforme a la tradición del liberalismo decimonónico. Más allá de las luchas civiles y los enfrentamientos armados que jalonaron el período que se extiende hasta 1880, se fue estructurando un modelo económico y social cuyo eje de acumulación principal fue el desarrollo del capitalismo agrario en la región pampeana. Concomitantemente se va configurando primero, y consolidando después, un Estado centralizado y una clase dominante que para finales del siglo XIX tendrá rasgos de alcance nacional. En un contexto internacional signado por la segunda revolución industrial en los países centrales y con el destacado protagonismo de Inglaterra en la organización de una nueva división del trabajo al interior del expansivo y arrollador mercado mundial.

En el marco de la fase imperialista del capitalismo, los países de América Latina se incorporan a la nueva lógica dominante como exportadores de productos primarios e importadores de bienes manufacturados europeos y receptores de inversión de capital extranjero. Para el caso argentino los tres pilares sobre los que se erige este modelo están dado por:

- 1) La apropiación privada de la tierra. Para 1880, el exterminio de los indios realizado a través de expediciones como la denominada “conquista del desierto”, es una tarea “exitosa” que permite una colosal concentración de la propiedad territorial en manos de una burguesía terrateniente, que en 1866 había fundado la Sociedad Rural como un espacio de representación corporativa, y que ahora ve acrecentado sustancialmente su poder económico y su gravitación en la vida política argentina.
- 2) La atracción de mano de obra de origen principalmente europea. La escasez de fuerza de trabajo en la zona pampeana, epicentro del modelo agroexportador, llevó a configurar un mercado laboral basado primero en el disciplinamiento autoritario de la reducida mano de obra local existente; para ensayar más tarde la incorporación de fuertes contingentes migratorios externos. De los más de 3.000.000 de inmigrantes que se radicaron de manera permanente en el país entre 1857 y 1914, el 90% lo hizo en esta región.

3) La apertura hacia los flujos de inversión y préstamos del capital extranjero. Se trató de una opción política receptada auspiciosamente por la elite gobernante. El mecanismo elegido fue un sustento indispensable del modelo para promover la expansión de la red ferroviaria, la modernización de los puertos, la consolidación de la infraestructura de comercialización, la revitalización del aparato bancario, etc. En este contexto el papel rector lo jugó sin duda el capital de origen británico.

Algunas pocas cifras permiten apreciar la magnitud y celeridad con que se desarrolló este proceso. En 1874 la Argentina importaba trigo, en 1880 la producción de las colonias agrícolas permite atender los requerimientos del mercado interno, y para inicios del siglo XX es un renglón de las exportaciones casi tan destacado como la tradicional ganadería. La nueva estancia mixta se impone como unidad de producción agropecuaria, sobre todo en la Provincia de Buenos Aires, como una forma de minimizar riesgos y maximizar ganancias sin que los grandes terratenientes tengan que desprenderse de grandes porciones de tierra.

El incremento constante de la demanda externa sumado a las inversiones ferroviarias estimula un rápido proceso de valorización de la tierra, aun en zonas que inicialmente se presentan como marginales. Así la línea de tierras cercanas al recorrido ferroviario del Central Argentino que unió para 1873 a Córdoba con Rosario y que finalmente converge en la ciudad de Buenos Aires, sufrió un proceso de ocupación efectiva a partir de la intromisión en el negocio colonizador de fuertes compañías empresarias que fomentaron procesos de ocupación efectivas en detrimento de la intervención estatal. En este sentido, estamos en presencia de una variada gama de relaciones sociales, cuyas siluetas socio-culturales no se sustentan exclusivamente en la imagen antitética característica del resto de América Latina entre terratenientes versus campesinos, latifundio versus minifundio, sino que conviven un conjunto abigarrado de actores sociales. Así además del terrateniente propietario de la tierra, que mediante la estancia mixta logra poner a producir parte importante de sus tierra mediante la forma de medianería, siendo esta la relación más extendida de la provincia de Buenos Aires, se le debe sumar las empresas colonizadoras que si bien inicialmente venden las tierras a plazos mas acordes para que los productores puedan adquirirlas, esta vía se verá cada vez más limitada cuando la línea de frontera se vaya extendiendo y aquellas tierras que inicialmente se presentan como marginales se conviertan en centrales para el proceso productivo. Es decir que el proceso de valorización constante hizo de la tierra un bien cada vez máspreciado en tanto todo el sistema crediticio se apoya en préstamos hipotecarios basados justamente en los títulos de propiedad.

Tener el título de propiedad de la tierra implica el acceso a créditos baratos para la compra de más tierras, consolidando la gran propiedad. En tal sentido, la masa de

inmigrantes que llegan a nuestro país con la idea de ser propietarios, se encuentran cada vez más, aún en provincias como Córdoba, Santa Fe o Entre Ríos, con que su rol en la producción agrícola está más ligado a la figura del arrendatario. El chacarero, en tanto productor mediano, abarca tanto a los arrendatarios como a los pequeños y medianos propietarios rurales, constituyendo una categoría socioeconómica típica y singular del campo argentino.

A partir de 1910, cuando el proceso de apropiación de la tierra se agota y el modelo de explotación agrícola extensiva alcanza su frontera, queda al descubierto la conflictividad de un paisaje social rural complejo y contradictorio. Agravada la situación, por la caída coyuntural de los precios del maíz en 1912, los chacareros del sur de la provincia de Santa Fe lanzan el 25 de junio el “Grito de Alcorta”, movimiento huelguístico que tendrá eco en las acciones de los arrendatarios de Buenos Aires, Córdoba y La Pampa. El pliego de reivindicaciones se concentra en cinco puntos: 1. “*Contrato escrito y por un plazo mínimo de cuatro años*”, 2. Fijación de cánones máximos para aparcerías y arriendos, 3. “*Absoluta libertad de trillar y desgranar con las máquinas que el locatario disponga; vender, comprar, asegurar sus sementeras, donde más le convenga al agricultor*”, 4. “*Derecho a disponer gratuitamente del seis por ciento del área total de tierra, destinado al pastoreo de los animales de trabajo y vacas lecheras*” y 5. “*Suspensión inmediata de todo juicio de desalojo y formal compromiso de no tomar represalias por la actitud de resistencia de los agricultores en la presente emergencia*”.²

Esto implica un enfrentamiento objetivo en primer lugar con los grandes propietarios de las tierras, nucleados en la Sociedad Rural convalidados por la administración conservadora desde el Estado Nacional. Así como un embate contra las empresas ferroviarias por las desmedidas tarifas de transporte, contra las cambiantes condiciones a la que son sometidos por comerciantes usurarios que elevan constantemente los intereses, contra las grandes compañías que fijan los elevados precios del almacenaje, contra los monopolios exportadores que imponen condiciones extorsivas para la venta del producto; poniendo en evidencia que el eje central de su pelea – más allá del discurso socialista u anarquista de algunos de sus dirigentes – estriba en una puja distributiva por la enorme renta que el mundo agrario produce.

Al calor de estas luchas, en agosto de 1912 surge una nueva organización gremial, diferenciada por el origen social de sus miembros como por su programa, tanto de la Sociedad Rural como de los trabajadores rurales asalariados, con el nombre de Federación Agraria Argentina.

Si bien existe una importante bibliografía³ que ha tomado a su cargo el estudio de tópicos destacados de la actuación de este órgano representativo de los sectores chacare-

ros en los conflictos que surcaron el campo argentino, en cambio parece todavía bastante lejano de agotarse el análisis del periódico *La Tierra*, como objeto de estudio en si mismo, como grafía de un grupo dirigente específico que se desarrolla en la institución agraria y que conduce los destinos de la misma.⁴

Conviene recordar entonces que en septiembre de 1912 aparece el *Boletín Oficial* como órgano de expresión de la FAA. Tiempo después adopta el nombre de *La Tierra*. En tal sentido, resulta interesante reconstruir la mirada de una institución, que representa los intereses de los chacareros pampeanos, acerca de la Revolución Mexicana en tanto fenómeno contemporáneo cuya dimensión agraria resulta insoslayable. Nuestra atención estará puesta de manera privilegiada sobre la sección “noticias internacionales”, a los efectos de reconstruir el cuadro presentado por la publicación referido a los sucesos de aquel país, y poder avanzar en develar las claves explicativas que dan cuenta de las voces y silencios expresados en la línea informativa implementada por el grupo editor. En consecuencia habremos de atender tanto a los contenidos de las notas que explícitamente hacen referencia a la situación mexicana como al resto de las noticias que resultan pertinentes para la contextualización de las mismas, sin descuidar los aspectos “sociológicos” como por ejemplo la expansión del universo de lectores.⁵

El periódico La Tierra y los primeros ecos del México revolucionario

La primera noticia que aparece sobre México lleva por título “*Sensacional golpe de Estado. Amotinamiento de las tropas del ejército*”, se trata de un mensaje telegráfico enviado desde Nueva York y fechado el 9 de febrero de 1913 en el que se anuncia que han ocurrido en la capital de la República “*graves sucesos*” y que buena parte del ejército se amotinó tomando posesión del palacio de gobierno y de todos los edificios públicos, y que el doctor Gustavo Madero, hermano del presidente, fue tomado prisionero por los amotinados. La noticia no podía dejar de impresionar a “*todos los círculos de esta ciudad*”⁶ y se preveía que estos acontecimientos serían el presagio de otros del mismo cariz. Al siguiente número se informa que las fuerzas federales de Francisco Madero y los revolucionarios mandados por el general Félix Díaz habían arreglado un armisticio, lo que hacía presuponer que “*el presidente Madero hubiera presentado oficialmente su renuncia*”.⁷

La alusión a México es retomada recién un año más tarde, donde se abordaba la cuestión agraria en aquel país y se destacaba que el pueblo mexicano había sido despojado de la propiedad de la tierra, separado de su patrimonio natural, siendo ésta la verdadera causa de la “*lucha fratricida mejicana*”.⁸ Se acusa al latifundio de ser la negación de los derechos del pueblo, la causa de padecimientos y hambrunas que habían conducido a una

guerra abierta. Se señala además que sobre este particular existen distintas soluciones. El general Félix Díaz, sobrino de don Porfirio Díaz, considera posible resolver la cuestión agraria mediante un programa impositivo afectando a los grandes propietarios, para obligarlos a abandonar el actual sistema, que favorece la especulación, lo cual beneficiaba excesivamente a los que venden la tierra y no los que la ponen en producción. En cambio el general Carranza, jefe de los constitucionalistas, para paliar el problema prometió al pueblo el reparto agrario.

Aunque *La Tierra* no lo manifiesta explícitamente, su punto de vista de solución a la transformación del latifundio, tiene más afinidad con el respeto a la propiedad y el gradualismo en la transformación del sistema de tenencia de la tierra expresado por Díaz, antes que con la retórica de expropiaciones a la que alude Carranza. Pero, como también sabemos, esta afirmación debe ser matizada en función de las distintas líneas ideológicas que están presentes en la vida institucional de la Federación Agraria desde su fundación misma, para ello baste recordar la presencia minoritaria de colonos anarquistas en el Grito de Alcorta, la presencia de cuadros del Partido Socialista en la asociación o la presencia de caudillos locales identificados con la Unión Cívica Radical.

El problema agrario en México y su solución no volverán a ser tema de atención hasta 1921. En tanto, aparecen algunas pocas notas y artículos sobre otras cuestiones.

En 1915 se reproduce un extenso manifiesto de la Gran Confederación de Gremios Mexicanos dirigido: “*A todos los trabajadores e intelectuales del mundo que persiguen el gran ideal de redención humana*”. Esta declaración producida en agosto, era un fraternal saludo que en ocasión del 1º de Mayo envían los obreros mexicanos. También se habla de la convulsión que padecen aquellas tierras y que la central obrera retrata en estos términos:

donde parece que todos sus moradores han perdido el timón de la nave que los conducía hacia un progreso efectivo hasta hace unos cuantos meses, aquí que constantemente vemos... seguir bañando las campiñas con ríos de púrpura y de lágrimas de los desheredados, aquí en medio de la tormenta que nos azota donde parece que somos arrastrados por la corriente al abismo más desastroso”.⁹ A pesar de tan desolador panorama, se vislumbraba en el ocaso, el anuncio de “un nuevo amanecer.

Pero los obreros de México, no sólo opinan sobre los padecimientos que sufren en su país, sino de lo que consideran una injusta percepción de los extranjeros hacia ellos: “*no creemos de justicia se nos siga lanzando el epíteto de ser semi-salvajes, por los pueblos más civilizados*”,¹⁰ no porque cierren los ojos al alto índice de analfabetismo existente o porque desde los tiempos de la conquista “*se les ha negado todo átomo de ilustración*”, sino porque “*afortunadamente el obrero mexicano ha empezado ya a reaccionar a las*

nobles ideas que germinan en su cerebro; pero repetimos, no podremos extender nuestro radio de acción si se nos deja solos para hacerles comprender a una inmensa mayoría del pueblo que permanece analfabeto y por lo mismo engañado, cuáles son sus verdaderos pasos hacia el camino de la redención".¹¹ Para ello, en su declaración de principios o pactos de solidaridad procuran la ilustración del obrero por medio de conferencias, Escuelas Racionalistas y bibliotecas de sociología moderna, a ser fundadas en todos los centros obreros.

El manifiesto suscripto por sindicatos de: Electricidad y Tranvías, de Sastres, de Zapateros, Pintores y Tapiceros, Carpinteros, Forjadores, Canteros, Albañiles, Peones, Caldereros, Moldeadores y Modelistas, Cobreros y Hojalateros, Conductores maquinarias G. y F. concluía haciendo un llamado a la solidaridad de todos los trabajadores de "todo el Universo" con la consigna: "*¡¡¡Mueran las fronteras y la división de razas y gloria a los mártires de Chicago, Río Blanco y Cananea!!!*".¹² Este espacio que rescata el punto de vista de los trabajadores mexicanos sobre los asuntos de aquel país, es coherente con la promoción de un acercamiento a los obreros rurales, que se da en distintas coyunturas por parte de la dirección de la FAA durante la segunda década del siglo pasado. Se trata de una confluencia de intereses atendiendo a razones pragmáticas, que incluso en 1920 se formalizan en forma de un convenio suscripto por la Federación Obrera Regional Argentina (FORA) y la Federación Agraria. *La Tierra* lo transcribe y en él se señala:

reconócese que si bien cada organización del trabajo tiene, por su naturaleza un radio distinto de acción, marchan sin embargo de un modo paralelo en su finalidad que es libertar la tierra y todas las fuentes de producción y cambio, anulando la arbitraria apropiación del capitalista y de los terratenientes para ponerla a disposición de los trabajadores. Y que si los propósitos inmediatos de agricultores y obreros agrícolas a salarizados no son idénticos. Deben hacerse los esfuerzos necesarios en el sentido, no sólo de que no choquen sino de lograr concordancia.¹³

Esto no será óbice para que antes o después de esa firma, la Federación avale la represión de la Liga Patriótica o la Policía a las huelgas del proletariado rural.

1915 es sin dudas, uno de los períodos más críticos para la Revolución Mexicana. *La Tierra* sigue esa coyuntura tan particular en que derrotado Huerta y en retirada los Estados Unidos de Veracruz, el enfrentamiento se desplaza hacia otros ejes de lucha. Los carrancistas han logrado retomar el control de la Capital, "*el general Pancho Villa, no se quiere dar por derrotado, y el general Zapata marcha con sus tropas a la ciudad de Méjico, que ve seriamente amenazada*".¹⁴

La próxima noticia que se tiene del general Francisco Villa es que se encuentra ileso luego de haber dispersado sus fuerzas para poder eludir mejor la persecución, mientras que el nombre de Emiliano Zapata no se vuelve a mencionar. El 24 de julio de 1923 se

informa de la muerte de Pancho Villa. Después de aclarar que las noticias que se tenía sobre su asesinato eran contradictorias, se transcribe el Comunicado Oficial: “*El automóvil quedó atravesado por cuarenta balazos y Villa cayó después de haberlo atravesado el cuerpo nueve balas*”¹⁵ y se hizo una semblanza sobre la personalidad de este Jefe Revolucionario. De él se dice que: “*llegó a ser una potencia política, y se supone que fue el que dirigió la campaña contra Columbus (M. M.), hecho que dio motivo a una expedición punitiva de los Estados Unidos en 1916, que lo buscó infructuosamente*”,¹⁶ además de considerarlo uno de los factores más importantes en la lucha por la próxima elección presidencial.

Resulta llamativo que una publicación que hace del problema agrario su centro, no se ocupe de intentar una caracterización seria acerca de las banderas “Tierra y Libertad” enarboladas por Zapata o los fundamentos de las leyes villistas sobre la tierra. Claro que esto no puede ser explicado por la pura ignorancia de los redactores, pues existe un indisimulado interés cosmopolita que los lleva a profundizar en las políticas agrarias de los países más diversos; así, por ejemplo, aparecen crónicas que recorren realidades nacionales diversas, que van desde Paraguay hasta Checoslovaquia, pasando por experiencias como las de Rusia o España. La omisión no puede ser leída como el producto del desconocimiento, sino de un silencio deliberado que se funda en una línea política de actuación determinada.

En la biografía de Ricardo Flores Magón, publicada en Buenos Aires por Diego Abad de Santillán en las páginas de *La Protesta*, éste no puede soslayar evaluar el perfil revolucionario de Emiliano Zapata, en función de reivindicar la acción directa de los campesinos por ocupar las tierras y ponerlas a producir, fusil en mano. También el periódico satírico *El Burro* le dedica una página completa a Zapata y el “comunismo” agrario en Morelos. A lo largo de la década del '10, *La Tierra* había tenido relaciones cordiales tanto con *La Protesta* como con *El Burro*. Desde el órgano de prensa de la Federación Agraria, el 2 de diciembre de 1913, envían saludos y le desean lo mejor a Alberto Ghirardo que asume como nuevo Director del diario anarquista y el 28 de agosto de 1918 se propagandiza la próxima aparición de *El Burro, semanario anticlerical ilustrado*, a la espera que el mismo cuente “*con el apoyo moral y material de los ambientes anticlericales y del proletariado todo*”.¹⁷ Creemos, entonces, que las razones que explican este sesgo deben buscarse en los contenidos programáticos de la Federación Agraria en materia de transformación rural, que se basan en una realidad cualitativamente distinta a México.

Emiliano Zapata, en tanto representante de una fuerza, cuya composición social básica era el campesinado indígena, que reclama por la restitución las tierras a las comunidades indígenas, que han sido usurpadas por el avance de los latifundios, desde la

llegada de los conquistadores españoles en el siglo XVI, hasta por la aplicación de las Reformas Liberales que se legislaron a mediados del siglo XIX. En cambio el proceso de colonización de la Pampa húmeda que se dio a partir del último tercio del siglo XIX, reviste otras características ya que los inmigrantes se encuentran con que las tierras de las “áreas vacías”, ya tienen propietarios: una ensanchada burguesía terrateniente. Se generalizaba entonces, esa figura tan particular del chacarero, que no puede alegar títulos previos legales o legítimos de propiedad de la tierra y que se propone como su principal reivindicación, no la realización de una Reforma Agraria que los conduzca a la propiedad de la tierra, sino a la obtención de mejoras contractuales de arrendamiento. En uno de sus números aniversario, en la portada de La Tierra se resumía este ideal “1912.– *La Federación Agraria Argentina propicia la formación de chacras modernas y granjas que aseguran el trabajo y el pan de cada día, 1917*”.¹⁸

Esto no significa, en absoluto, que su lucha no fuera en contra de los terratenientes, del “feudal”, y de toda la constelación social e institucional que garantizaba su control y explotación como: el juez de paz, el comisario, el almacén de ramos generales y el cura párroco.¹⁹ Pero, a diferencia de las huestes zapatistas, no pueden exhibir y por tanto reclamar la devolución de las tierras en bases a ancestrales y legítimos títulos de posesión de las mismas.

No es casual que en el único artículo en que se vuelve a tratar la política agraria mexicana, sea en el año 1921. Se trata del análisis de un proyecto de ley, elaborado por la Secretaría de Agricultura y Fomento, para ser enviado a la Cámara de Diputados para su tratamiento y aprobación. Dicho proyecto redactado a instancias del presidente Álvaro Obregón y según se informa “*consta de varios capítulos: prevenciones generales, derechos y obligaciones del arrendatario, forma de los contratos, sociedades cooperativas, distribución del agua, banco refeccionario agrícola, exposiciones, procedimientos y artículos transitorios*”.²⁰ Esta nueva norma es la primera que se sancionaría desde la vigencia de la Constitución de 1917, cuyo artículo 27 establece la proscripción de los latifundios y el derecho de los campesinos al acceso a la tierra. Según la nota esta ley “*vendrá a sustituir a la vigente de fecha 6 de enero de 1917*”. Aquí se da una confusión: 1917 fue el año que se promulgó la Constitución, mientras que el 6 de enero pero del año 1915, Carranza aprobó la Ley Agraria con la intención de incorporar el contenido social a su Plan de Guadalupe, para contrarrestar el apoyo con que contaban Francisco Villa y Emiliano Zapata, en esa convulsionada coyuntura. Esa ley había tenido un carácter más declamativo que efectivo.

Para la Federación Agraria es importante prestar atención a aquella iniciativa legislativa en momentos en que el Parlamento en la Argentina se apresta a discutir y aprobar la ley de arrendamientos. Por ello se rescata que en sus preceptos el legislador mexicano busca asegurar al pequeño agricultor protección contra los abusos por parte de los terratenientes y promueve la multiplicación de la pequeña propiedad. Se aclara que “*será la primera que en su género, estudie el congreso de los Estados Unidos de Mejianos, en la inteligencia de que, cuando precipite a ser discutida, asistirá a las sesiones parlamentarias, para defenderla, un representante del ejecutivo*”.²¹ El proyecto de ley que consta de cincuenta y dos artículos y cuatro disposiciones transitorias, merece para la Federación que se conozca por los siguientes aspectos: adquisición de las propiedades, prevenciones para arrendatarios o una renta del seis por ciento.

Desde el Grito de Alcorta y por casi una década el movimiento de los chacareros se ha pronunciado de manera sistemática a través de manifiestos, petitorios, congresos y otras formas de expresión, por la aprobación de un texto legal a favor de la pequeña burguesía agraria. La ley finalmente se sanciona con el N° 11.170 y deja establecido que los contratos de arrendamiento deben ser por cuatro años, fija indemnización a los arrendatarios por las mejoras realizadas en el campo, garantiza la libertad para la comercialización de la cosecha, como también para asegurar la actividad agropecuaria. Tras la aprobación y puesta en marcha de la ley la conflictividad disminuye, favorecida también por la estabilidad de los precios en un mercado mundial en recuperación durante la presidencia de Marcelo T. de Alvear (UCR).

En 1923, la información sobre México se hace frecuente, fundamentalmente por los acuerdos y desinteligencias entre ese país y los Estados Unidos. Se trata de un momentos en que esta en juego el reconocimiento del gobierno de Obregón, supeditado a la exigencia del gobierno norteamericano que se declare de aplicación no retroactivo el artículo 27²² para las compañías petroleras instaladas en suelo mexicano. A esto se suma, a inicios de 1924, el levantamiento de De La Huerta como aspirante a la presidencia, contra el candidato de Álvaro Obregón, el sonorenses Plutarco Elías Calles. En medio de estas turbulencias, el Ministro del Interior mexicano declara: “*que las elecciones presidenciales se realizarán en julio próximo, dado que la revolución está casi sofocada. La Cámara de Diputados llamará igualmente a elecciones para sustituir a aquellos que abandonan sus puestos para pasarse al bando de De la Huerta*”²³ y el Ministro de Guerra, general Serrano anuncia “*que las tropas federales continúan avanzando en el frente occidental, donde dirige las operaciones el general Obregón*”.²⁴

“*Los EE.UU. notificarán a De la Huerta que los intereses norteamericanos son puramente comerciales, y que aun cuando no toman parte alguna en los asuntos mejicanos,*

no tolerarán la intervención de los revolucionarios".²⁵ Esto se vincula directamente con las dificultades que ocasiona para las compañías de aquel país, el hecho que las fuerzas rebeldes de De la Huerta bloqueen el estratégico puerto de la región petrolera de Tampico, como forma de presión sobre el gobierno federal. Es un momento de máxima tensión, por las dificultades internas de México y por el desequilibrio que esto conlleva para toda la región, en relación con los Estados Unidos. Esto llevó a que *La Tierra* siga muy de cerca este conflicto. El 22 de enero se informa que: 3.000 indios mayas se plegarían a las tropas federales,

El gobierno de EE.UU. no piensa enviar actualmente navíos de guerra a Tampico para proteger los intereses de los residentes norteamericanos, en vista de que no se prevé ninguna dificultad que justifique la presencia de las naves. Es creencia general que la reciente protesta enviada al señor De la Huerta será suficiente sin hacer ninguna demostración naval.²⁶

Los revolucionarios desisten de mantener el bloqueo de Tampico y el gobierno federal retoma el control del mismo. En esta coyuntura "los revolucionarios" son las fuerzas insurgentes que encabeza De la Huerta contra las "tropas federales" del presidente Álvaro Obregón²⁷. En abril de 1924, finalmente se comenta el esbozo de un arbitraje entre México y Estados Unidos que se conformaría a partir de un tribunal integrado por los mandatarios de Argentina, Brasil y Costa Rica (Hipólito Irigoyen, Epifacio Pessoa y Julio Acosta). Esta información dejaría encauzado el conflicto de modo de permitir una distensión en la relación entre ambos países.²⁸

México volverá a ser tema de atención privilegiada a partir del desencadenamiento del levantamiento de los cristeros en 1926. En la Argentina se produce un recrudecimiento de las tensiones en el campo durante los últimos años del gobierno de Alvear y la interrumpida presidencia de Hipólito Irigoyen. En 1927 descienden los precios de los productos agrícolas y aumentan los arrendamientos, a esto se suma los altos intereses que deben enfrentar los chacareros en materia de créditos hipotecarios y prendarios como el aumento de las tarifas del transporte. La situación se vuelve aún más crítica al año siguiente cuando al cuadro de situación se adiciona el reclamo obrero.

El impacto de la guerra cristera.

La Guerra Cristera que se desarrolla en México entre 1926 y 1929 se convierte en un foco de atención privilegiado con respecto al tratamiento que *La Tierra* brinda a los sucesos de aquel país. A partir del conflicto armado entre la Liga de Defensa de la Libertad Religiosa y el Estado mexicano, se establece una mirada distinta a la sostenida hasta entonces. Pero para comprender conviene hacer un sintético racconto del posicionamiento del periódico en relación con la Iglesia Católica.

Si bien en la huelga agraria de 1912, que da lugar a la fundación de la Federación Agraria Argentina, cuenta con la participación de algunos sacerdotes, en particular los hermanos de Francisco Netri, por la influencia del pensamiento progresista anticlerical que va a vivir en toda la etapa la Federación Agraria y por los problemas prácticos que implican la organización y crecimiento de la asociación, fue generándose una competencia/conflicto con el clero y sus iniciativas antigremiales en el medio rural. Resulta natural entonces, encontrar en las páginas de *La Tierra* la invitación de la Liga del Libre Pensamiento a su Sexto Congreso Nacional, que se realiza en Rosario para el día de Pascua de 1924, y el cual se propone “intensificar la propaganda liberal, a fin de obtener el divorcio y la separación de la Iglesia y el Estado, proyectos que se debatirán en el próximo período parlamentario” y percibe como “una flagrante injusticia que pague el culto quien no cree en su misión”. Los fines primordiales que manifestaba la Liga eran en favor de la separación de la Iglesia y del Estado, el Divorcio, y la Escuela Laica. El lugar elegido para la realización del encuentro era, intencionalmente, Rosario porque: “Queremos además organizar una manifestación en la segunda ciudad de la República, que con razón es considerada como la ciudad más liberal del país”.²⁹

En tanto en las páginas del mismo periódico, la Iglesia se emparenta con otras entidades como: la comisaría, el prostíbulo, el boliche, la despensa agrícola, el terrateniente, todas ellas consideradas igualmente nefastas para las masas rurales.

Al igual que en México, en la Argentina los curas intentan organizar las Cajas Rurales que tienen por objetivo operar en la esfera económica pero que al mismo tiempo fijan como requisito para sus socios, la pertenencia a la religión católica apostólica y romana y la admisión de la censura eclesiástica sobre los actos de la vida privada. La Federación Agraria las llamará “Verdaderas engañosas clericales”.³⁰ Es que la puja se desata a partir de la activa militancia de los curas contra el cooperativismo promovido entre los chacareros por la Federación Agraria. Así el párroco de Ramallo se cobnvierte en uno de los blancos preferidos de la publicación, ya que este representante de Dios en la tierra les advertía a los “colonos buenos” que no debían escuchar “a charlatanes que de Rosario vienen con el cooperativismo para robarle el pensamiento y el alma”.³¹ La Tierra se venga publicando la nota: “Un cura estu... pendo”, en la que dice: “Jamás... nos hemos ocupado de cuestiones religiosas. A pesar de nuestra prescindencia,..., no han faltado curas con suficiente imbecilidad”.³² Entre ellos se incluía a Monseñor Niella, Obispo de Corrientes y por su puesto al cura de Ramallo. Los obstáculos puestos por este último, “esta bestia negra”, que veía a todos los colonos que se unían para no ser explotados, como “anarquistas”, finalmente no pudo impedir la organización de la cooperativa en Ramallo al margen de toda autoridad religiosa.

No se ahorrarán críticas a “esos frailes imbéciles y tacaños”, ni a Monseñor de Andrea, que con motivo de la Semana Trágica presenta un memorial al Presidente de la República, quien en tono de denuncia echa “*peste contra los obreros que se manejan por sí mismos. Cantan en cambio loas a los imbéciles hijos de frailes y monjas, que se crían en los asilos y después son elevados a los talleres y fábricas y forman los círculos de obreros católicos*”. Y más adelante *La Tierra* se pregunta de dónde salen los millones de pesos que Monseñor de Andrea recoge en su Gran Colecta, para responderse que de la superexplotación de los arrendatarios tal como lo testimonia la viuda de Ambroso Olmos (caudillo exgobernador de Córdoba), quien “*arrienda de manera tiránica una pequeña parte; pero dona 1.000.000 \$ a los representantes de Su Santidad*”.³³

El enfrentamiento con el poder institucional de la Iglesia los lleva a reivindicar una fecha tan cara al sentimiento liberal/anticlerical como el 20 de septiembre. En 1917 se dice: *Ayer en toda la República y en todo el mundo civilizado se festejó el 20 de septiembre. [...] en la triunfal entrada de los italianos en Roma, caducó el poder temporal de los Papas. [...] Como coronamiento de la caída del poder temporal de los papas esperamos la separación de la Iglesia del Estado; respetamos todas las aspiraciones, pero no admitimos por un gobierno segado gastando los fondos públicos en sostener una determinada religión; los que quieran ir a la iglesia deben hacer como los que van al teatro; pagan sus entradas o rezan en sus casas*”.³⁴

La Iglesia ve estas manifestaciones sin ninguna simpatía y para contrarrestarla el cura de Lehmann, hizo circular un panfleto en el que reflexiona:

¿Hasta cuando hemos de permitir los católicos que todos los años se vea en esta fecha tan críticamente ultrajada en nuestra presencia la majestad augusta del Romano Pontífice?...hagamos toda la propaganda posible entre nuestros correligionarios argentinos e italianos, para boicotear esta sacrílega fiesta y ellas desaparecerán de nuestro suelo. ...no cuenta ‘la masonería’ con tantos adeptos. Madres de familia... en nuestras manos está ver suprimido tan impíos festejos’.³⁵

Uruguay es reconocido como el modelo por antonomasia en América Latina a imitar: “*La República Oriental del Uruguay, la Suiza del Plata, ha declarado, el 20 de septiembre fiesta nacional, uruguaya. ¡En Montevideo los hombres llevan pantalones!*”.³⁶

Desde 1921 empiezan a reproducirse informes sobre movimientos anticatólicos en México y sobre las violentas reacciones de los diarios de esa tendencia. El discurso jacobino anticlerical de *La Tierra* comienza a perder terreno, al tiempo que la campaña antirreligiosa en Rusia iba ganando espacio.³⁷ Desde 1923 ya no se incluye al 20 de septiembre como una efeméride para ser recordada y conmemorada; y se inserta en todos los números, información acerca de las principales medidas que iba adoptando Mussolini en materia religiosa en Italia.

La blasfemia pasa a ser vista como algo censurable. “Entre los trabajadores del campo, de ‘nuestro’ campo, abundan los que blasfeman. Hasta diríamos que la blasfemia es una característica de ciertos agricultores, los cuales se desayunan con una interjección poco católica y la repiten durante el día. Es, pues, la blasfemia, una modalidad de los campesinos”.³⁸

Esta época de transición entre una primera etapa, en que la Federación Agraria busca articular una estrategia con otros grupos políticos y sindicatos que se ubican a la izquierda (en un sentido amplio) del espectro político, como la F.O.R.A. del IX Congreso de tendencia sindicalista revolucionaria o el Partido Socialista, y la etapa posterior a 1930, que se asume decididamente un discurso anticomunista, antisocialista y con simpatías por el corporativismo. La etapa de transición que se abre en los primeros años de la década del veinte esta caracterizada por una especie de eclecticismo en que conviven elementos de ambos períodos y esto se traduce en la dificultad por establecer una línea coherente frente a la marcha que sigue la Revolución Rusa. Al respecto, fue muy elocuente la nota necrológica sobre “Wladimiro Ilüitch Oulianov, que ‘reinaba’ democráticamente en el ex imperio de los zares bajo el nombre de Nicolás Lenín”³⁹. El punto en cuestión es si Lenin había representado para Rusia un bien o una calamidad. “No sería fácil emitir un fallo al respecto de la actuación del dictador ruso, del firmatorio del tratado de Brest Litovsk, del defensor de los derechos de las mujeres, del ‘Macat’ de la revolución rusa”. La respuesta la debe dar la historia, pues Lenin muere a los 52 años, abrumado por haber introducido orden en la caótica situación rusa, como un personaje sumamente contradictorio: “Inteligente e instruido, dedicó su instrucción e inteligencia a substraer a Rusia de la nefasta dominación imperial; quizás contribuyera, a animarlo en la lucha para el derrocamiento de los zares, el sentimiento personal, el odio nacido por la pérdida de un hermano ahorcado por complicidad en una conjuración: autoritario e intransigente, aisló a Rusia del consorcio del mundo y ahogó o dejó que flotaran en la sangre los bellos ideales de la libertad. Nadie sin embargo, podrá negarle su amor a la libertad”.⁴⁰

1926 es un nodo conflictivo en México. Una vez más se hace sentir sobre este país, la presión de Estados Unidos en lo concerniente a legislación sobre el petróleo y las propiedades de tierras de los extranjeros; incluso se llega a interrumpir las relaciones diplomáticas entre ambas naciones. México insiste en que la Constitución aprobada en 1917 y la legislación complementaria son un asunto de índole interno, sobre el cual no pueden, ni deben, tener injerencia terceros países; mientras que el gobierno de Estados Unidos persistentemente busca hacer valer su influencia para modificar esa situación, en defensa de los intereses de las compañías yanquis radicadas en México. En este contexto de tensión comienzan a ganar un espacio mayor, desde febrero de 1926, las noticias refe-

ridas a los enfrentamientos entre la Iglesia Católica y el Estado Mexicano. Ya desde esos primeros artículos se adivina lo que será la línea del diario durante todo el conflicto. Todas las noticias se insertan en la sección: “*Informaciones Telegráficas*”, esto significa que los cables son reproducidos sin adiciones, ni comentarios propios, lo cual no significa que a través de esta técnica del tratamiento del material informativo resulte imposible “leer” la posición que va tomando los editores.

Bajo el titular “*Clausura de las escuelas católicas*” se informa acerca del apoyo que “*muchas organizaciones políticas y particulares*” manifiestan ante la actitud del presidente Calles frente a la cuestión religiosa. Por su parte, cuatro de las principales organizaciones católicas femeninas de México, dirigen un petitorio a Plutarco Elías Calles, reivindicando el ejercicio de la libertad religiosa de acuerdo con lo que él mismo ha expresado en su mensaje de inicio del año. La Liga de los Caballeros de Colón, la Asociación Católica de Jóvenes Mexicanas y la Asociación de Mujeres Católicas, también se dirigen a los poderes del estado, “*suplicándoles que modifiquen su actitud llegando a una armoniosa cooperación constructiva*”⁴¹ en materia religiosa.

Pasa a predominar un nuevo formato, en apariencia “objetivo”, en el tratamiento de lo que sucede en México; se pone en escena lo que sostienen uno y otro contendiente, pero el contexto general de la publicación en que se inscribe el relato esta en un proceso de modificación en el tratamiento de las cuestiones religiosas. No se habla más del clero como “*bestia negra*”,⁴² de las iniciativas ligadas a ellos como “*pequeños monstruos*”⁴³ y de la Iglesia como un lugar al que asistían “*todas las mujeres de conciencia negra*”.⁴⁴ Tampoco se ensalza a los miembros del clero como posteriormente se hará por ejemplo con Monseñor Dr. Antonio Caggiano, primer obispo de Rosario; de él se afirmara en la década siguiente que es un “*hijo de Santa Fe*” y que goza “*de bien merecida fama de hombre inteligente e ilustrado*”.⁴⁵

La información que se recibe sobre los episodios provocados por el cierre de iglesias muestra el grado de confusión que existe en México y se advierte que se puede acabar en un “*accidente sangriento*”. Un indicador de ello es que el cierre de la iglesia católica de la Sagrada Familia “*fue ordenado por el cura, pero se atribuyó falsamente a los gendarmes, a quienes los fieles y especialmente las mujeres, atacaron furiosamente.*”⁴⁶

Las noticias que se transcriben siempre buscan una “equilibrada” presentación del punto de vista de los contendientes. Se informa entonces que el gobernador del Estado de San Luis de Potosí habría notificado al Congreso su decisión de limitar el número de sacerdotes que pueden ejercer su ministerio, de acuerdo con lo que establece el texto constitucional. Se detalla también la reacción del obispo y los sacerdotes que interponen un recurso de amparo. Para la óptica de *La Tierra* el conflicto religioso se vincula estre-

chamente con el avance de la reglamentación por parte del Estado sobre las actividades de la Iglesia, a fin de ejercer un control efectivo sobre ésta.

Las voces de las organizaciones católicas se vuelven frecuentes. Así por ejemplo se informa acerca de cómo los representantes de las escuelas católicas en ese país elevan un petitorio al Presidente de la República, General Calles, para solicitar reformas al decreto emitido por el Ministerio de Educación Pública sobre la enseñanza primaria. Siguiendo con la política de presentar “las dos campanas” a continuación se transcribe la respuesta del Ministerio rechazando ampliamente los términos del mismo y aclarando que: “*la nueva reglamentación no implica la persecución religiosa, a la vez que permite la existencia de escuelas superiores y seminarios, pero, siempre que su existencia esté basada en el espíritu y la letra de la Constitución.*”⁴⁷ Finalmente este organismo público siguiendo con la línea habitual de los “Gobiernos Revolucionarios” indica que se puede recurrir al Parlamento como instancia legal para solicitar la reforma de la Constitución en la parte referente a esta u otras materias.

El 24 de junio de 1926 se transcribe un manifiesto distribuido por los católicos en todo el territorio mexicano, en el que solicitan la cooperación de los creyentes para oponerse al reformado Código Penal, que hace más severas las penas a las infracciones que se cometen en el terreno religioso. El manifiesto, en su parte esencial, dice:

Los habitantes de la Nación mexicana que sean amantes de la libertad deben desarrollar una acción de defensa y ataque en todo el país. El propósito de esta campaña es el de crear una situación de crisis económica tal, que obligue al gobierno a anular la situación legal de presión sobre los miembros de la Iglesia Católica que por su nacionalidad no han podido ser expulsados y que residen en el país. El programa de ‘boycott’ comprende la limitación o supresión de artículos de lujo en el vestuario, artículos de primera necesidad y abandono del uso de automóviles. Se pide además, que no se concurra a teatros, cinematógrafos y salas de baile; que se abstenga el pueblo de comprar billetes de lotería y de leer periódicos hostiles al clero, etc. Cada ciudad queda facultada para encarar la situación de acuerdo a las circunstancias locales, y se les recomienda que no deben temer la posible adopción de medidas enérgicas de parte del gobierno, puesto que la contienda que se inicia es de vida o muerte para la Iglesia Católica.⁴⁸

El único aditamento que hace el diario es el copete que utiliza para caracterizar el panfleto: “*Curioso*”. Tres días más tarde se informa que

...los sacerdotes católicos en el país tienen el propósito de abandonar los templos y entregar las propiedades religiosas a los católicos más prominentes de las parroquias respectivas, después de la cual cada católico quedaría facultado para administrar los sacramentos..., los cuales serán legalizados por la Iglesia. Las Iglesias no se clausurarán..., sino que quedarán en poder de católicos. Parece que los curas continuarán viviendo en sus respectivos curatos, pero en calidad de ciudadanos particulares.”

Una pastoral suscripta por todos los prelados mexicanos contiene las normas a seguir para establecer una “*resistencia pasiva*” a las leyes religiosas del gobierno. La pastoral establece también, que la Iglesia ha sido hasta el presente, fiel a los principios de tolerancia, pero estima que: “*sería un crimen tolerar las presentes leyes*”. Finalmente se informa: “*Millares de fieles concurrieron hoy a los oficios divinos*”.⁴⁹

En extenso se detalla cuál es el contenido de las leyes resistidas por el clero, de las cuales algunas reflejan de manera exacta la letra y espíritu de las leyes, como las que hacen referencia a: la disminución del número de sacerdotes que podían ingresar al país, la prohibición de celebrar actos religiosos fuera de las Iglesias, la puesta en vigor de la antigua ley sobre nacionalización de las propiedades de la Iglesia o la obligación de todos los sacerdotes de inscribirse en un padrón; pero otras, se hacen eco de interpretaciones distorsiones como cuando se afirma: la prohibición a los sacerdotes de administrar la extremaunción o publicar manifiestos religiosos, pues lo que prohíbe la ley son las publicaciones religiosas en las que se emiten juicios políticos. El 31 de agosto de 1926 es el día elegido por los católicos para abandonar las iglesias como acto de protesta. Ante esta singular conducta el gobierno informa que esta dispuesto a hacerse cargo de todos los templos que fueran abandonados y declararlos clausurados.

El conflicto entre el gobierno y los clericales se agrava: “*El ‘Universal’ informó que el director del diario ‘El Mundo’ ha sido arrestado en Tampico y que el del ‘Correo de Chihuahua’ ha corrido igual suerte en Chihuahua, a causa de los artículos publicados sobre la situación religiosa, siendo éstos los primeros arrestos que se producen por esta razón.*”⁵⁰. La Tierra no deja de subrayar el apoyo popular con que cuenta la Iglesia, “*... la catedral de México fue invadida por millones de personas que se apresuraban a hacer administrar los sacramentos de la confirmación a las criaturas, en virtud del aviso de que los templos católicos serían clausurados a partir de hoy*”. En estas circunstancias mueren tres criaturas asfixiadas. “*Los tranvías llegaban continuamente de todos los puntos de la ciudad trayendo su cargamento de creyentes y de curiosos, que llenaron la plaza central*”;⁵¹ la imagen aspira a ser lo suficientemente elocuente, pues la plaza donde se reúnen los católicos se encuentra entre el Palacio presidencial y la Catedral.

No se construyó una imagen con un equivalente apoyo popular en lo referente al gobierno, aunque este sin duda existió. Este contraste se hizo más marcado cuando, a renglón seguido, se reproducen las declaraciones del presidente Calles en las que dice creer sinceramente que: “*el proyecto de los agitadores*” fracasará “*por la falta de fuerza de grupo*”. También aparece el disgusto del gobierno mexicano hacia uno de los principales diarios de la República, El Universal que, por tercera vez publica un llamado con la firma del arzobispo a desconocer la Constitución de 1917. Para el gobierno esto debe

tipificarse como un caso de sedición, pues significa “una incitación clara y abierta a la rebeldía armada”.⁵²

Para el episcopado “el presidente, general Calles, desea es destruir la Iglesia católica valiéndose para ello de la ley, aunque cree que sin la ley también lo haría.”⁵³ Para Calles “si no violan en otra forma la ley, los prelados no serán molestados. El gobierno no negó jamás a los católicos y a otros grupos sociales o religiosos el derecho de pedir la revisión de la Constitución de 1917.”⁵⁴ En el discurso queda instalada la legalidad como principio legitimador de la posición del Estado, mientras que la legitimidad de la Iglesia se sustenta en el respaldo multitudinario que concita. El gobierno coloca al clero y la Iglesia en el incómodo lugar de instigadores del pueblo para que éste se oponga a la Constitución y a las leyes nacionales, obligándolos a ellos a tener como única respuesta la reafirmación de las leyes existentes. *La Tierra* no deja de reproducir, una y otra vez, esta línea de razonamiento.

Para el gobierno la postura de la Iglesia tiene que ver con una cuestión de clase, ya que esta es percibida como la defensora de los intereses de una minoría de acaudalados que asienta su poderío en la explotación de una mayoría de pobres. *La Tierra* no admite este argumento pero transcribe la declaración de la Liga Revolucionaria de un claro carácter jacobino:

Cada centavo dado al clero significa un centavo restado a la propiedad del pueblo. Mientras que los agricultores y obreros del interior están muriendo de hambre a consecuencia de las últimas inundaciones, los sacerdotes de la capital mexicana reunieron en un solo día 25.000 pesos por administrar confirmaciones, bautismos y casamientos suma que podía aliviar el hambre de nuestros propios hermanos. Si usted es católico verdadero sabrá abstenerse al principio de Cristo, que obliga a amar a nuestros semejantes como a nosotros mismos, y en consecuencia debe usted apoyar al gobierno, que garantiza su condición económica, mantiene la nueva política sobre la reparación de la tierra, da buen trato a los obreros y concede una libertad real y efectiva.⁵⁵

En este eclecticismo en el que conviven voces antagónicas, es posible sin embargo identificar una tendencia en la cual va tornándose dominante un discurso de reivindicación de la Iglesia católica, aunque al mismo tiempo no son silenciadas posturas abiertamente anticlericales, aunque cada vez más minoritarias. Es en esta misma coyuntura que la Federación manifiesta su oposición a la jornada de 8 horas y a la implementación del salario mínimo para los trabajadores rurales, propicia la intervención policial para reprimir a los obreros, al tiempo que confluye con la burguesía terrateniente en la lucha contra el reclamo de los asalariados. La crisis económica de 1930 y el golpe de estado del 6 de septiembre plantean un nuevo escenario. La expulsión de los arrendatarios por parte de los propietarios de los campos se multiplican.

Los años 30

El 6 de septiembre de 1930 se produce el golpe militar que derroca al presidente constitucional Hipólito Irigoyen. La Federación Agraria Argentina sigue con gran expectativa la instalación del gobierno de facto del general Uriburu y considera al “6 de septiembre” como una fecha que debe incorporarse a las efemérides que conmemoran los grandes hechos de la historia argentina. Si bien se advierte que el juicio respecto del acontecimiento que interrumpe el ejercicio de la soberanía popular basada en el sufragio universal requiere de la perspectiva que brinda el tiempo, “*la hora es propicia y en cierto modo imperativa, para que sean hechas algunas observaciones*”, entre las que se destaca la propia justificación del golpe, a los dos años de haberse producido. De lo que no puede caber duda, según el punto de vista de la Federación Agraria, es que el movimiento del 6 de septiembre “*fue engendrado y arrastrado no por la voluntad de un grupo de personas que tuvieron como único fin el de desplazar al gobierno y al partido gobernante de entonces, sino por el caos que sobrevino en el Poder y entre las propias fuerzas políticas oficialistas.*”⁵⁶

En consonancia con este planteo se cuestiona la esquiva pasividad de los gobiernos anteriores en lo que al fraccionamiento de la tierra se refiere, pero estiman que la solución de los problemas rurales no puede venir de una reforma agraria violenta o gravosa para los latifundistas como la que lleva adelante España. En su lugar de agricultores argentinos solicitan una metamorfosis gradual, sin apresuramientos, pues se trata de un “*país despoblado*”. No se critica el principio de apropiación privada de la tierra, e incluso se considera que la concentración latifundista como sistema “*antes fue bueno, hoy atrofia la economía y constitución social del país, prohibiendo su engrandecimiento, especialmente el cultivo de sus fértiles praderas y como consecuencia obligada, la multiplicación de sus habitantes, cuyo número está lejos de hallarse en relación con la enorme extensión de nuestro rico territorio.*”⁵⁷ La enfermedad tenía su remedio: la subdivisión de la tierra como medida de gobierno. Para ello se pedía la expropiación del terrateniente que poseía el título de propiedad, pero con la debida indemnización, pues no se pretendía un regalo sino el acceso a la misma por medio de “*su justo valor tomando por base el 6% sobre la valuación a los efectos del pago de la contribución directa*”⁵⁸ pagando así al ex propietario la parcela que se les otorgase.

En el pliego de reivindicaciones elevado al gobernador de Santa Fe en agosto de 1930, es decir previo al golpe, se incluye el pedido de expropiación de aquellas tierras cuyos propietarios residen fuera del país o de las Sociedades anónimas en Comandita. Sin embargo, y frente a la falta de respuesta, en el petitorio elaborado en la huelga de 1933

no aparece la palabra “*expropiación*” y si una intervención del gobierno para regular el canon de arriendo, la moratoria en las cuentas bancarias, la reducción de las tasas de interés, etc. Sin renunciar de manera definitiva a reclamar la subdivisión de la tierra, siempre se subraya que bajo ningún concepto ello deba conllevar a la ingerencia del Estado en la gestión de las unidades productivas. El balance que se hace del “*colectivismo agrario*” en la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas es contundente: “*Ni una sola de las ‘chacras’ organizadas por el gobierno ha rendido lo que se pronosticaba, de acuerdo a los medios: la cosecha de cereales ha sido inferior en un 23 por ciento al rendimiento fijado*”⁵⁹. En la misma nota se señala que es un error cargar la culpa sobre los directores de las granjas estatales o a los agrónomos encargados de los establecimientos agrícolas del Estado; porque en realidad es el sistema en sí mismo el defectuoso.

Se invita a reconocer que en cuanto al trabajo agrícola, entre los factores de su mayor aprovechamiento esta la posesión individual de la tierra.

Es sabido – y es humano – que las mayores atenciones, los ciudadanos más escrupulosos se brindan a lo que es propio: y nada, como la tierra hay tan sensible y, digamos, tan dispuesta a corresponder ciudadanos y atenciones. Si los agricultores aspiran a poseer un pedazo de tierra, no es solamente para librarse de la tiranía ávida de los patrones y del peligro del desalajo: es también, para poderle dedicar todo su cariño, manifestado en las solicitudes que, beneficiándolos a ellos, redundan en provecho de todo el pueblo.⁶⁰

Para la década del '30 la Federación Agraria asume la confrontación ideológica no sólo contra la experiencia soviética, sino también contra sus antiguos aliados, los socialistas, en nombre de una postura que sí coincidiera con los fascismos en ascenso los lleva a proclamar: “*tanto peor para los que no lo son*”.⁶¹ Desde 1912, los socialistas logran tener influencia en la vida de la Federación; sin embargo, a partir de 1930 los ataques contra la actuación del Partido Socialista se multiplican. Este cambio de actitud se refleja claramente por ejemplo en la postura diferente asumida frente al tema del divorcio. En la década anterior los socialistas consideran a la ley del divorcio como uno de los últimos puntos que restan para completar el programa de reformas liberales en la Argentina; en cambio para la Iglesia, la oposición al divorcio es su bandera permanente de lucha, es una prioridad oponerse a lo que se consideran un cáncer para la sociedad. Sin comentarios, *La Tierra* publica en 1928 el proyecto mexicano de llegar a un acuerdo internacional con respecto a las relaciones matrimoniales, de modo de establecer una ley de divorcio para todos los países de América. En 1932, *La Tierra* se suma de manera activa a la intensa propaganda que diversas agrupaciones católicas promueven en contra del proyecto de ley de divorcio que se ha presentado en la Cámara de Diputados de la Nación, por el diputado socialista, Dr. Siena, y que cuenta con el despacho favorable de la Comisión de Legislación.

El cuestionamiento a las posturas del PS se extiende a otros puntos, se lo acusa de pretender “*hasta colmar la medida*”, que la F.A.A. “*viviese aislada del mundo*”, teniendo sólo relaciones con la citada organización política. Y con tono de reproche se afirma:

Los dirigentes de la F.A.A. no podrían cultivar relaciones con el presidente de la Nación o con los gobernadores de las provincias, sin despertar los celos estúpidos de la chusma doctorada del socialismo de Buenos Aires. No podían tener un conversación con un cura o asistir a un acto religioso sin hacer gruñir como perros viejos a aquellos grotescos socialistas que, con imbecilidad inaudita, demostraban que el único interés, único, que los agrarios les inspirábamos eran nuestro voto y la sumisión incondicional de la F.A.A. al Partido Socialista.⁶²

El Proyecto político de la Federación Agraria ha virado y su sistema de alianzas, en función de los amigos/enemigos se ha modificado radicalmente. Ahora, *La Tierra* no tiene pudor en publicar una enorme foto del presidente de la Federación Agraria Argentina, Don Esteban Piacenza, que con su esposa doña Elisa M. Piacenza acompañaban al padre (cura) Raed “*quién visita admirado el espléndido monte de frutales*”,⁶³ en promocionar en su sección “*La radio en la chacra*” la audición de los ejercicios espirituales que durante seis días de la semana, la Liga de Cristo Rey transmite desde la Iglesia LS10, Radio Callao, a cargo de los oradores sagrados Reverendo Padre Fernando Pérez Acosta y J. Forlang o la reseña bibliográfica de El Kahal y Oro de Hugo Wast, dos libros “*que son parte independiente de un mismo argumento*”, que se resumen en las páginas de *La Tierra* en los siguientes términos: “*esta crisis es una vasta maniobra de banqueros judíos para dominar al mundo cristiano. La banca israelita posee el 90% del oro que existe en el mundo. El oro es la base de todas las monedas. Haciendo subir artificialmente el valor del oro, los banqueros judíos desvalorizan todos los productos y arruinan al agricultor, al ganadero al industrial y arrojan a la calle a millones de obreros sin trabajo. Además la crisis prepara la guerra. La guerra prepara la revolución. La Revolución prepara los caminos del Anticristo*”.⁶⁴ El programa de los agricultores se define:

“*en materia religiosa, que no se discuta;*
en materia social, que no haya novedades;
en materia de la propiedad de la tierra, que se termine de una vez con la canallesca situación actual que aplasta moralmente a los agricultores y arruina al país, dándole a la tierra su valor social y su destino natural;
en materia económica, y comercial, que se termine con el feudalismo en la producción azucarera, vitivinícola, yerbatera, forestal, ganadera, etc.;
en materia industrial que se termine ese escándalo de proteger a individuos y al capital privado, so capa de fomentar la industria nacional.”⁶⁵

Si a esto agregamos el desinterés por formar un partido político de dimensión nacional y específicamente agrario, como se había intentado en 1931 con el efímero experimento de la Unión Nacional Agraria (UNA) y no se ocultan las simpatías por la actuación política a través de la presión corporativa, se puede decir que cristaliza una sólida ideología que expresa la particular posición en que se sitúan los “agricultores argentinos”, pensándose como verdaderos empresarios agrarios: “No tenemos tierra propia; pero los más, los de las regiones trigueras y mixtas, poseemos un importante capital en máquinas y enseres y animales de trabajo; y, durante el año, y muy especialmente en algunas épocas, usamos brazos ajenos a la chacra en proporción notable.”⁶⁶

En este contexto, Plutarco Elías Calles vuelve a ser noticia en las páginas del diario, pero ahora porque se halla prófugo el señor Arturo Elías, su primo, ex director de Correos y Telégrafos; se trata de un personaje acusado de haber hecho desaparecer una colección de estampillas valuadas en \$318.000, por la Unión Postal de Berna.

Sobre la transformación agraria que se lleva adelante bajo el gobierno de Lázaro Cárdenas (1934-1940), no es mucho lo que se publica. Conviene no perder de vista que es justamente durante el mandato presidencial del general Cárdenas que se lleva adelante el más importante reparto agrario del siglo XX en México. La superficie distribuida entre los campesinos, duplica la extensión de tierras asignadas por todos los “gobiernos revolucionarios” anteriores a esos efectos. *La Tierra*, coherente con su línea, en 1936 publica un breve artículo dejando en claro que varios propietarios que han sido afectados por las expropiaciones han recibido debidamente su indemnización.⁶⁷

Para la Federación Agraria el acceso a la propiedad de la tierra es un objetivo permanente, pero dentro de los parámetros que se han descrito. De acuerdo a los datos del Tercer Censo Nacional de 1914 y el Censo Nacional Agropecuario de 1937 la transformación de arrendatarios en propietarios sufre un incremento, aunque se encuentra en una tendencia sensiblemente inferior al acceso a la tierra de los campesinos mexicanos. Por citar tan sólo un ejemplo, en el Departamento Rosario, en el sur de la Provincia de Santa Fe, se pasa de 576 propietarios en 1914 a 1217 en 1937, disminuyendo los arrendatarios de 2891 a 2867. En la práctica se puede apreciar como en las ocasiones esgrimida consigna de la tierra para quien la trabaja se desdibuja de manera creciente, y más aún después se transite la década del treinta.

Para el órgano de expresión de los chacareros pampeanos la cuestión agraria en México es un tema que no adquiere mayor relevancia y queda relegada; en cambio la cuestión del petróleo vuelve a ser un asunto al que se dedica nuevamente algunas notas como el inicio de la huelga de la Unión Mexicana de Obreros Petroleros el 29 de noviembre de 1936, el conflicto con las compañías petroleras fundamentalmente de capital extranjero

en 1937. En ese mismo año se aprecia cómo el gobierno presiona sobre las compañías al investigar la situación financiera de las mismas e interviene a favor de los trabajadores al recomendar “*un salario de cinco pesos la semana de trabajo de 44hs. Y que se nombren comisiones de trabajo para solucionar las futuras controversias originadas por la violación de los contratos de trabajo*”⁶⁸. Sin embargo, cuando al año siguiente Cárdenas nacionaliza el petróleo, no hubo ninguna mención a esa medida tan trascendente para México.

El pleito religioso vuelve a recrudecer, fundamentalmente en el Estado de Veracruz, donde se ha organizado una manifestación para pedir la reapertura de la Catedral de Asunción; esto ha sido incluso sugerido por el general Heriberto gobernador del Estado. La manifestación debe ser aplazada ante la posibilidad que “*elementos hostiles*” realicen una contra manifestación. Pero el conflicto, cuyos antecedentes más graves – aunque no se mencionan – tienen que ver con la ley de educación socialista, se mantuvo por carriles menos beligerantes que los que se han vivido diez años atrás. El presidente Cárdenas intervino personalmente para resolver la cuestión suscitada en Veracruz, garantizando los derechos emergentes de la ley de culto de ese Estado.

El año 1937 fue rico en noticias de lo más diversas sobre México, porque a las ya reseñadas, se agrega la compra de maíz argentino,⁶⁹ las elecciones a diputado nacional, cuyos resultados ya se pueden predecir,⁷⁰ y lo que se suscita a propósito de la llegada a costas mexicana el desterrado revolucionario ruso, León Trotsky. A diferencia de la prensa católica, *La Tierra*, jamás identifica al proceso que se vive en México con lo que ocurre en la Rusia soviética, aunque se pronuncia claramente en contra de: “*El Uso del trapo rojo*”.⁷¹ Jamás interpreta la llegada de uno del antiguo organizador del Ejército Rojo, como un giro izquierdista del gobierno de Cárdenas en la dirección de una transformación comunista en ese país. Con total lucidez se conjetura que el asilo que el presidente mexicano brindaba a Trotsky podía responder a: 1) “*un gesto puramente humanitario*”, 2) “*una bofetada a Moscú*”, 3) “*una medida política para obtener la división de los elementos radicales mexicanos*”.⁷² Diez días más tarde, las noticias que llegan de aquel país confirman el pronóstico “*México. – Sesenta policías en motocicletas, apoyados por un centenar de policías, disolvieron una manifestación comunista antitrotzkista que se efectuaba en la plaza Santo Domingo*”⁷³ mientras que la Confederación de la Enseñanza “*ha decidido que todos los maestros consagrarán diariamente una clase a explicar a los niños que León Trozky es un traidor a la clase obrera*”.⁷⁴

La escasez de noticias sobre México en 1938 y años posteriores, contrasta con esta reiterada y heterogénea presencia de 1937.

Para muchos y destacados historiadores, 1940 es una fecha clave que indica el cierre del ciclo revolucionario iniciado en México en 1910. Para la Federación Agraria Argentina y su vocero oficial *La Tierra*, nunca los sucesos mexicanos son presentados subsumidos dentro de un cuadro conceptual construido bajo la rúbrica de Revolución Mexicana, y si en algún pasaje se habla de revolución o revolucionarios, esto se hace como sinónimo de agitación o rebelión, es decir en el sentido de enemigo del gobierno. La cuestión de la tierra y el conflicto religioso en aquel país reciben una atención desigual y fluctuante en el tiempo, pero lejos de poder atribuirse los silencios u omisiones a la ignorancia de los acontecimientos producidos a miles de kilómetros, creemos que el tratamiento que se hacen de los mismos es coherente con las políticas interpretativas que como estrategia discursiva se fija el periódico *La Tierra* para cada uno de los momentos que hemos delimitado en el arco temporal seguido desde su fundación hasta finales de los treinta.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Doutor em História, Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

** Professora da Universidade Nacional de Rosario, Argentina.

¹ Citado por BONAUDO, Marta y GODOY, Cristina, Una corporación y su inserción en el proyecto agro exportador: la Federación Agraria Argentina (1912-1933), Anuario 11, Escuela de Historia, Rosario, 1985, p. 166.

² Para comprender la dinámica de la Federación Agraria Argentina en el contexto del agro pampeano, son numerosas las obras que se pueden consultar, simplemente a título ilustrativos mencionamos entre muchas otras: ARCONDO, Anibal; "El conflicto agrario argentino de 1912. Ensayo de interpretación". En: *Desarrollo económico*, IDES, Bs. As., oct-dic. 1980, n° 79, v. 20.; ASCOLANI, Adrián, "El anarco comunismo rural argentino. Utopía revolucionaria y sindicalismo". En *Estudios Sociales*, n° 4, Santa Fe, 1er. Semestre de 1993; BONAUDO, Marta y GODOY, Cristina, 1985; FERNÁNDEZ, S., PONS, A. y VIDELA, O., "Las burguesías reginales". Em: BONAUDO, M. (comp.), *Liberalismo, Estado y orden burgués (1852-1880)* - Nueva Historia argentina Tomo V, Bs. As., 1999; BONAUDO, M. y PUCCIARELLI, A. (comp.), *La problemática agraria. Nuevas aproximaciones*, 3 Tomos, CEAL, Bs. As., 1993 y BARSKY, O. y otros, *El pensamiento agrario argentino*, CEAL, Bs. As., 1992; GALLO, Ezequiel; *La pampa gringa*, Bs. As., Sudamericana, 1984; SARTELLI, E. "Sindicatos obreros-rurales en la región pampeana, 1900-1922" en AA.VV., *Conflictos obreros-rurales pampeanos*, CEAL, Bs. As., 1993.

³ Cabe recordar que la Federación Agraria se organizó en un núcleo central, el Consejo Directivo y secciones de distintas localidades. Francisco Netri (1912-1916) será su primer presidente del C.D., luego lo

sucedirá Piacenza que se mantendrá en el cargo desde 1916 hasta 1945.

⁴La evolución cuantitativa del movimiento de suscriptores en una década ha sido paralela al movimiento anual de socios, de acuerdo a la información que suministra el propio diario *La Tierra*, n° 1176, del

⁵ 15/08/1926, pp. 4 y 5:

Años	Suscriptores	Socios
1916	520	860
1917	2.018	3.441
1918	3.012	4.900
1919	4.001	6.050
1920	4.400	7.022
1921	5.100	7.564
1922	8.433	8.220
1923	10.700	10.678
1924	14.420	12.214
1925	15.380	14.853
1926	18.506	17.297

⁷“Sensacional golpe de Estado”, *Boletín Oficial*, n° 20, Rosario, 11/2/1913, p. 1.

⁸Id., n° 21, Rosario, 18/2/1913, p. 1.

⁹“Méjico y la cuestión agraria”, *La Tierra*, n° 99, Rosario, 9/10/1914, p. 3.

¹⁰“La Gran Confederación de Gremios Mexicanos”, *La Tierra*, n° 140, 6/8/1915, p. 2.

¹¹Ibid.

¹²Ibid.

¹³Ibid.

¹⁴“Convenio”, *La Tierra*, n° 386, 17/6/1920, p. 1.

¹⁵“Del Exterior”, *La Tierra*, n° 148, 1/9/1915, p. 1.

¹⁶*La Tierra*, n° 710, 24/07/1923, p. 5

¹⁷Ibid.

¹⁸«La próxima aparición de *El Burro*», *La Tierra*, n° 294, 23/8/1918, p. 2.

¹⁹*La Tierra*, n° aniversario 234/235, 1/7/1917, p. 1.

²⁰“El cura párroco”, *La Tierra*, n° 258, 7/12/1917, p. 3.

²¹“Proyecto de ley agraria”, *La Tierra*, n° 437, 16/2/1921, p. 4.

²²Ibid.

²³“Actitud del presidente Obregón”, “El reconocimiento del gobierno de Méjico”, “Acuerdo entre norteamericanos y mejicanos”, *La Tierra*, n° 683, 22/5/1923, p. 5; n° 685, 29/5/1923, p. 6 y n° 703, 7/8/1923, p. 6.

²⁴“Declaraciones del Ministerio del Interior” en: *La Tierra*, n° 780, 3/1/1924, p. 5.

²⁵“El movimiento revolucionario”, *La Tierra*, n° 785, 15/1/1924, p. 5.

²⁶“Norte América”, *La Tierra*, n° 787, 19/01/1924, p. 5.

²⁷Id., n° 788, 22/01/1924, p. 5.

²⁸“Las informaciones oficiales que se hacen correr, el movimiento revolucionario no tardará en ser sofocado. Las tropas federales siguen avanzando y tomando muchos pueblos que estaban en poder de los revolucionarios.” “*Tan pronto como gobierno haya obtenido las armas que ha de venderle el gobierno de EE.UU., las tropas federales podrán dominar completamente a lo revolucionarios*”. *La Tierra*, n° 780, 03/01/1924, p. 5.

²⁹“El arbitraje entre México y Estados Unidos”, *La Tierra*, n° 821, 1/4/1924, p. 5.

³⁰“Liga del Libre Pensamiento Comité Nacional”, *La Tierra*, n° 66, 30/1/1914, p. 3.

³¹“Las famosas cajas rurales”, *La Tierra*, n° 290, 26/7/1918, p. 3.

³²“El cura párroco”, *La Tierra*, n° 258, 7/12/1917, p. 3.

³³“Un cura estu... pendo”, *La Tierra*, n° 261, 28/12/1917, p. 1.

³⁴«Para la pacificación social», *La Tierra*, n° 349, 3/10/1919, p. 2.

³⁵«1870-XX septiembre-1917», *La Tierra*, n° 247, 21/9/1917, p. 1.

- ³⁶ «Los curas y el 20 de septiembre», *La Tierra*, nº 349, 3/10/1919, p. 3.
- ³⁷ «1870-XX septiembre-1917», *La Tierra*, nº 247, 21/9/1917, p. 1.
- ³⁸ «Manifestaciones antirreligiosas en Rusia», *La Tierra*, nº 629, 11/1/1923, p. 5.
- ³⁹ «Contra la blasfemia», *La Tierra*, nº 843, 3/6/1924, p. 2.
- ⁴⁰ «Lenin ha muerto», *La Tierra*, nº 789, 24/1/1924, p. 2.
- ⁴¹ *Ibid.*
- ⁴² «Clausura de las escuelas católicas», *La Tierra*, nº 1099, 16/2/1926, p. 7.
- ⁴³ «El cura párroco de Ramallo», *La Tierra*, nº 266/267, 28/12/1917, p. 3.
- ⁴⁴ «Con motivo de las cajas rurales», *Boletín Oficial*, nº 32, 13/5/1913, p. 2.
- ⁴⁵ «Nuestras luces...», *La Tierra*, nº 291, 2/8/1918, p. 1.
- ⁴⁶ «El primer Obispo de Rosario», *La Tierra*, nº 3202, 19/3/1935, p. 1.
- ⁴⁷ «La clausura de una iglesia provocó un accidente sangriento», *La Tierra*, nº 1105, 2/3/1926, p. 7.
- ⁴⁸ «La cuestión religiosa», *La Tierra*, nº 1125, 20/4/1926, p. 7.
- ⁴⁹ «Curioso manifiesto de los católicos» en: *La Tierra*; nº 1165, 24/7/1926, p. 8.
- ⁵⁰ «Los sacerdotes católicos abandonaron los templos», *La Tierra*, nº 1166, 27/7/1926.
- ⁵¹ «Informaciones Telegráficas», *La Tierra*; nº 1168, 31/7/1926, p. 7.
- ⁵² «En la catedral de México tres criaturas perecieron asfixiadas», *La Tierra*, nº 1168, 31/7/1926, p. 7.
- ⁵³ «Las declaraciones del presidente Calles» en: *La Tierra*, Nº 1168, 31/7/1926, p. 7.
- ⁵⁴ «Las declaraciones del episcopado», *La Tierra*, nº 1169, 3/8/1926, p. 7.
- ⁵⁵ «El gobierno exige a los católicos el respeto a las leyes», *La Tierra*, nº 1169, 3/8/1926, p. 7.
- ⁵⁶ «Manifiesto de la Liga Revolucionaria», *La Tierra*, nº 1169, 3/8/1926, p. 7.
- ⁵⁷ «La Revolución del 6 de septiembre», *La Tierra*, nº 2678, 6/9/1932.
- ⁵⁸ «Problemas agrarios. La posesión de la tierra», *La Tierra*, nº 2779, 16/12/1932, p. 7.
- ⁵⁹ «La enfermedad tiene su remedio», *La Tierra*, nº 2779, 16/12/1932, p. 7.
- ⁶⁰ «El colectivismo agrario», *La Tierra*, nº 2787, 24/12/1932, p. 5.
- ⁶¹ *Ibid.*
- ⁶² «Para los socialistas especialmente y también para los que no lo son», *La Tierra*, nº 3204, 26/03/1935, p. 1.
- ⁶³ *Ibid.*
- ⁶⁴ *La Tierra*, nº 3400, 16/2/1937, p. 3.
- ⁶⁵ «Bibliografía», *La Tierra*, nº 3212, 28/5/1935, p. 4.
- ⁶⁶ «De frente a los dos frentes», *La Tierra*, nº 3332, 25/6/1936, p. 3.
- ⁶⁷ *Ibid.*
- ⁶⁸ «Indemnización a varios propietarios», *La Tierra*, Nº 3333, 13/11/1936, p. 4.
- ⁶⁹ «La compañías petroleras», *La Tierra*, nº 3449, 6/8/1937.
- ⁷⁰ «México, -El Gobierno autorizó al Banco de Crédito Comunal y Agrícola a comprar 13.000 toneladas de maíz en la Argentina para remediar la escasez que hay de cereal, y que se atribuye a los especuladores» «Compra de maíz argentino», *La Tierra*, nº 3405, 05/03/1937, p. 4.
- ⁷¹ «...los 172 candidatos presentados por el partido nacional revolucionario resultarán electos ya que son los candidatos que contaron con las masas organizadas del mismo partido y ningún otro organismo político de fuerza existente en Méjico». «Elecciones Nacionales», *La Tierra*, nº 3440, 6/7/1937, p. 4.
- ⁷² *La Tierra*, nº 3211, 19/4/1935, p. 2.
- ⁷³ «El 9 llegará Trotsky», *La Tierra*, nº 3996, 5/1/1937, p. 4.
- ⁷⁴ *La Tierra*, nº 3998, 15/1/1937, p. 4.
- ⁷⁵ «Resolución de los Maestros», *La Tierra*, nº 3998, 15/1/1937, p. 4.

NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO EN LA ARGENTINA DURANTE LA GRAN GUERRA*

María Inés Tato**

Resumo

Durante la Primera Guerra Mundial la Argentina adoptó una política exterior neutralista. Esta decisión del gobierno desató intensos debates y movilizaciones que abarcaron a amplios sectores de la sociedad. Especialmente a partir de 1917 se fueron delineando dos campos enfrentados en la opinión pública: los partidarios del mantenimiento de la neutralidad y quienes impulsaban la ruptura de relaciones diplomáticas con Alemania. Esta toma de partido involucró distintas definiciones del nacionalismo y de su vinculación con valores universales como libertad y democracia, así como la postulación de diferentes relaciones con Europa y América.

Palavras-chave

Primera Guerra Mundial; Argentina; nacionalismo; internacionalismo; antiimperialismo.

Abstract

During the First World War, Argentine adopted a neutralist foreign policy. This governmental decision unleashed intense debates and mobilizations that included wide sectors of society. Especially since 1917 two opposed fields were sketched in public opinion: the supporters of neutrality and those who encouraged the breaking-off of diplomatic relations with Germany. This taking sides involved different definitions of nationalism and its links with universal values such as liberty and democracy, as well as different relationships with Europe and the Americas.

Keywords

First World War; Argentine; nationalism; internationalism; antiimperialism.

Introducción

El historiador británico Eric J. Hobsbawm señaló a la Primera Guerra Mundial como el hito que separaba el “largo siglo XIX” iniciado por la Revolución Francesa del “siglo XX corto”, signado por fuertes extremismos ideológicos.² El conflicto puso fin a la *belle époque* europea, derrumbó las expectativas optimistas de progreso ilimitado y de perfeccionamiento paulatino de la civilización occidental, e inauguró una nueva era de incertidumbre y de hondos cuestionamientos a los pilares económicos, sociales, políticos e ideológicos de la sociedad burguesa. En el plano de las ideas, tuvo como principales manifestaciones la crisis del liberalismo, la difusión del comunismo tras el estallido de la Revolución Rusa, y la explosión del nacionalismo, que hizo de esta cruenta contienda un verdadero plebiscito de la idea de nación.³

En América Latina las repercusiones del conflicto excedieron ampliamente el ámbito económico y abarcaron también las reflexiones de las elites acerca de la identidad nacional, marcando en algunos casos un punto de inflexión, aun cuando estas cuestiones recién comienzan a ser exploradas por la historiografía.⁴

En el caso argentino, los estudios sobre el desarrollo del nacionalismo por lo general se han focalizado en torno del Centenario de la Revolución de Mayo y, especialmente, hacia comienzos de la década de 1930.⁵ Sin embargo, entre 1914 y 1918 la sociedad argentina protagonizó intensas movilizaciones y debates acerca de la posición que debía adoptar el país ante el conflicto, en los que subyacían, a menudo de manera vaga y tácita, interpretaciones diferentes acerca de la argentinidad y de sus deberes concomitantes. El presente trabajo se propone recuperar la incidencia de la Gran Guerra en el devenir del nacionalismo, centrándose en esas diferentes concepciones de la nación que se fueron delineando en el transcurso de la contienda.

La Argentina y la guerra

El estallido de la guerra suscitó un notable activismo de la sociedad argentina, que históricamente se hallaba ligada al continente europeo por vínculos comerciales, culturales y demográficos. En efecto, en la segunda mitad del siglo XIX el proceso de modernización económica y social de la Argentina se apoyó en la abundante afluencia de capitales y de mano de obra procedentes de Europa.⁶ Precisamente en 1914 el Censo Nacional de Población daba cuenta de que el 29,9% de la población argentina estaba constituido por extranjeros; de ese porcentaje, el 40,6% eran italianos y el 36,3% españoles, seguidos a bastante distancia por los rusos, los franceses, los sirio-libaneses, los austro-húngaros, los ingleses y los alemanes. La presencia de los inmigrantes en la sociedad argentina era aun

más marcada en los centros urbanos, al punto de que la población de la ciudad de Buenos Aires, capital de la república, contaba en el año del desencadenamiento de la Gran Guerra con un 49,3% de extranjeros.⁷

En consecuencia, no ha de resultar sorprendente que las primeras movilizaciones sociales en apoyo de los países beligerantes fueran protagonizadas por las colectividades de inmigrantes y por sus hijos, muchos de los cuales se enrolaron como soldados voluntarios al servicio de la patria de sus ancestros. Sin embargo, también abundaron las manifestaciones pacifistas y las actividades solidarias en favor de los soldados y de las víctimas civiles de la guerra, emprendidas por ciudadanos argentinos, incluyendo el enrolamiento de cientos de jóvenes como soldados voluntarios en los ejércitos aliados.⁸ Los intelectuales y los principales medios de prensa adoptaron tempranamente posturas definidas frente a la guerra,⁹ pero no fue sino hasta 1917, cuando la opinión pública expresó resueltamente sus simpatías por uno u otro de los bandos contendientes.

¿Qué hizo de 1917 un verdadero parteaguas en el posicionamiento de la opinión pública argentina frente a la guerra? Puede considerarse que, por entonces, confluyeron dos situaciones que se combinaron dramáticamente. Por un lado, en febrero de ese año los Estados Unidos decidieron romper relaciones diplomáticas con el Imperio Alemán a raíz del hundimiento del barco *Lusitania* en el marco de la guerra submarina sin restricciones iniciada por Alemania para interrumpir el abastecimiento de los países aliados. En abril, los Estados Unidos entraron formalmente en guerra con los Imperios centrales e iniciaron una campaña que, bajo el lema del Panamericanismo, trató de sumar a las naciones latinoamericanas al esfuerzo bélico de los Aliados, estrechando el margen de autonomía de aquéllas en materia de política internacional. El objetivo de esa iniciativa consistía en lo inmediato en garantizar en forma exclusiva el abastecimiento de los Aliados y el aislamiento comercial de los Imperios Centrales, alterando el balance de fuerzas entre los dos bandos en lucha, y en el mediano plazo en fortalecer su presencia económica en la región. Esta operación coincidió con un episodio que hizo de la guerra un acontecimiento más cercano para la Argentina: el hundimiento del vapor *Monte Protegido* por submarinos alemanes, al que seguirían dos meses después el de las naves *Oriana* y *Toro*. De este modo, el surgimiento de un frente externo de conflicto se acrecentó con las presiones diplomáticas norteamericanas, con la continuidad de las intimidaciones británicas sobre el comercio interno (manifestadas en la política de “listas negras” aplicada contra las empresas de capital alemán)¹⁰ y con el creciente disconformismo de buena parte de la sociedad con respecto a la política exterior adoptada hasta entonces por el gobierno argentino.

Al momento de desencadenarse la guerra, el presidente en ejercicio era el conservador Victorino de la Plaza, sucedido por el radical Hipólito Yrigoyen en 1916 tras las primeras

elecciones presidenciales celebradas en base al voto universal, secreto y obligatorio. A pesar de los orígenes políticos disímiles de estos mandatarios, ambos llevaron adelante un idéntico manejo de las relaciones exteriores del país, basado en el mantenimiento de una rigurosa neutralidad. Esta política se correspondía con la tradición diplomática argentina y, al mismo tiempo, se orientaba a preservar las relaciones comerciales con todos los países envueltos en la contienda.¹¹ Sin embargo, los acontecimientos reseñados más arriba generaron renovados cuestionamientos al comportamiento del gobierno, aun cuando éste inició prontamente las reclamaciones diplomáticas del caso frente al Imperio Alemán.

En septiembre de 1917 el frente interno que debió encarar Yrigoyen se complicó aún más tras la difusión del texto de varios telegramas dirigidos al *káiser* por el conde de Luxburg, ministro alemán en la Argentina, que fueron interceptados por los servicios de inteligencia de los Estados Unidos. En ellos el diplomático alemán se expresaba de manera ofensiva con respecto al presidente argentino y a su ministro de Relaciones Exteriores, y sugería al emperador proceder en adelante a hundir naves argentinas “sin dejar rastro”. Asimismo, aludían a la promesa verbal de Yrigoyen de que en adelante éstas no se adentrarían en del área de exclusión establecida por el Imperio alemán, con lo cual el gobierno se había comprometido de palabra a ajustarse a sus condiciones.¹² Estas revelaciones transfiguraron la naturaleza de las movilizaciones sociales que venían desarrollándose desde 1914; éstas adquirieron una dosis mayor de politización al combinar el alineamiento frente a los sucesos internacionales con el posicionamiento interno frente a la política exterior del gobierno radical. A lo largo del país, la opinión pública se dividió en dos bandos irreconciliables: los partidarios del sostenimiento de la posición oficial frente al conflicto (los neutralistas) y los que propiciaban la ruptura de relaciones diplomáticas con Alemania (los rupturistas o aliadófilos). Ambas facciones mantuvieron ásperos debates en los medios de prensa y protagonizaron masivas movilizaciones que tuvieron como escenario los espacios públicos más destacados de las principales localidades del país, en las que no estuvieron ausentes los enfrentamientos violentos.

Entre los intelectuales y políticos que sostuvieron la causa de la neutralidad se contaron Ernesto Quesada, Alfredo Colmo, Juan P. Ramos, Calixto Oyuela, Dardo Corvalán Mendilaharsu, Belisario Roldán, Coriolano Alberini y Estanislao Zeballos. Los rupturistas, por su parte, reconocían como líderes a Leopoldo Lugones, Ricardo Rojas, Ricardo Güiraldes, Carlos Alberto Leumann, Pedro Miguel Obligado, Alfonso de Laferrère, Alberto Gerchunoff y Alfredo L. Palacios.

Los neutralistas

La posición del presidente Yrigoyen se enmarcaba sin dudas en los lineamientos seguidos hasta entonces por la diplomacia argentina. No obstante, también respondía a sus convicciones nacionalistas, manifestadas en la búsqueda de una alternativa al panamericanismo postulado desde Washington. Luego de producida la ruptura de relaciones de los Estados Unidos con Alemania, hubo varias iniciativas de diversos países latinoamericanos neutrales para concertar una posición en común independiente de la auspiciada por los Estados Unidos y defender sus intereses comerciales. Yrigoyen convocó en marzo de 1917 a una conferencia de naciones latinoamericanas, apoyada por México, a realizarse en Buenos Aires a principios de 1918, pero el ritmo de la guerra la frustró a medida que, bajo la presión norteamericana, Latinoamérica fue abandonando la neutralidad. Así, el nombre de la conferencia fue cambiando para adaptarse a esa realidad: de “Congreso de Neutrales” pasó a ser denominada “Congreso de Paz”, “Congreso Comercial” y “Congreso de las Naciones de América”.¹³ En los hechos, permanecieron neutrales, además de la Argentina, Chile, Colombia, México, Paraguay, El Salvador y Venezuela.¹⁴

A pesar del fracaso de esta empresa, la posición oficial del gobierno radical se mantuvo invariable al igual que la polarización de la sociedad, aun cuando Yrigoyen adoptó algunas medidas –como el convenio de comercialización de la producción agrícola suscripto con los países de la Entente– y formuló declaraciones públicas que dejaron traslucir su inclinación por los Aliados (tendencia caracterizada por algunos autores como “neutralidad benévola”).¹⁵ No todo el partido oficialista comulgaba con la postura del primer mandatario, pero terminó imponiéndose la disciplina partidaria, que acalló los cuestionamientos abiertos de la tesitura presidencial. Por el contrario, las redes sociales del radicalismo y su vocero, el diario *La Época*, actuaron acieadamente a la hora de sumarse a la campaña de apoyo a la política gubernamental, expresada en mítines masivos y en la suscripción de numerosos telegramas de adhesión reproducidos diariamente en la prensa.

Sin embargo, el campo neutralista no se circunscribió al radicalismo sino que abarcó a sectores muy heterogéneos de la sociedad argentina, embanderados con la causa neutralista por motivaciones muy disímiles.

Entre ellos se destacaron algunos sectores del Partido Socialista (PS), que priorizaron el internacionalismo clasista y sostuvieron la neutralidad en tanto consideraron que la guerra era el resultado de la competencia de las potencias capitalistas en su estadio imperialista de desarrollo. Sin embargo, aunque era dable esperar tal comportamiento en función de los principios de la doctrina socialista y de los postulados de la Segunda

Internacional, el PS experimentó fuertes controversias internas en torno de esta cuestión, al igual que sus pares europeos, que –con la excepción del PS Italiano– determinaron al triunfo de la nación por sobre la clase.¹⁶ Aunque en abril de 1917 un Congreso Extraordinario del socialismo argentino había aprobado una declaración que establecía que la agrupación debía propender al mantenimiento de la neutralidad, en septiembre la representación parlamentaria del PS, encabezada por Juan B. Justo, votó una resolución favorable a la ruptura de relaciones con Alemania. La reacción de los neutralistas no se hizo esperar: abandonaron la agrupación y a comienzos de 1918 fundaron el Partido Socialista Internacional, devenido luego en Partido Comunista, de hecho el primero en su género en América Latina.¹⁷

Además de la premisa clasista, los socialistas partidarios de la neutralidad habían suscripto en dicho Congreso una declaración instando a que el PS –y su órgano periodístico, *La Vanguardia*– “encuadre su conducta en la defensa de la efectividad de nuestro comercio internacional”, dado que en caso contrario “se paralizaría la vida económica del país, y se afectarían la libertad de los mares y los ideales políticos que persigue la democracia socialista.”¹⁸ Esta argumentación que destacaba la necesidad de proteger los vínculos comerciales del país también era ardientemente sostenida por los sectores ligados al comercio agroexportador, que temían que un pronunciamiento categórico del gobierno en favor de uno de los bandos contendientes pudiera afectar la continuidad de las actividades comerciales en el corto o mediano plazo. Cabe destacar que esa previsión no era infundada: hacia 1913 las cifras del comercio exterior argentino mostraban un incremento notable de los intercambios con Alemania, seguida por el Reino Unido.¹⁹ La salvaguarda de los vínculos comerciales con todos los países beligerantes sería precisamente el *leit-motiv* del Comité por la Libertad del Comercio, que afirmó en su manifiesto fundacional que “la República Argentina no debe embarcarse en una aventura internacional o por mejor decir entrar por simple simpatía a favor de uno de los dos grandes grupos de beligerantes de la tragedia europea” y que “el país necesita trabajar, debe abastecer al mundo, si es posible, con la tranquilidad de la paz y la libertad de comercio”.²⁰

Por otra parte, entre los neutralistas también se contaban algunos intelectuales deslumbrados por la cultura germánica, que se ajustaban sin dificultad al rótulo de “germanófilos” con el que los partidarios de los Aliados sindicaban en general a los neutralistas. Un exponente emblemático de esta corriente fue Ernesto Quesada. Por entonces Profesor de Sociología de la Facultad de Filosofía y Letras y Académico de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, Profesor de Economía Política de la Universidad de La Plata, Fiscal de Cámara, Director de la Academia Argentina de la Lengua y correspondiente de la Real Academia Española, su formación intelectual europea,

moldeada a la par de la carrera diplomática de su padre, Vicente Quesada, evidenció una profunda impronta de la cultura alemana.²¹ En ese sentido, sus intervenciones acerca de la guerra destilaron una intensa admiración por el Estado y por la sociedad alemanes, expresada especialmente en su trabajo *La actual civilización germánica y la presente guerra*, donde repasó los logros alemanes en diversas ramas del quehacer cultural y económico, desmintiendo la dicotomía entre civilización y barbarie levantada por los aliadófilos.

De todos modos, la fundamentación de su inclinación por la neutralidad revestía otras facetas de interés. A su juicio, la guerra le había sido impuesta a Alemania por sus rivales comerciales, especialmente por Gran Bretaña, en función de consideraciones económicas y geopolíticas. En ese aspecto, desmintió con vehemencia las versiones propaladas por la prensa aliada, que atribuía a Alemania pretensiones de expansión territorial en Sudamérica, especialmente en Brasil, Argentina y Chile, a partir de sus colonias de residentes. Por el contrario, enfatizó las ambiciones políticas de los Estados Unidos: “De los tres grandes rivales que se disputan los mercados latino americanos solo, pues, los Estados Unidos adelantan propósitos políticos, no en el sentido de conquista territorial, sino en el de una especie de tutela innominada o de alto protectorado diplomático”.²² A lo largo de su trabajo, Quesada puso de manifiesto un fuerte sentimiento antinorteamericano, común en las élites particularmente tras la guerra hispano – norteamericana de 1898, que culminó en la independencia de Cuba y que dio nuevos bríos al hispanismo en tanto mecanismo de neutralización del imperialismo norteamericano.²³ Indudablemente, este sentimiento iba a hallar un eco más amplio en la coyuntura de 1917, en el marco de la mencionada campaña de presiones del gobierno norteamericano sobre las naciones de América Latina.

El antinorteamericanismo de Quesada era una manifestación del fuerte antiimperialismo que afloró en ocasión de la guerra. En efecto, su crítica no se limitó al expansionismo norteamericano, sino que alcanzó asimismo a otras potencias europeas:

Alemania jamás ha pretendido desempeñar papel político en América: en cambio, Inglaterra se ha posesionado, durante el siglo XIX, de diversos territorios americanos, como, p. e., en lo que hoy es Honduras británica, en las islas Malvinas, etc., trató vanamente de conquistar a la misma Argentina en 1806 y 1807, y ha ejercido presión diplomática y militar en diversos estados latino-americanos; Francia, con la tentativa del imperio de Maximiliano, intentó la conquista de México, entre ambas – Francia e Inglaterra – trajeron varias intervenciones armadas al Río de la Plata, en la época de Rosas; los Estados Unidos, en sus sucesivos avances sobre México, le han arrebatado California, Texas, y han recibido a Puerto Rico como despojo de una guerra, ejerciendo el protectorado sobre Cuba y Panamá.²⁴

Desde sus mismos orígenes, este antiimperialismo estuvo íntimamente vinculado con un acendrado hispanismo, que se vio reforzado en el marco de la Gran Guerra por la

opción de España por una política neutralista.²⁵ La antigua metrópoli era colocada a partir de su actitud diplomática en el sitial de paradigma que la Argentina debía emular. En palabras del poeta Belisario Roldán, gran orador que divulgó los principales tópicos de los neutralistas, incluyendo el antiimperialismo, involucrar al país en la guerra era “una aventura quijotesca que la propia patria del Quijote ha sabido eludir hasta la fecha”.²⁶

Los rupturistas

El campo rupturista era bastante variopinto desde la perspectiva de las adscripciones partidarias pero, en cambio, mucho más homogéneo en la fundamentación de su postura ante el conflicto que el campo neutralista. En efecto, la causa aliadófila congregó tanto a netos opositores del gobierno radical (conservadores, demócrata progresistas, socialistas) como a dirigentes del oficialismo. Varios ministros del gabinete de Yrigoyen, al igual que el ministro argentino en París, Marcelo T. de Alvear, simpatizaban con la causa aliada, aunque por su posición como funcionarios no cuestionaron abiertamente la política presidencial. Asimismo, en las dos cámaras del Congreso hubo radicales que votaron una declaración favorable a la ruptura de relaciones diplomáticas con Alemania.

Pero a pesar de su militancia política dispar, a los rupturistas los unía el consenso en torno de la caracterización de la Gran Guerra y de su adhesión a los Aliados. A diferencia de los neutralistas, concebían a la contienda como un enfrentamiento cultural y moral y no como una simple colisión de intereses materiales. Ello implicaba la identificación de las potencias aliadas con la civilización occidental y los valores de la democracia y de la libertad, y de Alemania con la barbarie y el despotismo. Los rupturistas destacaban además, entre los móviles de su solidaridad, la ancestral vinculación de la Argentina con las potencias aliadas:

en nuestro ideal sobre la guerra, coinciden contra Alemania el pasado, el presente y el porvenir de nuestra patria: el pasado con las fuentes de nuestra raza y nuestra cultura de orígenes latinos; el presente con sus intereses políticos y económicos vinculados a todos los pueblos de la alianza; el porvenir con sus ideales de justicia, o sea la causa de las nacionalidades, de las democracias, de las libertades civiles²⁷

Indudablemente la identificación con los Aliados – y especialmente con Francia – en la coyuntura crítica de la guerra hundía sus raíces en la marcada francofilia de la elite. A la hora de diseñar una identidad nacional supletoria de la colonial, la clase dirigente que construyó el Estado nacional tras la guerra de independencia y las luchas civiles del siglo XIX, se inclinó – como en la mayoría de los países latinoamericanos – por filiarla con modelos culturales alternativos al español. Desde el último cuarto del siglo XIX y hasta bien entrada la Primera Guerra Mundial, el paradigma por excelencia fue el francés, en

función de la identificación con los principios ideológicos de la Revolución Francesa y con las instituciones republicanas.²⁸

Por otra parte, los aliadófilos también inscribían sus combates dentro de la lucha contra el imperialismo, aun cuando éste no era identificado con los Estados Unidos – como era corriente hasta entonces dentro del horizonte ideológico liberal –. Contrariamente, éstos fueron reivindicados a partir de su declaración de guerra contra Alemania y elevados a la condición de paradigma a emular por el resto del continente, en una posición claramente favorable al panamericanismo impulsado desde Washington.²⁹ El imperialismo era atribuido exclusivamente a la coalición de las Potencias Centrales, por lo cual el antiimperialismo de los aliadófilos se reducía a la denuncia de “la ambición de hegemonía pretoriana mundial del imperialismo alemán, asociado a otros dos imperios carcomidos, de historia negra por su absolutismo y por el ensañamiento de sus persecuciones tradicionales”.³⁰

Así como algunos partidarios de la neutralidad enfatizaban los perjuicios económicos que acarrearía al país su decantamiento por uno u otro de los bandos en pugna, los aliadófilos destacaban las posibles desventajas que depararían al comercio argentino las eventuales represalias que los Aliados podrían aplicar a la Argentina tras la finalización de la contienda.³¹

Su posición frente al conflicto presentaba dos dimensiones confluyentes. Por un lado, expresaban una reacción típicamente nacionalista ante los episodios bélicos que involucraron directamente a la Argentina. En ese sentido, afirmaban que si hasta el hundimiento de las naves de bandera argentina era posible defender la neutralidad del país ante una guerra que parecía distante, la coyuntura abierta por la guerra submarina hacía insostenible esa posición. Como lo enunciaba el poeta Ricardo Rojas –uno de los adalides del rupturismo–, “no se trata ya de optar entre los aliados de Francia y los aliados de Alemania. La guerra submarina nos transformó de espectadores en actores de la tragedia. Lo que antes fue emoción deportiva o polémica filosófica, se convirtió bruscamente – por voluntad de Alemania – en conflicto moral y episodio de nuestra propia historia.”³² La ruptura de relaciones aparecía en consecuencia como la única respuesta al orgullo nacional herido; todo aquel ciudadano que no compartiera esta noción básica del patriotismo quedaba clasificado automáticamente en el bando germanófilo,³³ incluyendo al propio presidente de la nación.³⁴

Por otro lado, los rupturistas exhibían un nacionalismo de corte cosmopolita, basado en su identificación con valores universales (libertad, democracia) compartidos con los países que los encarnaban. Citando nuevamente a Rojas, la causa argentina era “la misma que acaban de inscribir en sus banderas de guerra la Francia de los derechos del hombre, la Inglaterra de la Carta Magna, la Rusia de la revolución antizarista, la Italia del papado

vencido, el Portugal de los Braganzas derrocados, la Unión Americana de la constitución federal.”³⁵ Este cosmopolitismo era evidente en sus actos públicos, definidos por la profusión de colores proporcionada por la multitud de banderas argentinas y de los países aliados que eran enarboladas, y por los sonos del Himno Nacional Argentino, de la Marcha Real italiana, de la Marsellesa y de la Marcha Garibaldina que eran entonados por las bandas de música. Este perfil de los mítines públicos contrastaba con el exteriorizado por las manifestaciones neutralistas, que adoptaban un perfil netamente local: en los actos se permitía únicamente la portación de banderas argentinas y de banderas blancas, así como la entonación del Himno Nacional argentino y de otras marchas patrióticas. Compensaban esa austeridad con carteles alusivos a sus convicciones: “Mejor vivir en la patria que morir por el extranjero”, “La guerra es un crimen, y sin causa es una locura”, “No somos germanófilos ni aliadófilos, somos argentinos”, “Nosotros queremos velar por la grandeza de nuestro país”, “Queremos la paz, el orden, el trabajo y la grandeza”, “Nuestro peligro no está en Europa”, “Queremos neutralidad. Abajo la guerra”.³⁶

A modo de balance

El estallido de la Gran Guerra dio nuevos bríos al nacionalismo cívico. La contienda provocó una inédita movilización y un activo compromiso de los ciudadanos de las distintas naciones europeas, que apoyaron la actividad belicista de sus respectivos Estados en tanto éstos apelaron a la patria en peligro para legitimarla. La guerra se convirtió así en la prueba por excelencia de la virtud cívica: *Pro Patria mori* fue el lema de los millones de ciudadanos involucrados en la contienda, tanto en los frentes de lucha como en el frente civil que sostuvo material y moralmente el esfuerzo bélico de los soldados.

En el caso de la Argentina, la guerra también despertó profundas pasiones nacionalistas y movilizó a vastos sectores de la sociedad tras la causa nacional, definida de manera disímil según los neutralistas y los rupturistas. La contienda desatada en la opinión pública por la apropiación de la idea de nación revela los avances del proceso de construcción de la ciudadanía iniciado en 1912 con la llamada “ley Sáenz Peña”, que estableció la universalidad del sufragio masculino junto con su obligatoriedad y secreto. Los ciudadanos que se movilaron para reclamar al gobierno la adopción de una política exterior determinada lo hicieron movidos por la convicción en sus derechos de participación en la vida pública y, al mismo tiempo, por un arraigado sentimiento nacionalista, evidenciando el éxito de las campañas de pedagogía cívica puestas en práctica desde la década de 1880 por un Estado en plena formación.³⁷

A la hora de definir la identidad nacional, tanto los rupturistas como los neutralistas recurrieron a la ineludible referencia a Europa que, como ha señalado François-Xavier

Guerra, fue universal y permanente entre las elites latinoamericanas durante todo el siglo XIX hasta por lo menos la Primera Guerra Mundial. El vínculo con el Viejo Continente generó una conciencia de doble pertenencia, que concibió a las sociedades latinoamericanas como variedades específicas del modelo cultural occidental.³⁸ En el caso que nos ocupa, el establecimiento de filiaciones con modelos europeos no fue unívoca, sino que reconoció referentes diversos.

Los rupturistas asumieron sin reservas la etiqueta de “aliadófilos” que les impusieron sus contendientes en el debate público. El concepto de nación que manejaban era tributario de la noción de “crisol de razas” que acompañó a partir de 1880 la construcción del Estado nacional. Según esta imagen, la cultura argentina era el resultado de la mezcla, de la fusión, de la amalgama de los elementos nativos con los aportes de los inmigrantes.³⁹ Desde esa perspectiva, el nacionalismo no era incompatible con el internacionalismo, sino que, por el contrario, se engarzaba y reafirmaba en el contacto con otras nacionalidades en función de valores universales como la libertad, filiada con la emancipación nacional, y como la democracia, conquistada plenamente a partir de 1912. Como símbolo de esos valores, Francia concitaba principalmente la solidaridad de los rupturistas, como lo evidenciaba el alistamiento de soldados voluntarios argentinos en el ejército francés.⁴⁰ Pero también reivindicaban a otros países aliados, dando cuenta de la coexistencia de otros modelos culturales y/o políticos complementarios, como el régimen liberal británico o el republicanismo estadounidense.⁴¹

En el caso de los neutralistas, la defensa de la nación pasaba principalmente por el mantenimiento de la equidistancia frente a los conflictos de los países beligerantes y por el sostenimiento de la autonomía decisoria en materia de política internacional, precisamente en momentos en los que se acentuaban las presiones intervencionistas de Estados Unidos y Gran Bretaña sobre el gobierno argentino. En líneas generales, como sin dudas lo ilustra la política desplegada por Yrigoyen, ese nacionalismo se enlazó con el antiimperialismo. En esta coyuntura, frente a la nueva embestida del panamericanismo impulsado por los Estados Unidos, el presidente radical pretendió levantar una alternativa autónoma de los países latinoamericanos que bien podría ser catalogada de hispanoamericanismo, una variante del hispanismo que – como hemos visto – estaba ampliamente extendido entre los intelectuales y políticos desde el cambio de siglo. El hispanoamericanismo implicaba el reconocimiento de una comunidad cultural de origen, formada por España y sus antiguas colonias, y al mismo tiempo una comunidad de destino, identificada con Latinoamérica como un colectivo. Prueba concluyente de la afinidad cultural de Yrigoyen con la antigua metrópoli la proporciona el decreto del 4 de octubre de 1917 por el cual el 12 de octubre – fecha en la que se conmemora el descubrimiento de América por Cristóbal Colón – fue instituido como Día de la Raza.⁴²

Asimismo, es dable reconocer entre los neutralistas la fuerte impronta de otro modelo cultural alternativo: el alemán. Aunque sin duda no tuvo entre la elite argentina la aceptación que suscitó el paradigma francés, la influencia de Alemania fue muy marcada entre algunos grupos en función de su formación profesional: tal fue el caso de juristas, médicos y militares.⁴³

A partir del examen de las cuestiones abordadas en este trabajo, se imponen varias conclusiones. Las disputas entre neutralistas y rupturistas mostraron la naturaleza intrínsecamente controversial de la construcción de identidades nacionales y la inmensa capacidad de las consignas nacionalistas de generar pasiones y movilizar a la sociedad. La construcción de la argentinidad encerraba en todos los casos una conexión internacionalista, en la medida en que remitía a modelos culturales externos, fuera el francés, el español o el alemán. En ese sentido, lejos de presumir la incompatibilidad entre nacionalismo e internacionalismo, se afirmaba su emparentamiento.

Por otro lado, la Gran Guerra dio empuje a algunas corrientes de ideas que cobrarían un mayor vigor a partir de la década de 1930. Tal fue el caso del antiimperialismo, que, alimentado por el descrédito político de la llamada “década infame”, se difundió extensamente en todo el arco político, desde la izquierda a la misma derecha nacionalista, y del hispanismo, que adquirió mayor predicamento a partir de la guerra civil española y de la experiencia franquista, asociándose a las derechas.

Por último, la polarización política e ideológica entre “aliadófilos” y “germanófilos” (según la terminología que ambos campos utilizaban en sus contiendas cotidianas) en que se dividió la opinión pública argentina en este período anticipó los enfrentamientos que reaparecerían con una virulencia aun mayor en el transcurso de la Segunda Guerra Mundial.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Doutora em História, Universidad de Buenos Aires. Pesquisadora do CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

² HOBBSAWM, Eric J. *Historia del siglo XX*. Barcelona, Crítica, 1995.

³ FURET, François. *El pasado de una ilusión. Ensayo sobre la idea comunista en el siglo XX*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 52.

⁴ COMPAGNON, Olivier. “1914-18: The death throes of civilization. The elites of Latin-America face the Great War”. En MACLEOD, Jenny – PURSEIGLE, Pierre (eds.). *Uncovered fields. Perspectives in First World War Studies*. Leiden, Brill Academic Publishers, 2004.

⁵ A título de ejemplo, TRONCOSO, Oscar. *Los nacionalistas argentinos: antecedentes y trayectoria*.

Buenos Aires, SAGA, 1957; IBARGUREN, Federico. *Orígenes del nacionalismo argentino, 1927-1937*. Buenos Aires, Celcius, 1969; NAVARRO GERASSI, Marysa. *Los nacionalistas*. Buenos Aires, Jorge Álvarez, 1969; ZULETA ÁLVAREZ, Enrique. *El nacionalismo argentino*, Buenos Aires, La Bastilla, 1975, tomo I; BARBERO, María Inés – DEVOTO, Fernando. *Los nacionalistas (1910-1932)*, Buenos Aires, CEAL, 1983; MCGEE DEUTSCH, Sandra. *Counterrevolution in Argentina, 1900-1932. The Argentine Patriotic League*, Nebraska, University of Nebraska Press, 1986; BUCHRUCKER, Cristián. *Nacionalismo y peronismo*, Buenos Aires, Sudamericana, 1987; MCGEE DEUTSCH, Sandra – DOLKART, Ronald. *The Argentine right: its history and intellectual origins, 1910 to the present*, Wilmington, Scholarly Resources Books, 1993; ROCK, David. *La Argentina autoritaria*, Buenos Aires, Ariel, 1993; PIÑEIRO, Elena. *La tradición nacionalista ante el peronismo. Itinerario de una esperanza a una desilusión*, Buenos Aires, A-Z Editora, 1997; ROCK, David et al. *La derecha argentina. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales*, Buenos Aires, Javier Vergara Editor, 2001; SPEKTOROWSKI, Alberto *The origins of Argentina's revolution of the right*. Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 2003. Otros estudios remontan el tratamiento del tema a las últimas décadas del siglo XIX (BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001; LVOVICH, Daniel. *Nacionalismo y antisemitismo en la Argentina*. Buenos Aires, Ediciones B, 2003) o al período de entreguerras, enfatizando en este caso el impacto del proceso de democratización sobre el desarrollo del nacionalismo (DEVOTO, Fernando J. *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna. Una historia*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002).

⁶ Acerca de este proceso, cfr. los clásicos de GALLO, Ezequiel – CORTÉS CONDE, Roberto. *Argentina: la república conservadora*. Buenos Aires, Paidós, 1995, y de CORTÉS CONDE, Roberto. *La formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires, Paidós, 1967.

⁷ VÁZQUEZ PRESEDO, Vicente. *El caso argentino: migración de factores, comercio exterior y desarrollo 1875-1914*. Buenos Aires, Eudeba, 1979, pp. 125 y 94.

⁸ Sobre el activismo social suscitado por la contienda, véase TATO, María Inés. “La movilización de la sociedad argentina frente a la Primera Guerra Mundial”. En MOREYRA, Beatriz I. – MALLO, Silvia C. (editoras). *Miradas sobre la historia social argentina en los comienzos del siglo XXI*. Córdoba, Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti” - Centro de Estudios de Historia Americana Colonial (CEHAC) - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2008.

⁹ HALPERIN DONGHI, Tulio. “Ecos de la guerra”. En Estudio Preliminar de *Vida y muerte de la República verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires, Ariel, 2000; SIEPE, Raimundo. *Yrigoyen, la Primera Guerra Mundial y las relaciones económicas*. Buenos Aires, CEAL, 1992, pp. 63-64.

¹⁰ Acerca de esta política a nivel continental, véase DEHNE, Phillip. “From ‘business as usual’ to a more global war: the British decision to attack Germans in South America during the First World War”. En *Journal of British Studies* n° 44, julio de 2005.

¹¹ LANÚS, Juan Archibaldo. *Aquel apogeo. Política internacional argentina, 1910-1939*. Buenos Aires, Emecé, 2001, pp. 51-52.

¹² WEINMANN, Ricardo. *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*. Buenos Aires, Biblos, 1994, pp. 129-130.

¹³ WEINMANN. *Op. cit.*. Pp. 109 y 117; LANÚS. *Op. cit.* Pp. 87-89.

¹⁴ LANÚS. *Op. cit.* P. 88.

¹⁵ WEINMANN. *Op. cit.* Pp. 143-144.

¹⁶ Acerca de esta cuestión, véase JOLL, James. *The Second International, 1889-1914*. Londres, Routledge, 1974, cap. VII.

¹⁷ WALTER, Richard J. *The Socialist Party of Argentina, 1890-1930*. Austin, Institute of Latin American Studies – The University of Texas at Austin, pp. 143-145.

¹⁸ “Asuntos internacionales”. En *La Prensa*, 18/04/1917.

¹⁹ LANÚS. *Op. cit.* Pp. 113-114.

²⁰ “Asuntos internacionales”. En *La Prensa*, 30/09/1917.

²¹ Para una semblanza de Quesada y su formación intelectual, consúltese TERÁN, Oscar. “Ernesto Quesada: sociología y modernidad”. En *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*. Derivas

de la "cultura científica". Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2000. Sobre su relación con la cultura alemana, véase DUVE, Thomas. "El contexto alemán del pensamiento de Ernesto Quesada". En *Revista de Historia del Derecho* n° 30, 2002.

²² QUESADA, Ernesto. *El "peligro alemán" en Sud América*. Buenos Aires, Talleres Gráficos de Selin Suárez, 1915, p. 32.

²³ TERÁN. *Op. cit.*, p. 207.

²⁴ QUESADA, El "peligro alemán"..., *op. cit.*, p. 53.

²⁵ Al respecto véase ROMERO SALVADÓ, Francisco. *España, 1914-1918: entre la guerra y la revolución*, Barcelona, Crítica, 2002.

²⁶ ROLDÁN, Belisario. Discurso citado en "En favor de la neutralidad". En *La Prensa*, 25/04/1917.

²⁷ ROJAS, Ricardo. "La hora del destino". En *La guerra de las naciones*. Buenos Aires, La Facultad, 1924, pp. 25-26.

²⁸ ROLLAND, Denis. "L'Amérique a cessé de regarder vers l'Europe?" La France, un modèle qui s'efface en Amérique latine". En LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *L'Amérique Latine et les modèles européens*. París, L'Harmattan, 1998.

²⁹ BARROETAVERÑA, Francisco A. "Discurso del Dr. F. A. Barroetaveña". En AAVV. *La Argentina ante la guerra*. Buenos Aires, Otero & Co., 1917, pp. 16-19.

³⁰ BARROETAVERÑA. *Op. cit.* P. 10.

³¹ GERCHUNOFF, Alberto. "La diplomacia del Sr. Irigoyen". En: *El nuevo régimen*. Buenos Aires, Otero y García, 1918, pp. 90-91.

³² ROJAS, Ricardo. "La voz del atalaya". En *La guerra de las naciones, op. cit.* P. 38.

³³ ROJAS. "La hora del destino", *op. cit.*, p. 21.

³⁴ GERCHUNOFF, Alberto. "La moral del Sr. Irigoyen". En *op. cit.*, pp. 53-55.

³⁵ ROJAS. "La hora del destino", *op. cit.*, p. 26.

³⁶ "En favor de la neutralidad". En *La Prensa*, 25/04/1917.

³⁷ Sobre la importancia de la educación y de los rituales cívicos en la construcción de la legitimidad política estatal, cfr. HOBBSBAM, Eric. "Mass-producing traditions: Europe, 1870-1914". En HOBBSBAM, Eric – RANGER, Terence (eds.). *The invention of tradition*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996; y MOSSE, George L. *La nacionalización de las masas*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2007. Acerca de este punto en el caso argentino, véanse SOLBERG, Carl. *Immigration and nationalism. Argentina and Chile 1890-1914*. Austin-Londres, University of Texas Press, 1970, pp. 145-152, y BERTONI. *Op. cit.*, caps. II y III. Sobre la construcción del estado nacional en la Argentina, véase OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino*. Buenos Aires, Editorial de Belgrano, 1982.

³⁸ Según GUERRA, las elites "se consideraban a la vez americanas por su nacimiento y su pertenencia nacional, y europeas por su origen y su cultura. ¿Cómo podría ser de otra manera si, hasta en las primeras etapas de la Independencia, obtuvieron su prestigio y su predominio social de su condición de europeas, descendientes de aquellos que habían conquistado y poblado el Nuevo Mundo?" (GUERRA, François-Xavier. "Introduction". En LEMPÉRIÈRE. *Op. cit.* P. 4).

³⁹ Sobre esta cuestión, véase TATO, María Inés. "Del crisol de razas a la Argentina desintegrada: un itinerario de la idea de nación, 1911-1932". En *Historia y Política. Ideas, Procesos y Movimientos Sociales* n° 17, enero – junio de 2007.

⁴⁰ SOIZA REILLY, Juan José. "Almonacid". En *Hombres luminosos*. Buenos Aires, Vicente Matera, s/d.; SUX, Alejandro. *Los voluntarios de la libertad. Contribución de los latino-americanos a la causa de los Aliados*. París, Ediciones Literarias, 1918.

⁴¹ ROLLAND. *Op. cit.* P. 415.

⁴² Véanse los considerandos del decreto en *Documentos de Hipólito Yrigoyen*. Buenos Aires, Senado de la Nación, 1986, pp. 162-163.

⁴³ WEINMANN. *Op. cit.* P. 64; WHITE, Elizabeth. *German influence in the Argentine army, 1900 to 1945*. New York, Garland Publishing, 1991.

UNA INTERPRETACIÓN DE LA CRISIS ACTUAL. EL CAPITALISMO AVANZA HACIA UNA NUEVA GRAN CRISIS MUNDIAL*

Roberto López Sánchez**

Resumo

El trabajo propone una interpretación de la crisis que atraviesa el capitalismo y sus posibles consecuencias en el futuro inmediato. Se consideran los principales antecedentes históricos de la crisis, así como la valoración de los múltiples factores que intervienen en ella, aunque estos factores no se analizan en profundidad por las limitaciones propias de un artículo. Se expone una explicación y análisis de los acontecimientos que han originado la crisis, y su comparación con el desarrollo del capitalismo a lo largo del siglo XX. Se concluye en que existen tendencias en desarrollo que agravarían la crisis mundial a niveles sumamente conflictivos, lo que plantea la necesidad que tienen los trabajadores y los pueblos de luchar por un mundo mejor ante la política guerrerista que desarrollan las fuerzas imperialistas que dominan el mundo.

Palavras-chave

Crisis mundial; guerra mundial; socialismo.

Abstract

The present work proposes an interpretation of the crisis that the capitalism presently runs through, as well as the possible consequences in the immediate future. The main historical antecedents of the crisis are evaluated, as well as the valorization of multiple factors that intervene in it, although such factors are not examined in depth, by reason of the limitations inherent of an article. We expose an explanation and analysis about the facts that have generated the crisis, in comparison to the capitalism development along the XXth. Century. We conclude that there are tendencies in growth that would aggravate the worldwide crisis until extremely conflictant levels, what demands from the workers and the populations the need to fight for a better world, in face of the belligerant politics which reinforce the imperialist strengths that dominate the world.

Keywords

Worldwide crisis; worldwide war; socialism.

Introducción

En este trabajo proponemos una interpretación de la crisis que atraviesa el capitalismo y sus posibles consecuencias a corto, mediano y largo plazo. Hemos considerado los principales antecedentes históricos de la crisis, así como la valoración de los múltiples factores que intervienen en ella, aunque estos factores no los analizamos en profundidad por las limitaciones propias de un artículo. Nos ha motivado un artículo que en días pasados, mi amigo Roland Denis ha hecho circular por la web, referido a la “estrategia imperialista actual”⁴, partiendo de una obra publicada en 2002 por el francés Alain Joxe, titulada “El imperio del caos”⁵. En dicho artículo, Roland concluye que “el imperio ya no necesita de órdenes nacionales estables ligados a sus intereses –no requiere de un orden internacional por tanto- necesita del caos global porque necesita de la guerra si fin y sin fronteras”. Consideramos que dichas conclusiones pecan de unilaterales, aunque encierran parte de la verdad, y que para caracterizar el momento actual del mundo globalizado hace falta ampliar el marco de análisis. De acuerdo a nuestro análisis, existen tendencias en desarrollo que agravarían la crisis mundial a niveles sumamente conflictivos. Pretendemos aquí una explicación y análisis de los acontecimientos que han originado la crisis, su comparación con el desarrollo del capitalismo a lo largo del siglo XX, y las necesidades de luchar por un mundo mejor que tienen los trabajadores y los pueblos ante la perspectiva guerrera que intentan desatar las fuerzas imperialistas que dominan el mundo.

1. Antecedentes del mundo unipolar.

Las dos últimas décadas se han caracterizado por la existencia de una única superpotencia mundial, los Estados Unidos de América. Luego de la caída del muro de Berlín en 1989 y el posterior colapso de la URSS en 1991, los Estados Unidos quedaron sin contendores en el sistema capitalista mundial. Esta etapa de unipolaridad, que en los 90 parecía ser que duraría durante todo el siglo venidero, ya presenta signos de agotamiento, los cuales analizaremos en puntos posteriores.

Nos interesa ahora enfatizar la etapa anterior, la llamada Guerra Fría o Período de la Posguerra, entre 1945 y 1991, considerando además los orígenes históricos de ese período. Comenzaremos diciendo que en 1914 se abrió un período de profunda crisis en el sistema capitalista mundial. La confrontación antiimperialista entre Alemania e Inglaterra-Estados Unidos, incubada desde los tiempos coloniales y preparada en las últimas décadas del siglo XIX, estalló como lucha por un nuevo reparto del mundo a partir de 1914.

Desde la época de la expansión europea en los siglos XV y XVI, Alemania había quedado por fuera del reparto de las posesiones coloniales en África, América, Asia y Oceanía. Pero su crecimiento como gran potencia industrial a fines del XIX encontraba limitaciones por no tener control de territorios coloniales o áreas de influencia que sirvieran de fuentes de materias primas, mercados para sus productos y para inversión de sus capitales. Esa disputa antiimperialista condujo a las dos grandes guerras mundiales del siglo XX.

Como bien dijeron Hilferding y Lenin al caracterizar el imperialismo, la disputa antiimperialista por lograr un nuevo reparto del mundo se expresó en esa profunda crisis histórica que el capitalismo mundial vivió entre 1914 y 1945. Pero las consecuencias de esa disputa antiimperialista casi acaba con el propio sistema capitalista. Las revoluciones obreras y campesinas, inspiradas en el comunismo, fueron uno de los resultados inesperados de esa crisis, y pusieron en jaque al sistema capitalista por varias décadas.

En 1917, en plena guerra mundial, los obreros rusos iniciaron la revolución soviética y terminaron erigiendo el primer estado socialista del mundo, la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas. En el transcurso de la segunda guerra (1939-1945) emergieron poderosos ejércitos comunistas en la propia URSS, en China, Vietnam, Yugoslavia y Albania, los cuales conquistaron el poder y cambiaron radicalmente el mapa del mundo. La derrota del imperio nazi fue obra principal de los ejércitos comunistas soviéticos, los cuales llegaron hasta la propia guarida del Führer en Berlín, y acabaron radicalmente con el sueño fascista del Tercer Reich.

Lo que se suponía sería una rápida ofensiva alemana que aplastaría toda resistencia de los rusos, fue inesperadamente detenida en Stalingrado a mediados de 1942, abriéndose a partir de allí una de las etapas más gloriosas de las luchas de los pueblos contra la opresión imperialista. En un hecho sin precedentes en la historia del capitalismo, una región periférica como la URSS logró detener y luego derrotar militarmente a la primera potencia imperialista del momento, la Alemania Nazi, conduciéndola a su total aniquilación como régimen político.

De forma similar se construyeron poderosos ejércitos comunistas en China, dirigidos por Mao Tse Tung, que finalmente alcanzarían el poder en 1949. Igualmente en Vietnam, bajo el liderazgo de Ho Chi Minh, en Yugoslavia bajo la conducción de Josip Broz Tito, y en Albania con la dirección de Enver Hoxha. En toda la Europa Oriental, el ejército soviético contribuyó a establecer regímenes comunistas, y la consecuencia final del período de guerras mundiales era que había nacido, crecido y fortalecido un sistema aparentemente contrario al capitalismo occidental, que amenazaba seriamente su existencia y continuidad futura: el comunismo.

De la segunda guerra emergieron los Estados Unidos como la gran potencia del capitalismo occidental, tomando la batuta de una Inglaterra que ya desde la 1ª Guerra daba muestras de agotamiento como primera potencia representante del capital. Pero a la vez emergió un mundo bipolar, caracterizado por el enfrentamiento entre capitalismo y comunismo, sistemas que formalmente se mostraban como totalmente antagónicos.

Todas las instituciones creadas por el capitalismo occidental a partir de 1945 tenían por objetivos dar urgentes respuestas y soluciones a la profunda crisis que acababan de atravesar. No era cualquier cosa. Alemania, una de las potencias imperialistas protagónicas durante los cien años anteriores, había sido borrada del mapa como factor de poder mundial, así como sus aliados Italia y Japón. Otras potencias como Inglaterra y Francia atravesaban una situación económica deplorable.

Instituciones como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, creadas en 1944 en los acuerdos de Bretton Woods, tenían por objetivo reorganizar el sistema financiero mundial protegiendo los intereses del gran capital multinacional y de las potencias occidentales. La Organización de Naciones Unidas (ONU), la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) e iniciativas como los propios Juicios de Nuremberg contra los dirigentes de la Alemania nazi, buscaban garantizar un orden de cosas que detuviera la oleada revolucionaria y permitiera al capitalismo comenzar a recuperar el terreno perdido.

Uno de los aspectos más destacados fue el modelo económico keynesiano, de intervención del Estado en la economía, utilizado para salir de la mayor crisis económica vivida por el capitalismo, la de 1929, y el florecimiento del Estado Benefactor (Welfare State). Para detener el avance del comunismo en Europa y Asia, el capitalismo se vio obligado a mostrar un rostro de apariencia humana, reconociendo que las desigualdades sociales que él generaba debían ser reconocidas y corregidas por la acción del estado.

El keynesianismo permitió reconstruir a la Europa devastada por la guerra, y el Estado Benefactor debió reconocer multitud de derechos sociales y laborales⁶ para salirle al paso a la creciente influencia del comunismo en el mundo. Bajo esos preceptos, el capitalismo occidental vivió entre 1945 y 1973 su mayor período de expansión y crecimiento económico.

Ese orden de la posguerra comenzó a modificarse a partir de la década de 1970. El progresivo debilitamiento de la oleada revolucionaria, y la burocratización de las experiencias socialistas en el poder, permitieron al capitalismo occidental recuperar la ofensiva mediante la propuesta del modelo económico monetarista o neoliberal, que comenzó a erigirse como dominante a partir de los gobiernos de Margaret Thatcher en Inglaterra (1979) y Ronald Reagan en los Estados Unidos (1980). Mediante el poder de las institu-

ciones económicas multilaterales (FMI y BM), el capital impuso por la vía del chantaje económico el modelo neoliberal en los países de la periferia.

Finalmente, el colapso del llamado Bloque Socialista encabezado por la URSS, entre 1989 y 1991, terminó con ese período de la Guerra Fría, y dio paso a la actual etapa de unipolaridad que todavía vivimos.

En la caída del socialismo soviético consideramos que privaron principalmente las propias carencias y debilidades internas de ese modelo particular de socialismo. En el fondo, el modelo económico implantado en la URSS no superó los preceptos del capitalismo: división social del trabajo, existencia de relaciones mercantiles, cálculo económico basado en la teoría del valor, inversiones de capital extranjero, estímulos materiales a la productividad, diferenciación salarial, trabajo a destajo, aplicación de métodos tayloristas para elevar la productividad, privilegios a los especialistas en la dirección de las industrias, apropiación del excedente (plusvalía) por una minoría amparada en el control del Estado y en el régimen monopartidista. El capitalismo de Estado soviético, en el cual todo el poder descansaba en un pequeño grupo dirigente del Partido Comunista, constituyó la antítesis del socialismo propuesto por Marx como utopía libertaria, basado en la igualdad y la cooperación entre hombres libres.

En sí misma, la experiencia rusa no implica el derrumbe del marxismo como cuerpo teórico, pues en todo caso sería el fracaso de un experimento práctico, circunscrito históricamente a determinadas condiciones particulares, y que además desarrolló aspectos abiertamente contradictorios con los principios teóricos originales. El colapso del socialismo soviético tampoco puede verse como el triunfo del capitalismo occidental, pues su fracaso respondió principalmente a causas endógenas y no al resultado de un enfrentamiento político, económico o militar con los países capitalistas occidentales.

Las revoluciones que en el siglo XX se denominaron socialistas se realizaron en países en los cuales el campesinado cumplió un papel fundamental, pues dichos países eran de una economía agraria predominante, en los cuales no existía ni un proceso de industrialización capitalista desarrollado ni un régimen parlamentario burgués. Tal es el caso de Rusia, China, Vietnam, Yugoslavia, Albania, Cuba y Nicaragua. En todos ellos la revolución cumplió básicamente tareas democrático-burguesas, fueron liderizadas por partidos integrados por intelectuales de clase media que se hacían llamar Partidos Comunistas, utilizando un discurso de ropaje marxista, y en las cuales la fuerza social fundamental fueron los campesinos (pues la clase obrera era casi inexistente). A pesar del vaticinio marxista, no se realizaron revoluciones proletarias en los países de mayor desarrollo capitalista⁷.

De cualquier modo, el socialismo soviético pasó a la historia en 1991, y sus virtudes y sus defectos quedan como referencias para la construcción futura de los proyectos de

transformación social. El capitalismo continúa oprimiendo a los pueblos del mundo, y la lucha por trascender la explotación del capital sigue siendo una necesidad humana. La permanencia de las desigualdades sociales, de las disparidades en el crecimiento económico de los países, y el aumento exponencial de esas desigualdades tanto en los países industrializados como en el llamado tercer mundo, son la prueba más contundente de que el fin de la historia que anunciara Fukuyama⁸ está todavía muy lejos.

2. La actual crisis económica y el papel del estado

El capitalismo occidental, en el transcurso de los años 70, decidió acabar con el modelo keynesiano y el estado benefactor, acusándolos de ser los causantes del estancamiento de la tasa de ganancias que vivían las grandes multinacionales. Para ello promovió el modelo neoliberal desde los gobiernos de Thatcher y Reagan, aunque ya antes había iniciado su aplicación práctica con el asesoramiento de los “Chicago Boys”⁹ a la dictadura militar de Augusto Pinochet en Chile, a partir de 1974.

Utilizando al Fondo Monetario Internacional y al Banco Mundial, y aprovechándose de las necesidades y urgencias que la llamada “crisis de la deuda” les imponía a los países periféricos, se impuso mediante el chantaje el modelo neoliberal en todo el Tercer mundo. Los préstamos otorgados por el FMI y el BM se realizaban sólo a condición de que se aplicaran programas económicos neoliberales. Uno tras otro, los gobiernos latinoamericanos y de otros continentes, fueron firmando sus respectivas “cartas de intención”¹⁰, y el modelo neoliberal se fue expandiendo en el mundo.

Responsabilizando como causantes del estancamiento económico a una serie de factores entre los que destacaban: la excesiva intromisión del Estado en la economía, el elevado gasto público, el déficit fiscal, las regulaciones de precios, el excesivo proteccionismo en áreas de la economía, y el peso de los derechos laborales y sociales reconocidos por el Estado, el modelo neoliberal se propuso imponer de nuevo la vieja creencia de que la mano invisible del mercado puede arreglar los desajustes y fluctuaciones temporales de la economía. El libre mercado, o libre juego de la oferta y la demanda, debía sustituir al viejo modelo keynesiano de intervención estatal.

Lo que no se decía, es que ese libre mercado era mucho más viejo que el keynesianismo, y que ya en el pasado se había demostrado incapaz de resolver los problemas socioeconómicos de los pueblos del mundo. De todos modos, la imposición del neoliberalismo no significó la desaparición del intervencionismo estatal en los países industrializados. Estos mantuvieron fuertes medidas proteccionistas hacia determinadas áreas económicas, como por ejemplo la agricultura, y la simbiosis estado-empresa privada siempre ha actuado unida en el llamado “complejo militar-industrial”.

El neoliberalismo logró imponerse debido a los cambios ocurridos en la correlación de fuerzas entre el capitalismo y el comunismo, entre las grandes potencias industriales y los pueblos en lucha. Para los años 70 la oleada revolucionaria que resultó de la segunda guerra mundial había amainado considerablemente, aunque todavía ocurrieron victorias importantes como la de Vietnam en 1975 y la de Nicaragua en 1979. La profunda crisis vivida por el bloque socialista soviético en los años 80 facilitó las cosas para que el capitalismo occidental fortaleciera su ofensiva y recuperara espacios que había perdido durante las guerras mundiales.

La sucesión de reformas que acercaron a los países socialistas al capitalismo occidental favorecieron igualmente esta debacle del modelo keynesiano y el triunfo del neoliberalismo. El retroceso hacia el capitalismo promovido por todos los últimos gobernantes de la URSS, y por Den Xiao Ping en China, crearon las condiciones para que las fuerzas del capital se expandieran incorporando a esos territorios como nuevos mercados y áreas de inversión.

El neoliberalismo constituyó la doctrina promovida por el gran capital multinacional para reorganizar las relaciones económicas a nivel mundial de acuerdo a sus intereses y en procura de beneficios propios. Las políticas impuestas por el FMI y el BM favorecieron la penetración de dichos capitales en los países del Tercer Mundo, en condiciones sumamente ventajosas por los bajos salarios y las amplias garantías ofrecidas. Igualmente, las políticas de ajuste neoliberales favorecieron a las clases dominantes locales, las cuales aumentaron su poder en detrimento de los sectores populares.

La década de los 80, en la cual se implementaron los planes neoliberales en América Latina, pasó a ser denominada como la “década perdida”, por los nefastos resultados económicos que tuvieron para los países y los pueblos del continente. Resultados negativos que siguieron presentándose en los 90 y entrado el siglo XXI. Pero nuevamente ocurrieron acontecimientos imprevistos que han ido configurando una situación distinta en Latinoamérica.

Los pueblos latinoamericanos comenzaron a sublevarse contra los planes económicos neoliberales, y se ha producido en las últimas dos décadas el derrocamiento de numerosos gobiernos neoliberales, como resultado de grandes sublevaciones populares o como colofón de las crisis políticas derivadas de dichas sublevaciones. Esa ha sido la historia de Fernando Collor de Mello en Brasil (1992), Carlos Andrés Pérez en Venezuela (1993), Alberto Fujimori en Perú (2000), Gonzalo Sánchez de Lozada (2003) y Carlos Mesa (2005) en Bolivia, Fernando de la Rúa en Argentina (2001), Abdalá Bucaram (1997), Jamil Mahuad (2000) y Lucio Gutiérrez (2005) en Ecuador.¹¹ Estas revueltas populares han dado origen a gobiernos de corte izquierdista que configuran situaciones inéditas en América Latina.¹²

En los países centrales, los controles estatales destinados a regular los mercados financieros, que se establecieron luego de la gran crisis de 1929, comenzaron a desmontarse en los años 70 con el advenimiento del modelo neoliberal. Esta situación ha creado las condiciones para repetidas crisis financieras que se suceden una tras otra en la economía mundial. Las más recientes fueron la que afectó a los llamados Tigres Asiáticos en 1997, y la de las empresas “punto com” en 2002. Hoy en día la crisis financiera se origina por la debacle de la llamada “burbuja inmobiliaria” norteamericana.

Algunos analistas consideran que las medidas “salvadoras” tomadas por Alan Greenspan en 2002 para salir de la crisis de las “punto-com” han sido las generadoras de la crisis actual. En cierta forma se repite la máxima de que la burguesía logra superar una crisis creando las condiciones para otras crisis futuras.

Pero lo destacado de la situación actual es el deterioro acumulado de las cuentas económicas del imperio. El déficit comercial norteamericano no ha dejado de crecer en más de tres décadas. De 2.000 millones de dólares en 1971, pasó a 28.000 millones en 1981, 77.000 millones en 1991, 430.000 millones en 2001, hasta llegar a 815.000 millones en 2007¹³. El déficit fiscal, si bien no se ha mantenido en estas décadas de la misma manera, pues ha tenido años de cuentas positivas, en los últimos años se ha acentuado a partir del gobierno de Bush hijo, alcanzando cifras sin precedentes: 160.000 millones de dólares en 2002, 380.000 millones en 2003, 320.000 millones en 2005. A esto hay que sumarle el déficit energético, el cual implica una transferencia neta de divisas al exterior que alcanza los 500.000 millones de dólares por año, por concepto de compra de petróleo para cubrir su alto consumo de energía.

El elevado gasto militar norteamericano contribuye a profundizar el mencionado déficit fiscal. Se calcula que en el 2008 este gasto militar alcanzará 1,1 billones de dólares. La industria militar gringa emplea a más de cinco millones de personas y subsidia a 25 millones de veteranos de guerra. Toda una hipertrofia del sistema económico, que ha creado una poderosa elite militar y civil que domina el llamado “complejo militar industrial”. Este detalle es importante tomarlo en cuenta, pues en los grandes países industrializados el papel intervencionista-keynesiano del estado nunca fue abandonado, y un ejemplo es precisamente este complejo militar-industrial que si bien se relaciona con empresas privadas, tiene un alto componente decisorio en las fuerzas militares norteamericanas y en el resto de poderes del estado que se vinculan con esta industria.

Todos estos déficits han hecho crecer la deuda pública norteamericana a niveles fantásticos. De 390.000 millones de dólares en 1970, pasó a 930.000 millones en 1980, a 3,2 billones en 1990, a 5,6 billones en 2000, y a 9,5 billones en abril de 2008. Si sumamos a esto la deuda privada, resultaría que la deuda total estadounidense se acerca a una cifra equivalente al Producto Bruto Mundial, 53 billones de dólares.

Este progresivo deterioro de la economía norteamericana tiene su impacto tanto en la economía real, en lo que verdaderamente se produce en Estados Unidos, como en los niveles de vida de sus trabajadores y de la población en general. Los procesos de flexibilización laboral iniciados en el gobierno de Reagan y continuados por todos los gobernantes subsiguientes, han impactado en el debilitamiento general de la capacidad productiva norteamericana, cuyo nivel competitivo se ha degradado en comparación con sus competidores europeos y asiáticos¹⁴. De allí ha crecido el ya mencionado déficit en la balanza comercial. En este contexto, el negocio financiero ha crecido al mismo ritmo que ha decrecido la capacidad productiva industrial. Es lo que algunos denominan desconexión entre la economía real y la economía virtual.

La canalización de las inversiones hacia la especulación financiera fue una de las salidas que el capitalismo promovió a partir de los 70 como alternativa de escape ante el estancamiento económico.¹⁵ Las otras fórmulas de reacomodo económico se fundamentaron en la reestructuración neoliberal adelantada por Thatcher, Reagan y el FMI-BM, y en la deslocalización por parte de las multinacionales de empresas productivas hacia regiones de mayores “ventajas competitivas” determinadas por los bajos salarios, materias primas baratas, escasas regulaciones estatales y bajos impuestos, entre otras.¹⁶

Esta especulación financiera permitió que las crisis financieras de los noventa se superaran con pequeños ciclos de aparente auge económico, como sucedió con la debacle de las punto-com en 2002. Una larga recesión se logró evitar cuando la reserva federal rebajó las tasas de interés al 1 % en junio de 2003, lo que facilitó el auge de la especulación inmobiliaria, permitiendo que el precio de los inmuebles aumentara entre 50 y 80 % en los Estados Unidos. Pero la especulación inmobiliaria de ese período es lo que ahora ha reventado y continúa actuando como catalizador de la actual crisis. La ruptura de la burbuja inmobiliaria está conduciendo a la quiebra a numerosos bancos en Estados Unidos y Europa Occidental, y sus efectos están todavía por verse.¹⁷ Para evitar males mayores, la Reserva Federal de los Estados Unidos y el Banco Central Europeo han inyectado miles de millones de dólares al sistema bancario durante los primeros meses del 2008, buscando mitigar la escasez crediticia y evitar posibles colapsos bancarios, como los ocurridos con el Banco Bear Stearns en el mes de marzo.

Las medidas para superar la crisis actual se fundamentan en los clásicos preceptos keynesianos de intervención estatal en la economía. El secretario del Tesoro, Henry Paulson, anunció una serie de medidas para reestructurar el sistema y darle más poderes de control a la Fed. Si se implementan estas medidas, la Reserva Federal podrá reglamentar a instituciones que antes no podía. Esto no es, ni más ni menos, que regresar a los controles estatales implementados en la época de la Gran Depresión. De hecho, economistas gana-

dores del Premio Nobel, como Joseph Stiglitz y Edmund Phelps, coinciden en afirmar que esta es la peor crisis económica desde los años treinta.¹⁸

Por otra parte, junto a los efectos de esta crisis inmobiliaria sobre la población, en donde por los momentos se calcula que más de dos millones de ciudadanos perderán sus viviendas, se viene acumulando desde los ochenta un lento descenso en los niveles de vida de los trabajadores norteamericanos. Casi treinta años de estancamiento de los niveles salariales, y la progresiva generalización de las medidas flexibilizadoras de las relaciones laborales, han aumentado significativamente la tasa de explotación del trabajo por el capital en los propios Estados Unidos.

Se ha producido una creciente concentración del ingreso. En 1980 el 1 % de la población absorbía el 8 % del ingreso nacional. En el 2000 ese mismo 1 % se quedaba con el 20 % del ingreso nacional. El 10 % más rico de la población norteamericana paso de absorber un 33 % del ingreso nacional en 1950, a cerca del 50 % en la actualidad.

En el renglón de la salud, el número de estadounidenses adultos que están sin seguro aumentó de 16 millones en 2003 a 25 millones en 2007. Contando al resto de la población no adulta, se calcula que 75 millones de estadounidenses carecen actualmente de asistencia de salud durante al menos parte del año. En promedio, las primas de asistencia de salud aumentaron un 90 % desde el 2000, en comparación con apenas un 24 % de aumento de los salarios.¹⁹

Estas circunstancias han provocado un significativo proceso de desintegración social, manifestado en el incremento de la criminalidad y en el desarrollo de toda una política estatal de criminalización hacia los pobres y las minorías étnicas. Actualmente los Estados Unidos poseen el mayor porcentaje de presos con relación a su población, y también puntúan mundialmente en cantidad absoluta de ciudadanos tras las rejas. De 500 mil presos en 1980, hoy los Estados Unidos tienen (en 2006) 2.260.000 presos y cinco millones de ciudadanos bajo libertad condicional. Uno de cada cien estadounidenses se encuentra encarcelado. Con menos del 5 % de la población mundial, los Estados Unidos tienen el 25 % de todos los presos del planeta.

Las más de tres décadas de modelo neoliberal han ido configurando contradicciones profundas en los propios Estados Unidos y en el sistema económico mundial. El predominio de la especulación financiera sobre la economía productiva ha ido acumulando déficits enormes en las cuentas del gobierno norteamericano, en la balanza comercial, el presupuesto fiscal y la deuda pública, unido al aumento del gasto militar y de los precios petroleros. Junto a esto, el deterioro de los niveles de vida de la población configura presiones sociales en aumento.

Estas presiones sociales comienzan a manifestarse, por ejemplo, en el surgimiento de un movimiento social de defensa de la población de origen latinoamericano, que tuvo sus mayores expresiones en las masivas movilizaciones realizadas simultáneamente en decenas de ciudades norteamericanas el 1º de mayo de 2007. Pudiera pensarse también que el apoyo popular a la candidatura de Barack Obama representa en cierta forma una expresión de ese descontento popular, al margen de que el mismo no representa ni de lejos una alternativa de cambio dentro del propio sistema estadounidense.

El quid del asunto está en que estas presiones sociales pudieran avanzar a mediano plazo a configurar una crisis política al interior de los Estados Unidos, la cual se gestaría íntimamente vinculada al deterioro de las condiciones económicas, en la medida en que la inflación, la crisis financiera, el alto costo de los alimentos y de la gasolina, la crisis inmobiliaria y las presiones derivadas de las minorías étnicas en una sociedad profundamente racista, se juntaran y propiciaran significativas movilizaciones populares. En esto también pudiera jugar el destino de la guerra en Irak y Afganistán, por el creciente movimiento de rechazo hacia dichas intervenciones militares imperialistas.

Para culminar este punto, estamos asistiendo en los últimos meses a un aumento desproporcionado de los precios de los alimentos y del petróleo, originados aparentemente por la profunda especulación que el capital multinacional viene promoviendo en los mercados bursátiles. Dado que la demanda petrolera no ha aumentado ni la producción ha disminuido, ocurriendo algo similar con los alimentos, la única respuesta que queda es la ola especulativa en las bolsas de valores de Nueva York y Chicago. Esta especulación estaría soportada en los miles de millones de dólares que la Reserva Federal de los Estados Unidos ha puesto a circular para evitar la profundización de la crisis financiera. Los bancos está utilizando este dinero especulando en la bolsa para resarcirse de las pérdidas sufridas por el desplome de la burbuja inmobiliaria. Pero se está creando otra burbuja, que en su momento también estallará y profundizará la crisis.

El petróleo caro también se origina por la caída del dólar en el mercado de valores. Si la caída de dólar continuara, en un tiempo no muy lejano la moneda norteamericana dejaría de ser el valor de referencia para el mercado mundial, y en ese momento estallarían todo el peso de los grandes déficits que arrastra la economía gringa. La evolución de esta caída del dólar puede significar el derrumbe de la economía norteamericana, y los Estados Unidos quedarían en una posición de debilidad que los llevaría a perder su condición de superpotencia mundial²⁰. A esto se une la perspectiva del agotamiento del petróleo en pocas décadas, que prácticamente establece un plazo para que “el modo de vida americano” que impera en el mundo busque fuentes alternativas de energía, o sucumba en medio de una disputa anárquica por controlar las fuentes de energía.

3. Grietas en la hegemonía estadounidense sobre el mundo.

En la década de 1990 la desaparición de la URSS dio paso a un mundo unipolar bajo la hegemonía norteamericana. Cuando George Bush hijo llegó al poder en el 2000 los neoconservadores que lo acompañaban vaticinaban que el siglo XXI sería el siglo del predominio yanqui sobre el mundo globalizado. Pero en esta primera década del siglo XXI se han venido desarrollando circunstancias que auguran que la hegemonía norteamericana pudiera estarse resquebrajando bastante más rápido de lo que se suponía²¹. Algunos de esos síntomas serían:

- Estados Unidos se expandió como potencia imperialista basado en su condición de gran país productor y exportador de petróleo. Esa condición ha variado en las últimas décadas, y actualmente los Estados Unidos importan el 65 % del petróleo que consumen, originando una fuerte y decisiva dependencia energética con relación a factores externos, además de la enorme transferencia de dólares hacia el exterior que significan anualmente esas importaciones de petróleo (por encima de los 500.000 millones de dólares al año). La actual alza de precios del petróleo a niveles que apenas el año pasado se consideraban como fantasía (138 dólares el barril al momento de escribir esto), generan graves problemas sociales en la propia sociedad norteamericana, contribuyendo al aumento de la inflación y a la caída del consumo, acelerando de esa manera los factores de la crisis económica en curso.²²
- En esta última década Rusia se ha recuperado y alcanzado el estatus de potencia económica y militar mundial, impulsada por su producción energética (segundo productor de petróleo y primer productor de gas del mundo), y por las medidas proteccionistas y nacionalizadoras impulsadas por la gestión de Wladimir Putin. Las reservas internacionales rusas ascendieron de 12.000 millones de dólares en 1999 a 315.000 millones en 2006. El desfile militar del 1º de mayo del 2008 en Moscú, en la cual se mostraron los poderosos cohetes atómicos intercontinentales, pudieran ser una muestra de que la Rusia débil y caótica que surgió del derrumbe de la Unión Soviética en los noventa es cosa del pasado. La oposición de Rusia a la instalación por Estados Unidos de “escudos antimisiles” en países de Europa oriental, oposición que ha recibido el apoyo de China, es otra demostración del creciente poderío ruso que comienza a enfrentarse a las ambiciones expansionistas de los gringos.
- China se ha convertido en las últimas décadas en una gran potencia manufacturera, recipiente principal de las inversiones mundiales de capital. De las 10 grandes

corporaciones multinacionales, tres de ellas son chinas. Sus reservas en divisas superan el billón de dólares, y su capacidad productiva se ha desarrollado vinculada tanto a la demanda de la economía norteamericana, como a las economías de países como Japón, Corea del Sur, Taiwán, Filipinas, Malasia y Australia²³. Sus esfuerzos por modernizar sus fuerzas militares se ejemplifican con el lanzamiento, en enero de 2007, del primer misil antisatelital que destruyó con éxito un satélite meteorológico chino en desuso. Pero lo más resaltante de la estrategia china es la conformación desde 1996 de la Organización de Cooperación de Shanghai (SCO), integrada por China, Rusia, Kasajstán, Kirguizia, Tayikistán, Uzbekistán, y como países observadores están India, Pakistán, Mongolia e Irán. En agosto de 2007, la SCO realizó sus primeros ejercicios militares conjuntos. Este acuerdo económico, político y militar entre las principales naciones asiáticas constituye un reto a la influencia occidental en la región, algo que por supuesto no debe ser bien visto por los norteamericanos, sobre todo después que les fuera negada su participación como país observador en la SCO. China ha mejorado sus vínculos políticos y económicos en otros continentes como Africa y América Latina. En términos energéticos, el crecimiento y consumo de petróleo por China entra en contradicción con los objetivos norteamericanos de controlar las regiones productoras de hidrocarburos del medio oriente y de Asia central (objetivo gringo que de por sí busca restringir los suministros de petróleo hacia China). En cualquier caso, hacemos la salvedad que tanto China como Rusia, representantes principales de las tendencias multipolares del mundo actual, no constituyen fórmulas de superación del capitalismo imperante; no pasan de ser alternativas de recambio, o sucesión de hegemonías, dentro del sistema capitalista, si ello llegara a concretarse. Pero dado que el capitalismo occidental eurocristiano viene edificándose desde hace 500 años, es obvio que una probable sustitución de su condición hegemónica implicaría profundos cambios en el sistema de relaciones internacionales. Nuestra referencia a China y Rusia no obedece, por tanto, a simpatía alguna que tengamos hacia sus sistemas político-económicos, sino a la circunstancia de que su condición de potencias emergentes los coloca como factores agravantes de la crisis mundial que enfrenta la hegemonía estadounidense.

- La ruptura del monopolio informativo que estaba en manos de Estados Unidos e Inglaterra, con el surgimiento de canales informativos como Al Jazeera y Telesur²⁴. Irán y Rusia han desarrollado igualmente canales televisivos de información en idioma inglés. El viejo monopolio de la BBC y CNN ha dado paso a visiones multipolares sobre la información en todos los rincones del mundo, creando las

condiciones que dificultan cada vez más la manipulación informativa que el capitalismo occidental ha desarrollado por siglos para favorecer sus intereses imperiales alrededor del mundo.

- El crecimiento de las fuerzas de izquierda en Latinoamérica, y la creciente pérdida de influencia norteamericana en la región, considerada por ellos mismos en términos históricos como su “patio trasero”. Quizás el ejemplo más patético haya sido, hasta ahora, la votación en la OEA para elegir a su secretario general, en mayo de 2005, votación perdida por el candidato mexicano apoyado por los Estados Unidos, y ganada por quien contaba con el respaldo y la promoción explícita del gobierno de Hugo Chávez, el chileno José Miguel Insulza. De manera general, los reiterados triunfos electorales de fuerzas de izquierda en Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguay, Bolivia, Ecuador, Nicaragua, Chile y Paraguay, y el crecimiento electoral de las mismas en países como México, Colombia y Perú, constituyen una circunstancia sin precedentes en la región. Iniciativas de integración regional que ya están en desarrollo, como el Banco del Sur, la UNASUR, el ALBA, y un acuerdo militar suramericano que promueven varios gobiernos entre los que destacan Brasil y Venezuela, constituyen ejemplos palpables de que América Latina está intentando seguir caminos de soberanía y distanciándose de la histórica influencia norteamericana en la región. Aunque todo este proceso sea aún incipiente, puedan ser revertidos en el mediano plazo, o culminen en simples experiencias reformistas, de cualquier forma es indudable que las formulaciones de los teóricos de la dependencia realizadas en la década de 1960 se han quedado cortas y conservadoras ante este crecimiento y los logros alcanzados por este nacionalismo de izquierda latinoamericano del siglo XXI. La pérdida de influencia estadounidense en América Latina es reconocida de una u otra forma por multitud de organizaciones y personalidades de los propios Estados Unidos, incluyendo al Presidente Bush y a los candidatos Mac Cain y Obama.
- El empantanamiento de Estados Unidos tanto en Irak como en Afganistán. Lo que se planificó como intervenciones de rápida definición han terminado convirtiéndose en una guerra irregular que además de causarles miles de bajas en muertos y heridos, los obliga a mantener un gasto militar enorme, no previsto en los planes originales. La incapacidad de los Estados Unidos para acabar con las resistencias iraquí y afgana han puesto en duda la efectividad real de sus avances tecnológicos en el campo militar. Algo similar ha sucedido luego de que la invasión israelí contra el Líbano, en julio-agosto de 2006, se demostrara incapaz de derrotar a la milicia del Hizbolá. La superioridad militar norteamericano-israelí, fundamento

de su papel como potencia hegemónica del mundo unipolar, está seriamente cuestionada a la luz de los acontecimientos en Afganistán, Irak y Líbano. Haciendo una analogía histórica, la resistencia iraquí contra la invasión estadounidense-británica es también un acontecimiento inesperado que amenaza con cambiar el curso de los acontecimientos en el medio oriente, de la misma forma en que la resistencia soviética en Stalingrado volteó el rumbo de la segunda guerra y marcó el inicio del colapso para el imperio nazi-alemán.²⁵

- Otro elemento vinculado a lo anterior es la creciente influencia iraní en los gobiernos de Irak y Afganistán. Siendo Irán el principal enemigo declarado por el gobierno de los Estados Unidos, amenazado de un ataque militar casi inminente contra sus instalaciones de energía nuclear, no es comprensible que mantenga al mismo tiempo las mejores relaciones con los gobiernos títeres de Bagdad y de Kabul. Hoy mismo (8 de junio de 2008) el presidente de Irak, Al-Maliki, ha visitado Teherán y afirmado que no permitirá usar el territorio iraquí para atacar desde allí a Irán, saliéndole al paso a las amenazas proferidas el viernes 6 por el viceprimer ministro israelí que habló de que no quedaba otra salida que atacar militarmente las instalaciones nucleares iraníes. El propio Ahmadinejad ha visitado Kabul en 2007, desafiando la influencia norteamericana en Afganistán. Un último detalle acerca de las vicisitudes de un imperio que no es respetado ni por los mismos gobiernos títeres que impone en los territorios invadidos: el gobierno de Al-Maliki le vende la gasolina a las fuerzas militares de ocupación tres veces más cara que el precio de venta para la población iraquí.²⁶

La estrategia del imperio y el desarrollo de la crisis.

En la historia de la humanidad no todos los imperios han desarrollado las mismas estrategias. Diversos autores han profundizado sobre las diferencias entre la política del Imperio Romano y las de otras formaciones sociales como la India, China, Mesopotamia, Egipto, Mesoamérica (Mayas y Aztecas principalmente) y los Incas en los Andes²⁷. El imperialismo de los romanos se caracterizó por la imposición del esclavismo como modo de producción y por el expansionismo cultural, a diferencia del modo de producción tributario existente en todo el resto de sociedades mencionadas.

Esas características propias del Imperio Romano se repitieron en los imperios absolutistas europeos que surgieron a partir del siglo XV. La conducta del Imperio Español en América no tuvo nada que ver con “dominar a cambio de protección y orden interno”, como afirma Roland Denis en el artículo mencionado al principio de este trabajo. Los españoles arrasaron totalmente con las sociedades existentes en América, las integraron por

la fuerza a su sistema económico, a su modo de vida, a su religión, idioma y costumbres, además de saquearlas sistemáticamente durante más de trescientos años y de explotar la mano de obra gratuita de la población indígena y de los esclavos traídos de África.

Si ha existido algún tipo de soberanía en el mundo no es precisamente por responder a una política consciente del imperialismo. Las soberanías de los países, por ejemplo en América Latina y en los propios Estados Unidos, se conquistaron mediante largas guerras de independencia que en modo alguno pueden enmarcarse en una estrategia específica del imperialismo. En todo caso las fuerzas imperialistas establecieron estrategias a partir de allí, como hacen todos los actores en la confrontación social, de acuerdo al desarrollo particular de la lucha de clases.

Igual ocurre con el llamado “orden internacional”. Durante la década de 1930 se violentó radicalmente el orden internacional, se pisoteó la soberanía de multitud de países, se violaron todos los acuerdos previos establecidos entre las grandes potencias, y finalmente se desembocó en el estallido de la gran guerra mundial a partir de 1939. El orden internacional ha sido algo que funciona si sirve a los intereses imperialistas, y se rompe cada vez que se contraponen a los mismos. En las grandes crisis imperialistas, precisamente es el orden internacional lo primero que salta por los aires, junto a la soberanía de las naciones y pueblos. No ubicamos en que época pudieron desarrollarse esos “cuatro siglos de formación de soberanías, estados liberales y orden internacional”, como afirma Denis.

El promover la desorganización y el caos no es, por tanto, una estrategia novedosa para el imperialismo. Por el contrario, ha sido una receta utilizada desde el Imperio Romano hasta el presente, como mecanismo de subyugación de los pueblos y naciones.

Siguiendo la tesis de Samir Amin sobre el imperialismo colectivo instaurado a partir de 1945,²⁸ el cual estaría integrado por los Estados Unidos como potencia hegemónica, Japón y la Europa Occidental, el objetivo que se trazaron los gringos en ese entonces sigue siendo el mismo actualmente, dominar militarmente el mundo para garantizar la explotación segura de los recursos naturales destinados a satisfacer las necesidades de la ciudadanía norteamericana. Este objetivo, luego de diversas vicisitudes a lo largo de varias décadas, se comenzó a facilitar luego del derrumbe del Bloque Soviético entre 1989-1991.

Las prioridades de los Estados Unidos se orientan a impedir el surgimiento de cualquier otra potencia que amenace su hegemonía mundial, y a garantizarse el libre acceso a recursos naturales como energía, agua y alimentos, ante la perspectiva de su progresiva escasez y agotamiento en el transcurso del presente siglo. En el primer caso, China y Rusia reúnen esas condiciones para desarrollarse como potencias y desplazar en el futuro al imperio unipolar estadounidense. Sin perder de vista que la propia Europa (la Unión

Europea) también reúne esas potencialidades. La necesidad de controlar militarmente el medio oriente, región desde la cual se puede atacar militarmente tanto a China, como a Rusia e incluso a Europa, se fortalece con la existencia allí de las principales reservas de petróleo del mundo.

Cuando ocurren los sucesos del 11 de septiembre de 2001, el plan desatado a partir de allí por los Estados Unidos tenía por objetivo final el cercar a China, de manera de restringirle los suministros de petróleo y limitar su influencia regional mediante la ocupación militar de territorios en Asia central y el Medio Oriente²⁹. Luego de 7 años de intervención en Afganistán y de 5 años de haber invadido Irak, los Estados Unidos no han podido estabilizar su influencia en ambos países; tampoco han avanzado hacia la ocupación de Irán, invasión que siempre ha estado a la orden del día pero que se posterga una y otra vez ante la incertidumbre cada vez mayor del resultado militar de esa confrontación. Mientras eso ocurre, Rusia se ha ido recuperando como potencia económica y militar, y se ha unido a China como potencias emergentes que comienzan a desafiar la hegemonía estadounidense.

Tratando de dominar el Medio Oriente, a los Estados Unidos se le ha insubordinado su propio patio trasero, los países de América Latina. Como si eso no bastara, la inestabilidad económica ha vuelto con una fuerza no vista desde la época de la Gran Depresión, a partir de la ruptura de la “burbuja inmobiliaria”, los precios del petróleo escalan diariamente nuevos records y amenazan seriamente los niveles de vida de los ciudadanos de los países centrales. La crisis alimentaria se fortalece con su progresiva escasez (ayudada por su utilización en la elaboración de bio-combustibles) y con los aumentos de precios en el último año. Toda una serie de factores que enredan al máximo la estrategia que venía desarrollando el imperio yanqui al comienzo de esta década.

Todo lo anterior no implica que la estrategia del imperio haya fracasado, o que se vaya a modificar. Hay que tener claro que los actores dentro de las fuerzas imperialistas responden, como en todas partes, a diversas tendencias. La circunstancia de los últimos años, de hegemonía de los neoconservadores gringos, pudiera variar en el marco de las próximas elecciones estadounidenses de noviembre. Pero también hay que tener claro que no hay sectores en la elite política norteamericana que pongan en duda o que se propongan modificar la condición imperial de los Estados Unidos. Tanto el Partido Republicano como el Partido Demócrata son dos piezas centrales de la conducción política del imperio. En todo caso dos estilos diferentes, pero con los mismos objetivos de fortalecer y prolongar la hegemonía estadounidense en todo el mundo.

El desarrollo inmediato de la crisis implica el desarrollo de múltiples circunstancias políticas y económicas, y de actores cada vez más enfrentados. En los hechos, se pudiera

estar configurando no sólo una gran crisis económica, sino también una gran crisis política que crearía las condiciones para el estallido generalizado de confrontaciones militares, a partir del Medio Oriente y extenderse por otras regiones del mundo. Entre esas circunstancias actuantes destacamos:

- El aumento de precios del petróleo, con el consiguiente aumento de combustibles. Se están generando protestas populares tanto en los países de la periferia como en los propios centros capitalistas. La tendencia actual es a la profundización y masificación de dichas movilizaciones populares.
- El aumento de precios de los alimentos y la escasez de algunos rubros alimenticios. Igualmente están generándose manifestaciones, pero circunscritas por ahora a los países más pobres: países del África, Haití, etc. Los análisis de este aumento de precios se orientan a culpabilizar a las grandes multinacionales de la industria de alimentos como los responsables de los altos precios debido a la especulación en los mercados bursátiles. Algunos autores afirman que se promueven conscientemente hambrunas en los países de la periferia, como un mecanismo de controlar la sobrepoblación y “*garantizar que dicha sobrepoblación no afecte los intereses norteamericanos hacia el futuro*”.³⁰
- Ambos factores, petróleo y alimentos, generan inflación, recesión, y desequilibran la estabilidad de las economías centrales (puesto que las economías periféricas nunca han estado estables).
- Continúan los efectos económicos de la crisis inmobiliaria en los Estados Unidos, que se ha extendido de manera directa a la Europa Occidental. La inestabilidad en la Bolsa de Valores de Nueva York pudiera ser un indicativo de la desconfianza que impera en los mercados, y de que los propios capitalistas están esperando tiempos peores. Algunos actores de las finanzas mundiales se atreven a formular la pregunta: “*¿Cuáles son los límites del sistema capitalista? Tal vez el mercado no sea siempre el mejor mecanismo para solucionar la crisis*”.³¹
- Sobre los efectos de esta crisis financiera en la economía mundial, las opiniones mayoritarias se orientan a aceptar que incidirá tanto en Europa como en China e India, por los vínculos existentes entre estas economías. El agravamiento de la crisis financiera en Estados Unidos conduciría a una recesión mundial en el corto o mediano plazo, derivado de la interdependencia de las economías en todas las regiones del planeta.
- La crisis misma radicaliza las posiciones políticas en bando y bando. El imperio ve como tienden a resquebrajarse sus alianzas, y los centros de poder multipolares que se han comenzado a configurar en la última década³² fortalecen sus argumen-

tos para profundizar la “desconexión” con las estructuras económicas y políticas centrales.

- No obstante, no se debe subestimar la capacidad del sistema capitalista para encontrar salidas a la crisis actual. Algunos hablan del “keynesianismo militar”, que pasaría por el desarrollo de diversas confrontaciones bélicas que impongan una economía de guerra en los países centrales. Lo que Naomi Klein llama el “capitalismo del desastre”, es decir, promover la destrucción social en el mundo, para luego proceder a reactivar la economía mediante el proceso de reconstrucción de lo que se ha destruido. Fórmula que ha sido aplicada en Irak, y que se asocia a la doctrina de las “guerras preventivas”, destinadas a invadir los países y territorios que potencialmente puedan desafiar la hegemonía estadounidense en el futuro.
- A lo interno de la elite norteamericana también existen posiciones radicales en cuanto a la permanencia en Irak y la posible intervención armada contra Irán. Mientras Bush, Mc Cain y los Republicanos insisten en prolongar al infinito su permanencia en Irak, y no descartan en ningún momento la posibilidad de un ataque militar contra Irán para detener su supuesto plan de desarrollo nuclear, los demócratas, encabezados por su candidato Obama, insisten en una pronta salida de las tropas de Irak, y no hacen mucho énfasis en soluciones militares contra los países del llamado “eje del mal”, sino que priorizan las negociaciones y el diálogo. Este detalle no debe pasarse por alto, porque una contradicción de ese tipo en cuanto a las prioridades militares del imperio, referidas a intervenir o no en Vietnam, fue lo que condujo en 1963 al asesinato de Kennedy.
- Las presiones cada vez mayores del Estado de Israel para realizar un ataque militar contra Irán. Estas presiones se extienden tanto al gobierno de los Estados Unidos como a la Unión Europea. Un eventual ataque militar contra Irán trastocaría el orden mundial actual y daría paso a una serie de agresiones militares entre países que en poco tiempo pudieran conducir a una guerra de carácter mundial. Para el imperialismo sería una estrategia de “darle con el palo a la lámpara”, ante la progresiva pérdida de control político y económico sobre el mundo. Pero recordemos que esas soluciones extremas a las que ha recurrido el imperialismo sólo han conducido a profundizar su propia crisis y a que se constituyan y fortalezcan actores en el campo popular y revolucionario que desarrollan formas políticas alternativas al imperio (como ocurrió en la crisis de 1914-1945).

Finalmente, sobre el desarrollo previsible de los acontecimientos, siempre habrá que tomar en cuenta que las estrategias del imperialismo ante las crisis implican un tránsito

hacia lo desconocido. En una situación de pérdida de control, el imperialismo recurre a estrategias cuyos resultados le pueden o no ser favorables. La estrategia de los nazis en los 30 los condujo a su aniquilamiento total, y a la desaparición de Alemania como potencia mundial por varias décadas. De las estrategias que los focos de poder multipolar desarrollen, como respuesta al imperio, dependerá el futuro de la humanidad. Nosotros nos pronunciamos a favor no sólo de la construcción de ese mundo multipolar, sino a favor de la transformación profunda de las relaciones económicas capitalistas, por el derrocamiento efectivo de la burguesía financiera y el desarrollo de sociedades donde se respete la diversidad política y cultural, basadas en la economía social cooperativista y en la democracia participativa. Tal vez esté llegando de nuevo la hora del socialismo, pero no ya del viejo socialismo de partido y de estado que fracasó en la URSS y demás países del llamado bloque socialista. Es la hora del llamado Socialismo del Siglo XXI, única alternativa de organización social que puede salvar a la humanidad de la barbarie a la que nos conduce el decadente imperio de la llamada civilización occidental eurocristiana.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Bibliografía:

- AMIN, Samir. La economía política del siglo XX. *Monthly Review*. 2000. <http://www.rcci.net/globalizacion/2000/fg129.htm>.
- AMIN, Samir. *Geopolítica del imperialismo contemporáneo*. CLACSO. Buenos Aires (Argentina). 2004. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/amin.rtf>.
- BEINSTEIN, Jorge. *El hundimiento del centro del mundo. Estados Unidos entre la recesión y el colapso*. 2008. www.aporrea.org.
- BELLO, Walden. *Un capitalismo con tonos apocalípticos*. 2008. <http://www.pensamientocritico.org/walbel0408.html>.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *Tres necesidades vitales en peligro. La crisis global: Alimento, agua y combustible*. 2008. <http://www.rebellion.org>.
- HIRO, Dilip. *La aparición de un mundo multipolar*. 2007. www.rebelión.org.
- KLARE, Michael T. *Retrato de una ex-superpotencia adicta al petróleo*. 2008. www.rebellion.org.
- LÓPEZ Sánchez, Roberto. Una perspectiva actual del socialismo. *Revista Cuestiones Políticas*. Nº 36. Enero-Junio 2006. Maracaibo (Venezuela). 2006.
- PETRAS, James. *Petras, Evo, Chávez y el imperialismo*. 2006. <http://www.voltairenet.org/article139664.html#article139664>.
- ROBERTS, Paul Craig. *¿Por qué los precios del petróleo son tan altos?* 2008. CounterPunch. Publicado en www.rebelión.org.
- WILCHES, Víctor. *La era del dominio unipolar de Estados Unidos declina aceleradamente*. lunes, 18 de diciembre de 2006. http://www.elclarin.cl/index.php?option=com_content&task=view&id=5080&Itemid=996.

Notas

* Professor doutor em História, Universidad del Zulia, Venezuela. E-mail: cruzcarrillo2001@yahoo.com.

¹ Av. Universidad. Edif. Grano de Oro. Maracaibo, Venezuela.

² El artículo se denomina “Imperio, territorio y comunión rebelde”. Roland Denis - [www.aporrea.org](http://www.aporrea.org/tiburon/a58402.html) 06/06/08 - <http://www.aporrea.org/tiburon/a58402.html>.

³ Existe una obra de Samir Amin, de 1991, que lleva el mismo título de “El imperio del caos”, aunque las conclusiones aparentemente son diametralmente opuestas (no hemos leído la obra de Joxe). Amin afirma que la crisis desatada en la década de 1970 no ha podido ser superada por lo que él llama el “imperialismo colectivo” dominante. Al no poder superar la crisis mediante la instauración de un modelo de acumulación estable que garantice la expansión del capital, el imperialismo genera el caos, implementando políticas para “administrar la crisis”, pero que son incapaces de superarla en términos estructurales. Samir Amin. 2000. *La economía política del siglo XX*. Monthly Review.

⁴ Derechos como el de la salud, educación, trabajo, seguridad social, vivienda, recreación, sindicalización, contratación colectiva, servicios públicos, todos concebidos como obligación del estado y de prestación gratuita o en condiciones de pago apropiadas a los ingresos de las clases trabajadoras y populares. Nuestra constitución nacional es una buena muestra de esos derechos sociales que hace más de 60 años consagró el estado benefactor impuesto por el capitalismo keynesiano.

⁵ LÓPEZ Sánchez, Roberto. Una perspectiva actual del socialismo. *Revista Cuestiones Políticas*, n° 36. Enero-Junio 2006. Maracaibo (Venezuela). 2006

⁶ Francis Fukuyama (intelectual estadounidense), sostuvo en un artículo publicado en 1989 (publicado luego como libro) lo que él llamó “el fin de la historia”, entendiendo por ello que el modelo neoliberal imperante en el mundo globalizado era capaz de eliminar los conflictos en nuestras sociedades, destinadas a vivir en armonía de aquí en adelante (Fukuyama, 2002).

⁷ Economistas de la Universidad de Chicago, encabezados por Milton Friedman.

⁸ Carlos Andrés Pérez, como presidente de Venezuela, firmó la Carta de Intención con el FMI en febrero de 1989.

⁹ Como dice James Petras: “Desde comienzos de la década de 1990, se produjeron en toda América Latina movimientos extraparlamentarios sociopolíticos masivos, acompañados por alzamientos populares a gran escala que llevaron al derrocamiento de diez presidentes neoliberales clientes de EEUU/UE: tres en Ecuador y Argentina, dos en Bolivia y uno en Venezuela y Brasil”. PETRAS, James. 2006. *Petras, Evo, Chávez y el imperialismo*. <http://www.voltairenet.org/article139664.html#article139664>.

¹⁰ David Brooks/La Jornada. 2008. *Se acabó la hegemonía de EEUU en América Latina, según expertos*. 15/05/08 - www.aporrea.org/tiburon/n114150.html

¹¹ BEINSTEIN, Jorge. *El hundimiento del centro del mundo. Estados Unidos entre la recesión y el colapso*. www.aporrea.org. 2008.

¹² Samir Amin dice que las causas del debilitamiento del sistema productivo de Estados Unidos “son complejas y estructurales”. AMIN, Samir. *Geopolítica del imperialismo contemporáneo*. CLACSO. Buenos Aires (Argentina). 2004.

¹³ “La búsqueda de beneficios es la fuerza motora del capitalismo y, cada vez en mayor medida, sólo pueden obtenerse cuantiosos beneficios gracias a la especulación financiera, en lugar de conseguirlos gracias a la inversión industrial”. BELLO, Walden. *Un capitalismo con tonos apocalípticos*. 2008.

¹⁴ <http://www.pensamientocritico.org/walbel0408.html>.

¹⁵ China sería el principal ejemplo de este traslado de las inversiones de capital hacia regiones de la periferia que ofrecen mejores condiciones para la explotación del trabajo.

¹⁶ En una clásica medida keynesiana, la Reserva Federal otorgó, en marzo de este año 2008, 30 mil millones de dólares para que JP Morgan comprara el banco de inversiones Bear Stearns y así evitar un desastre mayor.

¹⁷ Entrevistados por la BBC en abril de 2008. http://www.bbc.co.uk/spanish/specials/1328_crisis/page5.shtml

¹⁸ Informe del Commonwealth Fund. Publicado en www.aporrea.org, 10/06/08.

¹⁹ ROBERTS, Paul Craig. *¿Por qué los precios del petróleo son tan altos?* CounterPunch. 2008. Publicado en www.rebelión.org.

²⁰ WILCHES, Víctor. *La era del dominio unipolar de Estados Unidos declina aceleradamente*. lunes, 18 de diciembre de 2006. http://www.elclarin.cl/index.php?option=com_content&task=view&id=5080&Itemid=996.

²¹ BEINSTEIN, Jorge. *El hundimiento del centro del mundo. Estados Unidos entre la recesión y el colapso*, 2008. www.aporrea.org.

²² BELLO, Walden. *Un capitalismo con tonos apocalípticos*. 2008. <http://www.pensamientocritico.org/walbel0408.html>.

²³ HIRO, Dilip. *La aparición de un mundo multipolar*, 2007. www.rebelión.org.

²⁴ Guardando las distancias, no dejan de ser fenómenos con grandes diferencias en lo específico, pero sus efectos sobre el curso de los acontecimientos históricos tienden a ser parecidos.

²⁵ KLARE, Michael T. *Retrato de una ex-superpotencia adicta al petróleo*, 2008. www.rebelion.org.

²⁶ AMIN, Samir. *Sobre el desarrollo desigual de las formaciones sociales*, 1974.

²⁷ Ese imperialismo colectivo se ubica en el capitalismo occidental. Amin agrega otros dos focos de poder luego de 1945: la experiencia socialista, que colapsó en 1989-1991, y la experiencia nacionalista-antiimperialista que desarrollaron naciones del Tercer Mundo entre 1955-1975, incluyendo principalmente al nacionalismo árabe y los Países No Alineados. AMIN, Samir. *La economía política del siglo XX*. Monthly Review, 2000.

²⁸ Según declaraciones del ex-presidente italiano Francesco Cossiga, los servicios de inteligencia estadounidenses e israelíes planificaron y ejecutaron los ataques terroristas del 11 de septiembre de 2001, para acusar de terrorismo a los países árabes y así poder atacar Irak y Afganistán.

²⁹ http://www.corriere.it/politica/07_novembre_30/osama_berlusconi_cossiga_27f4ccee-9f55-11dc-8807-0003ba99c53b.shtml. Estas declaraciones fueron publicadas en español en www.rebelión.org.

³⁰ CHOSSUDOVSKY, Michel. *Tres necesidades vitales en peligro. La crisis global: Alimento, agua y combustible*, 2008.

<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=68624&titular=la-crisis-global:-alimento-agua-y-combustible>.

³¹ George Soros, en intervención en el Foro Económico Mundial, en Davos, enero de 2008.

³² Como la Organización de Cooperación de Shanghai, y el bloque de países Suramericanos.

BIPOLARIDAD, AUTODETERMINACIÓN Y OPOSICIÓN AL INTERVENCIONISMO: GRANADA FRENTE A LA SEGUNDA GUERRA FRÍA (1979-1983)

*Carlos Federico Domínguez Avila**

Resumo

El artículo explora la inserción internacional de Granada entre 1979 y 1983. Verificase que dicho país experimentó importantes transformaciones durante el gobierno del Primer Ministro Maurice Bishop. Entretanto, también se constata que divergencias al interior de la elite revolucionaria local terminaron provocando un virtual suicidio de esta, lo que facilitó la intervención extranjera en octubre de 1983. El artículo utiliza fuentes primarias rescatadas en el Archivo Histórico del Ministerio de las Relaciones Exteriores del Brasil.

Palavras-chave

Granada; Historia de las Relaciones Internacionales; Bipolaridad; Autodeterminación; Intervencionismo.

Abstract

The paper explores the international relations of Grenada between 1979 and 1983. It suggests that this country underwent important transformations during the government of Prime Minister Maurice Bishop. Meanwhile, the text also stated that divergences to the interior of the local revolutionary elite ended up bringing a virtual suicide of this and the foreign intervention in October of 1983. The paper use original sources from the Brazil's Historical Archive of Foreign Affairs Ministry.

Keywords

Granada; International History; Bipolarity; Self-determination; Interventionism.

Introducción

El propósito del presente artículo es analizar la inserción internacional de Granada durante la época del así llamado *People's Revolutionary Government*, vigente entre 1979 y 1983. En tal sentido se utilizan fuentes primarias y secundarias, bien como consagrados trabajos de referencia y de contexto global en el marco de lo que el historiador inglés Fred Halliday denominó como la Segunda Guerra Fría.²

El día 13 de marzo de 1979, un grupo de líderes y militantes del New JEWEL Movement (NJM) comandados por Maurice Bishop, Bernard Coard y otros, derrocó, mediante un impecable golpe de Estado, al gobierno del Primer Ministro Eric Gairy, en la isla-Estado de Granada. De ese modo, la revolución granadina se convirtió en la segunda de las tres revoluciones sociales más importantes ocurridas en aquel año (Irán, Granada y Nicaragua). Durante más de cuatro años, el gobierno del NJM implementó una serie de políticas públicas de evidente orientación socialista, con importantes consecuencias en el contexto de la disputa bipolar vigente en la época.

Sorprendentemente, el colapso del proceso sociopolítico granadino, en 1983, no fue causado fundamentalmente por una derrota externa (viabilidad internacional) o por un fracaso socioeconómico interno (viabilidad interna), sino el virtual suicidio de su elite revolucionaria. Como se comenta abajo, ello fue resultado del persistente conflicto entre los sectores moderados y radicales del núcleo dirigente. Documentación confiscada al *People's Revolutionary Government* y al NJM después de la invasión confirman que a partir de julio de 1983 una grave divergencia de opiniones en relación a la posible introducción del principio del liderazgo colectivo provocó una polarización entre las posiciones de Bishop y el ala más dogmática del partido comandada por Bernard Coard. El quiebre progresivo de la unidad al interior del Comité Central del NJM culminó con la sustitución Bishop por Coard y, seguidamente, el lamentable asesinato de Bishop, la imposición de un gobierno militar sin ninguna legitimidad, y finalmente la ilegal intervención extranjera en la isla a partir del día 25 de octubre de 1983.

2. La política externa del *People's Revolutionary Government*

La política externa del *People's Revolutionary Government* se orientó por dos ejes básicos: la ideología y la asistencia para el desarrollo. Cuatro países o grupos de países son determinantes para comprender la inserción internacional de la isla-Estado durante el período que esta siendo estudiado: a) las relaciones con los vecinos anglófonos, b) las relaciones con Cuba, c) las relaciones con la Unión Soviética y otros países del bloque socialista, y d) las relaciones con Estados Unidos.

Relaciones con los vecinos anglófonos. *Las relaciones interestatales del People's Revolutionary Government con sus vecinos inmediatos se caracterizaron por un progresivo enfriamiento, desconfianza y aislamiento. La reacción de la mayoría de los gobiernos vecinos al golpe de Estado del NJM contra Gairy se orientaron por el cuestionamiento tanto del mecanismo utilizado para sustituir un gobierno constitucional (virtual golpe de Estado), como en lo que respecta a los problemas de seguridad interna y externa que dicha acción habría puesto al descubierto.*

En relación a los problemas de seguridad interna y defensa externa que el golpe de Estado del NJM habría puesto al descubierto, la respuesta de los gobiernos vecinos a Granada incluyó la propuesta para la creación de una fuerza colectiva de defensa regional orientada especialmente a la defensa de las islas frente a mercenarios extranjeros. Justamente la seguridad regional sería una de las principales finalidades de la *Organization of East Caribbean States* (OECS, Organización de Estados del Caribe Oriental). La OESC fue creada en junio de 1981 por Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis, St. Lucia, St. Vincent, y la colonia inglesa de Montserrat. Entre sus atribuciones destacaban tanto los aspectos de defensa y seguridad como un amplio espectro de actividades que incluían la convergencia de políticas externas, el comercio internacional, la integración económica subregional, y la coordinación de políticas económicas.³

Institucionalmente la OECS estaba conformada por: la Autoridad de los Jefes de Estado, el Comité de Asuntos Exteriores, el Comité de Seguridad y Defensa, el Comité de Asuntos Económicos, y el Secretariado Central. Siendo que la capacidad real de poder residía en la Autoridad de los Jefes de Estado. Según el tratado constitutivo las decisiones de la Autoridad de los Jefes de Estado deberían ser tomadas por unanimidad. Específicamente en lo que respecta a los asuntos de seguridad, el Artículo 8 expresa que el Comité de Defensa y Seguridad debería “avisar a la Autoridad en asuntos relacionados con defensa externa y sobre los acuerdos sobre seguridad colectiva contra agresiones externas, incluyendo agresiones mercenarias, con o sin el apoyo de elementos internos o nacionales.”⁴ En este sentido, cabe insistir en que las decisiones más significativas de la OECS deberían ser aprobadas por unanimidad, y además la defensa colectiva debería ser fundamentalmente contra eventuales mercenarios – pero no contra un Estado miembro. Como veremos más adelante ambas disposiciones serían flagrantemente desconsideradas.

Relaciones con Cuba. Las relaciones de la Cuba revolucionaria con los Estados del Caribe anglófono iniciaron formalmente en 1972, mediante el establecimiento de relaciones diplomáticas entre La Habana y los gobiernos de Barbados, Jamaica, Guyana, y Trinidad y Tobago.⁵ Jorge Castañeda sugiere que a partir de 1978 la elite revolucionaria

cubana habría reactivado la esperanza de provocar avances socialistas en América Latina y el Caribe a través de una nueva o segunda ola de apoyo a la lucha armada revolucionaria en países vecinos.⁶ Aparentemente este nuevo esfuerzo cubano para exportar la revolución se orientaría especialmente contra gobiernos dictatoriales y notoriamente anticastristas, como el régimen patrimonialista de Anastasio Somoza en Nicaragua, el régimen de las catorce familias salvadoreñas o el régimen militar guatemalteco, pero también contra gobiernos desacreditados en el Caribe oriental, como el de Eric Gairy en Granada. Nótese que la segunda ola cubana de apoyo a la lucha armada en América Latina y el Caribe coincide plenamente con la tesis de Halliday sobre la tercera ola revolucionaria en el Tercer Mundo (1974-1983).

La relación Castro-Bishop comenzó antes del golpe del 13 de marzo de 1979. Inicialmente consistió en la transferencia de armas y el entrenamiento militar. Algunas fuentes sugieren que asesores y tropas de elite cubanas participaron directamente en la formulación e implementación del propio golpe de Estado. Una vez institucionalizado, el *People's Revolutionary Government* se aproximó estrechamente al régimen de La Habana. En 1980 un documento enviado por la Embajada de Granada en Cuba informaba a St. George's que existían "22 diferentes áreas de colaboración con Cuba más siete áreas que requieren constante consulta."⁷ La asistencia cubana incluía un amplio espectro de actividades y proyectos, con énfasis en la agricultura, la pesca, la educación, la salud, la seguridad interna y externa, y la infraestructura - incluyendo el polémico aeropuerto en Point Salines. En octubre de 1983, habría alrededor de 1,000 asesores civiles y militares cubanos en la Granada.

En lo que se refiere específicamente a los asuntos internacionales el apoyo cubano a Saint George's se caracterizó especialmente por: (a) la transmisión del *know how* necesario para comunicarse no solamente con la compleja politburocracia soviética y otros regímenes del entonces bloque socialista, sino también con un amplio y diverso conjunto de gobiernos, organizaciones y personas de inspiración antiimperialista y/o tendientes al socialismo (incluyendo a Gadhafi, Kim Il-Sung, el Movimiento de No-Alineados, etc.),⁸ (b) La Habana sería el puente logístico entre la elite revolucionaria granadina y los países del Pacto de Varsovia, (c) varios autores sugieren que el apoyo de La Habana a Saint George's se explicaría por el deseo de la elite revolucionaria cubana de mantener cierta influencia y prestigio en la región - gravemente debilitadas después de la derrota electoral de Manley en Jamaica en 1980 y por el clima de Guerra Fría imperante en el mundo a partir de diciembre de 1979.⁹

Relaciones con la Unión Soviética y otros países del bloque socialista. Las relaciones de Granada con el Kremlin fueron mucho más discretas de lo que normalmente se

podría prever entre dos Estados que eran nominalmente aliados. El principal motivo del bajo perfil que los soviéticos imprimieron a sus relaciones con Granada se basaba en el temor a invertir escasos recursos humanos, financieros, políticos y diplomáticos en un país tan pequeño, lejano, vulnerable y poco prioritario en su estrategia mundial.

Jiri Valenta y Virginia Valenta basados en los documentos confiscados al NJM y al *People's Revolutionary Government* informan que los soviéticos establecieron relaciones diplomáticas plenas con Saint George's en septiembre de 1979. A partir de ese momento las relaciones entre ambos Estados pueden ser estudiadas en los ámbitos ideológico-político, militar, y económico. En el ámbito ideológico y político los dirigentes de la elite revolucionaria granadina optaron – con el indispensable apoyo cubano – por un acercamiento estratégico a la Unión Soviética. Simultáneamente los soviéticos definieron al *People's Revolutionary Government* como un régimen popular-democrático y antiimperialista, y posteriormente se le reconoció como un país orientado al socialismo – o más específicamente al bloque soviético. Consecuentemente, el NJM fue reconocido como un partido fraterno (marxista-leninista) y como vanguardia política del Estado. Los politburócratas soviéticos decidieron que las relaciones entre ambos actores deberían privilegiar los contactos intra-partidarios (PCUS-NJM), de esa manera Bernard Coard – principal ideólogo del NJM – se tornaría gradualmente en el interlocutor de los soviéticos en Granada.¹⁰

Contando con el apoyo de sus padrinos ideológicos en Moscú, Coard se dio la tarea de imprimir en el NJM los valores mas estimados por Leonid Brézhnev y el resto de la politburocracia soviética de la época. Ello incluía el centralismo democrático, la autocrítica, el lenguaje esotérico, el sigilo, la férrea disciplina, las organizaciones de masas, y el dogmatismo ideológico. No es de extrañar que los soviéticos hayan privilegiado sus relaciones con Coard, y no con el Primer Ministro Bishop, en virtud de las coincidencias ideológicas y políticas entre ambas partes. En este sentido podríamos concluir que si Bishop era el amigo de Castro, Coard era el hombre de los soviéticos en Granada.

En el ámbito de la seguridad, entre 1980 y 1983 el *People's Revolutionary Government* firmó tres acuerdos secretos de asistencia militar con la Unión Soviética. Tales acuerdos de cooperación militar incluían el entrenamiento especializado, la transferencia de armas y suministros, y el intercambio de informaciones, entre otras cuestiones.

En el ámbito económico, la cooperación con el bloque socialista y con algunos países árabes (como Libia) incluyó la firma de acuerdos de comercio con precios estables e intervalos regulares, la promoción del así llamado “nuevo turismo”, el respaldo financiero, la donación de maquinaria e insumos, y la asistencia técnica – principalmente en pesca, en agricultura, en deportes, en promoción turística, en salud, en educación, y en ciencia y tecnología. Por su parte los principales productos que Granada exportó hacia sus nuevos aliados y socios fueron el cacao, la nuez moscada y las bananas.

De cualquier manera hay buenas razones para suponer que las relaciones y el apoyo de Moscú a Saint George's no fueron lo estrechas y fluidas que los dirigentes del *People's Revolutionary Government* hubiesen deseado. Al parecer el belicismo y la retórica anti-comunista del Presidente Reagan habrían provocado grandes recelos y temores entre los soviéticos. En abril de 1983, el veterano canciller soviético Andrei Gromyko habría comentado al propio Bishop que los partidos y las organizaciones de izquierda radical en el Caribe anglófono deberían "actuar con gran cuidado y flexibilidad para no provocar que las fuerzas imperialistas despedacen a las fuerzas progresistas."¹¹ Ciertamente, los soviéticos no estaban dispuestos a correr el riesgo de provocar o sostener una guerra nuclear causada por una escalada iniciada en Granada. De hecho desde el sangriento derrocamiento del Presidente chileno Salvador Allende, Moscú advertía que las revoluciones deberían ser capaces de auto-defenderse. Por esa y otras razones, los soviéticos se limitaron a transferir crecientes cantidades de armas y otros suministros bélicos – preferiblemente de uso defensivo – pero ningún compromiso militar formal.

Relaciones con Estados Unidos. Las relaciones entre Washington y Saint George's fueron tensas y frías durante todo el gobierno del NJM. La hostilidad de la Casa Blanca hacia el régimen de Granada se hizo especialmente evidente a partir de la asunción de la administración Reagan.¹² Desde los primeros meses de la administración republicana, Washington envió poderosas señales hacia el Caribe anglófono inspiradas en la lógica del conflicto Este-Oeste, propia de la Segunda Guerra Fría. Nótese, por ejemplo, que el conservador Primer Ministro de Jamaica Edward Seaga fue el primer mandatario extranjero invitado por Reagan para visitar la Casa Blanca. El encuentro Reagan-Seaga se fundamentaba en las coincidencias ideológicas y en una política común de lucha contra las alegadas aspiraciones hegemónicas cubanas en la cuenca del Caribe. Posteriormente el Departamento de Estado dio por terminadas las relaciones bilaterales, negándose a acreditar a nuevos diplomáticos granadinos en Washington – quiere decir, una virtual ruptura de relaciones diplomáticas. Además, los representantes estadounidenses en organismos financieros internacionales habrían sido instruidos para vetar cualquier petición de Saint George's.

En suma, las relaciones entre Washington y Saint George's se caracterizaban por su alta y creciente tensión, hostilidad y desconfianza. Peter Shearman informa que los dirigentes de la elite revolucionaria granadina estaban convencidos de la cercana invasión militar de Granada por fuerzas militares estadounidenses.¹³ Según documentación de marzo de 1983, "el único factor desconocido [era] la fecha [de la invasión]." Consecuentemente, Bishop y sus colegas estaban armando milicias y tomando otros preparativos. En Washington, la invasión de la isla era posible pero no probable, a menos que surgiera

una coyuntura que justificase dicha medida y que no provocase una escalada incontronable con el bloque soviético. En ese sentido, el dramático asesinato de Bishop por sus propios colegas supuso no solamente el debilitamiento de la estructura revolucionaria de poder, sino también el surgimiento de una divergencia táctica en las relaciones cubano-soviéticas y la oportunidad que Washington y sus aliados y clientes en la región estaban esperando para revertir militarmente – lo que consideraban – un caso expansionismo soviético-cubano en el Caribe anglófono.¹⁴

3. Bishop versus Coard: hacia el colapso del proceso revolucionario granadino

A pesar de las graves dificultades políticas, económicas y sociales, así como del latente conflicto con Washington, el proceso revolucionario granadino no era necesariamente inviable. En realidad, el NJM mantenía la estabilidad y el control sobre la isla. Esa constatación sugiere que, a pesar de las constantes amenazas de Washington, el proceso revolucionario era aceptado y hasta cierto punto legitimado por la mayor parte de la población – a pesar de la ausencia de elecciones generales libres, periódicas y competitivas. Por tanto, es razonable suponer que el régimen granadino continuaría en el poder a menos que algún evento justificase la intervención directa de una fuerza militar organizada. Sorprendentemente dicha excusa sería ofrecida por los propios dirigentes del NJM.

La gran mayoría de los autores que han estudiado la invasión de Granada (25 de octubre de 1983) sugieren que la misma se originó en las crecientes tensiones ideológicas que polarizaron las relaciones entre los miembros del Comité Central del NJM. Sandford y Vigilante, Valenta y Valenta, y Falcoff coinciden en la divergencia de tácticas que enfrentó al carismático Bishop contra un grupo de líderes mucho más dogmáticos comandados por Coard.

El problema central de la disputa Bishop-Coard se puede resumir en el cuestionamiento de: a) los así llamados desvíos pequeño-burgueses, o más exactamente socialdemócratas, de Bishop, Unison Whiteman y George Louison, b) el supuesto peligro de desintegración del NJM, c) la propuesta de adoptar medidas leninistas (especialmente el liderazgo compartido, centralismo democrático y la autocrítica), y d) la urgente necesidad de acelerar las transformaciones socialistas en la isla.

A partir de julio de 1983, la posición de Bishop comenzó a deteriorarse al interior del Comité Central del NJM. No solamente estaba en minoría. También era acusado, por un lado, de “oportunismo derechista” al tratar de convertir al NJM en un partido socialdemócrata y no en una vanguardia revolucionaria plenamente marxista-leninista. Por otro lado, era cuestionado por la aparente incapacidad para estrechar las relaciones políticas e ideológicas con la Unión Soviética y otros países comunistas.¹⁵

La propuesta de los sectores radicales del Comité Central del NJM – quiere decir: Bernard Coard, Hudson Austin, Selwyn Strachan, Liam James, Phyllis Coard, Ewart Layne, Leon Cornwall, Chalkie Ventour – planteaba la necesidad de dividir la autoridad y las funciones del Primer Ministro en dos áreas. De un lado, Bishop continuaría siendo el responsable de las relaciones internacionales y del trabajo entre las masas. De otro lado, Coard se encargaría de orientar y organizar el trabajo político de la vanguardia revolucionaria. Obviamente la pérdida de la autoridad sobre el partido suponía un golpe de Estado disfrazado puesto que en todos los regímenes socialistas o tendientes al socialismo la fuente real del poder se concentraba en la maquinaria del partido.

Así, el 25 de septiembre de 1983 la propuesta de la facción de Coard fue aceptada por mayoría calificada al interior del Comité Central del NJM. Varios autores sugieren que la decisión de fortalecer a Coard y su grupo habría agradado a los soviéticos – y tomado de sorpresa a los cubanos. En todo caso, el día siguiente, en un craso error táctico, el Primer Ministro Maurice Bishop viajó hacia Hungría y Checoslovaquia para negociar acuerdos de asistencia económica. Aparentemente pretendía ganar un poco de tiempo y regresar para reconstruir su poder.

Maurice Bishop regresó a Saint George's el 8 de octubre – después de una escala de algunos días en La Habana, donde discutió con Castro la situación política imperante en la isla y en la región. Posteriormente a su llegada a Saint George's, la recepción fue fría. Algunos miembros del Comité Central de NJM hablaban de una solución afgana¹⁶ en caso de que Bishop no aceptase la decisión del 25 de septiembre. En la reunión del 12 de octubre, el Comité Central ratificó la decisión de otorgar a Coard el control del partido. Bishop no aceptó la decisión. Consecuentemente, el 13 de octubre fue expulsado del NJM, desarmado y confinado en prisión domiciliar – todo ello en el más absoluto secreto. El 14 de octubre, Selwyn Strachan anunció el reemplazo de Bishop por Coard como Primer Ministro y máximo líder del *People's Revolutionary Government*. Las masas reaccionaron violentamente ante el atropello a su líder. Protestas populares se realizaron en Saint George's y otras ciudades contra Coard y sus dogmáticos seguidores. La posibilidad de una guerra civil era real.

En la mañana del 19 de octubre, una masa estimada entre 5 y 10 mil ciudadanos liderada por George Louison y Unison Whiteman liberó a Bishop de la prisión domiciliar. Una verdadera revolución de la sociedad contra la elite revolucionaria enquistada en el gobierno se estaba llevando a cabo. Hacia las 11:00 horas, Bishop y seguidores conquistaron *Fort Rupert* – uno de los principales puestos militares de la ciudad. Pero hacia las 12:15 comenzó el sangriento e irresistible contraataque de la facción ortodoxa dirigida por Bernard Coard y Hudson Austin. Como resultado, al final de la dramática jornada

Bishop, Whiteman (Ministro de Relaciones Exteriores), Norris Bain (Ministro de Vivienda), Jacqueline Creft (Ministra de Educación), Vincent Noel, Fitzroy Bain y otros siete seguidores de la facción moderada del NJM fueron sumariamente ejecutados. Hacia las 21:00, Hudson Austin (Ministro de Defensa), anunció la formación de un gobierno militar (*Revolutionary Military Council*, RMC) y la imposición de la ley marcial.

La reacción internacional frente al bárbaro acto represivo fue inmediata. Estados Unidos no solamente condenó el hecho, sino que ordenó al grupo de combate del portaaviones *Independence* modificar su ruta hacia el Mediterráneo oriental y dirigirse urgentemente hacia el sudeste del Caribe. Tom Adams (Primer Ministro de Barbados), Eugenia Charles (Primera Ministra de Dominica), Edward Seaga (Primer Ministro de Jamaica), John Compton (Primer Ministro de Santa Lucía) y la gran mayoría – por no decir todos – los líderes del Caribe anglófono rechazaron el gobierno militar y llamaron a una reunión de emergencia de la OECS para imponer sanciones económicas y políticas a la isla.

El asesinato de Bishop y sus colegas ofreció la excusa política que Washington y sus aliados en la zona esperaban para intervenir militarmente en la isla. En la reunión de la OECS, realizada en Barbados (21-22 de octubre) representantes de St. Kitts-Nevis, Montserrat, St. Vincent, St. Lucía, Dominica, Barbados y Antigua decidieron suspender las relaciones políticas y económicas con Granada. El día siguiente, los jefes de Estado solicitaron formalmente la intervención militar de Washington para restaurar el orden en el vecino país. El 24 de octubre, un día después de la destrucción del Cuartel General de los *Marines* en el Líbano, el Presidente Reagan decidió aprobar la invasión de Granada – denominada Operación *Urgent Fury*. De esa manera, en las primeras horas del 25 de octubre alrededor de cinco mil soldados estadounidenses – apoyados por simbólicos contingentes de tropas de Jamaica, Barbados y algunos Estados miembros de la OECS – desembarcaron en la isla. Tres días después, y a pesar de la encarnizada resistencia de los granadinos y cubanos, los invasores derrocaron al gobierno militar. En diciembre del mismo año, las operaciones militares eran formalmente clausuradas. Y más tarde nuevas autoridades fueron electas. Entretanto, la polémica sobre la validez jurídica y las consecuencias internacionales de la primera intervención militar directa estadounidense en América Latina y el Caribe desde 1965 recién habían comenzado.

4. Consideraciones finales: Algunas consecuencias jurídicas y políticas de la intervención militar estadounidense en Granada

El análisis de las justificaciones, causas y consecuencias de la intervención militar EUA/OECS puede realizarse desde dos perspectivas básicas: a) el derecho internacional, y b) la política internacional.

Desde la perspectiva del derecho internacional, Daniel Gosselin ofrece un excelente análisis sobre las justificaciones legales que Reagan y sus clientes en el Caribe anglófono presentaron para tratar de legitimar la intervención en la isla.¹⁷ Inicialmente el autor plantea que la legislación internacional y específicamente el tema de la guerra y la paz entre los Estados tiene a Hugo Grotius (s. XVII) como su más insigne representante. Para Grotius, los Estados – al igual que las personas – deberían guiarse por normas jurídicas y principios morales que evitasen el estado de guerra natural o las guerras de agresión. No obstante, el jurista europeo también reconoció la noción del *jus ad bellum*, quiere decir, el derecho a la guerra justa o defensiva.

En términos operativos, una guerra justa sería aquella en la que se cumplen los siguientes requisitos básicos: (i) se lucha por una causa legítima, (ii) se recurre al enfrentamiento armado como último recurso, (iii) se lucha por la protección de nacionales, (iv) es declarada por una autoridad reconocida y competente, (v) los objetivos políticos son proporcionales a los costos humanos y materiales del conflicto, y (vi) existe una razonable posibilidad de éxito. Dichos principios habrían sido tácitamente incorporados a la Carta de las Naciones Unidas en 1945 con objeto de que eventos tan trágicos como las dos guerras mundiales no volvieran a repetirse o al menos para perfeccionar el derecho a la defensa (individual o colectiva) frente a ataques militares de terceros (Artículo 51), garantizar la soberanía y autodeterminación de todos los Estados, y promover la paz y el desarrollo.

En la mañana del 25 de octubre, cuando el Presidente Reagan, acompañado de Eugenia Charles (Primer Ministro de Dominica y Presidente de la OECS), anunció la intervención militar conjunta en Granada, afirmó que se había tomado la decisión de usar la fuerza a pedido de Jamaica, de Barbados y de seis países de la OECS, y por tres razones básicas:

Primero, y de crucial importancia, para proteger vidas inocentes, incluyendo más de 1000 estadounidenses cuya seguridad personal es, por supuesto, mi principal preocupación; segundo, para prevenir el caos; y tercero, para asistir en la restauración de las condiciones de ley y orden y las instituciones gubernamentales en la isla de Granada, donde un brutal grupo de asesinos izquierdistas violentamente tomaron el poder, mataron el Primer Ministro, tres miembros del gabinete, dos líderes sindicales y otros civiles, incluyendo niños.¹⁸

Según el Presidente Reagan, “los objetivos de los Estados Unidos son claros: proteger nuestros ciudadanos, facilitar la evacuación de aquellos que deseen irse [de la isla] y ayudar a restaurar las instituciones democráticas en Granada.”¹⁹ En los días subsiguientes, el propio Reagan o algunos de sus más cercanos colaboradores, especialmente Jeane Kirkpatrick - Embajadora estadounidense en la ONU –, insistían en justificar el uso de la

fuerza por: a) solicitud de intervención del Gobernador General Sir Paul Scoon, b) auto-defensa colectiva y anticipada frente a la amenazadora imagen del gobierno militar, y c) intervención humanitaria para restaurar la ley y el orden.

¿Son tales justificaciones congruentes con los requisitos para declarar una guerra justa según los términos clásicos planteados por Grotius y sucesores? Existen buenas razones para creer que no. El requisito de la causa legítima es sumamente complejo puesto que debe armonizar los principios de soberanía y de autodeterminación con la autodefensa, la defensa colectiva y particularmente con la polémica noción de defensa anticipada. Si bien Granada poseía las fuerzas armadas más numerosas de la región, éstas tenían un carácter eminentemente defensivo - tanto en la doctrina militar vigente, como en el armamento disponible. No hay evidencia que sugiera o confirme el apoyo de Saint George's a grupos insurgentes en las islas vecinas, tampoco amenazas militares del *Revolutionary Military Council* o de sus aliados en Moscú. Sin olvidar que la autodeterminación de los pueblos supone que era responsabilidad de los propios granadinos construir una gobernabilidad para su Estado, sin interferencias extranjeras - condición que el nuevo gobierno había logrado, a pesar del carácter represivo de sus medidas. En ese sentido, las peticiones de ayuda de Jamaica, de Barbados y de los países del OECS a Washington parecen infundadas. Igualmente, la supuesta petición de intervención militar de Sir Paul Scoon - algo que el gobierno de la Primer Ministro británica Margaret Thatcher nunca reconoció -, habría sido viciada puesto que el Gobernador General era una figura básicamente ceremonial sin cualquier autoridad legal efectiva. Además, en última instancia, de haber realizado dicha petición, Scoon debería haberse dirigido a Londres - y no a Washington - para ser considerada como válida. Por tanto, es evidente que la intervención militar conjunta EUA/OECS en la isla-Estado de Granada no cumple el requisito de causa legítima.

Tampoco se observó el requisito de recurrir al enfrentamiento armado como último recurso. Ello es bastante evidente, puesto que no se consideraron alternativas pacíficas para solucionar controversias entre Estados soberanos, a pesar de la aparente disposición del gobierno militar a negociar el pronto retorno al orden constitucional. Conviene agregar que no se consideró seriamente la posibilidad de llevar el caso ante instancias internacionales competentes y reconocidas como la OEA, la ONU o la *Commonwealth of Nations* - de las cuales Granada era miembro.

El requisito de utilizar la fuerza para proteger nacionales es, probablemente, la reclamación menos polémica ya que desde el fin de la segunda guerra mundial el derecho internacional tiende a reconocer - tácitamente - el derecho de los Estados a proteger sus ciudadanos en el exterior. No obstante, ello se justifica solamente en casos extremos. Además, la acción de fuerza debe limitarse al rescate de los ciudadanos nacionales. En

otras palabras, se trata de misiones de evacuación y salvamento destinadas a retirar los nacionales de escenarios caracterizados por la violencia generalizada (normalmente guerras civiles), pero no con el propósito de intervenir para derrocar un régimen.

Para comprender la agresiva actitud de Washington en el caso de Granada, debe tenerse presente dos elementos adicionales sumamente importantes. Por un lado, la presencia en la isla de un millar de estudiantes estadounidenses de medicina que podrían ser tomados como rehenes por el gobierno militar para forzar una salida negociada (o presionar por otras medidas similares). Por otro lado, la agonía y el severo desgaste político que supuso para el gobierno del Presidente Carter la crisis de los 52 rehenes cautivos durante 444 días en la Embajada estadounidense en Irán. Ambos eran riesgos políticos que el Presidente Reagan no estaba dispuesto a correr, máxime si recordamos que, entonces, el mandatario estadounidense ya había comenzado su campaña para conseguir la reelección.

No obstante, no existe evidencia alguna que confirme que los estudiantes u otros ciudadanos de Estados Unidos se hayan encontrado, en algún momento, en peligro - de hecho Washington nunca recomendó su salida voluntaria de la isla. Por su parte, el gobierno militar no solamente permitió el contacto y/o la visita de representantes diplomáticos de Estados Unidos, del Reino Unido y de Canadá a sus nacionales, sino que desmilitarizó las zonas próximas a la Facultad de Medicina con objeto de no oponerse militarmente a una eventual evacuación de los mismos. En ese sentido, un día antes de la invasión la Embajada brasileña en Kingston informó al Itamaraty, categóricamente, que:

[En] cuanto a los estadounidenses que están en Granada, aproximadamente ochocientos, en su gran mayoría profesores y estudiantes de medicina, se encuentran lejos de las confusiones de Saint George's, en una Facultad de Medicina en las cercanías de la capital, y, según informa el "Gleaner" fueron ayer contactados por teléfono, por la Embajada de Estados Unidos en Barbados. Están bien, no fueron afectados en nada por los acontecimientos en la capital, la facultad continúa dando clases, normalmente. *No existe así pretexto alguno para cualquier intervención en aquella isla por parte de los Estados Unidos, y, menos aún, por los líderes conservadores del CARICOM.*²⁰

El mensaje anterior no necesita mayores comentarios. Únicamente insistir en que es muy difícil aceptar que los ciudadanos norteamericanos se encontrasen en grave peligro. Aún así la planificación y la ejecución de la intervención militar conjunta EUA/OECS hace evidente que la finalidad de la operación *Urgent Fury* no era rescatar o evacuar nacionales sino reemplazar la estructura de poder, ocupar completamente la isla y desarticular toda oposición armada organizada. En otras palabras, se buscaba destruir un régimen que Washington y los conservadores líderes del Caribe anglófono percibían como un foco de expansionismo soviético-cubano – lo que puede ser comprensible desde la perspectiva

política pero no desde el derecho internacional. En conclusión, si bien el requisito de proteger nacionales sea uno de los argumentos más poderosos desde la perspectiva de Washington, lo cierto es que los ciudadanos estadounidenses nunca corrieron grave peligro, por tanto, es difícil aceptarlo como válido.

Otro de los requisitos inspirados en Grotius para identificar una guerra justa es confirmar si el uso de la fuerza ha sido declarada por una autoridad reconocida y competente. El Presidente Reagan desde el primer momento afirmó que la operación *Urgent Fury* nació a petición de cinco miembros de la OECS. Como se apuntó más arriba, la OECS incluía un componente de seguridad colectiva destinado a la defensa mutua contra “agresiones externas” – quiere decir, agresiones formuladas e implementadas desde fuera de la subregión (Artículo 8 del Tratado de la OECS). Además las decisiones de dicho organismo deberían ser tomadas por unanimidad, lo que no sucedió puesto que Granada – con poder de veto – no fue invitada a las reuniones de Bridgetown y Port-of-Spain, donde se tomó la decisión de solicitar el apoyo militar de Estados Unidos, Jamaica y Barbados para intervenir colectivamente en la isla. En ese sentido, existe un claro indicio de vicio de forma. Más preocupante aún es constatar que la OECS ni siquiera había sido registrada en la ONU como un organismo regional reconocido. Por lo tanto, habría un vicio de fondo en la competencia y representatividad legal que la OECS tendría para tomar tan grave decisión.

Adicionalmente, es muy difícil aceptar los argumentos de intervención humanitaria para defender los derechos humanos o restaurar la ley y el orden. Tradicionalmente los países del mundo en desarrollo se han negado a reconocer la validez jurídica de tales argumentos en virtud de la potencial interferencia en sus asuntos internos que dichas medidas suponen en la mayoría de los casos. Si bien, entre el 19 y el 25 de octubre de 1983, Granada sufría de inestabilidad política, parece evidente que no existían actos extremadamente graves que atentaran contra la ética y la moral de la humanidad y que justificasen una intervención colectiva. Además, la información disponible sugiere que los problemas de ley y orden tendían a normalizarse. En ese sentido se pronunció, pocas horas antes de la intervención militar, la Embajada brasileña en Kingston, al informar a Itamaraty que:

cuando fue suspendido el toque de recoger por 24 horas en Granada, las actividades normales de la isla fueron retomadas, sin que hubiese conflicto alguno. Solo las escuelas permanecerán cerradas por una semana más y el toque de recoger paso a ser nocturno, de las 23 horas a las 5 horas de la mañana. El nuevo gobierno de la isla ha emitido proclamaciones, apuntando el peligro de intervención extranjera y convocando al pueblo a unirse y ayudar en la defensa de la isla [...] con ánimo aparentemente conciliador [...] el nuevo dirigente militar de Granada [General Hudson Austin] ya anunció que pretende instalar en breves días un gabinete totalmente civil, que represente todas

las corrientes de opinión de la isla, así como tomar medidas que favorezcan la libre empresa y las inversiones extranjeras necesarias para el desarrollo de la isla.²¹

A pesar de no hablar de elecciones anticipadas, de retorno al orden constitucional o de ruptura de sus vínculos con el bloque socialista, parece evidente que Granada no se preparaba para atacar las islas vecinas o se encontraba en situación de guerra civil. Al contrario, habían buenas perspectivas de retornar a una gobernabilidad que, si bien no era una democracia representativa occidental, al menos aseguraba los derechos fundamentales de sus ciudadanos y la continuidad de las instituciones fundamentales de la sociedad. En síntesis, la OECS no era una autoridad reconocida ni competente para solicitar una intervención militar colectiva contra uno de sus miembros activos. Paralelamente, la evidencia documental tampoco sugiere que el gobierno militar de Granada estuviese cometiendo sistemáticas y groseras violaciones a los derechos humanos de sus ciudadanos. Al contrario, la tendencia dominante – reconocida por diplomáticos brasileños acreditados en países de la región – apuntaba hacia la normalización de la situación interna de la isla. En consecuencia, justificar la invasión de Granada desde la perspectiva de la intervención humanitaria o para restaurar la ley y el orden son argumentos abusivos y claramente ilegítimos.

En relación a los requisitos de proporcionalidad entre objetivos políticos y costos humanos y materiales, primero, y la razonable posibilidad de éxito, después, la operación *Urgent Fury* habría observado las principales normas internacionales de la guerra. Al parecer la población de la isla terminó aceptando y conviviendo con la intervención militar. Conviene agregar que los combates provocaron la muerte de 71 granadinos, 18 estadounidenses y 27 cubanos. También se contabilizaron 538 heridos en ambos bandos. Los daños a la infraestructura económica y social de la isla eran recuperables. Los costos financieros fueron relativamente bajos. Los ciudadanos extranjeros, particularmente los trabajadores cubanos y los estudiantes estadounidenses, fueron repatriados sin mayores incidentes. En el mediano plazo, la isla retornó al orden constitucional. Por tanto, desde la perspectiva del equilibrio y proporcionalidad, la intervención militar puede considerarse como adecuada y correcta.

En la evaluación general parece evidente que la intervención militar conjunta EUA/OECS careció de fundamentos legales sólidos. En palabras del Embajador brasileño en Trinidad y Tobago, Amaury Bier, “Los fundamentos jurídicos invocados para la intervención me parecen enteramente irrelevantes.”²² Las dudosas argumentaciones jurídicas fueron rechazadas en los correspondientes debates que se realizaron en las Naciones Unidas. Tanto en el Consejo de Seguridad como en la Asamblea General la intervención militar directa de Washington y aliados fue desaprobada por la gran mayoría de Estados

miembros – excepto por El Salvador, Israel y los Estados del Caribe que participaron de la intervención.²³ Curiosamente, ningún miembro de la OTAN votó a favor de la Casa Blanca. Reconocidos aliados anticomunistas de Washington en América Latina y el Caribe tampoco apoyaron la acción. En consecuencia, desde la perspectiva jurídica parece claro que la invasión a Granada fue una flagrante violación al derecho internacional, en general, y al derecho internacional americano, en particular.

Desde la perspectiva de la política internacional, la guerra – como solía decir Clausewitz – es la continuación de la política por otros medios. En esa línea, las intenciones y las repercusiones de dicha acción de fuerza implican necesariamente modificaciones en la actitud y voluntad de cada uno de los actores.

En Granada las consecuencias de la intervención militar pueden resumirse en la destrucción del proceso revolucionario y la re-colonización de la isla. Durante más de un año los valores de independencia, de soberanía y de autodeterminación fueron literalmente suspendidos. Un gobierno colectivo compuesto por el Embajador de Estados Unidos (Paul Pickering), el Gobernador General (Sir Paul Scoon) y representantes militares de Jamaica y Barbados se dio la tarea de normalizar la vida cotidiana de la isla. Las Embajadas brasileñas en Port-of-Spain y Kingston informaron al Itamaraty que algunos meses después de la invasión los problemas centrales de la isla incluían: (a) el creciente malestar de la población con un gobierno extranjero que le fue impuesto, (b) los complejos problemas legales de más de 200 líderes granadinos detenidos por haber participado o simpatizado con el gobierno del NJM, (c) los programas y la infraestructura económica y social de la isla no se recuperó como era esperado. Paralelamente, los ingresos del turismo desaparecieron y las exportaciones de nuez moscada se acumularon en la zona portuaria de Saint George's. Irónicamente una de las políticas más prometedoras para reactivar la economía fue concluir con el proyecto de Bishop, esto es, el aeropuerto internacional en Point Saline. En el interludio, la isla sobrevivió con los recursos financieros ofrecidos por los Estados Unidos, el Reino Unido, y el Banco de Desarrollo del Caribe.

Naturalmente, la intervención militar en Granada también provocó importantes reacciones en la sociedad internacional, particularmente entre los vecinos de la cuenca del Caribe. De hecho, en el Caribe anglófono, el uso de la fuerza dividió al bloque puesto que Trinidad y Tobago, Guyana, Belice y Bahamas condenaron la invasión y demandaron la salida de las tropas de Estados Unidos, Jamaica, Barbados y los países de la OECS. La crisis política granadina también fue utilizada por los gobiernos conservadores para fortalecer su posición y debilitar a las organizaciones de izquierda (moderada y radical) en sus propios países y, especialmente, para reconstruir la homogeneidad ideológica de la subregión. Sobre lo último, cabe destacar que Eugenia Charles – Primer Ministro de Dominica,

Presidente de la OECS y tradicional opositora al NJM – justificó la intervención bajo el concepto de *one Caribbean region*. Este concepto implicaría que todas las islas del Caribe anglófono deberían mantener una misma matriz política, económica y sociocultural, en éste caso de obvia tendencia conservadora – en virtud de una común herencia cultural británica. También hubo importantes reacciones en Washington, La Habana, Moscú y otras capitales, siendo que la mayoría de los gobiernos y sociedades civiles condenaron la intervención militar.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professor doutor do Centro Universitário Unieuro, Brasília. E-mail: cdominguez_unieuro@yahoo.com.br

¹ Fred Halliday. *The Making of the Second Cold War*. 2 ed., Londres, Verso, 1986.

² GILMORE, William. "Legal and institutional aspects of the Organization of Eastern Caribbean States". *Review of International Studies*, v. 11, n° 4 (October), 1985 pp. 311-328.

³ Citado por Gilmore, "Legal and institutional aspects" [n. 2].

⁴ JONES, Ronald E. "Cuba and the English-speaking Caribbean", en BLASIER, Cole y MESA-LAGO, Carmelo (ed.). *Cuba in the World*. Pittsburg, University of Pittsburgh Press, 1979, pp. 131-145.

⁵ CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopía Desarmada/ Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

⁶ Citado por SANFORD, Gregory y VIGILANTE, Richard. *Grenada: The Untold Story*. Lanham, Madison Books, 1984.

⁷ Según JACOBS, Richard, a la sazón Embajador de Granada en Moscú, el apoyo que su país recibía de la Unión Soviética se debía a que "Cuba ha defendido fuertemente nuestra causa" (citado en Sandford y Vigilante, *Grenada* [n. 6]).

⁸ VALENTA, Jiri y VALENTA, Virginia, "Leninism in Granada", *Problems of Communism*, v. XXXIII, n° 4 (july-august), 1984, pp. 1-23. FALCOFF, Mark, "Bishop's Cuba, Castro's Grenada: Notes toward an Inner History", en WIARDA, Howard J. y FALCOFF, Mark (comp.): *The Communist Challenge in the Caribbean and Central America*, Washington, American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1987, pp. 187-197.

⁹ VALENTA y VALENTA, "Leninism in Grenada" [n. 8].

¹⁰ Citado por SANDFORD y VIGILANTE, *Grenada* [n. 6].

¹¹ PASTOR, Robert, *Whirlpool / U.S. Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean*. Princeton, Princeton University Press, 1992.

¹² SHERMAN, Peter. The Soviet Union and the Granada under the New Jewel Movement. *International Affairs*, v. 61, n° 4 (autumn), 1985, pp. 661-673.

¹³ Otros países relativamente importantes en la política exterior del *People's Revolutionary Government* fueron: Libia, Nicaragua, Corea del Norte y Angola. Canadá, Brasil, Venezuela y los países de la Comunidad Económica Europea mantenían discretos vínculos diplomáticos y financieros con la isla-Estado.

¹⁴ Nótese que la desconfianza de los soviéticos por Bishop se agudizó en junio de 1983, después de la visita de aquel a los Estados Unidos y debido a las tentativas de acuerdo implementadas para mejorar las relaciones diplomáticas con Washington. En palabras de Valenta y Valenta [n. 8], "Dada la tradicional paranoia soviética sobre la lealtad y ortodoxia de los aliados socialistas, el liderazgo soviético tenía suficientes razones para perder la confianza en Bishop".

¹⁵ La amenaza de aplicar la solución afgana alude al sangriento golpe militar que, en diciembre de 1979, derrocó y asesinó vilmente al presidente Hafizullah Amin y sus más cercanos colaboradores, e impuso en Kabul una elite revolucionaria más dogmática y prosoviética, comandada por Babrak Karmal.

¹⁶ GOSSELIN, Daniel P., “*Jus ad Bellum* and the 1983 Granada Invasion: the Limits of International Law”, sl., Department of National Defense (Canada), 1998, DE: <www.cfcsc.dnd.ca/irc/amsc/amsc1/016.html>, consultada el 13-10-2007.

¹⁷ “The Grenada Situation. Invasion... Legal or not”, *Sunday Guardian*, Port-of-Spain, 30.10.1983, p. 1.

¹⁸ Citado por GOSSELIN, “*Jus ad Bellum*” [n. 19].

¹⁹ Ovídio Melo a MRE, Telegrama confidencial-urgente 364, Kingston, 24.10.1983, AHMRE: 600 (B 12); *itálico* es agregado.

²⁰ Ovídio Melo a MRE, Telegrama confidencial 367, Kingston, 25.10.1983, AHMRE: 600 (B 12).

²¹ Amaury Bier a MRE, Oficio confidencial 127, Port-of-Spain, 14.11.1983, AHMRE: 600 (B 12).

²² En el Consejo de Seguridad la condena a la intervención militar directa en Granada resultó en un 11-1 (incluyendo el veto norteamericano). Entretanto, en la Asamblea General el resultado a la condena moral fue de 107 votos a favor, 9 en contra y 27 abstenciones.

BRIZOLA EM PANFLETO: AS IDÉIAS DE LEONEL BRIZOLA NOS ÚLTIMOS DIAS DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

Jorge Ferreira*

Resumo

Este artigo se propõe a refletir sobre os posicionamentos de Leonel Brizola no período que antecede o golpe de 1964. Com a Campanha da Legalidade em 1961 e, dois anos mais tarde, por meio de plebiscito, a assunção de João Goulart à presidência da República, Brizola tornou-se a principal referência para os setores populares. Conductor da Frente de Mobilização Popular, o deputado trabalhista conseguiu agregar amplos setores sociais, operários, camponeses, estudantes, organizações políticas e populares, agremiações de esquerda, para a luta pelas reformas de base. O grupo brizolista disseminará suas estratégias e projetos no Panfleto, o jornal do homem da rua. Brizola tem como ponto de partida a Carta-Testamento de Getúlio Vargas, que contém o ideário nacional e popular para a luta contra as estruturas e os espoliadores que reproduzem as desigualdades e injustiças no país. Nesse embate contra as forças políticas mais conservadoras, o Panfleto denuncia a crise de hegemonia e investe contra a “política de conciliação” e o golpismo. Às vésperas do golpe, Brizola apela para uma Assembléia Nacional Constituinte como meio de implementar as reformas de base. Denuncia a violência daqueles que pretendem barrar as pretensões populares, que querem “deter a própria marcha do tempo”.

Palavras-chave

Leonel Brizola, jornal Panfleto, nacionalismo, reformas de base, trabalhismo.

Abstract

This article aims to reflect about Leonel Brizola's personal positions during the period that precedes the 1964 coup. With the Campaign for Legality in 1961, and, two years later, by means of the plebiscite, with João Goulart's assumption to the Presidency of the Republic, Brizola had become the main reference for popular sectors. Leader of the Frente de Mobilização Popular, the labor deputy was successful in gathering wide social sectors, workers, peasants, students, political and popular organizations, leftist associations, in the fight for basic reforms. The Brizolist group propagated its strategies and projects in the Panfleto (Pamphlet), the newspaper for the man in the street. Brizola's starting point was the Testament-Letter of Getulio Vargas, which contains the national and popular ideology to fight against the structures and the plunders that multiply disparity and injustice among the country. In this combat against the more conservative political forces, the Panfleto denounces the crisis of hegemony, and invests against the conciliation politics and the “coup d'état” tendencies. At the eve of the coup, Brizola claims for a National Constitutional Assembly, as a means to achieve basic reforms. He denounces the violence of those who intend to block the popular pretensions, and “to detain the own march of time”.

Keywords

Leonel Brizola, Panfleto newspaper, nationalism, basic reforms, laborism.

Ao deixar o governo do Rio Grande do Sul, em fins de janeiro de 1963, Leonel Brizola conheceu imenso prestígio entre as esquerdas. O projeto desenvolvimentista implementado no estado, a escolarização em massa com a criação de 680 mil vagas e a encampação de duas empresas norte-americanas que exploravam os setores de energia e comunicação foram ao encontro do programa das esquerdas. Seu prestígio aumentou ainda mais na crise política gerada pela renúncia de Jânio Quadros e com o veto dos três ministros militares à posse do então vice-presidente João Goulart, em agosto de 1961. Liderando a resistência pelo cumprimento da Constituição, Brizola enfrentou os ministros militares e desarticulou o golpe de Estado que planejaram, desmoralizando os setores golpistas das Forças Armadas.² A partir daí, Brizola passou a liderar os setores mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), disputando com o próprio João Goulart a direção do movimento reformista. Organizações de esquerda marxista, socialista e cristã também passaram a reconhecer sua liderança. Em 1962, a seção carioca do PTB procurou-o propondo sua candidatura a deputado federal pela Guanabara. Nas eleições legislativas de outubro daquele ano, ele obteve a maior votação proporcional já obtida no país, com 269 mil votos.³ Seu prestígio político no campo popular, nacionalista e de esquerda era imenso.

No início de 1963, sob sua liderança, surgiu a Frente de Mobilização Popular.⁴ Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo às custas de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD. Ao mesmo tempo, procurava impor-se como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. A Frente liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações do quadro partidário brasileiro, inclusive as de centro. Na FMP estavam representados os estudantes, por meio da UNE; os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC); os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais com suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário (trotskista) (POR-T) e segmentos de extrema-esquerda do PCB; políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista; militantes nacional-revolucionários que, dentro do PTB, seguiam a liderança de Leonel Brizola; por fim, setores mais à esquerda do Partido Socialista Brasileiro e o grupo político de Miguel Arraes.

Como é comum em organizações de esquerda, o grupo nacional-revolucionário brizolista tinha o seu jornal: *Panfleto, o jornal do homem da rua*. Mas *Panfleto* também era porta-voz da FMP. Por meio de um veículo próprio de comunicação, as esquerdas que reconheciam a liderança de Brizola expressavam suas idéias, projetos e estratégias.

Quero, nesse artigo, analisar as idéias e os projetos políticos defendidos por Leonel Brizola nos últimos 42 dias do governo de João Goulart. A fonte privilegiada será o conjunto de editoriais redigidos por Brizola publicado em *Panfleto*, entre os dias 17 de fevereiro de 1964, data da primeira edição do jornal, e 30 de março do mesmo ano, quando foi publicado o último número. O período foi crítico na crise política que desestabilizou o governo Goulart, com o acirramento do processo de radicalização das esquerdas que lutavam pelas reformas e das direitas que resistiam à sua efetivação.

A Carta de Vargas

Com esse título, Brizola escreveu, no número de estréia de *Panfleto*, seu primeiro editorial. Certamente não foi casual ele ter escolhido a Carta Testamento de Vargas como tema para a inauguração do jornal. Os trabalhistas tinham o texto como documento fundador de sua tradição política. Embora o trabalhismo possa ser datado em sua origem – 1942 –, foi a carta de Vargas que marcou toda uma geração identificada com aquele projeto político. Brizola, reiteradamente, referia-se à Carta Testamento. Tratava-se do ponto de partida para o conjunto de idéias que passou a defender. “A Carta de Vargas é o mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro, desde a nossa Independência”, iniciou Brizola. Para ele, dois momentos foram decisivos na luta pela independência do país: os sacrifícios de Tiradentes e de Vargas. No primeiro caso estava o herói precursor da independência política; no segundo, “o mártir e precursor da libertação do nosso povo da injustiça social e da espoliação econômica”.⁵

Nos dias atuais, é muito difícil compreender como um jornal porta-voz das esquerdas poderia associar o nome de Vargas a referências libertárias. É necessário compreender, no entanto, que, para aquela geração de brasileiros, a imagem do ex-presidente guardava referências positivas, tributárias sobretudo de seu segundo governo: ascendendo ao poder por vias democráticas, Vargas governou obedecendo às suas regras; patrocinou políticas econômicas nacionalistas, cujo auge foi a fundação da Petrobrás, além de atender demandas que beneficiaram os trabalhadores, como o reajuste do salário mínimo. Além disso, com o suicídio e a Carta Testamento, ficou, para aquela geração, a imagem do líder popular e nacionalista que sacrificou a própria vida na defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais, evitando um golpe de Estado. Daí que sua imagem era apropriada de maneira positiva pelas gerações identificadas com as esquerdas nos anos 50 e

60. Somente a partir da década de 1980 que os historiadores construíram outra imagem de Vargas – a que temos hoje: a do ditador do Estado Novo. Portanto, Brizola pertencia a uma geração que tinha referências positivas do ex-presidente. Realizando uma leitura muito particular da Carta, ele a interpretou a partir do processo de radicalização política dos anos 60 e das referências das esquerdas de sua época, sobretudo os ideais nacionalistas e antiimperialistas:

Contém a Carta de Vargas uma *denúncia* à nacionalidade e uma *convocação* à luta, ao inconformismo, à insubmissão e à resistência, de todos os brasileiros e patriotas deste país. Vargas *denunciou o domínio e o processo de espoliação das corporações e grupos econômicos e financeiros internacionais* que vêm esmagando o nosso povo e mergulhando a nossa Pátria na dependência e na submissão (grifos do autor).

Na compreensão de Brizola, Vargas, ao longo de sua experiência na vida pública e no exercício do poder, teria chegado à conclusão de que o “problema dos problemas” do Brasil, a “causa motriz” de seus males e aflições era “a espoliação cruel e desumana de que somos vítimas”. Para Brizola, a Carta expressava

[...] a inconformidade, a resistência, a luta contra os espoliadores de nosso país, contra os grupos dominantes, externos e internos, que formam a crosta de interesses que vêm sacrificando o nosso povo e solapando a nossa soberania. [...] O depoimento de Vargas permite-nos compreender que a nossa estrutura econômica-social, injusta e desumana, nada mais é que o efeito, que a dolorosa consequência do insidioso processo de espoliação a que está submetido o nosso país. [...] A experiência e o descortino do grande estadista permitiram-lhe antever e afirmar aquilo que se constituiu, hoje, uma verdade aceita e proclamada, isto é, que *só conseguiremos* realizar o nosso desenvolvimento, os ideais de justiça social, construir uma sociedade brasileira justa, *à medida que conseguirmos nos libertar da espoliação internacional*” (grifos do autor).

Embora na Carta de Vargas não exista alusão a reformas, Brizola afirma que elas estavam implícitas no documento porque “reformas” e “libertação” são termos de um mesmo problema. Não há reformas sem libertação, mas também não há libertação sem reformas. Além disso, Brizola dizia estar presente no texto de Vargas uma grave denúncia: a existência de uma minoria de brasileiros poderosos e privilegiados que se associou à espoliação internacional. Insensíveis aos interesses do Brasil e apegados aos seus lucros, eles invocavam as palavras “democracia” e “liberdade”, mas formavam “a tessitura de poder e dominação que mantém o nosso povo aprisionado à exploração e ao atraso”. Eles, segundo Brizola, formavam o que Vargas denunciou como antipovo e antinação. São eles

[...] todos os que negam aos que trabalham e produzem aqueles mesmos direitos e garantias que só uma minoria de afortunados vêm usufruindo, num país aberto ao saque internacional. Vargas denunciou como antipovo e antinação as cúpulas e oligarquias da

velha política brasileira e os grupos econômicos internos associados das corporações internacionais, aqui protegidos pela cobertura daquelas mesmas forças políticas.

Em uma análise histórica, é possível interpretar a Carta Testamento de Vargas como expressão, em tom denunciatório, de idéias nacionalistas e estatistas em voga na América Latina entre as duas guerras mundiais e que se estenderam pelos anos seguintes. Brizola, por sua vez, vivenciava a conjuntura internacional posterior a Vargas, particularmente com o crescimento das esquerdas na década de 1960. Tratava-se, portanto, da leitura de um político esquerdista, na conjuntura da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã, do texto de um líder nacionalista da época da Segunda Guerra Mundial. Brizola, ao mesmo tempo em que reavaliava a trajetória de Vargas, realizava uma leitura original de sua Carta Testamento baseado em um prisma classista e revolucionário.

Apropriando-se das mensagens contidas na Carta a partir das idéias de esquerda correntes naquela época, Brizola concluiu que Vargas não foi um suicida. Ele decidiu morrer e “morreu como um revolucionário”, porque somente um revolucionário autêntico oferece sua vida na luta pela libertação do povo. Sua morte transformou-se em uma mensagem.

Sacrificou a sua vida para que a causa da libertação do nosso povo ganhasse milhões de consciências; para que o povo, do qual ele fora escravo, jamais venha a ser escravo de quem quer que seja. [...] A Carta de Vargas é um manifesto revolucionário e nacionalista. O grande brasileiro denunciou o domínio e a espoliação internacional que vem martirizando o nosso povo e solapando a soberania de nossa Pátria. Vargas conclamou-nos à resistência e à luta. [...] Vargas morreu para que as nossas consciências despertassem. Vargas cumpriu com sua missão. É, hoje, o mártir, o precursor de nossa libertação.

Liderando uma frente de esquerda, Brizola estreava seu primeiro editorial em *Panfleto*. A partir da leitura da Carta Testamento, ele definiu como entendia a realidade brasileira em meados de fevereiro de 1964: setores que constituíam a classe dominante brasileira estavam unidos aos interesses dos capitais estrangeiros. Tinham como objetivo explorar os trabalhadores e as riquezas nacionais. As tarefas das esquerdas, portanto, eram as de libertar os trabalhadores e o próprio país da exploração dos capitalistas nacionais e estrangeiros. Libertar, mas também implementar reformas que distribuíssem a riqueza acumulada nas mãos daquelas minorias, implantando a justiça social. Essas eram as tarefas das esquerdas unidas na Frente de Mobilização Popular.

Só um caminho se impõe

Com o agravamento da crise econômica em fins de fevereiro de 1964, Brizola perguntava quem tinha – ou exercia – o poder naquele momento.⁶ Para ele, ninguém, a rigor,

detinha a “hegemonia do poder”. Havia um “equilíbrio pernicioso” entre correntes políticas. Todas queriam o fim da inflação e da crise econômica, mas nenhuma delas poderia encontrar soluções porque não controlavam o poder. Para Brizola, “enquanto este equilíbrio se mantiver, permanecerá intocável a estrutura econômico-social que aí está, [...], e, portanto, continuará o nosso país aberto ao saque internacional”.

O próprio presidente João Goulart não exercia o poder, continuou Brizola. Ele apenas tinha legalmente, nominalmente, a hegemonia do poder. No máximo, uma parcela dele. Jango somente exerceu realmente o poder logo após a crise que resultou em sua posse em agosto de 1961 e depois da vitória que obteve com o plebiscito que restituiu seus poderes presidencialistas em janeiro de 1963. É possível, afirmou Brizola, que Jango voltasse ao controle do poder, “desde que se decida a exercê-lo no sentido dos autênticos interesses do povo brasileiro e não no dos interesses das minorias privilegiadas”.

Em sua interpretação, quatro grandes correntes lutavam pelo poder. A primeira era formada pelas “minorias dominantes e reacionárias” fora do governo, representadas pela União Democrática Nacional (UDN) e por lideranças políticas como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. A segunda, igualmente formada por minorias dominantes e reacionárias, mas que estavam dentro do governo, representadas no Partido Social Democrático (PSD). Para Brizola, portanto, PSD e UDN não tinham diferenças, apenas o primeiro usufruindo de cargos no governo, enquanto o segundo estava na oposição. O terceiro grupo era liderado pelo próprio presidente João Goulart com sua corte de carreiristas e oportunistas usufruindo dos cargos oficiais. Por fim, o quarto grupo: “as *Forças Populares* da maioria esmagadora do povo brasileiro”.

O país vivia, portanto, uma guerra instaurada entre as quatro correntes. Tratava-se de uma luta “sem tréguas”, surda em certos momentos, ostensiva em outros, mas “cada dia mais intensa e radical”. Para Brizola, não era difícil prever que, com o agravamento da crise econômica, o aumento da inflação e com “a radicalização crescente do processo político”, as duas primeiras correntes, representadas pela UDN e pelo PSD, se unissem em uma frente única conservadora e reacionária. Quanto ao presidente Goulart e ao seu governo, ainda era cedo para avaliar que rumos ele tomaria, embora, continuasse Brizola em sua análise,

[...] seja quase certo afirmar que, na marcha que vem seguindo, o desgaste, a frustração, as perplexidades, as vacilações, a indefinição, a inoperância, o enfraquecimento enfim, os levem a facilitar e talvez negociar a entrega do governo àquelas minorias, e, com isto, a elas passe a hegemonia do poder.

Para Brizola, Jango teve duas oportunidades para realizar as reformas e estabelecer a independência do país: logo após a Campanha da Legalidade e depois do plebiscito que

restabeleceu o sistema presidencialista. Nas duas oportunidades, havia uma união entre seu governo e as “forças populares”. Ambos formaram uma frente única. Mas o presidente afastou-se das “aspirações populares” com sua “política de conciliação com minorias e grupos conservadores”, bem como sua inoperância diante da “espoliação internacional” que degradava o país.

Sem a aliança com o presidente da República, a vitória das “forças populares” sobre as outras três correntes “reacionárias” dependeria da atuação em dois campos: ganhar a opinião pública e o apoio popular, bem como organizar o próprio povo. Para Brizola, era responsabilidade dos grupos e partidos que atuavam na Frente de Mobilização Popular levar ao povo mensagens de “orientação e esclarecimento” e perseverar na grande tarefa que deve absorver todas as energias das esquerdas unidas na Frente: “organização, organização, organização”. “Só assim”, concluiu Brizola, “estaremos preparados para enfrentar os instantes cruciais que se aproximam”. Com essas avaliações, Brizola finalizou:

Os nossos caminhos estão perfeitamente claros. Entre nós não há lugar para dúvidas, nem vacilações. Nem mesmo precisamos de maiores esclarecimentos. Os nossos rumos estão, desde 1954, na grande mensagem que nos deixou o presidente Getúlio Vargas. Todos os brasileiros que querem servir autenticamente a sua Pátria e lutam pela organização de uma sociedade justa e verdadeiramente livre dentro de nossas fronteiras não têm dois caminhos a escolher, nem qualquer opção a fazer. Só um caminho se impõe: é aquele por onde segue o nosso povo, com suas lutas e sofrimentos, em busca de sua libertação.

Na avaliação de Brizola, portanto, o quadro político brasileiro estava dividido em dois campos: um deles constituído por diversas forças reacionárias, conservadoras e oportunistas; o outro pelas forças populares, das reformas e da libertação do país. Nesse sentido, somente “um caminho” se imporia para o presidente da República.

A autenticidade das lideranças

Brizola tinha em João Goulart seu maior interlocutor. Nem sempre o nome do presidente era citado, mas tratava-se de personagem presente nos editoriais. No terceiro número de *Panfleto*, ao avaliar a autenticidade dos líderes populares, Brizola fustigava Jango.⁷

O surgimento de lideranças verdadeiramente populares não era difícil de acontecer, garantiu Brizola. Sobretudo com as situações de desespero vividas pelo povo, com o aumento do custo de vida, do desemprego e do desamparo social. Assim, quando surgia alguém que falava a linguagem popular e condenava as injustiças sociais, logo era reconhecido pelo povo. Ele se tornava o porta-voz das angústias e anseios da população. Mas somente o tempo diria se a liderança que surgiu era autêntica ou visava apenas uma brilhante carreira política.

Afirmando ter visto o surgimento de vários líderes populares em diversos municípios, Brizola alertava para um perigo: no meio do caminho, o líder emergente abandonava o prestígio que tinha entre os humildes e entrava para o “clube amável da política”. Os integrantes do clube tinham predileta vocação para amortecer o ímpeto dos que estavam à frente do povo, lutando por seus anseios. Na defesa dos trabalhadores, os líderes subiam na escala política, alcançavam cargos, adquiriam importância no Legislativo e no Executivo. Conheciam, particularmente, melhorias em seu padrão de vida. Quando percebiam, estavam participando da política convencional e integrando o “clube amável da política”. Nesse momento, o povo perdia uma liderança.

Mas também surgia um sério problema para os que não se desviaram da jornada ao lado do povo, atuando de maneira autêntica. Os falsos líderes, os que cederam aos cargos oficiais, continuavam a utilizar a linguagem reivindicatória, insistiam no palavreado revolucionário, mas o que almejavam, mesmo, era usufruir da comodidade que alcançaram. Brizola estava falando de Goulart, mas também falaria sobre si mesmo:

Continuam salientando as agruras populares, mas seu apelo não é mais à luta, e sim à paciência. E em nome da prudência, pregando a calma e a contenção, chegam à ação acomodatória que visa não mais resolver o problema das massas esquecidas, mas manter a situação que protege seus interesses pessoais. E olham para os antigos companheiros, que se mantêm fiéis à sua origem, com receio e quase rancor tentando inutilizar-lhes a ação e minar sua capacidade política, tachando-os de radicais, de extremados e até de comunistas.

O partido político que mais sofria com esse problema no Brasil era, segundo Brizola, o PTB, “partido essencialmente revolucionário” com fortes vínculos com as “multidões humildes” e orientado pela Carta Testamento de Vargas. Embora a última atitude de Vargas tenha negado a conciliação, muitos líderes trabalhistas “pregam a acomodação e a paciência”, afastando o povo de suas conquistas sociais. Esse, segundo Brizola, era o maior entrave para a ação das forças populares:

Por isso penso que é um dever dos líderes autênticos a vigilância permanente e a coragem da denúncia que, longe de ser divisionista, combate o divisionismo, alertando o povo para o mais grave obstáculo à sua luta e lhe oferecendo condições para distinguir as lideranças legítimas e aniquilar as que se abastardaram.

O nome de Jango não foi citado uma única vez, mas o leitor de *Panfleto* sabia que ele era o personagem central do editorial de Brizola.

Jango e o significado da “conciliação”

Para os partidos, as organizações e os movimentos políticos agrupados na Frente de Mobilização Popular, as palavras “acomodação”, “prudência” e “paciência” eram usadas em sentido muito negativo, pejorativo mesmo. Não casualmente, Brizola discutia, no editorial, a “autenticidade das lideranças”. Mas a palavra que passou a expressar o que de pior poderia haver em uma liderança popular era “conciliação”. Mas, em uma conjuntura de grande radicalização política, o que significava “conciliar”?

Goulart havia alcançado a presidência da República com o país dividido e sob gravíssima crise militar e política.⁸ Sua estratégia de governo foi a de desarmar seus opositores da direita civil e militar, esforçando-se para ampliar sua base política no Congresso Nacional com o apoio do centro, sobretudo do PSD. Seu objetivo era o de unir o centro pessedista e a esquerda trabalhista, reforçando a aliança entre o PSD e o PTB. Jango sabia que, no sistema presidencialista brasileiro, era fundamental para a estabilidade política obter maioria parlamentar no Congresso Nacional. Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek tiveram maioria e governaram. Getúlio Vargas e Jânio Quadros, sem base parlamentar sólida, não terminaram seus mandatos. Jango, portanto, tinha exemplos muito recentes para comprovar a necessidade de aliança com o PSD.

De acordo com seus planos, as reformas de base, sobretudo a reforma agrária, seriam negociadas e pactuadas pela via parlamentar entre os partidos da base governamental, o PSD e o PTB. Pela estratégia escolhida, as reformas não seriam mínimas, como queriam os pessedistas, mas também não tão radicais, como defendiam as esquerdas. Jango esforçava-se no sentido de manter a aliança partidária que, no Congresso Nacional, deu estabilidade política ao governo de Juscelino Kubitschek e, no mesmo movimento, aprovar as reformas. Para o presidente, homens como Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Amaral Peixoto ou Ulysses Guimarães poderiam ser considerados conservadores, mas não eram reacionários ou golpistas e estavam dispostos a discutir as reformas, inclusive a agrária, desde que realizada com moderação. O campo da direita golpista não era o PSD, mas a UDN – em particular a ala de extrema-direita liderada por Carlos Lacerda. Jango queria manter suas bases de apoio à esquerda, mas almejava aprovar as reformas por meio de acordos, pactos e compromissos entre trabalhistas e pessedistas.

No entanto, para as esquerdas organizadas na Frente de Mobilização Popular, a estratégia presidencial era recusada e condenada: acordos e negociações com os pessedistas não passavam de “política de conciliação”. Sindicalistas do CGT, dirigentes da UNE, sargentos e fuzileiros navais, intelectuais revolucionários, líderes nacionalistas, entre outros ativistas de esquerda da FMP, passaram a exigir do presidente o fim da “política de

conciliação” com os conservadores do PSD. Conciliação tornou-se o termo mais ofensivo entre as esquerdas naquele momento. Afinal, se o confronto direto com as direitas e os conservadores do PSD resultaria na vitória das forças reformistas, porque a insistência do presidente em “conciliar” com os pessedistas? Certas de sua superioridade sobre as direitas e, sobretudo, acreditando na necessidade de um confronto com elas, as esquerdas cobravam de Jango seu rompimento com o PSD e a formação de um governo nacionalista e popular apoiado exclusivamente nas forças políticas reunidas na FMP. Brizola foi o maior crítico da estratégia política do presidente.

Subprodutos da conciliação

Com o objetivo de questionar a “política de conciliação” de João Goulart, Brizola escreveu um contundente editorial no quarto número de *Panfleto*.⁹ Ele iniciou afirmando que, em agosto de 1961, para que a legalidade fosse mantida e a Constituição respeitada, foi preciso que “a Nação se visse colocada diante do dilema: guerra civil ou posse ao Senhor João Goulart”. As resistências à sua posse partiram das classes dominantes que viram seus privilégios ameaçados por Jango, vice-presidente eleito com a Carta Testamento de Vargas nas mãos, representando, assim, “multidões espoliadas e sedentas de justiça social”.

Contudo, logo ao tomar posse na presidência da República começou a “política de acomodação”, com Goulart aceitando a imposição do parlamentarismo. Para Brizola, aquela experiência, durante um ano e meio de existência, foi profundamente prejudicial e lesiva aos interesses do povo, embora Jango, durante esse tempo, desse mostras de que desejava retornar ao sistema presidencialista. Assim, desde sua posse, em setembro de 1961, até o fim do parlamentarismo, em janeiro de 1963, manteve-se a união entre o governo e o povo. A população acreditava viver uma “revolução em marcha”. A unidade entre povo e governo resultou no plebiscito que devolveu a Goulart os poderes presidencialistas. A imensa vitória obtida pelo governo demonstrou, na interpretação de Brizola, que a vontade popular pelo retorno ao presidencialismo “teve o sentido de um repúdio à política de acomodação, de vacilações, de indefinições, vigente no período do parlamentarismo”.

Para Brizola, o povo esperava que Jango, com seus poderes restaurados, iniciasse uma política “popular, firme e definida”. Contudo, o que ocorreu? Inicialmente, um ministério indefinido e contraditório. Depois, o Plano Trienal, “uma política econômico-financeira retrógrada, superada historicamente”. A seguir, as indenizações à empresa norte-americana Bonde & Share, “lesivas aos interesses nacionais”.

Depois de seis meses de regime presidencialista, as pressões populares levaram a “política de acomodação” do governo ao colapso. Mas Jango, no entanto, continuou insistindo na “política conciliatória”. E o que conseguiu até o momento, perguntou Brizola? Não realizou as reformas, não defendeu os interesses nacionais impedindo a espoliação internacional e o “saque internacional”, não deteve o crescimento da inflação. Mas, o mais grave, perguntou, a política do presidente fortaleceu a unidade entre povo e governo? “Ainda estarão as forças populares, como vanguardas do povo brasileiro, mais forte e mais unidas, com maior influência na correlação de forças existentes no país?” A resposta era negativa.

Enquanto o governo procurava a conciliação, o ganha-tempo, os intermináveis entendimentos com os nossos espoliadores, seus sócios e aliados internos haveriam de fortalecer-se. E é exatamente o fortalecimento das minorias reacionárias e privilegiadas de nossos país, fortalecimento que se verificou à sombra da política de acomodação, que nos dá a medida [...] dos resultados e efeitos da política que tem seguida o nosso governo. Isto para não falar no quanto desnorteou e dividiu as forças populares, com as quais o governo, até pouco tempo, formava uma unidade invencível, sempre que acionada e dirigida para os caminhos de nossa liberação econômica e social.

Para comprovar como a “política de conciliação” de Jango era perniciosa, Brizola citou um único e importante exemplo. Quando Goulart assumiu a presidência, Lacerda, “esta figura deletéria da vida brasileira”, era “um verdadeiro trapo humano”. Ao longo desse tempo, com tantas acomodações, Lacerda ganhou oxigênio para se recuperar e se fortalecer. Cerca de 200 bilhões de cruzeiros chegaram aos cofres do governador da Guanabara vindos dos Estados Unidos, sem nenhum controle do governo federal. “Esta situação concreta nos dá uma idéia nítida dos resultados e efeitos da política de acomodação até agora seguida pelo nosso governo”. Os caminhos que resultaram na vitória da posse de Jango em setembro de 1961 e na vitória do plebiscito em janeiro de 1963 deveriam ser retomados e não a “conciliação” e a “acomodação”. Apesar da conjuntura desfavorável, Brizola finalizou sua mensagem com esperança:

Mas eu afirmo que o futuro é nosso, do nosso povo e de nosso país, nessa luta de libertação. E embora considere possível que a lição de tantos erros conduza nosso governo a uma revisão de seus rumos, devo dizer que no povo, na sua organização e na sua capacidade de luta que devemos depositar a nossa fé.

Nesse editorial, Brizola novamente referia-se a dois momentos da história política recente do país: a Campanha da Legalidade que garantiu a posse de Goulart na presidência da República e ao plebiscito que lhe devolveu os poderes presidenciais. Em sua interpretação, os dois episódios resultaram em vitórias das “forças populares” contra as direitas e os reacionários devido ao estabelecimento de fortes laços de união do governo

com o povo. O argumento foi formulado no segundo editorial, no quarto e seria retomado posteriormente. Tratava-se de uma crença fortemente disseminada entre as esquerdas e expressa por Brizola: quando o governo buscava o apoio do povo, como em 1961 e 1963, era vitorioso. Jango, desse modo, poderia realizar as reformas de base se tivesse o apoio do povo e das “forças populares”.

Certamente, essa maneira de interpretar os acontecimentos da Campanha da Legalidade e da vitória do plebiscito é que fortalecia, entre as esquerdas reunidas na FMP, a crença de que era possível obter outra vitória em 1964. Brizola, em seus editoriais, expressava tais idéias: os sucessos alcançados com a Campanha da Legalidade e com o plebiscito poderiam ser novamente realizados. Nas duas situações, a sociedade brasileira acompanhou os chamados dos líderes e organizações populares e de esquerda. Portanto, era possível mobilizar outra vez o povo pela aprovação das reformas de base e pela instauração de um governo popular e nacionalista, como ocorrera nas vezes anteriores.

As esquerdas organizadas na FMP não percebiam que as mobilizações de 1961 e 1963 tiveram pautas específicas. Na Campanha da Legalidade a luta era pela manutenção da ordem jurídica e democrática – não se tratava, absolutamente, de reivindicações por reformas. As esquerdas e os grupos nacionalistas defenderam, em 1961, a manutenção da ordem legal e não reformas econômicas e sociais. O movimento era legalista, constitucional e, portanto, defensivo. Os setores direitistas, por sua vez, ao pregarem abertamente o golpe de Estado e a alteração da Constituição pela força, perderam a legitimidade. Ou seja, em 1961, a vitória foi das esquerdas, mas a luta era pela legalidade. Na campanha do plebiscito, a luta das esquerdas também era pela manutenção da ordem constitucional, com o retorno ao sistema presidencialista, alterado durante uma madrugada pelo Congresso Nacional. Tratava-se de movimento que visava devolver à sociedade direitos políticos e constitucionais que lhes foram cassados. Portanto, as esquerdas foram vitoriosas contra as direitas em 1961 e 1963, mas suas bandeiras foram o cumprimento da Constituição, a continuidade da legalidade democrática, o resgate da legitimidade constitucional.

Em 1964, no entanto, as lutas das esquerdas eram outras. Não se tratava de defender a ordem legal, mas de implementar reformas, sobretudo a reforma agrária. Para isso, a Constituição de 1946 e as instituições do regime estavam sendo questionadas por impedirem a viabilidade das reformas. O texto constitucional, por exemplo, impedia a reforma agrária sem indenizações, enquanto o Congresso Nacional se negava a alterar a Constituição.

Dessa maneira, os sinais se inverteram em 1964. O lema que pregava ser “a Constituição intocável” passou a ser defendido pelas direitas. Para impedirem as reformas, líderes e organizações de direita – hipocritamente – proferiam discursos de defesa da ordem

legal. As esquerdas, diversamente, pediam mudanças na Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946. Enebriadas pelas vitórias de 1961 e 1963, as esquerdas acreditaram que poderiam repeti-la em 1964. Bastava que Jango se unisse ao povo e às “forças populares”.

Jango e a opção pelo confronto

Em fevereiro de 1964, a radicalização alcançava níveis absolutamente preocupantes para a estabilidade política do país. As esquerdas agrupadas na FMP e lideradas por Leonel Brizola atacavam duramente João Goulart. As direitas, por sua vez, avançavam no processo conspiratório, dispostas ao rompimento institucional. No contexto externo, a intransigência do governo norte-americano de não renegociar a dívida externa levava o país à falência. A política externa norte-americana era a de estrangular financeiramente o Brasil, desgastando o governo.

Jango não obteve sucesso na sua política de unir o centro pessedista com a esquerda trabalhista e, com maioria no Congresso, viabilizar as reformas. Durante todo seu governo, PTB e PSD negaram-se ao entendimento. Sobretudo a ala radical dos trabalhistas, bem como o conjunto das esquerdas, apostava na política do confronto. O PSD, temeroso com o processo de radicalização, aproximava-se cada vez mais da UDN. Todas as iniciativas de Goulart para manter a coligação que sustentou o regime democrático desde 1946 resultaram em fracasso.

Contudo, alternativas à crescente radicalização existiam e estavam à disposição de Jango. Em janeiro de 1964, San Thiago Dantas, liderando políticos do PTB e de outros partidos, propôs a formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base.¹⁰ Dantas estava particularmente preocupado com o isolamento político do governo com a oposição agressiva das esquerdas, a hostilidade crescente do PSD e o avanço da conspiração das direitas. Ele acreditava que o processo de radicalização resultaria no pior dos mundos: nem as reformas seriam implementadas e nem o regime democrático resistiria à polarização política. A Frente Progressista, qualificada pelo próprio Dantas de “esquerda positiva”, para diferenciá-la da “esquerda negativa”, referindo-se à Frente de Mobilização Popular de Leonel Brizola, teria como objetivos impedir o crescimento da conspiração da direita civil-militar reagrupando as forças de centro-esquerda no sentido de apoiar o governo. Os objetivos maiores da Frente eram os de retirar o presidente do isolamento político e sustar o processo de radicalização das direitas e das esquerdas. Na formação da Frente Progressista, Dantas buscou o apoio do PSD, do PCB, do PTB que não seguia a liderança de Brizola, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e dos sindicalistas “não contagiados pelo anarquismo”.¹¹ O conjunto de forças deveria garantir a preservação do

calendário eleitoral, repudiar qualquer atentado contra as instituições democráticas, opor-se ao imperialismo, defender o direito de greve, seguir a política externa independente, garantir a sindicalização rural e lutar pelas reformas de base. Isolar a direita golpista e a esquerda radical, garantir a estabilidade do regime democrático, bem como realizar as reformas pela via parlamentar eram os objetivos de Dantas.

Goulart, no entanto, escolheu a política ofensiva da FMP, descartando a alternativa moderada proposta por San Tiago Dantas. A realização do comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, selou seu compromisso definitivo com as esquerdas. Com alternativas políticas muito reduzidas, o processo de crescente radicalização empurrou o presidente para as suas bases históricas: as esquerdas e o movimento sindical. Escolher a Frente Progressista de San Tiago Dantas negaria todo o seu passado de líder reformista e nacionalista e o tornaria refém político do PSD.

Povo e governo

Com a decisão de João Goulart de governar com as esquerdas, os grupos e partidos de esquerda reunidos na FMP, excessivamente confiantes, acreditaram que, após acumularem forças, havia chegado a hora do “desfecho”.¹² Na Central do Brasil, Brizola falou em nome da Frente de Mobilização Popular. Seu discurso foi publicado na edição de 16 de março no lugar reservado ao seu editorial.

Brizola iniciou seu discurso retomando o argumento que defendia em *Panfleto*: a necessidade da união entre povo e governo: “Este é o encontro do povo com o governo”, iniciou sua fala. “O povo está aqui para clamar, para reivindicar, para exigir e para declarar sua inconformidade com a situação que estamos vivendo”.¹³ Mais uma vez Brizola afirmou que essa unidade existiu em 1961, “quando o povo, praticamente de fuzil na mão, repeliu o golpismo”, mas também no plebiscito de 1963, quando mais de dez milhões de eleitores “exigiram o fim da conciliação do parlamentarismo” e a realização imediata das reformas. Para Brizola, “se conseguirmos hoje a restauração daquela unidade, o presidente poderá retornar, através da manifestação do povo, às origens de seu governo. E, para isso, será suficiente que ponha fim à política de conciliação e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista”.

Para Brizola, o país chegara a um impasse, com o povo não mais suportando a crise econômica e a supressão das liberdades democráticas, como ocorria nos estados do Rio Grande do Sul e Guanabara. Mas o impasse político brasileiro tinha outros protagonistas:

Não podemos continuar nessa situação. O povo está a exigir uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz NÃO

porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro. O atual Congresso não mais se identifica com as aspirações de nosso povo. A verdade é que, como está, a situação não pode continuar. [...] E o Executivo? Os poderes da República, até agora, com suas perplexidades, sua inoperância e seus antagonismos, não decidem.

A alternativa defendida por Brizola para a superação do impasse entre o povo e os poderes da República era, desde fins de 1963, discutida pelas forças políticas que compunham a Frente de Mobilização Popular. Brizola apresentou a proposta no comício:

Por que não conferir a decisão ao povo brasileiro? O povo é a fonte de todo o poder. Portanto, a única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas tradicionais.

Pelo programa defendido pela FMP, uma Assembléia Nacional Constituinte substituiria o Congresso Nacional e, ao mesmo tempo em que redigiria uma nova Constituição, aprovaria as reformas de base. Formada por trabalhadores urbanos e rurais, junto com sargentos e oficiais nacionalistas das Forças Armadas eleitos sem a influência do poder econômico e da imprensa reacionária, a Constituinte expressaria a vontade do povo – e não das classes dominantes. Continuando, Brizola afirmou: “Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é subversivo. Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão que o povo votará pela derrogação do atual Congresso”.

Por fim, Brizola alertou sobre as violências que começariam após as assinaturas pelo presidente Goulart dos decretos da Supra e da encampação das refinarias particulares:

O problema é de mais liberdade para o povo, pois quanto mais liberdade o povo tiver maior supremacia exercerá sobre as minorias dominantes e reacionárias que se associaram ao processo de espoliação de nosso país. O nosso caminho é pacífico, mas sabemos responder à violência com a violência.

E desafiando o presidente, finalizou: “O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer”.

O comício na Central do Brasil foi o primeiro de uma série planejada entre as esquerdas e o presidente. Novos comícios foram programados para abril: dia 3 em Santos; 10 em Santo André; 11 em Salvador; 17 em Ribeirão Preto; 19, homenageando Vargas, em Belo Horizonte; 21 em Brasília. O último, marcado não casualmente para 1º de maio, seria na capital paulista, deflagrador de uma greve geral. A estratégia era a de pressionar o Congresso Nacional, incitando a população contra ele nas ruas e nos comícios. Com

o Parlamento fragilizado pela pressão do povo, as esquerdas acreditavam que encontrariam amplo respaldo popular para alterar a Constituição e aprovar as reformas de base, sobretudo a agrária. Logo após o comício da Central, a Frente de Mobilização Popular transformou-se em Frente Única de Esquerda. O programa mais imediato das organizações e partidos sob a liderança de Brizola era exigir a convocação de um plebiscito sobre a necessidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Atenção brasileiros: a semana final

A partir do comício da Central do Brasil, o conflito político entre esquerdas e direitas se redimensionou. Não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as reformas, mas sim da imposição de projetos. As direitas tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, seus adversários da vida política do país, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. O PTB, por sua vez, cresceu e se confundiu com as esquerdas e com os movimentos sociais que defendiam as reformas. Seus dois maiores líderes, Goulart e Brizola, estavam unidos depois do comício da Central. A coalizão das esquerdas exigia as reformas, mas, como seus adversários, desvalorizava as instituições da democracia-liberal. Com a mobilização popular cada vez mais próxima do Estado, o projeto reformista, segundo Maria Celina D'Araújo, incluía a tomada do poder pelos setores mais radicais do PTB.¹⁴

Nos dois últimos editoriais publicados em *Panfleto*, Brizola abandonou os argumentos de confrontação e redigiu textos defensivos. Em editorial do dia 23 de março, ele afirmou que o comício do dia 13 foi um divisor de águas na política brasileira:

De então para cá desencadeou-se, no país, a mais tremenda campanha política e publicitária, visando claramente a mobilização de todos os recursos, de que dispõe as minorias privilegiadas, para a manutenção destes mesmos privilégios através do esmagamento das forças populares e da destruição do governo que, num dado momento, soube ser sensível ao clamor das multidões.¹⁵

Brizola denunciou as atividades golpistas de membros do Poder Legislativo, de governadores de estados e da imprensa. Em nome da “democracia”, da “ordem social cristã” e da “defesa da Constituição” negavam as liberdades ao povo. Em nome do combate ao comunismo, impediam “todas as aspirações populares”.

Naquele momento, João Goulart e as esquerdas reunidas na FMP enfrentavam críticas vindas de liberais, de conservadores e de líderes e grupos direitistas que alegavam ser a Constituição intocável. Quase a uma só voz, passaram a defender a integridade da Constituição. Tratava-se de uma estratégia política que visava desqualificar as esquerdas, mas que surtia efeito. Sobretudo quando o presidente João Goulart, dias depois do comício

da Central, enviou Mensagem ao Congresso Nacional propondo mudanças na Constituição, entre elas a reforma agrária sem indenizações e o voto dos analfabetos. Além disso, Jango propôs que o Poder Legislativo delegasse seus poderes ao Executivo, um comício para consultar o povo sobre a necessidade das reformas de base e a mudança na lei das elegibilidades. A última medida permitiria que Brizola concorresse nas eleições presidenciais de 1965 e autorizaria a reeleição para cargos no Poder Executivo – beneficiando o próprio Jango. A questão era delicada para as esquerdas: afirmavam estar a Constituição ultrapassada e que era necessário substituí-la, adequando-a as novas necessidades do país. O presidente pedia delegação de poderes ao Legislativo e propunha alterar a legislação, permitindo, por exemplo, sua própria reeleição. Além disso, a coalizão de esquerda negava a representatividade do Congresso Nacional, recorrendo a consultas plebiscitárias e a mobilizações populares com base na ação direta. Nesse contexto de questionamento da democracia-liberal, quem passou a defender a legalidade e a Constituição não foram apenas os liberais, mas também as direitas. Brizola se esforçou para esclarecer o que estava acontecendo:

Pode falar em democracia um homem como Lacerda, cuja vida foi toda dedicada à pregação de regimes de exceção [...]? Poderão falar em liberdade estas minorias dominantes que sempre se bateram contra ela, apoiando todo o projeto de regime de força que já ameaçou este país? Caberá a defesa da Constituição precisamente àqueles que tão diretamente a agrediram, em agosto de 61 [...]? Usam a bandeira da democracia apenas como pretexto – pois o que buscam é anular as liberdades já conquistadas por nosso povo e impedi-lo de aperfeiçoar, ainda mais, a democracia que já alcançamos. Usam a Constituição como um assaltante usa a máscara.

Diante das ameaças golpistas, Brizola convocou o povo para a luta:

É preciso que o povo brasileiro, neste momento, esteja atento e vigilante [...]. Milhares e milhares de grupos de onze devem surgir por todos os recantos do país [...]. Neste momento em que nossas liberdades se encontram sob ameaça, devemos ter a coragem de defendê-las intransigentemente. Quanto mais liberdade, mais justiça social. Quanto mais liberdade, maior supremacia do povo sobre as minorias opressoras.

Após o comício da Central do Brasil, Brizola e as esquerdas que ele liderava na FMP tiveram que enfrentar um problema que não entrara em seus cálculos políticos: sem contar os próprios liberais, lideranças conservadoras e reacionárias, com comprovado passado golpista, passaram a defender a Constituição e a legalidade. A resposta veio rápida: denunciar a hipocrisia das direitas e dar continuidade à proposta de enfrentamento com elas. O comício do dia 13 de março havia desencadeado forças à direita e à esquerda que João Goulart não mais podia controlar.

O último dia: a violência não partiu de nós

O último número de *Panfleto* veio a público em 30 de março de 1964. Em seu editorial, Brizola retomou a linha defensiva. O golpe ainda estava sendo preparado, mas, alegou, “a violência já está nas ruas. A violência já ronda as portas. E é preciso que fique bem claro, como um fato histórico de importância fundamental, que não fomos nós que a implantamos”.¹⁶ Ao povo não interessava a violência, insistiu Brizola, “porque sabe que o futuro lhe pertence”. O que lhe interessava era liberdade para exigir seus direitos e justiça social, recusando, assim, as péssimas moradias, a subnutrição e a mortalidade infantil.

Mas à medida que evolui o processo político e revolucionário e que os ideais de maior justiça social se fortalecem no clamor das massas, as minorias privilegiadas se sentem acossadas. Porque são elas que, desequilibrando em seu favor a distribuição das riquezas por todos produzidas, geram a infelicidade coletiva. [...] E colocadas diante da perspectiva histórica de serem compelidas a ceder, reagem pela concentração de todos os seus recursos na defesa de seus privilégios. Defesa que só pode ser dirigida contra os interesses da maioria explorada e reivindicante.

A violência, alegou Brizola, era o recurso utilizado pelos que pretendem “deter a própria marcha do tempo”. A violência vinha sendo usada pelos governos dos estados da Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A polícia comandada por aqueles governadores, denunciou Brizola, “investe contra o povo, dissolve reuniões e impede a livre manifestação do pensamento, o livre confronto de idéias, sem o qual não há democracia”. Para escândalo da Nação, o próprio presidente da República, para falar ao povo no comício de 13 de março, teve que ser protegido por tropas do Exército diante da insegurança instaurada pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Para Brizola, era necessário que o governo federal cumprisse o seu dever de restabelecer as garantias da Constituição, assegurando os direitos individuais e coletivos.

Estou convencido de que, ao lado do natural desespero dos que temem perder privilégios, esta situação se gerou na política da conciliação com que o próprio governo central animou o espírito golpista, duas vezes fragorosamente derrotado pelo povo – na crise de 1961 e no plebiscito.

O governo federal deveria agir imediatamente, usando sua autoridade para garantir ao povo “o direito de conquistar democraticamente seu futuro”. Assim, concluiu Brizola em tom ameaçador: “E que aja logo, em nome da Constituição, antes que seja tarde. E que aja logo, antes que o povo seja obrigado a defender-se por sua própria conta e com os meios ao seu alcance”.

Brizola insistia nas imagens vitoriosas de 1961 e 1963 e culpava Jango pelo fortalecimento das direitas. E mesmo no dia anterior ao golpe civil-militar, ele ameaçava o governo e as direitas com revoltas populares.

Palavras finais

Leonel Brizola publicou sete editoriais em *Panfleto* entre os dias 17 de fevereiro de 30 de março de 1964 – um deles foi a reprodução de seu discurso no comício da Central do Brasil. Como líder da Frente de Mobilização Popular, ele expressava idéias, crenças e estratégias políticas de partidos, movimentos e organizações das esquerdas trabalhistas, marxistas, socialistas e cristãs. Ler seus editoriais é conhecer as esquerdas brasileiras em processo de radicalização política nos dias finais do governo Goulart.

Uma das referências mais importantes para Brizola analisar a realidade social que vivia era a Carta Testamento de Vargas. A partir dos parâmetros oferecidos pelas esquerdas nos anos 60, Brizola transformava o texto em um manifesto revolucionário. Em seu pensamento sobressaía um forte sentimento nacionalista e repúdio intransigente ao domínio político e econômico dos Estados Unidos. Nacionalismo e antiimperialismo são categorias-chave para compreender as esquerdas brasileiras dessa época.

Para Brizola, o presidente João Goulart deveria governar com o apoio exclusivo das esquerdas unidas na Frente de Mobilização Popular, excluindo qualquer outra força política. A resistência de Jango a esse projeto, sobretudo em perder o apoio do PSD, gerava grandes críticas das esquerdas, particularmente aquelas que denunciavam o caráter “conciliador” de seu governo.

Entre as certezas nos editoriais de Brizola e entre as diversas organizações de esquerda, uma se destacava: a de que o povo, em apoio às reformas de base, repetiria as mobilizações ocorridas pela posse de Jango e no plebiscito. Houve dificuldade em perceber que as vitórias das esquerdas na Campanha da Legalidade, em 1961, e pelo retorno ao presidencialismo, em 1963, tiveram como motivos principais a defesa da lei, do regime democrático e da Constituição – e não as reformas. Foram movimentos defensivos em torno da garantia da ordem legal, constitucional e democrática. As esquerdas reunidas na Frente de Mobilização Popular interpretaram as duas grandes mobilizações como expressões da vontade popular pelas reformas. Essa foi a origem de outra certeza: a de que em um novo confronto com as direitas, a FMP sairia vitoriosa. Mesmo no editorial publicado em 30 de março, um dia antes do golpe, a certeza se mantinha.

Ao final, o regime liberal-democrático inaugurado pela Carta de 1946 não resistiu ao crescente processo de radicalização política entre esquerdas que lutavam pelas reformas e direitas determinadas em impedir sua viabilização.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e pesquisador 1 do CNPq. E-mail: jorge-fer@uol.com.br

¹ Sobre a Campanha da Legalidade veja FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005; MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo, Editora Senac, 2001; LABAKI, Amir. *1961. A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

² Se concorresse às eleições para deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Brizola teria que se desincompatibilizar do cargo de governador de estado. Assim, ele optou pela candidatura a deputado pelo estado da Guanabara e, durante alguns meses, acumulou os cargos de governador gaúcho e de deputado federal. O PTB da Guanabara tinha interesse em sua candidatura para fortalecer seus quadros no combate a Carlos Lacerda. O número de votos recebido por Brizola foi muito grande. Somente nas eleições de 1978, Miro Teixeira, na época candidato do MDB chaguista, conseguiu superar Brizola, com 560 mil votos.

³ Sobre a Frente de Mobilização Popular veja FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964* (As Esquerdas no Brasil, volume 2). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, especialmente o capítulo “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”.

⁴ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964. Editorial “A Carta de Vargas”, p. 2.

⁵ Id., 24 de fevereiro de 1964. Editorial “Só um caminho se impõe” p. 23.

⁶ Id., 2 de março de 1964. Editorial “A autenticidade das lideranças”, p. 2-3.

⁷ Sobre o governo Goulart, veja FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, especialmente capítulo “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. Ver, também, FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *Jango, as múltiplas faces*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁸ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1964. Editorial “Lacerda: subproduto da conciliação”, p. 2 e 3.

⁹ Ver FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993 e GOMES, Angela de Castro. “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas”. In: *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

¹⁰ FIGUEIREDO, Argelina, *opus cit.*, pp. 143-144.

¹¹ A palavra “desfecho” era usada por Brizola para definir o embate final entre o que chamava de “forças populares” e os setores reacionários brasileiros aliados aos interesses estrangeiros.

¹² *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. “Povo e governo”, p. 2-3.

¹³ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1996, p. 146.

¹⁴ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1964. Editorial “Atenção, brasileiros”, p. 2-3.

¹⁵ Id., 30 de março de 1964. Editorial “A violência não partiu de nós”, p. 2-3.

AS CONTRIBUIÇÕES DE JUSCELINO KUBITSCHEK E GILBERTO FREYRE AO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Waldir José Rampinelli*

Resumo

Este artigo analisa o apoio político e teórico dados à manutenção do colonialismo português por Juscelino Kubitschek e Gilberto Freyre, respectivamente. No aspecto político, o Brasil defendeu a tese, na Quarta Comissão da ONU, de que Portugal não dispunha de colônias, mas sim de províncias ultramarinas; já no aspecto teórico, Gilberto Freyre, com sua teoria luso-tropicalista, mostra como o português se integra aos trópicos, sendo um fator de desenvolvimento dos mesmos. Diante desse quadro, o artigo analisa as causas que levaram esses dois brasileiros a apoiarem a manutenção do império colonial português.

Palavras-chave

Juscelino Kubitschek; Gilberto Freyre; colonialismo; luso-tropicalismo.

Abstract

This article analyses the political and theoretical support gave by Juscelino Kubitschek and Gilberto Freyre for the maintenance of Portuguese's colonialism. In the fourth UN Commission, Brazil defended, about political aspect, the thesis that Portugal doesn't dispose of colonies but provinces beyond the sea. Nevertheless in the theoretical aspect, Gilberto Freyre, with his lusitanian-tropicalism theory, show us like the Portuguese joins the tropics and this way it's being a development's agent. So in this sense, this article analyses the reasons why this two distinguished Brazilians supported the Portuguese's colonialism.

Keywords

Juscelino Kubitschek; Gilberto Freyre; colonialism; lusitanian-tropicalism.

Juscelino Kubitschek (JK) e Gilberto Freyre (GF) deram uma valiosa contribuição na manutenção do império colonial português. Enquanto o primeiro emprestava apoio político a Portugal na Organização das Nações Unidas (ONU), o segundo elaborava uma teoria sociológica denominada luso-tropicalista que apresentava os portugueses não como colonialistas, mas sim *civilizadores* dos trópicos. O questionamento que se impõe é que razões levaram dois grandes personagens da história do Brasil, um na política e outro nas ciências sociais, a apoiarem o colonialismo português nos anos 50, quando o processo de descolonização que havia começado com o término da Primeira Guerra Mundial se intensificara com o fim do segundo conflito, em 1945.

O Tratado de Amizade e Consulta

As relações de apoio do governo brasileiro ao português materializam-se com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, em 16 de novembro de 1953. Nele, dá-se forma jurídica à comunidade luso-brasileira. Esse tratado é o resultado de todo um esforço que começa por volta de 1917, quando Bettencourt Rodrigues – mais tarde ministro dos Negócios Estrangeiros – defende a criação da Confederação Luso-brasileira. A obra de GF contribui para mudar o conceito do português conquistador e, por ocasião das comemorações do VIII Centenário da Fundação e III da Restauração da Independência, ambos os eventos de Portugal, respectivamente nos anos 1939 e 1940, aumenta o clima de aproximação entre os dois países. Durante os anos de 1940 e 1950, João Neves da Fontoura, um conhecido lusófilo², ocupou os cargos de embaixador em Lisboa e ministro das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, respectivamente. A sua participação foi fundamental para que as negociações referentes ao Tratado de Amizade e Consulta avançassem e fossem concluídas, tendo sido finalmente assinado no governo de Getúlio Vargas, ratificado no de Café Filho e regulamentado no de Juscelino Kubitschek.

Além disso, a diplomacia portuguesa empenhou-se com afinco na elaboração do Tratado de Amizade e Consulta, utilizando diversos mecanismos para moldar tanto a sua forma quanto o seu conteúdo. O embaixador António Faria, em ofício confidencial ao ministro dos Negócios Estrangeiros, narra o caminhar das negociações e diz

[...] que de qualquer maneira não será indiferente que num instrumento diplomático se estabeleça que os portugueses devem ter no Brasil um tratamento especial, diferente do regime comum, que os equipare aos nacionais, mesmo com a restrição das disposições constitucionais em contrário. E pede prudência, no artigo 6º, no que se refere aos territórios ultramarinos, afim de que seja limitado o seu alcance.³

Embora o Tratado de Amizade e Consulta tivesse como objetivo fundamental harmonizar as políticas externas dos dois países, foi largamente utilizado pela diplomacia

portuguesa como mecanismo de pressão no apoio à manutenção de suas colônias. José Honório Rodrigues chegou a afirmar que “o Tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para a sua órbita (...), visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais”.⁴

Na realidade, como Portugal não fazia parte das Nações Unidas quando da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, ressentia de um governo que o defendesse nessa organização. Com esse instrumento jurídico em vigência, o Brasil não só passou a apoiar os interesses portugueses com mais afinco, como também os lusófilos do Itamaraty sentiram-se respaldados para formular uma política externa em favor da metrópole colonialista. Além do mais, como o Tratado afirmava que ambos os países “se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum”, a experiente diplomacia portuguesa passava a se manter a par da política externa brasileira, tendo ao seu alcance um excelente instrumento para desmantelar as iniciativas dos *nacionalistas*⁵ que pregavam o fim do colonialismo.

Chegou a haver, por parte de alguns diplomatas brasileiros, declarações subservistas na imprensa defendendo os interesses portugueses. Vasco Leitão da Cunha, por exemplo, embaixador do Brasil na Bélgica, afirmou que

[...] não seria mesmo fora de propósito dizer-se que, acima do tratado de amizade e de consulta assinado pelos nossos dois países, todo o brasileiro é um Português honorário [...] Atrevo-me mesmo a dizer que, se não fosse a estreiteza de vistas do parlamento de Lisboa em 1822, que queria a todo custo reduzir de novo o Brasil ao estatuto de colônia, nós viveríamos talvez ainda hoje no Reino Unido de Portugal e do Brasil.⁶

JK e o Colonialismo Português

Em janeiro de 1956, JK empreendera uma viagem aos Estados Unidos e à Europa ainda na condição de presidente eleito, chegando a Lisboa no dia 22 e sendo recebido como chefe-de-Estado. Como o litígio entre Portugal e a União Indiana havia se agudizado, a imprensa lusitana quis saber de Kubitschek sua posição política sobre o conflito, ao que ele afirmou que “o meu governo vai aumentar a solidariedade com Portugal no caso de Goa e em todos os terrenos”.⁷

Essa afirmativa de Kubitschek foi um deslize diplomático, já que naquele momento o Brasil representava os interesses portugueses na Índia devido à ruptura de relações diplomáticas entre os dois países. Tanto que o governo indiano atribuiu “grande gravidade” a tais declarações e pretendia apresentar uma nota de protesto na embaixada brasileira em Nova Delhi.

Com relação à questão do café – que preocupava muito os produtores brasileiros –, Juscelino manifestou-se partidário de negociações multilaterais, nas quais todas as partes pudessem sentir-se satisfeitas, embora considerasse que, “no caso especialíssimo de Portugal, as soluções para os problemas econômicos” deviam ser “subordinadas aos imperativos de ordem política”. Essa era uma posição francamente favorável aos interesses portugueses que competiam vantajosamente, em nível internacional, com o café brasileiro. Tanto que mais tarde aumentariam as críticas aos concorrentes africanos, e obviamente a Portugal, nos jornais brasileiros.

Por fim, sobre o Tratado de Amizade e Consulta, JK afirmou que “procurarei apressar a regulamentação desse instrumento diplomático que está presentemente confiado a uma comissão interministerial. Farei isso para que os portugueses gozem de todos os direitos dos brasileiros, com as únicas restrições, é claro, expressas na constituição brasileira”.⁸

A segunda viagem de JK a Portugal, já caminhando para o final de seu mandato, foi em agosto de 1960, quando das festas henriquinas. Convidado pelo governo português para participar como co-anfitrião – direito a ajudar a receber os demais chefes-de-Estado – das celebrações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Juscelino teve de vencer resistências por parte dos *nacionalistas* que se opunham a que o presidente prestigiasse o governo português, ainda detentor do *status* colonial. Álvaro Lins, ex-embaixador do Brasil em Lisboa, criticou o caráter de co-anfitrião dado à viagem, já que nessa condição o mandatário brasileiro fará as honras da casa e não as receberá, caso tivesse ido como visitante. “Por outro lado, como co-anfitrião, o Presidente do Brasil, chefe-de-Estado de um país democrático, irá ser, simbolicamente, moralmente, figuradamente o chefe-de-Estado também da ditadura portuguesa ...”.⁹ E afirma que o governo português se valerá da viagem de nosso presidente para fortalecer-se internamente, já que sua legitimidade começa a ser contestada, como também para reforçar sua estratégia colonialista.

Tanto é verdade que Salazar cuidou pessoalmente dos detalhes dessa viagem para que o envolvimento do presidente brasileiro se desse de forma completa. As visitas, os discursos, o doutoramento em Coimbra, os desfiles em carro aberto, enfim, todos os passos de JK foram meticulosamente calculados. Salazar chega ao extremo de determinar a cidade e o local onde o presidente e sua comitiva deveriam pernoitar em seus deslocamentos internos. E sempre acompanhado pelo presidente figurativo Américo Tomás.¹⁰

Antes da viagem, a oposição portuguesa fez publicar uma “Carta Aberta ao Presidente Kubitschek de Oliveira”, distribuída clandestinamente em Lisboa, na qual alertava o visitante de que no país anfitrião vivia-se um regime ditatorial fascista com mais de três décadas de existência. E passava a relatar algumas das arbitrariedades cometidas por Salazar, chamando a atenção para o fato de que esse governo impopular pretende

aproveitar-se da visita do presidente da República do Brasil para se legitimar e se lavar do mais absoluto descrédito em que caiu perante os portugueses e perante o mundo. E terminava recomendando ao mandatário brasileiro que buscasse estreitar o contato com o povo português, que, além de amar o Brasil, busca ardentemente a sua liberdade.¹¹

A estada da comitiva presidencial brasileira foi marcada por uma apoteose ímpar. Desde a sua chegada até a partida, foram homenagens pomposas, solenes e populares para caracterizar a seriedade e a solidez das relações entre os dois países e ao mesmo tempo a afetividade histórica que os unia através de laços indestrutíveis. Como afirmou Kubitschek, “não temos apenas relações diplomáticas ou cordiais, mas ligações de família. Somos um caso particular no Mundo”.¹²

Calvet de Magalhães chega a lamentar que uma proposta de emenda constitucional que permitiria a reeleição do presidente brasileiro não tivesse prosperado e que, portanto, Juscelino não pudera postular um segundo mandato, o que teria sido relevante para Portugal, já que as relações entre os dois países foram tão amistosas.¹³

Além disso, Salazar, que não costumava desamparar os amigos quando saídos do poder, protestou pela atitude da emissora nacional e da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) por não terem dado uma cobertura à visita que Juscelino Kubitschek, já na condição de ex-presidente, fizera ao Fundão, em 1963.

Razões do apoio de JK ao colonialismo português

Várias razões de diversas ordens levaram JK a formular, em relação a Portugal, uma política externa contraditória aos objetivos de sua Operação Pan-Americana. Princípios como a autodeterminação, a não-intervenção, a soberania e a democracia representativa são deixados de lado para apoiar a estratégia portuguesa da longevidade de seu regime autoritário, assim como da manutenção de seu sistema colonial, atitudes essas desfavoráveis ao Brasil não apenas política, cultural e socialmente, mas também no aspecto econômico.

Quatro razões, a meu juízo, levaram JK a apoiar o império colonial português na Quarta Comissão das Nações Unidas, onde se discutia o processo de descolonização. A primeira delas é de ordem ideológica. Juscelino atribuía ao subdesenvolvimento econômico a grande razão da entrada do *comunismo internacional* na América Latina. Em Washington, em visita ao Senado, afirmou que “para combater as idéias extremistas em meu país – idéias defendidas por uma escassa minoria – é, sobretudo, necessário elevar o Brasil à altura do seu destino e trabalhar sem descanso para aumentar o nível de vida, como vós fizestes neste país”. E reafirmava que somente através do “desenvolvimento e expansão” se poderia eficazmente resolver os problemas sociais. Embora tivesse recebido

apoio dos comunistas na eleição presidencial, respondeu a um jornalista estadunidense ser no Brasil o voto obrigatório e secreto e que não fizera qualquer acordo com tal partido, defendendo inclusive a sua não-legalização.¹⁴

Enquanto Kubitschek agradava ao governo de Washington em sua recente passagem pelos Estados Unidos ao reafirmar seu alinhamento ideológico no contexto da Guerra Fria, também tivera pronta repercussão naquela capital o discurso proferido por Salazar no dia 19 de janeiro de 1956 no qual apresentara uma “arraigada posição anticomunista, que tornou Portugal um baluarte da defesa ocidental contra as intromissões revolucionárias dos comunistas”.

Se Juscelino defendia uma política ocidental sob a hegemonia dos Estados Unidos, para Salazar “a Europa e a América são o Ocidente, tendo-se em conta que a primeira é o berço de uma civilização que tem dirigido os destinos mundiais” e a segunda dela é originária.¹⁵

Tão boas eram as relações entre os dois governos (Brasil e Portugal) que os Estados Unidos recorreram a JK para que este conseguisse junto a Salazar uma concessão de asilo ao ditador Fulgêncio Batista, um agente tensionador na região do Caribe após a sua queda do governo cubano. O regime salazarista atendeu ao pedido, mas fez com que o mesmo constasse em um documento para futuras negociações. E Batista foi para a paradisíaca Ilha da Madeira.

A segunda razão é de ordem afetivo-histórica. A tese da afetividade histórica, durante o governo de JK, assume um discurso nacionalista com um conteúdo ideológico conservador que se ajusta perfeitamente à estratégia do regime salazarista. Tanto os *cosmopolitas* como os *nacionalistas* brasileiros assimilam a afetividade histórica por diferentes razões. Enquanto os primeiros aproveitam para se aproximar eleitoralmente das camadas sociais influenciadas pelas ativas comunidades portuguesas espalhadas pelo país e apoiar a manutenção das colônias ultramarinas dentro de uma estratégia de proteção do Atlântico Sul diante do avanço do comunismo internacional, os segundos aceitam o discurso da afetividade histórica como uma variante inofensiva das elites brasileiras, já que sua principal preocupação se dá nas relações do Brasil com os Estados Unidos e não com Portugal. Obviamente que os *nacionalistas* condenavam, sem muita ênfase, o regime autoritário salazarista, porém, essa complacência só se rompe com o caso do asilo ao general Humberto Delgado e a intransigência do governo português em concedê-lo. A partir daí, o discurso da afetividade histórica passa a ser denunciado como contemporizador de uma aliança espúria entre os governos brasileiro e português.¹⁶

Quando convidado para visitar Lisboa, ainda na condição de presidente eleito, Kubitschek exaltou o aspecto afetivo-histórico ao dizer que

[...] visitar Portugal é para o brasileiro rever o próprio lar. A minha visita é a visita de um filho ao pai. É com emoção que mais uma vez vou contemplar os velhos monumentos que assinalam na História do Mundo a hora solar do povo lusitano. Em nome do Brasil, saúdo a raça heróica que descobriu a minha pátria, abrindo para o mundo uma imensa forja de trabalho e civilização.¹⁷

E uma vez em Portugal exalta o destino comum das duas nações, já que se torna “difícil saber onde termina a história de Portugal e começa a nossa vida, onde os nossos Reis se separaram e depois são os mesmos”.

Por ocasião das festas henriquinas, o *Diário de Notícias* deu um amplo destaque ao presidente Kubitschek, sua família e sua comitiva, já que o mandatário brasileiro participava na condição de co-anfitrião. As relações luso-brasileiras ocuparam o espaço principal desse jornal durante dez dias. A saudação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Horácio Lafer, expressa bem o clima afetivo-histórico dos dois governos:

A visita a Portugal do presidente Kubitschek, no momento em que o grande povo lusitano comemora o V centenário da morte do infante D. Henrique, é mais uma demonstração dos fortes e indissolúveis laços de amizade que unem os povos brasileiro e português. É, por assim dizer, não o encontro de duas pátrias, pois Brasil e Portugal estarão sempre unidos, mas a junção das homenagens e do entusiasmo de dois grandes povos a um dos seus mais gloriosos antepassados. O povo brasileiro sente-se orgulhoso em poder mandar o seu presidente da República (sic) a Lisboa, como seu máximo representante, ao berço da sua civilização, para, com os portugueses, reviver os brilhantes dias da nossa história, da nossa cultura, da nossa glória. Em vésperas de pisar o solo da pátria de Pedro Álvarez Cabral, de D. João, do Pe. Antônio Vieira e de tantos outros nomes ilustres da raça lusa que tanto deram ao Brasil, eu saúdo o povo português.¹⁸

A entrevista concedida ao *Diário de Notícias* por JK também exalta a afetividade entre os dois países: “encaro com o maior otimismo o futuro da comunidade luso-brasileira [porquanto] os laços que unem a mãe a um filho jamais se podem quebrar”. Ao se referir às relações políticas, disse que “o Tratado de Amizade e Consulta corresponde às mais íntimas aspirações dos dois povos”.¹⁹

Na realidade, essa recepção apoteótica ao presidente brasileiro tinha pelo menos três objetivos principais: a) o da gratidão pelo apoio concedido a Portugal nas Nações Unidas, já que naquele organismo internacional o Brasil chegara a prejudicar os seus próprios interesses em favor dos da metrópole colonial; b) o da consolidação de uma política externa brasileira que fosse favorável à estratégia ultramarina portuguesa e que os futuros governos se sentissem impossibilitados de alterar; c) o da exemplificação ao mundo de mais um sucesso de uma colonização lusitana; d) o da solução parcial dos problemas econômicos portugueses, caso alguns países utilizassem a arma do mercado para pressionar Portugal na direção da descolonização.

A terceira razão do apoio político brasileiro ao império colonial português é de ordem eleitoral. As comunidades portuguesas, nos mais diversos países do mundo, eram estimuladas pela diplomacia de Lisboa a se organizarem para defender os seus interesses e os de Portugal. Tanto que não apenas os estatutos, mas até estratégias de atuação eram submetidos ao Palácio das Necessidades, que por sua vez tudo fazia chegar ao presidente do Conselho de Ministros. Muitas dessas comunidades dispunham de veículos de comunicação, hospitais beneficentes, clubes recreativos e de futebol, sistema de *lobbies*, concessão de títulos honoríficos e outros mecanismos para envolver as autoridades do país no apoio ao governo lusitano.

A emigração portuguesa funcionava como uma espécie de distensão para as crises internas do regime salazarista. A economia, ainda voltada para o agrarismo, não absorvia toda a mão-de-obra que chegava ao mercado. Desse modo, as colônias ultramarinas, bem como um conjunto de países, entre eles o Brasil, suportavam essa carência econômica. De acordo com o Censo de 1950, viviam no Brasil 310.261 portugueses, dos quais naturalizados brasileiros somente 26.595, enquanto o número de brasileiros em Portugal era de 3.780. Já em 1954, a colônia portuguesa é calculada em 615.400 pessoas, das quais 300.000 pertencem ao Distrito Consular do Rio de Janeiro e 250.000 ao de São Paulo²⁰. Esse número é muito significativo se levarmos em conta que o montante de portugueses emigrados no mundo estava em torno de 900.000.

Em maio de 1957, o deputado Celso Peçanha apresentou à Câmara Federal um Projeto de Lei que concedia o direito de voto aos cidadãos portugueses residentes no Brasil, desde que preenchendo determinadas condições, tais como morar no país há mais de cinco anos, ter como cônjuge um brasileiro ou uma brasileira, viver há mais de dez anos, mesmo sendo solteiro ou ter filhos nascidos no país. Caso fosse aprovado o referido projeto, ter-se-ia uma equiparação de direitos políticos entre brasileiros e portugueses, ressalvadas algumas exceções, como a de votar, mas não ser sufragado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 300.000 portugueses estariam em condições de votar, o que daria um grande poder político à já organizada comunidade lusitana.

A Tabela 1 mostra a evolução do movimento emigratório para o Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek relativamente à emigração portuguesa total.

Tabela 1

Emigração portuguesa durante o governo de JK

Ano	Emigração total	Emigração para o Brasil	Percentagens
1956	27. 017	16. 814	62,3
1957	35. 356	19. 931	56,4
1958	34. 030	19. 829	58,4
1959	33. 458	16. 400	49,0
1960	32. 318	12. 451	38,6

Fonte: *Boletim da Junta da Emigração* (1960, Ministério do Interior, Porto, 1961, p. 99).

O baixo número de emigrantes verificado em 1960 deveu-se à desvalorização da moeda como também a problemas de transporte, já que centenas de portugueses se viram impossibilitados de embarcar. Tanto que nos primeiros meses do ano seguinte houve um aumento de emigrantes. No entanto, a partir de 1963, a França ultrapassa o Brasil (38% por 28% do total de emigrados) e a Europa se torna um pólo mais atrativo para os trabalhadores portugueses.

Essas comunidades, na sua expressiva maioria, votavam nos candidatos que se posicionassem favoráveis à defesa dos interesses salazaristas no além-mar. Chegavam a se manifestar publicamente, por meio de anúncios em jornais, pedindo votos em favor de determinadas pessoas que haviam apoiado as comunidades luso-brasileiras. Como possuíam um espírito de corpo muito forte e grande parte dos seus integrantes trabalhava no comércio mantendo contato diário com outras pessoas, Juscelino tinha os olhos postos em tais comunidades e nos seus comendadores. Como tencionava voltar a candidatar-se à Presidência em 1965, era muito importante manter durante todo o seu governo um bom relacionamento com o regime salazarista.

As comunidades portuguesas também trabalhavam muito ativamente na difusão da cultura lusitana por meio da divulgação de seus autores clássicos, de sua ideologia expansionista marítima, de suas datas históricas, de seus costumes, de suas danças, de suas músicas e de sua culinária. A fidelidade à pátria distante se manifestava, muitas vezes, de forma emocional e dramática ao proclamar que,

[...] quando Portugal ou os seus governantes sofrem qualquer ataque, imediatamente se apresentam, prontos para sua defesa em todas as circunstâncias. Tem sido sempre assim e assim será sempre. Que não nos esqueçamos nunca que temos de conservar a qualquer preço, incluindo a própria vida, a histórica herança que os nossos maiores nos legaram e que fizeram a golpes de destemor e de audácia.²¹

E sacralizavam a idéia de pátria e as figuras do governo e do embaixador. Sempre que acontecia alguma catástrofe pública ou data significativa, lançavam mão de campanhas

publicitárias passando a imagem de uma solidariedade com os menos aquinhoados. O Natal dos flagelados pela estiagem do Nordeste ou dos soldados portugueses em guerra contra os africanos era lembrado com regularidade.

Muitas dessas comunidades apresentavam-se com nomes luso-brasileiros, mostrando uma integração com a cultura e a história do novo país, tendo no entanto os mesmos objetivos de sempre: angariar a simpatia e o apoio em favor dos interesses do governo português.

Isso as credenciava como instituições preocupadas com o bem comum da sociedade e mudava a sua imagem não muito favorável durante a primeira fase (1822-1900) das relações entre os dois países.

A quarta razão é de ordem religiosa. A Igreja Católica, de modo especial a sua alta hierarquia, viveu um longo período de ajuda mútua com o Estado Novo português. O cardeal patriarca de Lisboa – D. Manuel Gonçalves Cerejeira –, que fora colega de Salazar no Seminário Diocesano de Viseu (1900-1908), embora denominasse tais relações *harmoniosas*, desempenhou um papel fundamental nesse pacto de dominação cívico-religiosa. Mais de uma vez, ambos os *príncipes*, um da Igreja Católica e o outro da Presidência do Conselho de Ministros, tentaram mostrar alguma divergência pública exatamente para diluir a acintosa união entre os dois poderes. No entanto, não é isso o que demonstram os documentos trocados entre eles. Mesmo quando discordavam de métodos e conteúdos, o fascínio pela manutenção do poder os unia.

Em uma missiva dirigida a Salazar, quando este estrategicamente se retirara para seu povoado natal ao término da Segunda Guerra Mundial e mostrava-se publicamente abatido, Cerejeira encaminha em anexo um trecho de uma carta da Irmã Lúcia – a *vidente* de Fátima²² – comentando que aquelas referidas linhas deverão “levar-te muita consolação e confiança”, já que se trata de uma “indicação divina” (sic). Diz o texto da Irmã Lúcia que “Salazar é a pessoa por Ele (Deus) escolhida para continuar a governar a nossa Pátria, (...) a ele é que será concedida a luz e graça para conduzir o nosso povo pelos caminhos da paz e da prosperidade”. E continua a explicitar que “é preciso fazer compreender ao povo que as privações e sofrimentos dos últimos anos não foram efeito de falta alguma de Salazar, mas sim provas que Deus nos enviou pelos nossos pecados”.²³

Esse pacto de dominação interessava a ambos. Se à Igreja Católica Salazar oferecia a reposição de um estatuto perdido na I República (a Concordata), a restauração de um ambiente propício aos tradicionais valores cristãos e o fim do anticlericalismo do regime anterior, por sua vez essa mesma Igreja garantia ao presidente do Conselho de Ministros bases políticas, sociais e ideológicas para a fundação e manutenção do Estado Novo. Essa colaboração mútua, instrumentalizada de acordo com os interesses de cada um deles –

Salazar necessitando do apoio político dos católicos, e Cerejeira defendendo-se de um possível regresso ao anticlericalismo –, cria uma interdependência entre os dois poderes. Isso serviu durante quase 40 anos à propaganda do nacional-catolicismo, esmagando por um lado a oposição ao regime e por outro a luta contra os privilégios eclesiásticos.

Tanto que o cardeal celebra um solene *Te Deum* pelas bodas de prata da entrada do presidente do Conselho para o governo, e por sua vez o *premier*, juntamente com todo o seu alto escalão, participa das comemorações dos 25 anos de cardinalato do patriarca de Lisboa.

As intervenções do governo português em relação à atuação da Igreja Católica se deram quase sempre tendo por referência a questão colonial. O subvencionamento do culto e do clero pelo Estado, assim como a expulsão de padres e freiras que questionassem o processo colonial são apenas dois exemplos de como o regime salazarista mantinha um severo controle dos trabalhos religiosos no país e no ultramar. Franco Nogueira, ao fazer um *relato de conversa* que tivera com o núncio Apostólico Mons. Fustenberg, comenta que perguntara ao representante da Santa Sé que destino teria sido dado a um *memorandum* entregue na Secretaria do Concílio por organizações terroristas antiportuguesas “contendo as mais atrozes acusações e alegações contra Portugal”. Ao que o embaixador do Vaticano respondeu prontamente que, “apenas soubera do caso, se precipitara para a Secretaria do Concílio e sustara a circulação do *memorandum*”. E concluiu dizendo que “só uns três ou quatro prelados tiveram conhecimento do fato. Tudo se passara discretamente e o caso não tivera a menor repercussão no Concílio”.²⁴

Nesse mesmo *relato de conversa* o embaixador do Vaticano trata do assunto do Bispo do Porto, contando ao ministro dos Negócios Estrangeiros que se havia empenhado junto àquele Prelado, como também o fizera o cardeal Cerejeira, com a finalidade de que o mesmo renunciasse a sua diocese. Como não conseguisse demover D. António Ferreira Gomes, que pelo contrário continuava com sua atuação política e ademais muito bem informado de tudo o que acontecia nas ditaduras ibéricas, falou que o mesmo dava a impressão de que não “se acha[va] em estado perfeitamente normal”. Ao que Salazar sublinhou com seu lápis azul essa afirmativa. Portanto, é o próprio representante oficial do Vaticano a cunhar de demente um de seus bispos que ousara questionar o autoritarismo do governo no afã de agradar ao regime salazarista.

Por fim, Nogueira falou ao núncio que a “descolonização”, tal como estava sendo praticada, significaria a morte do cristianismo na África. E a verdade histórica “é que só pela mão do Ocidente se tem o Cristianismo expandido pelo Mundo”.

Em outra conversa com o embaixador do Vaticano, Franco Nogueira reclama de uma foto onde aparecem três pessoas conversando, sendo uma delas o Arcebispo de Leo-

poldville, a outra o Núncio Apostólico no Congo e, por fim, Holden Roberto, este último considerado um terrorista pelo governo de Lisboa. Ao que o diplomata do Vaticano, ao olhar novamente a foto, comentou: “em todo o caso, repare que os Bispos mostram a maior circunspeção”.

Esse *relato de conversa*, aparentemente sem grande importância, revela o grau de dependência e servilismo do embaixador do Vaticano diante do chefe da diplomacia portuguesa. Na verdade, a Santa Sé apreciava o trabalho de Salazar por considerá-lo um “homem providencial que viera para salvar Portugal do abismo em que ia despenhar-se”.

Foi ao mais alto representante da hierarquia dessa Igreja conservadora portuguesa – o cardeal Cerejeira – que Juscelino fez dois convites: a) para que assumisse a função de seu *apresentante*, isto é, padrinho na cerimônia de concessão do título de doutor *honoris causa* na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, e b) para que celebrasse a missa inaugural de Brasília.

Quando desembarcou no Rio de Janeiro para dar seguimento ao segundo convite, foi recebido como chefe de Estado por Kubitschek, já que representava oficialmente o Vaticano. Não apenas desfilou em carro aberto pelas ruas da cidade ao lado do presidente como também “repicaram os sinos do Rio para o Cardeal Cerejeira”. Por sua vez, o *Príncipe* da Igreja exalta o Brasil e JK, diz que “este é que merecia ter as mãos beijadas”, numa espécie de retribuição aos mesmos elogios feitos algum tempo antes pelo cardeal Câmara a Salazar, quando de sua visita a Lisboa pela inauguração do monumento a Cristo-Rei.

Em Brasília, JK homenageia o Patriarca de Lisboa e diz que

[...] olhamos para Vossa Eminência com a mesma filial devoção e o mesmo calor com que os criadores do mundo de língua portuguesa – os mesmos que abriram as portas dos mares nunca dantes navegados e estenderam a Fé de Cristo – contemplavam os Pastores missionários que tornaram completa a conquista das terras com as conquistas das almas.

Esse discurso religioso conservador de JK aparece em outro momento, quando agradecia as palavras do presidente Américo Tomás na sua visita a Portugal. Juscelino avaliava que “a grande crise do Ocidente consiste na descrença, que dia a dia vai aumentando, da fé nos valores que nós próprios defendemos. Não há causa que subsista sem que haja fé nos seus postulados, nas suas finalidades, nos seus fundamentos”.

Portanto, as relações do presidente JK com essa Igreja portuguesa conservadora inevitavelmente complementariedade uma relação no mesmo nível com o regime, já que ambos tinham uma estratégia comum de dominação. Além do mais, a própria esposa de JK, Dona Sara, estimulava tais ligações, pois em sua visita a Portugal, mais especificamente a Fátima, para pagamento de promessas relativas à saúde de sua filha, afirmava que fora

uma honra estar com Salazar, podendo observar “que se trata duma excepcional personalidade política, como é opinião de meu marido. É um grande estadista”. Tudo isso foi amplamente divulgado pelos jornais e aproveitado para estreitar os laços entre os dois países.

As contribuições teóricas de Gilberto Freyre ao colonialismo português

Gilberto Freyre, com seus escritos sobre a colonização, a mestiçagem e a reciprocidade cultural nos trópicos, também contribui para estreitar as relações entre Brasil e Portugal. No aspecto teórico-científico, ajuda o regime salazarista a manter a dominação ultramarina. “Não fossem os seus livros e a nova concepção que eles me deram de ‘cultura portuguesa’ ou ‘cultura tropical’ – diz um luso-indiano a Freyre – e eu seria hoje o mais feroz dos separatistas, dos anti-lusitanos e dos nacionalistas pró União Indiana”.

Os livros *Casa Grande e Senzala* e *O mundo que o português criou* são as obras fundadoras da concepção luso-tropicalista, embora nelas ainda não utilize o termo e tampouco defina o conceito. O primeiro trabalho foi publicado em 1933, coincidindo com a entrada em vigor da Constituição do Estado Novo, em Portugal, e o segundo em 1940, com a *Exposição do Mundo Português*. Já *O luso e o trópico*, em que tal doutrina surge em sua forma mais acabada, aparece em 1961, quando começa a guerra colonial, dá-se a perda da Índia portuguesa e abole-se o Estatuto dos Indígenas.

As teses de Freyre caíram como uma luva para o Estado Novo português –principalmente a partir de 1950²⁵ –, chegando-se a introduzir o estudo das mesmas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), a escola criada por Adriano Moreira com a finalidade de formar uma elite para administrar as colônias. Desse modo, a doutrina do sociólogo brasileiro passa a ser sistematicamente aprendida em um estabelecimento de ensino superior português, gerando numerosos trabalhos teóricos e de campo. Com base em tais conceitos, legitima-se historicamente a ação colonizadora portuguesa, contrapondo ao discurso da racionalidade econômica outro, calcado nos valores culturais, civilizacionais e cristãos.

O ministro do Ultramar de Portugal [refere-se a Sarmento Rodrigues] é um oficial de marinha para quem o Oriente e a África portuguesas existem não como colônias, mas como outros Portugais. E esses outros Portugais, como Portugal. O mar, o espaço, a distância, não separam essas várias províncias portuguesas uma das outras senão fictícia ou matematicamente; na realidade elas formam todas um só Portugal, cada vez mais consciente da sua unidade, dentro da qual cabem arrojos de diversidade.²⁶

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, através de suas embaixadas e legações, passou a difundir os escritos de Freyre com o objetivo de justificar a colonização portuguesa.

Um desses trabalhos é enviado a seu observador junto das Nações Unidas, comunicando ser o mesmo ainda inédito e desconhecido da própria delegação brasileira. Ressalta que o “referido estudo consiste numa exposição dos métodos seguidos em vários países para eliminação de tensões e conflitos raciais”. E

[...] considerando o interesse que representaria para o nosso país a divulgação do estudo do Prof. Gilberto Freire (sic), em virtude não apenas do relevo dado ao caráter anti-racista da colonização portuguesa, mas também pela categoria do seu autor – um perito em questões sociológicas designado pela própria ONU –, esta Secretária de Estado solicitou daquele observador que procurasse interessar a delegação brasileira no sentido de conseguir que o documento em referência fosse editado em francês ou inglês pelas Nações Unidas.²⁷

Hoje esses mesmos textos continuam a ser divulgados no país, mas dentro de uma perspectiva crítica.

Freyre, convidado pelo ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues – não sem antes consultar a Salazar –, fez uma longa viagem a Portugal e às *províncias ultramarinas*. Tão dirigido e controlado foi o itinerário que, à medida que Freyre se deslocava de um ponto a outro, a diplomacia portuguesa e o Ministério Ultramarino enviavam orientações de como proceder com o *ilustre visitante*, desde o cuidado na escolha das pessoas que deveriam acompanhá-lo, passando pela seleção dos lugares nos quais se hospedaria, chegando até a programação das conferências. Nos vários telegramas despachados pelo ministro ultramarino às autoridades coloniais, Freyre é sempre elogiado como o “grande lusófilo”, “observador independente, mas muito afeiçoado [a] Portugal [e que] tem exercido ação notável no Brasil [...] na “defesa da cultura portuguesa” e “um dos mais notáveis amigos” mas que no entanto precisava ser dirigido.

Por isso, a polícia política – a Pide – foi avisada da viagem e pedido a ela que facilitasse a locomoção do sociólogo. E quando o *visitante* insistia em fazer algo que não interessasse a Portugal, como conhecer a Companhia de Diamantes do Dundo, em Angola – onde as práticas discriminatórias e o trabalho escravo eram evidentes –, poder-se-ia permiti-lo, conquanto que o tempo fosse o mais restrito possível, alegando-se problemas de agenda.

O ministro do Ultramar, ao comunicar ao governo da Guiné a chegada de Freyre, diz que não há necessidade de exaltar a política portuguesa, mas sim a “obra [da] colonização [e] civilização e contatos culturais [da] assimilação racial”. Recomenda, ainda, que o sociólogo deva ser apresentado a pessoas de destaque, especialmente não-européias, para que “melhor possa ajuizar [a] nossa ação civilizadora sem discriminação”.²⁸

Por sua vez, o governador-geral de Moçambique diz que sentiu um novo alento ao ouvir o sociólogo falar com tanta convicção sobre o trabalho dos portugueses. E conclui

que, “pelo extraordinário sucesso [da] visita e porque para além dele vejo a base real de transcendente interesse comum que [esta] visita serve (sic), apresento [a] V. Excia [as] mais calorosas felicitações [pela] iniciativa [da] marca verdadeira da doutrina e [dos] sistemas vivos práticos [da] nova época [de] governação ultramarina”.

O consulado português em Bombaim, ao dar conta sobre a viagem de Freyre, comunica que cumprira toda a orientação dada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros no trato para com o sociólogo brasileiro, já que o mesmo não tivera “quaisquer contatos com nossos adversários. Evitei toda publicidade em volta [de] sua passagem por aqui”.

O mesmo cuidado manifesta o ministro do Ultramar ao determinar que o governador-geral da Índia mandasse um telegrama cifrado ao cônsul português em Bombaim dizendo que seria conveniente “que Freyre falasse com elementos de confiança e evita[sse] os adversários”. Termina afirmando que “convém mostrar perfeito entendimento racial e dar liberdade de movimentos”. Em um comunicado manuscrito a Salazar, o ministro do Ultramar diz textualmente:

Creio já ter ido ao encontro do pensamento de Vossa Excelência quanto à ida do Dr. Gilberto Freyre a Timor. Deixei-o dissuadido de ir lá e agora vejo, pelo projeto de programa que acabam de me enviar, que ele eliminou Timor e Macau. Ora quanto a Macau é que já não há razão. O que eu quis foi não mostrar Timor.²⁹

Na realidade, Freyre estava sendo controlado por dois Ministérios: o dos Negócios Estrangeiros e o do Ultramar. De acordo com o local em que se encontrasse, ora um ora outro se encarregava de fazer a agenda do viajante. Frases desses ministros, como “o programa parece muito bem e apropriado”, “concordo com nomes que V. Excia indicou para guiar o visitante”, “agradeço transmitir urgente programa definitivo”, “programa parece muito bem e apropriado”, e, por sua vez, as respostas dos governadores-gerais e funcionários diplomáticos, como “instruções serão atentamente seguidas” e “tudo farei para cumprir determinações”, aparecem com frequência nos telegramas trocados. O ministro do Ultramar chegou a detalhar ao governador-geral de Moçambique a visita de Freyre àquela colônia.

Em um passeio que Freyre fez a Prelazia de Queulá, acompanhado do governador-geral de Goa, o Suami saudou os dois senhores, cabendo mais tarde ao próprio Salazar determinar o que do referido discurso poderia ser enviado à imprensa.

Como resultado dessa viagem, denominada estudo, Freyre escreveu dois livros no ano de 1953: *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*. Nessas obras usa pela primeira vez o conceito luso-tropicalista e legitima a política colonial portuguesa, comprometendo-se com o salazarismo.

Essa vinculação teórico-política de Freyre com a ditadura salazarista suscitou duras críticas dentro do Brasil. Rachel de Queiroz, por exemplo, comenta que o *brasileiro ilustre*, ao passar por Angola, pouco ou nada viu da realidade dessa terra africana. Afinal, “tão bem entretido com cantorias e discursos, que os ouvidos lhe cerraram também, não deixando escutar os gemidos e os ais dos que padecem oprimidos”. E continua Raquel a explicar que o visitante provavelmente não foi enganado, pois é “homem muito agudo, muito acostumado a enxergar longe, através de vários obstáculos; o que houve, talvez, é que ele tinha as vistas voltadas para o passado, e só o passado cuidado de examinar”. E faz uma crítica muito pertinente e atual ao dizer que, “com o vezo do historiador de desprezar tudo que não é de ontem, cerrou o entendimento para a hora presente, sabendo, como sabemos todos, quanto é ela transitória”.³⁰

Raquel chama a atenção dos intelectuais para essas “viagens de estudos entremeadas de cortesias oficiais”, já que elas se destinam a legitimar a autoridade que recepciona. E pergunta: “Numa terra onde só se pode ser contra ou a favor, como há de ele se manter neutro, se por toda parte se mostra de mãos dadas com uma das parcialidades – e logo a pior, a que está de cima?”.

No artigo *Outros pontos nos is*, Freyre afirma que fez a viagem com inteira liberdade, chegando a dizer que fora procurado por anônimos em Angola que lhe disseram “todo o mal que quiseram ou puderam, não só do atual governo português como de Portugal”. Alguns, continua Freyre, estavam imbuídos de maledicência, ao passo que outros falaram de seu separatismo. Essa alusão desagradou ao embaixador português no Rio de Janeiro, considerando-a “menos conveniente”, já que “alguns meios locais terão mesmo a tendência para atribuir ao caso uma gravidade maior” e dar uma “mais ampla divulgação”.

Tanto cuidado demonstra o embaixador António de Faria em evitar críticas à política portuguesa que, ao encaminhar um ofício com a primeira página do quinzenário *Ressurge Gôa* – de 30 de dezembro de 1951 –, afirma que o editorial trata da viagem de Freyre “prevendo as boas impressões que este colheria nas suas visitas”. E termina dizendo que o Encarregado de Negócios da Índia manifestara ao “escritor, ainda que de forma vaga e imprecisa, a intenção [de] que haveria de o aproveitar como um possível intermediário em futuras e eventuais negociações”.

Ainda no mesmo artigo, Freyre diz que não viajou “cercado de gentilezas oficiais que fossem não só gentilezas, mas tapumes a me isolarem das ruas, das praças, das oposições ao Governo. A verdade é que vi no Ultramar Português o que quis ver, dentro dos meus limites de tempo. Ouí quem quis ouvir. Visitei quem quis visitar: inclusive gente mal vista pelo Governo”. No entanto, a correspondência oficial apresentada mostra que há aqui um grande equívoco, haja vista que a viagem foi toda controlada, inclusive nos seus pormenores.

Além disso, em Lisboa, houve preocupação com o debate brasileiro em torno do patrocínio da viagem de Freyre. O diretor-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em uma carta confidencial dirigida ao diretor dos Serviços de Censura, afirma que “fatos desta natureza são de molde a provocar uma sensível diminuição de nossa autoridade e prestígio no Brasil, e é mesmo de reacear que as vantagens que obtivemos com o feliz e dispendioso convite dirigido ao Dr. Gilberto Freyre pelo Governo português sejam prejudicadas com as especulações levantadas à volta deste infeliz incidente”.

Cabe ressaltar que a diplomacia portuguesa trabalhava em estreita cooperação com os órgãos de segurança do Estado Novo. Para tanto, basta ver as comunicações oficiais das embaixadas portuguesas enviadas a Lisboa passando informações sobre a movimentação dos opositores políticos de Salazar, as quais o Ministério dos Negócios Estrangeiros fazia chegar à polícia política com o despacho “para conhecimento”.

A parcela da imprensa brasileira favorável ao regime salazarista, bem como a embaixada portuguesa e as diversas associações defensoras da comunidade luso-brasileira, destacaram a visita de Freyre e as impressões positivas sobre Portugal e sua missão civilizadora e cristianizadora na África e na Ásia. A manchete do jornal *Voz de Portugal*, em tom bombástico e sensacionalista, revela o conteúdo da entrevista “Volto de Portugal e do Império Ultramarino Português mais Lusíada do que antes”. Nela Freyre afirma que

De um modo geral o Ultramar impressionou-me pela sua combinação de diversidade com unidade, de espírito de tradição com espírito de progresso. Há em Angola e Moçambique áreas cujo progresso lembra o das mais adiantadas áreas brasileiras: São Paulo e Rio Grande do Sul. E a Índia Portuguesa, pela paz social de que goza num Oriente agitado, comparei-a a uma Suíça Tropical.³¹

O próprio presente do presidente Craveiro Lopes para Vargas, que Freyre não apenas faz questão de ser o portador, mas também lembra ao governo português de prepará-lo por meio de um telegrama, expressa a grandiosidade do império lusitano e as riquezas usurpadas de suas colônias: um cofre, com materiais preciosos vindos de todas as suas terras do ultramar, contendo no interior um raro exemplar dos Lusíadas de Camões.

Com relação a Salazar, Freyre disse ter ficado com a “mais forte impressão desse professor-estadista que tão bem conhece os problemas, não só de economia como sociais e de cultura do povo português, e que, como bom português, é um bom amigo do Brasil”.

O governo de Lisboa também controlava as viagens de pessoas formadoras de opinião, principalmente nos momentos em que a guerra colonial dava seus primeiros sinais. Quando a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas se ocupou da questão de Angola, J. M. Fragoso apresentou uma *informação de serviço* a Salazar sugerindo, entre

outras coisas, “rever o problema dos vistos a jornalistas estrangeiros para Angola” ou então permitir a ida daqueles que, de antemão, teriam uma posição favorável ao Estado português. Ao que Salazar sublinhou a idéia com seu famoso lápis azul.

Considerações finais

A análise das relações entre o governo de Juscelino Kubitschek e o regime salazarista leva-me a apontar um conjunto de incongruências por parte da administração brasileira. A primeira delas encontra-se no apoio dado ao *status quo* colonial português. Isso porque, se desde a posse na Presidência da República até meados de 1958 a política externa de JK manteve a linearidade dos dois governos anteriores, de cunho conservador, a partir de maio de 1958 assume uma conotação nacionalista, voltada inteiramente para a realização das metas desenvolvimentistas do país. Nessa conjuntura, o presidente lança a Operação Pan-americana, rompe com o Fundo Monetário Internacional (junho de 1959) e, contraditoriamente, apóia a política colonialista portuguesa, ratificando, inclusive, o Tratado de Amizade e Consulta entre os dois países. A grande pergunta é: que motivos teriam levado o presidente a adotar uma política externa com características progressistas em relação ao desenvolvimento de seu país e de sua região e, simultaneamente, uma estratégia colonialista diante dos interesses portugueses na África e na Ásia?

Álvaro Lins chega a questionar o que restará da Operação Pan-Americana com JK integrado ao salazarismo. E também pergunta o que sobrarão dessa mesma Operação com os atos de política externa a serem assinados em Lisboa por Juscelino, que até há pouco se havia autoproclamado um americanista, fiel aos compromissos do Brasil e da região perante quaisquer outras relações internacionais.

A segunda contradição da política externa de JK está na regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, desvantajoso para os planos progressistas da política externa brasileira, como também oneroso para alguns interesses dentro de nosso próprio território. Seu artigo 1º, por exemplo, afirma que as partes concordam que farão consultas sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum. Assim, o governo português, que começa a ser questionado nos organismos multilaterais por sua postura colonialista, sente-se de *ius* em saber antecipadamente a posição brasileira e desse modo usar de estratégias para influenciá-la antes de qualquer votação internacional. Era o que fazia a diplomacia portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, através da corrente lusófila do Itamaraty. Esse artigo se contrapõe ao espírito da Operação Pan-americana, que buscava uma política externa latino-americanista, nacionalista, anticolonialista, soberana e independente.

A terceira contradição se refere à *Declaração de Santiago*, firmada pelo governo brasileiro, na qual, entre outros propósitos, subscreve que é do “anseio geral dos povos americanos de viver em paz, ao amparo de instituições democráticas alheias a toda intervenção e a toda influência de caráter totalitário”; “que a existência de regimes anti-democráticos constitui uma violação dos princípios em que se funda a Organização dos Estados Americanos e um perigo para a convivência solidária e pacífica no hemisfério” e que “a perpetuação no Poder, ou o exercício deste sem prazo determinado e com manifesto propósito de perpetuação, são incompatíveis com o exercício da Democracia”. No entanto, em Portugal vive-se uma ditadura, caracterizada pela ideologia corporativista do Estado Novo, com uma Comissão de Censura, com uma Polícia Política, com a ausência de partidos políticos legalizados e com milícias de Estado armadas.

A quarta contradição diz respeito à dependência a que o Brasil se impõe em relação ao Pacto Ibérico, já que os regimes autoritários de Franco e Salazar tinham subscritos acordos com o objetivo de enfrentar mutuamente os novos ventos democratizantes do pós-guerra. Isso opõe-se radicalmente à política externa da Operação Pan-Americana e à própria inserção do país na Segunda Guerra Mundial.

O tradicionalismo em relação a Portugal – diz Claudio Bojunga – estava em contradição frontal com o desenvolvimentismo, cujos interesses seriam mais satisfeitos pela remoção de vínculos coloniais que só beneficiavam a diplomacia salazarista.

Finalmente, o governo brasileiro, que buscava uma liderança regional na América Latina para poder negociar com mais força diante dos Estados Unidos, debilita-se em sua região, ao apoiar na Europa os regimes salazarista e franquista. Cabe ressaltar que naquele momento um grande número de países latino-americanos se opunha aos regimes ditatoriais ibéricos. O México, por exemplo, rompera suas relações diplomáticas com Madri por conta da Guerra Civil Espanhola.

Essas contradições comprometem a estratégia da política externa brasileira do governo de Juscelino Kubitschek, que buscava uma alternativa fora do país para dar impulso ao seu projeto desenvolvimentista.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professor doutor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ De acordo com documentos emitidos pela embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, aparecem como lusófilos, entre outros, os diplomatas Pio Correia, Frank Moscoso, Donatello Grieco, Odette de Carvalho e Souza, Francisco Negrão de Lima e Assis Chateaubriand. Enquanto Fontoura chegara a ofertar à Legião Portuguesa - milícia salazarista - uma bandeira brasileira, Negrão de Lima, chamado ao Rio para consul-

tas, avistou-se duas vezes com o ministro dos Negócios Estrangeiros a fim de preparar-se para as respostas a serem dadas a seu chefe imediato, o chanceler Afonso Arinos. Fontoura e Negreão, à época desses fatos, eram embaixadores brasileiros em Lisboa.

² Ofício da embaixada de Portugal (confidencial). Convenção de Amizade e de Consulta luso-brasileira, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 24 de jul. 1951.

³ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961, p. 314.

⁴ *Nacionalistas e cosmopolitas* eram correntes político-ideológicas que atuavam no interior do aparelho estatal, como também disputavam duramente a política externa do país. Essa classificação foi formulada originalmente por Hélio Jaguaribe e, mais tarde, utilizada por diversos autores, entre eles Lourdes Sola. *Idéias econômicas decisões políticas*. São Paulo, Edusp, 1998.

⁵ Portugal no Estrangeiro. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN-TT); Arquivo Oliveira Salazar (AOS), 11 nov. 1995.

⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 5, 23 jan. 1956. Entrevista.

⁷ *Ibid.*

⁸ LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1974, p. 334.

⁹ Visita a Portugal de JK. AN-TT/AOS.

¹⁰ Carta Aberta ao Presidente Kubitschek de Oliveira. *O Estado de S. Paulo*, 30 abr. 1960 (publicada em vários jornais).

¹¹ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Discurso*. Lisboa, 7 ago. 1960.

¹² MAGALHÃES, José Calvet de. *Entrevista concedida ao autor*. Lisboa, 29 mar. 2001.

¹³ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diário de Notícias*. Lisboa, p. 5, 6 jan. 1956.

¹⁴ SALAZAR, Oliveira. Apontamentos sobre a situação internacional. Luanda, *Imprensa Nacional de Moçambique*, 1956, p. 5.

¹⁵ GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. 1994. 2. V. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, p. 371-372.

¹⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 5 jan. 1956.

¹⁷ LAFER, Horácio. Ao povo português. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 3 ago. 1960.

¹⁸ KUBITSCHKEK, Juscelino. Entrevista. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1 e 2, 5. ago. 1960.

¹⁹ *Boletim Anual da Junta da Emigração - 1954*, Ministério do Interior, Casa Nun'Álvares Gouveia, Lisboa, p. 72.

²⁰ LAGE, Aventino Fernandes da Silva (discurso do presidente da Federação das Associações Portuguesas). A fidelidade da colônia portuguesa à pátria distante. *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 22 out. 1961.

²¹ A diplomacia portuguesa procurou dar visibilidade internacional a Fátima, principalmente a partir do final dos anos 30, já que o culto a ela se tornara vantajoso para o regime salazarista. A Senhora da Cova da Iria passara a ser, então, o escudo contra o *perigo vermelho* que rondava Portugal, quer por meio da Guerra Civil Espanhola (em 13 de maio de 1938 uma grande peregrinação celebra a vitória dos franquistas), quer através do segundo conflito mundial (Portugal se manteve oficialmente em posição neutral); passara a ser também a padroeira da Guerra Fria na luta contra uma Rússia atéia; a protetora dos soldados que partiam para a guerra colonial contra a África; e a abençoadora do Estado Novo nacional-católico. Veja-se a respeito REIS, Bruno Cardoso et alii. Fátima e o poder. *Revista de História*, Lisboa, ano xxii, n. 29, p. 14-46, out. 2000.

²² Quanto à forte exploração anticomunista de Fátima, o próprio Papa João XXIII se manifestara contrário, em um encontro com o embaixador português António Faria, no Vaticano. Ao relatar a conversa para seu chefe imediato em Lisboa, diz o diplomata: “[O] Santo Padre falou de Fátima e aludiu [a] conveniência [de] não se tentar fazer dizer Irmã Lúcia, atualmente [no] convento [de] Coimbra, mais do que ela estaria em condições de dizer (isto a propósito [de] referências por vezes feitas a eventuais atitudes [da] Rússia relacionadas com pretensas declarações em que se mencionava [a] data [de] 1960) matéria esta muito delicada que exigia toda prudência”. Telegrama da Embaixada Portuguesa no Vaticano (confidencial). MNE, P.E.A, M 288, 2 P. Proc. 332,52, N. G. 4.402, de 7 de julho de 1961.

²³ AN-TT/AOS/CP-47/fl. 94 v, de 13 de novembro de 1945.

²⁴ Conversa com o Núncio Apostólico (secreto). AN-TT/AOS/CO/U-30B, 10 de dezembro de 1962.

²⁵ Durante os anos 30 e 40 não houve uma aceitação oficial das teses freyrianas, pois vivia o momento da afirmação do império português e dos valores da raça branca. Por isso, a miscigenação se era vista como uma degradação e a solução estaria no branqueamento das populações das colônias africanas. Já nos anos 50, com a necessidade de apresentar Portugal como um país plurirracial e pluricontinental para fazer frente à nova conjuntura internacional do processo de descolonização, o pensamento de Freyre é bem-vindo.

²⁶ FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. Rio de Janeiro, Univer-Cidade Editora, p. 344.

²⁷ Correspondência Oficial. MNE, 15 mar. 1955.

²⁸ Telegrama do ministro do Ultramar - Gabinete do ministro. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), S 2, M 87, P 29-A, n. 103, de 6 de setembro de 1951.

²⁹ AOS/CP-242, P. 16, de 4 de setembro de 1951.

³⁰ QUEIRÓS, Raquel. Por terras de além-mar. *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 130, 5 abr. 1952.

³¹ Volta de Portugal e do Império Ultramarino Português mais Lusíada do que antes. *A Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 18 fev. 1952. De volta da Europa, o escritor Gilberto Freyre. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 fev. 1952.

1938 - 2008: SETENTA ANOS DA FUNDAÇÃO DA IV INTERNACIONAL. EM DEFESA DE LEON TROTSKY

Oswaldo Coggiola*

Resumo

Numa época sombria, com a criação da IV Internacional em 1938, Trotsky repõe a vigência da revolução mundial. A falência da II Internacional e a função contra-revolucionária da III Internacional Comunista ao inibir a ofensiva dos trabalhadores, numa situação objetiva madura para a irrupção revolucionária, mas de incapacidade de suas direções, Trotsky denuncia a crise sem precedentes da vanguarda revolucionária. Traição da Social Democracia, burocratização do primeiro Estado Operário, retrocesso da revolução, daí a necessidade do novo reagrupamento mundial do proletariado. Este artigo se propõe a examinar a teoria de Leon Trotsky acerca da revolução permanente e do internacionalismo operário, da crítica ao nacionalismo e o fenômeno da burocratização, que ameaçam as conquistas da revolução de outubro, assim como o significado social da oligarquia termidoriana e do bonapartismo stalinista. Trotsky foi a primeira liderança mundial a alertar os riscos do ascenso nazista, a possibilidade de nova guerra mundial e o extermínio físico dos judeus. O histórico bolchevique propõe e a necessidade de novos partidos e orgânica internacional contra a sociabilidade do capital e uma segunda revolução contra o absolutismo burocrático.

Palavras-chave

Trotsky; contra-revolução; IV Internacional; bonapartismo stalinista; partido.

Abstract

In a somber epoch, with the creation of the IV International in 1938, Trotsky resettles that the worldwide revolution is in force. The II International failure and the counter-revolutionary function of the III Communist International, inhibiting the laborers' offensive in an objective and mature situation for the revolutionary irruption, but disabled in terms of directions, make Trotsky denounce the unprecedented crisis of the revolutionary forefront. Treason of the Social Democracy, bureaucratization of the first Laborer State, retrogression of the revolution, from there the need of a new worldwide rearrangement of the proletariat. This article aims to examine Leon Trotsky's theory about the permanent revolution and the labor internationalism, the critique to nationalism, and the bureaucratization phenomenon, which threaten the conquests of the October revolution, as well the social meaning of the thermidorian oligarchy and the Stalinist bonapartism. Trotsky has been the first worldwide leadership to alert to the risks of the Nazi ascension, the possibility of a new world war and the physical extermination of Jews. The Bolshevik historic proposes the need of new parties and an organic international against the sociability of capital and a second revolution against the bureaucratic absolutism.

Keywords

Trotsky; counter-revolution; IV International; Stalinism bonapartism; party.

A IV Internacional foi fundada em setembro de 1938 em um subúrbio de Paris, por pouco mais de vinte delegados reunidos em conferência internacional (entre os quais um representante da América Latina, o brasileiro Mário Pedrosa, codinome *Lebrun*). A característica ideológica central da IV Internacional foi manter em pé a idéia básica do marxismo, a vigência da transição histórica do capitalismo para o socialismo, baseada na luta de classes mundial do proletariado (e não na defesa de uma ou várias supostas “pátrias do socialismo”). A história da IV Internacional, portanto, põe à prova a própria atualidade desses princípios políticos, ontem negados em nome de um suposto “realismo político” e hoje em nome de sua superação por uma não menos suposta “pós-modernidade”. A passagem de antigas correntes marxistas para o campo do nacionalismo (russo, chinês, latino-americanista ou “não-alinhado”) foi uma característica marcante do século XX, que a IV Internacional, no seu programa de fundação, definiu como “crise histórica de direção do proletariado mundial”. Historicamente, porém, não foi um processo novo: ele já fora constatado por Marx e Engels ao comprovarem a crescente solidariedade do proletariado inglês com “sua” burguesia na “questão irlandesa” (que envolvia, potencialmente, toda a questão do imperialismo). Numa escala histórica e geográfica muito mais ampla, foi também o traço marcante da falência da II Internacional, com o apoio dado pelos seus principais partidos aos governos belicistas europeus, por ocasião da deflagração da Primeira Guerra Mundial.

A passagem para o nacionalismo e para a contra-revolução das correntes oriundas ou vinculadas à ex-III Internacional (ou Internacional Comunista) teve em comum com as anteriores o suposto princípio de preservar as conquistas sociais já obtidas como garantia única e absoluta do futuro progresso da humanidade trabalhadora, isto é, de pô-las num patamar de superioridade com relação às exigências da luta de classes mundial. Se, no caso da II Internacional, isso foi feito em nome da preservação das conquistas sindicais e parlamentares (legislação social), no caso da III a questão foi diretamente a preservação do Estado (a URSS) considerado como baluarte último e definitivo da luta contra o imperialismo capitalista. A dissolução da III Internacional, em 1943, teve esse motivo explícito, mas foi explicada por Stálin a um periodista do *New York Times* como uma garantia dada pela URSS aos “aliados” do campo antinazista da II Guerra Mundial (basicamente os EUA e a Grã-Bretanha). A IV Internacional, nisso seguindo a crítica feita pelo bolchevismo à falência social-democrata de 1914, viu nisso não só um “desvio” dos princípios marxistas internacionalistas, mas o índice da burocratização de organizações (socialistas ou comunistas, assim como as organizações sindicais) que, outrora, tinham jogado um papel historicamente progressivo ou revolucionário. Trotsky, mais do que o próprio Lênin, desenvolveu uma ampla teoria crítica acerca da burocratização das orga-

nizações operárias (sindicais ou políticas) como um aspecto decisivo da luta de classes no século XX. Trotsky ampliou e aprofundou um dos elementos da análise leninista da “aristocracia operária”: a burocracia tem, pela sua própria natureza, um caráter instável e historicamente transitório, como intermediária entre as classes fundamentais da sociedade. Sua constituição como camada social indica a tendência da mesma para se integrar na sociedade burguesa, em primeiro lugar no plano político, qualquer que seja o invólucro ideológico dessa integração, incluído o “comunista”.

A história da IV Internacional confunde-se com o desenvolvimento amplo, teórico e prático desse aspecto essencial da crítica marxista. Mas também, de modo explícito, com o desenvolvimento da premissa positiva contida nessa crítica: a da vigência da revolução socialista em escala mundial e, portanto, também da forma político-organizativa correspondente, a Internacional Operária. Do ponto de vista da história política e ideológica de nosso século, tem a ver, portanto, com a vigência da teoria marxista para compreender e transformar radicalmente a contemporaneidade, ou seja, para derrubar o capitalismo. Resta, porém, explicar por que essa história mereceu tão pouca atenção. Do ponto de vista acadêmico, essa desatenção vincula-se à própria inércia conservadora da Academia, sempre inclinada a trabalhar mais com as realidades consolidadas do que com as potenciais, isto é, geralmente avessa a abrir novos caminhos (embora a ideologia da universidade expresse exatamente o contrário). Não que a academia se recusasse a estudar “a esquerda” em geral: enquanto a URSS existiu, os estudos “sobre o comunismo” não só eram bem-vindos como costumavam construir reputações “históricas”, “sociológicas”, “políticas” e até “filosóficas”. Com o fim da URSS, o tema foi praticamente abandonado.

Não foi um paradoxo que os principais estudos acadêmicos sobre o trotskismo e a IV Internacional fossem elaborados por um historiador declaradamente conservador, Robert J. Alexander, no marco de uma das instituições consideradas mais à direita, a Hoover Institution (vinculada à Universidade de Stanford, EUA), beneficiada, por outro lado, de acervos particularmente ricos para o estudo do tema. Nas duas principais obras de Alexander a respeito (*Trotskyism in Latin America* e, sobretudo, na monumental *International Trotskyism*), a exposição, às vezes impressionante, de dados, quase não vai acompanhada de qualquer elaboração ou tratamento históricos, e ambos livros dão mais a impressão de serem longos *reports* realizados para os serviços diplomáticos ou de inteligência dos EUA. Constituem, na melhor hipótese, o que Georges Haupt chamava um “sábio dicionário” que, às vezes, incorre em erros factuais. As suas parcas conclusões são, no mais, uma exposição dos preconceitos políticos do autor.

A figura de Trotsky, fundador da IV Internacional, mereceu mais atenção, por ter sido um dos principais dirigentes da Revolução de Outubro de 1917, que esteve na ori-

gem da União Soviética. Mas o próprio Trotsky considerava a IV Internacional como a obra mais importante da sua vida, incluídas a Revolução Russa e a criação do Exército Vermelho. Nas várias biografias consagradas a Trotsky, no entanto, a IV Internacional (à qual Trotsky consagrou a última das seis décadas de sua existência) aparece só de modo incidental ou marginal, como no caso da ideológica obra de Dimitri Volkogonov (*Trotsky: the Eternal Revolutionary*). Na mais famosa biografia de Trotsky, a trilogia de Isaac Deutscher – reconhecidamente, um dos maiores trabalhos historiográficos do século XX – a IV Internacional aparece de modo bastante marginal e, por momentos, francamente desprezada (o próprio Deutscher, como militante trotskista polonês na década de 1930, presente na conferência de fundação de Paris, tinha se oposto ao propósito de Trotsky de fundar a IV Internacional).

A extensa biografia de Pierre Broué, *Trotsky*, já traduzida para diversas línguas, deu à questão um tratamento mais sério e menos preconceituoso. Broué, por outro lado, junto com diversos colaboradores (acadêmicos ou não) desenvolveu importantes estudos sobre o “movimento trotskista” nos *Cahiers Léon Trotsky*, publicados ao longo de vinte anos. O problema consiste em que, nos *Cahiers*, a história da IV Internacional parece deter-se com a II Guerra Mundial, o que era admissível na biografia de Trotsky, mas não num empreendimento de longo fôlego consagrado à sua obra. Deutscher e Broué, acadêmicos de destaque, deveram, por outro lado, a sua sensibilidade em relação ao tema ao fato de terem sido militantes trotskistas antes de serem professores e pesquisadores universitários.

Também militantes, encabeçados por Al Richardson, estiveram na origem do mais completo empreendimento para o estudo da história da IV Internacional, a revista *Revolutionary History*, publicada em Londres fora de qualquer quadro institucional universitário. A revista não só publicou investigações parciais de grande valor, como pôs à disposição de um amplo público importantes fontes documentais publicadas sob forma de dossiê, sem nunca ter chegado a publicar um trabalho de conjunto que formulasse uma teoria a respeito da história da IV Internacional.

Essa última tarefa coube a diversos militantes, acadêmicos ou não. Merece destaque *Trotsky como Alternativa*, do dirigente político e economista belga Ernest Mandel (que já havia escrito um *Trotsky: um estudo da dinâmica do seu pensamento*), por cuja publicação no Brasil fomos responsáveis, com tradução de Arlene Clemesha. No livro, Mandel realiza um balanço do pensamento trotskista à luz do desenvolvimento histórico posterior, pouco se referindo à IV Internacional propriamente dita. Esse foi o tema de Pierre Frank (*La Quatrième Internationale*) e de Jean-Jacques Marie (*Le Trotskisme e Trotsky, le Trotskisme et la IVè Internationale*) trabalhos de síntese relativamente pequenos, cujo principal defeito não é o de defender as opiniões políticas dos seus autores

dentro do “movimento trotskista”, mas o de fazê-lo ao ponto de deformar, por deturpação ou omissão, a própria história da IV Internacional. Os dois trabalhos têm, por outro lado, uma orientação marcadamente eurocêntrica. Kenth-Ake-Andersson (*Historia de la Cuarta Internacional*) e François Moreau (*La Quatrième Internationale: Combats et Débats*) produziram trabalhos de síntese que não pretendem ser uma história, apesar do título do primeiro, que não passa de uma brochura. O segundo, como o próprio título o insinua, está mais centrado nos debates internos da IV Internacional e de suas inúmeras cisões, não deixando de constituir uma valiosa contribuição.

Apesar de a IV Internacional propriamente dita ter sido fundada em setembro de 1938, ela não pode ser vista à margem da corrente denominada “trotskismo”. E esta, por sua vez, remonta suas origens a, pelo menos, três décadas antes, a partir do papel dirigente que coube a Leon Trotsky na revolução de 1905 na Rússia, em especial no soviete de Petrogrado e, sobretudo, ao balanço feito por Trotsky no ano seguinte (publicado com o título de *Balanço e Perspectivas*), com sua célebre formulação da teoria da “revolução permanente”, que lhe daria um lugar singular no socialismo russo e em toda a história intelectual e política do século XX. Está claro que a primeira confusão a ser despejada é a de décadas de desfiguração stalinista da idéia de “revolução em permanência”, apresentada como uma espécie de ultimatum revolucionário irrealista, quando em verdade retomava uma velha formulação de Marx (em *As Lutas de Classes na França 1848-1850* e, sobretudo, na *Circular à Liga Comunista* de 1850) referida à transformação da revolução democrática em socialista pela mediação dirigente do proletariado organizado (nas palavras de Marx, nesse texto: “o grito de guerra [do proletariado] será: *revolução permanente!*”).

Durante longas décadas, a vigência da “escola stalinista de falsificação”, e o sistema de calúnias montado em cima dela, criou um enorme preconceito em torno do trotskismo, marginalizando-o também nos estudos da história do movimento operário e da esquerda. Hoje, em que pese o fato de aquela “escola” ter formalmente abandonado o cenário, o preconceito (que certa vez fez Gilles Martinet afirmar que “o anti-trotskismo é o anti-semitismo do movimento operário”) ficou largamente em pé. O terreno, porém, está aberto para os historiadores, embora se trate de um terreno arrasado por décadas de calúnias e insultos, um campo minado onde *a priori* substituiu quase sempre a consideração objetiva das idéias e dos fatos.

Bem antes que economistas e cientistas sociais se debruçassem sobre as causas estruturais da “crise” e, ulteriormente, do “fracasso” da URSS, Trotsky estabeleceu a causa básica da tensão interna de uma “sociedade socialista” isolada (e burocratizada). Sua análise acerca das origens e dinâmica da burocracia transformou-se em referência teórica

obrigatória para todos os debates acerca da natureza da URSS e, extrapolando seu campo inicial, para todas as análises acerca da burocratização das organizações sindicais, políticas e estatais. Trotsky levou em conta a *totalidade* da situação da URSS e da sua camada dirigente (interna e internacional, histórica e conjuntural) e, nesse contexto, analisou o seu caráter *contraditório* e *transitório* (ou seja, as suas leis de movimento) para determinar a alternativa histórica diante da qual estava posta:

Duas tendências opostas crescem no seio do regime: desenvolvendo as forças produtivas – ao contrário do capitalismo estagnante – são criados os fundamentos econômicos do socialismo; e levando ao extremo, por complacência em relação aos dirigentes, as normas burguesas de repartição, prepara a restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de repartição não pode crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas socialistas terão de ser concedidas à propriedade social.¹

As chances da revolução antiburocrática, por sua vez, não repousavam em qualquer idealização das massas soviéticas, mas das próprias tensões decorrentes da instabilidade do domínio burocrático numa sociedade na qual o capital fora expropriado:

Na própria sociedade dita ‘sem classes’ existem, sem dúvida, os mesmos grupos que na burocracia, mas com uma expressão menos clara e em proporção inversa: as tendências capitalistas conscientes, próprias sobretudo da parte favorecida dos *kolkhozianos*, são a característica de uma ínfima minoria da população. Mas encontram uma larga base na tendência pequeno-burguesa à acumulação pessoal que nasce da miséria geral e que a burocracia encoraja conscientemente. Coroando este sistema de antagonismos correntes, que destroem cada vez mais o seu equilíbrio social, procura manter-se, por métodos de terror, uma oligarquia termidoriana que, agora, se reduz sobretudo à camarilha bonapartista de Stalin.

A formulação mais sintética da sua teoria encontra-se no documento que, em 1938, Trotsky redigiu como programa para a IV Internacional:

A União Soviética saiu da Revolução de Outubro como um Estado Operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária do desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. O aparelho do Estado Operário sofreu, entretanto, uma degenerescência completa, transformando-se de instrumento da classe operária em instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia. A burocratização de um Estado Operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada, todo poderosa, são a refutação mais convincente – e não somente teórica, mas prática – da teoria do socialismo em um só país.

A análise de Trotsky foi das mais controvertidas e, aparentemente, das mais difíceis de serem compreendidas (e assimiladas, no caso dos seus próprios partidários). A caracterização da URSS como Estado Operário degenerado (ou contra-revolucionário) era con-

traditória, exatamente por embutir a própria contradição da realidade, expressão, por sua vez, da particular refração da dialética da luta de classes mundial: um Estado em cuja base econômica se encontravam as conquistas históricas da revolução proletária de outubro de 1917 (nacionalização da indústria e do solo, monopólio do comércio exterior, planejamento econômico centralizado), mas politicamente dirigido por uma burocracia, órgão por sua vez, da burguesia mundial no interior do Estado Operário. A perspectiva traçada por Trotsky levou plenamente em consideração a contradição apontada: “O prognóstico político tem um caráter de alternativa: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial nos Estados Operários, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo, ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo”. Trotsky se ateu à sua caracterização ao longo dos diversos ziguezagues da burocracia, inclusive aqueles “de esquerda”, que levaram muitos contemporâneos seus ou historiadores posteriores (como Isaac Deutscher) a falarem num “segundo Outubro” ou numa “virada à esquerda” (quando Stalin atacou a direita do PCUS). Trotsky (diferentemente de vários aliados seus, como Rakovsky), nunca se iludiu a respeito:

Os últimos processos foram um golpe para a esquerda. Também isto é verdadeiro em relação à repressão contra os chefes da oposição de direita, pois, do ponto de vista dos interesses e tendências da burocracia, o grupo de direita do velho partido bolchevique representava um perigo de esquerda. O fato de a camarilha bonapartista, que teme também os seus aliados de direita, ficar constrangida a recorrer, para assegurar o seu domínio, ao extermínio quase geral da velha geração de bolcheviques, é a prova indiscutível da vitalidade das tradições revolucionárias nas massas e do seu descontentamento crescente.

Para Trotsky, a burocracia nunca foi produto de maquinações fora da história, mas do processo concreto da revolução proletária em determinadas condições históricas. Sua conclusão central a respeito da burocratização foi a seguinte:

Um Estado saído da revolução operária existe pela primeira vez na história. As etapas que deve percorrer não estão escritas em qualquer lado. Os teóricos e os construtores da URSS esperavam, é verdade, que o sistema sutil e claro dos soviets permitisse ao Estado se transformar pacificamente, dissolver-se e desaparecer, à medida em que a sociedade realizasse a sua evolução econômica e cultural. A realidade mostrou-se mais complexa do que a teoria. O proletariado de um país atrasado teve de fazer a primeira revolução socialista. Este privilégio histórico terá de ser pago com uma segunda revolução, esta contra o absolutismo burocrático.²

Toda a teoria política atual, na verdade, é tributária das análises de Trotsky sobre o stalinismo. Segundo Irving Howe,

[...] iniciada em 1923 e mantida até o fim da vida de Trotsky, em 1940, essa crítica englobou todas as áreas da vida social: dos sangrentos horrores da coletivização obri-

gatória stalinista à corrupção bizantina do “culto da personalidade”, das sacrossantas medidas envolvendo assuntos tais como o aborto às atitudes brutais em relação à vida cultural, do chauvinismo grã-russo à esquiva indulgência para com o anti-semitismo. Haverá outro exemplo na história de uma mente poderosa ter-se voltado com tal persistência e paixão à denúncia dos falsos reclamos de um regime que ainda comandava a lealdade de milhões de pessoas em todo o mundo? É certo que Trotsky cometeu erros durante esse longo e heróico combate, mas foi nos fundamentos desses erros pioneiros que as análises posteriores se basearam. Embora os estudiosos contemporâneos do totalitarismo possam divergir de Trotsky em pontos essenciais, quase todos eles lhe são largamente devedores.³

Até hoje, a coerência e a abrangência da análise trotskista sobre a URSS surpreendem: isto se deve ao fato de ela ter sido não uma construção intelectual de um observador, mas a expressão *teórica* de uma luta *política* levada adiante por Trotsky sempre num quadro organizado, ou seja, como projeção de uma luta *social* (de *classe*). Isso permitiu a Trotsky antecipar *politicamente* os problemas que depois desenvolveria *teoricamente*:

A linha expressa por Trotsky em 1923-1924 já trazia à luz os problemas de fundo que ele abordou posteriormente, depois de sua completa derrota política no interior do grupo dirigente soviético, de seu afastamento do poder e do exílio: a burocratização do partido e do Estado, bem como o nexos entre os desenvolvimentos internos da URSS já estava então dominado pela idéia de que a consolidação do isolamento da URSS terminaria por levar o sistema político para uma crescente degenerescência.⁴

Esse esquema teórico aparece muito claramente formulado em 1928, quando ele afirmou que a raiz da derrota da oposição diante de Stalin devia ser buscada no “aumento da pressão econômica e política exercida pelos ambientes burocráticos e pequeno-burgueses no interior do país, contra o pano de fundo das derrotas da revolução proletária na Europa e na Ásia”.⁵

A relação *prática* de Trotsky com a *teoria*, chave para se entender “o marxismo de Trotsky”, informa a vigência das suas análises sobre o stalinismo (o fenômeno da burocratização dos Estados operários), por muitos consideradas como sua principal contribuição ao marxismo. Foram as próprias condições em que se desenvolveu a revolução soviética que obrigaram a superar a primeira formulação de Lênin, logo depois da tomada do poder:

A luta contra a deformação burocrática da organização soviética fica garantida pela solidez dos vínculos existentes entre os soviets e o povo, pela flexibilidade e pela elasticidade desses vínculos. Os pobres nunca consideram os parlamentos burgueses como instituições suas, inclusive na república capitalista mais democrática do mundo. Os soviets, pelo contrário, são instituições deles, não alheias às massas de operários e camponeses.⁶

Já em 1921, no decorrer da polêmica sobre os sindicatos, Lênin referia-se ao Estado soviético como “um Estado operário com a particularidade de que no país não predomina a população operária, mas a camponesa e, em segundo lugar, um Estado operário com uma deformação burocrática”.⁷ A passagem da *deformação* para a *degeneração* burocrática foi um processo *político* (stalinismo) e *social* (burocratização), cuja expressão mais geral foi formulada pelo dirigente soviético Christian Rakovsky, já no exílio siberiano: “A situação de uma classe que luta pelo poder e a de uma classe que detém o poder é diferente (...) quando uma classe toma o poder, uma parte dela transforma-se em agente desse poder. Num Estado socialista, onde a acumulação capitalista está proibida, esta diferença começa sendo *funcional*, e depois se transforma em *social*”.⁸

Trotsky corrigiu, precisou e aprofundou essa premissa, situando-a nas condições históricas e políticas que presidiram o nascimento do stalinismo. Ao elaborar a especificidade do stalinismo (como fenômeno da revolução *rusa*) tirou-lhe todo caráter universal, e determinou as condições *objetivas* da sua superação: nessa metodologia fundou-se a continuidade da análise (e do movimento) trotskista. Na sua análise da historicidade do stalinismo, Rakovsky não ultrapassou a analogia histórica com a revolução francesa (o stalinismo seria o “Termidor” soviético): essa insuficiência teórica está na base da capitulação posterior do grande revolucionário romeno perante Stalin, inexplicável (assim como a de outros revolucionários) em termos de covardia física ou política (toda a sua vida provava o contrário)? Existem, como veremos a seguir, respostas afirmativas a essa questão. O recurso continuado à Revolução Francesa mostrou-se uma barreira à compreensão política: levava a obscurecer o caráter único da experiência revolucionária russa, tendia a subestimar as diferenças fundamentais entre 1917 e 1789. Deixava de lado que uma revolução burguesa pode prosseguir, durante certo tempo, mesmo sem o comando político direto da burguesia, enquanto que uma revolução proletária, empreendida por uma classe sempre despossuída, somente pode atingir seus objetivos se esta classe mantiver o controle do Estado:

O Termidor cortou as asas da ala radical da burguesia francesa mas não ameaçou a propriedade burguesa; o stalinismo eliminou a ala radical do proletariado russo (segundo Trotsky) e o deixou indefeso ante os assaltos do Estado. Ou, em linguagem ‘comum’: a economia burguesa pode sobreviver sob uma democracia, um ditador à moda antiga, um regime fascista, mas o socialismo somente pode ser construído, se tal é possível, como um processo livre e humano, como o desenvolvimento popular da democracia. Este ponto era obscurecido pela analogia ‘termidoriana’ e, na verdade, a incapacidade de apreendê-lo foi responsável pela capitulação de muitos trotskistas, a partir do momento em que Stalin empreendeu a sua industrialização e forçou a coletivização no final da década de 1920.⁹

Trotsky não rejeitou a analogia com o Termidor, conquanto se precisasse a natureza específica daquele no quadro da Rússia soviética:¹⁰

O significado social do Termidor soviético começa agora a se formar diante de nós. A pobreza e o atraso cultural das massas encarnou-se novamente na figura maligna do governador que possui um grande cacete em suas mãos. A rejeitada e difamada burocracia, no início serva da sociedade, tornou-se seu senhor. Neste caminho, ela corrompeu-se de tal forma e em tal nível de alienação moral diante das massas populares, que não pode permitir agora qualquer controle nem sobre suas atividades, nem sobre seus rendimentos.

Da mesma maneira, os métodos políticos do stalinismo podiam ser objeto de analogia com o bonapartismo que consagrava o declínio da Revolução Francesa:

A divinização cada vez mais desavergonhada de Stalin é necessária ao regime. A burocracia precisa de um árbitro supremo inviolável, primeiro-cônsul, na falta do imperador. Stalin personifica a burocracia e é isso que forma a sua personalidade política. O bonapartismo foi um dos instrumentos do regime capitalista em seus períodos críticos. O stalinismo é uma de suas variantes, mas com base no Estado operário dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas trabalhadoras desarmadas.

Depois da formação da Oposição de Esquerda (1923), Trotsky combate a política stalinista, tanto no plano nacional como no internacional:

Defendi a democracia dos soviets contra o absolutismo burocrático, a elevação do nível de vida das massas contra os privilégios excessivos da cúpula, a industrialização e a coletivização sistemáticas em benefício dos trabalhadores, e, finalmente, uma política internacional no espírito do internacionalismo revolucionário contra o conservadorismo nacionalista.¹¹

Trotsky não se iludiu com nenhuma vitória contra a burocracia por outros meios que não os da luta das massas, nem sequer quando reuniu na oposição anti-stalinista dez dos dezoito membros do Comitê Central do partido bolchevique eleito em 1919. Uma questão de princípios lhe impedia usar contra os representantes burocráticos métodos semelhantes aos deles, no que Nicolás Krassó veria uma “incompreensão da autonomia das instituições políticas”,¹² ignorando que Trotsky já havia respondido a essa argumentação: “Sem dúvida teria sido possível fazer um golpe de estado militar contra a fração Zinoviev-Kamenev-Stalin [Trotsky era o chefe histórico e fundador do Exército Vermelho], sem dificuldades e sem derramar uma gota de sangue, mas o seu resultado teria acelerado o ritmo da burocratização e do bonapartismo contra os quais a Oposição de Esquerda deflagrara a sua luta”.¹³ Trotsky estava consciente da “autonomia das instituições” a ponto de saber que elas podiam se voltar contra ele... Não só o desalento e a fadiga das massas soviéticas conspiraram contra a Oposição e favoreceram a burocracia, mas também os

recuos da revolução internacional (a derrota alemã em 1923 e a chinesa em 1927 foram pontos marcantes), processos dos quais só Trotsky, dentre os dirigentes bolcheviques, pôde compreender a interpenetração dialética. Se, por um lado, a máquina burocrática deveu o próprio triunfo à desmobilização das massas, por outro, ela mesma foi fator de desmobilização, encontrando aí a sua justificativa.

Trotsky percebeu o “novo” que a nova situação interna e internacional criava: a degeneração do Estado surgido de Outubro de 1917, a quebra do partido bolchevique e a da Internacional Comunista – sem vacilar em expô-lo polemicamente:

O stalinismo não é uma ditadura abstrata, mas uma grandiosa reação burocrática contra a ditadura proletária num país atrasado e isolado. A Revolução de Outubro anulou os privilégios, declarou guerra às discriminações sociais, substituiu a burocracia pelo autogoverno dos trabalhadores, aboliu a diplomacia secreta; esforçou-se para dar a mais completa transparência a todas as relações sociais. O stalinismo restaurou as formas mais ofensivas de privilégio, conferiu à desigualdade um caráter provocativo, sufocou com absolutismo policial a atividade espontânea das massas, fez da administração um monopólio da oligarquia do Kremlin, ressuscitou o fetichismo do poder sob as formas que a própria monarquia absoluta não tivera sequer coragem de sonhar. O partido de Lênin deixou de existir desde longa data; as dificuldades internas e o imperialismo mundial o quebraram. A burocracia stalinista, que o sucedeu, representa um aparelho de transmissão do imperialismo. Na política mundial, a burocracia substituiu a luta de classe pela colaboração de classe, o internacionalismo pelo social-patriotismo. Para adaptar o partido dirigente às necessidades da reação, a burocracia ‘renovou’ a composição do PC soviético com o extermínio dos revolucionários e o recrutamento de arrivistas.¹⁴

Que semelhante caracterização não tenha impedido Trotsky de assumir a “defesa incondicional da URSS” contra qualquer ataque imperialista o demonstra que a sua caracterização não estava presa a nenhum elemento considerado isoladamente.

Para Trotsky:

A União Soviética é uma sociedade contraditória a meio caminho entre capitalismo e socialismo, na qual: a) as forças produtivas estão ainda longe de dar um caráter socialista à propriedade de Estado; b) a tendência à acumulação primitiva criada pela carência manifesta-se em inumeráveis poros da economia planificada; c) normas de repartição que preservam o caráter burguês estabelecem as bases da nova diferenciação da sociedade; d) o crescimento econômico, enquanto melhora vagarosamente a situação dos trabalhadores, promove uma formação rápida dos estratos privilegiados; e) explorando os antagonismos sociais, a burocracia converteu-se numa casta incontável alheia ao socialismo; f) traída pelo partido dominante, a revolução social ainda existe nas relações de propriedade e na consciência das massas trabalhadoras; g) um desenvolvimento das contradições acumuladas pode tanto levar ao socialismo quanto voltar ao capitalismo; h) no caminho do capitalismo, a contra-revolução teria que quebrar a resistência dos trabalhadores; i) no caminho do socialismo, os trabalhadores teriam que derrotar a bu-

rocracia. Em última análise, a questão será decidida pelo confronto das forças sociais, nas duas arenas, a nacional e a mundial.¹⁵

Se descontarmos os caluniadores stalinistas profissionais, a maioria dos críticos de Trotsky veio do próprio movimento trotskista, reprovando-o por não ter sido suficientemente hábil para conservar o poder na URSS, ou seja, por não ter sabido vencer a burocracia no próprio terreno desta. Como chegou a perder o poder?:

Por trás desta pergunta, há geralmente a idéia ingênua de alguma coisa que escapa entre os dedos, como se perder o poder fosse o mesmo que perder um relógio ou uma caderneta. Quando os revolucionários que lideraram a conquista do poder começam a perdê-lo (seja por via pacífica ou catastrófica), isso significa que determinadas idéias estão perdendo a sua influência, nos círculos dirigentes da revolução, ou a tensão revolucionária das massas está enfraquecendo ou até mesmo ambas as coisas.¹⁶

A partir dessa crítica, questionou-se toda a análise de Trotsky sobre a URSS como “Estado operário burocratizado”, opondo-lhe as categorias de “capitalismo” ou “coletivismo” burocráticos. Foi o que fizeram os ex-trotskistas James Burnham, Max Schachtman e Bruno Rizzi nos anos 30 e 40, cujas conclusões principais foram repetidas, com mais sofisticação, por Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e outros. Segundo este último:

O capitalismo burocrático não respeita apenas os países nos quais o partido stalinista domina. Longe de ser um fenômeno exclusivamente político, o papel preponderante da burocracia é igualmente um fenômeno econômico. Ele exprime as tendências mais profundas da produção capitalista moderna: concentração das forças produtivas e desaparecimento ou limitação consecutiva da propriedade privada com fundamento do poder da classe dominante; aparição no seio das grandes empresas, de enormes aparelhos burocráticos de direção: fusão dos monopólios de Estado; regulamentação estatal da economia. Quanto ao essencial, a divisão das sociedades contemporâneas – ocidentais ou orientais – em classes, já não corresponde à divisão entre proprietários e não proprietários, mas a outra muito mais profunda e difícil de eliminar – entre dirigentes e executantes no processo de produção.¹⁷

Em nome de uma tendência histórica geral, a afirmação de Castoriadis faz *tabula rasa* do processo histórico concreto e, sobretudo, da sua *contraditoriedade*: a natureza do direito de propriedade (que é a expressão concentrada das relações de produção imperantes) é inclusive relegada a um segundo plano, como um detalhe sem maior importância. Esse procedimento teórico significava (e significou, em todos os casos mencionados) a ruptura com o marxismo, cuja formulação mais genérica se sintetiza em que a base do desenvolvimento contraditório do processo histórico reside na correspondência/conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e as relações de produção (ou de *propriedade*) existentes: a divisão do trabalho é um fator subordinado. *A luta de classes* é a expressão social dessa conflitividade histórica: a burocratização das corporações capita-

listas, dos Estados e dos sindicatos, operam nesse quadro histórico, sem sobredeterminá-lo. Supor o contrário implica emancipar o processo histórico dos conflitos de classe e até da vontade humana consciente. Isaac Deutscher deixou-se seduzir por essa equiparação, ao afirmar a existência “de uma clara tendência à burocratização das sociedades contemporâneas, independentemente de suas estruturas sociais e políticas”,¹⁸ concluindo então na impossibilidade de se sustentar o “postulado” marxista do “Estado-Comuna”. Nos casos acima mencionados, a impossibilidade de uma “neutralidade teórica” entre Estados capitalistas e Estados operários (já apontada por Trotsky no livro *Em defesa do marxismo*, de 1940) provou-se politicamente: Schachtman acabou como defensor do Estado capitalista e da guerra dos EUA contra o Vietnã, Burnham como ideólogo do Departamento de Estado e da “guerra fria” (autor da teoria do *containment*). A proclamação da “autonomia das instituições (políticas ou de outro tipo)”, feita de modo unilateral e absoluto, concluiu na emancipação total da política dos conflitos de classe.

Outra linha de questionamento situa no próprio bolchevismo a origem do fenômeno burocrático, como um traço específico e singular do marxismo russo, na sua variante bolchevique: a tomada do poder teria sido um equívoco histórico (posição defendida por Fernando Claudín em *A Crise do Movimento Comunista Internacional*), pois não levou em conta que, na Rússia czarista, as forças produtivas capitalistas não tinham se desenvolvido ao máximo, no quadro da velha sociedade (o proletariado só poderia tomar o poder nos países capitalistas desenvolvidos). Bem antes de Claudín, Karl Korsch explicitou esse ponto de vista em todas as suas conseqüências:

O marxismo russo, em todas as suas fases de desenvolvimento e em todas as suas correntes, desde o início e subseqüentemente, não foi nada mais do que a forma ideológica para a luta material em favor do êxito do desenvolvimento capitalista na Rússia czarista feudal. A sociedade burguesa, já plenamente desenvolvida no Ocidente, necessitava – para sua afirmação histórica no Leste – de uma nova veste ideológica.¹⁹

Seria muito difícil discernir qualquer realidade se a história pudesse admitir uma revolução capitalista feita contra a burguesia, e em nome do comunismo. O pressuposto de Korsch implicava a negação do próprio fundamento de marxismo: o caráter mundial das forças produtivas capitalistas e o caráter *objetivamente* internacional da luta proletária contra a burguesia capitalista, com independência do grau de desenvolvimento capitalista de cada país. Afirmar que a especificidade do socialismo russo era a de ser capitalista era negar esse fundamento (no final da vida, nas *Dez teses sobre o marxismo hoje*, Korsch abandonou explicitamente o marxismo) e forçar a história em função de uma conclusão pré-concebida: a burocratização do Estado revolucionário na Rússia estava inscrita na lógica da história. Todas essas colocações partem da constatação elementar de que, na

maioria dos países, as transformações necessárias para a maioria social correspondem mais aos objetivos da revolução democrática (reforma agrária, independência nacional, desenvolvimento econômico) do que aos da revolução socialista. Trotsky, ciente disso, não deixava de assinalar que, qualquer que fosse o grau desse atraso, esses países fazem parte da economia capitalista mundial, possuindo, portanto, os elementos para se integrem na luta socialista mundial:

Os países coloniais e semi-coloniais são, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem nas condições da dominação mundial do capitalismo. É por isso que o seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isso que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é constringido a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nesta luta, as reivindicações da democracia, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas distintas, mas procedem imediatamente umas das outras.

Para a maior parte da intelectualidade de esquerda do pós-guerra, a situação da maioria dos países atrasados tornava-os aptos apenas para um jacobinismo totalitário, do qual o stalinismo seria apenas uma variante bem-sucedida. Para Trotsky, o ponto de partida não era a análise de cada país separadamente, mas a economia (e a revolução) mundial, concebida como um processo histórico objetivo:

A economia mundial e, em particular, a economia européia estão perfeitamente maduras para esta revolução. A ditadura do proletariado na Rússia nos levará ou não ao socialismo? Em que ritmos e através de que fases? Tudo isso dependerá do futuro do capitalismo europeu e mundial [...]. Em certas circunstâncias, países atrasados poderão chegar à ditadura do proletariado mais rapidamente do que os países desenvolvidos, mas chegarão mais tarde ao socialismo [...]. Em um país no qual o proletariado chegue ao poder em seguida a uma revolução democrática, o destino futuro da ditadura e do socialismo dependerá menos – no fim das contas – das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.²⁰

Essa colocação central da *teoria da revolução permanente* não era especificamente “trotskista”: a Internacional Comunista, nos seus primeiros congressos, tinha esboçado a perspectiva de uma luta socialista em países onde a maioria da população se encontrava ainda sob o império de relações de produção pré-capitalistas:

Seria certamente um erro grosseiro querer aplicar imediatamente nos países orientais, na questão agrária, os princípios comunistas. Em seu primeiro estágio, a revolução nas colônias deve ter um programa de reformas pequeno-burguesas, tais como a divisão da terra. Mas isso não quer dizer necessariamente que a direção da revolução deve ser abandonada à democracia burguesa. O partido proletário deve, pelo contrário, desen-

volver uma propaganda pujante e sistemática em favor dos soviets e organizar soviets de camponeses e operários. Estes soviets deverão trabalhar em estreita colaboração com as repúblicas soviéticas e os partidos comunistas dos países capitalistas avançados, para alcançar a vitória final sobre o capitalismo no mundo inteiro. Assim, as massas dos países atrasados, conduzidas pelo proletariado consciente dos países capitalistas desenvolvidos, *chegarão ao comunismo sem passar pelos diferentes estágios do desenvolvimento capitalista.*²¹

Deve-se a Trotsky, no entanto, o mérito de ter procurado o fundamento dessa possibilidade nas leis do desenvolvimento capitalista, na sua dialética histórica, tirando a desigualdade do desenvolvimento e a combinação de etapas históricas do nível da constatação empírica, para incorporá-la à teoria marxista:

Seria certo dizer que toda a história da humanidade se desenvolve sob o signo do desenvolvimento desigual. O capitalismo já encontra os diversos setores da humanidade em graus diversos de evolução, cada um com suas próprias contradições internas profundas. A extrema variedade dos níveis atingidos e a desigualdade extraordinária do ritmo de desenvolvimento das diversas partes da humanidade, no curso das diferentes épocas, constituem o ponto de partida do capitalismo. É apenas gradualmente que este último consegue dominar a desigualdade que herdou, para rompê-la e modificá-la com seus métodos e com seus sistemas. Distinguindo-se aí dos sistemas econômicos precedentes, o capitalismo tem como característica a tendência à contínua expansão econômica, à penetração em regiões novas. Mas aproximando os vários países e equiparando os níveis de seu desenvolvimento, o capitalismo opera com seus métodos, isto é, com métodos anárquicos, que minam continuamente o seu próprio trabalho, opondo um país a outro e um setor da indústria a outro, favorecendo o desenvolvimento de certas partes da economia mundial, freando e fazendo regredir outros. Só a combinação destas duas tendências fundamentais, centrípeta e centrífuga, ambas conseqüências da própria natureza do capitalismo, explica a conexão viva do processo histórico. O imperialismo, graças à universalidade, à mobilidade e à difusão do capital financeiro, esta força motriz do imperialismo que penetra por todas as partes, acentua ulteriormente estas duas tendências. O imperialismo liga bem mais rapidamente e bem mais profundamente em um única entidade, todas as unidades nacionais e continentais particulares, cria entre essas a mais íntima e vital dependência, aproxima os seus métodos econômicos, as suas formas sociais e os níveis de sua evolução. Ao mesmo tempo, persegue este fim com métodos tão contraditórios, fazendo tais saltos à frente, abandonado-se a tais saques nos países e nas regiões atrasadas, que a unificação e o nivelamento da economia mundial que ele realiza são por sua própria obra desarranjados de maneira mais violenta e convulsa que em qualquer período precedente.²²

A partir das premissas já estabelecidas, Trotsky elaborou a lei histórica mais geral do desenvolvimento capitalista nos países atrasados, exposta no prefácio da *História da Revolução Russa* (1932):

A desigualdade de desenvolvimento, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade no destino dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a sua cultura em atraso é obrigada a avançar por saltos. Dessa lei universal da desigualdade deriva outra lei que, à falta de uma denominação mais adequada, pode ser definida como “lei do desenvolvimento combinado” e que pretende indicar a proximidade de diversas fases, a combinação de diversos estágios, a mistura de formas arcaicas com as formas mais modernas.

Quase todas as críticas a Trotsky basearam-se na generalização indevida de constatações empíricas: um historiador considerava a URSS “um Estado comunista nacional de partido único ou uma burocracia universal ideocrática”, cujo fundamento seria “a aliança existente entre Stalin e o povo, que o venera até hoje”.²³ Por impressionante que fosse o seu domínio, a burocracia stalinista carecia, para Trotsky, de perspectiva histórica própria, o seu prognóstico sobre a revolução russa situou-se no plano mais geral da teoria da história:

A perspectiva da revolução permanente pode ser assim resumida: a vitória completa da revolução democrática na Rússia somente pode ser concebida na forma de ditadura do proletariado, secundado este pelos camponeses. A ditadura do proletariado, que inevitavelmente poria sobre a mesa não só tarefas democráticas, mas também socialistas, daria ao mesmo tempo um vigoroso impulso à revolução socialista mundial. Somente a vitória do proletariado do Ocidente poderia proteger a Rússia da restauração burguesa, dando-lhe a segurança de completar a implantação do socialismo.²⁴

Perry Anderson situou corretamente as causas da superioridade teórica da análise trotskista da burocracia: “Na sua descrição da natureza da burocracia soviética, Trotsky procura sempre situá-la na lógica da sucessão dos modos de produção e das suas transições, com os correspondentes poderes de classe e regimes políticos, lógica que herdou de Marx, Engels e Lênin”. Para Anderson, Trotsky errou “em qualificar o papel exterior da burocracia soviética simplesmente como contra-revolucionário”, pois esse papel seria tão contraditório quanto o “interno”: a burocracia como defensora das conquistas sociais de Outubro em proveito próprio. Como provas da sua afirmação, Anderson apontou o papel da URSS na derrota do fascismo e no fim do colonialismo, assim como a sua ajuda nas vitórias das revoluções cubana e vietnamita. Segundo o marxista inglês, “o stalinismo provou ser não só um aparelho, mas também um *movimento*, capaz de manter o poder num ambiente atrasado, dominado pela escassez (a URSS) e de conquistar o poder em lugares ainda mais atrasados e empobrecidos (China e Vietnã)”, isto porque o stalinismo não seria só “uma degeneração de um Estado pré-existente de relativa pureza de classe; pode ser também uma geração espontânea produzida pelas forças de classe revolucionárias em sociedades muito atrasadas, sem tradição democrática, burguesa ou operária”, o que “não foi entrevistado por Trotsky”.²⁵

Anderson recaiu, portanto, na mesma conclusão dos “companheiros de viagem” do stalinismo, críticos de Trotsky, isso porque depois de saudar a natureza histórica (marxista) da análise deste, incorreu ele próprio no empirismo que criticara, confundindo dois níveis diferentes da análise de Trotsky: a natureza *social* da burocracia (contraditória, ou “dual”, pois simultaneamente apoiada no Estado operário e transmissora da pressão imperialista) e a sua natureza *política* (contra-revolucionária, tanto no exterior quanto no interior, pois anti-operária nos países em que dominava, e freio da revolução no mundo capitalista). É notável também que um historiador critique uma teoria por desenvolvimentos acontecidos depois da sua formulação, e inclusive depois da própria morte de seu autor. O caráter empírico da crítica de Anderson fica provado no fato de não propor uma teoria da burocracia diversa daquela de Trotsky, mas apenas algumas constatações que poriam em questão essa teoria, o que é diferente de desenvolver a teoria à luz dos novos acontecimentos históricos.

Anderson finalizou com uma constatação eclética – “ao apontar a maneira em que o stalinismo continuou atuando, é necessário apontar como também continuou agindo como fator reacionário internacional (...) sua negação absoluta de democracia proletária inibe a classe operária para um ataque contra o capitalismo dentro das estruturas da democracia burguesa, portanto fortalece decisivamente os bastiões do imperialismo no final do século XX” –, mas sem tirar disso nenhuma conclusão geral, justamente por carecer de uma teoria sobre a burocracia, que só pode ser abrangente, como a de Trotsky, se concebida como um aspecto da teoria da revolução mundial. O debate sobre a natureza da expansão stalinista na Europa oriental, no segundo pós-guerra, foi um ponto nodal das discussões e da crise da IV Internacional trotskista.

No final da sua vida, envolvido em polêmicas no interior da IV Internacional, Trotsky tentou afastar qualquer debate terminológico, mostrando o caráter *transitório* da sua definição, e mostrando como ela incluía os conteúdos que lhe reclamavam tanto os partidários da definição “totalitária” da URSS quanto os da definição “capitalista” (inclusive “fascista”):

O rumo dos acontecimentos demonstrou que o atraso da revolução socialista engendrou o indiscutível fenômeno da barbárie: desemprego crônico, pauperização da pequena burguesia, fascismo e finalmente guerras de extermínio que não abrem nenhum caminho novo. Que formas sociais e políticas poderia tomar a nova ‘barbárie’, se admitimos teoricamente que a humanidade não será capaz de se elevar ao socialismo? Temos a possibilidade de nos expressarmos mais concretamente que Marx sobre este tema. O fascismo por um lado, a degeneração do Estado soviético por outro, esboçam as formas sociais e políticas de uma neo-barbárie. Uma alternativa desta espécie – socialismo ou servidão totalitária – não tem somente um interesse puramente teórico, mas também uma enorme importância para a agitação, porque à sua luz aparece mais claramente a necessidade do socialismo.²⁶

E, indo mais longe:

No caso de que o proletariado dos países capitalistas avançados, assim que tenha conquistado o poder, resulte ser incapaz de mantê-lo e o ceda, como na URSS, a uma burocracia privilegiada, nos veríamos obrigados a reconhecer que a causa da reincidência burocrática radica não no atraso do país, nem no cerco capitalista, mas em uma incapacidade congênita do proletariado para transformar-se em classe dominante. Seria então necessário estabelecer retrospectivamente que, em seus traços fundamentais, a URSS atual era a precursora de um novo regime de exploração em escala internacional. Estamos aqui muitos distantes da controvérsia terminológica sobre o título que se deve dar ao Estado soviético. Que não protestem nossos críticos; somente tomando a necessária perspectiva histórica pode-se estabelecer um juízo correto sobre questões de tal magnitude como a substituição de um regime social por outro. A alternativa histórica, levada até o fim, é como segue: ou o regime de Stalin é uma detestável reincidência no processo de transformação da sociedade burguesa em uma sociedade socialista, ou o regime de Stalin é a primeira etapa de uma nova sociedade de exploração. Se o segundo prognóstico for correto, então, supõe-se que a burocracia se transformará em uma classe exploradora. Por mais dura que seja esta segunda perspectiva, se o proletariado mundial se mostrar incapaz de cumprir a missão que lhe colocam os acontecimentos, não teríamos mais que reconhecer que o programa socialista, baseado nas contradições internas da sociedade capitalista, era uma utopia. Seria preciso, naturalmente, um novo programa ‘mínimo’ – para defender os interesses dos novos escravos da sociedade burocrática totalitária.²⁷

Qualquer crítica à teoria trotskista da burocracia deveria levar em conta que Trotsky não vacilou em enfrentar todas as suas implicações, bem como deu resposta a todas as objeções que contra ela foram levantadas na sua época. Depois da derrota na URSS, os anos de 1929 até 1933 foram os da existência da Oposição de Esquerda internacional, o ato de nascimento do “trotskismo” em escala mundial. Gianfranco Pasquino compreendeu que o conjunto das contribuições de Trotsky, surgidas do debate político, constituíram um *corpus* teórico que justifica totalmente o termo “trotskismo” poder ser usado para além do conteúdo politicamente polêmico que ele adquiriu. Assim, deve-se a Trotsky, segundo Pasquino,

[...] a lei do desenvolvimento combinado e desigual, a crítica à degeneração do Estado soviético, e em particular à sua burocratização, a elaboração das características constitutivas da sociedade socialista e o internacionalismo. Sob muitos aspectos, cada uma dessas temáticas pode ser reduzida à teoria da revolução permanente, que dá o verdadeiro quadro interpretativo e global do pensamento de Trotsky, mas cada uma delas, por sua vez, foi desenvolvida posteriormente até alcançar um *status* autônomo de modelo explicativo (tenha-se particularmente em vista a crítica da burocratização).²⁸

Trotsky esforçou-se em reagrupar o mais amplo arco de militantes e organizações comunistas opostas ao curso stalinista, como o fez com o *Leninbund* dos “esquerdistas”

alemães Ruth Fischer, Hugo Urbahns, Arkadi Maslow e Werner Scholem, constituído em abril de 1928, “verdadeiro filho da Liga Spartakus, do Partido Social-Democrata Independente e do Partido Comunista Operário (da Alemanha)”, de acordo com Pierre Broué. Trotsky esforçou-se em garantir a publicação de uma revista internacional, *Opposition*, com o *Leninbund*, enquanto seu filho Leon Sedov tornou-se responsável pelas ligações (clandestinas) com os opositoristas da URSS e, deslocado da Turquia para a Alemanha, garantiu a publicação (em russo) do *Biulleten Opositsii*, distribuído clandestinamente na URSS.

A luta da Oposição de Esquerda contra a burocratização do partido e do Estado na URSS, e a luta internacional de Trotsky por um novo reagrupamento mundial do proletariado, não foram duas “fases” diferentes da sua biografia, mas dois aspectos inseparáveis de um único combate. Para Trotsky, um novo surto revolucionário do movimento operário, no Oriente ou no Ocidente, poderia devolver aos trabalhadores soviéticos a vitalidade necessária para se oporem à burocracia stalinista. A trajetória de Trotsky, depois de expulso da URSS (1929), cheia de dificuldades, esteve longe de ser uma pregação no deserto, pois, se assim fosse, não se poderia entender a razão do empenho de Stalin em suprimi-lo fisicamente (na polícia política da URSS, a GPU, foi constituída uma “Seção Trotsky”). Segundo um conhecido jornalista da época:

Pode acontecer que os comunistas que vivem na Rússia estejam satisfeitos com o programa de Stalin, mas os camaradas que estão fora dela sentem-se prensados contra a parede. e aqui se encontra o alicerce da influência de Trotsky na Europa, e a causa do medo que Stalin sente dele. Stalin não oferece nada ao comunismo mundial; Trotsky sim. Trotsky tem uma personalidade extremamente magnética. Se vivesse na Alemanha, poderia em poucos anos reunir em torno de si os cinco milhões de comunistas alemães: eis porque está exilado em Prinkipo. O movimento trotskista tem uma organização bem definida, embora embrionária, mas suas publicações ainda são muito fracas. Em muitas nações existe um núcleo de agitadores trotskistas que recebem ordens diretamente de Prinkipo. São pobres, e Trotsky, enquanto possível, financia pessoalmente o movimento. Em nenhum país os trotskistas se acham suficientemente fortes para desafiar abertamente a organização stalinista, mas na Grécia, Tchecoslováquia, Alemanha, e sobretudo na Espanha, a sua força está aumentando.²⁹

Além disso, Trotsky foi o primeiro líder político mundial (de qualquer ideologia) a alertar o mundo dos dois perigos representados pela ascensão do nazismo na Alemanha: uma nova guerra mundial e o extermínio físico dos judeus. Em junho de 1933, Trotsky escrevia que “O prazo que nos separa de uma nova catástrofe européia está determinado pelo tempo necessário para o rearmamento alemão. Não se trata de meses mas tampouco de anos. Se Hitler não for detido a tempo pelas forças internas da Alemanha, alguns anos bastarão para que a Europa se encontre novamente lançada a uma guerra”.³⁰ A mudança

de atitude dos chefes nazistas, que nesse momento faziam declarações pacifistas, só podia “assombrar os mais bobos”, diz Trotsky. Os nazistas recorreriam à guerra como única forma de responsabilizar os inimigos externos pelos desastres internos. Nas palavras de Volkogonov, “Trotsky previu a II Guerra Mundial logo no início da década de 1930”.³¹ Na análise de Trotsky, Hitler, em toda sua mediocridade, não criou política ou teoria próprias. A sua metodologia política foi emprestada de Mussolini, que conhecia a teoria da luta de classes de Marx suficientemente bem para utilizá-la contra a classe trabalhadora. A sua teoria de raça devia muito às idéias de racismo do diplomata e escritor francês, conde de Gobineau. A habilidade política de Hitler consistiu em traduzir a “ideologia do fascismo ao idioma do misticismo alemão” e assim mobilizar, como fez Mussolini na Itália, as classes intermediárias contra o proletariado (a única classe que poderia ter barrado o avanço nazista).

Antes de tornar poder de Estado, diz Trotsky, o nacional-socialismo praticamente não tinha acesso à classe operária. Também a grande burguesia, mesmo aquela que apoiava o nacional-socialismo com o seu dinheiro, não via aquele partido como o seu. A base social sobre a qual o nazismo se apoiou para a sua ascensão foi a pequena-burguesia, arrasada e pauperizada pela crise na Alemanha. Foi também nesse meio que os mitos anti-semitas encontraram o seu campo mais fértil de propagação:

O pequeno-burguês necessita uma instância superior, além da natureza e da história, protegida contra a competição, a inflação, a crise e a venda em remate público. À evolução, à concepção materialista, ao nacionalismo – aos séculos XX, XIX e XVIII – opõe-se o idealismo nacional como fonte de inspiração heróica. A nação de Hitler é a sombra mitológica da própria pequena-burguesia, delírio patético que lhe mostra o seu reinado milenar sobre a terra. Para elevar a nação por cima da história, se lhe dá o apoio da raça. A história é considerada como a emanção da raça. As qualidades da raça são construídas independentemente das diversas condições sociais. Ao rejeitar a concepção econômica como inferior, o nacional-socialismo descende a uma etapa mais baixa: do materialismo econômico recorre ao materialismo zoológico [...] Do sistema econômico contemporâneo, os nazistas excluem o capital usurário e bancário como se fosse o demônio. Agora bem, é precisamente nessa esfera onde a burguesia judia ocupa um lugar importante. *Os pequeno-burgueses se inclinam diante do capital em seu conjunto, mas declaram a guerra ao maléfico espírito de acumulação sob a forma de um judeu polonês com uma longa capa, mas que, muito freqüentemente, não tem um centavo em seus bolsos. O pogrom se converte na prova mais elevada da superioridade da raça.*³²

A verdadeira causa do sucesso de Hitler, segundo Trotsky, não foi a força de sua ideologia, mas a falta de uma alternativa:

Não há nenhuma razão para ver a causa desses fracassos [das Internacionais socialista e comunista] na potência da ideologia fascista. Mussolini jamais teve ideologia alguma e a ideologia de Hitler nunca foi tomada a sério pelos operários. As camadas da popula-

ção que em um dado momento foram seduzidas pelo fascismo, isto é, principalmente as classes médias, já tiveram tempo de se desiludir. O fato de a pequena oposição existente se limitar aos meios clericais protestantes e católicos não se explica pela potência das teorias semi-delirantes, semi-charlatanescas da “raça” e do “sangue”, mas pela quebra estrepitosa das ideologias da democracia, da social-democracia e do *Komintern*”.³³

O segundo prognóstico de Trotsky – o extermínio dos judeus – estava relacionado ao seu prognóstico da irrupção de uma nova guerra mundial, mas não dependia desta. Em 1938, Trotsky afirmava que “o número de países que expulsa os judeus cresce sem parar. O número de países que podem aceitá-los decresce... Podemos, sem dificuldade, imaginar o que espera os judeus com o mero início da próxima guerra mundial. Mas mesmo sem guerra, o próximo desenvolvimento da reação mundial significa com certeza o *extermínio físico dos judeus*”.³⁴ Essas linhas foram escritas “bem antes que os fornos de Hitler começassem a sua tarefa, quando o mundo inteiro era indiferente em relação ao problema dos judeus”.³⁵

No mesmo artigo, de dezembro de 1938, Trotsky não apenas alertou contra o perigo de extermínio dos judeus, mas contra a proximidade dessa catástrofe, e lançou um apelo para que todos os elementos progressistas viessem ao auxílio da revolução mundial. Para os judeus, incluindo a sua burguesia, esta era praticamente uma obrigação, já que, num momento em que a Palestina aparecia como uma “trágica miragem”, o Birobidjã (a “república judia” criada pelo stalinismo dentro da URSS) como uma “farsa burocrática”, e os países da Europa e do mundo novo fechavam as suas fronteiras para a imigração judaica, apenas a revolução podia salvá-los do massacre:

A IV Internacional foi a primeira a proclamar o perigo do fascismo e indicar o caminho para a salvação. A IV Internacional chama as massas populares a não se deixarem enganar e a encarar abertamente a realidade ameaçadora. A salvação reside apenas na luta revolucionária... Os elementos progressivos e perspicazes do povo judeu têm a obrigação de vir ao auxílio da vanguarda revolucionária. O tempo preme. Um dia agora equivale a um mês ou até um ano. O que fizerem, façam rápido!³⁶

Ao contrário dos autores que afirmam que o prognóstico de Trotsky não tinha implicações práticas, ou que Trotsky não criou soluções à altura de suas previsões,³⁷ Peter Buch escreveu que

[...] para Trotsky não era questão de “esperar” pelo socialismo. Medidas práticas imediatas eram necessárias para salvar os judeus dos açogueiros nazistas. Com a derrota da revolução socialista na Europa, nada poderia ter ajudado senão uma campanha internacional poderosa para revelar os verdadeiros planos de Hitler e forçar os países do Ocidente a abrirem as suas portas e oferecer asilo aos judeus, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra. Trotsky chamou por uma ação massiva em torno da demanda de asilo *já* para os judeus ameaçados. Tal demanda era capaz de unir todos os verdadeiros

opponentes do fascismo, socialistas ou não, em um movimento de massas que poderia ter salvado milhões das câmaras de gás.³⁸

Trotsky não via a ameaça de extermínio dos judeus como um produto das características intrínsecas e seculares do povo alemão (como afirma uma corrente da historiografia do nazismo e, mais recentemente, Daniel Goldhagen),³⁹ mas como um problema criado pelo capitalismo, sendo que a “questão judaica é mais crítica no país capitalista mais avançado da Europa, a Alemanha”.⁴⁰ Isaac Deutscher lembrou que

[...] em uma frase memorável, animada pela premonição das câmaras de gás, Trotsky resumiu assim a essência do nazismo: tudo o que a sociedade, se tivesse se desenvolvido normalmente [por exemplo em direção ao socialismo] deveria ter expulsado, como excremento da cultura, está agora brotando pela sua garganta: a civilização capitalista está vomitando a barbárie não digerida.⁴¹

Trotsky escreveu sobre o perigo do anti-semitismo nos Estados Unidos chegar a se tornar tão crítico ou pior do que na Alemanha: “A vitória do fascismo nesse país [a França] significaria o fortalecimento da reação, e o crescimento monstruoso do anti-semitismo violento em todo o mundo, sobretudo nos Estados Unidos”.⁴²

Em um documento de maio de 1940 (*A Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial*) Trotsky fez um de seus últimos comentários sobre o “problema judeu” e a sua inserção no problema mais geral do destino da humanidade como um todo:

O mundo do capitalismo em decomposição está superlotado. A questão de se admitir cem refugiados a mais se torna um grande problema para uma potência mundial como os Estados Unidos. Na era da aviação, telégrafo, telefone, rádio e televisão, viagens de país a país estão paralisadas por passaportes e visas. O período do desgaste do comércio exterior e declínio do comércio interno é, ao mesmo tempo, o período da intensificação monstruosa do chauvinismo e especialmente do anti-semitismo. No período de sua ascensão, o capitalismo tirou o povo judeu do *ghetto* e o utilizou como instrumento de sua expansão comercial. Hoje a sociedade capitalista decadente está tentando espremer o povo judeu por todos os seus poros; dezessete milhões de indivíduos de dois bilhões que habitam o globo, isto é, menos de 1%, não encontram mais um lugar sobre o nosso planeta! Em meio à vastidão das terras e maravilhas da tecnologia, que conquistou os céus para o homem assim como a terra, a burguesia conseguiu converter o nosso planeta em uma prisão atroz...⁴³

A decisão de conclamar a construção da IV Internacional não foi fácil. Em março de 1933, Trotsky escreveu ao Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda, ressaltando a necessidade de um novo Partido Comunista na Alemanha. “O stalinismo alemão”, dizia ele, “está entrando em colapso, menos em razão das investidas dos fascistas do que devido à sua degeneração interna. Da mesma forma que um médico não abandona um paciente que ainda tem algum sopro de vida, nós não nos colocaríamos a tarefa de refor-

mar o partido desde que houvesse a menor esperança. Mas seria criminoso atar-se a um cadáver”. Para Trotsky, a deplorável rendição do poderoso Partido Comunista Alemão só poderia ser comparada à traição dos social-democratas alemães em agosto de 1914, que anunciou o colapso da II Internacional. Mas embora Trotsky defendesse a criação de um novo Partido Comunista na Alemanha em março de 1933, ele não pretendia estender esse diagnóstico para a Internacional Comunista como um todo. Em resposta à retórica pergunta: “Nós rompemos imediatamente com a Internacional Comunista como um todo? Rompemos com ela imediatamente?”, ele respondia que seria incorreto dar uma resposta rígida:

O colapso do KPD diminui as chances de regeneração do *Komintern*. Mas por outro lado, a própria catástrofe poderia provocar uma reação saudável em algumas seções. Precisamos estar prontos para colaborar nesse processo... Defendemos hoje a criação de um novo partido na Alemanha, para livrar o *Komintern* das mãos da burocracia stalinista. Não se trata de criar a IV Internacional, mas de salvar a III.

Por volta de julho de 1933, a situação havia mudado. A 13ª Plenária do Comitê Executivo da Internacional Comunista (ECCI) havia se reunido em Moscou e avaliado os resultados dos acontecimentos alemães. A conclusão foi, segundo Piatnitsky, então secretário do *Komintern*, que a política do Partido Alemão havia sido “correta antes, durante e depois da vitória de Hitler”. E concluía também que “a social-democracia continuava sendo o principal esteio da burguesia”. Tornava-se evidente, para Trotsky e para a Oposição de Esquerda, que, como uma organização internacional revolucionária, o *Komintern* stalinista estava morto. Não servia mais como o quartel general da revolução mundial, o que fora o propósito de sua criação por Lênin e Trotsky depois da Revolução de Outubro. A falência da Internacional Comunista dirigida por Stalin já era prevista pela Oposição de Esquerda, a menos que a Oposição fosse bem-sucedida em desviar o *Komintern* do seu curso desastroso. A crítica da Oposição de Esquerda foi construtiva em sua quase totalidade. Contra a política do stalinismo, apresentava alternativas concretas que foram resumidas no *Programa de II Pontos* adotado pela pré-conferência da Oposição de Esquerda realizada em Paris em fevereiro de 1933. A introdução enfatizava que “a Oposição de Esquerda Internacional se baseia nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista”.⁴⁴

A cegueira dos PCs diante do desastre alemão era completa. Na França, o jornal *L'Humanité*, do PC francês, de 31 de janeiro de 1933 (um dia depois da ascensão de Hitler), incluía a notícia nas páginas internas, sob o título: “Resultados da política do mal menor: Hitler chanceler”. Nos dias posteriores, Gabriel Péri e Palmiro Togliatti, dirigentes comunistas, afirmavam que o acontecimento não era comparável à “Marcha

sobre Roma” de Benito Mussolini, e prognosticavam “uma nova ascensão das massas”. Nos *Cahiers du Communisme* insistia-se em que “o movimento hitleriano é portador de contradições sociais insuperáveis”, e em que o proletariado alemão não estava ainda derrotado. A própria *Révolution Prolétarienne*, sindicalista revolucionária (ou “anarco-sindicalista”), demorou para noticiar a ascensão de Hitler, que se recusava a comentar, porque isso seria “ridículo da parte daqueles que estão fora da ação (no teatro dos acontecimentos)”. Na própria Oposição de Esquerda de Trotsky (conhecida então como Liga Comunista Internacionalista, LCI) havia dificuldades para compreender o que estava acontecendo. Na sua pré-conferência internacional, celebrada entre 4 e 8 de fevereiro de 1933, o informe apresentado pelo italiano Feroci (codinome de Alfonso Leonetti, um dos primeiros dirigentes do PC italiano) afirmava que “entre a chegada do fascismo (Hitler) ao poder, e a realização dos seus objetivos, há ainda uma grande distância, que estará cheia de combates decisivos”.

Depois da ascensão de Hitler, Trotsky (como Lênin em 1914) chocou-se com a resistência de seus próprios partidários ao defender a necessidade *imediate* da fundação da IV Internacional (que só seria proclamada mais de cinco anos depois dessa ascensão, em setembro de 1938). Trotsky não podia ignorar, também, a existência de uma corrente internacional (o “Bureau de Paris”) que estabelecia o objetivo progressivo da *frente única operária* contra o fascismo, ainda que essa corrente fosse uma continuidade da centrista “Internacional II e 1/2”, ou “União de Viena”, organizada em 1920 para salvar a II Internacional do avanço da Internacional Comunista, e falecida em 1923: “Os animadores (do Bureau de Paris) se reivindicavam continuadores da União de Viena, e punham o acento na indispensável unidade que devia reencontrar o movimento operário para lutar contra o fascismo”.⁴⁵ Sem aderir ao Bureau de Paris, os trotskistas intervieram para promover uma diferenciação revolucionária no seu interior, que culminou na “Declaração dos Quatro” (de 1934), redigida por Trotsky (e corrigida pelos outros assinantes) e firmada pelos trotskistas (a Liga Comunista Internacional), o OSP (Partido Socialista Independente) e o RSP (Partido Socialista Revolucionário) da Holanda, e o SAP (Partido Socialista Operário) alemão (do qual fazia parte o futuro chanceler e líder da Internacional Socialista, Willy Brandt). A LCI defendia o já mencionado “Programa dos 11 Pontos”, que foi o primeiro esboço do que ulteriormente seria o *Programa de Transição* da IV Internacional. A “Declaração” era uma caracterização da situação mundial e das outras correntes do movimento operário (stalinistas, social-democratas e centristas) que, ainda que não contivesse o conjunto das proposições de Trotsky, não se contrapunha a elas no plano dos princípios.

Salvo a LCI, os outros partidos não evoluíram até a IV Internacional, sob o pretexto de que esta “somente poderia resultar de um longo processo de maturação da vanguarda do movimento operário”, divergência que escondia outra “que não apareceu claramente senão nos últimos meses de 1935, quando o SAP começou a evoluir até a política da Frente Popular”.⁴⁶ A “Declaração” e a promoção da mais ampla unidade revolucionária foram essenciais para o trotskismo, porque: 1) Verificou, aos olhos da vanguarda revolucionária européia, que os trotskistas não defendiam a IV Internacional como uma reivindicação sectária; 2) Permitiu evidenciar, entre os próprios trotskistas, divergências semelhantes às que estabeleciam os “centristas” (SAP, OSP, RSP), que foram inclusive discutidas, e derrotadas, na conferência de fundação da IV Internacional; 3) Permitiu recrutar quadros e grupos que seriam decisivos para a construção da nova Internacional, como por exemplo, o já mencionado Werner Scholem, do SAP, organizador da seção alemã da IV Internacional, preso e morto sob tortura pelos nazistas. Trotsky não se baseava apenas na situação da Internacional Comunista, mas no conjunto da conjuntura histórica aberta pela vitória do nazismo e do stalinismo, que colocava uma pergunta crucial: como recolocar a validade do programa marxista 15, 20 ou 25 anos depois da revolução russa, diante da Segunda Guerra Mundial, das derrotas operárias na Europa, da ascensão do fascismo e do triunfo contra-revolucionário do stalinismo no Estado operário?

As terríveis derrotas proletárias da década de 1930 abriram caminho para a Segunda Guerra Mundial e, por sua vez, o conjunto da época encontrava sua chave “no fato de que a revolução de 1917 não encontrou um desenvolvimento vitorioso no cenário europeu e mundial”, como afirmara Trotsky nas *Teses sobre a Guerra e a IV Internacional*, de junho de 1934. O capitalismo conhecia um prolongado processo de reorganização, que começara em 1924 e culminaria com os efeitos da guerra de 1939. Esse processo constituía a conseqüência do fracasso da ascensão revolucionária e da oportunidade que teve a burguesia de dominar o mundo por mais vinte ou trinta anos. A perspectiva colocada por Trotsky em 1921 (em um informe apresentado ao terceiro congresso da Internacional Comunista) como “excessivamente abstrata e unilateral” teve sua cristalização e seu fundamento menos na ausência de luta do proletariado evocada no texto desse ano do que na sua derrota contra-revolucionária nas mãos do stalinismo e sua principal conseqüência, a vitória do nazismo. Utilizaremos, para analisar a evolução do pensamento de Trotsky nesse período, três textos fundamentais: as já mencionadas *Teses sobre a Guerra e a IV Internacional* de junho de 1934, o *Programa de Transição*, de setembro de 1938, e o último trabalho programático de Trotsky, *A Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial*, de junho de 1940.

O enfoque nesses textos é diferente: “A situação política mundial em seu conjunto caracteriza-se principalmente pela crise histórica do proletariado”, diz o *Programa de Transição*. Isso quer dizer não apenas que a burguesia está procedendo à reorganização da economia mundial através do desemprego, da miséria, da opressão política e da guerra, mas também que poderá continuar fazendo isso enquanto essa crise não encontre um princípio de solução. Trotsky considera que “a IV Internacional, em número e em preparo, possui vantagens infinitas em relação a suas precedentes no começo da última guerra”, entretanto, advertia ao mesmo tempo que “o mundo capitalista não tem saída, a menos que consideremos como tal sua lenta agonia. É necessário preparar-se para longos anos, senão décadas, de guerra, insurreições, pequenas tréguas, novas guerras e novas insurreições. Um partido revolucionário jovem deve tomar como base esta perspectiva”.

Nesse quadro é que se podia considerar o processo de reorganização capitalista. Nas teses de 1934, sustentava que “se as fronteiras nacionais pudessem ser abolidas de um só golpe, as forças produtivas, inclusive sob o capitalismo, poderiam continuar crescendo durante um certo tempo – ao preço de incontáveis sacrifícios, por certo”. De forma mais concreta, a reorganização capitalista está marcada pelo auge dos Estados Unidos, e “a superioridade dos Estados Unidos pode encontrar sua expressão em novas formas, cujo caminho somente pode ser aberto através da guerra”. É o que efetivamente ocorreu. As fronteiras capitalistas não desapareceram de um só golpe ao término da guerra, mas o lugar dos Estados Unidos como potência imperialista dominante assumiu um caráter peculiar, que lhe permitiu, sobretudo através dos movimentos financeiros e da posição do dólar como moeda mundial, uma subordinação relativa do resto dos estados capitalistas. Em 1934, Trotsky considerava que a guerra mundial estava na agenda política internacional: “As mesmas causas, inseparáveis do capitalismo moderno, que provocaram a última guerra imperialista alcançaram agora uma tensão infinitamente maior que a de meados de 1914”. É a forma através da qual o imperialismo buscava um novo equilíbrio, a destruição, a carnificina de dezenas de milhões de homens. Em 1938, fixou o quadro programático para o reagrupamento político da vanguarda operária, quando ainda se estava longe da cristalização desse desenvolvimento histórico.

Era preciso superar a lacuna entre “a maturidade das condições revolucionárias objetivas e a imaturidade do proletariado e sua vanguarda”. A burguesia encontrava-se em uma situação sem saída e isso implicava privações e sofrimentos cada vez maiores para as massas: “Sob a tensão crescente da desintegração capitalista, os antagonismos imperialistas entram em uma via sem saída, no final da qual os choques isolados e as convulsões sangrentas localizadas irão se fundir em uma conflagração em escala mundial”. A passagem das reivindicações imediatas para a luta pelo poder dependeria somente do ritmo de

organização e preparação da classe operária; o proletariado enfrentava a perspectiva da barbárie, não uma etapa de crescimento capitalista. Esse grande período de crise não significava que o capitalismo tivesse parado: “A tecnologia é agora infinitamente mais poderosa do que no final da guerra de 1914-1918”, constatava Trotsky. Mas não podia encontrar a forma para aplicá-la à produção, nem mesmo de modo limitado, e as forças motrizes do sistema imperialista “assumem um caráter cada vez mais destrutivo”. O ponto em que confluam as necessidades objetivas do capitalismo, sua reorganização através da miséria e da guerra, e a situação histórica do movimento operário se resolviam negativamente, no momento, através da traição do stalinismo e da social-democracia. A burguesia, apesar de fragmentada, pôde manter a iniciativa e preparar sua “saída”. A burocracia condenava a URSS a um bloqueio sem perspectiva, acentuando os efeitos da pressão imperialista, e desintegrando a planificação estatal: quanto mais o Estado operário avançasse nesta forma de desenvolvimento, maiores seriam as tendências centrífugas. O palco fundamental onde seriam revolidos esses conflitos era a luta de classes mundial.⁴⁷

O quadro histórico e mundial da nova situação, formulado por Trotsky, era o mais amplo possível. É uma perspectiva estreita afirmar que “nesses meses de maio-junho de 1933, o que acontece na emigração alemã, em especial ao redor do SAP, e logo mais no conjunto da esquerda socialista, é, aos olhos de Trotsky, o elemento mais importante, que vai levá-lo a completar a sua virada, colocando a perspectiva de uma nova Internacional”.⁴⁸ A já citada “Declaração dos Quatro” tinha sido assinada por E. Bauer, como representante da Oposição de Esquerda Internacional (bolchevique-leninista), J. Schwab, pelo SAP, P.J. Schmidt, pelo OSP, e Henk Sneevliet (codinome Maring, que tinha sido delegado da Internacional Comunista na China na década de 1920) pelo RSP. Nas suas partes substanciais, a declaração afirmava:

O avanço do fascismo na Alemanha coloca as organizações da classe trabalhadora diante de um teste decisivo. A social-democracia novamente confirma a designação que lhe fora dada por Rosa Luxemburgo, e revela-se a si mesma, pela segunda vez, como sendo um fator absoluto de derrota. A derrota das organizações, idéias e métodos do reformismo é o pré-requisito necessário para a vitória da classe operária sobre o capitalismo. Os acontecimentos na Alemanha revelam com força não menor o colapso da III Internacional. Apesar de seus 14 anos de existência, apesar da experiência adquirida em gigantescas batalhas, apesar do apoio moral do Estado soviético e das inúmeras formas de propaganda, o Partido Comunista da Alemanha revelou ter uma completa incapacidade revolucionária, sob condições de uma grave crise econômica, social e política, condições excepcionalmente favoráveis para um partido revolucionário. Isso demonstra conclusivamente que, apesar do heroísmo de muitos de seus membros, ele se tornou totalmente incapaz de desempenhar seu papel histórico. Pela sua base classista, pelas seus fundamentos sociais, pelas incontestáveis formas prevaletentes de prosperidade, a URSS continua sendo ainda hoje um Estado operário, isto é, um instrumento

para a construção de uma sociedade socialista. A nova Internacional irá inscrever em seu fundamento mais importante a defesa do Estado soviético contra o imperialismo e a contra-revolução interna. Precisamente a defesa revolucionária da URSS nos põe diante da tarefa imperativa de libertar as forças revolucionárias do mundo inteiro da influência corruptora do *Komintern* stalinista, através da construção de uma nova Internacional. Somente sob a condição da completa independência das organizações proletárias internacionais da burocracia soviética, e o desmascaramento de seus falsos métodos diante da classe trabalhadora, será possível fazer uma defesa bem-sucedida da União Soviética.⁴⁹

Em setembro de 1933, Trotsky declarava-se otimista em carta ao seu velho companheiro Neurath:

O mais decisivo (da declaração) é que organizações que até a véspera nos eram hostis, viram-se forçadas a pronunciar-se em favor de nossa explicação de princípios. Outras organizações virão logo... A declaração nos dá o dever de redigir imediatamente um manifesto programático. Quando estiver pronto, toda a vida política do movimento operário, em todas suas organizações e tendências, por-se-á a girar em torno desse documento, pois somos os únicos que podem dizer o essencial, não porque sejamos mais inteligentes, mas porque não estamos vinculados aos aparelhos falidos, e por isso não estamos obrigados a falsificar as coisas, isto é, enganar aos trabalhadores. Vejo o futuro com otimismo, inclusive o futuro mais próximo.

Os desenvolvimentos políticos não confirmariam essas expectativas. Em 1935, o “acordo dos quatro” estava rompido, e Trotsky escrevia num artigo: “Em fevereiro foi realizada uma conferência internacional de várias organizações que não pertencem nem à II nem à III Internacional (com os dois partidos holandeses, o SAP alemão, o ILP britânico, etc.). À exceção dos holandeses, que têm posições de marxismo revolucionário, todos os outros participantes representam diferentes variedades (em sua maioria, muito conservadoras) de centrismo”.

Inicialmente, “o SAP, fundado em 1931, era um grupo socialista clássico, mas claramente orientado para a esquerda. Definia-se como marxista-leninista, mas a sua doutrina toma emprestados elementos a Rosa Luxemburgo e até a Trotsky. Defensores de um apoio crítico à URSS, os membros do SAP condenavam o stalinismo e propunham um ‘nova Internacional’, composta de ‘verdadeiros’ partidos comunistas”. Depois do curto acordo com os trotskistas, e depois do fracasso da “Frente Popular” alemã, “um *cartel* foi formado entre o SAP, o RSÖ e *Neu Beginnen*: é o *Arbeitsgemeinschaft für Inland-sarbeitsarbeit*, criado a 16 de setembro de 1938. Logo receberia o apoio do ISK e dos membros do *Landesgruppe* não vinculados à SOPADE, transformando-se em *Arbeitsausschuss deutscher Sozialisten und RSÖ*”.⁵⁰ A maioria dos membros do SAP, finalmente, voltaria à social-democracia (SPD). O centro da elaboração do programa e da construção da

nova Internacional deslocou-se, então, dos países germânicos. Na Áustria, onde a social-democracia dirigia a classe operária, a reação clerical orientada por Dollfuss provocou os trabalhadores, que pegaram em armas sob a direção social-democrata e lutaram durante uma semana, em fevereiro de 1934. O esmagamento do proletariado austríaco por Dollfuss preparou a via para o triunfo dos nazistas, que se instalaram na Áustria, depois de assassinarem Dollfuss e terem eliminado o seu partido.

O centro do movimento operário na Europa deslocou-se, depois de 1933, para a França e a Espanha, os países latinos. A vitória de Hitler provocou a ruptura do equilíbrio europeu estabelecido em Versalhes em 1918. Mas a revolução na França fracassou, preparando a derrota na guerra civil espanhola. Em ambos os casos, a política da Frente Popular, impulsionada pelos PCs, foi o fator decisivo. Muitos dos simpatizantes de Trotsky sucumbiram à pressão da Frente Popular, isto é, da URSS. A questão da guerra civil espanhola vinculou-se estreitamente ao destino da revolução na França. O romancista André Malraux, em nome de uma *realpolitik* destinada a aproveitar a ajuda do regime de Stalin à república espanhola, tornou-se um propagandista do stalinismo que antes rejeitara, rompendo explicitamente com Trotsky, que respondeu:

Malraux, como André Gide, é parte dos amigos da URSS. Mas há uma enorme diferença entre eles, e não só na envergadura do talento. André Gide é um caráter absolutamente independente, possuidor de uma grande perspicácia e de uma honestidade intelectual que lhe permite chamar cada coisa por seu verdadeiro nome. Malraux, ao contrário de Gide, é organicamente incapaz de independência moral. Seus romances estão todos impregnados de heroísmo, mas ele próprio não possui essa virtude no menor grau.⁵¹

Finalmente, o governo de esquerda francês acabaria capitulando ao nazismo. Quem levou o marechal Petain e o fascismo francês ao governo, depois da *drôle de guerre* de 1940, foi a Câmara Legislativa eleita em maio de 1936, com maioria da Frente Popular. Depois da fracassada greve geral de 1938, a desesperança passou a reinar no movimento operário. Todas as tendências da CGT reconheceram a derrota. Assim,

[...] o recuo da CGT, anunciado em 1937, acentuado em 1938, se precipita de maneira impressionante depois do fracasso da greve geral (de novembro de 1938). Algumas resistências esporádicas, muito isoladas, constituem os combates de retaguarda para impedir as demissões. Essas tentativas não duram mais de uma semana. Depois delas, os militantes perdem as esperanças, e se refugiam neles mesmos.⁵²

Durante todo o período relatado, a intervenção dos trotskistas viu-se prejudicada pela sua própria fraqueza política. A discussão sobre a “viragem francesa” (o “entrismo” nos partidos socialistas) foi internacional: tal política fora proposta por Trotsky também para os Estados Unidos e para a Espanha (e orientação semelhante foi desenvolvida no Canadá e até na Argentina).

Na Espanha, a repressão stalinista contra os revolucionários no campo republicano (apoiada pelos social-democratas) foi um aspecto central da política contra-revolucionária que levou à vitória da direita clerical franquista na guerra civil. No final desta, o medíocre governo republicano de Negrín, que substituiu o do “esquerdista” (do Partido Socialista Espanhol, PSOE) Largo Caballero, foi produto de um compromisso entre as duas principais tendências da reação triunfante: os stalinistas e os socialistas de direita. Ambas as tendências, ainda que estivessem de acordo com os passos a seguir, representavam blocos distintos: o primeiro, a contra-revolução russa; o segundo, os imperialismos “democráticos”. Os dois acreditavam poder manejar o novo governo, mas apenas o stalinismo, mais audaz e clarividente, o conseguiu. Por isso, Trotsky o chamou de “governo Stalin-Negrín”. Em suas primeiras declarações, Negrín já insinuou o propósito de sua política: negociar uma “paz aceitável” com Franco. Mas, para isso, era necessário acabar com os últimos vestígios da revolução. O governo de Negrín evoluiu até uma ditadura policial.

Milhares de revolucionários, e mesmo simples dissidentes do stalinismo, foram encarcerados e muitos deles assassinados. A CNT anarquista, uma vez concluído seu trabalho de desmobilização e comprovado que as massas já não a obedeciam, foi alijada do governo. A autonomia catalã foi suprimida e as liberdades limitadas. A ofensiva reacionária contra a economia coletivizada se realizou em nome da estatização e acabou com as últimas conquistas operárias. Os antigos interventores governamentais se converteram em verdadeiros diretores das fábricas, enquanto os comitês eram marginalizados. As coletividades agrícolas foram devolvidas aos seus antigos donos. A contra-revolução também se fez patente no terreno militar. As tropas franquistas, que encontraram grandes dificuldades no primeiro período da guerra, avançaram rapidamente. A zona republicana do norte do país caiu quase sem luta. A burguesia basca, aliada da Grã-Bretanha, uma vez esta tendo chegado a um acordo com Franco, já não tinha razão de seguir lutando, considerando melhor entregar-se e buscar a reconciliação. O governo de Negrín buscava a capitulação negociada que lhe permitia conciliar seus interesses com os de Franco. Toda a tática militar do exército republicano se baseou em obrigar Franco à negociação ou em resistir, à espera da explosão iminente da guerra europeia. Os escassos êxitos republicanos nos campos de batalha foram em vão, em face dessa política. O programa dos “treze pontos para a paz”, de Negrín, era o reconhecimento da capitulação.⁵³

O avanço das tropas franquistas foi rápido. Uma vez liquidada a revolução, os franquistas apenas enfrentaram as massas desmoralizadas pela eliminação das conquistas revolucionárias. Em janeiro de 1939 caiu Barcelona, o grande pilar da revolução. Poucos dias depois, toda a Catalunha estava em poder dos franquistas. Com os acordos de Munique, em setembro de 1938, o bloco franco-britânico acreditou ter “apaziguado” Hitler

e, como gesto de boa vontade, rompeu relações diplomáticas com o governo de Negrín, reconhecendo o governo de Franco. Também as negociações entre Stalin e Hitler estavam sendo levadas a cabo, e as armas soviéticas deixaram de ser enviadas ao governo republicano. Em março de 1939, formou-se uma Junta, integrada por todos os grupos da contra-revolução republicana, com exceção dos stalinistas. A partir de um suposto golpe de Estado, Negrín se demitiu. Trotsky denunciou o golpe como o final da farsa que se havia iniciado com a Frente Popular e acusou Stalin de abandonar suas bases quando estas já não lhe serviam. A nova “Junta de Governo” pretendia negociar a capitulação, mas esta se deu sem quaisquer condições. O último episódio da revolução europeia da década de 30 se fechava. Para Trotsky, o caminho estava aberto para a Segunda Guerra Mundial.

O testemunho de Victor Serge evidencia as pressões às quais estava submetido o movimento trotskista durante a década de 1930, devido às políticas majoritárias no movimento operário europeu, que levaram não poucos militantes para a ruptura com a política de Trotsky (o próprio Serge foi um deles):

No final de julho de 1936, um delegado do Burô para a IV Internacional constituído nos Estados Unidos, Muste, veio me ver em Bruxelas e propôs-me da parte de Liev Davidovitch [Trotsky] que entrasse por cooptação nesse Burô. Aceitei. Muste era um ex-pastor, magro, seco, grisalho, com aspecto muito puritano (posteriormente, abalado pelos processos de Moscou, abandonou o movimento e retornou à sua igreja.) Por volta dessa época, manteve uma correspondência com LD [Trotsky] acerca dos anarquistas espanhóis, que Liev Sedov dizia “destinados a apunhalar a revolução”. Eu achava que eles desempenhariam um papel fundamental na guerra civil, e aconselhei a LD e à IV Internacional que publicassem uma declaração de simpatia por eles, onde os marxistas-revolucionários se comprometeriam a combater pela liberdade. LD deu-me razão, prometeu-me que assim se faria, mas nada se fez nesse sentido. Em janeiro de 1937, assisti em Amsterdã a uma conferência internacional da 4^o. A conferência se realizou na casa de Sneevliet, que morava em Overtoom e tinha uma confortável sala de reuniões. Os trotskistas já dirigiam todas as suas baterias contra o POUM. Tomei a palavra para justificar a participação do POUM no governo da *Generalitat* da Catalunha, pela necessidade de controlar e influenciar o poder do interior e facilitar o armamento das massas. Com Verecken e Sneevliet, propus uma moção de solidariedade com o POUM, que concluía convidando os militantes espanhóis a manter a unidade do seu partido. Contra essas linhas levantaram-se Pierre Naville, Gérard Rosenthal e Rudolf Klement; ficou evidente que, ao dirigir cumprimentos diplomáticos ao POUM, organizavam sua cisão. Dois ingleses vindos a Amsterdã diziam-me que o movimento da IV Internacional contava com menos de cem membros na Inglaterra e, como na França, divididos em duas organizações rivais. Voltei desolado de Amsterdã: a impressão de um movimento de seita, dirigido por manobras de cima, afetado por todas as depravações mentais contra as quais lutáramos na Rússia: autoritarismo, divisionismo, intrigas, manobras, estreiteza de espírito, intolerância. Sneevliet e seu partido estavam fartos, achando a atmosfera irrespirável; eram holandeses proletários íntegros e fortes, acostumados a costumes fraternos. Verecken, que adorava o Velho, dizia-me: “Não dou seis meses para

que você entre em atrito com ele. Ele não tolera nenhuma objeção”. Nossas divergências se multiplicavam, mas o Velho, em suas cartas, mostrava-se muito afetuoso - e eu o admirava infinitamente. Quando ele escreveu, a propósito das greves de junho de 36: “A revolução francesa começou”, respondi-lhe: “Absolutamente, é apenas o reerguimento da classe operária francesa que começa”. Aconselhei-o a não intervir, como constantemente fazia, nos assuntos internos dos menores grupos e a se limitar aos seus grandes trabalhos intelectuais. Finalmente, escrevi-lhe: “Não se pode fundar uma Internacional sem partido. Não se pode fundar nenhum partido sobre costumes políticos tão ruins e uma linguagem ideológica russa que ninguém entende”. Ele me respondeu: “Você é um inimigo que gostaria de ser tratado como amigo””.⁵⁴

O POUM (Partido Operário de Unificação Marxista, liderado por Andreu Nin e Joaquín Maurín, qualificado por Trotsky de “centrista” pela sua participação no governo frentepopulista da Catalunha) foi convidado a participar da conferência de fundação da IV Internacional, em 1938, recusando o convite.

Já em 1934, Trotsky colocava em termos claros as conclusões que se derivavam da bancarrota da III Internacional, passada, através do stalinismo, ao campo da ordem burguesa mundial, fato demonstrado por sua capitulação, sem combate, ante a vitória do nazismo: “O proletariado tem necessidade de uma Internacional em todos os tempos e sob todas as circunstâncias. Se não existe agora uma Internacional, é necessário dizê-lo abertamente e pôr-se de imediato a prepará-la”.⁵⁵ A proclamação formal da IV Internacional produziu-se nos piores “tempos e circunstâncias”: as das piores derrotas do proletariado mundial em toda a sua história, esmagado pelo nazi-fascismo no Ocidente, atomizado pelo stalinismo no país da primeira revolução vitoriosa; ante o horizonte certo de uma nova carnificina mundial, tornada inevitável após as derrotas do proletariado espanhol e francês, já em curso com a invasão da China pelo Japão (e com a iminência do pacto Hitler-Stálin, prognosticado por Trotsky como a consequência inevitável dos Acordos de Munique, de 1938, entre o nazi-fascismo e as “democracias” ocidentais).

A crise e a bancarrota da Internacional Comunista foram um produto do retrocesso da revolução provocado pela traição da social-democracia europeia, pela burocratização do primeiro Estado Operário que foi uma consequência desse retrocesso, e pela derrota da corrente revolucionária encabeçada por Trotsky. A bancarrota da III Internacional iniciou-se com a traição da revolução chinesa de 1927-28, tomou forma com a claudicação do PC alemão em 1932-34 e se consolidou com a aliança entre a burocracia soviética e a aristocracia operária europeia, e destas com a “sombra” da burguesia, mediante as Frentes Populares e a cristalização do reformismo e “etapismo” dos partidos comunistas, operadas na década de 30. Esta política foi responsável pela derrota do proletariado francês em 1936 e da revolução espanhola em 1931-1939.

Dessas circunstâncias desfavoráveis, Trotsky tentou tirar a força da nova Internacional, forjando-a não apenas sobre a base da continuidade revolucionária das três Internacionais precedentes, mas também da assimilação a fundo das lições deixadas pelas derrotas. Isso não significa que se tratasse de uma Internacional de doutrinadores: nos seis anos que vão do triunfo nazista à proclamação da IV, as forças agrupadas por Trotsky se empenharam em erguer partidos revolucionários, em especial na Espanha, França e Estados Unidos, teatros dos embates de classe mais importantes da década (a guerra civil espanhola, a Frente Popular francesa e o movimento de sindicalização industrial, CIO, norte-americano). Trotsky esforçou-se em convencer seus partidários de que isso só era possível no quadro de uma Internacional: “A partir do momento em que nos dirigimos a construir partidos independentes, desde 1933, já somos a IV Internacional, embora não sejamos uma direção revolucionária reconhecida. Somos a IV Internacional porque é o movimento com o qual estamos comprometidos e sobre o qual começamos a nos organizar”.

Daí que, junto àqueles esforços, Trotsky tentasse colocar em pé, como vimos, um quadro internacional junto com organizações centristas “de esquerda”, como o SAP, a OSP e o RSP da Holanda e Alemanha, o PSOP francês (a cujo dirigente, Marceau Pivert, Trotsky afirmou que “os bolcheviques-leninistas são uma fração da Internacional que se constrói”, uma de cujas tarefas será “regenerar em um nível histórico mais elevado a democracia revolucionária da vanguarda proletária”); através do “entrismo” em diversos partidos social-democratas, para acelerar a diferenciação revolucionária de suas alas de esquerda, etc. Estes esforços por construir a IV Internacional, não obstante, fracassaram. As limitações políticas dessas organizações revelaram-se insolúveis no momento de passar para a estruturação de uma nova Internacional e de assimilar rigorosamente o programa revolucionário. Os próprios núcleos trotskistas revelaram-se imaturos, por sua juventude e por seu isolamento das massas. Quando se fundou a IV Internacional, em 1938, as circunstâncias políticas internacionais eram piores do que nas tentativas precedentes: não se conquistara nenhum aliado importante e o retrocesso do proletariado mundial se acentuara com as derrotas nos países latinos da Europa. Um mês depois da proclamação da IV Internacional, fracassou na França a greve geral, evidenciando a derrota operária. A Frente Popular encabeçou a reação política, e em 1940 entregou o poder ao fascista Pétain, marionete de Hitler.

Nunca na história uma direção operária internacional foi criada em circunstâncias mais desfavoráveis, embora os casos do passado tivessem sido semelhantes: a I Internacional, fundada sob as ditaduras de Luis Napoleão na França e de Bismarck na Alemanha; a II Internacional, na esteira das conseqüências da derrota da Comuna de Paris; ou ainda a

III Internacional, com apenas um punhado de revolucionários, ao começo de uma guerra mundial e em meio a uma onda geral de chauvinismo. Trotsky nunca dissimulou essas circunstâncias, muito pelo contrário.

A fundação da IV Internacional nessa fase de reação política geral, e crise em suas próprias fileiras, deveu-se a que se tratava da preparação da vanguarda revolucionária para atravessar a guerra mundial armada de um programa claro, que assimilou teoricamente o significado das derrotas; da preparação da classe operária para as revoluções que seriam engendradas pelo novo conflito mundial e para o novo ciclo de guerras e revoluções que resultaria do fim do retrocesso do proletariado mundial e da decomposição dos Estados capitalistas. Não houve um “momento mágico” de fundação da IV Internacional, porque esta já estava sendo fundada há anos, e porque sua fundação não declarou concluída a tarefa. Na conferência de fundação houve delegados (dois dos 21 presentes) que propuseram sua postergação, esquecendo que a oportunidade já tinha cinco anos de demora. Diziam que a nova Internacional nascia separada do movimento operário real, o que colocava o perigo de sua degeneração, esquecendo que os perigos sempre existem. A IV Internacional teve o mérito histórico eterno de haver proclamado a vigência da revolução, em momentos nos quais os céticos declaravam aberto um retrocesso histórico definitivo.

O ceticismo que se fazia sentir nas próprias fileiras da IV Internacional que, como vimos, vacilou até em proclamar-se formalmente. Em *Bolchevismo e Stalinismo*, Trotsky analisou as causas desses problemas:

Épocas reacionárias como a atual não apenas debilitam e desintegram a classe operária isolando-a da vanguarda, como também rebaixam o nível ideológico geral do movimento, fazendo retroceder o pensamento político, até etapas superadas há muito tempo. Nessas condições a tarefa da vanguarda consiste antes de tudo em não se deixar sugerir pelo refluxo geral: é necessário nadar contra a corrente. Ante os mentecaptos, tal política aparece como “sectária”. Na realidade, não faz mais do que preparar um salto gigantesco para frente impulsionado pela onda ascendente do novo período histórico.⁵⁶

Os esforços por construir partidos com uma real intervenção na luta de classes obedeciam a esse critério. Não devemos esquecer aquela que a IV Internacional proclamou como sua “seção mais importante”: a soviética. A investigação histórica provou: “1) que os trotskistas foram, entre 1928 e 1940, os únicos adversários conseqüentes do stalinismo com apoio popular, 2) foram esses adversários os que aterrorizaram – mesmo depois de seu extermínio – Stalin e os seus lacaios, 3) contra eles foi necessário empregar os métodos mais radicais, a ‘solução final’, para poder liquidá-los”.⁵⁷ Essa presença da IV Internacional na URSS não se limitou aos campos de concentração (onde, em 1938, os

trotskistas organizaram uma luta de massas contra a repressão burocrática, antes de serem exterminados, como testemunharam Leopold Trepper [chefe da espionagem soviética na Europa durante a Segunda Guerra Mundial], em *O Grande Jogo*, e Aleksandr Solzhenitsyn, n' *O Primeiro Círculo*) mas também às fábricas, aos *kolkhozes* e ao próprio exército. Para Trotsky, os bolchevique-leninistas “não conseguiram salvar o regime soviético da degeneração e das dificuldades da ditadura pessoal. Mas o salvaram de sua completa dissolução, e impediram o caminho da restauração. As reformas progressistas da burocracia foram derivações da luta revolucionária da Oposição de Esquerda. Para nós isto é insuficiente. Mas já é alguma coisa”.⁵⁸ Não por casualidade um dos principais empenhos da GPU (polícia política) stalinista foi o assassinato do responsável pelo trabalho soviético na direção da IV Internacional, Leon Sedov (filho de Leon Trotsky), consumado em 1938.

A IV Internacional era, portanto, um fator objetivo da política mundial, que justificou a coincidência entre Hitler e o embaixador francês Coulondre, em 1939 (relatada pelo diário francês *Le Temps*) de que o pior perigo (para a ordem mundial da burguesia imperialista) de uma II Guerra Mundial consistia na possibilidade de que dela emergisse vitorioso “*Monsieur Trotsky*”. O assassinato de Trotsky pelo stalinismo, em 1940, não foi produto de uma vingança pessoal, nem de um “ajuste de contas” entre facções “comunistas”, mas um fato político de primeira relevância, em que a burocracia atuou por conta da burguesia mundial, que já lhe havia dado sua aprovação antecipada ao declarar legais os “Processos de Moscou”, nos quais Trotsky foi o principal acusado e condenado à morte a revelia.

A IV Internacional não foi fundada (como alguns “trotskistas” parecem até hoje acreditar) como uma seita doutrinal destinada a preservar a herança ideológica revolucionária em circunstâncias que tornavam impossível sua utilização. Quando Trotsky insistia em que a IV Internacional nadava contra a corrente, chegando a empregar, para os trotskistas, a expressão “exilados de sua própria classe”, estava sublinhando dificuldades e tarefas políticas objetivas, não uma impossibilidade histórico-metafísica de atuar. O esforço de Trotsky e seus companheiros não deve ser reivindicado apenas por ter preservado a continuidade do programa revolucionário, mas por haver colocado em pé uma organização revolucionária atuante na arena da luta de classes mundial e nos principais países. A assertiva de Trotsky, “o partido é seu programa”, somente era válida com seu reverso, “o programa é o partido”: sem partido revolucionário atuante, o programa revolucionário é uma abstração.

Ernest Mandel limitou o trotskismo ao definir que seus quatro pilares são: “a teoria e a prática da revolução permanente, a via revolucionária ao socialismo através da ação da classe operária nos países capitalistas avançados, a revolução política pela democra-

cia socialista no bloco soviético e na China e o internacionalismo proletário”.⁵⁹ O pilar principal, não obstante, é a vigência do partido revolucionário, sem o qual todos os outros pilares se transformam em ideologia e não em um guia para a ação. O programa da IV Internacional (o *Programa de Transição*) partiu da contradição entre as condições objetivas e subjetivas (a crise de direção do proletariado mundial) da revolução. O amadurecimento das primeiras se media pelo grau de internacionalização das forças produtivas (ao longo de todo o século XX, o comércio mundial cresceu mais rápido do que a produção, as transações externas de capital superam cada vez mais os negócios internacionais de mercadorias) e o reforço simultâneo das fronteiras nacionais, contradição que tornava obsoletos, simultaneamente, o Estado capitalista e a utopia stalinista do “socialismo em um só país”.⁶⁰ A imaturidade das segundas pela demora e derrotas da revolução mundial ante o imperialismo capitalista e à burocracia. Trotsky resumiu a questão: “Se o edifício teórico da economia política marxista se apóia inteiramente na concepção do valor como trabalho materializado, a política revolucionária do marxismo se apóia na concepção do partido como vanguarda do proletariado”.

Trata-se de verificar a vigência das condições objetivas e subjetivas da revolução na atual etapa histórica para, sobre essa base, colocar as tarefas políticas emergentes da luta pela Internacional revolucionária. O dogmatismo não é só rejeitável pelas condições histórico-políticas mudadas, mas por ser rejeitável de um modo geral. Nas condições da “meia-noite do século” (título de um romance de Victor Serge), da fundação da IV Internacional, a tarefa ideológica e política de Leon Trotsky foi gigantesca, e ele a enfrentou até as últimas conseqüências, pagando o preço da sua própria vida, mas criando as bases para qualquer pensamento e ação revolucionária na etapa política posterior, a nossa. O gigante revolucionário do século XX projeta sua sombra sobre o século XXI, sobre a nossa própria história.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professor doutor do Departamento de História, USP.

¹ TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Lisboa, Antídoto, 1977, p. 244.

² *Ibid.*, p. 280.

³ HOWE, Irving. *As Idéias de Trotsky*. São Paulo, Cultrix, 1978, p. 81.

⁴ SALVADORI, Massimo. “A crítica marxista ao stalinismo”. In: HOBBSAWM, E. J. *História do Marxismo*, vol. 7, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 310.

⁵ TROTSKY, Leon. *El Gran Organizador de Derrotas*. A III Internacional después de Lenin. Buenos

Aires, El Yunque, 1974.

⁶ LÊNIN, V.I. Las tareas inmediatas del poder soviético (março 1918). In: *Selección de Trabajos*. Buenos Aires, Cartago, 1985.

⁷ LÊNIN, V.I. La crisis del partido (janeiro 1921). In: *Selección de Trabajos*. Buenos Aires, Cartago, 1985.

⁸ RAKOVSKY, Christian. Los peligros profesionales del poder (agosto 1928). *Praxis* n° 2, Buenos Aires, junho 1984.

⁹ HOWE, op. cit., p. 72.

¹⁰ Cf. CAILLOSE, Jacques. La question du Thermidor soviétique dans la pensée de Trotsky. *Cahiers Léon Trotsky* n° 37, Paris, março 1989.

¹¹ TROTSKY, Leon. Autobiografía. *El Testamento de Lenin*. Buenos Aires, El Yunque, 1983.

¹² KRASSÓ, Nicolás. Trotsky's marxism. *New Left Review* n. 44, Londres, julho de 1967, pp. 64-86.

¹³ TROTSKY, Leon. Porque Stalin venció a la oposición (novembro 1935). *Escritos*. Bogotá, Pluma, 1974. Id. *Moral e Revolução*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

¹⁴ Id. *A Revolução Traída*, ed. cit.

¹⁵ Id. *Ma Vie*. Paris, Gallimard, 1953.

¹⁶ CASTORIADIS, Cornelius. A economia burocrática e a exploração do proletariado. In: NEVES, A. Castro (org.). *A Natureza da URSS*. Porto, Afrontamento, 1977, p. 173.

¹⁷ DEUTSCHER, Isaac. *Las Raíces de la Burocracia*. Barcelona, Anagrama, 1978, p. 9.

¹⁸ KORSCH, Karl. *Scritti Politici*. Bari, Laterza, 1975, v. 1, p. 157.

¹⁹ TROTSKY, Leon. *La Revolución Permanente*, Madri, Cenit, 1931.

²⁰ II Congresso da Internacional Comunista. *Teses sobre a Questão Nacional e Colonial*, 1920.

²¹ TROTSKY, Leon. *El Gran Organizador de Derrotas*. A III Internacional después de Lenin. Buenos Aires, El Yunque, 1974.

²² MALIA, Martin. *Comprendre la Révolution Russe*. Paris, Seuil, 1980, p. 210.

²³ TROTSKY, Leon. *Stalin*. México, Juan Pablos, 1973.

²⁴ ANDERSON, Perry. La interpretación de Trotsky sobre el stalinismo. *Democracia y Socialismo*. Buenos Aires, Tierra del Fuego, 1988, pp. 110 e 116-117.

²⁵ *The New International*. Nova Iorque, novembro 1939.

²⁶ TROTSKY, Leon. *In Defense of Marxism*. Nova Iorque, Pathfinder Press, 1976 (1° ed. 1942)

²⁷ Gianfranco Pasquino. In: BOBBIO, Norberto. *Diccionario de Política*. Brasília, UnB, 1986, p. 1261.

²⁸ GUNTHER, John. *Harper's Magazine*, abril 1933.

²⁹ TROTSKY, Leon. Que es el nacionalsocialismo? *El Fascismo*. Buenos Aires, CEPE, 1973, p. 85.

³⁰ VOLKOGONOV, Dimitri. *Trotsky. The eternal revolutionary*. Nova Iorque, The Free Press, 1996, p.415.

³¹ TROTSKY, op. cit. p. 77-78, 80-81, grifo nosso.

³² Id. *Programa de Transición para la Revolución Socialista*. Caracas, Avanzada, 1975, p. 38.

³³ Id. Appeal to American Jews menaced by fascism and anti-semitism. *On the Jewish Question*. Nova Iorque, Pathfinder Press, 1994, p. 29.

³⁴ HARARI, Jejiel. Trotsky y la cuestión judía. *Raíces*. Testimonio 31, sdp, p. 15.

³⁵ TROTSKY, op. cit. p. 30.

³⁶ Cf. Robert Wistrich. *Revolutionary Jews from Marx to Trotsky*. Londres, Harrap, 1976, p. 206; Baruch Knei-Paz. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Clarendon Press, 1979, p. 554.

³⁷ BUCH, Peter. "Introduction". In: TROTSKY, Leon. *On the Jewish Question*. Nova Iorque, Pathfinder, 1994 p. 4-5.

³⁸ GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler. O povo alemão e o Holocausto*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

³⁹ TROTSKY, Leon. Interview with Jewish correspondents in Mexico. *On the Jewish Question*. Nova Iorque, Pathfinder, 1994, p.20.

⁴⁰ DEUTSCHER, Isaac. *Los Judios no Judios*. Buenos Aires, Kikiyon, 1969.

⁴¹ TROTSKY, Leon. *Appeal to American Jews menaced by Fascism and anti-Semitism*, op. cit., p. 29.

- ⁴² Id. *Imperialism and antisemitism. On the Jewish Question*. Nova Iorque, Pathfinder Press, 1994, p. 30.
- ⁴³ Cf. GELDEREN, Charlie Van. A falência da Internacional Comunista. *Perspectiva Internacional* n° 7, São Paulo, novembro 1983.
- ⁴⁴ DREYFUS, Michel. Bureau de Paris et Bureau de Londres: le socialisme de gauche en Europe entre les deux guerres. *Le Mouvement Social* n 112, Paris, julho-setembro 1980, p. 27.
- ⁴⁵ Id., p. 34. Para um balanço dessas discussões, ver: TROTSKY, Leon. *Alchimie centrisme ou marxisme. Sur la question du SAP. Oeuvres*. Vol. 5, Paris, Éditions Documentation Internationale, 1979, p. 261-296.
- ⁴⁶ Em 1921, no III Congresso da Internacional Comunista, no informe citado, Trotsky tinha afirmado: «As condições para uma revolução nascem somente a partir do momento em que o antigo regime social começa a travar o progresso das forças produtivas. (Mas) se as forças produtivas são a potência motora da evolução histórica, esta evolução não se produz fora dos homens, mas através deles (...) quando essas forças, a técnica acumulada, se sentem estreitadas num regime escravocrata, de servidão ou burguês, quando uma mudança das formas sociais se torna necessária para a evolução ulterior da potência humana, acontece a revolução, não por ela mesma, como uma saída de sol, mas graças à ação humana, à luta conjunta dos homens reunidos em classes. A antiga classe dirigente, agora reacionária, deve ser substituída por uma nova classe social que traga o plano de um novo regime, correspondente às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas, e prestes a realizar esse plano. Mas nem sempre aparece uma classe nova, consciente, organizada e poderosa, para destruir os antigos donos da vida e para abrir caminho às novas relações sociais, no momento preciso em que o antigo regime reage. Mais de uma vez aconteceu, na história, o esgotamento de uma velha sociedade -como o regime escravocrata de Roma, ou as civilizações da Ásia, nas quais a escravidão impedia o progresso das forças produtivas - sem que houvesse necessariamente, nessa sociedade morta, uma classe suficientemente forte para destronar os dirigentes e estabelecer um novo regime social. Esses povos, essas nações, se decomuseram: civilizações, estados e sociedades deixaram de existir. A humanidade não caminhou sempre seguindo uma linha ascendente: conheceu também longos períodos de estancamento e recaída na barbárie. A humanidade não fica no mesmo ponto: seu equilíbrio, por causa das lutas de classes e das nações, é instável. Se uma sociedade não ascende, se não há uma classe que possa educá-la, se decompõe e cai na barbárie».
- ⁴⁷ VERGNON, Gilles. Les bases du tournant de Trotsky vers la IV^e Internationale. *Cahiers Léon Trotsky* n° 22, Paris, junho 1985.
- ⁴⁸ *The Militant*. Nova Iorque, 23 de setembro de 1933.
- ⁴⁹ PONTIUS, René. Tendances et activité de la social-démocratie allemande emigrée (1933-1941). *Le Mouvement Social* n° 84, Paris, julho 1973.
- ⁵⁰ *La Lutte Ouvrière*. Paris, 9 de abril de 1937.
- ⁵¹ BOURDÉ, Guy. *La Défaite du Front Populaire*. Paris, François Maspéro, 1977, p. 233.
- ⁵² Existem numerosos estudos sobre o stalinismo e o trotskismo na guerra civil espanhola, sendo os mais importantes: BOLLOTEN, Burnett. *El Gran Engaño. Las izquierdas y su lucha por el poder en la zona republicana*. Barcelona, Caralt, 1975; BROUÉ, Pierre. *Staline et la Révolution. Le cas espagnol*. Paris, Fayard, 1993, e *La Revolución Española (1931-1939)*. Barcelona, Península, 1977; GUILLAMÓN, Agustín. *Documentación Histórica del Trotskismo Español (1936-1948)*. Madri, De La Torre, 1996; MORROW, Felix. *Revolución y Contrarrevolución en España*. Madri, Akal, 1978; MUNIZ, Grandizo. *Jalones de Derrota, Promesas de Victoria*. Madri, Zero, 1977; OVIEDO, Luis. *Andres Nin, Leon Trotsky y la Revolución Española*. Una crítica de “La traición de la revolución española” de Andrés Nin, Buenos Aires, sdp.; PAGÈS, Pélaí. *El Movimiento Trotskista en España (1930-1935)*. Barcelona, Península, 1977; TROTSKY, Leon. *La Revolución Española (1930-1936)*. Barcelona, Fontanella, 1975, 2 v.; TÉMIME, Émile e BROUÉ, Pierre. *La Rivoluzione e la Guerra di Spagna*. Milano, Oscar Saggi Mondadori, 1980.
- ⁵³ SERGE, Victor. *Memórias de um Revolucionário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 411.
- ⁵⁴ TROTSKY, Leon. *Oeuvres*, Paris, ed. cit., v. 2, p.193.
- ⁵⁵ Id. *Bolchevismo y Stalinismo*. Buenos Aires, El Yunque, 1974, p.9.
- ⁵⁶ BROUÉ, Pierre. *Los Trotskistas en la URSS*. Buenos Aires, Rebelión, s.d.p., p.90.
- ⁵⁷ TROTSKY, Leon. Como Stalin derrotó a la oposición. *Escritos 1935-36*, Bogotá, Pluma, 1976, p.3.
- ⁵⁸ MANDEL, Ernest. *What is Trotskyism?* Londres, Red Books, 1975, p.16.

⁵⁹ Para Trotsky, a questão da revolução e de seu programa somente podia ser colocada em termos *internacionais*: “A hora da desapareição dos programas nacionais soou definitivamente em 4 de agosto de 1914 (início da Primeira Guerra Mundial). O partido revolucionário do proletariado não pode se basear em mais que um programa internacional que corresponda ao caráter da época atual, a do máximo desenvolvimento e afundamento do capitalismo. Um programa comunista internacional não é uma soma de programas nacionais ou um amálgama de suas características comuns. Deve tomar diretamente como ponto de partida a análise das condições e tendências da economia mundial e do estado político do mundo como um todo, com suas relações e contradições, ou seja, com a dependência mútua que opõe seus componentes entre si. Na época atual, infinitamente mais do que durante a precedente, apenas se deve e se pode deduzir o sentido em que se dirige o proletariado do ponto de vista nacional, da direção seguida no domínio internacional e não o contrário. Nisto consiste a diferença fundamental que separa, no ponto de partida, o internacionalismo comunista das diversas variantes do socialismo nacional (...) Unindo em um sistema de dependências e contradições países e continentes que alcançaram diferentes graus de evolução, aproximando os diversos níveis de seu desenvolvimento e distanciando-os imediatamente após, opondo implacavelmente todos os países entre si, a economia mundial se converteu numa realidade poderosa que domina a dos diversos países e continentes. Este único fato fundamental dá um caráter profundamente realista à idéia do partido comunista mundial” TROTSKY, Leon. *El Gran Organizador de Derrotas*. La III Internacional después de Lenin. Buenos Aires, El Yunque, 1974, p. 80)

MÉXICO 1968: O MASSACRE DE TLATELOLCO E A UNIVERSIDADE LATINO-AMERICANA

*Everaldo de Oliveira Andrade**

Resumo

Sobre o emblemático ano de 1968, pouco se tem falado da América Latina e em particular do massacre estudantil em Tlatelolco no México. O artigo tem como objetivo central demonstrar – no conjunto das mobilizações mundiais em 1968 – que Tlatelolco foi uma síntese sangrenta de muitas contradições que corroíam não apenas o sistema político e universitário mexicano, mas revelavam traços comuns e contraditórios do desenvolvimento econômico do capitalismo na América Latina. Um dos traços dessa originalidade foi o movimento autonomista universitário presente no desenvolvimento histórico das universidades latino-americanas até a década de 1960 e que será questionado juntamente com o sistema político corporativo mexicano.

Palavras-chave

1968; Tlatelolco; universidade latino-americana; movimento estudantil; México.

Abstract

Regarding the emblematic year of 1968, little has been told about Latin America, and specially about the student massacre in Tlatelolco, Mexico. The present article has the aim of demonstrating – in the pannel of worldwide mobilizations of 1968 – that Tlatelolco has been a sanguinary synthesis of several contradictions that corroded not only the political and academic Mexican system, but also revealed common and contradictory traits of the economic development of capitalism in Latin America. One trait of this originality has been the academic autonomist movement, present in the historical development of Latin American universities until the 1960 decade, which will be questioned together with the Mexican political corporative system.

Keywords

1968; Tlatelolco; Latin American university; student movement; Mexico.

Há muitas questões a propor sobre as revoltas do ano de 1968. Inúmeras abordagens já buscaram caracterizar esse momento pela sua suposta originalidade, que teria sido caracterizada principalmente por uma explosão revolucionária e cultural original da juventude. Essas abordagens buscam, invariavelmente, esvaziar o conteúdo político profundo da época e no momento em que uma crise econômica aguda do capitalismo se alastrava, dando um peso histórico maior aos movimentos revolucionários que se condensavam em 1968.

O ano de 1968 foi marcado por uma vaga revolucionária nos quatro cantos do planeta: das greves operárias e estudantis do Maio francês, da passeata dos Cem Mil no Brasil contra a ditadura ao massacre dos estudantes mexicanos em Tlatelolco no México em 2 de outubro. A luta de classes que mobilizava as massas contra a opressão imperialista nos EUA (Guerra do Vietnã) também levantava os operários e jovens do Leste europeu. Nesse contexto, a América latina foi em geral abordada apenas marginalmente. Nosso objetivo aqui não é, porém, localizar o lugar singular da história do continente latino-americano no conjunto geral do processo, que apenas reforçaria uma visão estereotipada e carregada de estigmas sobre a região. O massacre de estudantes no México em 2 de outubro de 1968 foi uma síntese sangrenta de muitas contradições.

Entre os inúmeros disparates escritos e falados sobre 1968 há tentativas de transformar essas heróicas jornadas em idílios da juventude pequeno-burguesa. Para Olgária Matos, por exemplo, em 1968 “houve uma contestação do poder, mas totalmente inédita como experiência política do imaginário coletivo”. Teria desaparecido desse movimento o horizonte revolucionário no sentido bolchevique de política:

Acho que não haverá mais revolução porque desapareceram as utopias também [...] na França a primavera de maio tomou cores inéditas invertendo a prática do marxismo, como sua teoria. [...] Em 1968, o próprio movimento de jovens operários e estudantes praticou a espontaneidade consciente e criadora [...] O movimento de 1968 colocou por terra o bolchevismo imaginário do Palácio de Inverno. Essa não foi uma luta pelo poder ou contra ele. Afirmou-se, ao contrário, os direitos da subjetividade e da espontaneidade consciente.¹

Na mesma perspectiva Nicolau Sevchenko 1968 teria negado o sujeito político, o processo e a própria História:

Não era uma revolução pelo poder, nem contra ele, mas uma revolução para instaurar um espaço diferencial que não era nenhum poder, nenhum contrapoder, que era esse cotidiano eufórico... [...] Acho que 1968 não é um evento histórico e nem deve ser transformado em um, porque não é um fato fechado, não é uma efeméride justamente no sentido de que não conquistou absolutamente nada porque não quis, e por isso mesmo que ele libertou e criou a possibilidade de libertar, já que não desejava absolutamente nada a não ser a si mesmo, no sentido em que não fez circular esperanças.²

Mas havia História, confrontos políticos e sociais verdadeiros, mobilizações, reivindicações. Milhares morreram lutando naquele ano, um interregno mundial de revoluções sucessivas e interligadas – que incomodaram e fizeram tremer o capitalismo. Foi um momento da História que muitos gostariam realmente de esquecer ou de diluir como idílio imaginário de jovens bem nascidos. O mito da juventude naturalmente rebelde e apolítica serve para esconder o real teor político, internacionalista, dos movimentos, dos quais a América latina sangrou suas feridas, o México em particular. “Existia todo um clima cultural, mas era um clima que em grande medida girava em torno de eventos de caráter político e, como uma ruptura política, significou também uma ruptura das idéias, dos costumes, da cultura. Uma renovação do pensamento político, mas do pensamento teórico também”.³

Uma vaga revolucionária mundial em 1968

Existe uma tentativa de cobrir a luta política dos movimentos operários e o seu caráter internacionalista em 1968, como uma luta européia e cultural da juventude. Muitos dos autores realmente viram 1968 apenas como uma rebelião cultural ou uma crise das universidades buscaram desviar o foco das questões colocadas. Na verdade, tratava-se, pelo menos na França, de uma crise política maior do regime político francês. O regime gaullista fora fruto de um golpe de Estado em maio de 1958. O governo havia sido derrotado pela mobilização contra a guerra na Argélia e em 1963 os mineiros foram os primeiros a realizar uma greve que fez o governo recuar. Essa situação também se associava à tentativa do governo de retirar os direitos da previdência social dos trabalhadores, uma conquista de 1947. Havia, portanto, uma série de mobilizações que acumulavam energia revolucionária e que começava a favorecer a esquerda, especialmente o Partido Comunista, que registrara um crescimento espetacular em março de 1967.⁴ O regime, por isso, ampliava suas características antidemocráticas atacando as reivindicações populares, impondo arrocho salarial e buscando disciplinar os sindicatos.

Os estudantes franceses também tinham motivos concretos para estar aborrecidos com a situação. A crise na universidade francesa era um aspecto da crise geral do capitalismo. O número de alunos franceses crescera de 150.000 em 1956 para 605.000 em 1967 e a universidade produzia mais profissionais do que o mercado podia absorver. O governo pretendia limitar o número de universitários desqualificando os diplomas. Em janeiro de 1968, o ministro da Educação declarava que havia muitos estudantes na universidade. Esses estudantes eram ao mesmo tempo partes do setor mais sensível da sociedade para os acontecimentos internacionais: a ofensiva vietnamita, a resistência ao recrutamento nos EUA, a repressão aos estudantes da Alemanha.⁵ A conjuntura internacional favoreceu

e projetou a explosão do movimento francês de maio.

Na China, a revolução cultural, iniciada em 1966, tinha um sentido democrático radical, igualitário e anti-elitista que impactava muitos setores jovens. Nos EUA, ocorreram grandes agitações contra a guerra do Vietnã, os jovens rasgavam suas papeletas de convocação e muitos fugiam para o Canadá. Nessa época, os Beatles lançaram um disco nos EUA com uma capa em que eles estavam vestidos de branco como açougueiros e cobertos com pedaços de carne em uma crítica à guerra do Vietnã. Havia também movimentos dos negros pacifistas de Luther King e aqueles que pregavam a luta armada, como os Panteras Negras, que haviam traduzido o “Manual do guerrilheiro urbano” de Carlos Marighella. Em abril de 1968, Luther King era assassinado, o que radicalizou o movimento negro nos EUA. Aconteceu a ofensiva dos vietnamitas, a ofensiva TET ou ano novo lunar, que provocaria a derrota do exército mais poderoso do planeta. No Vietnã, a revolução terminou com a invencibilidade militar dos EUA. A capacidade de resistência e luta extraordinária do povo vietnamita derrotou o gigante do norte, provocando uma virada incontornável da situação internacional e da própria História. A potência militar que colocara quase 800.000 soldados no pequeno país perdia a guerra.

O controle que o stalinismo exercia sobre as organizações da juventude auxiliava na manutenção da ordem. Isso explica em parte porque a juventude francesa, que não havia experimentado as derrotas da classe operária e nem era controlada pelo stalinismo, pôde levantar a cabeça e lutar com liberdade por suas reivindicações. Surgiram vários grupos políticos de esquerda nas universidades que foram perseguidos e caluniados pelos stalinistas. A mobilização estudantil começou no dia 3 de maio no pátio da Sorbonne a partir de um comício chamado pela UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses). A administração foi ocupada pelos estudantes em protesto contra a prisão dos membros do “Comitê contra a guerra do Vietnã” em Nanterre, dando origem ao “movimento 22 de março” animado por Daniel Cohn-Bendit. No dia 3 de maio, é ocupada a Sorbonne e vários ativistas são presos pela polícia. Ocorrem combates de rua nos dias 5, 6 e 7 de maio e surgem barricadas no famoso Quartie Latin.⁶ No dia 6, desencadeia-se a mobilização pela greve geral e no dia seguinte os estudantes universitários e secundaristas se manifestam nas ruas cantando a Internacional, empunhando bandeiras vermelhas e cartazes de Ho Chi Mihn e Che Guevara. No dia 10 de maio, formaram-se barricadas com apoio maciço da população.

Nesses acontecimentos, o partido comunista teve sempre um papel abertamente contra-revolucionário e o seu jornal – *L’Humanité* – afirmou na ocasião que os estudantes eram apenas burgueses que não tinham nada a ver com a classe operária.⁷ Foi publicado no dia 3 de maio o célebre artigo “Falsos revolucionários a serem desmascarados”, onde

se afirmava que “os esquerdistas que se agitam em todos os meios seguem os interesses do poder gaullista e dos grandes monopólios capitalistas. Trata-se, em geral, de filhos de grandes burgueses que desprezam os estudantes de origem operária”. Mas a agitação nas fábricas obriga o PCF a mudar de tática. No dia 8 de maio, o partido stalinista é obrigado a anunciar seu apoio aos estudantes. No dia 14, começa uma onda de greves espontâneas com ocupação de fábricas e o movimento se amplia para Franceinter. A mobilização estende-se com a adesão de operários e camponeses. No dia 16, o símbolo maior do movimento operário francês, a fábrica Renault, inicia greve, aprofundando a solidariedade entre os operários. Comitês de greve começam a surgir, dando continuidade à mobilização que ganhava a cada dia um caráter mais político. Nesse momento já há 10 milhões de trabalhadores em greve geral, ainda que não decretada pelas centrais sindicais. A situação torna-se abertamente revolucionária. O Partido Socialista e o Partido Comunista entram em cena e se esforçam para bloquear esse impulso em direção à revolução.

O caráter revolucionário da crise é confirmado pela fuga de Gaulle para a Alemanha, de onde ele só retorna no dia 30 de maio, prometendo eleições gerais desde que a greve seja suspensa. O PC e o PS aceitam a proposta. A greve continua, mas vai se dispersando. No dia 11 de junho, três operários da Renault são mortos em manifestações. No dia 27 de maio, o aparelho stalinista entra em negociações com governo, mas os grevistas não aceitam o fim da greve. A burocracia stalinista age durante o mês de junho para quebrar o movimento. Dividida, a classe operária vê sua unidade se desarticular, o que permite ao governo retomar o controle da situação.⁸ Os dirigentes do PS e do PC buscam preservar o regime propondo uma moção de censura no parlamento que, derrotada, ajuda a confirmar o governo.

O movimento de massas queria e podia ir muito além dos seus objetivos iniciais. Para contê-lo, o governo, em acordo com os aparelhos políticos do PC e PS, foi obrigado a fazer várias concessões. Os grevistas queriam a dissolução da Assembléia Nacional e a convocação de eleições gerais, o que era possível. A direção sindical proclamou como suas as concessões recebidas para conter a revolução: um aumento de 35% do salário mínimo, equiparação dos salários agrícolas com os industriais, reconhecimento legal da representação sindical nas empresas, pagamento de 50% dos dias parados, promessa de redução da jornada de trabalho e de garantia de emprego. Houve ainda conquistas democráticas importantes, como o direito ao aborto. A reforma educacional foi enterrada. No ano seguinte, de Gaulle foi derrotado com 55% de votos Não e obrigado a afastar-se da vida política. Mais do que isso, a onda de maio foi longa e estimulou desenvolvimento da luta de classes internacional.⁹

Se, aparentemente, o governo de Gaulle saíra vitorioso dessa greve geral, isso ocorria porque, de um lado, havia a burguesia e os aparelhos do PC e do PS obrigados a fazer várias concessões e, de outro, a classe operária sem as suas principais organizações. Era o início clássico de uma revolução, mas em que os operários não conseguiram organizar seus próprios órgãos de poder e ficaram com poucos pontos de apoio para agir. Nesse sentido, a idéia muitas vezes difundida de que o movimento de 1968 foi original porque não possuía organização é extremamente reacionária. É um argumento de má-fé identificar as organizações operárias e estudantis com a esclerosada burocracia stalinista e outras direções políticas reacionárias. Ignoravam-se aqui as organizações políticas e sindicais forjadas por décadas de luta do proletariado. Os anarquistas e libertários ofereciam em seu lugar a idéia de uma elite fornecedora de conselhos aos que teriam que agir em seu nome, ou seja, os trabalhadores. Os novos libertários tomavam o lugar da burocracia que diziam combater.

Cai a máscara da burocracia stalinista

O papel exercido pelo PCF na França, ao colaborar para conter a onda revolucionária, precisou ser multiplicado no leste europeu. As mobilizações de 1968 na Tchecoslováquia constituem uma revolução política operária contra a burocracia. A Tchecoslováquia era um dos países mais industrializado do Leste europeu, com uma tradição operária forte e enraizada. No final de 1967, crescia a agitação entre operários e estudantes. O partido comunista busca manobrar e coloca Alexandre Dubcek como novo secretário-geral em janeiro de 1968. Ele propõe um “socialismo com face humana” e mais liberdades políticas. As massas agarram-se à pequena abertura para tomar as ruas, avançar reivindicações e exigir o fim dos privilégios da burocracia. O movimento sai do controle do governo e coloca em alerta Moscou. A partir de março de 1968 começou a se desenvolver uma série de organizações operárias autônomas, conselhos operários formados nas fábricas, um parlamento estudantil, a união dos jornalistas e a dos escritores editando jornais independentes.

A decisão de esmagar a revolução em marcha é tomada. Uma repressão brutal é executada em agosto pelos burocratas-policiais stalinistas. No dia 21 de agosto, ocorre a contra-revolução burocrática, com a ocupação do país pelas tropas do pacto de Varsóvia. Os tanques tomam as praças, milhares são presos e centenas de milhares de militantes são excluídos do partido, condenados sem processo, presos, forçados ao desemprego e tendo suas famílias perseguidas. Dubcek negocia um acordo contra as massas mobilizadas que acreditavam em sua proposta reformista, com o objetivo de enterrar o movimento e manter o controle da burocracia stalinista.

No mesmo período, irradiam-se mobilizações na Polônia, na própria Rússia e Alemanha oriental. A resistência continuou, apesar dos tanques e da polícia política. Como afirmou Pierre Broué: “milhões de pessoas calam-se, sem dúvida, mas não apóiam, como numa situação ‘normal’, a burocracia”. “Sobretudo, nem os desaforos pessoais ou familiares – nem as condições de vida espantosas, nem as ameaças de condenações conseguem ‘quebrar’ os militantes que continuam a exigir as realizações da ‘primavera de Praga’ e, particularmente, o combate pelos direitos e liberdades democráticas”.¹⁰

A primavera de Praga não foi contra o socialismo, mas contra a burocracia stalinista que sufocava o poder operário. O movimento de Alexandre Dubcek conformou uma corrente reformista dentro do partido comunista. Muitos acreditaram na possibilidade de uma reforma da burocracia ao ser proposto um “socialismo com face humana”. Após a intervenção russa, prisões, espancamentos e execuções, foram libertados os burocratas presos com o objetivo de tentar obter uma “normalização”. O elo frágil do movimento foi, porém, a dificuldade para tornar consciente e organizada a mobilização das massas populares, movimento esse bloqueado pela própria burocracia.¹¹

Os ventos revolucionários de 1968 que envolveram a América Latina incorporaram os traços próprios do desenvolvimento histórico da região. O massacre estudantil de Tlatelolco no primeiro plano concentrou os impasses em que se chocavam as tradições autonomistas das universidades latino-americanas com a degeneração do projeto nacionalista vitorioso da revolução mexicana de 1910. A conjuntura internacional foi decisiva para dar um conteúdo explosivo a essa situação. Ao mesmo tempo, os EUA tentavam desenvolver o programa “Aliança para o progresso”, uma chamada “revolução sem sangue ou revolução da liberdade”, mas apoiada nas ditaduras de Somoza na Nicarágua, de Batista em Cuba e de Trujillo da República Dominicana. E mesmo o governo de Eduardo Frei no Chile também era parte dessas tentativas de promover “revoluções pacíficas” no sentido dado pelos EUA. Um setor da juventude universitária também não deixava de se envolver pelo mito heróico das guerrilhas, que teve sua aura fortalecida pelo assassinato de Che Guevara em outubro de 1967 na Bolívia. O exemplo da revolução cubana de 1959 era um fato extraordinário para explicar o mesmo contexto histórico. No entanto, a maior parte da juventude estudantil universitária latino-americana podia contar com uma rica e longa tradição histórica pela liberdade, autonomia e democracia universitária. Esse passado será decisivo para explicar o 1968.

Durante o mês de setembro, o conflito tornou-se aberto e generalizado, questionando diretamente o sistema político nacional como antidemocrático. De fato, novas lideranças representativas ultrapassaram os diques formados pelas organizações tradicionais controladas pelo governo. A repressão brutal de 2 de outubro teve como justificativa o desafio

intolerável ao princípio da autoridade. Embora derrotados, os setores que se mobilizaram tiveram que ser considerados para continuidade estável do regime. O governo de Luiz Echeverría – na época ministro do interior e responsável direto pelo ataque – buscou integrar setores universitários ao Estado. O governo combateu brutalmente toda forma de contestação, ao mesmo tempo em que tentava cooptar parte da universidade com verbas e cargos políticos. De certa maneira, as iniciativas aventureiras promovidas por grupos de guerrilha urbana e outros movimentos políticos opositores do período poderiam ser vistos como continuidade da crise de 68. A reforma política de 1977 poderia ser vista como combinação do processo de volta à normalidade.¹²

O final da década de 1950 mostrava a articulação de um novo movimento social independente do governo. Essa situação ligava-se a uma conjuntura política latino-americana marcada por mobilizações após a Revolução Boliviana de 1952, mas principalmente pela vitoriosa revolução Cubana de 1959.

“A solução repressiva aos movimentos trabalhistas de 1958 e 1959 e o impacto da revolução cubana nos círculos políticos e intelectuais progressistas – alguns dos quais estavam ligados a Cárdenas – levaram o governo mexicano a manter uma política de não alinhamento frente às pressões norte-americanas contra aquela revolução”. A linguagem da retórica oficial buscava fortalecer uma imagem de Estado nacionalista e progressista. Uma característica marcante do nacionalismo mexicano contribuiu para a preservação da estabilidade interna, sem tentar ser verdadeiramente antagônico aos interesses dos EUA. Por exemplo, no verão de 1954, quando os EUA tentavam esmagar o governo de Jacobo Arbenz na Guatemala é condenando na OEA. O México não se somou em 1965, quando a República Dominicana foi invadida pelos marines, o governo mexicano condenou a invasão.¹³ Além disso, a revolução cubana provocou a uma tentativa de se criar um movimento que representasse uma alternativa nacionalista e democrática: o movimento de libertação nacional que não conseguiu prosperar.¹⁴ No último ano do governo de Ruiz Cortines ocorre uma série de movimentos reivindicatórios dos sindicatos dos telegrafistas, professores, petroleiros, ferroviários, além da ação dos estudantes. Como característica geral desses movimentos, além das reivindicações por aumento de salário, estava o questionamento dos dirigentes sindicais oficiais e a busca por uma organização mais democrática e independente do Estado. Os ferroviários converteram-se no núcleo dos setores operários contra o Estado.

Quadro de aumento % das matrículas no ensino superior nas décadas de 1950 e 1960	
México	mais de 150%
Chile	mais de 164%
Brasil	mais de 60%
Panamá	mais de 104,5%
Média da América latina no período	66,7%

Fonte: FERNANDES, Florestan, *Círculo fechado*, p. 163.

Outro problema que afetava as universidades era o descompasso entre as novas expectativas sociais e econômicas geradas por um desenvolvimento econômico ainda que subordinado e a consolidação de novos cursos profissionais necessários às novas funções da economia. Grande parte dos estudantes ingressantes buscava mais prestígio e honra do que as necessidades que a universidade visava atender. Em geral, os novos setores da pequena-burguesia que abriam espaço nas universidades adotavam os padrões das classes altas, baseados em privilégios e *status*. Com isso, as universidades tendiam a manter traços conservadores harmonizados com o funcionamento econômico subordinado do capitalismo internacional.¹⁵ Essas contradições e choques latentes aguardavam um momento histórico de resolução ou, pelo menos, de expressão política.

Uma das características dos movimentos contestadores de 1968 foi que os setores novos não vinham, como antes, dos alicerces do sistema. Os setores operários e camponeses estavam em grande parte controlados por sindicatos oficiais, mas as camadas médias da pequena burguesia e principalmente dos estudantes e professores universitários, não. O surgimento de mobilizações de setores médios na vida política mexicana era um fenômeno novo na década de 1960. O controle exercido pelo governo sobre as organizações populares e operárias impedia que as forças políticas independentes avançassem sobre grupos sociais desorganizados e marginais da cidade com o relativo sucesso. O principal descontentamento concentrava-se em setores operários mais organizados, como os ferroviários ou setores da pequena burguesia, como os professores do ensino primário. Esses movimentos sociais participaram no grande enfrentamento de 1968.¹⁶ Tudo ocorreu no coração do país, na cidade do México. A repressão de julho contra uma manifestação estudantil com quase nenhum conteúdo político teria exacerbado o profundo e tradicional descontentamento político da classe média.¹⁷

A universidade latino-americana sofria e era exposta a formas sistemáticas e institucionalizadas de repressão e opressão expressas nas tendências conservadoras do corpo docente. A fermentação do movimento estudantil crescia em um ambiente internacional

revolucionário, mas que localmente se movia nos quadros do autoritarismo institucionalizado do regime mexicano. A mobilização dos estudantes mexicanos desenvolveu-se entre julho e outubro de 1968, às vésperas da abertura das olimpíadas no país. O movimento foi uma síntese contraditória da conjuntura internacional, do desenvolvimento das universidades no continente e do esgotamento do regime revolucionário mexicano saído da revolução de 1910-1917. As décadas imediatamente anteriores a 1968 podem nos fornecer os fios históricos mais profundos para explicar o massacre estudantil de 1968.

Numa primeira etapa das mobilizações, em 22 de julho, ocorre o enfrentamento entre estudantes da UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México) e Instituto Politécnica contra os estudantes de um curso preparatório local. Dois dias depois, em 24 de julho, ocorre a repressão da polícia no *campus*, ferindo a autonomia universitária. Em 26 de julho, a Federação Nacional dos Estudantes Técnicos, controlada pelo partido do governo, é obrigada a chamar uma manifestação de protesto contra a repressão e ocupação da polícia. A manifestação ocorre no mesmo momento em que outro grupo de estudantes, ligado ao partido comunista, realizava uma comemoração da revolução cubana. Um grupo de estudantes – cerca de 5000 – decide dirigir-se à praça central do México. A reivindicação central era inicialmente dirigida contra a repressão e pela libertação de todos os estudantes presos.

A federação, que buscava representar cerca de 75.000 estudantes, combatia as diferentes tendências de esquerda do movimento e, durante o período das negociações, a polícia, com sua contumaz pouca habilidade política, divulgou que a própria federação havia solicitado a invasão do *campus* universitário e a repressão à mobilização dos estudantes ligados às organizações de esquerda. O resultado imediato dessa informação foi a desmoralização quase que completa da federação ante o movimento. Foi criado em seguida um Comitê de Coordenação da Greve Geral, eleito em assembléias e com mandato democrático para dirigir o movimento.

No dia 27 de julho, os estudantes decidem ocupar vários locais da UNAM. Dois dias depois, a polícia inicia a busca de “anarquistas franceses” ligados às revoltas do maio francês. São presos cerca de 1000 estudantes e mais de 400 são feridos durante a repressão. Os estudantes respondem com a decretação da greve geral em várias universidades do país. O movimento ganha crescente dimensão política. No dia 30 de julho, o governo muda de tática ante a ampliação do movimento e decide negociar com a federação oficial, mas mantém presos 14 militantes estrangeiros.

No dia 9 de agosto, um Conselho Nacional de Greve é formado. No dia 27 de agosto, ocorre uma manifestação gigantesca na praça central da cidade do México, com a presença de mais de 400.000 pessoas. A mobilização agora também se irradia socialmente

e atrai várias categorias de trabalhadores. No dia 30 de agosto, o conselho universitário da UNAM decide apoiar as reivindicações dos estudantes pelo fim da repressão e pela libertação dos presos.

A confederação dos trabalhadores mexicanos, controlada pelo governo, coloca-se frontalmente contra a mobilização de massa e declara que “o movimento é francamente subversivo”. A repressão do governo cresce. Um cerco político contra os estudantes é montado. Mas a resistência continua e o Conselho Nacional de Greve decide realizar uma nova grande manifestação marcada para 13 de setembro. O movimento assume um caráter político nacional e nele se engajam agora trabalhadores, jovens, movimentos populares e sindicais independentes. O Conselho de Greve propõe ao governo um diálogo público nacional para discutir as reivindicações e soluções, mas o governo decide retomar a escalada de repressão. No dia 23 de setembro, o reitor da UNAM, Javier Barros Sierra, demite-se após a decisão do governo de ocupar a universidade com mais de 10.000 soldados. O movimento criara uma situação revolucionária que previa um desenlace dramático.

Em 2 de outubro, os estudantes, que estavam em greve há nove semanas, realizam uma nova manifestação empunhando cravos vermelhos. O exército consegue cercar aproximadamente 5000 manifestantes. Muitos estavam acompanhados de suas famílias e diferentes categorias sindicais traziam delegações à praça das três culturas, conhecida como Tlatelolco. Sob cerco, os manifestantes foram alvejados por balas e bombas como resposta às suas reivindicações. Até os dias de hoje há muitas controvérsias sobre os números de pessoas assassinadas.¹⁸ Alguns autores apontaram entre 200 e 300 mortos, embora o governo afirmasse que apenas quatro pessoas tenham morrido e vinte tivessem sido feridas. O massacre de Tlatelolco foi um golpe de força para esmagar com o sangue um processo revolucionário em andamento.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professor doutor em História da Universidade de Guarulhos.

¹ MATOS, Olgária. A política não foi o solo desse movimento, in: *1968: a imaginação no poder*, p. 10

² SEVCENKO, Nicolau. Ninguém pretendia conquistar o poder, in: *1968: a imaginação no poder*, p.20

³ SADER, Emir. Os anos 60 foram eminentemente políticos, in: *1968: a imaginação no poder*, pp. 24-26

⁴ COGGIOLA, Osvaldo. História, mitos, utopias, in: *1968: a imaginação no poder*.

⁵ Uma das explicações para a ruptura seria a de que havia uma crise de crescimento pela incapacidade do capitalismo em satisfazer as necessidades da massa de jovens que viviam uma elevação no seu nível médio de vida, além das necessidades de consumo de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada, posição defendida por Ernest Mandel, principalmente. Ver Coggiola, op. cit.

⁶ COGGIOLA, op. cit.

⁷ GOUJON, Gerard. Crise capitalista e revolução: o maio francês de 1968, *Revista Estudos* n. 34, São Paulo, novembro 1992, p. 54.

⁸ Ibid.

⁹ COGGIOLA, op. cit, p. 31

¹⁰ BROUÉ, Pierre, *A primavera dos povos começa em Praga*.

¹¹ Ibid.

¹² CAMÍN, Héctor Aguilar e MAYER, Lorenzo. *A sombra da revolução mexicana*, p. 250.

¹³ AGUILAR e MEYER, op. cit, p. 1339

¹⁴ CAMPO, Julio Labastida del. Da unidade nacional ao desenvolvimento estabilizador (1940-1970). In: CASANOVA, Pablo González. *América latina meio século*, volume 4, p. 299-301.

¹⁵ Ibid., p. 299.

¹⁶ Ibid., p. 303.

¹⁷ Ibid., p. 304.

¹⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p. 86

¹⁹ MARIÁTEGUI, op. cit, pp. 88-89, nota que apesar das diversas opiniões sobre a reforma universitária como um movimento de classe média, vários setores estudantis se aproximaram do proletariado desenvolvendo propostas como as universidades populares: “saíram da universidade, em todos os países latino-americanos, grupos de estudantes de economia e sociologia que puseram seus conhecimentos à serviço do proletariado, emprestando a este, em alguns países, uma direção intelectual que antes havia faltado”.

²⁰ MARIÁTEGUI, op. cit., pp. 89-90.

²¹ Ibid., p. 111.

²² FERNANDES, Florestan, *Circuito fechado*, p. 149.

²³ Ibid., p. 150.

²⁴ Ibid., p. 151.

²⁵ Ibid., p. 157.

²⁶ FERNANDES, op. cit., p. 188

²⁷ CAMIN e MEYER, op. cit., p. 1354.

²⁸ Ibid., p. 249. Segundo a interpretação de alguns autores, o movimento de 1968 guarda relação com movimento vasconcelista de 1929, como mais um movimento da classe média politizada por democracia, hipótese que tende a diminuir e esvaziar o conteúdo de crise política maior dos movimentos.

²⁹ Em outubro de 1997, o congresso mexicano criou uma comissão de investigação em que, em junho de 2006, o ex-presidente Luís Echeverría, na época do massacre ministro do interior, foi condenado à prisão domiciliar.

ENTRE A TRADIÇÃO E O ENGAJAMENTO: ATAHUALPA YUANQUI E A CANÇÃO FOLCLÓRICA NOS TEMPOS DE PERÓN

Tânia da Costa Garcia*

Resumo

Entre 1945 e 1947 o cantautor argentino Atahualpa Yupanqui, gravou 20 canções pelo selo Odeon. Em 1945, filiou-se ao Partido Comunista Argentino e, em 1947, teve sua música proibida de ser veiculada pelos meios de comunicação ou em apresentações ao vivo. Examinando o repertório referente a esses dois anos, objetiva-se investigar as relações deste com a ideologia do Partido e com a tradicional música folclórica argentina, apropriada pelo governo peronista, dentre as representações do popular, como forma de “integrar o povo à nação”.

Palavras-chave

Canção popular; comunismo; identidade nacional; peronismo.

Abstract

Between 1945 and 1947 the Argentine singer Atahualpa Yupanqui, recorded 20 songs by Odeon. In 1945 he joined to the Argentine Communist Party and, in 1947, had his music banned by the media or live presentations. Examining the repertoire regarding these two years, we aim to investigate the relationship between the singer with the ideology of the Party and with the traditional Argentine folk music, used by Peron government, among the representations of the popular as a way to “integrate the people to the nation.”

Keywords

Popular song; communism; national identity; peronism.

Estudar a música popular midiaticizada como representação social pertencente às sociedades modernas implica investigar as relações entre o nacional e o popular.

A idéia de nação está tão imbricada à modernidade que a impressão que se tem com relação à nacionalidade é de que tal sentimento identitário existe desde tempos remotos. A história da nação, no caso dos países do continente americano, é narrada desde sua “origem”, qual seja: o descobrimento, passando pelos processos de colonização e independência.

Entretanto, é somente com a autonomia política, conquistada através de acordos e/ou rupturas, que tem origem a necessidade de se dar sentido a essa unidade. Desde então, são identificados elementos comuns entre aqueles que habitam o mesmo território. Através de laços identitários, preexistentes e/ou inventados (imaginados) – conjunto de valores, símbolos, lembranças e mitos disponíveis – define-se a identidade nacional.¹

Tais prefigurações, fundadoras de um nacional, fundamentadas no social e no político, foram e são constantemente reinterpretadas pelas sucessivas gerações. Em cada época, utilizam-se dos suportes disponíveis para a produção, difusão e fixação de um universo simbólico comum. No século XX, para a produção e reprodução das identidades nacionais – diferentemente do século XIX, em que predominou o uso da imprensa escrita e, portanto, da cultura letrada – fez-se largo uso do rádio, do cinema e da televisão a fim de promover um conjunto de imagens e símbolos capazes de integrar a nação. Na América Latina, o papel de tais veículos foi demasiadamente importante, uma vez que a escrita, mesmo quando adentramos no século XX, era ainda de domínio restrito. Como bem observa Martin Barbero, diferentemente da trajetória européia, praticamente saltamos da cultural oral para a midiática, sem assentarmos lastro na cultura escrita, que, entre nós, se desenvolveu paralela e concorrencialmente àquela propagada pelos meios de comunicação de massa.²

O desenvolvimento dos meios de comunicação na região, marcado entre os anos 20 e 30, coincidiu com a intensificação da migração do campo para a cidade, com a chegada de levas de imigrantes em decorrência das crises econômicas da Europa do pós-guerra e com o desenvolvimento da industrialização, resultando numa configuração social mais complexa do espaço urbano, o que exigiu uma nova organização política sustentada em novos laços de solidariedade. Carecia-se, desde então, de uma reconfiguração do simbólico nacional capaz de integrar esses novos setores à nação.

Nesse processo de construção e reconstrução das identidades nacionais, diferentes apropriações da denominada cultura popular estiveram em choque, incluindo ou excluindo, no plano do simbólico, determinados grupos e ideologias do poder.

Vale lembrar que a relação entre identidade nacional e cultura popular tem início com os estudos folclóricos surgidos na Europa do século XIX, em decorrência da necessidade de constituição de uma identidade para a nação. Em busca da “essência do povo”, os folcloristas nomearam o mundo campesino como depositário de um passado comum capaz de representar o espírito nacional, em detrimento do universo urbano degradado, corrompido, visto como ameaça a essa unidade. O que interessava era o “passado em vias de extinção”.³ Apesar das polêmicas internas entre os folcloristas, foi, basicamente, essa concepção de folclore que alcançou o século XX, norteando os debates em torno dos critérios para se definir a cultura nacional.

Entretanto, ao se promover a integração das manifestações culturais dos *de baixo* ao universo simbólico da nação, procedeu-se não só a uma seleção como também a uma re-apropriação desses elementos, atribuindo-lhes novos significados e descartando outros.

Reconhecendo o poder persuasivo dos meios de comunicação, governos populistas utilizaram-se da cooptação e de coerção – desde a propaganda política ao aliciamento de intelectuais e artistas, até a censura e a perseguição sistemática – a fim de adequar e disciplinar os elementos oriundos das representações do popular à ideologia de Estado. Evidentemente, as reações foram as mais diversas, desencadeando negociações entre os grupos divergentes. Essa perspectiva predominou em diferentes países da América Latina entre os anos 30 e 40, elegendo o popular como lugar de luta e de conflito.

Sobre a definição de popular, adoto a concepção de Stuart Hall, para quem o princípio estruturador não se constituiu dos conteúdos dessa categoria – os quais, se transformam continuamente.

O que importa então não é o mero inventário descritivo, que pode ter efeito negativo de congelar a cultura popular em um molde descritivo atemporal, mas as relações de poder que constantemente pontuam e dividem o domínio da cultura em suas categorias preferenciais e residuais.⁴

Para uma reflexão mais detida sobre o tema, trago aqui algumas considerações sobre a obra musical de Atahulapa Yupanqui, de 1945 – anos em que o músico argentino filiou-se ao Partido Comunista – a 1947, quando foi amordaçado pela censura. Nesse período, Yupanqui chegou a gravar vinte canções pelo selo Odeon. Examinando o repertório relativo a essa fase, objetivo investigar as relações deste com ideologia do Partido e sua incompatibilidade com a tradicional música folclórica argentina, apropriada pelo governo peronista, dentre as representações do popular, como forma de “integrar o povo à nação”.

Atahualpa Yupanqui e o Partido Comunista Argentino

As primeiras gravações de Atahualpa Yupanqui datam dos anos 30. Firmando-se no mercado no início dos 40, teria, em 1947, a execução de sua música proibida. Desse ano até 1953, não se ouviu a voz de Yupanqui na Argentina. Tal silêncio esteve relacionado à sua filiação, em 1945, ao Partido Comunista Argentino e as tensões entre o peronismo, o compositor e a sigla.

Após ser perseguido, preso e torturado, Atahualpa seguiu para o Chile. Vivendo aí, por alguns meses, logo em seguida partiu numa turnê pela França e por diferentes países do leste europeu. Pelas relações do compositor no Chile, onde se aproximou do poeta e senador pelo Partido Comunista Chileno, Pablo Neruda, e pelos países visitados na Europa, é possível aventar que em seu tempo de exílio manteve fortes laços com o Partido Comunista Argentino, que, certamente, mediou suas relações no exterior.

Ao regressar da Europa para a Argentina, em meados de 1950, Yupanqui “sofreu uma série de detenções, sob diversas acusações, nenhuma delas suficientemente clara”. Chegou a ficar vários meses preso – em torno de nove – sem processo ou condenação. Após retomar sua liberdade, passou um período curto de tempo em Buenos Aires e em seguida retirou-se com a família para o interior, em Cerro Colorado, na província de Córdoba.⁵

Até 1953, viveu num ostracismo rompido somente com sua saída do Partido Comunista. Mobilizado – segundo seu biógrafo Norberto Galasso – pelo contato com a realidade das nações que constituíam a URSS, cuja política e o próprio governo eram absolutamente subordinados à Rússia, tornou-se um severo crítico do stalinismo, corrente dominante dentro do PCA.⁶ Diante dessa avaliação e da censura imposta à sua música, teria resolvido abandonar a sigla, formalizando sua saída numa declaração pública, com nota no jornal *La Nación*:

Com o fim de evitar interpretações equivocadas, me vejo obrigado a deixar registrado publicamente minha desvinculação absoluta e definitiva, por própria convicção, do Partido Comunista desde há aproximadamente dois meses. Meu desejo é somar-me ao engrandecimento cultural de minha Pátria e à difusão dos motivos musicais do folclore nacional.⁷

A declaração de Atahualpa, publicada em *La Nación* intencionava deixar claro que sua saída do Partido era uma decisão absolutamente pessoal. Entretanto, o PCA logo defendeu-se, sugerindo que o compositor teria sido assediado pelo governo para abandonar o Partido. O periódico oficial do PCA, *Nossa Palavra*, rebatia, em tom de denúncia:

O Partido inteirou-se de que as esferas oficiais teriam proposto a Atahualpa Yupanqui que renunciasse a sua filiação [e que este logo havia] feito pedidos aos altos funcionários civis e militares, solicitando indulgência para seus erros políticos do passado e autorização para voltar a se apresentar publicamente.⁸

Certamente, desagradou à cúpula do PCA a perda desse ilustre militante, daí a reação de represália, figurando Yupanqui como um traidor. Já, para o governo, trazer de volta às rádios a música de Yupanqui, sem seu conteúdo militante, era duplamente interessante, pois não só se livraria da impopularidade de condenar ao silêncio um artista de respeitado pelo público, como atraía para suas fileiras uma expressão internacional da música popular argentina.

Contudo, é importante destacar que, a despeito de sua saída do PCA, Atahualpa Yupanqui, embora tenha de imediato amainado o caráter contestador de seu repertório, não abandonaria suas convicções políticas. Em gravações posteriores como “El Payador perseguido”, de 1966, e “Preguntitas sobre Dios”, de 1977, continuava a manifestar seu posicionamento ideológico.

A música folclórica de Atahualpa Yupanqui em tempos de militância

Em qualquer tempo, as sonoridades que compõem os discos de Yupanqui se resumem ao violão – tocado com particular maestria, reconhecida inclusive pelos críticos de formação erudita dos diferentes países onde se apresentou – e a voz rústica, cujo canto, quase declamatório, destaca especialmente a letra. Estas versam sobre os costumes, a gente do campo, os elementos da paisagem, a relação entre homem e natureza, temáticas caras à tradição popular. Entretanto, como se verá aqui, suas canções manifestam uma ótica bastante particular do artista a respeito do folclore.

Os cultores da música folclórica argentina do tempo de Yupanqui partiam do pressuposto de que havia uma música ameaçada de extinção e esta deveria ser preservada na sua integridade. Assim, fiéis à tradição, reproduziam o repertório recopilado mantendo-se o mais próximo possível da sua forma autêntica. Valorizavam o popular sem, no entanto, se importarem com as relações que permeavam e configuravam seu universo.

O repertório de Atahualpa Yupanqui, embora estivesse comprometido com esse passado, revisitava-o sem perder de vistas suas tensões e conflitos. O compositor, a seu modo, atualizava o discurso folclórico. Tal releitura custou-lhe a oposição daqueles que entendiam o popular como “resíduo elogiado, depósito da criatividade camponesa”, a ser fixado como tradição, *museificado*, e do peronismo, que se aproximava do universo do popular, mas rejeitava sua autonomia, a fim de integrá-lo à nação.

De 1945 a 1947, antes de ser amordaçado pela censura, Yupanqui deixou registradas vinte canções pelo selo Odeon. Desse total, foi possível localizar nove, número considerado representativo para os objetivos aqui propostos. A fim de proceder a uma análise mais detida das canções, divido-as em três blocos, tendo, como critério de agrupamento,

os anos de lançamento dos discos. Seguindo esse procedimento, evidencio o que se apresenta como recorrente entre os blocos e o que aparece como mais específico em cada um deles.

Do primeiro bloco, datado de 1945, constam lançados três compactos, o primeiro trazendo “Arenita del camino” e “Zamba del Grillo”, o segundo “Huella triste” e “Campo abierto”, e o terceiro “Baguala del minero” e “Pastito quemado”. Das seis cações foram localizadas três: “Zamba del Grillo”, “Huella triste” e “Baguala del minero”, sendo, esta última, a única com uma temática explícita de denúncia social.

“Zamba Del Grillo” e “Huella triste” trazem presentes elementos típicos do repertório yupanquiano, contemplados também pelas canções folclóricas mais tradicionais: a natureza – as montanhas, os rios os “caminos tucumanos” – a saudade, a distância, as recordações.

Já “Baguala del Minero” foge dessa temática e se orienta para o mundo do trabalho. A canção escrita na primeira pessoa faz do poeta porta-voz desse universo: “*Voy llevando los barrenos al socavón*”. Ao contrário da imagem idealizada pelo folclore argentino da figura do camponês – grupo isolado, vivendo em comunidades auto-suficientes, longe das transformações impostas pela modernidade, “Baguala del minero” demonstra que o campo não escapa à lógica do capital, reproduzindo as relações de trabalho do mundo industrial. Yupanqui, nessa canção, não se fixa apenas nas temáticas perpetuadas pela tradição, o universo que retrata contém tensões e conflitos, desvelando contrastes na imagem do folclore como representação da unidade nacional.

Em 1946, o compositor gravou oito canções, quatro compactos: “La añera” e “Chilca Juliana”, “Alegria en los paneles” e “Andando”, “A que le llaman distancia” e “Canto del peon envejecido”, “Recuerdo del Portezuelo” e “La pobrecita”. Destas, ouvimos “La añera”, “Chilca Juliana” (instrumental), “A que le llaman distancia”, “Recuerdo del Portezuelo” e “La pobrecita”.

Dentre as cinco canções localizadas, apenas “La pobrecita” pode ser considerada uma canção “comprometida”, versando sobre a vida dos camponeses pobres que trabalham nos canaviais da região de Tucuman. Alguns elementos dessa zamba assemelham-se àqueles presentes em “Baguala del minero”: novamente, Yupanqui trata de enfocar um tema que não interessa ao cancionista mais tradicional: o mundo do trabalho e suas relações assimétricas. Como na baguala, não se afasta musicalmente do típico folclore, elegendo como ritmo a zamba e sendo conservador na sua execução.⁹ Entretanto, a poética da canção não exalta os costumes, a paisagem, a festa, como fazem os folcloristas que se declaram tradicionais. Como versa o próprio compositor: “*Mi zamba no canta dichas/ solo pesares tiene el paisano*”.

As demais canções desse bloco expressam um sentimento de nostalgia, recordações de um passado que se foi. Como os respectivos títulos sinalizam, evocam a distância e a saudade, temáticas recorrentes, como já se viu aqui, em outras canções do compositor. A canção que melhor explicita este estado é “La añera”: “*Yo tengo una pena antigua inútil botala afuera y como es pena que dura yo la he llamado la añera*”. Atahualpa canta uma paisagem e um homem argentino ameaçados de desaparecerem.

O último bloco, de 1947, é composto pelas seguintes canções: do primeiro disco “Camino del índio” e “Zambita de alto verde”, do segundo “Adios Tucuman” e “Aire de la vidalita riojana”, e do último “Tu que puedes vuélvete” e “Gramilla”. Desse total, apenas “Camino del índio” foi encontrada. Aqui, mais uma vez, Yupanqui diferencia-se da maioria dos compositores do folclore argentino, não pela temática social propriamente, mas pela temática indígena, evocando esse personagem excluído das representações do nacional. O título “Camino del índio” – como observa Ricardo Kaliman em sua obra *Alhajita es tu canto: el capital simbólico de Atahualpa Yupanqui* – faz referência direta ao chamado “Camino Del Inca”,

[...] uma vasta construção que ao longo do Tawantnsuyu (o império incaico) englobava as populações mais importantes e culminava em Cuzco, a grande cidade capital e sede do monarca. Esta laboriosa obra, construída com grandes blocos de pedra, chegava até o que hoje constitui o noroeste argentino, onde provavelmente Yupanqui teve ocasião de conhecer suas ruínas [...] O “Caminho do Inca” permite a Yupanqui, nesta canção, estabelecer um vínculo entre o presente do norte argentino com a mais poderosa cultura indo-americana do subcontinente sul-americano.¹⁰

O indígena de Atahualpa transborda as fronteiras do território nacional.

Após esse período, durante sua viagem à Europa, entre de 1949 e 1950, o músico chegou a gravar, na França, alguns compactos pelo selo Le Chant du Monde. Dessa época constam, entre outras, as seguintes canções: “Basta ya”, “Preguntitas sobre dios”. E pelo selo BAM (Edition de la Boite a Musique), também francês, “Duerme Negrito”. Essas três músicas são declaradamente militantes e fazem jus ao seu período de filiação ao Partido Comunista.

Há, ainda, outras canções com temática social, cuja data infelizmente não foi possível localizar: “Trabajo, quiero trabajo”; “Te dicen poeta” (“El poeta”); “Juan”; “Campesino”; “La copla”. Todavia, avento a possibilidade de que o engajamento de sua arte não se restrinja aos tempos de filiação ao Partido. Isto é, entendo que o fato de se tornar comunista não caracterizou propriamente uma ruptura no seu repertório, introduzindo elementos absolutamente novos nas suas composições. Em 1944, por exemplo, antes de filiar-se, Atahualpa gravou “El arriero”, canção em que afirma: “*Las penas e las vaquitas se van por la misma senda/ Las penas son de nosotros, las vaquitas son ajenas*”. O que

não implica não reconhecer que as “canções comprometidas” sejam, provavelmente, numericamente superiores nessa fase de militância do artista.

Em comum, as canções de Yupanqui ora examinadas, tanto aquelas que cantam a saudade, a tristeza, a paisagem rural, os costumes do homem do campo, como as politicamente engajadas, trazem como *topos* o interior da Argentina, sobretudo a região noroeste, lugar onde passou parte de sua infância e com o qual constituiu uma forte identificação ao longo da sua vida.¹¹

Se, por um lado Yupanqui pouco se diferencia da chamada geração do Centenário, isto é, das construções de Leopoldo Lugones e Ricardo Rojas sobre a nacionalidade argentina, por outro, é inegável que suas canções guardam características peculiares em relação ao repertório do típico folclore nacional. O homem do campo de Atahualpa não se restringe à figura do gaúcho do poema *Martin Fierro*. É também o homem comum, o camponês pobre, o trabalhador humilde das minas e dos canaviais de Tucuman. É o indígena que, apartado das construções identitárias, desde os tempos de Sarmiento, ganha seu pertencimento na obra de Atahualpa Yupanqui, cujo nome, de origem inca, não por acaso, foi escolhido por ele em substituição ao de batismo, Hector Roberto Chavero.

Esses pequenos “desvios” cometidos por Yupanqui em relação ao folclore tradicional, adensados por sua militância político-partidária, custaram-lhe, além de certa marginalização entre seus pares – o músico foi desacreditado como intérprete da música folclórica e veladamente hostilizado pelo seu posicionamento ideológico – sua condenação ao silêncio pelo governo de Perón.

Peronismo, comunismo e folclore

Em 1946, Juan Domingo Perón implantava um governo simpático às camadas populares. As representações do nacional eram redimensionadas, incorporando efetivamente o universo simbólico oriundo dos segmentos menos privilegiados, contemplando costumes e tradições do homem do campo que migrava para a cidade com o enfraquecimento das economias regionais. Buenos Aires, cidade do tango, passava a escutar em suas ruas milongas, zambas, chacareras, entre outros ritmos do interior. Perón dava continuidade à valorização das tradições populares iniciada pelos governos anteriores, mas expandia e intensificava a ritualização desse universo. O folclore, como representação da nação, deixava de ser monopolizado pelas oligarquias rurais como legitimador de seus direitos de soberania sobre o território nacional¹² e passava a ser partilhado e negociado com as camadas populares a fim de simbolizar sua inclusão social e emancipação política, promovida pelo Estado. A cultura seria utilizada pelo governo de Perón como meio apaziguador dos conflitos sociais e promotor de um canal de identificação entre o povo e seu líder.

O governante deveria ser simpático às massas e, para tanto, “bastaria que aparecesse respaldando todas as disposições que repercutissem favoravelmente na população”.¹³ Imbuído desse ideal, sem alterar a Constituição, que continuava garantindo liberdade de expressão, exercia um excessivo controle sobre os meios massivos de comunicação, desde a imprensa escrita até as emissoras de rádio, através da Subsecretaria de Informaciones e da Secretaria de Prensa y Difusión.¹⁴

Nos primeiros dois anos de governo peronista, as canções de Yupanqui eram tocadas nas rádios argentinas ao lado de outras, que compunham o repertório do folclore nacional. Mesmo considerando-se um folclorista, o compositor realizava seu trabalho com maior autonomia. Sem opor-se à cultura nativa ou distanciar-se da tradição, para Yupanqui, a canção era também um meio de revitalizar essa herança, de trazê-la para a contemporaneidade, incorporando novas formas estilísticas à melodia e renovando seu conteúdo poético. No entanto, em 1947, essas canções teriam sua veiculação proibida nas rádios e sua execução impedida em apresentações em público. O que havia mudado: a música de Yupanqui ou o governo de Perón?

Logo após a ostensiva oposição à candidatura de Perón preconizada pela Unidade Democrática nas eleições de 1946, o PCA optou por uma linha política intermediária – nem de aliança, nem de oposição total ao governo – reservando-se o direito de criticar o negativo e apoiar o positivo.¹⁵ O Partido entendia que o peronismo era composto por forças heterogêneas, isto é, por setores progressistas e reacionários, e que, portanto, impor uma pressão sobre o governo em apoio à ala progressista, a fim de torná-la hegemônica, parecia ser o melhor posicionamento.¹⁶ Nessa perspectiva, foi favorável, por exemplo, à fusão dos sindicatos liderados pelos comunistas com aqueles reconhecidos pelo peronismo. Mesmo em 1947, quando o governo mostrou-se francamente reacionário – com a imposição do ensino religioso nas escolas, a subsistência das brigadas de choque, (herança da GOU) a acentuada interferência na organização do movimento sindical, as ameaças à imprensa que prezavam pontos de vistas independentes –, o Partido interpretou tais medidas como manobras oriundas da facção conservadora. Pelo menos até 1949 – data da reforma constitucional –, o PCA não exerceu uma oposição sistemática ao governo.

Entretanto, a postura relativista assumida pelo Partido não impediu, em 1947, a ostensiva campanha promovida pelo governo contra os comunistas. Ocupando as emissoras de rádio, o próprio Perón proferiu discursos incitando a população contra a “perigosa” facção política. Medidas repressoras foram tomadas no sentido de coibir os elementos considerados “promotores da desordem”. Embora o Partido, paradoxalmente, continuasse na legalidade, seus militantes foram perseguidos, as sedes do Partido sofreram aten-

tados e em alguns momentos houve dificuldades para fazer circularem seus periódicos. Foi nessa onda depuradora que Atahualpa Yupanqui terminou preso e torturado, tendo sua música proibida.

Nesse ano de 1947, Yupanqui completava dois anos de sua filiação ao PCA – período em que as canções engajadas marcaram seu repertório. Mas por que somente nesse ano o comunismo se tornaria alvo do peronismo? De acordo com interpretações do próprio Partido, o tratamento hostil dispensado pelo governo constituía uma estratégia para enfrentar a crise econômica que se desencadeava, isto é, “Perón preparava o terreno – com a desculpa do anticomunismo – para frear as reivindicações do movimento proletário”.¹⁷ Procedendo ou não tal argumento, o fato é que nosso personagem tornou-se, desde então, uma dupla ameaça ao regime: não só era do PCA como ainda se dedicava às canções folclóricas. Se o folclore era parte das representações do nacional propagadas pelo governo, não seria permitido que alguém pertencente à oposição partilhasse desse mesmo canal de persuasão para difundir sua ideologia. Garantir o monopólio dessas representações era condição para o exercício do poder com o amplo apoio das massas. Nesse sentido, a submissão da cultura e de seus produtores era justificada em razão dos valores nacionais. Não caberia à arte questionar e muito menos contestar. Sem controle, argumentava o líder argentino, “a cultura se dilui num mar de inquietações”.¹⁸ Ao fixar as tradições, ao inventar um unísono para as representações do nacional, o peronismo ritualizava a unidade personificada pelo governante e legitimava seu autoritarismo. Daí seu interesse pelo controle da arte em geral e, sobretudo, dos meios de comunicação que passavam a veicular as manifestações populares previamente aprovadas pela Subsecretaria de Informaciones. Daí a experimentação ser, por princípio, negada. Isto é, o governo “recusava [...] a existência do artista como indivíduo”.¹⁹ Se a música de Atahualpa Yupanqui insistia na sua autonomia, afastando-se do folclore institucionalizado, tornava-se, aos olhos do Estado, um subversivo, passivo de ser enquadrado na lei e punido pelas autoridades. Eliminando a pluralidade, o peronismo pretendia neutralizar o conflito, eliminar o embate.

Atahualpa Yupanqui e a Nova Canção na América Latina

Foram essas características da música de Atahualpa Yupanqui – sua relação livre com a tradição, sua poética contestatória e seu virtuosismo – que o trouxeram para dentro do movimento de revitalização do cancionero folclórico argentino nos anos 60.

No *Manifiesto del Nuevo Cancionero*, escrito pelo compositor e poeta Armando Tejada Gómez em 1963, a obra de Atahualpa é citada como referência para a nova geração de compositores.

[...] quando o principal era a difusão da canção nativa, este estilo e este conceito, teve uma inegável justificação e, (...) merecendo de nós um alto respeito, (...) era natural e lógica a insistência em mostrá-lo tal qual era ou havia sido em sua origem. Foi a fixação nesse estado o que degenerou em folclorismo de cartão postal cujos remanescentes ainda padecemos, sem vida nem vigência para o homem que construía o país e modificava dia a dia sua realidade. É com Buenaventura Luna, no literário e com Atahualpa Yupanqui no literário musical com quem se inicia uma tendência renovadora que amplia seu conteúdo sem prescindir da raiz autóctone.²⁰

Para o movimento, a concepção da canção nativa como folclore e deste como tradição imutável, em que qualquer alteração é entendida como comprometedora das formas tradicionais, teria sido, paradoxalmente, a razão de sua vulnerabilidade. Desconectada da realidade presente, sem identidade com as novas gerações – sobretudo urbanas –, esvaziada de sentido, a canção folclórica estaria condenada a tornar-se peça de museu, referendando um passado comum.

Embora o manifesto não apresente, propriamente, uma oposição ao cancionero popular de raiz folclórica, revela, contudo, uma tensão ao insistir em demarca sua diferença. Como bem afirma Canclini, “mudar as regras da arte não é apenas um problema estético: questiona as estruturas com que os membros do mundo artístico estão habituados a relacionar-se, e também os costumes e crenças dos receptores”.²¹ O *Nuevo Cancionero* planejava sintonizar o cancionero popular argentino com as transformações impostas pela modernidade. Nesse sentido, sua proposta era bastante diversa dos setores mais conservadores que, ao contrário, viam na preservação do folclore tradicional um meio para resistir a tais mudanças, salvaguardando o *status quo*.

O manifesto reivindica para essa nova sonoridade, expressão de uma arte nacional, um caráter universal – ou pelo menos regional –, evidenciando um dos aspectos característicos da arte politizada à esquerda. O *Nuevo Cancionero* projetava-se como um movimento agregador, unindo diferentes nações a partir da arte popular e daqueles que com ela se identificavam. Nessa perspectiva, admitia a existência de “movimentos similares” no resto da América, afirmando o caráter transnacional dessa tendência e de seus antecedentes. Não por acaso, Atahualpa Yupanqui, ao lado de Violeta Parra, também foi referência no Chile para o movimento que resultou na Nova Canção Chilena.

Considerações finais

As músicas gravadas por Atahualpa Yupanqui na Argentina dos anos 40, registraram parcialmente uma reação às transformações políticas e econômicas em curso e o lugar ou o não lugar que esse homem do campo e sua cultura – migrado ou não para a cidade – teria na nova sociedade que se configurava. O compositor de milongas, zambas e

chacareras apresentou em suas canções as fissuras dessa identidade, em que o popular era apropriado pelo peronismo como forma de integrar as massas ao universo da política, sem, no entanto, perder o controle sobre elas.

Não foram poucas as apropriações sofridas pelas manifestações populares como expressão da essência do povo argentino.

Inicialmente, numa primeira fase – época de Leopoldo Lugones e Ricardo Rojas – assistiu-se a um alijamento das camadas populares de suas próprias representações. Isto é, as manifestações desses setores, denominadas genericamente folclore em oposição à cultura letrada, passaram a integrar o nacional sem, no entanto, alterar a estrutura política e social. Dentro de um código liberal, o poder foi conservado nas mãos de uma minoria instruída, utilizando-se das representações do popular apenas como forma de legitimação/identificação ante os governados. “Interessam mais os bens culturais – objetos lendas, músicas – que os agentes que o geram e consomem”.²¹ Já num segundo momento, nos tempos de Perón, o folclore ganhou novamente evidência, mas de maneira diferenciada. Veiculado intensamente pelos meios de comunicação, representou efetivamente a inclusão social promovida pelo Estado. Com Perón, o folclore difundiu-se comercialmente, entretanto, sem exceder os limites da tradição definidos pelo poder. Numa espécie de *democracia vigiada*, Atahualpa Yupanqui teria ousado ser a voz dissonante ao fazer do folclore algo vivo, em movimento, refletindo as contradições de seu tempo.

A música popular constitui, indubitavelmente, uma fonte de valor inestimável para o entendimento das tensões sociais e políticas decorrentes das transformações ocorridas na América Latina após o término do conflito mundial, manifestadas, no campo do simbólico, pelo revigoramento da luta das representações em torno da identidade nacional.²²

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professora doutora da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Franca. E-mail: garcosta@uol.com.br

¹ SMITH, A. Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la creación de las identidades nacionales. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 60 n. 1, enero-mar, 1998, pp. 61-80.

² MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

³ ORTIZ, R. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo, Brasiliense, 1993, pp. 23-28.

⁴ HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003, p. 257.

⁵ PINTOS, V. *Atahualpa Yupanqui. Cartas a Nenette*. Buenos Aires, Sudamericana, 2003, p. 69.

⁶ GALASSO, Norberto. *Atahualpa Yupanqui, el canto de la patria profunda*. Buenos Aires, Ediciones del

Pensamiento Nacional, 2005.

⁷ *La Nacion* apud GUTIÉRREZ, *Biografía de Atahualpa Yupanqui*. Disponível em: < [http:// www.fundacionyupanqui.com.org.ar](http://www.fundacionyupanqui.com.org.ar). Acesso em 06/06/2006

⁸ *Nossa Palavra* apud GUTIÉRREZ, *Biografía de Atahualpa Yupanqui*. Disponível em: < [http:// www.fundacionyupanqui.com.org.ar](http://www.fundacionyupanqui.com.org.ar). Acesso em 06/06/2006

⁹ KALIMAN, R. *Alhajita es tu canto: el capital simbólico de Atahualpa Yupanqui*. Córdoba, Comunic-arte Editorial, 2004, p. 103-110.

¹⁰ *Ibid.*, p. 77.

¹¹ *Ibid.*, p. 34.

¹² SEBRELI apud CAPELATO. M.H. *Multidões em Cena: Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas, SP, Papirus, 1998, p. 71.

¹³ *Ibid.*, 72.

¹⁴ RODRÍGUEZ e GURBANOV. *Revisando las posturas del Partido Comunista Argentino frente al peronismo (1943-1955)*, 2005, p.11.

¹⁵ *Ibid.*, p. 7.

¹⁶ *Ibid.*, p.10.

¹⁷ CAPELATO, op. cit., p. 104.

¹⁸ *Ibid.*, p.104.

¹⁹ “Manifiesto del nuevo cancionero” apud GARCIA, T. *Nova Canção: manifesto e manifestações latino-americanas no cenário político mundial dos anos 60*. Disponível em www.hist.puc.cl/iaspm/actasbaire.html.

²⁰ GARCIA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp, 1998, p. 40.

²¹ *Ibid.*, p. 211.

A INTERNACIONAL: SENTIDOS DISSONANTES NO HINO DOS TRABALHADORES DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Rafael Rosa Hagemeyer*

Resumo

A entonação do hino da Internacional durante a Guerra Civil Espanhola e as diferentes versões que assumiu no contexto espanhol permitem identificar as tensões existentes entre as correntes de esquerda a respeito das interpretações ideológicas daquele conflito. Se, no princípio, o hino serviu para unificar o antifascismo em torno da bandeira da revolução, com o avanço da guerra, acabou sendo abandonado, juntamente com a estratégia de internacionalizar o conflito. Neste artigo, pretendemos demonstrar como a hegemonia dos comunistas e sua interpretação da guerra acabou por minar as energias revolucionárias simbolizadas pelo hino.

Palavras-chave

Antifascismo; guerra civil espanhola; nacionalismo; internacionalismo.

Abstract

The singing of the International hymn during the Spanish Civil War and the different versions that it assumed in the Spanish context allow the identification of tensions existent among the left wing concerning the ideological interpretations of that conflict. If at first the hymn unified the antifascists around the ideal of revolution, along the conflict it ended up abandoned as was left behind the idea of internationalizing the war. In this article, we intended to demonstrate how the hegemony of the communists and their interpretation of the war weakened the revolutionary energies symbolized by the hymn.

Keywords

Antifascism; Spanish civil war; nationalism; internationalism.

O antifascismo foi um dos maiores movimentos de massa do século XX. Como tal, gravitou em torno de dois mitos fundamentais da política contemporânea: *nação* e *revolução*. Teve na Guerra Civil Espanhola seu momento de maior influência, no conturbado quadro da Europa dos anos 1930 – período de consolidação do comunismo na União Soviética, da Grande Depressão econômica, da crise do liberalismo.

O fantasma da revolução comunista era exorcizado naquele contexto em diferentes países por movimentos de massas que desfilavam uniformizadas, usando essas demonstrações de força como base de sua ação política. Como “nova ideologia”, que fundia o nacionalismo exacerbado e a perspectiva autoritária e orgânica da política, o fascismo apresentava-se como um projeto simultaneamente antiliberal e anti-socialista, que apostava no orgulho de raça como estratégia de propaganda política, visando a unidade e a mobilização dos esforços nacionais no sentido mais agressivo da palavra. Essa agressividade das demonstrações de massa do fascismo colocam-no enquanto um movimento que se auto-proclama revolucionário – devido ao emprego da violência como estratégia para conquistar apoio e chegar ao poder.

O debate dos anos 1930 serve para exemplificar, dentro do contexto que pretendemos tratar, que, em vários momentos da história contemporânea, a revolução e o nacionalismo foram os mitos invocados tanto pela esquerda quanto pela direita na tentativa de legitimar seu discurso e sua estratégia política. Consideramos como mitos, e não como ideologias, na medida em que as idéias de revolução e nação funcionam como pontos de referência, como elementos do imaginário político que são adotados ou rechaçados de diferentes formas pelas ideologias políticas, variando de conformação de acordo com as mudanças de conjuntura.¹

A questão do nacionalismo popular e o internacionalismo proletário dividiu as estratégias políticas da esquerda ao longo do século XX, e a Guerra Civil Espanhola parece ser um momento de grande inflexão em favor do primeiro. Há autores que consideram a identidade de classe como algo muito débil, na medida em que sua unidade se daria apenas por interesses conjunturais – “meramente econômicos”, como afirma Anthony Smith. Para ele, a identidade de classe, assim como a identidade sexual, não apresentam forte conteúdo mobilizador. Outros autores, como Anne-Marie Thiesse, consideram que essa identidade de classe foi um projeto que ao longo do século XX se contrapôs ao modelo de identidade nacional consagrado no século anterior: “Uma nova identidade coletiva foi construída a partir da metade do século XIX: o internacionalismo baseado em classe contra a união nacional baseada na interclasses. Deste antagonismo, que constitui um dos eixos principais da história europeia do século XX, nos parece que a nação saiu vitoriosa”.²

Essa guinada nacionalista das esquerdas sob a bandeira do antifascismo, ou “o reencontro da revolução social com o sentimento patriótico”, o qual Hobsbawm identifica com o velho jacobinismo da Revolução Francesa, foi um processo bastante complexo. Segundo o historiador inglês, existem três aspectos a serem observados: primeiramente, o aspecto internacional da polarização ideológica ocorrida nos anos 1930, no qual a direita conservadora dos países ocidentais passara a ver o fascismo como um muro de contenção do comunismo e menos como uma ameaça à democracia liberal e à sua própria hegemonia política; em segundo lugar, a escolha “internacional” dos trabalhadores reforçava o seu sentimento “nacional”, por contraditório que pareça, na medida em que a Guerra Civil Espanhola se tornara o grande alvo da propaganda comunista, e seu sucesso em qualificá-la como agressão estrangeira do imperialismo fascista, ameaçando assim as próprias nações democráticas ocidentais; finalmente, Hobsbawm aponta nesse conflito um caráter simultaneamente nacional e social, em que a vitória deveria acarretar numa transformação social – embora, acrescentemos, não houvesse nenhuma clareza sobre o significado dessa transformação.³

Embora a Guerra Civil Espanhola tenha adquirido uma dimensão internacional, ela se desenvolveu dentro das fronteiras do território espanhol. Conquistar o território e seu povo era o principal objetivo dos dois lados em contenda. Para tanto, tiveram que buscar na narrativa da História da Espanha as referências que justificassem sua origem e seu enraizamento na cultura espanhola. Sem dúvida, interessava aos revolucionários internacionalistas qualificarem aquela guerra em termos internacionais, bem como em termos históricos. A Revolução Russa contava com cerca de 20 anos, e os próprios participantes da Guerra se entendiam dentro desses parâmetros. As juventudes socialistas unificadas, por exemplo, viam o líder da ala “esquerda” do PSOE, Largo Caballero, como o “Lênin espanhol”. Enquanto isso, o presidente da República, Manuel Azaña, tinha que se conformar com o ingrato papel que lhe atribuíam como “Kerenski”.⁴

É nesse aspecto que abarcamos o significado da luta antifascista: através da apropriação daquele que foi, sem dúvida alguma, o hino mais cantado no campo republicano. Embora haja quem considere que para a República isso foi politicamente catastrófico, o fato é que a vitória popular do 19 de julho de 1936 se deu ao som da *Internacional*, hino criado na França após a Comuna de Paris e há muito tempo entoado pelas organizações do movimento operário espanhol, sobretudo nas comemorações internacionais feitas na data do Primeiro de Maio.

O hino da *Internacional* é tributário da tradição política da *Marselhesa*, na qual, inclusive, ele foi diretamente inspirado, pois a velha melodia revolucionária francesa servira de base para os versos criados pelo seu autor, Eugène Pottier. A participação ativa de

Pottier como liderança política, eleito representante popular do novo governo dos trabalhadores que se instaurava, sendo ele próprio socialista – não ortodoxo – e trabalhador, conferia legitimidade às aspirações do novo hino em se tornar verdadeiro símbolo da luta pela emancipação da classe operária.

As qualidades da letra permitiram que em torno dela se agrupassem com unanimidade todas as diferentes ideologias que reivindicavam a luta dos trabalhadores como nova plataforma revolucionária. Ao ganhar música própria, o hino foi vertido para vários idiomas, emancipando-se da *Marselhesa* até que, com a Revolução Russa, seria oficializado como hino do novo Estado Soviético. No entanto, isso não atrapalhou sua popularidade entre tendências de esquerda mais moderadas ou mais extremistas. Pelo contrário, seguiu-se uma disputa pelas adaptações da letra, e na babel de línguas e ideologias que se conformavam durante a Guerra Civil Espanhola, apenas a melodia acabou servindo como padrão de consenso ideológico. É verdade que, para representar a confraternização universal dos trabalhadores, seria preferível um canto em língua internacional, numa época em que muitos líderes operários pretendiam difundir o esperanto. No entanto, essa intenção esbarrava na falta de condições de ensino e aprendizado, o que fazia com que muitos operários sequer soubessem escrever no seu idioma local.

De qualquer forma, na maior parte dos países ocidentais estabeleceu-se uma letra de consenso para a *Internacional*, de forma que os seus parâmetros ideológicos fossem razoáveis o suficiente para que todas as correntes de esquerda atuantes no movimento operário pudessem cantá-la sem censuras e constrangimentos. Esse foi, evidentemente, o caso da França, onde se manteve como padrão consensual a letra de Éugène Pottier. Havia no máximo alguma rejeição a trechos da letra, havendo algumas tentativas de manipulá-los de forma a tornar a canção mais vinculada a uma ideologia – tentativas isoladas que não conseguiram êxito.

Provavelmente, em nenhum outro lugar a letra da *Internacional* gerou tanto desacordo quanto na Espanha. Ali, o processo de disputa sobre o patrimônio simbólico que representava o canto da *Internacional* constitui sem dúvida um exemplo atípico, agravado pela confluência de voluntários internacionais que o país recebeu ao longo da Guerra Civil. No contexto da guerra, a *Internacional* serviu de senha para os soldados e até para o próprio inimigo. Na polifonia desse canto, que pode nos parecer desafinado e pouco harmonioso, encontram-se os vários modelos identitários reivindicando um lugar para si dentro de uma mesma tradição: a tradição do governo dos trabalhadores inaugurada pela Comuna de Paris.

Enquanto exemplo histórico, a Comuna de Paris costuma ser vista como primeiro ensaio de revolução operária na Europa, como primeira tentativa de implantação do

socialismo no sistema de produção e de gestão pública. E em torno da própria Comuna de Paris há certo consenso, na medida em que, para as diferentes correntes do socialismo e do movimento operário, esse episódio representou uma superação das ideologias e símbolos da Revolução Francesa. A partir de então, o movimento operário, que ensaiava seus primeiros passos de organização internacional, buscava construir uma simbologia própria, ao mesmo tempo em que os moderados se apoiariam cada vez mais numa simbologia nacional inspirada nos valores liberais da Revolução Francesa.

De fato, os principais símbolos do movimento operário socialista internacional surgiram no contexto da Comuna de Paris: a bandeira vermelha e o hino da *Internacional*. Eugène Pottier era membro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), criada por Karl Marx em 1864, e acreditava que essa organização representava o futuro do “gênero humano”. Era também um pródigo cancionista do movimento operário francês, que teve a Comuna como inspiração para vários versos de diferentes canções. Embora não haja consenso entre os estudiosos de que ela tenha sido criada durante a Comuna – sendo possível que lhe seja um pouco anterior –, isso não diminui a associação simbólica existente entre o hino e o fato histórico ao qual se remete sua origem mítica.⁵

Outro aspecto relevante para justificar a adoção desse canto revolucionário por tão diversas correntes é a falta de definição ideológica precisa de seu autor – o que permite que seja reivindicado igualmente por anarquistas como por marxistas e social-democratas, embora estes o considerem antes de tudo um “precursor”. É certo que Pottier teve na juventude uma atração pelas idéias do socialista utópico Charles Fourier e do anarquista Pierre-Joseph Proudhon. No entanto, desempenhou ativamente suas funções políticas na administração da Comuna. Exilado, teve sua experiência “internacional” passando pela Bélgica, Inglaterra e Estados Unidos – assim como tantos outros revolucionários europeus que, perseguidos, foram obrigados a realizar uma peregrinação pela Europa e América. Com a anistia política aos *communard*, Pottier retornou à França, e, nesse período final de sua vida, estando politicamente mais próximo de Jules Guesde, do Partido Operário Francês, pregando a revolta “pelo escrutínio” (eleitoral), tal como registrou nos versos de sua canção *En avant, la classe ouvrière*.⁶ O que parece realmente certo sobre as posições políticas de Pottier é que ele procurou permanecer fiel às suas convicções “comunistas e anarquistas”, como ele mesmo classificava, revelando assim uma concepção aberta e nada dogmática de socialismo. Esse aspecto talvez explique o fato de que alguns detalhes de sua biografia sejam perdoados em nome do significado histórico que o hino adquiriu para as diversas tendências ideológicas de esquerda.⁷

No entanto, esse processo não significou a união tranqüila das vozes operárias num coro em uníssono. À medida que a *Internacional* afirmava sua popularidade no mundo

inteiro como o grande hino dos trabalhadores, acirrava-se a disputa ideológica em torno dela. Por seu lado, comunistas interpretavam o “grande partido dos trabalhadores” que aparece na sexta estrofe como o seu próprio “partido político”, embora Pottier empregasse essa expressão no seu sentido estrito. A quinta estrofe do hino foi o principal alvo de censura dos comunistas na França, no contexto da década de 1930, devido ao seu conteúdo fortemente antimilitarista, que pedia aos soldados que voltassem suas balas contra os seus próprios generais. Também os anarquistas, sendo considerados os principais difusores da *Internacional* na virada do século XIX, foram tentados a fazer alterações na letra do hino, no sentido de deixá-lo “mais anarquista” do que era nas intenções de Pottier.⁸

Na verdade, foi mais fácil estabelecer um consenso na adoção da música da *Internacional* do que em sua letra – cuja aspiração é despertar uma solidariedade que ultrapasse os próprios limites idiomáticos. Nesse aspecto, sem dúvida, a música demonstrou ser uma linguagem mais ampla, um signo mais facilmente reconhecível. Mas essa música surgiu apenas em 1888, anos após a morte Eugène Pottier. Seu autor, Pierre Degeyter, não era um profissional da música – tal como Rouget de Lisle, o autor da *Marselhesa*. Esse aspecto incrementa a mitologia do hino, sobretudo na medida em que Degeyter era um simples operário marceneiro, membro do Partido Operário Francês. Essa própria condição conferia ao hino a legitimidade necessária para sua aprovação como canto da classe trabalhadora. Através da composição musical, Degeyter estaria expressando de forma intuitiva a tomada de consciência da classe operária.⁹

Ao lado da bandeira vermelha, o toque da *Internacional* afirmava-se como um dos símbolos oficiais do socialismo – numa época em que os movimentos de trabalhadores estavam intimamente associados à busca da utopia igualitária, divergindo apenas em relação aos meios de alcançá-la. A questão da tomada de poder e do uso da violência dividia marxistas, anarquistas e as outras formas embrionárias de socialismo que ainda estavam se definindo, oscilando entre a insurreição armada e as lutas eleitorais quando a legalidade democrática o permitia. O fortalecimento desse movimento desembocaria nas social-democracias européias do século XX, que igualmente reivindicariam a herança da bandeira vermelha e do hino da *Internacional*.

Antes que isso acontecesse, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi dissolvida. Conflitos entre Karl Marx e Mikhail Bakunin culminaram com a expulsão deste, à qual se seguiu a deserção de anarquistas e líderes operários indignados com os rumos tomados pela organização. Nesse debate forjaram-se outras formas de pensamento e ação revolucionária, tendo presente a experiência da Comuna de Paris, que procuraram refletir sobre as falhas que levaram ao seu aniquilamento ao fim da Guerra Franco-Prussiana. Ainda que apontassem imperfeições e desvios no modelo *communard* de socialismo, é certo que todas essas correntes reivindicavam essa tradição, bem como sua simbologia.

Talvez os anarquistas tenham sido, nesse período, os principais difusores do hino da *Internacional*. Os socialistas moderados não tinham razões para refutá-lo, e logo ele se tornava por assim dizer o hino da unidade operária, independentemente da variedade ideológica das lideranças do movimento. Na verdade, em muitos casos, foi possível a colaboração ativa de anarquistas e socialistas na organização de sociedades de defesa operária, sobretudo nos primórdios do movimento em países americanos. No sindicalismo revolucionário do início do século XX, a unidade de esquerda era mantida graças à ênfase nas reivindicações operárias de caráter imediato – liberando os operários para a abstenção eleitoral ou participação política de acordo com suas próprias convicções.

No entanto, ainda que forçados pelas circunstâncias a colaborarem em prol do movimento operário, nem sempre as relações entre anarquistas e socialistas de outras tendências foram amistosas – ao contrário. Nos lugares onde os partidos operários conseguiam competir com reais chances eleitorais, os anarquistas geralmente se viam enfraquecidos, o que ocasionava ressentimentos e disputas. A luta ideológica não se dava só dentro das organizações, mas também das fábricas, no intuito de mostrar o lado que os operários deveriam ficar, bem como quem eram seus verdadeiros inimigos e qual a melhor forma de combatê-los. A letra original da *Internacional* sugeria apenas alguns aspectos gerais da luta operária, não sendo empecilho algum para a afirmação da unidade das esquerdas:

De pé, os desgraçados da terra
De pé, os forçados à fome
A razão treme em sua cratera
É a erupção final!

Do passado fazamos tábua rasa
Horda de escravos, de pé, de pé
O mundo vai mudar de bases
Não somos nada, sejamos tudo!

É a luta final
Nos juntemos e amanhã
A Internacional
*Será o gênero humano*¹⁰

Os partidos operários que cantavam a *Internacional* e iam galgando espaço progressivo dentro das democracias liberais européias se organizaram na chamada Segunda Internacional na década de 1880. Os anarquistas foram logo expulsos da organização, que assumia como um dos seus princípios a necessidade da participação política da classe trabalhadora e sua luta pela conquista do Estado como estratégia oficial na construção do socialismo. No entanto, os socialistas não hesitaram em adotar as comemorações do Pri-

meiro de Maio dos anarquistas, data na qual celebravam no mundo inteiro a homenagem aos “mártires de Chicago”, condenados à forca como líderes de uma greve que reivindicava a jornada de oito horas de trabalho.

Ao que parece, havia certo consenso entre diferentes correntes de esquerda a respeito da simbologia do movimento operário – ainda que seu significado variasse bastante de acordo com a ideologia que a interpretava. Não há dúvida, nesse aspecto, de que a celebração do Primeiro de Maio auxiliou o processo de difusão da *Internacional* – tornando-se em toda parte música obrigatória nas manifestações do Dia do Trabalhador. A data internacional era acompanhada pelo hino *Internacional*, bem como pelas bandeiras vermelhas desfraldadas – que nessa época era reivindicada por todos, inclusive pelos anarquistas, alguns dos quais compoem hinos em sua homenagem.

O hábito de se cantar a *Internacional* nas comemorações do Primeiro de Maio na Espanha era, ao que parece, uma prática cultural muito mais vinculada aos socialistas. Embora tanto anarquistas quanto socialistas comemorassem a data internacional dos trabalhadores, é certo que os libertários preferiam seu próprio hino, *Filho do Povo*, ao canto da *Internacional*. É sintomático que o hino de Pottier fosse peça sempre presente no repertório dos corais socialistas, enquanto que poucos cancioneiros anarquistas o publicavam – e quando o faziam, as letras não coincidiam. Os socialistas espanhóis, provavelmente, adquiriram o hábito de cantar o hino dos trabalhadores antes mesmo de a Segunda Internacional declará-lo oficial, no início do século XX.¹¹

Uma das mais importantes práticas culturais socialistas no movimento operário deu-se através da organização das “Casas do Povo”, que procuravam difundir os cerimoniais e símbolos do movimento operário nacional, procurando educar o operariado através da leitura e levá-lo à organização sindical e à participação política: “É precisamente em relação a esses centros de encontro – posteriormente conhecidos como ‘Casas do Povo’ – que deve ser contemplado o emprego de la música por estes agrupamentos operários, como instrumento de comunicação e meio cultural próprio”.¹² Combinando um repertório convencional dos cassinos da burguesia com o repertório hinológico revolucionário ou reivindicativo, as Casas do Povo difundiam a *Internacional* na Espanha desde, pelo menos, o início do século XX: “O hino de Pottier-Degeyter havia surgido inicialmente no agrupamento socialista de Lille e, ao ser cantado em 1900 no Congresso Socialista Internacional de Paris, passou a ser o canto mais significativo do socialismo em sua reivindicação por uma sociedade mais igualitária e solidária”.¹³

Uma das atividades culturais socialistas mais freqüentes era a formação de corais orfeônicos, atividade musical que servia como formadora de laços identitários mais sólidos entre os participantes. Às vezes, a *Internacional* era cantada com formações orquestrais

heterodoxas, mais próximas ao timbre da música espanhola, como a bandurria (viola de 12 cordas): “A orquestra de bandurrias e guitarras do compañero Box e seus discípulos executou bonitas peças e terminou a sessão com o hino ‘A Internacional’ cantado pelo Orfeão Socialista”.¹⁴ Com respeito ao calendário de comemorações operárias na qual a Internacional era apresentada, Labajo observa que

[...] a atividade musical socialista se centra primordialmente em torno dos aniversários das lutas e associacionismo operários – Primeiro de Maio, *La Commune*... – e celebrações mais circunstanciais, tais como *meetings*, saraus culturais, inauguração da bandeira de uma nova sociedade sindical, etc.¹⁵

Há várias ocasiões em que corais socialistas espanhóis cantaram hinos revolucionários. Em 1914, parecem entrar em declínio a atividade coral socialista, porém Labajo observa que, em um *meeting* do líder socialista Julián Besteiro na Casa do Povo de Madrid, “o ato terminou com o público cantando a *Internacional* e outros hinos socialistas”.¹⁶

De qualquer forma, a organização internacional dos socialistas faliu com a Primeira Guerra Mundial, na medida em que os seus partidos-membros apoiaram suas respectivas nações na declaração de guerra. O princípio do internacionalismo proletário dos social-democratas parecia ter sucumbido ao imediatismo da retórica nacionalista. Na Espanha, entretanto, a situação dos socialistas era mais insólita: a crise do Marrocos levou o país à ditadura do general Primo de Rivera, que pactou com os socialistas a manutenção de seu partido, de sua central sindical e de seu órgão de imprensa.

Para os socialistas espanhóis, a *Internacional* permanecera, nos anos 1920-30, como o “seu” hino, a despeito de ter sido nesse período oficializada como hino da União Soviética e da Terceira Internacional. Enquanto os bolcheviques surgiam como nova força no cenário político mundial, os velhos líderes socialistas da Espanha seguiam com moderação, vislumbrando na aliança com os republicanos a oportunidade de chegar ao poder. Para os socialistas, a chegada da República foi comemorada nas ruas, e, no 14 de abril, a *Internacional* foi uma das músicas mais cantadas, já que muitos a haviam aprendido nas celebrações do Primeiro de Maio e nas “Casas do Povo” – iniciativa cultural e educadora dos socialistas europeus.¹⁷ Tal fato atesta que o hino era conhecido para além da atividade orfeônica, como podemos concluir também a partir do comentário de Joseph Pla sobre os festejos da Proclamação da República em Madri (14 de abril de 1931): “O único hino conhecido é a Internacional que os operários aprenderam na Casa do Povo”.¹⁸

Através do pacto estabelecido entre republicanos e socialistas, a data do Primeiro de Maio é instituída como comemoração nacional dos trabalhadores. Essa tradição socialista persistiu ao longo da República, como nota Pamela Radcliff, ao descrever vivamente uma das festividades socialistas do Primeiro de Maio em Gijón:

Ainda que tivesse sido declarada festa nacional desde 1931, os sindicatos enfatizaram que esse ano teria que haver mais do que a festa de sempre, declarando greve geral, para a qual “convidaram” todos a fechar seus negócios, inclusive bares e cafés. O êxito da greve deixou as ruas livres para sua ocupação por dezenas de milhares de trabalhadores com suas famílias, que se locomoveram a pé até às comemorações do dia, cantando a *Internacional*, saudando de maneira proletária e usando como adorno chamativos lenços vermelhos.¹⁹

Nos cancioneiros anarquistas dessa época, observamos que havia duas versões do hino *Internacional*: uma idêntica àquela adotada pelos socialistas e outra mais “anarquizante”, intitulada *Internacional da FAI* (Federação Anarquista Ibérica). Evidentemente, num e noutro caso, emerge a afirmação da identidade e a demarcação de alteridade ideológica. Por um lado, aceita-se a tradição do canto da *Internacional* em comum, enquanto que no segundo exemplo afirma-se o canto anarquista “em separado” – tentando assim levantar mais alto o muro da alteridade com os socialistas, espelhando movimentos pen-durares de aproximação entre a as centrais sindicais –, muito embora o hino da *FAI* seja ainda mais restrito à vanguarda anarquista organizada, à qual o hino dá um papel de destaque.²⁰

Adiante! Pobres do mundo
Em pé! Escravos sem pão
Levantemo-nos que chega
A revolução social

A anarquia há de nos emancipar
De toda a exploração
O comunismo libertário
Será nossa redenção

Agrupemo-nos todos
Na luta final
Com a FAI conseguiremos
A vitória final²¹

Nessa versão da *Internacional*, a Federação Anarquista Ibérica é colocada como principal propulsora da revolução mundial. O hino da fraternidade universal dos operários tornava-se um estreito veículo da propaganda ideológica anarquista na Península Ibérica – reduzindo o alcance ideológico e geográfico de sua mensagem. Até o próprio refrão que apelava pela *Internacional* foi substituído pelo *slogan* em que se afirmava a vanguarda revolucionária: “Com a FAI conseguiremos a vitória final”. A mensagem é direta e não deixa dúvidas de que, sem a FAI, a vitória final não seria possível ou então não seria legítima – não sendo, portanto uma vitória realmente “final”.

A ênfase na demarcação da fronteira da identidade política dos anarquistas espanhóis é um processo ideológico relacionado com o acirramento dos ânimos revolucionários em determinadas ocasiões. A dura repressão que os republicanos empreenderam em Casas Viejas, em 1932, acentuava o clima de pessimismo dos anarquistas em relação ao novo regime, na medida em que seus líderes continuavam sendo perseguidos e presos pelas autoridades republicanas, bem como os seus movimentos grevistas continuavam sendo severamente reprimidos pela Guarda Civil, enquanto os movimentos reivindicativos vinculados aos socialistas eram tolerados. Esse tipo de atitude discriminatória levava os anarquistas a acentuarem suas diferenças em relação aos socialistas – associando a perseguição sofrida ao perigo que acreditavam representar para o sistema capitalista. Há canções que testemunham essa rivalidade na disputa pela hegemonia do movimento operário. Evidentemente, nessas ocasiões não parecia apropriado cantar a *Internacional* juntamente com os socialistas, sendo antes preferível demarcar mais firmemente suas diferenças.

No entanto, logo foi possível para os anarquistas espanhóis observar que a República era uma forma de governo moderada ante a truculência fascista, disposta a aniquilar as liberdades através da manipulação ideológica e da violência de Estado. Sofrendo a dura repressão da direita espanhola no chamado Biênio Negro (1934-1936), os líderes anarquistas passaram a dividir as prisões com importantes políticos socialistas e republicanos. Por essa razão, não nos parece surpreendente que, no opúsculo *Canciones anarquistas*, se publicassem os dois principais hinos do repertório socialista – a *Internacional* e a *Marselhesa da Paz* – ao lado de outras “*Marselhesas*” dedicadas aos presos políticos e à sua anistia, luta que acabou convergindo interesses e tornando-se um dos principais pontos da plataforma eleitoral da Frente Popular em 1936.

Mas, ao mesmo tempo em que encontramos nesse cancionário testemunhos da luta pela unidade do movimento operário, também aparecem nele canções que dirigem duras críticas aos socialistas e aos trabalhadores considerados traidores da causa revolucionária. De fato, observa-se que, tanto antes quanto durante a Guerra Civil, a CNT e a UGT procuraram colaborar em alguns momentos em nome da unidade do movimento operário, mas jamais foi sequer aventada a hipótese de uma fusão das duas organizações – tal como acabou ocorrendo entre a Juventude Comunista e a Juventude Socialista durante a guerra.

A versão da *Internacional* apontada como “socialista”, na qual os anarquistas por vezes engrossavam o coro, distingue-se por apresentar logo na primeira estrofe o grito de “Viva a Internacional!”:²²

Adiante! Os pobres do mundo
Em pé! Escravos sem pão

Levantemo-nos todos ao grito:
Viva a Internacional!

Removamos todas as travas
Que oprimem o proletário
Mudemos o mundo de base
Afundando o império burguês

Agrupemo-nos todos
Na luta final
E se alçam os povos (com coragem)
Pela Internacional²³

De uma forma geral, é uma letra que propõe o rompimento da cadeia de exploração e a instauração de uma nova sociedade, representada de forma simples e direta, não isenta de ingenuidade: a terra toda será um paraíso e pertencerá à humanidade. Em nenhum momento é explicitada a vanguarda política ou o nome do novo regime de produção, de modo que, a princípio, a letra permite a identificação e a agregação de todas as correntes socialistas.

Os vínculos simbólicos que não aparecem no conteúdo da letra acabam se revelando pela insistência de sua evocação. Na medida em que o Partido Socialista Operário Espanhol tinha predileção por esse hino e era o principal responsável pela sua difusão, ocorreu um processo de identificação entre este canto e a organização. Por essa razão, podemos compreender que não foram apenas motivos estéticos que levaram à rejeição dessa letra por uma parte de anarquistas e comunistas, mas sim por uma vontade de apropriar-se do hino mantendo uma distância prudente do PSOE, ao qual ele se encontrava simbolicamente vinculado.

Alguns versos e características permanecem constantes em todas as canções, demonstrando uma identidade comum anterior. No caso da versão comunista, nota-se uma maior proximidade com o original em francês:²⁴

Adiante! Párias da terra
De pé! Famélica legião
Estremece a razão em marcha
É o fim da opressão

O passado a ser despedaçado
!Legião escrava, em pé, a vencer!
O mundo vai mudar de base
Os nada de hoje tudo hão de ser

Agrupemo-nos todos
É a luta final
O gênero humano
É Internacional²⁵

A quantidade de variações da letra da *Internacional* em idioma castelhano testemunha não apenas um desacordo estético em relação ao tipo de verso que “soa melhor” com a música, mas também explicita o desacordo e as disputas ideológicas no campo antifascista. Entretanto, naqueles últimos dias de julho de 1936, quando milicianos comemoravam a vitória popular contra a tentativa de golpe militar, o que se mais se ouvia nas ruas era a *Internacional* – essa é a impressão que André Malraux nos transmite em seu romance *A Esperança*. Não sabemos exatamente com que letra era cantada – provavelmente aquela que se considera como versão oficial dos socialistas.

Ao longo da Guerra Civil, os comunistas passam a publicar seus cancioneiros, munidos da estrutura editorial que lhes faculta o governo republicano através de Jesus Hernández, membro do PCE e ministro da Instrução Pública. A letra da *Internacional*, numa versão bastante diferente daquela cantada pelos socialistas, costumava ocupar lugar de destaque nessas publicações, dividindo com o *Hino de Riego* a abertura do repertório. O cancionero das Brigadas Internacionais a publicava ao final – em versão multilíngue, próxima do índice, visando evidentemente facilitar o acesso da letra aos voluntários estrangeiros entre as dezenas de canções que se dividiam entre seis grandes grupos linguísticos: espanhol, inglês, francês, italiano, alemão e “outros”. A única exceção encontra-se num cancionero juvenil publicado em catalão pelos comunistas, onde não consta o hino da *Internacional*.²⁶

Quanto ao uso militar da *Internacional* durante a Guerra, Malraux ilustra o fracasso na defesa de Toledo com a total desorganização das tropas e a falta de comando, metaforicamente refletido num dado bastante simples: os soldados não sabiam cantar a *Internacional*! O personagem teve que se ater ao refrão.²⁷

A defesa de Madri sob o cerco franquista é sem dúvida o principal episódio épico da luta antifascista na Guerra Civil Espanhola – sobretudo para os voluntários internacionais. Ao narrá-lo, Malraux utiliza-se da *Internacional* para diferenciá-los dos mercenários que lutavam pela República: “Próximo à caserna, começaram a cantar: e, pela primeira vez no mundo, homens de todas as nações misturadas em formação de combate cantavam a *Internacional*. Magnin virou; os mercenários tinham recomeçado o jogo. Para eles, aquilo não significava nada”.²⁸ Essa “Babel de línguas” que se tornou o hino da *Internacional* na Madri sitiada é também mencionada por outros autores. Entre eles, o famoso historiador da Guerra Civil Hugh Thomas:

Na Cidade Universitária começou uma sangrenta batalha. A babel de línguas, o frequente canto da *Internacional* em diferentes idiomas, e os insultos que se cruzavam entre nacionalistas e republicanos não faziam mais que aumentar a macabra confusão. As marchas que cantavam os comunistas alemães inundavam os escombros dos laboratórios e as salas de aula com uma tristeza teutônica.²⁹

Malraux ambienta a mobilização para o *front* de Madri com a alternância de vários cegos ao acordeão, tocando e cantando *A Internacional*. Evidentemente, os cegos o faziam por sobrevivência, tendo diante de si uma gamela para doações. No entanto, esse detalhe entra ilustrando a cena de uma conversa entre um historiador de arte italiano, que luta na aviação republicana, e um velho intelectual, pai de um dos aviadores que foi ferido nos olhos em combate. Ao final, o velho faz o seguinte trocadilho: “Se os mouros entrarem daqui a pouco, a última coisa que eu terei ouvido será um canto de esperança tocado por um cego...”³⁰

O que torna mais emblemático aqui é o fato de que o acordeão não é um instrumento típico da Espanha, sendo muito mais difundido na França, Itália e países do leste europeu. A cena ambienta a conversa de um italiano, povo cuja predileção musical é retomada por Malraux bem mais adiante, quase no final do livro. Trata-se da cena em que os soldados italianos que lutavam no lado de Franco, mandados por Mussolini, são feitos prisioneiros dos republicanos. Eles não cantam, ao contrário dos seus compatriotas, voluntários comunistas e socialistas que lutam pela República Espanhola: “Ao longe, no batalhão Garibaldi, alguém tocava um acordeão”.³¹

Ao final do livro, as referências à *Internacional* vão ficando cada vez mais raras, e tal omissão de Malraux é proposital. Durante a cena do confronto militar em Madri, a canção é evitada, devido ao problema da traição dentro das próprias fileiras do Exército Popular em formação. A questão da traição, da espionagem e da desconfiança dentro das próprias trincheiras é bastante recorrente em toda a produção literária sobre a Guerra Civil, porém Malraux usa a canção para ilustrar o problema de forma bastante dramática: “No último combate, sessenta por cento dos oficiais e dos comissários políticos de sua brigada tinham sido feridos. ‘Façam-me o favor de permanecer em seus lugares e de não cantar a *Internacional* na frente de suas tropas’, dissera uma hora antes”. O autor não justifica a ordem, apenas cita adiante a postura de Gartner, comissário político, que obedece a ordem. Essa falta de justificativa parece corresponder à obediência sem questionamento, simbolizando assim hierarquia e autoridade como virtudes eminentemente militares, necessárias para a vitória, que é a opinião que o romance de Malraux passa.³²

O que antes era um canto mobilizador vai se tornando, gradativamente, na narrativa de Malraux, um empecilho para a organização. Os organizadores da guerra vêm no

hino um sinal de voluntarismo ingênuo, amadorismo militar. Por isso, não apenas deixam de cantá-lo, como também procuram silenciá-lo, como Malraux descreve, na batalha de Guadalajara: “Algumas vozes começaram a *Internacional*, logo cobertas, raivosamente, por uma gritaria dos espanhóis e um berro bem curto em dez línguas do lado dos internacionais: Avante”. Nesta frase, o autor consegue sintetizar toda a razão de sua obra, visando substituir o romantismo pelo pragmatismo.³³

O desaparecimento progressivo da *Internacional* no texto de Malraux é justificado. Há um exemplo pitoresco – e vergonhoso – do uso desse hino pelos mouros, visando confundir o inimigo, na batalha do Rio Jarama. Ao chegarem cantando *A Internacional*, conseguiram aprisionar uma companhia inteira do batalhão inglês das Brigadas Internacionais.³⁴

Para entendermos o aspecto chocante desse episódio, é preciso entender que, do ponto de vista simbólico, cantar o hino do inimigo representa o rompimento dos códigos de guerra – equivalente a vestir a farda do outro para atraçoa-lo. Assumir uma falsa identidade, tal como faz o espião, implica renegar, ainda que de forma calculada e temporária, o aspecto sagrado não apenas dos símbolos do inimigo, mas também daquilo que esses símbolos representam para si próprio. Não tomar a sério a própria simbologia da guerra é assumir a hipocrisia como estratégia de vitória, revelando assim o aspecto imediatista do mercenário, sem qualquer vínculo com a causa em questão – tal como se dava com os marroquinos contratados por Franco. No entanto, como observa Malraux, havia também muitos mercenários na aviação republicana espanhola, e para eles o canto da *Internacional* também não significava nada.

O próprio Malraux usa esse fato para revelar o clima de desconfiança e confusão que tomara os Internacionais quando um batalhão de poloneses conseguiu tomar sozinho o palácio de Ibarra. Ao ouvir, de dentro do Palácio, o canto da *Internacional* num idioma irreconhecível, franceses e belgas permaneceram em seus postos, desconfiados:

Começaram a achar que estavam ficando loucos: do palácio descia um cântico que eles conheciam bem. Os internacionais atacavam por três lados, e outras companhias podiam ter penetrado enquanto elas estavam paradas no muro; mas todos se recordavam da *Internacional* cantada na batalha de Jarama pelos fascistas, que em seguida caíram em suas próprias trincheiras: “Joguem primeiro suas armas”.³⁵

A decadência do canto da *Internacional* entre os comunistas durante a Guerra Civil está associada às mudanças em sua estratégia de propaganda, na medida em que as concessões à retórica nacionalista foram se tornando cada vez maiores. É sugestivo que seus cancioneiros passem a ser abertos pelo *Hino de Riego*, em detrimento da *Internacional*, que passa a figurar em segundo lugar, até que esta chega a ser totalmente desprezada

numa publicação que faz exaltação do regionalismo catalão, muito embora haja nesse cancionário outros hinos publicados em castelhano, ao mesmo tempo em que se tem notícia da existência de uma versão catalã da *Internacional*.

Na verdade, o processo de silenciamento do canto da *Internacional* está vinculado à mudança de estratégia de Stálin, que procurou recuperar o velho nacionalismo russo como estratégia de propaganda do regime comunista. Os partidos comunistas já tinham nessa época a sua própria organização internacional, a Terceira Internacional, também chamada de Internacional Comunista ou *Komintern*, como a chamavam os soviéticos. E essa organização teria também o seu próprio hino – o hino da *Komintern*, composto em 1937 pelo músico alemão Hans Eisler, ex-aluno dissidente de Schönberg e ativo colaborador de Bertold Brecht.³⁶

O processo ideológico pelo qual se dá essa inversão de valores que abandona a retórica do internacionalismo proletário pela do nacionalismo popular é brilhantemente ilustrado por George Orwell. Em seu livro *A Revolução dos Bichos*, uma alusão evidente ao processo revolucionário soviético, Orwell ilustra a perda das ilusões internacionalistas através proibição do hino revolucionário *Bichos da Inglaterra* por parte dos porcos, que representam o partido comunista no poder. Nas solenidades oficiais da fazenda onde os bichos implantaram seu regime revolucionário, seria cantado outro hino, intitulado *Granja dos Bichos*, abortando a idéia de que a revolução dos animais deveria se expandir para fora dos limites dali – alusão evidente do processo soviético e às mudanças bruscas de sua política externa, sobretudo devido ao acordo de não-agressão que Stálin promoveu com Hitler após o final da Guerra Civil Espanhola.

No contexto da Guerra Civil, entretanto, a estratégia de Stálin na Espanha ainda era diferenciada, e ele pretendia testar ali, além de seu arsenal militar, a capacidade de mobilização internacional dos comunistas e a eficácia de sua propaganda ideológica junto aos movimentos populares. Por esse motivo, ocorre durante a Guerra Civil Espanhola a opção definitiva dos comunistas pela retórica nacionalista popular, militarmente mais efetiva do que o apelo internacionalista dos voluntários das Brigadas Internacionais. Essa estratégia ideológica chegaria ao ápice em 1941, quando a URSS é invadida pelos nazistas e adota um hino nacional próprio em lugar da *Internacional*. Dois anos depois acaba também o sentido do hino da *Komintern*, já que a organização é dissolvida formalmente devido à pressão das democracias ocidentais. O fim da Internacional Comunista foi uma das condições para a aliança antifascista na conjuntura da Segunda Guerra Mundial.³⁷

O voluntarismo improvisado – um fenômeno fantástico, capaz de mobilizar milhares de homens de todo o planeta –, mostrava-se incapaz de oferecer a organização e a disciplina necessárias para vencer a nova tecnologia de guerra desenvolvida pelos fascistas.

No romance de Malraux, não é por acaso que o toque do *Hino de Riego* inaugura um novo período da luta antifascista – o período da formação do exército popular, do prestígio da disciplina comunista e da organização da produção e da logística de acordo com as necessidades de guerra.³⁸ O canto da *Internacional* vai se demonstrando não apenas inútil, mas contraproducente – revelando que o voluntarismo, fruto da própria esperança antifascista despertada na Espanha, poderia ser uma arma a serviço do inimigo se não fosse bem dirigida e orientada em direção ao seu alvo.

Entretanto, contrariando essas premissas, o coronel republicano Júlio Mangada incluiu em sua coleção de *Canções de Guerra pró-paz* uma nova versão da *Internacional*, inspirada naquela cantada pelos comunistas. Segundo ele, aquele era um “arranjo da letra sem detrimento de sua significação e a ajustando ao momento atual”, ou seja, 1938, ano do aniversário de cinquenta anos da UGT. Naquela altura, após dois anos de guerra, os franquistas já haviam tomado o país basco, e os republicanos combatiam a batalha de Teruel. A versão apresentada por Mangada não perde o otimismo, procurando demonstrar que aquilo que o hino da *Internacional* prometia para o futuro já estava em vias de se realizar. No lugar de “O mundo vai mudar de base/ Os nada de hoje tudo vão ser” se afirma que “O mundo já muda sua base/ Começam os ‘nada’ a tudo ser”. No refrão se apela para que “Caminheemos de mão com a mão que é leal” e “com grande tato de cotovelos [...] formemos já todos UMA INTERNACIONAL” [destaque original].

É interessante assinalar que, contrariamente às instruções do PCE, a ênfase dessa nova versão socialista é que a hora da revolução já havia chegado. Isso demonstra que, na disputa ideológica da propaganda, enquanto a ala direita do PSOE se caracterizava pela moderação semelhante à do PCE, porém diferindo deste por seu pessimismo quanto às chances de vitória, a ala esquerda do partido passava a apostar na revolução e a se aproximar dos anarquistas em suas expectativas, tentando uma nova formulação para a identidade antifascista a partir do apelo revolucionário do velho hino internacional.³⁹

Entretanto, parece que tal tentativa derradeira ocorrera num momento em que já era tarde demais para tentar reavivar a chama da revolução proletária. As experiências expropriadoras já haviam retrocedido, a nova disciplina já absorvia todas as correntes políticas dentro da velha ordem militar republicana. Sob esse aspecto, se estabelece o paradoxo do cancionário da Guerra Civil Espanhola: o canto era útil para mobilizar os homens; mas para vencer na guerra tecnológica contemporânea era necessário possuir armas modernas e saber utilizá-las. Não bastavam nobres ideais ou o poder de mobilizar um grande contingente de voluntários, razão pela qual os comunistas concordaram com a dissolução das Brigadas Internacionais e sua retirada da Espanha antes mesmo do término do conflito. Com isso, visavam diminuir o significado internacional da luta antifascista na Espanha, de acordo com as novas exigências do Comitê de Não-Intervenção da Liga das Nações.

Esvaziada do seu significado revolucionário, o hino da *Internacional* permanecia apenas como símbolo das lutas do passado sem conexão com a estratégia política do momento. Para mobilizar as massas e vencer a guerra, parecia mais eficaz apelar para o conceito de nação, exaltando o heroísmo do povo espanhol, representado muitas vezes pelo camponês que defende sua terra. A imagem do voluntário internacional, ou o operário universal que se solidariza com o “gênero humano”, era de uma beleza romântica que foi fundamental para mobilização no início da guerra, mas que carecia de substrato para levar à vitória – sobretudo sem o ímpeto revolucionário dos primeiros dias. A revolução voltava a ser projetada para o futuro, de modo que o hino da Internacional descolava-se da realidade imediata e voltava a converter-se num sonho distante. A Guerra Civil Espanhola ainda não seria, na interpretação dos comunistas, “a luta final” de que fala o refrão do hino.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: rafaelhage@yahoo.com.br

¹ Concordamos com Anderson nesse sentido, que qualifica o nacionalismo como uma categoria mais próxima das noções de parentesco ou religião do que propriamente ao lado das ideologias, como o “liberalismo” e o “fascismo”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 23.

² THIESSE, A. *A Europa para além das nações*. Seminário de Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e PEPG em Ciências Sociais. Publicado no *Le Monde Diplomatique*.

³ HOBBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. 3. ed. pp. 175-177.

⁴ Veja-se em LOS HECHOS POLÍTICOS DEL SIGLO XX. *El asesinato de Calvo Sotelo*. Madrid/Buenos Aires, Hyspamerica, maio de 1994. Sobre tudo o box *Azaña era Kerenski? Largo Caballero era Lenin?*, p. 6.

⁵ Gaetano Manfredonia menciona a polêmica em torno da data de criação do poema da Internacional. Publicado em 1887 na sua coletânea *Chants Révolutionnaires*, o próprio Pottier datou a letra como sendo de junho de 1871 (MANFREDONIA, Gaetano. *La chanson anarchiste en France des Origines a 1914*. Paris, L'Harmattan, 1997, p. 338) No entanto, Robert Brécy conseguiu encontrar, no Instituto Internacional de História Social de Amsterdã, o manuscrito de uma primeira versão de Pottier com algumas variações, o que leva a crer que a data oferecida por Pottier é a de sua versão definitiva (Ver BRÉCY, Robert. A propos de L'Internationale d'Eugène Pottier et Pierre Degeyter. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, abr./jun. de 1974, pp. 300-308. Apud. Mandredonia, op. cit., p. 338. Jacques Estager e Georges Bossi (*L'Internationale: 1888-1988*. Paris, Messidor/Ed. Sociales, 1988, p.53) consideram que a letra é de setembro de 1870, portanto, anterior à Comuna, e para isso se apóiam em BROCHON, Pierre (Manfredonia não cita, mas provavelmente se refere a *La Chanson sociale de Bérenger à Bressens*. Paris, Ed. Ouvrières, 1961). Robert Brécy não concorda com esta última data.

⁶ *En avant la classe ouvrière*. No gravação em Compact Disc: *La Commune en chantant*. France: réédition,

1988.

⁷ Sobre as posições políticas e dados biográficos de Pottier, ver MANFREDONIA. G. op. cit., pp. 71-72; 145-147; pp.350-351.

⁸ Quanto às versões «mais anarquistas» da Internacional, Manfredonia cita a edição de Brunel (1889), fazendo importantes modificações «anarquizantes» em alguns versos da letra de Pottier, sem citar, no entanto, a autoria deste. MANFREDONIA, op. cit., pp. 196-197; p.352. O mesmo ocorreu ao se fazer traduções ou versões para outros idiomas, como veremos.

⁹ Um exemplo bastante recente das polêmicas e reivindicações que cada corrente faz da Internacional ainda reflete na esquerda brasileira em duas revistas relativamente recentes. A primeira delas, na revista *Trabalhadores*, pretendia ser uma “tradução literal” do original em francês, e foi publicada pela Prefeitura de Campinas, quando esta se encontrava sob a administração do Partido dos Trabalhadores (“Nem Deus, nem César, nem tribuno”, *Trabalhadores*. Prefeitura Municipal de Campinas: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo: Campinas, SP, 1989 n. 2, pp.18-19). A outra versão foi apresentada na revista *Utopia*, e tratava-se da primeira versão do hino em português, feita por Neno Vasco, anarquista luso, no início do século (“A Origem da Internacional”. *Utopia*. Rio de Janeiro: Grupo Utopia, 1990, p.25). Esta última, dedicada à propaganda libertária, citava a polêmica censura em torno da quinta estrofe antimilitarista, enquanto a primeira não faz uma “tradução literal” dos últimos versos, ou não foi feita a partir do original, como pretendia. Basta comparar os últimos versos: “*S’ils s’obstinent, ces cannibales/A faire de nous des héros/ Ils sauront bientôt que nos balles/Sont pour nos propres généraux.*» MANFREDONIA, G. op. cit., p.146. “Bandido, príncipe explorador ou padre/Quem vive do homem é um criminoso/Nosso senhor é nosso inimigo/ Eis a palavra de ordem eterna”. A versão de Neno Vasco parece mais fiel: “Se a raça vil, cheia de galas/Nos quer à força canibais/Logo verá que as nossas balas/São para os nossos generais”.

¹⁰ *Debout, les damnés de la terre!/ Debout, les forçats de la faim!/ La raison tonne en son cratère:/ C’est l’éruption de la fin./ Du passé faisons table rase./ Foules d’esclaves, debout, debout!/ Le monde va changer de base/ Nous ne sommes rien, soyons tout!/ C’est la lutte finale/ Groupons nous et demain/ L’Internationale/ Sera le genre humain* [Tradução nossa]

¹¹ Em *Chansons contestataires et chants révolutionnaires*. Paris, Lutte Ouvrière, s/d, p. 36, afirma-se que sua oficialização enquanto hino do movimento operário se deu no Congresso de 1904 em Amsterdã.

¹² «*Es precisamente en relación con estos centros de encuentro - posteriormente conocidos como ‘Casas del pueblo’ - cómo ha de ser contemplado el empleo de la música por estas agrupaciones obreras, a modo de instrumento de comunicación y medio cultural propio*”. LABAJO, Joaquina. *Pianos, voces y pandere-tas: apuntes para una historia social de la música en España*. Madri, Ediciones Endymion. 1988, p.150.

¹³ “*El himno de Pottier-Degeyter había surgido inicialmente en la agrupación socialista de Lille y, al ser cantado en 1900 en el Congreso Socialista Internacional de París, pasó a ser el canto más significativo del socialismo en su reivindicación de una sociedad más igualitaria y solidaria.*” LABAJO, op. cit., p. 150.

¹⁴ “*La orquesta de bandurrias y guitarras del compañero Box y sus discípulos ejecutó bonitas piezas y terminó la velada con el himno “La Internacional” cantado por el Orfeón Socialista*”. LABAJO, op. cit., p. 152, citando o jornal *El Socialista*, n. 831, 7 de fevereiro de 1902.

¹⁵ “*la actividad musical socialista centra primordialmente en torno a los aniversarios de las luchas y asociacionismo obreros - Primero de Mayo, La Commune...- y celebraciones más circunstanciales, talse como mítines, veladas culturales, inauguración de la bandera de una nueva sociedad sindical, etc.*” LABAJO, op. cit., p. 153.

¹⁶ “*El acto terminó cantando el público La Internacional y otros himnos socialistas*”. LABAJO, op. cit., p. 164.

¹⁷ Degeyter “afirmava que uma das grandes emoções de sua vida foi ouvir a Internacional cantada na grande manifestação anarco-sindicalista realizada em Madrid, a 14 de abril de 1931.” *Utopia*, Rio de Janeiro: Grupo Utopia, 1990, p. 25. Lembramos aqui que 14 de abril de 1931 não foi uma manifestação puramente anarco-sindicalista, e sim a proclamação da República na Espanha.

¹⁸ “*L’unic himne conegut és l’Internacional que els obrers han après a la Casa del Poble*» (PLA, Joseph.

Madrid. *L'adveniment de la República*. Barcelona, BCAI, 1933, p.25. Apud: DUARTE, Angel. La esperanza republicana. In: CRUZ, R.e LEDESMA, M. P. *Cultura y movilización en España Contemporánea*. Madrid, Alianza, 1998, p.193. nota 63).

¹⁹“*Aunque había sido declarada fiesta nacional desde 1931, los sindicatos pusieron de relieve que ese año tenía que ser más que la fiesta de siempre, declarando una huelga general, para la que ‘invitaron’ cerrar todos los negocios, incluidos bares y cafés. El éxito de la huelga dejó las calles libres para su ocupación por decenas de miles de trabajadores con sus familias, que se desplazaron a pie a los actos del día, cantando la Internacional, saludando a la manera proletaria y adornándose con llamativos pañuelos rojos*”. (RADCLIFF, Pamela. *La representación de la nación*. In: CRUZ e LEDESMA, id., p. 319).

²⁰A letra da FAI está em *Cancionero Revolucionario*. Barcelona, Tierra y Libertad, s/d. p. 7. Também no CD *De la esperanza a la tragedia: canciones de la Guerra Civil Española (1936-1939)*, faixa 12: La Internacional (versão de la FAI anarquista - idêntica à publicada no cancionero Tierra y Libertad).

²¹*Arriba los pobres del mundo/ En pie los esclavos sin pan/ Alcémonos todos, que llega/ La Revolución Social/ La Anarquía ha de emanciparnos/ de toda la explotación/ El comunismo libertario/ será nuestra redención/ Agrupémonos todos/ a la lucha social/ Con la FAI lograremos/ el éxito final* [Tradução nossa]

²²Mauro Bajatierra publica uma versão de *La Internacional* em seu cancionero BAJATIERRA, Mauro. *Canciones anarquistas*. Madrid, Plus Ultra (1936?) p.12-13. *De la esperanza a la tragedia: canciones de la Guerra Civil Española (1936-1939)*, faixa 7: (intitulada *Versión de las Internacionales Obreras, socialistas y Comunistas*)

²³*Arriba los pobres del mundo/ en pie los esclavos sin pan/ alcémonos todos al grito/ ¡Viva la Internacional!/ Removamos todas las trabas/ Que oprimen al proletario/ Cambiemos al mundo de base/ Hundiendo al imperio burgués/ Agrupémonos todos/ en la lucha final/ y se alzan los pueblos (con valor)/ por la Internacional* [Tradução nossa]

²⁴Quanto à versão comunista, ver *Cancionero Revolucionario*. Santander: PCE, 1937, p. 4. *Canciones Revolucionarias*. Madrid, Prensa Obrera, p. 2. *Hinos Proletarios*. JSU Radio. Aviñó. 1938, p. 2. Há ainda uma versão um pouco diferente, talvez surgida durante a guerra civil, da qual dispomos apenas da primeira estrofe, no CD *Land and Freedom*, trilha sonora do filme de mesmo nome (Terra e Liberdade), faixa 6: “Coogan’s funeral”: Esta versão coincide com a apresentada na última edição do *Canciones de Guerra de las Brigadas Internacionales*. Barcelona, junho de 1938 (5 ed.). de *las Brigadas...* op. cit., 1938, p. 129. Também por VIANA, Luís Díaz. *Canciones Populares de la Guerra Civil*. Madrid, Taurus, 1986, p.92-93. Este último autor afirma que as versões comunista e socialista são muito próximas e que todas as versões que ele conseguiu reunir seguem “*traducciones más o menos directas del original francés*”, inclusive a versão em catalão (pp. 56-56). Tal não parece ser o caso das versões espanholas anarquistas, como veremos logo adiante.

²⁵*¡Arriba, parias de la tierras/ ¡En pie, famélica legión!/ Atruen la razón en marcha:/ es el fin de la opresión./ El pasado hay que hacer añicos/ ¡Legión esclava, en pie, a vencer!/ El mundo va a cambiar de base /Los nadie de hoy todo han de ser / en la lucha final/ el género humano/ es la Internacional* [Tradução nossa]

²⁶Sobre as várias versões idiomáticas das Brigadas, *Canciones de Guerra de las Brigadas Internacionales* Madrid, 1937 (1 ed.), pp. 90-92; julho de 1937 (2 ed.?), pp. 113-116; Barcelona, junho de 1938 (5 ed.), p. 128-132. O cancionero comunista juvenil da Catalunha chama-se *Cançons Populars Revolucionaries de la Joventut*. Alianza de la Juventud. s/d.

²⁷MALRAUX, André. *A Esperança*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000, p. 224.

²⁸Id., p.260. Também Luis Díaz Viana, ao mencionar a *Internacional* entre as canções da Guerra, faz o seguinte comentário: “*Después del gran éxito de las Brigadas Internacionales en la defensa de Madrid, a la que se llamó por aquel entonces ‘tumba del fascismo’, su fama creció rápidamente y a engrosar sus filas vinieron hombres de Francia, Inflaterra, Canadá, Estados Unidos... Se cuenta que, ante esta Babel étnica, los españoles de la República, para dar las gracias a aquellos que les habían salvado de las tropas nacionales, gritaban: ‘Vivan los rusos!’, entendiendo en realidad por tales a todo el que no hablaba su idioma*” VIANA, L. D., op. cit., p. 57.

²⁹THOMAS, Hugh. *La guerra civil española*. Barcelona, Grijalbo Mandodari, 1996, pp. 530-531.

³⁰ MALRAUX, op. cit., p. 300.

³¹ Id., p. 469.

³² Ibid., p. 330 e 334.

³³ Ibid., p. 455. Dentro da interpretação do objetivo da obra de Malraux, compartilhamos da opinião de Maria Teresa de Freitas: “Do ponto de vista histórico, o objetivo é mostrar a necessidade de se adotar uma determinada linha política capaz de *organizar e disciplinar* o entusiasmo revolucionário inicial - a organização do apocalipse, segundo as próprias palavras de uma das importantes personagens do romance - para ganhar a guerra; assim, os combatentes múltiplos e dispersos que compõem a primeira parte do livro, onde imperava uma certa anarquia e uma ‘ilusão lírica’ (é esse o título dessa primeira parte, que resume também o caráter romântico da guerra), culminam com a batalha de Guadalajara, vitória importante para os republicanos, onde, pela primeira vez, eles se apresentam como um exército constituído”. In: FREITAS, M. T. Ficção e História: Malraux e a Guerra Civil Espanhola. *Cultura & Linguagens*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 13, set. 1886/fev.1987, p.147.

³⁴ Tal fato é mencionado por THOMAS, op. cit., p. 642.

³⁵ MALRAUX, op. cit., p. 421

³⁶ Sobre o hino da Komintern, há versões em espanhol, francês e inglês publicadas na Guerra Civil Espanhola. Ver *Canciones de Guerra...* op. cit., 1938, pp. 126-127. Também em *Cancionero Revolucionario*. Santander: PCE, 1937, p. 5. *Canciones Revolucionarias*. Madrid, Prensa Obrera, p. 4.

³⁷ *Trabalhadores*, op. cit.

³⁸ “Pela janela aberta, o hino republicano difundido por vinte rádios entrava junto com o cheiro queimado das folhas”. MALRAUX, op. cit. p.106.

³⁹ MANGADA, Julio Rosenörn. *Canciones de Guerra Pro-paz*. Homenaje al Partido Socialista y Union General de Trabajadores en el cincuentenario de su fundacion. s/d.

A OBRA VIOLONÍSTICA DE AMÉRICO JACOMINO, O CANHOTO (1889-1928), E OS ESPETÁCULOS DE VARIEDADES NA CIDADE DE SÃO PAULO*

Sérgio Estephan**

Resumo

Este artigo tem por objetivo ressaltar a atuação do violonista paulistano Américo Jacomino, o Canhoto, nos chamados espetáculos de variedades, momento esse em que a música se mesclou com outras atividades artísticas, tais como o teatro, o cinema, o circo e a literatura. Para tanto, utilizaremos, como referência central, a pesquisa, ainda inédita, dos musicólogos Paulo Castagna, Gilson U. Antunes e Eduardo Fleury, feita nos arquivos do jornal *O Estado de S. Paulo*. Por fim, a partir de tais espetáculos, refletiremos sobre o caráter, por assim dizer, da música de Canhoto: popular e/ou erudita.

Palavras-chave

Música de Canhoto; Américo Jacomino; violonista.

Abstract

The aim of this article is to highlight the performance of Américo Jacomino, the Left-handed, a guitar player natural from São Paulo, who performed in variety shows, in a moment when music has mingled with other artistic activities, like theatre, movie and literature. As a central reference, we will make use of a research, still unpublished, made by musicologists Paulo Castagna, Gilson U. Antunes and Eduardo Fleury, achieved in the files of O Estado de São Paulo newspaper. Finally, starting from the spectacles, we will examine the character, so to speak, of Canhoto's music: a popular and/or classical one.

Keywords

Canhoto's music; Américo Jacomino; guitar player.

Canhoto e a música na cidade de São Paulo

Canhoto é considerado um dos mais importantes violonistas da geração pioneira do violão instrumental brasileiro.³ Paulistano, filho de imigrantes italianos, é autor de importantes composições do repertório violonístico nacional, como a valsa lenta, *Abismo de rosas*, a *Marcha do marinheiro* e a *Marcha triunfal brasileira*, *Viola, minha viola*, dentre as 136 composições de sua autoria até então localizadas.⁴ Apresentou-se nos mais importantes palcos da cidade de São Paulo, como o Conservatório Dramático e Musical e o Teatro Municipal, tendo ainda, contato com um dos maiores nomes do violão instrumental desse início de século XX, o paraguaio Agustin Barrios. Sua carreira, contudo, iniciou-se nos chamados espetáculos de variedades, que marcaram a vida artística da cidade durante as duas primeiras décadas do século XX, quando Canhoto se apresentou em tabuletas de circo, em cinemas, teatros e de saraus literários, ao lado de artistas, muitos com pouca projeção da cena cultural paulistana, como o barítono Luiz de Freitas, a pianista Antonietta Pontes, o parodista Miguel Max, a cançonettista Pura Jenelty, e outros com maior projeção como o cantores Paraguassu e Eduardo das Neves e o já citado violonista paraguaio, Agustin Barrios.

Canhoto e a ligação da música com a nascente indústria cinematográfica

Como ponto de partida, destacaremos a ligação da música com o cinema,⁵ quando, por ocasião da apresentação dos espetáculos de variedades, eram exibidos, “na tela”, uma projeção e, posteriormente, “no palco”, uma apresentação de cantores, poetas, mágicos, etc. Por sinal, foi o que ocorreu na “primeira notícia de Canhoto no jornal”, em 27 de dezembro de 1915 na coluna Palcos e Circos do jornal *O Estado de S. Paulo*, quando Canhoto, por ocasião da estréia do “trio brasileiro”, formado por Edu Gomes e Caramuru. Ao lado dessa “grande estréia” no palco do Hygh-life, “na tela”, foram exibidos doze filmes escolhidos.⁶ Já no dia 25 de abril de 1916, no Colombo, “os comoventes dramas *Nunca mais...*, *Os fugitivos* e *Justiça da montanha*. No palco [...] Canhoto” e o barítono brasileiro “Luiz de Freitas, da Academia Nacional de Música de Roma”,⁷ espetáculos esses repetidos no mesmo Teatro Colombo, nos dias 27, 28 e 30 de abril de 1916, segundo a mesma fonte.

Em novembro do mesmo ano, o autor de *Abismo de rosas* participou de uma *matinée* “literária, musical” e dançante, “que o Clube 13” ofereceu aos “voluntários paulistas, na platéia do Municipal”. Além de Canhoto, “que executou, no violão, três números de seu repertório”, esse espetáculo, aberto com o Hino Nacional “de Gottschalck, executado ao piano pela senhorita Antonietta Pontes”, contou ainda com a participação do “sr. Olympio

Romero, que terminou recitando um poema”, quando tiveram início as danças, ao som de uma orquestra, “prolongando-se o baile até depois das 20 horas”.⁸ Já no Teatro Boa Vista, em março de 1917, Canhoto participou do espetáculo no qual, em sua primeira parte, constou a representação “da comédia de Hennequin, *O inviolável*”, em que tomou parte o ator João Barbosa, “professor da Escola Dramática do Rio de Janeiro”. Na segunda parte desse mesmo programa, a hora artística com “o violonista Américo Jacomino”, ao lado de “Alexandre Azevedo, Sales Ribeiro Serra, Cremilda de Oliveira, Adelaide Coutinho e Ferreira de Souza”.⁹ Também em maio de 1917, Canhoto participou de um trio, de curta existência, que estreou no Teatro São Pedro e que contou ainda com a participação de Luiz de Freitas e Américo Garrido. Nessa oportunidade, foram exibidos, “na tela, *O navio fantasma* e *A verdade amarga*”.¹⁰ Em junho, o mesmo trio no palco, enquanto “na tela, *O sedutor invisível* e *A noiva de seis séculos*”.¹¹ Ainda em junho de 1917, os dois integrantes do trio, Luís de Freitas e Garridos, “duetistas caipiras”, realizaram apresentações “sem o Canhoto”.¹²

Em março de 1918, Canhoto junta-se ao “machiettista Max”, quando formaram a “troupe’ Max-Canhoto”,¹³ que estreou no Teatro Guarany, “cinema da Rua da Consolação”, local onde, dias antes, atuaram “os artistas Eduardo das Neves e Canhoto”, enquanto na tela, o “emocionante drama *Traição sertaneja*”.¹⁴ Em agosto do mesmo ano, Canhoto apresentou-se ao lado de “Baptista Junior (o caipira)”, enquanto “na tela, *Factos de guerra*, (...), e *Cleópatra moderna*, por Miss Dorothy Dalton”.¹⁵ Em setembro de 1921, Canhoto realizou uma temporada, ao apresentar-se “todas as noites” após a exibição dos filmes, com a “troupe paulista [...], sendo seus componentes os artistas Luís de Freitas, barítono, Maria Mesquita, cançonetista”, além de Canhoto, “todos sob a direção do aplaudido parodista cômico Miguel Max”.¹⁶

A prática envolvendo tais espetáculos de variedades, nas quais diversas manifestações artísticas se reuniam e se inter-relacionavam, conforme ressaltamos, não era uma prática restrita a artistas paulistas. Em janeiro de 1919, enquanto Canhoto realizava uma *tournee* artística “no norte do estado”, acompanhado do ator “Alves Junior”, o violonista paraguaio, Agustín Barrios, realizava uma *soirée* da moda no Royal teatro, tendo, na tela, o “romance de Alexandre Dumas, *O conde de monte Cristo*, ‘A punição’ [...] e *O gentil Talismã*”.¹⁷ Já em seu concerto de despedida da cidade de São Paulo, em abril de 1919, no salão do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, o “distinto e aplaudido violonista paraguaio” participava de “um sarau literário e musical” em que “emprestam seu concurso”, na parte literária, Júlio César da Silva, Altair G. Miranda, Laurindo de Brito”.¹⁸

Ainda em relação à proximidade da música com o cinema, ressaltamos a questão referente ao campo de trabalho do músico do início do século no próprio cinema. Um exemplo que ilustra essa questão ocorreu no Cine República, onde sua “orquestra que se compunha de 30 professores, sob a regência do M^o Martinez Grau”,¹⁹ apesar de, como observa Alberto Ikeda, “tratar-se de um exemplo raro, pois a maioria dos cinemas mantinham mesmo orquestras bem menores, geralmente com menos de dez figuras”, enquanto os “cinemas mais simples conseguiam no máximo manter um pianista apenas”.²⁰ Vale destacar que, em 1907, surgiu o “primeiro cinema fixo da cidade”, que foi o “Bijou-Theatro, seguido do cinema Radium na Rua São Bento e do cinema Ires”. Ainda segundo Ikeda, “em 1909, sete cinemas anunciam seus programas n’o Estado de S. Paulo, dois anos mais tarde, o mesmo jornal publica uma relação de todos os cinemas da cidade: a esta altura, já são trinta e um”.²¹

Quanto aos músicos que trabalhavam nesses cinemas, encontramos tanto músicos de formação erudita quanto grupos de choro, como o formado por Paraguassu, Canhoto, Luís Miranda e Caramuru, e até bandas. Em relação aos músicos de formação erudita, podemos citar o maestro Souza Lima “que tocava e dirigia entre 1915 e 1916 no cine Teatro Espéria uma orquestra de 18 pessoas, sendo logo em seguida substituído por Mignone”,²² que, por sua vez, tocou também “no cinema Bijou Teatro e no cinema Radium e, por um período mais longo, no cinema High-life”.²³ O maestro Armando Bellardi também atuou em cinemas da capital paulista, quando integrou a pequena orquestra do Cine Édén, na rua Mauá, tocando piano no Cine Guarani e, mais tarde, “apresentou-se com sucesso na sala de espera do Cine Radium, na Rua São Bento”.²⁴ Souza Lima foi outro músico de formação erudita que “trabalhou em vários cinemas” da capital paulista, tais como o “Cine Marconi, Cinema Central, Teatro Esperia [...], hoje Taetro Bela Vista”.²⁵

Outro fato que ressalta a importância da atividade musical nos cinemas da cidade foi a greve realizada em 1913 por músicos, aglutinados no Centro Musical de São Paulo, fundado em 1913 e contando com “206 professores de diversos instrumentos de orquestra e de piano [...], sendo que 70% destes eram italianos ou seus descendentes”,²⁶ já que os “proprietários de cinemas não aceitaram a tabela com os ordenados mínimos dos executantes”. Pelo menos em termos de paralisação, tal greve atingiu os objetivos, já que

[...] dos 45 cinemas da cidade, só os cinemas Ambrósio, Édén e Edison aceitaram a tabela do Centro e por isso estão funcionando com suas orquestras completas. Os espetáculos de ontem foram sem músicos, a não ser uns dois ou três que conseguiram arranjar amadores ou pianistas.²⁷

Como conseqüência da greve dos músicos e também como forma de reduzir o custo de “manutenção desses conjuntos e orquestras”, reduziu-se, “na maioria dos cinemas

[...], a apresentação a pianistas”, caso do maestro Gaó, “no cine Pavilhão, José Maria de Abreu, no cine Íris e José Aimberê de Almeida, que tocava no Hight Life (largo do Arouche)”.²⁸

Outro aspecto a ser ressaltado, ao refletirmos sobre a ligação de Canhoto com a nascente indústria cinematográfica de São Paulo, foi a gravação do tango, *Se acabaron los otarios*, de Francisco Canaro. Esse disco contém duas curiosas inscrições, por assim dizer: “particular” e “amostra invendável”. Esse raro documento do acervo do colecionador Ronoel Simões, possui ainda mais uma particularidade: trata-se de um disco “prova”, ou seja, um disco que ainda passaria por uma audição final, antes de ser colocado à venda no mercado. Ronoel Simões não soube precisar as razões pelas quais essa gravação de *Se acabaron los otarios*, não foi colocado no mercado.²⁹ Levando em consideração a data da gravação que consta nesse documento, 12/3/1928, acreditamos que o estado de saúde de Canhoto tenha impedido sua colocação no mercado ou mesmo que sua atividade de lançador da prefeitura, emprego que ocupou durante o ano de 1928, tenha dificultado a conclusão dessa gravação. Outro aspecto a ser ressaltado em relação à gravação desse tango argentino, é o fato de o primeiro filme brasileiro falado chamar-se, justamente, *Acabaram-se os otários*.³⁰ Segundo o cantor Paraguassu, que participou do elenco dessa produção cinematográfica dirigida por Luís de Barros, o filme não era tão falado assim, já que suas músicas eram dubladas e os diálogos praticamente inexistentes.³¹

O pesquisador Sérgio Cabral observa que essa produção teve Menotti del Picchia como colaborador do argumento do filme, *Carinhoso*, de Pixinguinha como integrante da trilha sonora,³² além da composição, *Deixe-me ser otário*, de Vadico, e a participação “do caipira Genésio Arruda”.³³ Segundo o Centro de Documentação Digital da Cinemateca, essa “comédia musical de 1929, de 35 minutos, com produção de Victor del Picchia”, narra “as aventuras de um caipira e de um italiano que vêm a São Paulo, compram um bonde, são depenados num *cabaret* e assim, desiludidos, voltam para o interior”.³⁴ O filme *Acabaram-se os otários* chegou a ser visto por “35 000 pessoas” e foi exibido no “Cinema Santa Helena de São Paulo”³⁵ e no Rio de Janeiro, no Cinema Rialto com “letreiros em caipira”.³⁶

Por fim, ainda em relação ao vínculo entre música e cinema nesse início de século XX, vale ressaltar que, “Serrador começa a produzir uns filminhos curiosos que tiveram um enorme sucesso: as ‘Canções Ilustradas’. É possível que a primeira delas tenha sido a que apresentava Cândido [sic] das Neves, cantor e palhaço do Circo Spinelli”.³⁷ Segundo Maria Rita Galvão, “os atores ficavam num banquinho, representando cenas românticas enquanto cantavam velhas canções espanholas e italianas, ou árias de óperas conhecidas”. Assim, nas chamadas “canções ilustradas eram exibidas no Bijou Theatre, como comple-

mento dos filmes [...]; os atores ficavam por trás da tela, durante a projeção, cantando as canções que o filme ilustrava”.³⁸

Canhoto no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo

Em 1916, Canhoto conseguiu uma projeção significativa em sua carreira musical, quando realizou, no dia 5 de setembro, o citado concerto no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, “evento que comparamos, em importância e repercussão, aos concertos de Agustin Barrios e Josefina Robledo no Brasil”.³⁹ Nesse concerto, Canhoto foi acompanhado “em todas as peças” pelo violonista Álvaro Gaudêncio, além do cantor Trajano Vaz, “que apresentou três números com acompanhamento de violão”. No programa, publicado no jornal *O Comércio de São Paulo*, de 6 de setembro de 1916, aparece o poeta Danton Vampré, que apresentou “K...nhoto ao público”, e Trajano Vaz, que apresentou os artistas “em caricaturas”.⁴⁰

Um aspecto a ser ressaltado nesse espetáculo de Canhoto no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo foi, novamente, a presença de profissionais ligados a outras manifestações artísticas, inclusive, a partir de uma perspectiva regionalista. Se atentarmos para o nome de Danton Vampré, citado acima, observaremos que seu nome divide a autoria “da primeira revista paulista de sucesso no século XX: *São Paulo futuro*, de Danton Vampré e J. Nemo, com música de Fernando Lobo”.⁴¹ Segundo os mesmos autores, Vampré, “bacharel e jornalista, nascido em Rio Claro em 1892, e falecido na capital em 1949, acompanharia por algum tempo, esse teatro paulista”.⁴² Essa revista, *São Paulo futuro*, em “dois atos”, segundo comentário do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi “toda recheada de lindos trechos musicais bem adaptados às diversas cenas”, com a participação do “ator Raul Soares”, e que, no dia 27 de abril de 1914, teve a presença de Rui Barbosa saudado pelo público com uma “extraordinária ovação”.⁴³ Ainda em relação a Vampré, foi dele, em parceria com João Felizardo, “a burleta *Uma festa na Freguesia do Ó*”, além de *A pensão de D. Ana* e o *Café de São Paulo*, peças encenadas em 1917 pela Companhia Arruda, que se destacou “cada vez mais com seu teatro regional”,⁴⁴ além da peça *Sustenta a nota*, em parceria com Euclides de Andrade e Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, já nessa época, adotando o pseudônimo de Juó Bananere, cuja peça mais importante, *La divina increnca*, de 1918, foi “o grande acontecimento da temporada teatral”, montada pela Companhia Arruda, “no teatro Boa Vista”.⁴⁵

Em março de 1922, por ocasião da inauguração do Teatro Olímpia, no Brás, novamente uma peça de Danton Vampré em parceria com Gastão Barroso, *O que o rei não viu*, exibição essa “sempre em conjunto com um programa cinematográfico”.⁴⁶ Por fim, serão suas revistas, *São Paulo futuro* e *A freguesia do Ó*, que inauguraram as atividades do “Te-

atro Popular”, criado em 1931, “que se instalou no antigo Circo Alcebíades, na avenida São João”, mesmo ano em que foi criado o “Conjunto Artístico Paulistano, dirigido por Marcelo Tupinambá”, que se propunha a “cantar operetas brasileiras. A primeira delas é uma adaptação de *A moreninha*, de Macedo, com libreto de Arlindo Leal e música de Pedro Camim, sob a regência de Gabriel Migliori”.⁴⁷

Assim, ao refletirmos sobre a importância desse concerto de Canhoto no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, tanto para a carreira desse solista como para o próprio desenvolvimento do violão em São Paulo, podemos acrescentar, ainda, que tal evento esteve ligado aos chamados espetáculos de variedades, nos quais Canhoto desenvolveu boa parte de sua carreira, pelo menos até o final da década de 1910, paralelamente ao clima de valorização dos aspectos da cultura regional paulista, inclusive, com o apoio e incentivo da elite política e econômica de São Paulo⁴⁸. Ao citarmos o nome de Fernando Lobo, é certo que estamos falando de Marcelo Tupinambá, cuja autoria da parte musical da revista *São Paulo Futuro* mudou sua trajetória profissional. Paulista de Tietê, Fernando Lobo nasceu em 29 de maio de 1889, em uma família fortemente envolvida com a prática musical. Seu pai, Eduardo Lobo, foi regente da Banda da Santíssima Trindade, em Tietê, e seu tio, Elias Álvares Lobo (1834-1901), foi maestro e compositor, atuou no Rio de Janeiro, onde foi professor de Chiquinha Gonzaga.⁴⁹ Sua primeira ópera, *A noite de São João*, foi “o primeiro trabalho cantado em língua vernácula”,⁵⁰ e foi encenada em 1860, no Rio de Janeiro, e “regida pelo jovem maestro Carlos Gomes”.⁵¹

Em 1907, com apenas 15 anos, Fernando Lobo acompanhou o “célebre flautista Patápio Silva, que excursionava pelo interior de São Paulo, a caminho do sul”.⁵² Dentre seus sucessos está o cateretê *O matuto*, feito em parceria com Candido Costa, cujo tema, ligado a outro estado, “parece indicar uma aspiração do autor a se popularizar além das fronteiras paulistas”.⁵³ Em consequência de sua citada participação na revista *São Paulo futuro*, de 1914, para a qual compõe um maxixe de mesmo nome e em parceria com Danton Vampré,⁵⁴ ocorreu a mudança de seu nome. Na época, cursando a Escola Politécnica de São Paulo, “onde se formou no ano seguinte”, foi chamado ao gabinete do diretor Paula Souza, que o indagou: “Não permito que aluno meu ande fazendo maxixes. Quem vai confiar num engenheiro que faz maxixes?”.⁵⁵ Fernando Lobo virou, então, Marcelo Tupinambá.

Música e teatro

Um dos parceiros de Marcelo Tupinambá, Arlindo Leal, também compôs letras para algumas obras de Canhoto, caso do chótis,⁵⁶ *Flor paulista*, do tanguinho sertanejo *Já se acabô* e das valsas *Triste carnaval* e *Arrepêndida*. Arlindo Leal nasceu em São Paulo no

ano de 1871⁵⁷ e um de seus primeiros êxitos foi a revista *O boato*, considerada “o grande acontecimento artístico”, estreada no “Polyteama na noite de 12 de maio de 1889”, revista essa “de fatos locais sucedidas nos anos de 1897 e 1898, divididas em 10 quadros”, que tem, como eixo central, “a história de um casal e sua filha vindos a São Paulo por ocasião do carnaval”,⁵⁸ com cerca de “cem personagens, entre os quais tipos italianos (diferenciando do português das revistas fluminenses)” e que teve “músicas do maestro Manuel Passos”.⁵⁹ Arlindo Leal foi autor, ainda, da opereta sertaneja *Cenas da roça*, juntamente com Marcelo Tupinambá, e *Flor do sertão*, em que ficaram “dois êxitos populares: *Tristeza de caboclo* e *Maricota sai da chuva*”, usando, ainda, “o pseudônimo de José Eloi”.⁶⁰ Foi letrista do tanguinho de Marcelo Tupinambá, *Ao som da viola*, de 1920.⁶¹ Segundo essa mesma publicação, havia em São Paulo, “da metade dos anos 10 para frente”, um teatro “popular de caráter regionalista, vertente do nacionalismo literário de valorização de nossas raízes”.⁶²

Essa proximidade da música com a atividade teatral expressa, nos exemplos citados até aqui, uma faceta, a nosso ver, pouco valorizada nos trabalhos de pesquisa sobre música das primeiras décadas do século XX. Mais do que uma interseção, “o teatro de revista, aparecido no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, foi o primeiro grande lançador de composições de música popular”.⁶³

Nesse sentido, podemos pensar na “disseminação das Casas de Ópera, no final do século XVIII”, quando ópera, “no contexto nacional, aplicava-se [...] a qualquer peça que intercalasse trechos falados com números de canto, executando-se a parte musicada conforme os recursos locais”.⁶⁴ Com a “irrupção da opereta francesa, acompanhada por suas seqüelas cênicas”, gerando uma “espécie de avalanche de música ligeira”,⁶⁵ novamente observamos essa proximidade da música com o teatro, a partir da criação de Jacques Offenbach no século XIX, “da ópera-bufa”,⁶⁶ fato que pode ser considerado como “o ponto de partida para a história do teatro musicado no Brasil de caráter popular e urbano”, quando o mesmo Offenbach passou a criar “suas caricaturas musicais”, num momento em que “o teatro abraçava-se simultaneamente à música”.⁶⁷ O exemplo de Chiquinha Gonzaga é significativo, na medida em que, para divulgar sua música, “o teatro foi imprescindível”.⁶⁸

E não foi diferente com Canhoto. Além de sua citada parceria com Arlindo Leal, Canhoto participou, em maio de 1918, no Teatro Boa Vista, de um “festival dos apreciados artistas da Companhia Arruda: Elisa Santos e Antônio Dias”, que contou com a “representação da opereta” *Cenas da roça*, de Arlindo Leal, citada acima, além de “um acto de *Cabaret*, no qual tomaram parte vários artistas” como Zazá Soares, “que executou duetos com Raul Soares e cantou depois uma canção nacional; o violonista Américo Jacomino; a cançonetista Pura Jenelty”.⁶⁹

Outro espetáculo onde Canhoto atuou com artistas do teatro paulistano foi quando tomou parte “do festival” realizado em junho de 1918, no Teatro Avenida, onde foi apresentado “a revista *O 31 Paulista*, seguido de um “acto variado”, onde tomaram parte, além de Canhoto, “Edu Carvalho, Affonso Oliveira, João Pinho”.⁷⁰ Em março de 1919, no Teatro Boa Vista, Canhoto participou, de outro “acto de variedades”, juntamente com o “duo caipira Os Garridos”, quando foi representada, inicialmente, “a peça do saudoso dr. Cesário Motta, *A Caipirinha*”.⁷¹

Em março de 1920, foi a vez dos Oito Batutas encerrar um “ato de variedades” com um concerto, no palco do Teatro Boa Vista, por ocasião da representação da burlata, *Nhá moça*, “desempenhada com agrado por Celeste Reis, Anthero Vieira, João Lino”.⁷² Esse mesmo grupo musical carioca apresentou-se em São Paulo, em dezembro de 1919, no palco do Teatro São Pedro, desta feita, dirigido “por João Pernambuco”.⁷³ Com relação à citada *Nhá moça*, essa “burlata de Abreu Dantas, com música de Chagas Junior, que tanto sucesso teve no Boa Vista”, que, por sinal, realizou “um concurso de peças regionais”, sendo um das peças premiadas, a burlata, *A italianinha*, de Euclides de Andrade “e do humorista Viterbo Azevedo”, posteriormente transformado em filme e considerado “o primeiro filme verdadeiramente regional [...] da indústria cinematográfica paulista”.⁷⁴

Outro aspecto a ser mencionado, dentro desse contexto de proximidade da música com o teatro, tomando por referência uma vertente regionalista, foi a criação do trio Viterbo-Abgail-Canhoto, em 1919, para atuar em “números teatrais”, constituído por Canhoto, o cantor e ator Viterbo de Azevedo, “que adota o nome de Jeca Tatu”,⁷⁵ e uma menina de dez anos de idade, na época, Abgail Gonçalves, que “mais tarde tornou-se a grande cantora lírica, Abgail Alléssio”, quando formaram, em 1919, inspirado no sucesso do personagem de Jeca Tatu, que “provocava enorme onda de matutismo, refletindo na literatura, nas artes, na música e no teatro”, e aproveitando o “sucesso que pouco antes alcançara o festejado Trio Fóca-Abigail-Moreira”. Porém, em sua primeira excursão, no interior de São Paulo, o trio foi desfeito em condições trágicas. Antes de um espetáculo de caridade, “Viterbo de Azevedo foi assassinado acidentalmente com um tiro na testa”,⁷⁶ o mesmo Viterbo que, juntamente com Euclides de Andrade, compôs a citada burlata, *A italianinha*.

Outros exemplos de valorização do “matuto paulista no teatro de variedades paulistano” foram, em 1917, “a atriz Alda Garrido e seu marido, o empresário-ator Américo Garrido”, quando formaram “a dupla Os Garridos”; em 1919, “o ventríloquo Batista Júnior” e seus “tipos caipiras”, além das palestras de Cornélio Pires, “que já em 1910 usara caipiras para ilustrar suas exposições aos alunos do Colégio Mackenzie”,⁷⁷ além de Afonso Arinos, o “primeiro escritor regionalista de real importância”.⁷⁸

Em homenagem ao citado acidente envolvendo Viterbo Azevedo, Canhoto dedicou a valsa *Manhã fatal*, “à memória do saudoso e querido artista nacional Viterbo de Azevedo”,⁷⁹ partitura para piano contendo, inclusive, uma parte poética sem especificação de autoria, além da citação de L. Rinaldo na “adaptação”, provavelmente, como referência ao arranjo para piano dessa partitura. Essa presença de Canhoto e Viterbo em atuações no teatro regional paulista, como vimos, nos faz indagar a respeito de Abigail Gonçalves ou Abigail Aléssio, essa “grande cantora lírica”, conforme mencionamos.

Uma informação a seu respeito, sem indicação de fonte, informa que “após o incidente, Abigail Gonçalves, agora com o apelido de ‘a sertanejinha’, estréia inicialmente como cantora solista no Teatro Rio Branco” e que, “traumatizada pelo acontecimento com Viterbo, ficará 20 anos sem cantar, e tempos depois mudará seu nome para Abigail Aléssio, dedicando-se ao canto lírico, com o qual chega a se apresentar no Metropolitan Opera House de Nova York”.⁸⁰ Não localizamos informações a respeito desse fato envolvendo Viterbo Azevedo e nem dessa cantora, que parece ter tido certa projeção na época, a julgar por sua citada apresentação no Metropolitan de Nova York.

A música e os espetáculos circenses

Além de cinemas, cafés e restaurantes, os músicos costumavam tocar em teatros e circos.⁸¹ O colecionador Ronoel Simões⁸² menciona que Canhoto, “era freqüentemente visto nas tabuletas de circos”.⁸³ Paraguassu, por sua vez, menciona a presença do palhaço, cantor e compositor Eduardo das Neves no circo Espineli, “instalado na Rua Piratinin-ga”, com quem teve uma de suas primeiras oportunidades como cantor, nos espetáculos musicais que aconteciam após os números circenses, “os chamados Festivais”.⁸⁴ O contato entre ambos ocorreu após uma das apresentações de Eduardo das Neves, quando os artistas, “após os espetáculos, seguiam para o Café Donato, na mesma rua onde o ‘italianinho do Brás’ cantava geralmente um repertório de músicas italianas, acompanhado ao violão”. Essa presença de Paraguassu nos circos possibilitou que outros artistas também se apresentassem, caso “de Canhoto e músicos de geração posterior, como Garoto, que se apresentou no circo Piolim e Antônio Rago, que acompanhou cantores e se apresentava solando nos circos da cidade”.⁸⁵

Vicente de Paula Araújo menciona diversas apresentações de Eduardo das Neves em São Paulo. Em 15 de janeiro de 1905, por exemplo, quando “outro grande circo apareceu na cidade: o circo-teatro François”, no local onde existiu “o Teatro São José, na Praça Tiradentes”, teve como uma de suas principais atrações “o conhecido Eduardo das Neves” que não só cantava suas modinhas ao violão,

[...] como figurava nas pantomimas. Uma noite, quando representava o drama *Os bandidos da Serra Morena*, em uma cena de tiroteio, o cançonetista foi atingido, não se sabe como e nem por quem, por uma bala de verdade [...] que varou a pele e os tecidos musculares. E o caso, felizmente, não foi tão grave porque para o espetáculo da semana vindoura, anunciava-se a aparição do aplaudido Eduardo das Neves, que até lá estará completamente restabelecido.⁸⁶

Em março desse mesmo ano, Eduardo das Neves apareceu novamente, “com a engraçadíssima pantomima cantada *Um bixeiro em apurus* ou *O padre virgolino carrapato dançando calke-walk*”.⁸⁷ José Geraldo V. de Moraes, por sua vez, ressalta o caráter popular dessas atividades circenses, já que, “até a popularização do cinema em meados da década de 1910”, o circo “era uma das únicas formas de divertimento pago acessível ao seu poder aquisitivo”.⁸⁸ Como exemplo dessa função de “palhaço-cantor”, destacamos a atuação de Waldemar Seyssel, “mais conhecido como palhaço Arrelia [...], que tocava flauta e sax, depois se aproximou da concertina”, citando ainda “os palhaços Caetano Ramos Polidoro e Serrano”, este último, em 1902, “apresentando-se no circo Clementino [...] deleitava o público com vistosas modinhas e lundus de seletos autores brasileiros”. Ressaltamos também a atuação do palhaço Piolim “que tocava violão e bandolim em seu circo no Largo Paissandu”, ao lado de seu parceiro, “o palhaço Alcebíades, também tocador de pistom”, assistidos por “gente famosa” como Oswald e Mário de Andrade, Guilherme de Almeida e Washington Luís, “que sempre pedia um número musical para dupla”. Dentre as companhias circenses da época, destacamos “as tradicionais companhias dos Spinelli, Casali, irmãos Quirolos, família Temperani (todos italianos) e família Seyssel, além dos inúmeros pequenos circos”,⁸⁹ inclusive como “veiculadores privilegiados nas cidades de teatro e dramas musicais”. Nesses locais, encontramos “um dos precursores dos teatros e das canções nos circos”, que foi “o palhaço negro Benjamim Oliveira (1870-1954), que percorreu vários estados do Sul e Sudeste, cantando e representando, influenciando a geração posterior de Eduardo das Neves e Mário Pinheiro”.⁹⁰

Ary Vasconcelos menciona um relato de Paraguassu, sobre a presença do cantor Mário Pinheiro em São Paulo, “com a Companhia Rotoló & Billoro”, em espetáculo “no teatro São José, onde hoje fica o escritório da Light”, integrando

[...] o elenco da *Bohème*, vivendo o papel de Colline. Encontrando Américo Jacomino no Café dos Artistas surgiu a dúvida em ambos. Seria mesmo o grande Mário? Compraram ingressos para a geral e foram. Mas a dúvida permaneceu, pois o cantor estava bem diferente (...). À saída, quando Mário deixou o teatro pelo portão da Rua Formosa, contou-me que estava hospedado em uma pensão da Rua Xavier de Toledo, bem perto do São José.⁹¹

O citado cantor Mário Pinheiro é um bom exemplo desse universo musical do início do século XX, na medida em que, além de sua atuação em circos, atuou também na nascente indústria fonográfica, ao ser “contratado com exclusividade por Fred Figner, proprietário da Casa Edison” para atuar como cantor e “principal anunciador de discos da Casa Edison”, chegando a cantar “no Teatro alla Scala, de Milão”, além de participar, após retornar ao Brasil, “do programa de inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a 27 de julho de 1909”. Ainda a respeito de Mário Pinheiro, Ary Vasconcelos destaca que, “ouvindo-se hoje seus discos e comparando-se com os dos outros artistas da época é fácil constatar-se que ele foi o maior cantor popular brasileiro do período compreendido entre 1904 e 1913”, mesmo assim, completa, faleceu “na mais completa miséria, a 10 de janeiro de 1923”.⁹²

Alberto Ikeda também ressalta a ligação das atividades circenses e musicais, ao salientar que “os circos ambulantes tiveram grande preferência junto às classes populares”, e apresentavam “não só números de acrobacias, mágicos e animais, como também artistas e peças musicais, além dos palhaços que, muitos, se revelaram grandes cantores da nossa MPB”.⁹³

Porém, com o surgimento da indústria cinematográfica em São Paulo, conforme ressaltamos anteriormente, a atividade musical passou a ocorrer também nas “salas de espera dos cinemas e, naturalmente, no acompanhamento das películas”⁹⁴. Um dos fatores responsáveis por essa popularização do cinema foi o barateamento significativo “das entradas de cinemas”, gerando um esvaziamento “dos circos e cafés-cantantes [...], não resistindo à disputa com este veículo da cultura de massa”.⁹⁵

Com essa parceria, por assim dizer, entre o cinema nascente e a música, temos o que José Ramos Tinhorão denominou “um inesperado mercado de trabalho para os músicos amadores, quando da formação das orquestras de sala de espera”, além do “ressurgimento das valsas, julgadas ideais para o acompanhamento de cenas de amor dos filmes mudos”.⁹⁶ Alberto Ikeda, ao comentar justamente essa afirmação de Tinhorão, ressalta que, “embora verdadeiras as afirmações deste autor (...), a música popular de raízes nacionais não teve acolhida nos recintos”, e que, “até por volta de 1920, era ainda a música ligeira e os trechos de peças clássicas que se executavam tanto nas salas de espera quanto dentro do cinema”.⁹⁷

“Popular ou erudito? Talvez, ambos...”.⁹⁸

Tais reflexões nos remetem ao tipo de denominação utilizada para classificar a música de Canhoto e dos chorões: seria uma música ligeira, de entretenimento, popular, ou mesclaria tais elementos? Alberto Ikeda, a nosso ver, em sua afirmação citada acima,

diferencia “música popular de raízes nacionais”, de “música ligeira e trechos de ópera”, apesar de situar, em seu citado trabalho, que “sua preocupação básica será a música funcional ligada aos espetáculos da chamada ‘vida noturna’, a música dos bailes, do cinema mudo, e das orquestras das casas de diversão e de repasto”, e conclui, “ocupo-me, enfim, da música de entretenimento”.⁹⁹ Isso, ainda, após tecer importantes considerações a respeito “dos qualificativos clássica, popular, folclórica e primitiva, utilizados na sociedade ocidental e ocidentalizada”, que “rotulam diferenciadamente a música produzida e utilizada por estamentos sociais distintos, ou por grupos étnicos”, assim como a “avaliação ideológica”¹⁰⁰ que permeia tais conceitos.

O que nos parece relevante assinalar nesta reflexão é que não observamos uma relação excludente entre a “música popular de raízes nacionais” e a “música ligeira e os trechos de peças clássicas que se executavam tanto nas salas de espera quanto dentro”, segundo a citada afirmação, já que essa música, o choro, possui um dialogismo,¹⁰¹ uma circularidade ou ainda um hibridismo, aspectos que conferem a esse gênero musical uma riqueza e particularidade histórica.

Ao comentar o tipo de música produzida pela compositora e pianista Chiquinha Gonzaga (1847-1935), por sinal, contemporânea de Canhoto, Edinha Diniz observa:

Chamemos a atenção aqui para o fato da música de Chiquinha Gonzaga ser hoje encarada apressadamente como erudita quando na época era o que havia de popular. A compreensão para isto há que ser buscada na organização da sociedade brasileira. Se hoje se considera popular a música das grandes massas, é preciso lembrar que esse contingente ainda não existia no século passado. Portanto música popular dessa época [...], refere-se àquela dirigida às camadas intermediárias. A ela dirigia-se essa produção rotulada de “música de salão”, da qual Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth são os representantes mais lembrados. Hoje esse tipo de música demarca a fronteira entre o erudito e o popular.¹⁰²

Tal comentário, a nosso ver, reforça a imprecisão do conceito, geralmente utilizado, de música popular como forma de caracterização dessa modalidade de música produzida no início do século XX, além de trazer à tona mais um qualificativo para essa música produzida pelos chorões: música de salão. Se adicionarmos as denominações música de entretenimento, música ligeira, música funcional, que era a música da vida noturna dos bailes, do cinema mudo, das orquestras das casas de diversão e de repasto, conforme destacamos a partir da citada observação de Alberto Ikeda, podemos observar a abrangência e circularidade dessa produção musical, aspectos que reforçam o caráter híbrido dessa música dos chorões, por sinal, universo artístico que permeou boa parte da trajetória musical de Canhoto.

O que achamos importante ressaltar foi a ligação dessa música do início do século XX, o choro, no Brasil, e não foi diferente em São Paulo, com esse universo do entretenimento, dos circos, dos cinemas, dos cafés e dos teatros. Assim, quando Canhoto consolida sua carreira solista de violão, ele o faz no contexto desse universo: espetáculos de entretenimento, circense, teatral, cinematográfico e assim por diante. Dessa forma, o termo música popular, tão familiar e até irresistível para nossa sociedade contemporânea, a nosso ver, falseia justamente essa inter-relação da atividade musical com outras manifestações artísticas.

Paulo Castagna, ao refletir sobre o caráter, por assim dizer, da obra de Canhoto, observa: “Popular ou erudito? Talvez, ambos...”.¹⁰³ Ao refletirmos sobre a produção musical do citado violonista paraguaio de Agustin Barrios - um dos principais nomes do violão instrumental do período, e que travou contato com o próprio Américo Jacomino “durante a década de 20”¹⁰⁴ -, observaremos que seu universo composicional mesclava a música folclórica e popular do Paraguai, com influências européias e americanas. Se analisarmos ainda a série de obras compostas por Heitor Villa-Lobos em sua *Suíte popular brasileira*, verificaremos a mesma combinação da música brasileira com as músicas e danças européias. Não é outro o universo composicional de Américo Jacomino. Uma análise sobre sua produção musical revela-nos a mesma matriz do universo folclórico e popular do Brasil associada (ou não) a influências européias e americanas. Além disso, a produção musical desse violonista e compositor teve como público majoritário frequentadores de bares, cafés, restaurantes, ou seja, um público situado nas camadas populares da sociedade paulistana, de onde ele próprio era originário.

Na mencionada pesquisa sobre a música em São Paulo nas três primeiras décadas do século XX, Alberto Ikeda observa que “sua preocupação básica será a música funcional ligada aos espetáculos da chamada ‘vida noturna’, a música dos bailes, do cinema mudo, e das orquestras das casas de diversão e de repasto”, e conclui, “ocupo-me, enfim, da música de entretenimento”.¹⁰⁵

Do nosso ponto de vista, observamos que, antes de uma música de entretenimento, que de fato foi, essa produção musical – inicialmente das camadas populares da sociedade paulistana das primeiras décadas do século XX –, foi o choro, que permeou não só esses espetáculos de variedades ou de entretenimento como esteve presente na música de concerto dessa época, como nas citadas obras que formam a *Suíte popular brasileira*, de Heitor Villa-Lobos. Portanto, desse ponto de vista, observamos que o choro possuiu essa circularidade ou dialogismo, conforme mencionamos anteriormente, ao se fazer presente em bares, circos, teatros, cinemas, chegando, enfim, ao repertório da música de concerto. Assim, nesse amplo horizonte de atuação encontramos uma de suas principais riquezas e características históricas.

Por sinal, foi nesse amplo horizonte de atuação que se situou a trajetória artística de Canhoto e seu diversificado universo musical, ao gravar de maxixes a Carlos Gomes, passando por tangos argentinos, marchas de carnaval, em proximidade com outras atividades artísticas, como o teatro, o circo e o cinema, até despontar como violonista e compositor e adentrar nas principais salas de concerto de São Paulo: o Teatro Municipal e o Conservatório Dramático e Musical.

Pelo que constatamos, esses espetáculos foram muito freqüentes em São Paulo até 1924, aproximadamente, época em que o rádio se consolida, fazendo, assim, com que a atividade musical adquirisse uma individualidade mais clara, por assim dizer, desvinculada de tais espetáculos. A partir desse momento, a música inserida nesses espetáculos ou festivais de variedades perde força e cede espaço a uma música popular que, aí sim, já se contrapõe com clareza à música erudita ou de concerto, momento esse próximo ao de consolidação da atividade radiofônica enquanto veículo de massa, por volta do início dos anos 30. Não por acaso, vale observar que a divisão entre música popular e erudita no Brasil é “uma divisão que no Brasil só se constitui nos anos 30”.¹⁰⁶

Vale destacar as considerações a respeito “dos qualificativos clássica, popular, folclórica e primitiva, utilizados na sociedade ocidental e ocidentalizada” – que, inclusive, nos remetem ao caráter historicamente construído de certos conceitos, conforme observa Raymond Williams –, que “rotulam diferenciadamente a música produzida e utilizada por estamentos sociais distintos, ou por grupos étnicos”. Esses conceitos, e aí nos parece ser o ponto central,

[...] trazem em si uma espécie de valoração ideológica enquanto produto artístico, dentro de um critério de maior ou menor importância desses segmentos na pirâmide social, onde a música de concerto – também chamada clássica, erudita, culta ou séria – detém todos os atributos da “verdadeira” ou “boa” música, já que sempre esteve ligada às elites (nobreza, igreja e burguesia) no transcurso da história.¹⁰⁷

No que se refere à diferenciação entre música popular e erudita no Brasil, observamos tratar-se de uma reflexão pouco desenvolvida, segundo os documentos analisados por nosso trabalho de pesquisa, o que reforça a citada impressão de que “os trabalhos investigativos nessa área da história social e cultural que trata da música permanece pouco explorado”, principalmente em relação aos “temas relacionados à música popular”.¹⁰⁸ Na realidade, conforme ressaltamos, podemos considerar essa diferenciação entre música popular e erudita como “uma divisão que no Brasil só se constitui nos anos 30”,¹⁰⁹ quando as formas de divulgação da música se desenvolveram substancialmente, sobretudo o rádio, o cinema e o disco, conceituando essa que vai ao encontro das reflexões de Theodor W. Adorno, que considera a música popular um produto, “industrial” no que tange à sua “promoção e distribuição”.¹¹⁰

Dessa forma, tanto pela citada “valoração ideológica” – segundo as citadas observações de Alberto Ikeda e que a nosso ver omitem o citado caráter circular do choro – quanto pelo componente industrial citado acima, não consideramos adequado o conceito de música popular quando pensamos no choro. Assim, consideramos que o choro, pelo que foi colocado até aqui, se constituiu em um gênero musical híbrido,¹¹¹ na medida em que mesclou influências européias, africanas e até indígenas, dialogando com diversas manifestações artísticas, tais como o circo, o teatro e o cinema – quando, inclusive, “a comunicação da música se fez predominantemente pela via direta – ao vivo – entre músico e o público”, em razão do caráter “incipiente de veículos de comunicação como o disco e o rádio”,¹¹² conforme ressaltamos anteriormente –, chegando a ser incorporado por formas musicais mais elaboradas, como nas citadas obras de Heitor Villa-Lobos, dentre outros exemplos, tudo isso ainda nas primeiras décadas do século XX.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

*Artigo extraído da tese de doutorado, ‘Viola, minha viola’. *A obra violonística de Américo Jacomino, o Canhoto (1889-1928), na cidade de São Paulo*, realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob orientação do professor Dr. Antônio Rago Filho e defendida em dezembro 2007.

¹Doutor em História pela PUC-SP e professor da Faculdade Taboão da Serra.

¹ ESTEPHAN, Sérgio. *O violão instrumental brasileiro: 1884-1924*. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP, São Paulo, 1999.

² ESTEPHAN, Sérgio. ‘Viola, minha viola’. *A obra violonística de Américo Jacomino, o Canhoto (1889-1928), na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC, 2007, p.178.

³ Dentro da I Jornada Brasileira de Cinema Silenciosa, promovido e realizado na Cinemateca Brasileira de São Paulo, entre 10 a 19 de agosto de 2007, o maestro Júlio Medaglia, que musicou, *O Estudante de Praga*, produção alemã de 1913, observou, ao final de tal exibição, que o chamado “cinema mudo” não passa de uma mentira, na medida em que o acompanhamento musical era obrigatório, nos primórdios da indústria cinematográfica.

⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 27 dez. 1915, coluna Palcos e Circos, p. 5. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

⁵ Id., 25 abr. 1916, coluna Palcos e Circos, p. 2. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

⁶ No mesmo espetáculo, deveria tomar parte, mas não compareceu, o “Dr. Paulo Setubal, que devia, segundo o programa, dizer versos de sua lavra” (*O Estado de S. Paulo*, 27 nov. 1916, coluna A Sociedade, p. 4. Informação recolhida por Gilson U. Antunes).

⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 2 mar. 1917, coluna Palcos e Circos, p. 5. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

⁸ Id., 18 maio 1917, coluna Palcos e Circos, p. 5. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

⁹ Id., 7 jun. 1917, coluna Palcos e Circos, p. 5. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

¹⁰ Id., 30 jun. 1917, coluna Artes e Artistas, p. 3. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

¹¹ Id., 30 mar. 1918, coluna Palcos e Circos, p. 3. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

¹² Id., 25 mar. 1918, coluna Palcos e Circos, p. 3. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

A obra violonística de Américo Jacomino, o canhoto (1889-1928)

- ¹³ Id., 3 ago. 1918, coluna Palcos e Circos, p. 3. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.
- ¹⁴ Id., 18 set. 1921, coluna Palcos e Circos, p. 5. Informação recolhida por Paulo Castagna.
- ¹⁵ Id., 16 jan. 1919, coluna Palcos e Circos, p. 4. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.
- ¹⁶ Id., 8 ago. 1919, coluna Palcos e Circos, p. 6. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.
- ¹⁷ IKEDA, Alberto T. *Música na cidade em tempo de transformação. São Paulo: 1900-1930*. Dissertação de Mestrado em Artes. São Paulo, USP, 1988, p. 49.
- ¹⁸ IKEDA, op. cit., p. 50.
- ¹⁹ IKEDA, op. cit., p. 49.
- ²⁰ MORAES, José Geraldo Vince de. *Sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo - final do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1995, p. 180.
- ²¹ IKEDA, op. cit., p. 100.
- ²² MORAES, op. cit., 180.
- ²³ LIMA, Souza. *Moto perpétuo: a visão poética da vida através da música*. São Paulo, Ibrasa, 1982, p. 34.
- ²⁴ IKEDA, op. cit., p. 33.
- ²⁵ ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 222.
- ²⁶ MORAES, op. cit..
- ²⁷ Depoimento de Ronoel Simões a este pesquisador em 15 jul. 1999.
- ²⁸ GOMES, Paulo Emílio Salles. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 69. José Geraldo Vinci de Moraes ressalta uma polêmica a esse respeito, quando observa que “o primeiro filme sonorizado teria sido *Alta traição*, exibido no Cine Paramount, apresentando apenas ‘ruídos sincronizados’”, mas, segundo “alguns autores, como Maria Rita E. Galvão consideram realmente o primeiro filme falado/sonorizado paulista a película *Acabaram-se os otários*” (MORAES, op. cit., p. 181).
- ²⁹ Depoimento do cantor Paraguassu ao MIS-SP.
- ³⁰ CABRAL, Sérgio. *A MPB na era do rádio*. São Paulo, Moderna, 1996, p. 28 (Coleção Polêmica).
- ³¹ MORAES, op. cit., p. 182.
- ³² Disponível < www.cinemateca.com.br >. Acesso em: 26 jun. 2006.
- ³³ GALVÃO, Maria Rita E. Galvão. *Crônica do cinema paulistano*. São Paulo, Ática, 1975, p. 262.
- ³⁴ TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: teatro e cinema*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1972, p. 282.
- ³⁵ Nota-se que a autora se enganou ao referir-se a Candido das Neves (1899-1934), filho de Eduardo das Neves, este sim, “em 1909, apresentava um ‘festival musical de que eram as principais atrações o negro das Neves’”. GALVÃO, op. cit., p. 23.
- ³⁶ GALVÃO, op. cit., p. 24.
- ³⁷ CASTAGNA, Paulo e ANTUNES, Gilson. *O violão brasileiro já é uma arte*. Petrópolis, RJ, Vozes, n. 1, jan./fev.1994, p. 42.
- ³⁸ CASTAGNA e ANTUNES, op. cit., p. 44.
- ³⁹ MAGALDI, Sábato e VARGAS, Maria Thereza. *Cem anos de teatro em São Paulo (1875-1974)*. São Paulo, Editora Senac, 2000, p. 62.
- ⁴⁰ MAGALDI e VARGAS, op. cit., p. 62.
- ⁴¹ MAGALDI e VARGAS, op. cit., p. 63.
- ⁴² Ibid., p. 88.
- ⁴³ FONSECA, Cristina. *Juó Banarere: o abuso em blague*. São Paulo, Editora 34, 2001, p. 199.
- ⁴⁴ MAGALDI e VARGAS, op. cit., p. 98.
- ⁴⁵ Ibid., p. 125.
- ⁴⁶ Por sinal, nestas primeiras décadas do século XX, a “arte adquiria uma irradiante coloração política” (SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 97), em espetáculos como a montagem “dramático-musical da obra póstuma da peça de Afonso Arinos *O contratador de diamantes*, em 1919”, com nada menos que duas orquestras, uma regida por Francisco Mignone e a outra por Francisco Braga, apresentação que teve

um ativo apoio do então prefeito Washington Luís, “que cedeu o Teatro Municipal, custeou os cenários [...] e outras eventuais despesas (SEVCENKO, op. cit., p. 242), além da “Semana de 1922”, evento inserido “na extensa programação de festas cívicas que aconteciam na cidade, inclusive com o patrocínio do governador do estado”, paralelamente a uma “busca sôfrega pelas raízes tradicionais paulistas de bandeirantes, sertanejos e caipiras estilizados, forjando todo um imaginário de mitos tradicionais (SALIBA, Elias Thomé. Cultura modernista em São Paulo. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p.130).

⁴⁷ DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991, p. 46.

⁴⁸ ARAUJO, Estephania Castro Gomes de. *João Gomes Araújo, sua vida e suas obras*. São Paulo, Edição Particular, 1973, p.12.

⁴⁹ *Enciclopédia da Música Brasileira: Popular, Erudita e Folclórica*. São Paulo, Art Editora; PubliFolha, 1998, p. 452.

⁵⁰ *Enciclopédia...*, op. cit., p. 788.

⁵¹ SEVERIANO, Jairo e MELLO, Zuza H. *A canção no tempo: 85 anos de música popular*. São Paulo, Editora 34, v.1, 1998, p. 55.

⁵² Segundo a *Enciclopédia da Música Brasileira*, a mesma dupla compôs ainda, *São Paulo futuro - cavaleiros de luar*, também em 1914 (*Enciclopédia...*, cit., p. 790).

⁵³ SEVERIANO e MELLO, op. cit.

⁵⁴ Manteremos neste trabalho de pesquisa a grafia chótis, adotada pela *Discografia Brasileira* (SANTOS, Alcino; BARBALHO, Grácio; SEVERIANO, Jairo e AZEVEDO, M. A. *Discografia brasileira 78 rpm*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1982, p. II).

⁵⁵ *Enciclopédia...* op. cit, p. 433.

⁵⁶ ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1981, p. 37.

⁵⁷ MAGALDI e VARGAS, op. cit., p. 31.

⁵⁸ Segundo os mesmos autores, essas “operetas, burletas e revistas sertanejas iam bater até no Rio de Janeiro” (MAGALDI e VARGAS, op. cit., p. 31).

⁵⁹ *Raros e inéditos*, São Paulo, SESC-SP, 1995, p. 30.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: teatro e cinema*. Petrópolis,: Vozes, 1972, p. 13.

⁶² PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro: 1570-1908*. São Paulo, Edusp, 1999, p. 24. Segundo o mesmo autor, a prática do entremez, uma “comédia em um ato [...], se possível recheadas com números de canto e dança” (PRADO, op. cit., p.56).

⁶³ PRADO, op. cit., p. 85.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 89. Ainda segundo o mesmo autor, “abaixo da opereta, na hierarquia ideal dos gêneros de teatro musicado, situava-se a revista” (p. 102).

⁶⁵ DINIZ, op. cit., p.115.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 114.

⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 17 maio 1918, coluna Palcos e Circos, p. 4. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

⁶⁸ Nesse mesmo “festival”, constaram, ainda, referências à revista *Ponto por Ponto*, de Jorge Domingues, representada no dia anterior, e a burleta *O Estouro da Boiada*, de Bento de Camargo (*Jornal O Estado de S. Paulo*, 13 jun. 1918, coluna Palcos e Circos, p. 4. Informação recolhida por Gilson U. Antunes).

⁶⁹ No intervalo desse mesmo espetáculo, segundo a mesma fonte, apresentou-se “a banda de música do 5º Batalhão da Força Pública” (*O Estado de S. Paulo*, 22 mar. 1919, coluna Palcos e Circos, p. 4. Informação recolhida por Gilson U. Antunes).

⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 11 mar. 1920, coluna Palcos e Circos, p. 4. Informação recolhida por Gilson U. Antunes.

⁷¹ *Id.*, 16 dez. 1919, coluna Palcos e Circos, p. 2. Informação recolhida por Paulo Castagna.

⁷² MAGALDI e VARGAS, op. cit., p. 92.

⁷³ Segundo José Ramos Tinhorão, esse trio foi denominado “Trio Viterbo” (TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música: da modinha à lambada*. São Paulo, Art Editora, 1991, p. 187).

⁷⁴ SIMÕES, Ronoel. Américo Jacomino, “Canhoto”. In: JACOMINO, Américo “Canhoto”. *Abismo de rosas e grandes obras*. São Paulo, Fermata do Brasil, s.d., p. 7.

⁷⁵ TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música: da modinha à lambada*. São Paulo: Art Editora, 1991, p. 187

⁷⁶ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1996, p. 208.

⁷⁷ JACOMINO, Américo (Canhoto). *Manhã fatal*. São Paulo, C.E.M.B; Campassi & Camim., s.d. 1 partitura (4 p.). Piano.

⁷⁸ ANTUNES, Gilson U. *Américo Jacomino, Canhoto e o desenvolvimento da arte solista do violão em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Musicologia - São Paulo, USP, 2002, p. 59.

⁷⁹ JACOMINO, Américo ‘Canhoto’. Homenagem ao 50º aniversário de seu falecimento (1928-1978). Texto de apresentação: J. L. Ferrete. São Paulo, Continental, p. 1978. 1 disco sonoro, 33 1/3 rpm.

⁸⁰ Considerado “o maior colecionador do mundo de partituras e registros fonográficos de violão instrumental (MELLO, Zuzá Homem. Violão brasileiro, acervo incomparável. *O Estado de S. Paulo*, 15 abr. 1979), seu valioso acervo, lamentavelmente corre sério risco. Além de estar sendo negociado com uma Universidade Americana, segundo informação extra-oficiais, seu acervo encontra-se em franca deterioração, consumido por traças e pela falta de cuidado (Ronoel nasceu em 1919, portanto está com quase 90 anos), como pudemos observar, por ocasião da última visita que o fizemos, quando, no início de 2005 e juntamente com o Paulo Castagna, propomos a Ronoel um projeto de catalogação e restauração de seu acervo, pronta e incisivamente recusado.

⁸¹ SIMÕES, Ronoel. Américo Jacomino, “Canhoto”. In: JACOMINO, Américo “Canhoto”. *Abismo de rosas e grandes obras*. São Paulo, Fermata do Brasil, s.d., p. 7.

⁸² Depoimento do cantor Paraguassu ao MIS-SP. No mesmo depoimento, Paraguassu menciona que Eduardo das Neves aparecia nas apresentações “com maquiagem branca”. Por sinal, o Palhaço Negro, ou Diamante Negro, como era chamado, teve o maestro Heitor Villa Lobos como companheiro, “na homenagem histórica ao aviador Santos Dumont, no dia 7 de setembro de 1903”, cantando um de seus maiores sucessos: *A conquista do ar*. Nessa ocasião, além da presença de músicos populares cariocas, Villa Lobos participou do evento tocando uma ocarina” (*Enciclopédia da Música Brasileira: Popular, Erudita e Folclórica*. São Paulo, Art Editora/PubliFolha, 1998, p. 567).

⁸³ MORAES, José Geraldo Vince de. *Sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo: final do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro, Funarte, 1995, p. 176.

⁸⁴ ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, p. 113.

⁸⁵ ARAÚJO, op. cit., p. 115.

⁸⁶ MORAES, op. cit., p. 174.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 176.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 175.

⁸⁹ VASCONCELOS, Ary. *Panorama da música popular brasileira na ‘Belle Epoque’*. Rio de Janeiro, Livraria Sant’Anna, p. 328. Segundo Ary Vasconcelos, existiu “uma história romanesca a respeito da separação de Mário e sua mulher Aída, quando o cantor, enciumado, chegara a atirar em um suposto rival, Tino Bruno” (op. cit., p. 328).

⁹⁰ *Enciclopédia da Música Brasileira: Popular Erudita e Folclórica*. São Paulo, Art Editora/PubliFolha, 1998, p. 628.

⁹¹ IKEDA, Alberto T. *Música na cidade em tempo de transformação. São Paulo: 1900-1930*. São Dissertação (Mestrado em Artes) - USP, São Paulo, 1988, p. 46.

⁹² *Ibid.*, p. 49

⁹³ MORAES, op. cit., p. 177.

⁹⁴ Apesar de Tinhorão focar sua reflexão na cidade do Rio de Janeiro, acreditamos que esse aspecto pertença a uma zona de intercessão, por assim dizer, na relação cinema e música nas cidades do Rio de Janeiro e

São Paulo. TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: teatro e cinema*. Petrópolis, Vozes, 1972, p. 227.

⁹⁵ IKEDA, op. cit., p.50.

⁹⁶ CASTAGNA, Paulo e ANTUNES, Gilson. O violão brasileiro já é uma arte (1916). *Cultura Vozes*. São Paulo, Vozes, n. 1, jan./fev. 1994, p. 40.

⁹⁷ IKEDA, op. cit., p.4.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 2.

⁹⁹ Segundo Michael Bakhtin, “A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar etc. Neste diálogo o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal”. CLARRK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998, p.13.

¹⁰⁰ DINIZ, op. cit., p.85.

¹⁰¹ CASTAGNA e ANTUNES, op. cit.

¹⁰² *Violão em tempo de concerto: Agustín Barrios*. Programa apresentado por Edelson Gloeden na Rádio USP-FM de São Paulo, em 11 mar. 1996.

¹⁰³ IKEDA, op. cit., p. 4.

¹⁰⁴ *A arte do violão: Américo Jacomino*. Programa apresentado por Fábio Zanon na Rádio Cultura FM de São Paulo, em 10 jun. 2006.

¹⁰⁵ IKEDA, op. cit., p. 2.

¹⁰⁶ MORAES, José Geraldo Vinci de. *Metrópole em Sinfonia. História, cultura e música popular nos anos 30*. São Paulo, Estação Liberdade, 2000, p.27. Cabe mencionar o pesquisador José Ramos Tinhorão como um dos poucos autores a refletir sobre a conceituação do termo música popular, caracterizado como uma “criação contemporânea do aparecimento de cidades com um certo grau de diversificação social”, e “composta por autores conhecidos e divulgada por meios gráficos, como partituras [...], fitas, filmes e vídeo-teipes” (*Pequena história da música: da modinha à lambada*. São Paulo, Art Editora, 1991, p.7).

¹⁰⁷ *A arte do violão: Américo Jacomino*. Programa apresentado pelo violonista Fábio Zanon na Rádio Cultura FM de São Paulo, em 10 maio 2006. Ainda segundo Zanon, o mais apropriado em termos de caracterização e diferenciação dessa produção musical seria, “rural e urbano”.

¹⁰⁸ ADORNO, Theodor W. Sobre música popular. In: COHN, Gabriel. *Theodor W. Adorno*. São Paulo, Ática, 1994, p. 121.

¹⁰⁹ Segundo Nestor Cancline, a respeito da inadequação da “oposição entre o tradicional e o moderno, o culto, o popular e o massivo”, observa: “É necessário demolir essa divisão em três pavimentos, essa concepção em camadas do mundo da cultura e averiguar se sua hibridação pode ser lida com as ferramentas das disciplinas que os estudam separadamente: a história da arte e a literatura que se ocupam do culto; o folclore e a antropologia, consagrados ao popular; os trabalhos sobre comunicação, especializados na cultura massiva. Precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos” (*Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp, 2000, p. 19). Cabe ressaltar as citadas palavras de Régis Duprat, quando reflete sobre o surgimento do maxixe, a partir de “gêneros híbridos”, tais como o lundu, a polca, o tango (*Maxixes*. Texto de contracapa: Régis Duprat. São Paulo, Copacabana discos, 1978. 1 disco sonoro, 33 1/3 rpm).

¹¹⁰ IKEDA, op. cit., p. 98.

RIO GRANDE DO SUL NA COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, 1922: ENTRE O CORPO DA REGIÃO E O CORPO DA NAÇÃO*

Gerson Galo Ledezma Meneses**

Resumo

Neste artigo, mostramos que, em 1922, quando Brasil comemorou cem anos de independência, muitos problemas impediam identificar o país como um Estado nacional unido a través de laços simbólicos e/ou materiais. Ante a essa situação, o presidente Epitácio Pessoa tentou minimizar o problema propondo uma colagem entre as memórias monárquica e republicana. Analisamos o comportamento das elites do Rio Grande do Sul ante a esse discurso e a forma usada para se ligar ao Brasil, criando a imagem de Estado luso, desconhecendo suas raízes platinas.

Palavras-chave

I Centenário da Independência; Identidade; Rio Grande do Sul.

Abstract

In this article we show that in 1922, when Brazil commemorated hundred years of independence, many problems were obstructing to identify the country like a National State, when it adhered through of symbolic and/or material knots. In front of this situation, the president Epitácio Pessoa tried to minimize the problem proposing a colagem between the monarchistic and republican memories. We study which the behaviour of the elites of Rio Grande do Sul in front of this speech and the form used to connect to the Brazil, creating the image of portuguese state, not knowing his Platine roots.

Keywords

I Centenary of the Independence; Identity; Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

No dia de hoje, em que se comemora o primeiro centenário da independência do Brasil, não podemos deixar de revivescer, embora em rápido escorço, o heroísmo dos grandes vultos da história militar do Rio Grande do Sul, onde cada página é um exemplo de bravura, de abnegação, de desprendimento, de civismo; palpitando em cada uma delas a alma intrépida e cavalheiresca do gaúcho, sempre pronto a derramar o sangue, a sacrificar a vida em defesa da Pátria. (Alberto de Brito)

Quando o Brasil completou 100 anos de Independência, não existia um consenso, entre diferentes grupos políticos, literários e intelectuais em geral, para estabelecer qual era o “verdadeiro” lugar de memória da nacionalidade. Nesse sentido, a presidência de Epitácio Pessoa tentou criar uma colagem entre as memórias republicana e monárquica para unificar o país desde o pondo de vista do imaginário e do simbólico. Porém, seu papel não se limitou a esses objetivos. Sabia que um Norte e Nordeste decadentes e um Sul e Centro-Sul avançados criavam a imagem de dois países: um próspero, verde e outro seco e pobre. Várias pendências inter-estaduais ameaçavam converter o país em vários contestados. Não obstante, a proposta unificadora do presidente encontrou vários tipos de resistência. O nosso objetivo neste artigo é mostrar a maneira como, no Rio Grande do Sul, as elites ligadas ao IHG tentaram reinterpretar a história em torno da Farroupilha, para apresentar-se como um Estado ligado às raízes lusas e já não mais platinas, objetivando alcançar o poder num futuro próximo. Para colocar em andamento esse discurso aproveitaram a festa comemorativa de cem anos de Independência.

Um projeto nacional chamado memória coletiva

O presidente Epitácio Pessoa tinha consciência da insuficiência das ligações nacionais entre os estados da Federação. Pensava que o problema da pobreza em várias regiões do país, em contraste com a riqueza do Sul, poderia fragmentar ainda mais o Brasil, onde estavam se enfrentando quase todos os estados por pendências limítrofes. Teria certamente percepção de que, entre os brasileiros, não havia um exclusivo lugar de memória como data fundadora da nacionalidade; a história do país oscilava entre os lugares de memória monárquicos e republicanos, dentre outros. Fazer uma colagem entre as duas memórias foi seu objetivo, e um dos primeiros passos nesse sentido foi o decreto de 1920, pelo qual

o governo trouxe da Europa os restos mortais do imperador Pedro II e da imperatriz Isabel Cristina. A volta do Imperador significava assim, para o presidente, um símbolo de reconciliação entre o passado e o presente, na tentativa de criar definitivamente um destino comum.³ Ao Rio de Janeiro chegaram, em 1921, os despojos mortais dos imperadores Pedro II e Teresa Cristina, e, em 1922, os familiares ainda vivos, exilados na França, dando uma demonstração inequívoca de aproximação entre Império e República.⁴

Mas a unificação do país, a criação de uma consciência nacional, Epiácio Pessoa a entendia não apenas desde essa ótica, senão através da solução dos problemas da saúde pública, combate às secas do Nordeste, valorização do café, o impulso à economia nacional e um olhar mais eficaz aos estados menos favorecidos até então esquecidos pelos diferentes governos republicanos; convertendo toda uma série de problemas de caráter regional em problemas de cunho nacional. Aí estava o grande desafio do governo para o período 1919-1922. O país estava doente e havia então que agir rápido para acabar de uma vez com a imagem do Grande Hospital. Um dos objetivos do presidente seria a atenção à saúde pública, não apenas do sertão, mas de todo o interior, do litoral ainda insuficientemente cuidado e dos estados mais afastados.

Epiácio Pessoa não desconhecia a importância da campanha da Liga da Defesa Nacional incentivando o amor à Pátria nas festas cívicas. No discurso de 7 de setembro de 1919, na Biblioteca Nacional, evocou as grandes festas de antigamente, que envolviam grandes multidões de pessoas nas principais cidades do país, quando reinava a alegria e o povo sabia de memória o hino da Independência. Tudo isso fora relegado ao passado, as novas gerações haviam esquecido o hino dos velhos. Porém, a Liga da Defesa Nacional vinha tentando reviver essa tradição: “o seu programa é estimular no coração do povo o amor da pátria (...) os ideais de solidariedade humana não são incompatíveis com a idéia de nacionalidade”. Uma das metas da Liga era o aperfeiçoamento da língua nacional nas escolas estrangeiras; aliás, segundo o Presidente da República, estas não deveriam existir no território nacional e o ensino da língua dever-se-ia constituir em objetivo principal, assim como os princípios cívicos da nacionalidade. “Assim procedendo, ela (a Liga da Defesa Nacional) levará aos corações de todos os brasileiros a convicção de que só depende de nós fazer deste país enorme uma enorme nação. E assim, unidos e fortes, viveremos felizes à sombra sacrossanta da Liberdade e da Justiça!”⁵

Tendo solucionado suas pendências limítrofes com os vizinhos, a nação ameaçava explodir por dentro em várias frentes de luta entre os estados da União. Vinte e quatro contestados podiam converter o país em campo de batalha se não tivessem solução imediata. A grande diferença econômica e política entre um Sul rico e um Nordeste decadente ameaçava a integridade da nação; o presidente Epiácio Pessoa entendeu que, para acabar

com essas ameaças, deveria convocar o país para encarar problemas de caráter local ou regional como preocupações de cunho nacional. Tratava-se de cuidar primeiro do Grande Hospital, para daí estabelecer relações com os países europeus e os norte-americanos, de onde viriam os empréstimos para solucionar os graves problemas brasileiros. Tratava-se da unificação do país, não apenas do ponto de vista simbólico, porém desde a resolução de problemas tangíveis. Além das grandes campanhas pela saúde pública e pela solução das secas nordestinas, a língua e a religião, ou melhor, a cultura latina e portuguesa seriam os principais símbolos de unidade nacional.

O presidente tentou aproximar-se de seus parceiros latino-americanos para compartilhar com eles seus programas a favor de atores sociais até agora esquecidos, no momento do Centenário brasileiro; estabeleceu relações com países como o Chile e a Argentina, e com outros, para dar mais fundamento às suas concepções sobre a raça latina, entrando em choque com os princípios internacionalistas do anarquismo. Nessa empresa, contou com o apoio de importantes instituições e de grande parte dos intelectuais, aí incluídos médicos, engenheiros, políticos e jornalistas que, desde finais da Grande Guerra, estavam empreendendo uma intensa cruzada pela construção de um Brasil moderno, estimulados pela aproximação do Primeiro Centenário da Independência.

Revistas e jornais concordavam também em que o Brasil deveria construir uma nova identidade, onde estariam incluídos os sertanejos e os mestiços, assim como outros grupos étnicos até então excluídos da configuração nacional; os intelectuais empenhados no saneamento do Brasil olhavam seguramente com satisfação os esforços da presidência Epitácio Pessoa para, contrariando os grupos políticos paulistas e mineiros, atender interesses de estados onde não se concentravam as atividades fabris e cafeiras. Seu governo foi um dos mais polêmicos da República Velha, pois, ao mesmo tempo em que enfrentava poderosos interesses oligárquicos, recebia as críticas dos “tenentes” e de intelectuais que exigiam mudanças mais profundas das caducas estruturas republicanas.

Cabia à Presidência da República ocupar-se dos lugares de memória nacionais e projetá-los ao Brasil inteiro. A idéia de continuidade entre Monarquia e República concretizava-se nos monumentos e instituições nacionais, embora o papel do presidente Pessoa evidenciasse a função do governo como guardião da memória,⁶ mostramos que as elites de vários estados brasileiros, uma vez colocado em andamento o plano nacional, decidiram optar por guardar a sua própria memória, dando força à sua identidade regional e não à comunidade imaginada⁷ ou simbólica.⁸ Podemos constatar, mais uma vez, que a memória não é só coletiva,⁹ mas individual como define Alessandro Portelli¹⁰.

Os acontecimentos em torno da comemoração do I Centenário da Independência no Rio Grande do Sul não se apresentaram de forma tão diferente. Ali as elites, ligadas ao

Instituto Histórico e Geográfico, aproveitaram a festa para refazer a história da Revolução Farroupilha, fato que as havia identificado ao longo do século XIX como região separatista. Aproveitaram a festa do Centenário para identificar-se como lusos e não mais como platinos, ligados a essa região; tentaram passar uma imagem de estado que queria comungar com a República. Ser identificados como republicanos abria-lhes a possibilidade de, proximamente, tomar as rédeas do país, como acabaria acontecendo em 1930. Identificar-se com a República não significou ligar-se à proposta de Epitácio Pessoa de fazer uma colagem das memórias monárquica e republicana. Aproveitaram o discurso para enaltecer José Bonifácio, mas não os lugares de memória que evocavam a Monarquia.

Platinos ou lusitanos?

A historiografia gaúcha tem-se nutrido de duas matrizes ideológicas originadas na interpretação dos participantes dos acontecimentos narrados e posteriormente reinterpretados e incorporados à produção historiográfica regional.¹¹ Dessa maneira, podem-se identificar três momentos de definição e redefinição da identidade sul-rio-grandense: um, a princípios do século XIX, quando se tratava com naturalidade tanto as relações do Rio Grande do Sul com o Prata, como com as demais províncias brasileiras. Merecem destaque, pois foram pioneiras da matriz lusitana, as obras *Os Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, e *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves.

O segundo momento surge com historiadores que valorizaram as relações entre o Rio Grande do Sul e o Prata para enfatizar a singularidade do estado e a possibilidade de sua sobrevivência sem o auxílio do Império ou da República. São representativas as obras de Alcides Lima e Assis Brasil, *História popular do Rio Grande do Sul* (1882) e *História da república sul-rio-grandense* (1882), respectivamente, e as de Alfredo Varella, entre as quais *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica* (1897). As três obras redefiniram as relações da Província com o centro afirmando a especificidade do Rio Grande do Sul, justificando a necessidade de um regime republicano e de laços federativos entre as províncias e, em graus diferenciados, destacavam as relações com a área platina.

A obra de Alfredo Varella apresentou a República como um regime que começou a germinar do modelo positivista de governo que se desenvolvia no Rio Grande do Sul. Crítico ante a política do Império, queixava-se de que a área sulina, desde os tempos coloniais, recebera apenas maus tratos da Coroa portuguesa. Como Assis Brasil, para defender a idéia de federação, Alfredo Varella reforçou a especificidade do Rio Grande

do Sul, aproximando-o da área platina. O tratamento dado ao pampa indiviso, acima das fronteiras nacionais, e às tendências separatistas da população do Rio Grande do Sul norteou sua produção historiográfica.

Por seu lado, a historiografia gaúcha de matriz lusitana sintonizou-se com a nova mentalidade impregnada de nacionalismo, obcecada pela unidade nacional. Já na década de 1920 inaugurava-se o discurso historiográfico que insistia na origem lusa do estado sulino e no sentimento de brasilidade de seus habitantes. Nesse terceiro momento, observa-se o esforço para criar uma imagem do Rio Grande que se assemelhe à do Brasil. A Revolução de 1930 levaria ao poder um presidente gaúcho, e é nesse contexto, principalmente nos anos 20, que cresce o interesse em demonstrar historicamente a identidade brasileira do Estado sulino.¹²

O elemento central da construção histórica da identidade sul-rio-grandense é a Revolução Farroupilha. Desde 1930, tornou-se insistente e sistemática a negação do separatismo e do platinismo gaúchos em relação à Revolução Farroupilha. Porém, a ambigüidade está presente até hoje. A historiografia de matriz lusitana fortaleceu-se com o concurso de representantes da matriz platina, na medida em que estes também afirmavam a origem portuguesa do Rio Grande do Sul, embora defendessem a existência de graus diferenciados de influência platina. Neste contexto, 1925 foi um ano-chave: a partir de então, todo discurso político, conferência ou trabalho historiográfico insistiria nos liames da história do Rio Grande do Sul com a história da Coroa portuguesa no Brasil.¹³

No início da década de 20, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul com o apoio do governo do estado. Na solenidade de inauguração esteve presente Getúlio Vargas, representante da Assembléia dos Deputados. Os objetivos anunciados pelos oradores foram os seguintes: interpretar a história do Rio Grande do Sul com base na idéia de nacionalidade; escrever a história das lutas heróicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade; os sócios da Instituição deveriam estar animados por um único sentimento, o de amor à pátria.¹⁴ As elites sulinas, interessadas na liderança política do Rio Grande do Sul, fizeram uso da história “como escudo e bandeira de batalha” para conseguir seus objetivos. As duas correntes, lusitana e platina, defenderam a partir de então uma historiografia político-ideológica de alto teor nacionalista. Dois grandes historiadores ligados à matriz platina atuantes no Centenário foram João Pinto da Silva e Rubens de Barcellos:

Ambos foram figuras de proa na década de 1920 no ambiente literário de Porto Alegre. Agruparam-se em torno da Livraria do Globo, e Augusto Meyer, literato sul-rio-grandense, identificou-os como membros do “grupo da livraria” (...). A Livraria tornou-se o local de encontros com fins literários, políticos e sociais (...) Unindo-se o local, Rua da Praia, à empresa e a seu diretor, formou-se o quadro que reunia os intelectuais e políticos de então (...) como Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas,

Oswaldo Aranha, João Pinto da Silva, Rubens de Barcellos, entre outros.¹⁵

Esses autores inspiraram-se na obra de Alfredo Varela e foram expoentes dessa tendência que, caída em desuso, permanecia como tema de discussão na historiografia sulina contemporânea. Tanto como os historiadores da matriz lusitana, caracterizaram o Rio Grande do Sul como resultado da colonização portuguesa, porém se diferenciavam quando identificavam relações e influências platinas na sua formação. Essa aproximação com o Prata, sem importar o grau, foi motivo para que suas obras sofressem duras críticas. Numa época de intenso nacionalismo, tais influências estrangeiras soavam mal aos gaúchos e aos brasileiros, envolvidos num processo crescente de integração nacional. Sem embargo, nos discursos do Centenário, é clara a aproximação de João Pinto da Silva e Rubens de Barcellos com os discursos da matriz lusitana. Entre outras concessões, tratava-se de eliminar a memória separatista da Revolução Farroupilha.

Comemorando o centenário, mudando a identidade

A *Federação*, órgão oficial do governo do Rio Grande do Sul, compilou os discursos comemorativos do Centenário. Um longo editorial ressaltou em primeiro lugar a unidade nacional conservada nos cem anos de independência. Era clara a maneira pacífica com que se levara a cabo a Independência sem quebrar tal unidade. A história tinha que agradecer a Dom João VI e sua vinda para o Brasil, “deixando-nos ao partir, seu filho, em garantia da ordem social”. Embora reconhecendo o papel de dom Pedro I na independência, o texto destaca José Bonifácio como a figura na qual se afirmaram as tendências coletivas dos grandes rumos políticos da nacionalidade. O Patriarca tivera uma clara visão sobre o futuro nacional do país defendendo um sistema administrativo aproximado dos ideais federalistas que, sessenta anos depois, foram tidos em conta por Rui Barbosa. José Bonifácio lutara pelas idéias abolicionistas, pela colonização do Brasil com ajuda de mão-de-obra indígena e tivera a visão da capital do país no centro do sertão, de onde partissem estradas em todas as direções do quadrante nacional.

O editorial destacou a participação da província no processo da Independência: a Câmara de Porto Alegre dirigiu uma missão a D. Pedro I, instando-o a ficar no Brasil. Mais tarde, na Revolução dos Farrapos, os sentimentos republicanos

[...] revigoram-se nesta província como em nenhuma outra (...) Que havia nos pampas, já muito antes de 35, intenso apego aos ideais republicanos é afirmativa que se demonstra com irrecusáveis testemunhos da época. E só um grande, um fulgurante ideal coletivo, feito do exato conhecimento dos direitos do homem e de uma espantosa capacidade de sacrifício em prol da liberdade política seria capaz de inspirar e de animar, durante dez longos anos, aquela resistência hercúlea contra o centralismo monárquico, de tão ruinosas conseqüências (...) A semente de 35 produz os seus frutos em 89.

O editorial exaltou apenas em parte o Império, situando, por exemplo, D. Pedro II num “quadro da decadência moral”; mas reconheceu seu esforço na guerra contra o agressor Solano López. Esse ponto foi aproveitado para realçar a imagem do Rio Grande do Sul na defesa das fronteiras e não a de um estado separatista. A Guerra do Paraguai foi tratada como uma epopéia da democracia e equiparada à Revolução Farroupilha:

Coube ao Rio Grande do Sul, nesta longa e mortífera guerra, o mais pesado tributo de sangue. Osório, Marques de Souza, Andrade Neves, Câmara, são os grandes cabos de guerra que levantam a fama da bravura rio-grandense a alturas dignas dos heróis de 35.

O texto termina ressaltando o estado do Rio Grande do Sul como um das mais adiantados da Federação.¹⁶ O estado estava caracterizado como um dos principais focos das idéias republicanas, lutando contra o mau governo monárquico durante a Revolução dos Farrapos, porém sem qualquer tendência separatista; e como o grande defensor das fronteiras nacionais.

O discurso “Da história da literatura no Rio Grande”, de João Pinto da Silva, começou enaltecendo o caráter sul-rio-grandense, no qual havia predominado o espírito militar. A fronteira teria desenvolvido o instinto belicoso, sempre na defesa da linha divisória. Os portugueses, primeiros povoadores do Rio Grande do Sul, haviam sempre lutado, convertendo o Rio Grande numa zona de acampamento militar até 1895, em pleno período republicano. João Pinto da Silva identificou na composição racial do gaúcho o sangue português, hispânico, indígena e bandeirante. Comparou o gaúcho sul-rio-grandense com o gaúcho argentino e uruguaio, observando que as diferenças eram maiores do que os traços comuns. O gaúcho do Rio da Prata era fundamentalmente *peleador*, quixotesco, lutando muitas vezes pelo simples desejo de lutar contra tudo e contra todos. Abominava as autoridades, em todas as suas formas e gradações; “vive, por assim dizer, à margem da lei”. Ao contrário,

[...] o nosso gaúcho é, não há dúvida, destemido e cavalheiresco, mas não se bate, geralmente, senão urgido pelas necessidades, por instinto de conservação, quase sempre. Esse equilíbrio relativo, é claro, ele o adquiriu, por herança, do português, muito menos belicoso do que o espanhol.

A grande diferença entre gaúchos brasileiros e platinos explicaria o caudilhismo e as lutas pós-independência em que o gaúcho hispânico teria experimentado uma forma aguda de sentimento coletivo de sofrimento, não vivenciado pelo gaúcho brasileiro. O gaúcho argentino, explorado pelos governos do Prata na defesa das fronteiras com os indígenas, fora levado à anarquia e ao desprezo pela vida.

Discordando de Oliveira Viana, João Pinto da Silva via pequena influência do meio geográfico na conformação do caráter do gaúcho. A falta de florestas e caatingas não seria determinante para explicar o sentimento de fraternidade entre o estancieiro e seus peões. Um sentido democrático teria origem nas estâncias sul-rio-grandenses onde soldados e oficiais sentiam-se iguais, favorecendo a fraternidade, a lealdade, a coragem, a intrepidez, a força física, a colaboração e o auxílio, tornando o gaúcho incapaz de quaisquer forma de servilismo:

A igualdade, no pampa, não é assim exclusivamente uma imposição do meio cósmico. É, acima de tudo, o resultado inofismável da valorização dos humildes, o prêmio dos atos de abnegação cívica e da coragem militar, por eles praticados em várias e tremendas guerras.

Abordando a literatura épica do Rio Grande do Sul, lamentou que o primeiro poeta regional, Manoel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, não tivesse cantado a gente gaúcha, “cheia de cicatrizes de golpes recebidos em mais de cem combates; nem a nossa terra, sobre a qual, no entanto, se desenrolaram lances dramáticos de incrível heroísmo”. As guerras não tinham inspirado canções heróicas e ninguém havia cantado o povo; o pouco que existia compunha quadros inexpressivos e se referia mais às Revoluções de 35 e 93 do que “aos grandes soldados que, porfiadamente, lutaram contra o inimigo externo”. Era exatamente o que o discurso queria ressaltar: a luta dos gaúchos na defesa da fronteira nacional, fixando a imagem do argentino, do uruguaio, do paraguaio como inimigos agressivos, em contraste com o gaúcho defensor da pátria brasileira. Cobrava-se assim atenção pelo sacrifício feito em defesa do Brasil, tal como no Acre, onde a festa evocou a luta contra a Bolívia. O estado fora pobre até há pouco devido às muitas guerras, incontáveis esforços e sacrifícios.

Durante o Império, o Rio Grande do Sul foi uma espécie de calcanhar de Aquiles da nacionalidade... Éramos o seu ponto vulnerável, por excelência. Sabemos todos, profundamente, o que isso nos custou, em homens e em dinheiro.

João Pinto da Silva culpou implicitamente o Império pela pobreza da Província. Até 1889, a carência de vias de comunicação dificultara o desenvolvimento econômico da região; até 1905, o crescimento do estado teria sido lento, somente nos últimos cinco anos o Rio Grande avançara significativamente.

Daqui por diante, ainda mais rapidamente marcharemos, por isso que, com a encampação do porto do Rio Grande e da viação férrea, com a construção do porto desta capital e a ampliação da rede de estradas de rodagem, dispomos, agora, de aparelhos propulsores de primeira ordem, para melhor aproveitamento dos nossos esforços e conseqüente multiplicação da nossa riqueza (...). Apelemos, com sadio otimismo, para o futuro.¹⁷

João Pinto da Silva tentou corrigir a memória gaúcha diminuindo a importância dada às guerras civis de 1835 e 1893¹⁸ e chamando a atenção para as guerras contra os estrangeiros. A geração republicana, empenhada na derrubada da Monarquia, explorara o movimento farroupilha com fins de catequese cívica e a incompreensão da Revolução acabara desenvolvendo uma falsa tradição antibrasileira. O Rio Grande do Sul nunca fora infiel ao Brasil, o Império e a República é que teriam sido injustos para com ele.

Rubens de Barcellos, membro do IHGRS, apresentou o “Esboço da formação social do Rio Grande”. Narrou a colonização do território desde Laguna até a Colônia do Sacramento: uma parte do Rio Grande do Sul, especialmente as cidades do leste, fora colonizada com pessoal dos Açores, pois os habitantes de Laguna e de São Vicente se furtavam à ordem de povoar essa região. As terras haviam sido demarcadas, dando-se aos colonos os títulos devidamente registrados e as ferramentas necessárias para começar a nova vida.

Nasceram assim os quatro núcleos de povoação mais antigos do Estado: Capela Grande de Viamão, Porto do Viamão (Porto Alegre), Rio Grande de S. Pedro e Santo Antônio da Patrulha. Ao invés do tumulto e do caos étnico das agregações humanas que se formavam ao acaso da existência abarbarada do ultramar, em que se misturavam degredados e fidalgos na mesma licença sem brida nem governo, surgiam, entre nós, corpos sociais homogêneos, organizados desde os seus primeiros fundamentos.

Esses povoados haviam se desenvolvido normalmente sob governos militares e, ao abrir-se o século XIX, já estava configurada a sociedade futura (clero, nobreza e povo). O progresso econômico incentivou a formação de grandes fazendas sustentadas pelo trabalho escravo; mas os açorianos ter-se-iam multiplicado sem mescla. Os habitantes do Leste eram disciplinados e obedientes, conservadores e respeitadores do regime português; ocorriam alguns conflitos entre os governadores – fidalgos de raça, figuras brilhantes da monarquia lusitana – e os representantes municipais, mas teriam sido apenas pequenas escaramuças. A democracia e o bom convívio teriam origem, portanto, nas cidades e não na campanha. Povo e fidalgos, descendentes de açorianos e portugueses, não teriam mácula no sangue e nos sentimentos.

Rubens de Barcellos contrapôs essa sociedade urbana à campanha envolvida nas tramas culturais do Prata, marcada pela presença de fazendeiros e peões com traços culturais ordinários ou bárbaros, acostumados com o sangue e o bramar dos bois, insensíveis à morte, parecidos aos gaúchos da Banda Oriental. As cidades do Leste, com populações mais sedentárias, mais industrialistas e comerciantes que aquelas populações pastoras, não teriam envolvimento nas guerras de 1835 e 1893:

Em 35 quase toda essa região permaneceu tranqüila, dentro da ordem legal. Estes núcleos de leste em toda a nossa história têm a função de forças de coesão nacional; são a ponte que nos prende, primeiro, à metrópole, e depois ao Império. Se a coroa

desempenhou o papel superior de conservar a integridade nacional deve-o, entre nós, ao espírito ordeiro e tradicionalista dessas populações ribeirinhas, onde pode encontrar ponto de apoio. Enquanto a campanha diferenciada gravitara com o Prata, as cidades representaram o espírito de continuidade histórica, o feito português, e depois, o feito brasileiro e nacional.

A influência atribuída ao Prata na consolidação das idéias republicanas e independentistas seria mais evidente na Campanha. “As guerras da Cisplatina tinham posto os oficiais em contato com os focos de insurgentes da Banda Oriental e de Buenos Aires, contaminando-os e aos soldados”. Nesse meio bárbaro difundiram-se os ideais de liberdade, de defesa da terra, de sentimento americano contra a metrópole. Barcellos contrapôs categorias: campanha de tendência platina e cidade de tradição metropolitana, portuguesa; caudilhos insurgentes sul-rio-grandenses contra as velhas instituições; enfrentamento entre um poder local e americano contra a civilização européia. A Revolução Farroupilha de 1835 teria marcado a luta entre as energias bárbaras pela defesa do território contra o poder dinástico. Prolongamento desse confronto seria a revolução de 93, já sob o regime republicano.

Barcellos construía sua interpretação com base nas categorias civilização *versus* barbárie consagradas por Sarmiento. Seu discurso na comemoração do Centenário é uma clara reivindicação da herança portuguesa, européia. Se o Rio Grande do Sul era considerado separatista, o problema estaria na campanha e não nas cidades litorâneas. Aí, além dos açorianos, Barcellos valorizou a presença dos imigrantes alemães e italianos, sua laboriosidade, o cabelo loiro, a persistência na fundação de riqueza:

[...] gente diversa pelo sangue e pela formação social, traziam-nos com os seus costumes nacionais a mentalidade européia, forjada na escola do trabalho (...) difundindo o espírito europeu, e, portanto, a própria civilização ocidental.

Divergindo nitidamente do discurso emitido nas outras regiões do país, onde se tentava resgatar a nacionalidade dos brasileiros, sua autenticidade, as reservas de moral, nas populações sertanejas, Barcellos afirmava que o foco da civilização estava na Europa e, portanto nos grupos de imigrantes fixados no Sul. Aproximava-se do discurso de Epitácio Pessoa na defesa da unidade nacional por meio da exaltação à herança lusa, à Monarquia e à República, porém não na valorização do sertão. O orador concluiu focalizando um tema recorrente: as vias de comunicação que, colocando em contato as cidades e a campanha, encurtariam as distâncias entre civilização e barbárie.¹⁹

O jesuíta João Batista Hafkmeyer, membro fundador do IHGRS, apresentou um “Histórico da constituição geográfica do Rio Grande do Sul” ressaltando o papel dos gaúchos na defesa das fronteiras da Coroa portuguesa e, depois, do Império, em aberta luta

com os vizinhos do Prata. Os filhos dos bandeirantes teriam sido os iniciadores da colonização do sul, acompanhados pelos açorianos. Graças à estrada ligando Laguna a Colônia do Sacramento, os sul-rio-grandenses conseguiram instalar suas estâncias. O Tratado de Madri de 1750 não eliminou os conflitos entre espanhóis e portugueses, levando as duas Coroas a tentar conquistar o Rio Grande, no caso de Buenos Aires, e a Banda Oriental, no caso dos portugueses. Narrou em seguida como a corte portuguesa vinda para o Brasil em 1808 apoderou-se da Cisplatina e pensou em anexar também o Paraguai, por conta dos interesses dinásticos da rainha Carlota Joaquina.

O discurso de Hafkemeyer também ressalta a colonização do Rio Grande do Sul pelos portugueses, que impuseram sua cultura naqueles lugares tomados aos espanhóis. Embora salientando o tema da defesa das fronteiras, não mostra apenas os vizinhos platinos como agressores; os portugueses, e depois o Império, apoderaram-se de territórios alheios.²⁰

Em “Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul”, Florêncio de Abreu, outro membro do IHGRS, também destacou o excelente papel colonizador dos imigrantes alemães desde 1824 e dos italianos desde 1874, criticando a falta de vias de comunicação, problema não solucionado pelo Império até seu final.

A administração do passado regime perseverava, assim, num dos seus graves erros, que os governos republicanos corrigiram mais tarde, à custa de grandes sacrifícios, porventura fartamente recompensados.

Comparou dados do final do período monárquico, relativos à produção de fumo, batata inglesa, farinha de mandioca, feijão, vinho, erva-mate e tábuas com cifras de 1922, demonstrando a supremacia da República. A Revolução dos Farrapos deixara grande destruição, o gado havia sofrido grande baixa; mas ela fora

[...] a resposta aos altos impostos cobrados pelo regime monárquico; depois da paz, em 1845, não mais aparece o vexatório *quinto* sobre os couros, que passam a constituir objeto dos dízimos da exportação. Do Ato Adicional até o advento do regime republicano, prevalece o mesmo sistema tributário.

Mostrando com estatísticas a evolução da produção desde o século XVIII até 1920, Florêncio de Abreu argumentou que o Império fora um regime deficitário entre 1841 e 1889 enquanto os governo republicano estadual primava pela sua política financeira de *superavit*. Insistiu na justificação da Revolução dos Farrapos contra o sistema de governo centralizador que “asfixiava a Província”. O discurso concentrou-se na crítica ao regime monárquico, valorizando decididamente a República, reafirmando que a Revolução Farrroupilha não tivera caráter separatista; por outra parte, destacou a política republicana estadual e não o governo federal. É clara sua identificação com os governos positivistas de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros:

[...] aos beneméritos governos do novo regime estava, pois, reservada a glória de enfrentar e resolver os nossos mais palpitantes problemas administrativos, problemas a que estavam ligados os nossos mais vitais interesses coletivos e cuja solução pôde propiciar o surto desse maravilhoso desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul republicano (...) adquirem assim um extraordinário relevo as figuras empolgantes de Castilhos, Borges de Medeiros e Carlos Barbosa, cuja proverbial lisura administrativa, dedicação à causa pública e peregrina orientação governativa muito elevaram o Estado, colocando-o em posição inconfundível entre as unidades da federação brasileira.²¹

Renato Costa, em “Subsídios para a história da colonização no Rio Grande do Sul”, muito crítico em relação ao período colonial e ao Império, atribui à Província o mérito de ter dado início, por sua conta, à colonização em 1850, fundando a colônia de Santa Cruz, opção aprofundada pelo governo republicano de Júlio de Castilhos:

[...] a administração republicana do Rio Grande tem mantido o seu plano de ação na política colonizadora, que inaugurou desde o começo do regime: evitar o colono engajado e facilitar por meio de estradas de rodagem e vias férreas as comunicações dos núcleos coloniais com os centros consumidores. E o êxito desse sistema é inegável.²²

Valorizava, também, os governos positivistas estaduais e não o governo federal, numa clara oposição entre o Rio Grande do Sul e o centro hegemônico do país. O fato de não serem mencionados os lugares de memória nordestinos, especialmente a Revolução Pernambucana de 1817, sugere uma clara oposição cultural. O Sul não olhava para o Nordeste na busca de mitos fundadores da nacionalidade, não somente por suas diferentes experiências de povoamento, mas também, possivelmente, pelas fortes rivalidades comerciais entre o Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Assim, a festa escrita do Centenário colocou de manifesto os progressos do Rio Grande do Sul que contrastavam com outras regiões afastadas da civilização; progressos alcançados de forma praticamente exclusiva pelo próprio estado, graças especialmente ao regime republicano. Historiadores, acadêmicos e políticos trataram de dotar a Revolução Farroupilha de um caráter nacional, de defesa dos interesses dos brasileiros contra a má administração monárquica. Os gaúchos sul-rio-grandenses deveriam ser considerados patrimônio do Brasil, pois ninguém lutara como eles em defesa da integridade territorial do país. Os intelectuais gaúchos não identificaram sua região com a monarquia, que atacaram severamente; não veicularam a imagem de uma transição natural entre os dois regimes. A República era uma total ruptura com a monarquia caduca. Nessa coletânea de discursos do Centenário não há grandes passagens dedicadas ao Grito do Ipiranga ou a D. Pedro I. Aparecem com clareza as homenagens a José Bonifácio.

Esses intelectuais não esperavam muito do governo federal, como acontecia no Norte, no Centro-Oeste ou em Santa Catarina. O Rio Grande do Sul havia progredido e dispunha da energia necessária para tomar iniciativas próprias sem esperar soluções do Rio de Janeiro. Como vimos, vários oradores presentes na comemoração do Centenário identificaram o desenvolvimento do seu estado com os governos positivistas de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, campeões do progresso e da civilização; e olharam para a campanha com preocupação, ao deparar, cem anos após a Independência, traços da barbárie.

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem na frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo (...) foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação.²³

Já na região de fronteira, onde conviviam uruguaios, sul-rio-grandenses, correntinos e paraguaios, trocas de tipo militar, econômico e simbólico teriam retardado a identificação com o Estado nacional brasileiro; daí a necessidade de criar mitos nacionais que com o tempo

*[...] permitieran reconocer en un uruguayo, correntino o paraguayo, un verdadero 'otro'. Un extranjero. (...) la influencia que el corredor ejerció para el fortalecimiento del regionalismo gaúcho sólo irá desapareciendo cuando ciertos procesos de alcance nacional -como la progresiva formación de una estructura política centralizada, una nueva división nacional del trabajo, o la consolidación de un sistema de escolarización uniforme- logran establecer las bases materiales mínimas para la gestación de un umbral de identidad sustentado en una memoria histórica capaz de trascender los héroes locales (...) e incorporar otros mitos fundadores más lejanos en el tiempo y verdaderamente deslocalizados.*²⁴

Por outro lado, os federalistas refugiados no Uruguai faziam oposição ao PRR desde a guerra civil de 1893-95. Durante e após o conflito, receberam apoio do governo uruguaio, de tal forma que os inimigos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros não eram apenas os federalistas, mas também os *colorados* uruguaios no poder. Diante disso, por um bom tempo, a tática do PRR fora a de cooptar os ex-inimigos *blancos* para a causa do situacionismo gaúcho e de manter o Uruguai polarizado e enfraquecido. Mantendo-se tal estado de rivalidade extra-oficial entre o governo do Rio Grande do Sul e o Uruguai, o PRR reforçara seu exército para defender-se de um possível ataque oposicionista ou mesmo de uma intervenção federal.²⁵

Considerações finais

Dessa forma, pudemos entender como as elites, ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Rio Grande do Sul, comportaram-se ante a comemoração do Primeiro Centenário da Independência, em 1922. Interessava-lhes identificar-se com a festa centenária para dar a conhecer seu discurso identitário que os catalogava como republicanos, ligados ao Brasil por laços históricos comuns, por meio de raízes lusitanas e não platinas. Nesse sentido, não aceitaram discursar a favor de algum herói que lembrasse a Monarquia. Impossível mencionar Pedro I, a Regência ou Pedro II. Também não reconheceram algum tipo de ajuda ao seu desenvolvimento econômico procedente do centro, do Rio de Janeiro. Por tal motivo, o Partido Republicano Sul-rio-grandense foi homenageado nas figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros; estes haviam tirado o Rio Grande do Sul da barbárie, colocando-o nos trilhos da civilização.

Podemos concluir que, no estado sulino, o plano nacional proposto pelo presidente Epitácio Pessoa, de unificação das memórias, também havia fracassado. As elites apagaram a imagem da Revolução Farroupilha como separatista discursando contra a Monarquia. Nessa instituição colocaram a causa da guerra; a Farroupilha, dessa forma, havia lutado sem descanso contra as más políticas administrativas vivenciadas no período. Assim, a Revolução não deveria ser lembrada como sinônimo de separatismo do Rio Grande do Sul, porém como mecanismo de defesa contra a Monarquia. Às elites sul-rio-grandenses era impossível estabelecer uma ponte entre Monarquia e República e fazer de conta que nada havia acontecido; impossível compartilhar da idéia de Epitácio Pessoa de uma colagem em torno das duas memórias.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

NOTAS

* O presente texto faz parte da minha tese de doutorado: *Festa e forças profundas na comemoração do Primeiro Centenário da Independência na América Latina. (Estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina)*. Universidade de Brasília, 2000.

** O autor é Licenciado em História pela Universidad del Cauca, Popayán; Mestre em História Andina, Universidad del Valle, Cali, Colômbia e Doutor em História pela Universidade de Brasília, UNB. Atualmente é professor de História da América, junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, UFC. E-mail: gersonledezma@yahoo.com

¹ Mensagem ao Congresso Nacional in *Obras Completas de Epitácio Pessoa*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956 tomo XVII. Despojos mortais do Imperador, pp. 205-207.

² A ex-família imperial vem assistir aos festejos comemorativos. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19-08-1922.

³ *Obras Completas de Epitácio Pessoa*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, tomo XVIII, “Liga da Defesa Nacional”, pp. 437-438.

⁴ THOMSON Alistair; FRISCH Michael; HAMILTON Paula; THOMSON, Alistair, et al. «Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais». In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 65-91.

⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, FCE., 1993.

⁶ HALL, Stuart. *As identidades culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1997, p. 53.

⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁸ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹ “Por matriz entende-se um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. (...) Uma das orientações identificadas denomina-se MATRIZ PLATINA e a outra MATRIZ LUSITANA. À primeira filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-riograndense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.” GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1992, pp. 10-11.

¹⁰ GUTFREIND, op. cit., pp. 9-22.

¹¹ Ibid., p. 145.

¹² Ibid., p. 23-24.

¹³ Ibid., p. 26.

¹⁴ Um século de evolução política. In: *Porto Alegre Comemorações em honra do Centenário da Independência do Brasil 1922*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação, 1923, pp. 3-16.

¹⁵ Op. cit., pp. 45-64.

¹⁶ Esta última teria prejudicado o desenvolvimento da literatura “pelos inevitáveis repercussões econômicas, políticas e espirituais durante três largos anos de mal-estar coletivo, de angústias e sacrifícios”.

¹⁷ Op. cit., pp. 29-43.

¹⁸ Op. cit., pp. 17-28.

¹⁹ Op. cit., pp. 65-77.

²⁰ Op. cit., pp. 79-97.

²¹ GUTFREIND, op. cit., p. 22.

²² CHINDEMI, Julia Valeria. Mercaderes, soldados, espías: morbus revolucionario y frontera internacional en Río Grande del Sur (1923-1930). *Em Tempo de Histórias. Revista dos Estudantes da Pós-Graduação em História da UnB*, v. 3. p. 13.

²³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. “As bipolarizações políticas no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1893-1904): um caso sui generis de diplomacia marginal”. In: LUBISCO BRANCATO, Sandra Maria e MENEZES, Albene Miriam F. (orgs.). *Anais do Simpósio O Cone Sul no Contexto internacional*. Porto Alegre, Edipucrs, 1995, pp. 47-59.

O FUTEBOL NO BRASIL COMO SINÔNIMO DE ÊXITO NACIONAL? AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA NAÇÃO NA OBRA DE NELSON RODRIGUES DOS ANOS 1950*

*Alexandre Pianelli Godoy***

Resumo

A partir das crônicas, dos textos teatrais e jornalísticos de Nelson Rodrigues, este artigo trata das relações entre o futebol no Brasil e as representações literárias da nação. Pretendo mostrar o modo como esse autor construiu representações literárias e apropriou-se de imagens identitárias da nação para interpretar como o futebol revelava, mais do que escondia, a precariedade, o fracasso de nos representarmos como uma “nação moderna”, o que está em constante diálogo intertextual em sua produção dos anos 1950.

Palavras-chave

Nelson Rodrigues; futebol; nacionalismo.

Abstract

From the chronicles, the theatrical and journalistic texts of Nelson Rodrigues, this article deals with relations between the football in Brazil and the literary representations of the nation. It features how this author appropriated literary representations of identity images of the nation to interpret how football revealed, rather than hiding, the insecurity, the failure to represent us as a “modern nation”, which is in constant intertextual dialogue in his production from the 1950`s.

Keywords

Nelson Rodrigues; Football; Nationalism.

É de longa data que o futebol vem sendo utilizado no Brasil pelos meios de comunicação, bem como para a sua visão disseminada no estrangeiro, como sinônimo de êxito do país como uma nação forte e coesa em contraposição às suas vicissitudes econômicas, sua instabilidade política e suas desigualdades sociais. No estrangeiro, tal imagem acabou reforçando mais o exotismo de nossa cultura, sobretudo quando associada ao carnaval, do que o êxito do país no cenário mundial, como se a habilidade no futebol e a alegria do carnaval fossem o oposto complementar diante da falta de organização de nossas instituições públicas e da pobreza que carcome a vida privada. Já em nossas paragens, é como se, por meio do futebol, conseguíssemos provar que, a despeito dos problemas que nos cercam, somos capazes ou tendentes a ser uma nação que um dia vingará no futuro. Essa imagem ou representação da nação ganhou força a partir do final dos anos 1950, especificamente em 1958, quando o Brasil se sagrou pela primeira vez campeão mundial na modalidade e parecia viver um clima de “redemocratização” – após a ditadura estalinista – reforçada por uma política de cunho “populista” que fazia crer que o povo (os sujeitos) e a nação (a cultura alicerçada pelo Estado) estavam definitivamente unidos em prol do “desenvolvimento moderno” que se desenhava de forma inexorável.²

Entretanto, no Brasil do início do século XX, embora o caráter “popular” do futebol já fosse atribuído por cronistas da época, sua posição era bastante ambígua para esses profissionais das letras impressas, ora representando o jogo como amálgama cultural, ora como desordem social.

Fosse como fosse, visto pelo alto ou pela base da hierarquia social, no centro ou na periferia, o futebol propiciava o embaralhamento das posições relativas, suscitava identificações desautorizadas, invadia espaços interditos e desafiava tanto o tempo do trabalho quanto o do lazer. Esse componente indisciplinado, essa pressão insurgente contra espaços e restrições discriminadoras, se incomodava alguns grupos, por outro lado atraía multidões. O adensamento físico e simbólico da sua presença e significados desencadeava por sua vez reações na direção inversa. Isso ocorria na medida em que, à popularidade arrebatadora do futebol e a sua concepção como representativo de um instinto puro e autêntico do povo, se acrescentava o atrativo dele ser visto como uma fonte genuína de identidade, oferecendo assim um refrescante refúgio para aqueles que respiravam uma atmosfera saturada de afetações cosmopolitas e maneirismos de salão. O futebol fornecia ademais uma alternativa de vitalidade e perspectivas de uma nova atitude física e mental, um sucedâneo, enfim, adequado tanto aos jovens e modernos desencantados com o colapso da velha Europa e sua cultura, quanto aos contingentes em turbilhão que a crise internacional e a metropolização precipitada privaram seja da sua cultura de raiz, seja de uma educação convencional.³

Nicolau Sevchenko, ao não se distanciar dos relatos de época, tende a acreditar nas representações do futebol como fenômeno precípua de massificação no início do século XX, quando nem mesmo nos anos 1950 havia se consolidado uma cultura de massa no

Brasil. Acreditar nas representações de uma época é omitir os fracassos do dia-a-dia. Embora a paixão pelo futebol fosse atribuída ao “povo”, a visão que prevalecia era a dos homens das letras: o futebol tornava-se a salvação para a “cultura brasileira”, seja como um encontro com a nossa “identidade miscigenada de origem”, seja como válvula de escape para o academicismo de elite. Na verdade, não havia “indisciplina” ou “embaralhamento das posições relativas”, tampouco a visão do futebol visto pela “base” ou “periferia”, a não ser pelo crivo desses cronistas de época, que pertenciam a uma elite cultural. Não é difícil imaginar que o futebol fosse jogado por diversas camadas sociais, mas o que talvez seja apressado concluir é que ele fosse de uma “popularidade arrematadora” a ponto de ser um sintoma da “metropolização precipitada” da cidade de São Paulo ou mesmo do Rio de Janeiro. Termos esses que o historiador deduz ser de uma época quando, em verdade, era de uma camada social que via sua época de determinada perspectiva, isto é, a dos homens das letras, que de uma forma ou de outra queriam a construção de uma nação moderna a partir de uma base comum em que todos pudessem ser inseridos no espaço público, à maneira da concepção liberal de sociedade, que seccionava abstratamente seus interesses individuais sob o nome de vida pública do espaço privado. O futebol era um bom meio de projetar um Estado-Nação moderno ou mesmo de explicar suas tentativas até então malogradas de sua construção no Brasil. Teria esse processo se concluído nos anos 1950? Essa é uma boa questão a ser respondida por meio das crônicas de futebol de Nelson Rodrigues escritas no período.

Nos anos 1950, Nelson Rodrigues já era um antigo amante do futebol. Era “fluminense roxo” – como se diz na gíria futebolística – desde muito jovem.⁴ Mas o que levava um tricolor a chamar o seu clube do coração de “Timinho”? Talvez porque a percepção do autor extravasasse o sentido estritamente apaixonado do futebol dentro do gramado e se endereçasse para a vida, percebendo que o fracasso é constitutivo tanto da vitória quanto da derrota, ou melhor, em se tratando de Brasil, o fracasso é constitutivo de nossa experiência histórica enquanto coletividade, seja representado por um time de futebol, seja representado pelo “escrete” nacional. Ao contrário da interpretação dada por Sevcenko sobre futebol no início do século XX, para Nelson Rodrigues, o futebol ainda não conseguia traduzir nos anos 1950 a desorganização “moderna” das metrópoles, tampouco a organização “extática” das gentes num espaço urbano insurgente. Em uma crônica para o *Jornal dos Sports* em 29 de julho de 1959, comentava:

Ia começar a escrever, quando bate o telefone. Atendo: – era uma tricolor e digo mais: – nata e hereditária. Explica que nascera de pais tricolores e que, desde garotinha, aprendera a torcer pelo Fluminense. Ora, para mim, velho e eterno pó-de-arroz, foi um imenso deleite este diálogo com outra pó-de-arroz. Pendurados no telefone, conversamos uns bons quarenta minutos. Preliminarmente, a minha colega de paixão clubística

indaga: – ‘Sabe por que eu estou telefonando?’. Não, eu não sabia. Ela esclarece: – ‘Eu vinha pedir para você não chamar o Fluminense de timinho!’. Caio das nuvens, o que, segundo Machado de Assis, é melhor do que cair de um terceiro andar. Perplexo, pergunto: – ‘Mas qual é o drama?’. A tricolor vai explicando e eu vou entendendo. Ou por outra: – não vou entendendo. Ela acha que o diminutivo não fica bem num clube, que é um colosso, e que, na sua força, na sua grandeza, tem algo de monumental. O Fluminense seria ‘Timão’, jamais ‘Timinho’. [...] E no caso do Fluminense, o diminutivo nasceu quando? Precisamente, há oito anos, ou seja: – em 1951. Começávamos, naquela ocasião, com um time que parecia uma vergonha. Se virássemos esse time pelo avesso, se o vasculhássemos de alto a baixo, se o espreméssemos até a última gota, não encontraríamos, lá, um cobra. Talvez Castilho. O resto era uma garotada infrene. Tudo novo, tudo imaturo, tudo começando. O neutro olhava a escalação da equipe e concluía: – ‘São uns cabeças-de-bagre! Uns pernas-de-pau!’. Foi, então, que nasceu o diminutivo exato: – ‘Timinho!’. Amigos, poucos apelidos terão tido um êxito tão instantâneo. Imediatamente, todo mundo só viu o Fluminense como um irremediável ‘Timinho’. Era óbvia a relação entre o Fluminense de então e o apelido que lhe atarraxavam. Nunca se vira um time tão ‘Timinho’. Como nos crivavam de piadas! Toda a cidade riu de nós e com aparente razão. De fato, ninguém poria a mão no fogo pelo Tricolor e eu acrescento: – nem os próprios tricolores. O próprio Fluminense já se daria por muito satisfeito com um terceiro lugar; e teria admitido, até mesmo, um quarto ou quinto. Mas eu sempre digo, aqui, que o futebol é uma fábrica de surpresas e de ironias. O sujeito não dá um passo sem esbarrar numa surpresa; não dá outro, sem tropeçar numa ironia. Em 51, aquele time sem cobras, aquele time sem astro, aquele time que era, na verdade, um ‘Timinho’, começou a devorar, um a um, os seus adversários. Eu me lembro de um Vasco, de um Flamengo, de um Botafogo, de um Bangu. Atiraram-se contra o Tricolor e este os papava. No fim, ninguém entendia mais nada. E a torcida, que usava o diminutivo com uma ternura apiedada, a torcida enchia a boca ao apontar: – ‘Olha o Timinho!’ Resultado: – fomos campeões. E o apelido de ‘Timinho’ que, a princípio, parecia justo, de uma adequação perfeita, não era justo, nem adequado coisa nenhuma. O ‘Timinho’ era um Timão, era um Timaço. O diminutivo servira para despistar, para enganar. Hoje, o Fluminense está numa situação parecida com a de 1951, ao iniciar-se o campeonato. Reparem: – o Fluminense é o líder único e invicto. Mas ninguém acredita nele. Todo mundo acha que o Tricolor será ‘líder único e invicto’ por uma semana e nunca além de uma semana. Ao contrário do que pensa a minha colega de torcida, chegou o momento de repetir mil vezes, para a ilusão dos bobos: – ‘Timinho! Timinho! Timinho!’.⁵

Como se sabe, a imprensa é uma linguagem específica da cidade, já a crônica de jornal é um gênero dentro de uma cidade específica: a cidade moderna. Nesse sentido, para Davi Arriguci Júnior

[...] a crônica é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos. À primeira vista, como parte de um veículo como o jornal, ela aparece destinada à pura contingência, mas acaba travando com esta um duelo, de que, às vezes, por mérito literário intrínse-

co, sai vitoriosa. Não raro ela adquire assim, entre nós, a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade e de nossa história. Então, a uma só vez, ela parece penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nela se pudesse sempre renovar, aos olhos do leitor atual, um teor de verdade íntima, humana, histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelado-se na direção do passado.⁶

Mas ainda cabe indagar: qual é a especificidade “moderna” da crônica de futebol rodrigueana?

É o estilo teatral da crônica de futebol de Nelson Rodrigues que o permite jogar com representações antitéticas da realidade para construir um terceiro sentido ou representação liminar que dará um significado para além do conteúdo explícito do enunciado. Por isso, é uma crônica que se assume como linguagem e, nesse sentido, é esteticamente moderna. Todavia, isso não significa que seu objetivo seja o de confirmar ou reificar a modernidade na qual está imersa historicamente. Dito de outro modo, o cronista utiliza a linguagem para mostrar, inversamente, o fracasso de nos representarmos enquanto uma identidade forte e coesa na coletividade, sinônimo de uma “nação moderna”. Por um lado, temos o time de coração do cronista, que deveria ser visto coletivamente como um “Timão”. Por outro, temos o apelido “carinhoso”, íntimo, quase apiedado de “Timinho”. Para a torcedora, o diminutivo é uma desqualificação, pois ela acredita que essa visão referende uma imagem negativa sobre o seu time. Para o cronista, é uma forma de reconhecer que toda a representação é fracassada, principalmente aquelas que tratam da coletividade em nosso país, seja de um time, de um grupo ou de uma agremiação da qual se faça parte. O diminutivo “Timinho”, que deveria representar uma relação negativa, é subvertido, pois revela uma relação privada ou ainda íntima e positiva do torcedor com o seu clube. Por sua vez, o aumentativo “Timão”, que deveria representar uma relação pública e positiva do torcedor frente aos outros clubes, torna-se negativo ao não permitir o reconhecimento da trajetória do “Timinho” no campeonato que redundou na sua conquista. Sempre somos um “timinho” na vitória ou na derrota e só somos um “Timão” quando nos assumimos como um “timinho”. O fracasso torna-se sempre a representação liminar entre as representações negativas e positivas que se constroem sobre a coletividade. O jogo de representações promovido pela crônica rodrigueana não é meramente um jogo de palavras que pretende fazer inversões que choquem ou confundam os seus leitores, mas revela a sua ambiência histórica. Nelson Rodrigues questionava a aparência social ou o mundo de simulacros que nos faziam acreditar nos lugares que deveríamos ocupar na vida social, sobretudo quando estendido às representações do nacional. Portanto, o futebol nos

anos 1950 ainda não representava a desagregação “moderna” da cidade, pois nunca nos tornamos uma coletividade forte (um “Timão”) e nem a agregação desesperada das gentes ante um individualismo extremado, pois apenas nos organizamos como um “Timinho”. É evidente que há um embaralhamento do que se considera público e privado, a ponto de não nos reconhecermos como identidade coletiva.

O foco dos textos dramáticos e da produção jornalística de Nelson Rodrigues nos anos 1950 voltava-se para o fracasso não assumido do moderno no Brasil. No teatro, os conflitos são vivenciados pela família pequeno-burguesa ou de classe média baixa da Zona Norte do Rio de Janeiro, pois são elas as que mais tentam esconder os fracassos diários de não pertencermos a uma “nação moderna”. É desse substrato cultural que Nelson Rodrigues bebeu para construir os contos-crônicas de *A vida como ela é...*, que não só dão um tratamento literário-teatral às crônicas policiais como também expõem a precariedade da vida do próprio autor e da sua sociedade contra a unanimidade da política governamental que se pretendia moderna. Em suas memórias de 1967, Nelson Rodrigues relembra a crise em que viveu por ganhar pouco, conjuntamente com a campanha que fizeram contra Samuel Wainer, dono do jornal *Última hora*, que havia recebido do governo federal verbas para financiar a montagem do jornal. Todos os que nele trabalhavam sofreram execração pública, principalmente Nelson Rodrigues, com os seus polêmicos contos-crônicas:

E o certo é que *A vida como ela é...* foi um pretexto para exasperar a unanimidade. Os vizinhos que me viam chegar em casa, com um liquidificador debaixo do braço, olhavam para mim com escândalo e ira. ‘Lá vai o tarado’, deviam cochichar entre si. Eu podia abrir o embrulho e argumentar: – ‘Estão vendo esse liquidificador? É o meu salário’. No fundo, no fundo, eu achava o seguinte: – aquele liquidificador provava minha pureza, provava minha inocência. O sujeito que recebe, como remuneração profissional, uma panela, uma fruteira, é quase um São Francisco de Assis. [...] Uso muito nas minhas crônicas de esporte a imagem do pobre-diabo que se senta no meio-fio e começa a chorar. Eis o que eu queria dizer: – essa figura me ocorreu, era eu o Marmeladov de *Crime e castigo*. Vendo que a unanimidade também se voltava contra mim, e me chamava de ‘obsceno’, de ‘tarado’, sentia a vontade de me sentar no meio-fio para chorar lágrimas de esguicho.⁷

A imagem do “pobre-diabo” é ao mesmo tempo a do dramaturgo sobre si mesmo, das suas personagens e, principalmente, daquela sociedade que tentava esconder sua precariedade. A “unanimidade” social exigia a moralização da “coisa” pública por meio da denúncia do favorecimento do governo para a montagem do jornal *Última hora*. Para os opositores de Samuel Wainer e Getúlio Vargas, tal “imoralidade” refletia-se no conteúdo do diário. Nelson Rodrigues foi presa fácil:

Carlos Lacerda teve a paciência de selecionar trechos de um mês da minha coluna. Como uma pinça, catava uma frase ou um episódio e o isolava de seu ambiente e de sua justificação psicológica e dramática. O destaque feito valorizava o extrato ao infinito. E, além do mais, ele criava suspense, inflexionava, representava. No fim, até um bom-dia ficava obscuro. [...] Lembro-me de uma fala que ele selecionou para a antologia de *A vida como ela é...* Certo personagem dizia o seguinte: – ‘Amor entre homem e mulher é uma grossa bandalheira’. A coisa dita assim, em tom de ópera, sem uma motivação lógica, causou o maior efeito na Câmara dos Deputados. Segundo me disseram, o então deputado Antônio Balbino teve um esgar de nojo supremo; e outros congressistas abriram os braços para o lustre, num mudo escândalo desolado.⁸

Sem dúvida, as memórias do dramaturgo não estão isentas de teatralidade, mas, antes de serem consideradas como a explicação definitiva sobre a obra legitimada pelo próprio autor, elas fazem parte do seu conjunto. Dessa forma, o jogo entre a indignação dos deputados e a situação do jornal no cenário político (público) pode coexistir em tensão no texto memorialístico com as histórias que envolvem a coluna de *A vida como ela é...* e a precariedade da vida do autor por receber como salário utensílios e eletrodomésticos (privado). É uma forma de expor como aquela sociedade, ao viver de aparências sob um moralismo tacanho, também deixava ver o fracasso de seus ideais de modernidade. Ao expor que grande parte da sociedade vivia a confusão entre o público e o privado, mas não assumiam tal invasão, todos se transformavam em “camadas médias” pela ótica de Nelson Rodrigues, tornando-as “o teto da nossa ficção”.⁹ A frase, carregada de exagero próprio de um dramaturgo, não deixa de captar como esses setores atingiram uma grande importância na hierarquia das sociedades mais urbanizadas do Brasil, perceptível em revistas como *O cruzeiro* e o jornal *Última hora* do Rio de Janeiro nos anos 1950. O jornal *Última hora* dedicava uma coluna chamada “Luzes da cidade” para registrar os “acontecimentos sociais” nos bairros da Zona Norte carioca, que se concentravam em clubes e agremiações esportivas:

HASTEAMENTO da bandeira do clube pelos atletas. E muito mais oferecerá o Grajaú, no dia festivo de amanhã. As 21 horas, em comemoração ao 21o aniversário do clube, teremos um coquetel seguido de Hora de arte.¹⁰

ASSOCIAÇÃO Atlética do Méier, que comemora o seu 6 ° aniversário de fundação, realizará, depois de amanhã a sua festa. Será prestada uma homenagem a LUZES NA CIDADE.¹¹

Ou então, dedicava-se a noticiar bailes, festas, formaturas, coquetéis e aniversários de “ilustres desconhecidas” dessas regiões da cidade:

ANIVERSARIA depois de amanhã, a Sra. Amália de Castro, esposa do nosso caríssimo amigo Rob, técnico de basquete do América F. C., Amália e Rob receberão para um coquetel.¹²

MARIA Aparecida Medice, filha do casal Nerino Medice, aniversaria amanhã. A família reside à Rua Vitor Bengo, em Nilópolis. A aniversariante receberá para um coquetel.¹³

Era uma tentativa de imitar o colonismo social das elites. O dono do jornal, Samuel Wainer, relembra em suas memórias como nasceu a coluna *Luzes da cidade*:

Tanto Jacinto de Thormes, responsável pela seção 'Na hora H', quando Carlos de Laet, nosso colunista social, publicavam notícias sobre o *jet set*. Alguns mitos da alta sociedade carioca surgiram ali: foi Jacinto, por exemplo, quem apelidou Didu e Teresa de Sousa Campos de 'casal 20'. Mas um dos grandes achados da *Última Hora* foi descobrir que a Zona Norte existia, e que também ali havia, embora menos brilhante que a Zona Sul, vida social. [...] Naquele ano, por coincidência, uma jovem de Vila Izabel, Leda Rahl, fora eleita Miss Rio de Janeiro. Era a primeira vez que alguém da Zona Norte ganhava o concurso. Leda e sua mãe foram visitar-me na redação da *Última Hora* para agradecer o apoio que o jornal lhe dera. Ainda impressionado com o que vira em Madureira, tive na hora a idéia de convidá-la para trabalhar comigo: se não fosse eleita Miss Brasil, propus, teria um lugar assegurado na redação. Ela aceitou, e procurou-me algum tempo depois. Decidi formar uma dupla de colunistas e designei Carlos Renato para trabalhar ao Lado de Leda Rahal. Assim nasceu a coluna 'Luzes da cidade', que rapidamente se transformou numa das coqueluches da *Última Hora*. Leda e Carlos Renato freqüentavam clubes de Ramos, do Méier, de Bonsucesso, apresentando festas e colhendo notas para a coluna. Em pouco tempo, os dois eram celebridades em todos os bairros da região.¹⁴

No entanto, tal importância não refletia um crescimento econômico dessas camadas, tampouco da sociedade como um todo, muito embora as representações de época assim nos fizessem acreditar. Era, antes de tudo, em uma crença na aparência de moderno que essas camadas mais investiam e popularizavam por meio da imprensa. O que significava um cuidado excessivo com a aparência física: os gestos, as roupas, a higiene, a fala e a correção estética. Na revista *O cruzeiro*, podia-se observar uma série de prescrições autoritárias para que a mulher tivesse uma resposta (im)positiva à questão: "Você tem bom gosto?"¹⁵

COMO todas as artes, a de vestir precisa ser estudada e cultivada. Você pode ficar conhecendo as regras que orientam o vestuário, se analisar o seu próprio tipo físico e as modificações nele provocadas pelo que usa, se observar com atenção as outras mulheres e os seus trajes. O vestuário não é apenas um conjunto de peças que você aplica sobre o seu corpo ao acaso, mas sim com objetivos estéticos. Bem escolhido, poderá realçar os seus encantos, melhorar a sua aparência. Estude-o, pois, com cuidado. Do mesmo modo que você aprende a arrumar objetos num ambiente (o grifo é meu) conforme a cor, tamanho, a forma, o estilo, aprenda a combinar as peças do seu vestuário, para que melhor se adaptem à sua pessoa, dando-lhe mais atração, mais elegância, mais distinção e mais personalidade. [...] Vestir bem é uma questão de bom gosto, e bom gosto é a escolha das coisas e a combinação harmoniosa dessas coisas. As regras que devem orientar o bem-vestir são, em essência, as mesmas que garantem a disposição

harmoniosa, artística, de qualquer conjunto. Essas regras fundamentais são: Harmonia. Proporção. Equilíbrio. Ritmo. Realce.¹⁶

A mulher tornada objeto de uso estético era uma das imposições para as mulheres de camadas médias que almejassem ingressar na vida social, anteriormente restrita às mulheres de elite. O conselho voltava-se principalmente às que ainda não havia introjetado certa consciência corporal e estética do “bem apresentar-se” socialmente. Desde o início do século XX, as mulheres de elite já vinham “aprendendo” a lidar com o corpo e a aparência por meio da imprensa diária e periódica.¹⁷ Para as mulheres de camadas médias dos anos 1950, os cuidados com aparência em público se constituíam em uma novidade no meio urbano carioca. Para que não houvesse erros, o caminho da harmonia, da estabilidade ou da proporção estéticas era a saída para as que estavam debutando na vida social, mas sem exageros ou excessos, por isso a “distinção” e a “elegância” eram altamente valorizadas. No entanto, o próprio conselho deixava uma questão em aberto: para uma sociedade que já se considerava “moderna” desde o início do século XX, ensinar regras de elegância e beleza para as camadas médias nos 1950 não era um indício de que esses ideais ainda não haviam sido incorporados pela maioria da população, seja por falta de condições econômicas ou de hábitos culturais?

A excessiva preocupação com o olhar social, isto é, com a moral e a aparência, era uma forma de tentar obliterar a precariedade da vida, ou seja, a “falta de meios e modos” na convivência social. Na coluna “Da mulher para a mulher”, da revista *O cruzeiro*, homens e mulheres deveriam aprender regras básicas que “nunca” falhavam:

Diz uma colunista americana que: ‘Nunca é errado dizer a um rapaz que ele é inteligente, vivo e interessante’. Dizer a uma moça que ela é linda. Dizer ‘não sei’ se realmente não sabe. Pedir um conselho a um técnico. Elogiar a refeição da anfitriã. Notar que uma pequena mudou de penteado. Não se irritar com uma piada de mau gosto. Não dar ouvidos a intrigas. Procurar por os outros à vontade. Encorajar um rapaz que é tímido a declarar-se. Dizer ao anfitrião que você se divertiu muito. Pedir desculpas quando cometeu um engano. Dizer a um rapaz quanto preza sua opinião.¹⁸

Para o olhar de hoje, tais normas podem ser consideradas ingênuas e óbvias. Porém, naqueles tempos, indicavam a excessiva teatralização social a que deveriam estar submetidos aqueles que desejassem adquirir traquejo social, principalmente as mulheres. As camadas médias da sociedade tornaram a representação um *modus vivendi* central para uma sociedade que queria ser moderna e, sem dúvida, deveria aparentar ser. A síntese desse comportamento, que denominei *padrão médio*, era o de conjugar antigos costumes aos novos hábitos urbanos visando aparentar uma estabilidade social. Uma mãe da década de 1950 procurava um conselho no jornal *Última hora* a fim de encontrar um “termo médio” para a educação dos filhos:

Como se pode decidir quando uma criança deve ser castigada ou advertida? Muitas das minhas amigas acham que a ausência de castigos torna a criança mimada e outras opinam que a criança se expresse sem restrições. Não haverá um termo médio?¹⁹ (o grifo é meu)

A conselheira respondia que “não existe uma regra simples para chegar até lá”, mas deixava claro que um “termo médio” era um ideal a ser alcançado com muita “sensatez”. Admoestava a mãe leitora com um pesado “equilíbrio”:

As rigorosas medidas disciplinares do passado estão sendo abandonadas – e com acerto – pois muitos casos se revelam perniciosas. [...] No entanto, também é um erro passar para o extremo oposto... criar um filho sem restrição de espécie alguma e deixá-lo desenvolver-se sem qualquer noção de suas responsabilidades para com as outras pessoas, os animais e a propriedade. [...] As crianças precisam de disciplina. Isso não significa que sejam obrigadas a aceitar as regras desnecessárias ou que devem ser punidas com regularidade e brutalidade. Significa que precisam de orientação. Não estão aparelhadas para tomar decisões importantes e não podem aprender o que é certo e o que é errado sem instrução. A verdadeira disciplina consiste numa orientação inteligente, inclusive a aprovação pelo bom comportamento e a censura e o castigo pelo comportamento inconveniente. [...] Você poderá aprender a disciplinar o seu filho sensatamente. Observe, em primeiro lugar, as outras crianças e leia livros especializados para saber o que pode esperar dele em cada fase de seus desenvolvimentos. Quando souber suas possibilidades, estará em melhores condições para decidir o que constituiu ‘malcriação’ e como tratá-lo.²⁰

Observar as outras crianças, as outras mulheres, procurar conselhos de especialistas e técnicos ligados à moda, ao embelezamento do corpo, aos gestos, à educação dos filhos e aos cuidados com família e a casa. Recaía sobre a mulher um olhar vigilante visando buscar um equilíbrio entre a “rainha do lar” do passado e a “mulher da sociedade” daquele momento. O comportamento feminino deveria ser uma junção da figura da mãe e da amante. Uma rearticulação do discurso autoritário e misógino do passado sob o manto de uma pretensa aparência de moderno. Com maior sutileza do que no início do século XX, o ideal de equilíbrio e harmonia “medianos” escondia o seu componente ideológico, ou seja, a precariedade da vida deveria ser mascarada, tornando a aparência uma essência. O que se estendeu para o consumo, para o comportamento masculino e para a idealização da figura do jovem.

A compra de produtos mais caros não poderia prescindir do “crediário” (instituição nova naquele período para bens de consumo como móveis e eletrodomésticos). “Economia” era a palavra que começava a ser usada em muitas propagandas comerciais da época. No jornal *Última hora*, uma propaganda de uma “sala de jantar em estilo mexicano” prometia “um rico presente para seu lar. Aproveite... agora e economize” com “cem de entrada e o restante [...] pelo crediário”.²¹ No mesmo jornal, vendia-se numa propaganda

“uma cozinha americana feita para a sua própria cozinha” com um preço à vista de “2.070 ou 270, de entrada e prestações de 170”, pois a loja o Ponto Frio vinha avalizada pela “honra ao crédito”.²² Numa propaganda da revista *O cruzeiro*, uma enceradeira poderia ser comprada “nos revendedores Walita...” pagando-se “em suaves prestações!”²³ Ou ainda, móveis em madeira, pois a “duratex faz móveis de beleza, resistência e economia”.²⁴

O comportamento masculino também deveria adequar-se ao padrão médio de culto à aparência, equilibrando a manutenção da virilidade com a gentileza e os bons modos. Na seção “Etiqueta” da revista *O cruzeiro*, o homem “moderno” deveria aprender a ser elegante:

O cavalheiro que acompanha uma senhora em sociedade, leitor Nero, de São Paulo, assume muitos deveres. Primeiro entre todos o de combinar rigorosamente a sua elegância à da sua dama; se está em dúvida (e ela tem bastante traquejo social, diz você), peça-lhe conselhos. Não lhe ficará mal, não, porque para um homem a elegância do vestuário é sempre um problema. Quando a sua dama usa um vestido a rigor, para um baile ou uma grande estréia no teatro, use ‘smoking’ ou a casaca. O ‘smoking’, atualmente é de uso mais corrente e é o traje aconselhável para quem está no dilema da escolha. Quando se tratar de uma reunião, um jantar; uma recepção em que não seja exigido traje a rigor, use um terno escuro, de corte austero, camisa branca, gravata sóbria sem fantasias, sapatos pretos. Um terno cinza escuro, por exemplo, é de segura distinção.²⁵

Embora possa parecer um conselho voltado apenas aos homens de camadas sociais mais elitizadas, o conselho visava atingir aos homens de camadas médias que também estavam aprendendo a debutar na vida social. Ensinava a conselheira que pedir um conselho à sua dama “não lhe ficará mal”, isto é, não depunha contra a sua masculinidade. Por isso, aconselha um “terno escuro” e “gravata sóbria sem fantasias” para situações menos formais, que seriam a prova de sua “distinção”, ou seja, de que sua virilidade não seria ameaçada pelos “bons modos” adquiridos. Afinal, os homens tornavam-se co-dependentes do olhar vigilante que pairava como um peso sobre as mulheres. Uma propaganda comercial explorava a receita do olhar alheio sobre a aparência masculina, pois ao usar a loção pós-barba “Aqua Velva [...] sua aparência é melhor... [...] Protege sua pele e proporciona à sua face aquele aspecto saudável e juvenil de vitalidade que as mulheres admiram”. E completava: “possui aroma discreto e masculino - dá uma sensação estimulante!”²⁶

Aliás, a “jovialidade” e a “vitalidade” citadas na propaganda figuravam entre as qualidades mais prezadas na década de 1950 para o discurso normativo. Outro aspecto novo daquela década, pois “ser jovem” tornava-se uma atitude perante a vida. O que prepararia para as décadas subseqüentes a importância que o jovem ganharia socialmente. Todavia, era a figura do jovem bem-comportado ou moralmente correto que era vendida como a síntese da idade ideal e, portanto, sinônimo do ideal de aparência estável ou “mediana”.

No jornal *Última hora*, “ser jovem” era ser alegre, sereno, arrumar uma ocupação, cuidar da aparência e acompanhar a moda:

Beleza significa juventude. Enquanto estiver (sic) interesse pela vida e com a cabeça serena e em constante atividade, pode se afirmar que é jovem. Se puder passar trinta minutos ou mais, durante o dia, lendo, sua imaginação será estimulada. Ou então procure ouvir boa música pelo rádio; procure acompanhar a época em que se vive e deixe para trás os anos de insatisfação e tristeza.²⁷

Evidentemente, as mulheres eram o alvo certo quando o assunto era juventude. Mas também não se restringia à mulher jovem, pois a conselheira explicitava que ser jovem era uma atitude, o que englobava mulheres de todas as idades. Era uma atitude de manter a aparência de leveza, harmonia, alegria e tranquilidade na vida. Uma esquizofrênica vitalidade diante dos problemas do dia-a-dia. Tudo poderia ser resolvido “afastando a tristeza e o cansaço”, dizia uma colunista da revista *O cruzeiro*:

Se você é volúvel de temperamento, se muda de humor de um momento para outro, se facilmente se cansa, lembre-se de que tudo isto se reflete em seu rosto. Para que se mostre sempre bonita ou atraente, é preciso que nunca esteja de mau humor e nunca demonstre o seu aborrecimento ou o seu cansaço. Quando estiver aborrecida ou cansada, recorra a um banho quente, e ponha-se ‘de molho’, durante quinze minutos, com os olhos fechados. É um segredo para rejuvenescer, para acalmar os nervos e para tirar o cansaço. Não se esqueça: tristeza ou cansaço pode torná-la feia; somente o repouso e uns lábios sorridentes podem fazer parecer atraente um rosto, mesmo quando este rosto não possui uma destacada beleza.²⁸

O que mais impressiona nesses conselhos é o extremo autoritarismo mesclado de docilidade. Autoritarismo porque impunha à mulher a tarefa de estar sempre de bem com a aparência e, conseqüentemente, com a vida. Docilidade porque tentava inculcar a necessidade de manter-se jovem, tornando o conselho indispensável para as que tivessem temperamento volúvel, ou seja, todas as pessoas. Ao criar o impasse, o tom de zelo e preocupação autolegitimava o conselho. A maioria das propagandas comerciais era destinada às mulheres, principalmente as de produtos de beleza, roupas e higiene corporal. Também ratificava a junção de autoritarismo e docilidade em seus textos e imagens. Uma propaganda da revista *O cruzeiro* dizia “Viva num mar de rosas!... Sinta-se mais repousada e mais bela... vendo sua pele renascer com um frescor de primavera... dando a todo o seu corpo uma acetinada maciez de flores... sentindo no ar uma nuvem de perfume que parece nascer de você... com talco para toilette Cashmere Bouquet”.²⁹ A propaganda apresentava uma mulher jovem repousada em cima de uma camada de flores. Outra propaganda prometia “Juventude e beleza na espuma cremosa do sabonete Palmolive!”³⁰ No jornal *Última hora*, as mulheres que não podiam comprar os caros produtos de beleza aprendiam

técnicas de massagens faciais³¹ ou andar com mais elegância.³² Na revista, aprendiam a mudar o tom da voz³³ e a respirar corretamente para que evitassem a “cintura grossa”.³⁴ Uma série de normas com alta carga de teatralização social, que sintetizava a exigência de culto às aparências do padrão médio de comportamento estável e harmonioso. O que podia ser resumido no conselho: “Nem bonita demais, nem inteligente demais – parece que o meio termo é o que mais beneficia à mulher”.³⁵

Havia uma tentativa de imitar hábitos das camadas sociais mais elitizadas por meio da improvisação de recursos estéticos, financeiros, culturais e morais: a falta de dinheiro era driblada pela compra a prazo; a misoginia deveria ser suavizada com a imagem da mulher que sai de casa, mas que sabe se comportar; o homem deveria ser mais elegante, mas sem perder a masculinidade; o jovem deveria ser a tradução de uma sociedade que não queria ser excessivamente moralista nem demonstrar as condições precárias de ascensão das camadas médias na hierarquia social por falta de hábitos culturais e condições econômicas adequadas para o desenvolvimento do liberalismo burguês de forma expandida. Uma cultura da imitação ou da representação de moderno era o que deveria prevalecer. A historiografia que se debruçou sobre esse período também acreditou em uma representação de moderno estável, “médio”.

A partir dos anos 1950, “moderno” passava a ser um conceito mais positivo porque estava ligado à estabilidade moral, política e econômica daquele momento. Do final do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, no Brasil, a ideologia do moderno oscilava entre o rompimento com o passado e o avanço para o futuro, representando ora um, ora outro, dependendo das circunstâncias. Era um conceito ligado à instabilidade, seja porque retirava as certezas do passado, seja porque modificava radicalmente o presente pelo avanço rápido do futuro. É somente com o advento da ditadura militar que o conceito de “modernização conservadora”³⁶ foi empregado para se contrapor a essa ideologia, mesmo que grande parte da *intelligentsia* brasileira tenha acreditado nos seus efeitos perniciosos e, portanto, na sua eficácia. Além disso, grande parte da historiografia sobre os anos 1950 foi a dos anos 1960-70, num momento de desilusão com a “modernidade conservadora” dos militares. A historiografia buscou na década de 1950 uma modernidade mais “democrática” no interregno entre a ditadura estadonovista dos anos 1940 e a ditadura militar dos anos 1970, embora essa “democracia” já representasse um sinal de dependência econômica do capital norte-americano e que teria motivado a política de substituição de importações dos anos 1950.³⁷

Nos contos de Nelson Rodrigues publicados originalmente nos anos 1950, como parte integrante da coluna “Pouco amor não é amor”, no *Jornal da semana – Flan*, também de propriedade do jornalista Samuel Wainer, o escritor apresentava histórias cotidianas

que afrontavam esse ideal de estabilidade moderna. A noção de fracasso nem sempre está explícita nos enredos rodrigueanos, ora aparece no destino trágico das personagens, ora na frustração de um desejo, de um casamento ou mesmo de uma vingança, ora ainda no ressentimento das personagens. Entretanto, há momentos em que o fracasso é latente:

Virou-se para o marido:

– Não me tira a dentadura.

Como era uma exigência nova, sem precedentes, ele estranhou:

– Por quê, carambolas?

E ela, nos seus maus modos e na sua irritação:

– Pensa, raciocina, criatura! Você não vê que é falta de poesia? Que espécie de amor eu posso ter, vendo você todas as noites tirar a chapa de cima e de baixo e pôr no copo?

Surpreso, Lobato abotoou o pijama que acabara de vestir, e aproximou-se da cama.

Perguntou:

– Mas, meu anjo, você não me conheceu sempre assim? Na nossa primeira noite eu não fiz isso? Responde. Não fiz?

Sofia estava deitada. Sentou-se na cama indignada:

– Você fez! Claro que fez! E foi por isso que eu, de cara, perdi todas as ilusões! Ah, quando te vi sem dentes, quando vi teus dentes no copo, adeus amor! Adeus poesia!

O pobre-diabo caiu das nuvens; fazia espanto: ‘Você acha que uma dentadura influi num casamento? Num amor?’. Sofia confirmou, feroz: ‘Como não? Sim, senhor! Perfeitamente! Um homem desdentado liquida qualquer amor!’. Levantou-se e foi desafiar o marido: ‘Queres fazer uma experiência? Queres? Tira a dentadura e vai te olhar no espelho!’. Por mais estranho que pareça, Lobato obedeceu. E quando viu, no espelho, as próprias gengivas vazias, a boca de velha, de bruxa, crispou-se num pudor convulso. Com mais autoridade, Sofia fez o apelo:

– Dorme de dentadura! É um favor que eu te peço! Dorme! Não tira!

Sentou-se numa extremidade da cama. Sentindo-se um miserando, justificou-se: ‘Meu anjo, eu queria te atender, mas não posso! Imagina se engulo a dentadura!’. Era esse, com efeito, o seu medo, o seu complexo. Sofia perdeu a paciência:

– Você é o maior fracassado de todos os tempos!’³⁸

Mas a história não termina por aí. A mulher ainda o insulta por não tomar banho e um amigo no trabalho chama a sua atenção por cheirar mal. Ressentido, resolve ficar com o dinheiro da firma onde trabalha. Gasta todo o dinheiro passeando de táxi por vários dias, pois, segundo ele, seu sonho de menino era andar “de táxi e não de automóvel particular. [...] Até que chegou um dia em que sobraram, apenas, no seu bolso, cem cruzeiros. Coça a cabeça: ‘Vamos dar mais uma volta. A última!’”. Quando passavam pelo Estádio do Maracanã, Lobato apanhou o revolver, introduziu o cano na própria boca e puxou o gatilho”.³⁹ A história é de uma família suburbana, pois o marido trabalha para sobreviver e tem o sonho de andar de táxi e esbanjar dinheiro. Porém, ao não conseguir manter a boa aparência pessoal, encontra no suicídio a solução para o dilema existencial. Embora se trate do universo de camadas médias baixas, o conto-crônica atingia o moralismo dos

setores elitizados e das camadas médias mais abastadas, que valorizavam a aparência, a ascensão e manutenção da posição social a qualquer custo. O fim trágico do conto-crônica culminando no Estádio do Maracanã é indicativo da exposição que o autor pretendia lançar para o leitor do fracasso das aparências na coletividade.

Na peça *A falecida*, de 1953, a família também era suburbana e o clima não era asfixiante e restrito ao ambiente doméstico.⁴⁰ O cômico dialogava com o trágico, catalisando a ironia. O cinismo era escancarado como farsa. A trama central ocorre entre Zulmira e o marido Tuninho. No primeiro ato da peça, Zulmira, ao consultar uma cartomante, fica cismada com a “mulher loura”. Tuninho sugere que tal mulher possa ser a prima e vizinha Glorinha. Zulmira também concorda. Por isso começa a desconfiar da pureza moral da prima, que é protestante. De repente Zulmira também se torna evangélica (da “Igreja teofilista”). Fica tão “puritana” quanto a prima Glorinha. Tuninho a acusa de estar imitando a prima, pois Zulmira sequer deixa o marido beijá-la na boca. Paralela a essa trama, há sempre o diálogo dos funcionários da casa funerária, personificado por Timbira, cuja função é vender enterros pelo maior preço possível. O segundo ato inicia-se com Zulmira procurando Timbira na funerária para encomendar o seu próprio enterro, mas sem que ele desconfie de nada. Em seguida, Zulmira vai ao médico. Para a sua frustração, Dr. Borborema não diagnostica nada em seus pulmões. Porém, convencida de que vai morrer, Zulmira pede a Tuninho que procure o homem que pagará o seu enterro. O marido promete não fazer perguntas e jura um “enterro bonito, lindo... de penacho... 36 mil cruzeiros”. De fato, ela morre. O último ato da peça está centrado em Tuninho e o homem que supostamente custearia o enterro da esposa, Pimentel. Pede o dinheiro sem se identificar como o marido. Pimentel resolve contar como conheceu Zulmira. O marido descobre que foi traído pela esposa no banheiro de uma sorveteria quando, aliás, acompanhava-a. O próprio amante abre o jogo e Zulmira retorna em *flash back* para apresentar suas razões. Para coroar os fracassos da história, Tuninho desmascara o pretenso puritanismo da esposa. Toma consciência de que ela o odeia apesar da convivência matrimonial. E o que é pior, só descobre isso depois de sua morte.

No teatro de Nelson Rodrigues dos anos 1950, o que fracassava era a tentativa de representar “ser moderno”, pois era sempre uma imitação fracassada. Ao imitar um ideal de relacionamento conjugal burguês – público – o fracasso é motivado por interesses individualistas não propriamente liberais, mas como uma resposta magoada e ressentida diante desse mundo liberal que também não se realizou. Tuninho, ao descobrir a traição, exige o dinheiro do amante mediante a chantagem de denunciá-lo para um jornal sensacionalista (chamado de *O radical*). Ele vai à funerária e encomenda um enterro paupérrimo para Zulmira. Em seguida, dirige-se ao estádio de futebol para assistir ao jogo do seu time preferido. O pano cai depois dessa cena:

(Luz no Maracanã. Vai entrando Tuninho. Atrás, de boné, o chofer do táxi, empunhando uma bandeira do Vasco. Os dois atravessam uma multidão imaginária de duzentas mil pessoas. Efeitos sonoros do Campeonato do Mundo.)

TUNINHO (no seu deslumbramento) – Parece até Brasil-Uruguai!

CHOFER – Vai ser um rendão!

TUNINHO – Pra lá de milhões!

(Chofer olha em torno.)

CHOFER – Vamos ficar aqui? Aqui está bom!

(Contra-regra põe cadeira para os dois. Sentam-se. Exaltação de Tuninho.)

TUNINHO (numa euforia, esfregando as mãos) – Está na hora da onça beber água! (Muda de tom, feroz) Hoje vou tomar dinheiro desses pó-de-arroz! Não entendem bolacha de futebol! Sou Vasco e dou dois gols de vantagem!

(Tuninho vem à boca de cena, numa alucinação. Bate no peito.)

TUNINHO – Tenho dinheiro! Dinheiro!

(Arranca dinheiro dos bolsos. Crispa as mãos nas cédulas.)

TUNINHO – Vou apostar com duzentas mil pessoas! Dou dois! Três! Quatro! Cinco gols de vantagem e sou Vasco!

(Tuninho insulta a platéia.)

TUNINHO – Seus cabeças-de-bagre!

(Tuninho atira para o ar as cédulas. Grita com todas as forças.)

TUNINHO – Casaca! Casaca! A turma é boa! É mesmo da fuzarca! Vassssssco!

(Tuninho cai de joelhos. Mergulha o rosto nas duas mãos. Soluça como o mais solitário dos homens.)⁴¹

Aparentemente a vingança de Tuninho consuma-se perante a vida pública, pois consegue castigar a esposa adúltera ao não realizar o enterro de luxo. Porém, apesar de ficar com o dinheiro, dar um enterro pobre para Zulmira e ainda gastá-lo no jogo de futebol, o marido termina “com o rosto nas duas mãos [...] como o mais solitário dos homens”, diz a rubrica final.

Para Nelson Rodrigues, era mais importante expor que o fracasso da nação dita “moderna” não era assumido socialmente do que propriamente mostrar como ele acontecia, isto é, embora houvesse o fracasso, ele era fruto da tentativa frustrada de cultivar as aparências. É por isso que o fracasso da representação da nação como moderna passa a ser exposta em suas peças dos anos 1950, bem como em seus contos ou mesmo em crônicas de futebol como esta:

[...] E o patético é que, desta vez, não se trata de gente. Insisto: o meu personagem da semana não pertence à triste e miserável condição humana. É, com escrúpulo e vergonha o confesso, uma cusparada. [...] A vida dos homens e dos times depende, às vezes, de episódios quase imperceptíveis. Por exemplo: – o jogo Canto do Rio x Flamengo, que foi tão árduo, tão dramático para o rubro-negro. Antes da partida, havia rubro-negros olhando de esguelha, e com o coração pressago, o time da vizinha capital. É certo que o Canto do Rio não esfrega na nossa cara grandes nomes, grandes cartazes. [...] Começa

o *match* e logo se percebe que o Flamengo teria de molhar a camisa. O Canto do Rio fez jogo que rende, que interessa: – bola no chão, passe rasteiro, penetração, agressividade. Termina a primeira etapa com um escandaloso 1 x 0 a favor do Canto do Rio. Cá fora, vários rubro-negros se entreolharam, em pânico. Imaginem se o Flamengo cai da liderança, como de um trapézio. Mas vem o tempo final e o rubro-negro consegue, com um gol notabilíssimo de Henrique, o empate. Mas não bastava. Um empate significaria, do mesmo modo, a humilhação de um segundo lugar. Continua a tragédia. [...] E, de repente, com a bola longe, nos pés de Jairo, se não me engano, há um incidente na área do Canto do Rio. Alguém chuta alguém. Malcher [o árbitro], de uma só cajadada, mata dois coelhos: – expulsa Floriano, que lhe pareceu culpado, e assinala pênalti contra o Canto do Rio. Amigos, eu confesso: – tive pena do Canto do Rio, porque o árbitro o punia duas vezes pela mesma falta. Achei que era justiça demais, castigo demais. Vem Moacir e desempata: – Flamengo 2 x 1. Inferiorizado no placar e com dez elementos, lá parte, outra vez, o Canto do Rio. Jogo duro, viril, disputado com gana e, eu quase diria, com ódio. [...] Faltando quatro ou cinco minutos para acabar a batalha, ocorre contra o Flamengo o pênalti que, para muitos, foi compensação. Devia ser empate, ou seja: – o resultado que viria pôr abaixo, da ponta, o Flamengo. Foi então que Dida teve uma lembrança maléfica e mesmo diabólica. Estava a bola na marca fatídica. Dida aproxima-se, ajoelha-se, baixa o rosto e vai fazer o que nem todos, na afobação, percebem. Para muitos, ele estaria rezando o couro. Mas eis, na verdade, o que acontecia: Dida estava cuspidando na bola. Apenas isso e nada mais. [...] Objetará alguém que este é um detalhe anti-higiênico, antiestético, que não devia ser inserido numa crônica. Mas eu vos direi que, antes de Canto do Rio x Flamengo, já dizia aquele personagem shakespeariano que há mais coisas no céu e na terra do que supõe a nossa vã filosofia. Quem sabe se a cusparada não decidiu tudo? Só sei que lá ficou a saliva, pousada na bola. O que aconteceu depois todos sabem: – Osmar bate a penalidade de uma maneira que envergonharia uma cambaxirra. Atirava o Canto do Rio pela janela a última e desesperada chance do empate glorioso. [...] E ninguém desconfiou que o fator decisivo do triunfo fora, talvez, a cusparada metafísica de Dida, que ungiu a bola e a desviou, na hora H.⁴²

As crônicas de futebol de Nelson Rodrigues não enfocam os comentários técnicos e táticos de uma crônica de futebol tradicional. É clara a sua motivação literária e dramática. A crônica intitulada “A cusparada metafísica” é um bom exemplo dessa subversão às regras do futebol. A cusparada na bola é um gesto improvisado. O mesmo improvisado a que as camadas médias baixas tinham de recorrer em uma situação difícil da vida na falta de melhores condições para manterem as aparências. Nelson Rodrigues transforma tanto o time vencedor como o time derrotado em “camadas médias”. É notório que a personagem da semana é a cusparada na bola e não o jogador, o juiz, o jogo ou a torcida. O cuspe torna-se “metafisicamente” o responsável pela vitória do Flamengo sobre um time pequeno, providencialmente chamado de Canto do Rio. O peculiar na crônica não é a vitória do Flamengo por meio de um cuspe, mas como o cuspe é exposto como o motivo que possibilita tanto a vitória quanto a derrota. O que o cronista expôs é o fracasso das aparências por meio de uma crônica de futebol, pois a vitória de um time representa

manter a imagem de um sucesso perene na vida e a derrota representa o seu indesejável avesso. Ao jogar essas duas representações, a imagem do cuspe na bola surge como uma terceira representação (ou representação liminar) que confunde os ideais de ser vitorioso (público) ou derrotado (privado), fazendo com que tanto um como o outro dependam do fracasso que o cuspe representa socialmente. A representação social da nação como moderna fracassa na crônica rodrigueana justamente porque assume aquilo que a sociedade gostaria de expulsar do seu convívio, isto é, tudo o que nela representa o que é “antiestético” e “anti-higiênico”, ou ainda, “feio” e “nojento”.

O dramaturgo oferecia-nos uma interpretação oblíqua sobre sua própria sociedade. Travestido de cronista, interessa-se por um aspecto em nada “moderno” dentro de uma partida de futebol: um cuspe pousado na bola. Afinal, para os padrões de aparência daquela sociedade, Nelson Rodrigues transformava uma “cusparada” em algo grande, único e desagradável demais. Além disso, tal detalhe em nada contribui para a vitória do time “mais fraco”. Qual a razão de esses textos até hoje chamarem a atenção? Trata-se de expor o fracasso das representações de moderno que ainda atingem o universo dos leitores e iletrados do Brasil. Por meio de suas crônicas de futebol, Nelson Rodrigues diria ao seu modo que o brasileiro ainda sofria naquele tempo de um “complexo de vira-latas”:⁴³

Hoje vou fazer do escrete o meu numeroso personagem da semana. Os jogadores já partiram e o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: ‘ – O Brasil não vai nem se classificar! ’. E, aqui, eu pergunto: – não será esta atitude o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado? [...] Eis a verdade, amigos: – desde 50 que o nosso futebol tem pudor de acreditar em si mesmo. A derrota frente aos uruguaios, na última batalha, ainda faz sofrer, na cara e na alma, qualquer brasileiro. Foi uma humilhação nacional que nada, absolutamente nada, pode curar. Dizem que tudo passa, mas eu vos digo: menos a dor-de-cotovelo que nos ficou dos 2 X 1. E custa crer que um escore tão pequeno possa causar uma dor tão grande. O tempo passou em vão sobre a derrota. Dir-se-ia que foi ontem, e não há oito anos, que, aos berros, Obdulio arrancou, de nós, o título. Eu disse ‘arrancou’ como poderia dizer: – ‘extraíu’ de nós o título como se fosse um dente. [...] A pura, a santa verdade é a seguinte: – qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: – temos dons em excesso. E só uma coisa atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de ‘complexo de vira-latas’. Estou a imaginar o espanto do leitor: – ‘O que vem a ser isso?’. Eu explico. [...] Por complexo de vira-latas entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nos julgamos ‘os maiores’ é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem:

– e perdemos de maneira abjeta. Por um motivo muito simples: – porque Obdúlio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos. Eu vos digo: – o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vencer lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: – para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão.⁴⁴

Nelson Rodrigues sempre utilizou as suas crônicas de futebol para tratar da imagem que “o brasileiro” fazia de si mesmo, ou melhor, de sua auto-representação. Embora possa parecer um texto recoberto de generalizações identitárias (“o brasileiro”), é preciso compreender o modo como o dramaturgo trabalhava com tais generalizações, isto é, como um jogo de representações. É por meio desse jogo de representações que é possível interpretar um significado histórico da crônica rodrigueana. De um lado, a visão pessimista do “brasileiro”. De outro, a visão eufórica ou otimista. O cronista-dramaturgo embaralhava os sentidos ao desconfiar dessas duas visões com a questão: “não será esta atitude o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado?” Traduzindo: ou ser pessimista era um disfarce do nosso otimismo ou ser otimista era confessar a nossa vergonha. O conflito entre essas duas representações visava chamar a atenção para o nosso complexo de humilhado ou de inferioridade. Todo “complexo” torna-se um jogo de espelhos entre o que está presente e o que está ausente, o mesmo jogo que ocorre com o fenômeno da representação, pois se me sinto humilhado tento aparentar ser grandioso ou se tento aparentar ser grandioso assumo a condição de humilhado. Na crônica rodrigueana a aparência é sempre desnudada, seja pelo que ela esconde, seja pelo que ela revela. No caso, a inferioridade “em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol”. A inferioridade ou o “problema de fé em si mesmo” era o sintoma de uma cultura que vivia de aparências para sobreviver, mas que fracassavam mediante o que deixavam ou não ver, isto é, a própria precariedade. Portanto, o nosso poder de invenção, de criação ou improvisação era fruto muito mais de um drible em nossas dificuldades, inclusive do “problema de fé em si mesmo”, do que da demonstração de nossas qualidades inatas ou perenes.

Desde os anos 1950, Nelson Rodrigues expunha que o esboroamento das fronteiras entre o público e privado, embora não fosse assumido socialmente, indicava a falência de nos identificarmos como uma nação moderna. Historicamente, não era novidade a interpenetração entre essas duas esferas em nosso país. Nos anos 1950, a consciência dramática dessa “confusão” no teatro de Nelson Rodrigues atestava a passagem de uma sociedade burguesa, que se ancorava, mesmo que apenas ideologicamente, na separação entre público e privado, para uma sociedade tendente à massificação, mas não consoli-

dada, na qual a popularização de valores burgueses afrouxavam os limites entre o que deveria ser espetacularizado (as aparências) ou preservado na intimidade (os fracassos). A obra de Nelson Rodrigues tornou-se essa zona de jogo entre o público e o privado, o sucesso e o fracasso, o país e o indivíduo:

Vejam como tudo mudou. A vitória passará a influir em todas as nossas relações com o mundo. Eu pergunto: – que éramos nós? Uns humildes. O brasileiro fazia-me lembrar aquele personagem de Dickens que vivia batendo no peito: - ‘Eu sou humilde! Eu sou o sujeito mais humilde do mundo!’. Viviam desfraldando essa humildade e a esfregando na cara de todo mundo. E, se alguém punha em dúvida a sua humildade, eis o Fulano esbravejante e querendo partir caras. Assim era o brasileiro. Servil com a namorada, com a mulher, com os credores. Mal comparando, um São Francisco de Assis, de camisola e alpercatas. [...] Mas vem a deslumbrante vitória do escrete e o brasileiro já trata a namorada, a mulher, os credores de outra maneira; reage diante do mundo com um potente, um irresistível *élan* vital. E vou mais além: - diziam de nós que éramos a flor de três raças tristes. A partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma piada fracassada. Afirmava-se também que éramos feios. Mentira! Ou, pelo menos, o triunfo embelezou-nos. Na pior das hipóteses, somos uns ex-buchos. [...] E a quem devemos tanto? Ao meu personagem da semana. Ninguém aqui admitia que fôssemos os ‘maiores’ em futebol. Rilhando os dentes de humildade, o brasileiro já não se considerava o melhor nem em cuspe à distância. E o escrete vem e dá um banho de bola, um show de futebol, um baile imortal na Suécia. Como se isso não bastasse, ainda se permite o luxo de vencer de goleada a última peleja [5 X 2]. Foi uma lavagem total. [...] Outra característica da jornada: – o brasileiro sempre se achou um cafajeste irremediável e invejava o inglês. Hoje, com a nossa impecabilíssima linha disciplinar no Mundial, verificamos o seguinte: – o verdadeiro inglês, o único inglês, é o brasileiro.⁴⁵

A crônica de futebol trata da primeira conquista do “escrete” da Copa do Mundo de futebol, em 1958. Deixamos de ser humildes para nos tornarmos o país que dominava a geopolítica nesse esporte. Tomamos o lugar da Inglaterra como criadora do futebol a partir do triunfo sobre outra nação “desenvolvida”, a Suécia. No imaginário das elites do início do século XX no Brasil, o caráter coletivo do futebol legitimava as projeções de um Estado-Nação moderno. Nos anos 1950, diante do inelutável “avanço” das potências capitalistas, conquistar um título mundial representava entrar para o concerto das “nações modernas” ou pelo menos “aparentar ser” com maior eficácia. Porém, seria ingênuo atribuir à crônica de Nelson Rodrigues uma defesa da ideologia do nacional-desenvolvimentismo via futebol, pois o autor se esforçava em exagerar tanto a “humildade” quanto a “vitória” do “brasileiro”. Mais uma vez o autor se reapropriava dos papéis sociais para escancará-los como farsa. Nesse caso, o autor apropria-se do discurso nacionalista (pedagógico) de dominar uma nação sobre outra (inclusive por meio do esporte) para constantemente jogar na performance narrativa a humildade e a vitória ou entre essas duas representações de moderno, pois “ser humilde” era reconhecer o poder ou a vitória

do outro, o mais “avançado”. Não era por acaso que a humildade se tornava um corolário para a vitória e vice-versa, expondo que a representação da humildade do brasileiro – “vivia desfraldando essa humildade e a esfregando na cara de todo mundo. E, se alguém punha em dúvida a sua humildade, eis o Fulano esbravejante e querendo partir caras” – era tão forçada quanto a vitória alcançada – “hoje, com a nossa impecabilíssima linha disciplinar no Mundial, verificamos o seguinte [...] o verdadeiro inglês, o único inglês, é o brasileiro”. Nelson Rodrigues não escondia o seu gesto comemorativo como torcedor do futebol, mas também não escondia o exagero por meio de sua comemoração. As próprias representações são colocadas em tensão, mostrando que não éramos “humildes” (e a vitória do “escrete” provou a suspeita), tampouco nos tornamos ingleses (a condição de “ex-buchos” era mais forte do que a da beleza). Esse intrincado jogo de espelhos em que a imagem real nunca é visível advém do teatro como jogo de representações.

É claro que nas crônicas de futebol de Nelson Rodrigues, nas quais o tema é a Copa do Mundo ou jogos amistosos internacionais da seleção, a presença de temas como os dos nacionalismos ou características genéricas dos países acabam aparecendo. No entanto, é notório como autor construiu essas representações, à maneira dos seus textos teatrais, questionando-as por meio do jogo. A crônica de futebol facilita tais aproximações, pois, assim como o diálogo e o gesto no teatro, o futebol consiste em jogar com um outro mediante a exposição pública. Significativo é o título de um dos seus livros que reúne crônicas de futebol, *A pátria em chuteiras*, que representa mais um disfarce de nação do que um signo nacionalista.⁴⁶ O livro tem esse nome em função de uma crônica que trata da vitória do Brasil contra a Itália pelo Torneio do Bicentenário da Independência do Brasil em 1976, no qual o Brasil se sagrou campeão vencendo por 4 X 1. Essa crônica foi escrita seis anos depois do tricampeonato do Brasil na Copa do Mundo de 1970, momento em que a seleção estava devendo grandes atuações e não recebia elogios da crônica esportiva convencional:

Amigos, a vitória de anteontem justifica uma meditação sobre o escrete. Pergunto: – para nós, o que é o escrete? Digamos: – é a pátria em calções e chuteiras, a dar rútilas botinadas, em todas as direções. O escrete representa os nossos defeitos e nossas virtudes. [...] Em suma: – o escrete chuta por 100 milhões de brasileiros. E cada gol do escrete é feito por todos nós. Digo isso e, ao mesmo tempo, o desdigo. E, com efeito, se o povo é o escrete, e o escrete é o povo, por que a crônica é tão restritiva contra a seleção?⁴⁷

Percebe-se novamente o jogo das representações: se o escrete representa o povo brasileiro e vice-versa, por que o Brasil era mal visto pela crônica esportiva? As perguntas subjacentes são: como podemos falar mal de “nós” como pátria? E se podemos, por que insistimos em nos representar como uma coletividade? Seria mais uma representação (ou imitação) fracassada?⁴⁸

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Doutor em história social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Este artigo é parte integrante, mas modificada, da tese *Nelson Rodrigues: o fracasso do moderno no Brasil - 1940-50*, PUC-SP, 2005.

¹ Sobre um debate e crítica mais recente ao conceito de populismo em nossa história ver: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

² SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, pp. 61-62.

³ Nelson Rodrigues já escrevia crônicas de futebol, principalmente sobre o Fluminense, no jornal *Crítica* de seu pai, Mário Rodrigues, desde os dezesseis anos de idade, além de crítica literária e reportagens políticas. Sobre isso ver: RODRIGUES, Nelson. *O Baú de Nelson: os primeiros anos de crítica e reportagem (1928-35)*. Organização e seleção de COELHO, Caco. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

⁴ Id. “O mil vezes tímido”. In: RODRIGUES FILHO, Nelson (org.). *O profeta tricolor: cem anos de Fluminense - Crônicas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002, pp. 39-41. Todas as crônicas de futebol de Nelson Rodrigues foram organizadas em livro *post-mortem* de acordo com os interesses editoriais de cada momento. Constam desse artigo os principais livros do autor nesse gênero publicados mais recentemente. O *Jornal dos Sports* era de propriedade do irmão de Nelson Rodrigues, Mário Filho. Além disso, publicou crônicas de futebol em diversas revistas e jornais, tais como: *O Globo*, *Manchete*, *Manchete esportiva*, *Fatos & Fotos*, *Realidade* e *Revista brasileira de relações públicas*.

⁵ ARRIGUCI Júnior, Davi. “Fragmentos sobre a crônica”. In: *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo, Cia. das Letras, 1985, p. 53.

⁶ RODRIGUES, Nelson. *A menina sem estrela - Memórias*. São Paulo, Cia. das Letras, v. 6, 1993, p. 70. [original de 1967].

⁷ *Ibid.*, p. 69.

⁸ Id. *Flor de obsessão - As 1000 melhores frases de Nelson Rodrigues*. Organização e seleção de CASTRO, Ruy. São Paulo, Cia. das Letras, v. 12, p. 98. A citação completa da frase é: “O teto da nossa ficção é a classe média. Se pedirmos ao nosso romancista uma grã-fina, ele não saberá recriá-la”.

⁹ RAHL, Leda e RENATO, Carlos. Luzes da cidade. *Última hora*, 4/9/1956, caderno 2, p. 5.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ Id. *Última hora*, 5/9/1956, caderno 2, p. 7.

¹² Id. *Última hora*, 6/9/1956, caderno 2, p. 5.

¹³ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver - Memórias de um repórter*. 15 ed. Rio de Janeiro, Record, 1993, pp. 151-152 [original de 1980].

¹⁴ MARZULLO, Elza. Elegância e beleza - Você tem bom gosto? *O cruzeiro*, 7/2/1953, p. 95.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ SCHPUN, Mônica Raisa. Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo, SENAC/Boitempo, 1999. Cabe chamar a atenção ao fato de que a autora, nesse livro, acredita demasiadamente no discurso normativo e, conseqüentemente, reitera a hegemonia do “moderno” como discurso ideológico, mesmo reconhecendo se tratar do restrito universo das camadas mais elitizadas da cidade de São Paulo.

¹⁷ TERESA, Maria. Da mulher para a mulher - Nunca é errado. *O cruzeiro*, 21/2/1953, p. 111.

¹⁸ MORRIS, Vera. Conselho às mães. *Última hora*, 20/9/1956, caderno 2, p. 4.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Última hora*, 3/3/1955, caderno 1, p. 7.

²¹ *Última hora*, 6/7/1954, caderno 2, p. 2.

²² *O cruzeiro*, 8/1/1953, p. 69.

²³ *O cruzeiro*, 19/5/1956, p. 45.

²⁴ LORRAINE, Jeanne. Etiqueta. *O cruzeiro*, 3/4/1954, p. 82.

²⁵ *O cruzeiro*, 13/4/1955, p. 54.

²⁶ “Conselhos úteis”. *Última hora*, 25/9/1956, caderno 2, p. 4.

²⁷ MARZULLO, Elza. Elegância e beleza - Afaste a tristeza e o cansaço. *O cruzeiro*, 5/1/1955, p. 49.

²⁸ *O cruzeiro*, 20/4/1957, p. 57.

²⁹ *O cruzeiro*, 26/5/1956, p. 2.

³⁰ “Técnica de uma massagem facial”. *Última hora*, 26/3/1955, caderno 2, p. 8.

³¹ “O modo de andar também revela a personalidade”. *Última hora*, 10/12/1957, última página do tablóide feminino.

³² MARZULLO, Elza. Elegância e Beleza - A voz: elemento de sedução. *O cruzeiro*, 20/4/1957, p. 113.

³³ Id. “Se tem a cintura grossa”. *O cruzeiro*, 15/1/1955, p. 49.

³⁴ TERESA, Maria. “Da mulher para a mulher”. *O cruzeiro*, 19/5/1956, p. 93.

³⁵ Esse conceito tornou-se lugar-comum nas ciências sociais como crítica ao período da ditadura militar e ao “milagre econômico” dos anos 1970. Para OLIVEIRA, Francisco de, a “modernização conservadora” se caracteriza por “uma revolução produtiva sem revolução burguesa”. In: *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 131.

³⁶ Pelo menos essa é a “versão” da história para CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973 [original de 1966-1967].

³⁷ Id. 9. *Pouco amor não é amor - Contos*. São Paulo, Cia. das Letras, pp. 69-70. Esses contos não têm títulos específicos e foram publicados em livro numerados de 1 a 28. [original de 1953]

³⁸ *Ibid.*, p. 75.

³⁹ As peças de Nelson Rodrigues dos anos 40 caracterizam-se pela presença de famílias de elite como personagens principais e os enredos se desenvolvem sempre no espaço doméstico e/ou familiar onde as ações dramáticas ganham um peso de conflito existencial e irresoluto aprofundando o clima de desespero, asfixia, angústia e solidão. Sobre o significado histórico desses elementos nas peças do dramaturgo do período em questão, consulte a primeira parte da minha tese intitulada: *Nelson Rodrigues: moderno?*

⁴⁰ *Ibid.*, pp. 118-119.

⁴¹ Id.. “A cusparada metafísica”. In: CASTRO, Ruy (org.). *À sombra das chuteiras imortais - Crônicas de futebol*. Organização e seleção de CASTRO, Ruy. São Paulo, Cia. das Letras, v. 4, 1993, pp. 31-32. A crônica foi originalmente publicada na revista *Manchete esportiva*, em 9/11/1957.

⁴² RODRIGUES, Nelson. “Complexo de vira-latas”. In: *À sombra das chuteiras...* op. cit., pp. 51-52. Publicado originalmente em *Manchete esportiva* no dia 31/5/1958, sendo a última crônica do autor antes da estréia do Brasil na Copa de 1958, na qual se sagrou campeão mundial pela primeira vez.

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ Id. “É chato ser brasileiro”. In: *À sombra das chuteiras...* op. cit., p. 61. Publicado originalmente em *Manchete esportiva* em 12/7/1958.

⁴⁵ RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. Organização e seleção de CASTRO, Ruy. São Paulo, Companhia das Letras, v. 8, 1994 [original de 1976 em *O Globo*].

⁴⁶ *Ibid.*, p. 179.

DATAS COMEMORATIVAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ATRAVÉS DA IMPRENSA: LUTAS DE REPRESENTAÇÕES ENTRE A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA E A DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO/RS

*Alessander Kerber**
*Claudia Schemes***
*Paula Puhl****

Resumo

No presente artigo, propomos analisar as lutas de representações presentes no discurso que relaciona a identidade da cidade de Novo Hamburgo/RS com a identidade nacional brasileira, no período de 1927, que marca a emancipação do município, até o final do primeiro governo Vargas. Entendemos que esse período é de relevância para estudo, na medida em que é marcado pela emergência de uma nova versão acerca da identidade nacional brasileira, que contrastava com as representações germânicas da cidade de Novo Hamburgo. Para tanto, utilizamos o jornal *O 5 de Abril*, único importante periódico na cidade durante esse período, observando o discurso presente nas datas comemorativas do 7 de setembro, tida como representação nacional, e do 5 de abril, data da emancipação municipal e tida como representação dessa cidade, acerca da relação entre a cidade e a nação.

Palavras-chave

cidade; identidade nacional; datas comemorativas.

Abstract

In this article, we aim to analyze the representations present in the speech that relates the identity of the city of Novo Hamburgo/RS with the national Brazilian identity, in the year of 1927, which is the year of emancipation of the city, until the end of Vargas' first government. We understand that this period is relevant for a study as it is clear the emerging of a new version in relation to the national identity, which contrasted with the German representations in the city of Novo Hamburgo. To do so, we studied the periodic "O 5 de Abril", the only important periodic during this period, observing the speech in commemorative dates such as 7th of September – national commemorative date - and 5th of April, date of emancipation of Novo Hamburgo and date related to the representation of this city in relation to the country.

Keywords

city; national identity; commemorative dates.

Identidades nacionais, regionais e das cidades são produzidas em relação a um espaço geográfico e estão ligadas à organização do espaço público e político.¹ Uma identidade expressa-se, justamente, através de representações que definem a idéia e o sentimento de pertencimento a um grupo. Assim, ela é, ao mesmo tempo, sentimento e idéia, é sentida e pensada enquanto formulação de uma imagem de si mesmo, ou seja, como auto-representação.² Essa consciência de si através de representações impõe limites sobre os quais os indivíduos realizam suas práticas sociais. Esses limites se dão em torno das fronteiras entre um grupo e outro. Uma identidade forma-se, assim, além da percepção das representações comuns, entre o grupo, através da percepção da diferença, em relação ao outro grupo, ou seja, em uma relação de alteridade.

Como propõe Hall,³ há uma diversidade de identidades que se sobrepõe, se relacionam, conflituam e se transformam constantemente em um mesmo grupo social. No caso deste artigo, propomos analisar a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo/RS, nos primeiros anos após sua emancipação, em 1927. Para tanto, enfocamos o principal meio de comunicação existente na cidade na época – o jornal *O 5 de Abril*⁴ que também se apresentava como representante da identidade da mesma.

Mais especificamente, enfocamos o discurso presente nesse periódico, construído acerca da relação entre a identidade do município e a nacional, nas edições próximas ao 7 de setembro, entendido como data comemorativa da nação.

Realizamos a leitura do jornal desde sua fundação, que ocorreu junto à do município, em 1927, até o final do primeiro governo Vargas, observando os discursos presentes no mesmo acerca da identidade nacional brasileira e sua relação com a identidade da cidade. Percebemos que o jornal apresentava interessantes relações entre as representações da cidade de Novo Hamburgo e nacional, influenciadas especialmente pelas lutas de representações entre uma cidade que se afirmava como descendente de imigrantes alemães num período de emergência da nacionalização. Especificamente, nas edições do jornal das semanas em que se comemorava o 7 de setembro, estabelece-se um discurso que pretende estabelecer a relação entre a identidade da cidade e a identidade nacional brasileira.

Novo Hamburgo, como qualquer cidade, como materialidade erigida pelo homem, também é sociabilidade e ainda sensibilidade. Como afirma Pesavento, é construção de um *ethos* que implica a atribuição de valores ao que se convencionou chamar de urbano, é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e que os representam, é percepção de emoções e sentimentos, expressão de utopias, desejos e medos, assim como é prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo, que realizam na e por causa da cidade.⁵

Nesse sentido, a construção material e as divisões espaciais da cidade são, também, representações de construções imaginárias e divisões entre identidades. Cada cidade expressa, de variadas formas, uma identidade. Porém, sendo a cidade, por excelência, o espaço da diversidade, em uma cidade existem várias identidades que se distinguem através de símbolos que definem o espaço de cada uma. Assim, nas diversas cidades, coloca-se esse dilema entre unidade e diversidade.

No processo de inclusão e exclusão existente na seleção dos símbolos que representam a identidade de uma cidade, percebe-se que existe a manifestação de relações de poder. No caso de enfoque deste trabalho, temos um produto midiático influenciando na construção de uma identidade. Sendo o primeiro e, inicialmente, único jornal de Novo Hamburgo, o *O 5 de Abril* detinha poder simbólico a partir do qual influenciou essa construção identitária. Tal poder é entendido como

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.⁶

A definição da fronteira entre uma nação e outra, entre uma região e outra ou, no caso deste trabalho, entre uma cidade e outra, ao se estabelecer, produz a existência daquilo que enuncia. Nesse sentido, após legitimado um discurso que estabelece a divisão, o aparelho político passa a ter, também, legitimidade para utilizar-se de violência física e simbólica para a manutenção deste discurso. Assim:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias ‘étnicas’ ou ‘regionais’, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*.⁷

De qualquer forma, há, ainda segundo Bourdieu, a necessidade da autoridade para o estabelecimento da legitimidade deste discurso:

A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula ‘eu autorizo-vos a partir’ só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar. Mas o efeito de conhecimento que o facto da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento

consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades.⁸

Uma estratégia utilizada pelo jornal *O 5 de Abril*, também presente na imprensa em geral, é a utilização de autoridades assinando as matérias, pois a presença de autores com capital simbólico para serem reconhecidos como autoridade também dá autoridade ao jornal. Dessa forma, o primeiro prefeito da cidade de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry, era uma das principais autoridades a assinar matérias.

O mesmo prefeito também foi o primeiro a escrever uma versão que se apresentava como uma história de Novo Hamburgo. Conforme ele, o surgimento de Novo Hamburgo está intimamente ligado ao projeto imperial brasileiro de ocupação da região meridional do país, com população europeia leal ao Imperador e à Coroa. Dentro desse processo, desembarcaram no Rio Grande do Sul, a partir de 1824, sucessivas levas de imigrantes de origem germânica, que foram se estabelecendo em várias regiões do estado.

Conforme Leopoldo Petry,⁹ é possível estabelecer a seguinte periodização para narrar a trajetória do município: o primeiro período iniciaria na época da fundação de Hamburger-Berg (povoado que originou a cidade) e iria até o início do tráfego ferroviário (1824-1876); o segundo teria início com o tráfego ferroviário e se estende ao começo da industrialização (1876-1900); o terceiro começa com a industrialização e se estende à emancipação (1900-1927); o quarto e último, inicia com a emancipação e continua até a data da elaboração de seu livro (1927-1959).

Perceba-se que Petry faz uma divisão focalizando essencialmente os aspectos econômicos (com exceção da emancipação, que seria um aspecto político). Nessa perspectiva, analisa o início do desenvolvimento de um centro comercial que futuramente comporia o município de Novo Hamburgo, ao redor do qual se estabelece um pequeno povoado. Marca a chegada da estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Novo Hamburgo, o que vem a impulsionar mais ainda o desenvolvimento comercial da região. Marca o início do processo de desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista.

Até a década de 1970, a visão predominante na historiografia brasileira acerca do processo de industrialização apontava que o capitalismo industrial, no Brasil, não tinha conhecido as fases de artesanato e manufatura. Retomando autores como Sérgio Silva, Agnaldo de Sousa Barbosa aponta para essa historiografia, que se esforçava em comprovar que, no Brasil, a atividade fabril já nascera tendo na grande indústria seu principal sustentáculo. Ao focar o desenvolvimento da indústria calçadista em Franca (SP), po-

rém, Barbosa encontra a origem do empresariado do calçado em modestos empreendimentos iniciados por artesãos e pequenos comerciantes.¹⁰

A história da cidade de Novo Hamburgo, outro pólo que se desenvolveu principalmente em relação à indústria calçadista, ainda não foi devidamente analisada. Porém, o desenvolvimento da indústria na região também teve origem em pequenas fábricas com baixo capital de investimento.¹¹

Criado por um grupo que defendia o movimento emancipacionista, *O 5 de Abril* foi o primeiro jornal existente no território do município de Novo Hamburgo, em 1927. O nome foi escolhido em homenagem à data de emancipação do município – 5 de abril de 1927. Intitulava-se no cabeçalho da página principal como “semanário de interesses gerais” e sem ligações partidárias ou religiosas. Na sua fundação, teve como diretor Leopoldo Petry e como gerente Edgar Behrend (filho de Hans Behrend, dono da Tipografia onde era impresso o semanário). Werner Behrend (outro filho de Hans) mais tarde assumiria, durante um período de 30 anos, a gerência do jornal. O jornal saía às sextas-feiras e era impresso na Typographia Behrend; inicialmente, era editado em quatro páginas, sendo que as duas últimas geralmente eram ocupadas com publicidade. Na primeira página do *O 5 de Abril* aparecia a principal notícia, que era geralmente transcrita de jornais da capital, como o *Correio do Povo* e o *Federação*.¹²

O jornal *O 5 de Abril* pretendia assumir uma vinculação direta com a identidade da cidade de Novo Hamburgo (elemento já perceptível no nome do mesmo, que remete à data de emancipação da cidade: 5 de abril de 1927). Assim, em seu exemplar de lançamento, na página 2 do *O 5 de Abril* aparece a matéria intitulada “O nosso jornal”. A expressão “nosso” já remete diretamente à construção da identidade, ou seja, a definição do que pertence a nós e, conseqüentemente, aos outros (à alteridade). Nessa perspectiva, o jornal atuou construindo uma versão identitária sobre a cidade, estabelecendo seus símbolos, “inventando tradições”¹³ que a justificassem.

Os textos presentes nos meios de comunicação de massa, a partir da articulação com a sociedade, reconfiguram o espaço social. Esse processo ocorre quando as questões das identidades culturais podem ser percebidas através dos discursos jornalísticos, a partir, por exemplo, dos jornais impressos. Esse movimento pode ser visualizado nas páginas do jornal *O 5 de abril*, que, no caso do município de Novo Hamburgo, foi o primeiro meio de comunicação de massa voltado para a população local.

O nascimento e a permanência de um veículo de comunicação que busca atingir um elevado número da população acaba por destacar ou ainda agenciar determinados assuntos que geralmente influenciam a opinião pública. McCombs e Shaw, citados por Traquina,¹⁴ advertem que a capacidade das mídias em influenciar a projeção dos aconte-

cimentos na opinião pública confirma o seu papel na figuração da nossa realidade, isto é, “de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media”.

Traquina utiliza o argumento de Lippmann, de que os meios de comunicação são a principal ligação entre os acontecimentos e sua imagem em nossas mentes. Nesse sentido, complementa que, na maioria das vezes, a imprensa não consegue dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. Assim, temos o limite entre o poder da mídia e o seu papel nas relações sociais.

Seguindo esse pensamento verificamos que o jornal *O 5 de abril* conseguiu se firmar como mediador entre as idéias de um grupo emancipacionistas e grande parte da população alfabetizada do município, devido tanto a sua hegemonia, quanto pela escolha dos seus redatores. Os colaboradores eram representantes do governo e da comunidade. Os assuntos abordados tratavam de avisos para a comunidade, colunas opinativas e anúncios do comércio local que começara a crescer junto com a cidade, ou seja, todos tinham um motivo para ler o “Cinquinho”, nome carinhoso dado ao semanário pela comunidade.

Para comunicar a informação em uma mídia é utilizado o chamado discurso jornalístico, pois é ele e suas características que legitimam um fato, considerando, é claro, o seu meio de divulgação e a abrangência do mesmo. Ao nos referirmos à notícia, que é traduzida pelo discurso/texto jornalístico, somos remetidos à pressuposição de um real, o real dos fatos, como se os fatos por ele expostos narrassem vontade e valores de uma comunidade, sem a intervenção do emissor. Cabe ao chamado discurso jornalístico divulgar essas realidades, de forma objetiva. Segundo Mayra Gomes,¹⁵ o texto jornalístico caracteriza-se por um “discurso realista que ignora sua própria inserção e possibilidade no simbólico e tem a referencialidade, o efeito de real, como eixo de construção”.¹⁶

Gomes¹⁷ destaca que o discurso jornalístico insinua-se como um discurso pedagógico que, em sua definição, seria um discurso neutro que transmite informação, ou seja, sua característica seria a ausência de problemas de enunciação: não teria sujeito na medida em que qualquer um poderia ser seu sujeito e onde existiria uma distância máxima entre emissor e receptor não haveria tensão.

No entanto, a prática é outra. A função testemunhal pela qual o jornalismo se põe interfere no espaço social, organizando esse espaço, atribuindo valores e criando sentidos, e discursos sobre discursos. Para Gomes,¹⁸ “é caracterizando-se como testemunhal que o discurso jornalístico será coadjuvante na construção da realidade e participa da construção das identidades e das relações de poder entre elas”.

Pensar o discurso jornalístico como testemunha de uma época promove o apagamento da sua relação com o interlocutor, e é assim que “o resultado do dizer se torna incontestável, pois não supõe uma réplica, mas a mera absorção”, salienta Gomes.¹⁹ Essa constatação faz com que vejamos o discurso dos jornais “como um discurso autoritário, logo, sem nenhuma neutralidade”.²⁰

A função testemunhal do discurso jornalístico mantém uma relação de alteridade com outra questão: a da legitimação. Gomes explica essa relação com a seguinte inferência,

[...] por causa dessa não-causação (na origem de um sem sentido), fomos levados à necessidade de que todo o testemunho padece remetendo-se a um outro testemunho, de todo texto justificar-se por meio de outro e da reprodução discursiva como tentativa de costura da proliferação.²¹

A autora continua a idéia ao destacar que toda a legitimidade se reduz aos processos de legitimação que estão ancorados nos processos discursivos. Para clarificar esse pensamento, ela recorre aos trabalhos de Foucault e Lyotard e verifica que “existe uma impossibilidade de Verdade”.²² Sendo assim, a função referencial do jornalismo é a de dar o aval de que o seu testemunho é verdadeiro, ou seja, ser argumento pró-consenso.

Dessa forma, esse artigo atém-se aos discursos jornalísticos referentes às datas comemorativas e aos feriados, considerados elementos fundamentais na construção de diversas identidades. As identidades nacionais, regionais e das cidades estão entre as principais que têm, em datas comemorativas, signos identitários. Lúcia Lippi Oliveira analisa, no artigo “As festas que a República manda guardar”,²³ a definição dos feriados nacionais na Primeira República e sua relação com a construção da identidade nacional brasileira. Assim, as datas de 22 de abril,²⁴ 7 de setembro e 15 de novembro, apresentavam-se, segundo Lippi Oliveira, como elementos fundamentais na construção de um imaginário sobre a história do Brasil. Nesse sentido, nos meios de comunicação de massas, estabelecem-se discursos sobre determinadas datas comemorativas no intuito de afirmar as identidades que elas representam.

Segundo Guy Debord,²⁵ toda a vida nas sociedades em que reinam as condições modernas de produção anuncia-se como uma imensa acumulação de espetáculos, nos quais tudo que era diretamente vivido afastou-se numa representação. Nesse sentido, as datas cívicas festejadas no município são os verdadeiros “espetáculos” onde o culto aos símbolos e heróis locais e regionais transmite aos cidadãos as noções patrióticas fundamentais para a preservação das identidades, e a imprensa ocupa papel fundamental neste processo.

As comemorações das datas cívicas são momentos de reafirmação de identidades ligadas ao espaço geográfico, pois desenvolvem uma sensibilidade coletiva que afeta a vida dos cidadãos.

Em Novo Hamburgo, a data de 5 de abril, desde cedo, foi definida como data comemorativa da identidade da cidade e feriado municipal. Porém, sendo que as identidades, nacional e da cidade, se sobrepunham sobre as mesmas pessoas, fazia-se necessária a articulação entre as mesmas no imaginário social. Dessa forma *O 5 de Abril* apresentava, nas datas comemorativas nacionais e da cidade, matérias estabelecendo essa relação.

Logo após a emancipação, no dia 13 de maio de 1927, *O 5 de Abril* fala sobre “as três datas comemorativas da cidade”:

Três são as datas de que todos os filhos desta terra se lembram com orgulho e saudade...: [centenário da Independência Nacional] ... quando o povo unido, em festejos que causaram admiração até dos nossos adversários...; [centenário da imigração alemã] ... quando milhares de forasteiros constataram, cheios de admiração, o extraordinário progresso de nossas indústrias...; [emancipação política municipal] ... o povo exultou de júbilo e contentamento quando viu coroado de êxito os esforços que durante mais de trinta anos empregara para conseguir a sua emancipação política ... E a lição que disso tiramos? ... o caminho para a felicidade só pode ser trilhado por um povo unido.

Perceba-se que, nessa matéria, o jornal apresenta datas referentes a duas outras identidades construídas anteriormente à da cidade: as identidades nacional brasileira e alemã. O objetivo da matéria parece ser o de afirmar a identidade da cidade em união com as outras duas, quase como se elas se sobrepusessem sem conflitos. Perceba-se que o momento da publicação dessa matéria é anterior à reconstrução da identidade nacional ocorrida nos anos 1930 e, especialmente, sem haver uma censura do Estado Nacional sobre a imprensa das diversas localidades do país como a que ocorreu durante o Estado Novo.

A questão do trabalho é lembrada em várias matérias do *O 5 de Abril*, sendo que este passa a ser um dos símbolos mais caros à identidade da cidade recém-emancipada. Contudo, *O 5 de Abril* poucas vezes refere-se aos trabalhadores, fazendo referências à sua organização e a sindicatos. Na maioria das vezes, eles são citados quando os imigrantes alemães e seus descendentes são homenageados como os responsáveis pelo progresso da região. No discurso proposto pelo jornal, os trabalhadores alemães eram “concentrados no trabalho”, possuíam “espírito ordeiro” e deixaram seus “continuadores”.

Essa associação entre “alemão” e “trabalhador” fez parte da própria versão identitária proposta para sua nação pelo Estado Alemão e presente no germanismo.²⁶ Importante, também, ressaltar que antes dos anos 1930 não parece ter sido considerado importante problema, pelo Estado brasileiro, a afirmação da “germanidade” de descendentes de imigrantes alemães, desde que também se afirmassem como brasileiros. Essa questão é fortemente influenciada pela percepção predominante das elites brasileiras, até a década de 30, de que os elementos étnicos não brancos eram os principais entraves para o desenvolvimento do Brasil. Como afirma Renato Ortiz:

As considerações de Silvio Romero sobre o português, de Euclides da Cunha sobre a origem bandeirante do nordestino, os escritos de Nina Rodrigues, refletem todos a ideologia da supremacia racial do mundo branco [...] Associa-se, desta forma, a questão racial ao quadro mais abrangente do progresso da humanidade. Dentro desta perspectiva, o negro e o índio se apresentam como entraves ao processo civilizatório.²⁷

A década de 30 assistiu ao início da produção de um jovem intelectual que se projetou como um marco no pensamento brasileiro: Gilberto Freyre.²⁸ Como fala Ortiz:

A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Mas a operação que Casa Grande e Senzala realiza vai mais além. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada.²⁹

O que nos interessa na obra de Freyre é a influência de seu pensamento nas representações do imaginário da sociedade brasileira. Segundo Carlos Fico,³⁰ este foi o período de “gilbertização” do país, ou seja, da absorção dos cânones explicativos da sociedade brasileira através da obra *Casa Grande e Senzala*, que promoveu uma ressignificação dos negros e dos mestiços na cultura nacional. A partir da obra de Gilberto Freyre, a mistura de raças como formadora da identidade nacional ganhou ampla aceitação, a noção de que o Brasil tinha se formado pela mistura das três raças (o branco, o índio e o negro) difundiu-se socialmente e tornou-se senso comum.

A obra de Gilberto Freyre ia perfeitamente ao encontro da proposta da política de Vargas, assimilando harmoniosamente diversos grupos étnicos à nacionalidade, idealizando uma sociedade sem conflitos e, com certeza, esse é um dos motivos de seu pensamento ter se projetado tanto. Como afirma Hermano Vianna:

O governo pós-Revolução de 30 tornou semi-oficial a política de miscigenação, valorizando inclusive os símbolos nacionais mestiços como o samba [...] As medidas de repressão foram inclusive legais [...] limitando as cotas de imigração [como forma de valorizar o trabalho dos mestiços brasileiros em detrimento dos brancos europeus] e estabelecendo que nenhum estabelecimento de trabalho poderia ter mais do que um terço de empregados estrangeiros.³¹

Essa versão sobre a identidade nacional brasileira emergente durante os anos 1930, contudo, excluía os descendentes de imigrantes alemães no sul do país. A política estabelecida durante essa época também fortalecia essa exclusão. Eliana Freitas Dutra, em *O ardid totalitário*,³² que focaliza especialmente o período entre 1935 e 1937, fundamentando-se em teóricos da psicologia, explica que, neste momento, o imaginário social recorreu ao Estado, identificado com a nação, a pátria-mãe, como um salvador que poderia proteger a

sociedade dos males que a atormentavam. Nesse sentido, a nação veio a ser uma resposta às angústias de uma população em crise. Também, Maria Helena Capelato, no livro *Mul-tidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, afirma que:

O varguismo e o peronismo surgiram em momentos de crise nas respectivas sociedades, o contexto de insegurança e instabilidade explica a aceleração dos sentimentos e sua transformação em paixão. O apelo a valores comuns e, através deles, à emergência simbólica de um nós, proclamação agressiva de uma identidade a se afirmar e legitimar, implicavam trabalho complexo de construção da identidade e identificação do outro. Este processo levou ao extremo das emoções.³³

No contexto dos anos 30, temos que prestar especial atenção na atuação do Estado para definições sobre o nacional. Isso ocorre porque a crise mundial também foi responsável pela emergência de regimes autoritários em todo o mundo. O nacionalismo que se configurou a partir dos anos 30 não é mais o liberal, mas o do tipo autoritário, centrado no Estado, o qual teve grande poder para autorizar ou censurar seus símbolos.

Capelato³⁴ analisa a influência das idéias fascistas nos regimes de Vargas e Perón, concluindo que eles não podem ser classificados como fascistas, apesar de sofrerem grande influência destes. As idéias fascistas circularam pela América Latina entre as décadas de 30 e 40, influenciando, especialmente, em dois aspectos: no desenvolvimento do nacionalismo e na emergência do Estado autoritário que atuou mais sobre a cultura nacional.

O ano de 1937 marcou, no Brasil, a institucionalização desse modelo de Estado. Contudo, desde os anos 20, especialmente em movimentos como o tenentismo, podemos perceber a presença dessas idéias nacionalistas e autoritárias. A Grande Depressão internacional que marcou o início dos anos 30 só viria fortalecê-las. O ano de 1935, com todo o alarme feito em torno da Intentona Comunista, poderia ser indicado como mais um elemento fortalecedor desse pensamento nacionalista autoritário.

Na ocasião da visita de Flores da Cunha, que fora interventor do estado do Rio Grande do Sul com a Revolução de 1930 e eleito governador em 1935, à cidade de Novo Hamburgo, o jornal confirma essa idéia, dizendo que o município muito contribuiu para a economia do estado “embora a maioria da população seja descendente de uma raça estrangeira que demonstrou amor ao Rio Grande em nada inferior aos genuínos riograndenses [...]”, fala também das “belas qualidades de trabalho das famílias alemãs e dos seus descendentes”.³⁵ Perceba-se que se estabelece um discurso que distingue a “raça estrangeira”, referindo-se aos descendentes de alemães, dos “genuínos riograndenses”. Perceba-se, também, que esse discurso era apresentado pelo governante estadual nomeado pelo governo federal numa perspectiva de conciliação com a cidade de Novo Hamburgo. Isso se manifesta na afirmação de que, apesar de haver a distinção, há uma “demonstração de amor” por parte dos descendentes de alemães.

Não podemos esquecer, também, que, para o governo, era estratégico considerar o alemão ordeiro e pacífico, pois, caso contrário, ele poderia representar uma ameaça à ordem reinante.

A emergência dessa nova versão sobre a identidade nacional brasileira coincidiu com a emergência do nazismo na Alemanha, quando o país se apresentou novamente como uma ameaça internacional. As idéias fascistas encontraram ressonância também na América Latina, em especial no Brasil, fazendo com que se tornassem também uma questão política importante. Nesse período, os descendentes de alemães foram frequentemente confundidos com e rotulados como nazistas. Houve, efetivamente, uma simpatia às idéias fascistas nas regiões de imigração alemã, que se manifestaram, em grande medida, no crescimento do integralismo, nessa região.

É provável que a emergência da Alemanha como uma potência, a partir de uma perspectiva política nazi-fascista, tenha sido o principal elemento motivador nessa aproximação de alguns descendentes de alemães com o integralismo,³⁶ movimento com inspiração no ideário fascista. Contudo, apesar dessa participação ter sido de apenas parte da comunidade alemã, houve, no imaginário social, uma identificação genérica entre a identidade étnica e tais idéias de caráter político.

Em Novo Hamburgo, uma parcela da população participou da Ação Integralista Brasileira, demonstrando proximidade às propostas políticas do Estado alemão. Até 1937, a AIB fazia parte de sua divulgação através do *O 5 de Abril*, em notas como a seguinte:

A Secretaria do Núcleo Municipal da A. I. B. nos forneceu a seguinte nota:

Sessão semanal – Teve lugar, segunda-feira última, na sede municipal, uma concorrida [ilegível na fotografia, poucas palavras] de doutrina e propaganda integralista, falando o Chefe Municipal Dr. W. Metzler e o comp. Alfredo Marotzky que, aproveitando a data do aniversário da criação do município de Novo Hamburgo, fez uma demorada explanação da origem do ‘município’ e como o encara o Estado Integral referindo-se ao manifesto de [ilegível na fotografia, três linhas] no regime integralista.

Foi encerrada, a seguir, a sessão com o canto da primeira estrofe do Hino Nacional e do juramento de fidelidade ao Chefe Nacional. [...] Anauê! Pelo Bem do Brasil.³⁷

A emergência da Alemanha através do fascismo teve conseqüências fortes, também no Sínodo Rio-grandense. Conforme Dreher

O entusiasmo com o qual se saudou, no Sínodo, em 1933, o reerguimento nacional da Alemanha tem que ser visto no contexto de acontecimentos do passado. [...] Quão pouco na realidade se compreendia o que realmente ocorria na Alemanha demonstram as expressões do Pastor Dohms. Dohms via na ascensão de Hitler ao poder “uma reviravolta de proporções extraordinárias”, o “ressurgimento do povo” [...]. Dohms, no entanto, desconhecia as intenções de Hitler, [...] Em tudo o que acontecia na Alemanha,

após 30 de janeiro de 1933, Dohms parece ter visto o ‘Volksgedanke’. Cria ele que o conceito de Estado estivesse subordinado ao conceito de povo e que não estaria acontecendo o inverso.³⁸

No entanto, a adesão às idéias fascistas e ao integralismo na região de imigração alemã, durante o decorrer da década de 1930, cresceu somente até a ocorrência de dois fatos: o rompimento do Estado Novo com a Ação Integralista Brasileira, em 1938, e o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939. A partir de então, iniciou-se uma repressão por parte do Estado brasileiro em relação aos suspeitos de se ligarem ao integralismo. Por fim, em 1942, com a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha, a repressão tornou-se muito mais forte e os descendentes de alemães passaram a ser considerados suspeitos.

Essa questão “germanidade” *versus* nacionalismo perpassou muitos dos discursos oficiais do período. Havia a necessidade e o interesse, em Novo Hamburgo, de se afirmar uma identidade nacional brasileira, mas os laços que uniam os descendentes de alemães à sua antiga pátria eram muito fortes e tinham que ser habilmente tratados.

Foi pouco antes da comemoração do primeiro aniversário da emancipação de Novo Hamburgo que a prefeitura estabelece a data de 5 de abril como feriado municipal. *O 5 de Abril* de 16 de março de 1928 apresenta o Decreto em sua edição, afirmando que

[...] considerando que a criação do município de Novo Hamburgo foi de suma importância para o seu progresso econômico e social, e de incalculáveis conseqüências para o seu desenvolvimento futuro, considero que esse ato constitui uma velha e justa aspiração dos nossos antepassados, cuja memória devemos cultivar, e o resultado dos esforços congregados de toda a população do antigo 2º distrito de São Leopoldo.³⁹

Outras datas comemorativas conhecidas internacionalmente são utilizadas, no *O 5 de Abril*, como elemento de construção da identidade da cidade. Por exemplo, logo após a emancipação, no dia primeiro de julho de 1927, em sua primeira página, o jornal apresenta matéria intitulada “Considerações oportunas” e afirma:

A cultura de um povo verifica-se, geralmente, pelo seu grau de compreensão, de adiantamento em tudo que interessa à vida humana; pelos ideais que acarinha e defende e, também, pelas conquistas já levadas a efeito.

[...] Para demonstrarmos as asserções que vimos de fazer, somente quanto às vantagens das ações daqueles que idealizam, lutam e conquistam, basta referirmos alguns fatos históricos, em que se patenteia o triunfo da mentalidade superior do povo.

A Independência dos Estados Unidos, a tomada da Bastilha e conseqüente proclamação da república na França, a nossa Independência e a Proclamação da República brasileira, são fatos que justificam plenamente aquelas asserções. [...] Eis, pois, alguns ideais que não teriam sido conquistados se não fora a cultura, a atividade e a compreensão, por parte do povo, do verdadeiro papel que cabe ao homem desempenhar na existência das sociedades.

Por isso é que também o povo de Novo Hamburgo, cioso de seus direitos, com uma compreensão verdadeira do papel que lhe cabia desempenhar na comunhão social e política; conhecendo seu valor intelectual, industrial e comercial, e até mesmo artístico, procurou conquistar a liberdade com que já há tanto sonhava, com essa liberdade, que no dizer de um sociólogo brasileiro, é o primeiro bem de um homem. Assim, pois, ainda aqueles que não viam com bons olhos a nossa emancipação, pensando bem, não dirão que lutando por ela o fizemos por egoísmo; não! Dirão certamente que o fizemos por puro sentimento de patriotismo e obedecendo ao evoluir natural dos homens que vivem em sociedade, como se tem observado em todos os tempos e com quase todos os povos!⁴⁰

Perceba-se que o jornal faz uma comparação desproporcional entre a cidade de Novo Hamburgo e outras nações. Esta comparação, contudo, parece ocorrer com o intuito de engrandecer a cidade. Uma cidade pequena na época, com pouco mais de 20 mil habitantes, apesar de ser significativamente importante do ponto de vista econômico em função de sua emergente indústria calçadista, além de estar próxima à capital Porto Alegre, não é comparada com outras cidades, mas com nações. O pequeno tamanho de Novo Hamburgo parece ser compensado, simbolicamente, pela comparação com nações.

As comemorações representavam um instrumento importante na simbolização da idéia do novo. Baczko afirma que a utopia da festa se configura no século XVIII, com as idéias iluministas e a prática das festas revolucionárias. Segundo o autor,

[...] a idéia-imagem da festa ideal resulta num tipo de tela sobre a qual se projetam os sonhos e os modelos de uma outra sociedade. Com a instauração das festas revolucionárias, as relações da festa com as idéias e imagens utópicas tornam-se ainda mais estreitas e todo um jogo de interação se instala entre o imaginário e o real. [...] as aspirações utópicas latentes encontram nas linguagens simbólicas da festa modos de expressão apropriados.⁴¹

Outra autora que analisa as comemorações como momentos de mudança é Ozouf, que afirma que a festa é um momento de abertura para o passado e para o futuro, pois traz consigo a memória do passado e o prognóstico do futuro. Ela sugere uma identidade entre festa e revolução, pois a segunda necessita da primeira para perpetuar seus princípios. Para a autora,

[...] o tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento novo: a alegria esfuziante das festas diz da capacidade do tempo em fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo.⁴²

O “novo tempo” representado pelas comemorações na cidade de Novo Hamburgo nos anos pós-emancipação significavam uma ruptura com um passado arcaico e atrasado e traziam embutida a ideologia do progresso. O passado parecia estar sendo resgatado

através de seus heróis e feitos notáveis, e o futuro representava a superação do atraso, de tudo que significativa um obstáculo ao progresso.

Os dirigentes da cidade promoveram a primeira exposição em 1908, para apresentar e vender produtos e máquinas agrícolas; a segunda, em 1924, em homenagem aos cem anos da imigração alemã, na qual foi mostrado aquilo que se produzia na região; e, a terceira, em 1929, em homenagem a Getúlio Vargas, com as mesmas características e objetivos da feira anterior.⁴³

A participação em exposições e feiras, entretanto, remonta há muitos anos, pois desde os anos 20 do século passado o poder público e os industriais e comerciantes da cidade, ainda não emancipada, já pensavam em uma forma de divulgar a produção local. Esses eventos eram fundamentais para firmar a imagem de instituições sólidas e afinadas com o progresso em nível popular; ao mesmo tempo, os governantes e empresários locais viam nessas exposições uma forma de se perpetuarem no poder mostrando as potencialidades do município.

A partir do Estado Novo, especialmente após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, percebe-se uma mudança drástica no *O 5 de Abril*. Em relação aos meios de comunicação, ao artigo 122 da Constituição de 1937 considerava a imprensa um serviço de utilidade pública e determinava que os periódicos não poderiam se recusar a inserir comunicados do governo. Como comentam Martins e Luca:

Uma das primeiras medidas do órgão foi proibir todas as transmissões radiofônicas e a impressão de jornais e revistas em língua estrangeira. [...] As medidas constituíram-se num duro golpe para a imprensa organizada por imigrantes e seus descendentes, e atingiu particularmente as regiões Sul e Sudeste do país, que havia recebido contingente considerável de mão-de-obra européia.⁴⁴

Percebe-se esse processo de censura claramente no *O 5 de Abril* através de três elementos: a eliminação da língua alemã no mesmo (até 1937 havia matérias inteiras nesta língua); a mudança no discurso à identificação de Novo Hamburgo com representações alemãs; a emergência cada vez mais freqüente de matérias que exaltavam a identidade nacional brasileiras. Estas últimas podem ser divididas em dois grupos: as matérias oficiais, enviadas pelo governo federal e que os jornais eram obrigados a publicar; as matérias escritas por integrantes da cidade de Novo Hamburgo, especialmente por políticos, numa clara perspectiva de afirmarem-se dentro do regime instaurado.

Por exemplo, na edição de 4 de abril de 1941, na matéria de capa “Recordando a Emancipação”, assinada por Leopoldo Petry, é possível ler em seu subtítulo:

É antigo o espírito de brasilidade de Novo Hamburgo – Os dirigentes de São Leopoldo atribuíram a este município sentimentos não brasileiros, não devendo assim emancipar-

se [...] Relembremos ufanos esse fato 14 anos antes de ter o brilhante historiador Capitão Paranhos Antunes afirmado ser Novo Hamburgo FORTE REDUTO DE BRASILI-DADE [maiúsculas como na edição].⁴⁵

Segue Petry, informando sobre “memorial com 827 assinaturas pedindo a emancipação desta zona” entregue em comissão ao Conselho Municipal de São Leopoldo em 1925.

Por isso, certo de que esse conspícuo Conselho, inspirado pelo mais puro patriotismo e tendo em vista unicamente o bem o bem do povo [...] tendo como ideal o mais elevado amor ao nosso querido Rio Grande do Sul, à nossa amada Pátria Brasileira, procurará facilitar uma medida de que tão grandes vantagens advirão ao público,

Na continuação da matéria, à página 4 do mesmo número, Petry continua

Eu aqui não quero traçar um paralelo entre o nosso patriotismo e o da cidade vizinha [São Leopoldo], mas não posso deixar de levantar o meu protesto contra essa ofensa que nos foi atirada. Nós não somos brasileiros?

Mas não são brasileiros esses nossos industrialistas e comerciantes, que com atividade incansável trabalham nos seus estabelecimentos, [...] para a independência econômica da nossa Pátria, sem falar nas grandes contribuições que entregam aos cofres públicos?! [...] Não são patriotas os nossos operários, moços e velhos, que desde manhã cedo até ao escurecer mourejam nas fábricas [...]

Naturalmente, quando falo em patriotismo, me refiro àquele patriotismo são, que trabalha, que produz, que vê o supremo ideal do homem, no cumprimento estrito do dever – aquele patriotismo que o Brasil precisa para tornar-se próspero, feliz e independente do estrangeiro [...] daquele patriotismo que o Brasil precisa para conseguir no concerto das nações a posição a que por sua natureza tem direito.

Este patriotismo é o que se cultiva em Novo Hamburgo, onde tudo trabalha, tudo produz, e onde os parasitas da humanidade, felizmente, não encontram ramo onde pousar. [...]⁴⁶

O jornal anunciava, nos números próximos a 7 de setembro, as diversas comemorações da Semana da Pátria. Percebe-se que, nessa programação, havia informações sobre o que aconteceria em absolutamente todas as escolas e clubes da cidade. É provável que a veiculação de programação cívica nacional era elemento importante politicamente para essas instituições, na medida em que houve um controle rigoroso nesses espaços, tendo sido vários integrantes e administradores de clubes afastados, como também ocorreu com professores das escolas que ensinavam em língua alemã ou que se declaravam contrários às políticas implantadas pelo Estado Novo.⁴⁷

Há, também, uma série de expressões utilizadas nas matérias que exaltam, de forma ufanista, a pátria. Por exemplo, o jornal de primeiro de setembro de 1944 “convida a patriótica população de Novo Hamburgo a se associar, com todo o seu ardor cívico,

às festividades programadas”. Na mesma matéria, continuava: “Novo Hamburgo, como, aliás, costuma fazer todos os anos, vai festejar com um programa excepcional A Semana da Pátria”.⁴⁸

Na edição seguinte do jornal, afirmava que “mais uma vez, vêm demonstrar, cabal e inequivocamente, que o civismo em Novo Hamburgo é uma realidade”.⁴⁹

Em relação às escolas, tanto as católicas quanto as luteranas,⁵⁰ parecia haver uma competição na perspectiva de exaltação da pátria. A Escola Normal Santa Catarina noticiava que,

Como nos anos anteriores, este estabelecimento de ensino vem realizando com vivo entusiasmo as comemorações da Semana da Pátria [...] dia 24 de agosto teve início o programa das solenidades com a recepção das alunas da Escola Santa Teresa de Bom Princípio, que vieram em visita de intercâmbio cultural e regressaram com a mais grata impressão.[...] [a programação previa] A Caminho da Vitória § dramatização em 9 cenas § a) Partida das Samaritanas, b) Em defesa da Liberdade, c) Saída do Corpo de Expedicionários, d) Nossos marujos em águas longínquas, e) Recordando a Pátria distante, f) Trabalho silencioso da 2ª frente, g) Supremo holocausto pela Pátria, h) Visão da Vitória, i) Os troféus gloriosos aos pés da Virgem Aparecida.⁵¹

A Fundação Evangélica anunciava na mesma página,

[...] mais uma de suas apreciadas ‘Horas de Arte’, com que homenageará a Semana da Pátria [...] o grande coro de quase 100 alunos que entoará a quatro vozes (arranjo especial do professor de música M. Maschles), diversas canções brasileiras, sendo a primeira de autoria do maestro Villa-Lobos, com versos do atual Ministro de Educação sr. Gustavo Capanema, intitulada ‘Nesta hora sombria do mundo’. O prof. Samuel Dietschi apresentará duas marchas de sua autoria, com orquestra e coro: ‘Avante’ e ‘Louvor ao Brasil’.”; “Uma cena regional contribuirá para vulgarizar entre nós as nossas tradições tão belas e evocativas. Terminará a noitada, que terá a duração de aproximadamente, uma homenagem à gloriosa Bandeira Nacional.”; “Antes da ‘Hora de Arte’, às 19,45 horas, o sr. Alberto Severo, digno edil desta comuna e grande propugnador pela higidez da raça, especialmente convidado para esse fim, inaugurará um moderno gabinete dentário no próprio estabelecimento.”⁵²

Esse ufanismo em relação à pátria manifestava-se de forma similar durante todo o período do Estado Novo. O ano de 1945 já é permeado de desafios à censura por vários jornais do país. Como afirmam Martins e Luca,

No final de 1944, a derrota do nazi-fascismo já se tornara clara, o que acelerava a desestabilização do governo. Vários jornais passaram a desafiar abertamente proibições, estampando entrevistas com personalidades do mundo político, que exigiam a volta das liberdades democráticas, tal como ocorreu nos diários cariocas O Globo e Correio da Manhã, e divulgando notícias vetadas e/ou não submetidas ao DIP, indício evidente de que a censura perdera sua eficácia. A pressão crescente pelo fim do regime de exceção

levou o governo a anistiar os presos políticos e extinguir o DIP, substituído pelo Departamento Nacional de Informação (DNI) [sem tantos poderes de censura e também extinto em 1946].⁵³

Contudo, esses desafios parecem não se expressar no *O 5 de Abril*, pois o discurso parece ser o mesmo de exaltação à pátria dos anos anteriores. Em matéria relacionada à derrota alemã na Segunda Guerra, o jornal afirmava em matéria sem autor identificado:

Novo Hamburgo comemorará com o seu nunca desmentido ardor cívico e com o maior brilhantismo até hoje demonstrado, a ‘Semana Máxima de nossa Pátria’; dia 31 de agosto – Trânsito do Fogo Simbólico, acendido em Monte Castelo, nas abruptas encostas dos Apeninos, onde jorrou copiosamente o heróico sangue brasileiro, numa demonstração imarcescível de abnegação, bravura e entusiasmo em prol das grandes causas da humanidade - apanágio da Brasileira Gente.⁵⁴

Na edição seguinte, o jornal descreve a programação da Semana da Pátria novamente ligando a cidade à nação.

A Semana da Pátria mais uma vez passará, mas há de ficar ainda uma vez mais a demonstração eloqüente de que Novo Hamburgo cultiva o civismo, que esta terra de trabalho e progresso sabe cumprir os seus deveres patrióticos, porque ela é um pedacinho desse grande todo que é o Brasil, gloriosa pátria de heróicos filhos.⁵⁵

Nesse sentido, percebemos que existia uma tensão entre a afirmação da identidade nacional brasileira e a identidade da cidade de Novo Hamburgo. Essa tensão, ocasionada especialmente pelas diferenças de representações acerca das duas, expressou-se nos discursos presentes no *O 5 de Abril*, especialmente nas datas comemorativas ligadas às duas identidades. Parece um paradoxo, porém, que essa tensão tenha diminuído, no jornal, no transcorrer da década de 1930, pois é exatamente esse o período em que emerge uma nova versão sobre a identidade nacional brasileira, representada através de vários símbolos ligados à miscigenação. Essa versão parece excluir mais ainda os brasileiros descendentes de imigrantes alemães. Contudo, ao observarmos o contexto político, principalmente no que se refere ao controle da imprensa exercido a partir do Estado Novo, poderíamos considerar que houve um silenciamento, no *O 5 de Abril*, acerca das lutas de representações existentes entre a identidade da cidade e a nacional brasileira.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Doutor UFRGS; professor e pesquisador do Centro Universitário FEEVALE. E-mail: alekerber@feevale.br

** Doutora em História (PUCRS); professora e pesquisadora do Centro Universitário FEEVALE.

*** Doutora em História (PUCRS); professora e pesquisadora do Centro Universitário FEEVALE.

¹ Como afirma Oliveira, existe uma relação íntima entre identidade nacional e política, pois “A idéia de nação faz parte do universo simbólico. Sua valorização via proporcionar sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive ou que se originou em um mesmo território. Trata-se de um símbolo que pretende organizar o espaço público, referindo-se, portanto, à dimensão política”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 14.

² Como propõe Chartier, para a compreensão do real, há um processo de significação e associação com símbolos já existentes no imaginário daquele grupo. Até o desconhecido é pensado a partir de símbolos já conhecidos. Uma realidade, assim, nunca é apreendida de forma pura, sempre é apropriada e simbolizada, consciente ou inconscientemente, pelos grupos que dela se aproximam. E, é nessa atribuição de sentido que percebemos que as representações não são “ingênuas”. Apesar de se proporem a uma aproximação com a realidade, sempre são influenciadas pelos interesses do grupo que as produzem. CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa, Difel, 1990, p. 17.

³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

⁴ A coleção do “O 5 de Abril” encontra-se disponível em dois arquivos: no Arquivo Municipal de Novo Hamburgo e na biblioteca do Centro Universitário FEEVALE.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade? Lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*. Uberlândia: UFU, junho/2002, v. 4, n. 4, p. 24.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 14.

⁷ *Ibid.*, p. 116.

⁸ *Ibid.*, p. 116-117.

⁹ PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*. Monografia. Porto Alegre, Edições A Nação, 1959, p. 6.

¹⁰ BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Uma burguesia de pés descalços: a trajetória do empresariado do calçado no interior paulista. *Histórica* - Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, n. 6. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 2005 (disponível em <http://historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao06/materia3/>, consulta em 23/04/2007) p. 1-2)

¹¹ KERBER, Alessander; PRODANOV, Cleber e SCHEMES, Claudia. O patrimônio material e a construção da identidade em Novo Hamburgo (RS): a fotografia e a cidade. *História Revista*. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, v. 2, 12/2. Goiânia, UFG, 2007, p. 194.

¹² Calcula-se que as primeiras tiragens alcançaram cerca de 200 a 300 exemplares por semana. Para a população de Novo Hamburgo recenseada, na época, em 8.500 habitantes, o número era significativo tendo em vista, especialmente, a expressiva parcela de hamburguenses moradores da zona rural e os habitantes que falavam apenas a língua alemã. Já para a época da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ou seja, o período final da década de 1930, fala-se na tiragem, por edição, de mil exemplares. BEHREND, Martin Herz. *O 5 de Abril*. Porto Alegre, Metrópole Ind. Gráfica, 2002, p. 43 e 60.

¹³ Adotamos as reflexões de Eric Hobsbawm, que define uma “tradição inventada” como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006, p. 9.

¹⁴ TRAQUINA, Nelson. *O Estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS, Unisinos, 2001. p. 14.

¹⁵ GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo, Hacker /Edusp, 2000, p. 42.

¹⁶ Sendo, esta pesquisa, interdisciplinar entre as áreas da história e da comunicação, percebemos que, em

ambas, existe a perspectiva da construção de um “efeito de real”, na perspectiva de legitimar o discurso e torná-lo, na imaginação do leitor, aquilo que pretende representar.

¹⁷ Op. cit., p. 42.

¹⁸ Op. cit., p. 37.

¹⁹ Op. cit., p. 65.

²⁰ ORLANDI, Eni. Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, SP, Pontes, 1996, p. 29.

²¹ Op. cit., p. 45

²² Op. cit., p. 53.

²³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989, pp. 172-189.

²⁴ A data da “Descoberta do Brasil” era feriado nacional na Primeira República.

²⁵ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Lisboa, Afrodite, 1972, p.11.

²⁶ Conforme Gertz, o germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*. É usada, às vezes, para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas, de uma maneira geral, entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. A palavra também pode aparecer significando as duas coisas ao mesmo tempo. É o caso do título da obra comemorativa do primeiro centenário da imigração alemã, *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul* (Cem anos de germanismo no...), publicada em 1924. GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1991, p. 32.

²⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 2001, pp. 16-17.

²⁸ O positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer foram teorias elaboradas na Europa em meados do século XIX, que apontavam para a evolução histórica e o progresso das civilizações, legitimando a superioridade da cultura branca europeia sobre os povos “primitivos”. Essas teorias europeias influenciaram enormemente as teorias raciais que predominaram entre as elites brasileiras no final do século XIX e início do século XX. Também na Europa, ainda no final do século XIX, começaram a aparecer trabalhos de Franz Boas, em que a noção de raça cede lugar à de cultura. A obra de Boas teve grande influência sobre Gilberto Freyre.

²⁹ Op. cit., p. 41.

³⁰ FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 34.

³¹ VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1995, p. 73.

³² DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

³³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papirus, 1998, p. 243.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena. Fascismo: uma idéia que circou pela América Latina. *História em Debate*. Rio de Janeiro, ANPUH, 1991, pp. 51-63.

³⁵ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 3/5/1935, p. 1.

³⁶ O Integralismo tinha forte inspiração fascista. Conforme Helgio Trindade, o Integralismo teve o topo de suas estruturas administrativas ocupado especialmente por descendentes de luso-brasileiros, mas conseguiu um amplo apoio, nas bases, de descendentes de alemães. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Porto Alegre, UFRGS, 1974.

³⁷ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 9 abr. 1937, p. 2.

³⁸ DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo, Sinodal, 2003, pp. 114-115.

³⁹ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 16 de março de 1927, p. 3.

⁴⁰ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 de julho de 1927, p. 1.

⁴¹ BACZKO, Bronislaw. *Lumieres de L'utopie*. Paris, Payot, 1978, pp. 242-243. Tradução livre dos autores.

⁴² OZOUF, Mona. “A Festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 218.

⁴³ SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: Empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. Porto Alegre/RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre PUC/RS, 2006, p.177.

⁴⁴ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo, Editora Unesp, 2006, p. 65.

⁴⁵ *O 5 de Abril*. Novo Hamburgo, 4 abr., 1941, p. 1.

⁴⁶ *Id.*, p. 4.

⁴⁷ KERBER, Alessander. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil*. São Leopoldo, Oikos, 2008.

⁴⁸ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 set. 1944, p. 1.

⁴⁹ *Ibid.*, 8 set. 1944, p. 1.

⁵⁰ A maior parte do sistema educacional do município da época era comunitário e confessional, vinculado às igrejas, católica e luterana.

⁵¹ *Ibid.*, 1 set. 1944, p. 8.

⁵² *Ibid.*, 1 set. 1944, p. 8.

⁵³ MARTINS e LUCA, *op. cit.*, pp. 71-72.

⁵⁴ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 31 ago. 1945, p. 3

⁵⁵ *Ibid.*, 7 set. 1945, p. 1.

RETORNO AO RECALCADO: O NACIONALISMO NA CULTURA BRASILEIRA

*Gilberto Felisberto Vasconcellos**

Resumo

Neste artigo, o conceito de nacionalismo é abordado como uma constante na cultura brasileira, que começou na oposição ao colonialismo português, em seguida ao imperialismo inglês e norteamericano. Trata-se da crítica ao caráter exógeno da sociedade brasileira, cuja razão de ser é enriquecer os núcleos cênicos do capitalismo mundial. A diretriz fundamental do nacionalismo está alicerçada na distinção entre a fase de exportação de capital para a fase de instalação das grandes empresas multinacionais na economia do país. Nas últimas décadas, o nacionalismo foi recalçado pela ofensiva do neoliberalismo das privatizações internacionais. Todavia, fatalmente a perspectiva é de que haja retomada desse conceito na política e na cultura, sobretudo com o ocaso inevitável dos combustíveis fósseis, que colocará o território dos trópicos no epicentro energético da história no século XXI. A partir desse condicionamento geográfico, surge a contradição entre as *plantations* de energia multinacionais de álcool e óleos e as microdestilarias em pequenas propriedades de álcool e óleos combustíveis, ou seja, a contradição entre imperialismo e nação.

Palavras-chave

Nação; nacionalismo; imperialismo; trópico; cultura brasileira.

Abstract

In this article the concept of nationalism is approached as a constant in the Brazilian culture, having started as an opposition to the Portuguese colonialism, and proceeded with the English and North American imperialisms. It is about a critical view of the exogenous character of the Brazilian society, whose reason of existence is to enrich the centers of capitalism in the world. The fundamental directive of nationalism is anchored in the distinction between the phase of capital export, and the phase of great multinational companies installation within the economy of the country. During the last decades, nationalism has been repressed by the offensive of neoliberalism of international privatizations. Nevertheless, the inevitable perspective is the uprising of this concept, both in politics and in culture, especially in view of the fatal decline of fossil fuels, which will transform the territory of tropics in the energetic epicenter of the XXIst Century history. From this geographic conditioning, emerges the contradiction between the plantations of multinational energy of alcohol and oils, and the microdistilleries in small properties of alcohol and oil fuels, or rather, the contradiction between imperialism and nation.

Keywords

Nation; nationalism; imperialism; tropic; Brazilian culture.

José Augusto Ribeiro, autor de *A Era Vargas*¹, foi buscar a gênese do nacionalismo trabalhista em José Bonifácio, o patriarca – isso na política, porque na expressão literária Gregório de Matos, já no século XVII, pode ser considerado um entusiasta e crítico da terra: “O que quer o Brasil, que me persegue?” Como observou seu mais dedicado estudioso, João Carlos Teixeira Gomes, por sinal e não por acaso exímio biógrafo do cineasta Glauber Rocha: “E, diga-se o que disser, tomou o partido do povo”² Continuador da obra de Gregório de Matos, Glauber Rocha foi, no século XX, um artista marxista e antiimperialista, aliás, o único cineasta getulista do Cinema Novo que juntou estética e política. É de sua autoria esta bela frase barroca: “o nacionalismo é a raiz do futuro.”

O que está para ser feito é um trabalho que revele em profundidade o motivo de Glauber Rocha, nascido em Vitória da Conquista em 1939, ter escolhido Getúlio Vargas a personalidade histórica nuclear de seus filmes, citado várias vezes em sua prosa: Vargas, a tragédia política; Villa Lobos, a utopia sonora, o compositor nacionalista que ouviu e auscultou o desejo do povo. Assim explicou a razão de ser do cinema novo dele: a síntese de Vargas e Villa, o que significa o povo triunfando na utopia sonora, porque a derrota histórica foi o suicídio de Vargas. O compositor de vanguarda morria em 1959, Glauber começava a ser preparar para fazer cinema, viajando o Nordeste a fim de conhecer o folclore de mestre Vitalino, que será mais tarde determinante no enquadramento estético de seus filmes. Na literatura o jovem cineasta era influenciado por José Lins do Rego e, na escultura popular, por Vitalino.

Colega e amigo do cineasta desde os tempos adolescentes de colégio, João Carlos Teixeira Gomes testemunhou que, no dia 24 de agosto de 1954, Glauber com 15 anos de idade foi prantear a morte de Getúlio Vargas junto com o povo na Praça da Sé, em Salvador. Aí talvez tenha começado o filme de sua vida: a tragédia que foi para o país o suicídio do presidente nacionalista e mais popular. O cineasta versado na mística religiosa com o embate entre Deus e o Diabo no sertão, projetará o encontro de Getúlio Vargas com os dois, tanto Deus quanto o diabo, mas nenhum quer nada com ele: o espírito de Getúlio continua vagando em busca do povo. Em seu último filme *A Idade da Terra*, Brasília aparece com um samba homenageando o presidente Vargas. Glauber Rocha elogiou o Estado Novo por causa dos traços nacionalistas: Estado novo, cinema novo. Isso não deixa de chocar as pessoas que esquecem a condição semicolonial do país pela ênfase abstrata na democracia, que é sempre o mote usado pelo imperialismo norte-americano para golpear a América Latina. A sociologia cebrapiana de FHC chegou ao poder menos por ser a favor da dependência do país do que pela antítese autoritarismo *versus* democracia. É digno de nota que o autoritarismo político se foi com o fim da ditadura de 64, mas o domínio econômico das multinacionais (a progressiva desnacionalização do país) não só continuou como atingiu o zênite com a vigência da democracia pós-militar.

Nos grandes artistas e intelectuais brasileiros o nacionalismo se converte em uma gnose ou anticolonial e antiimperialista, que é imprescindível à compreensão da história do Brasil. Existe um nacionalismo que se vale da teoria de Marx sobre a colônia, tomando como parâmetro a Irlanda (Irlanda, a primeira colônia inglesa), mas existe também um nacionalismo antiimperialista que não é marxista. No primeiro caso, teríamos o exemplo de Darcy Ribeiro, conhecedor da teoria marxista do imperialismo (Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky), e que teve um clarão em sua consciência política com o suicídio de Vargas em 1954; no segundo, Leonel Brizola que, embora não fosse marxista, apresentou em várias ocasiões uma lucidez antiimperialista superior ao dos comunistas e de muitos autores marxistas. O encontro de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, ao findar o exílio pós-1964, amalgamou o marxismo com o nacionalismo quanto à descolonização mental e material do país.

Na história da cultura brasileira somente dois intelectuais de esquerda perceberam com lucidez a gestação entreguista da sociologia de FHC e sua anfibológica teoria da dependência (a favor desta e não contra): Ruy Mauro Marini em artigo em 1978 sobre a visão ufanista de FHC sobre a burguesia³ e Glauber Rocha em 1974, dizendo-o um kennediano anticomunista, o qual não teria existido politicamente sem o golpe de 64, momento em que o Estado foi posto a serviço das multinacionais. O governo efeagaceano foi, no entanto, muito mais pernicioso, porque os militares não chegaram a entregar todas as riquezas naturais para as potências estrangeiras, eles não internacionalizaram as empresas estatais (Petrobrás, Vale do Rio Doce, Acesita) embora isso estivesse nos propósitos apátridas do ministro Roberto Campos.⁴

Historiador e dramaturgo de João Goulart, mergulhando fundo na Jangarana (este sufixo “rana” remete à Sagarana de João Guimarães Rosa), identificando-se psiquicamente com o ex-presidente derrubado e mal compreendido por quase todo mundo, Glauber Rocha foi o primeiro intelectual a alertar que a “abertura” política comandada por civis antinacionalistas seria extremamente danosa para o povo e o país. O que o cineasta propugnava era uma abertura feita no âmbito das Forças Armadas para que os militares pudessem fazer autocrítica do desastre que foi o golpe de 64. Por ter assumido essa posição que antecipadamente lança luz na privatização internacional de FHC, Glauber Rocha foi enveredado em uma solidão ideológica com muita gente dizendo que ele havia sido cooptado pelo general Golbery. Mentira!

Em 1980, Itália, Veneza, Festival de Cinema, o cineasta comentava que seu último filme, *A Idade da Terra*, mostrava que o colonialismo é o grande responsável pela miséria latino-americana. À complexidade da arte e do pensamento de Glauber Rocha, acrescenta-se o fato de ter colocado a necessidade de juntar o marxismo e o nacionalismo numa

perspectiva radicalmente descolonizadora. Ele simpatizava com o trabalhismo brasileiro, citando Getúlio Vargas como referência básica de seu imaginário fílmico, ao lado de Antônio Conselheiro, Luís Carlos Prestes e Lampião.

João Goulart sempre será pesquisado porque o golpe de Estado de 1964 tirou o Brasil do caminho popular e democrático, que era o caminho das “Reformas de base”, a fim de cortar a remessa forânea de lucros e simultaneamente fazer a reforma agrária. O golpe de 1964 foi um infortúnio histórico para a civilização brasileira, mas possibilitou a latinoamericanização de um dos maiores cientistas sociais do século XXI ao exilar Darcy Ribeiro (1922-1997). Não estudou na Europa e nos Estados Unidos, o que representou vantagem à descolonização das ciências sociais. Hoje é mais lido nos países latino-americanos do que no Brasil, onde continua sabotado ou apenas referido de maneira anedótica e superficial. Leu e estudou os melhores autores nacionalistas e antiimperialistas do continente, sempre atento à disjunção equivocada entre marxismo e nacionalismo, trazendo à reflexão descolonizada a abordagem etnológica, mostrando o indígena como o primeiro marginalizado pela colonização que converteu o povo brasileiro em um “proletariado externo” na era do imperialismo.

Para compreender a América Latina, trouxe à tona os dez mil anos de história em seu livro de 1968, *O Processo Civilizatório*, o que ensejou uma Teoria do Brasil, país que não se constituiu como resultado de um desígnio planejado por seus criadores. A intenção dos colonizadores não era formar aqui um povo. Este é um subproduto indesejado que nasceu e foi crescendo de um empreendimento do capitalismo mercantil. A mesma coisa se aplica ao parto de todas as pátrias latinoamericanas. O objetivo colonial não era senão exportar lucros.

Darcy Ribeiro tinha plena consciência de seu visceral anti-eurocentrismo. Nossa principal razão de existir continua sendo a de produzir lucros exportáveis. Por isso elogiou e redescobriu um autor como Manoel Bonfim, o primeiro intelectual brasileiro a compreender o Brasil dentro do continente em seu livro de 1903: *América Latina: Males de Origem*.⁵ Somente no início do século XX apareceu um autor brasileiro a olhar para a nossa comum inserção latinoamericana. Essa loucura esquizofrênica medra em todos os países da América Latina, mas, no Brasil, ela se exaspera porque o imperialismo norteamericano inocula nas classes dirigentes e no patriciado intelectual que somos os escolhidos como colônia mimada que entrará no clube dos ricos.

Junto com Eduardo Muniz, levado por Darcy Ribeiro, Glauber Rocha conheceu João Goulart em 1972, no Uruguai, manteve contato com o ex-presidente algumas vezes em Paris entre 1974 e 1978. Dessas conversas e contatos resultaram uma peça de teatro, *Jango uma Tragédia*, e um livro ensaístico-ficcional (ainda inédito) chamado *Jangara-*

na. Depois de 1964 o sistema intelectual brasileiro (mídia e universidade cada vez mais integradas) estigmatizou João Goulart como um fraco, um incompetente, um covarde. Glauber Rocha se insurgiu contra esse estigma, apelando para o juízo simpático de Antonio Callado. Disso o que resulta hoje, numa retrospectiva histórica, é que muita gente em agremiações partidárias como PT e PSDB fez carreira injuriando João Goulart, baseando-se no seguinte argumento equivocado e pérfido: Jango deveria ter sido derrubado (ó maldito populista!), mas lamentavelmente depois de sua queda veio o dilúvio, veio a ditadura, veio o autoritarismo político. Glauber Rocha se vinga dessa perfídia colocando, no desfecho de sua peça de teatro, João Goulart sendo comido no carnaval de maneira surreal e barroca: “devorado pelo povo o homem nasce de novo!” Não economiza elogios à *Carta Testamento* de Getúlio Vargas, o mais importante documento trágico em uma cultura sem dramaturgia da tragédia.

Quem teve a oportunidade de privar a riqueza de Leonel Brizola conhece sua adoração pela *Carta Testamento* como escola política. Ele a sabia de cor e salteado. Por ela navegava na política, dizendo que o *petucanismo* (a convergência de PT e PSDB) era a mais completa negação da mensagem antiimperialista da *Carta Testamento*, que é a contradição nação *versus* imperialismo norte-americano. Desde 1954, a direita tenta apagar, desvirtuar, enterrar essa antinomia, afirmando que o nosso problema é exclusivamente nosso, inteiramente de âmbito interno e doméstico, como se o imperialismo não fosse senão um bode expiatório dos nacionalistas fracassados, como se o domínio do capital estrangeiro não afetasse os rumos da sociedade brasileira, como se a espoliação internacional não passasse de um delírio paranóico. Daí a patranha sempre repisada de que o que temos de fazer é por ordem dentro de casa, cuidar dos ralos por onde escorre e vaza o desperdício, ou seja: chega de colocar a culpa no capital estrangeiro. Leonel Brizola era o avesso disso tudo quando sublinhava o laço indissolúvel entre emancipação popular e soberania nacional.

Desde o século XIX o processo civilizatório gerou dois pólos complementares: o imperialismo industrial e o subdesenvolvimento neocolonial. As nações que tomaram a dianteira das inovações tecnológicas expandem a sua dominação nas áreas coloniais ou semicoloniais, através do saqueio dos recursos naturais do território e da superexploração do trabalho da população. É dentro desse quadro conceitual que se situam o trabalhismo getuliano, o reformismo janguista e o socialismo de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Todos eles não alcançaram êxito. Quem alcançou êxito – sem promover, no entanto, o bem-estar do povo – foi a modernidade recolonizadora gerenciada por uma classe dominante testa de ferro de interesses estrangeiros. E, sob esse ângulo, os governos antitrabalhistas

de 1945 pra cá estão no mesmo balaio: Dutra, JK, Jânio, militares, Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula, com as multinacionais exercendo o poder no Estado, na cultura e na comunicação.

O que a ideologia dominante difunde (e a ideologia dominante na sociedade brasileira é a das grandes corporações estrangeiras) é a felicidade multinacional. A mensagem dos meios de comunicação (telenovela e programas de auditório) reproduz a balela de que é possível estender o progresso das multinacionais à maioria da população. Até mesmo no meio universitário a ideologia dominante das multinacionais timbra em nos convencer que o discurso nacionalista de Leonel Brizola não surtiu efeito eleitoral porque carecia de fundamento na realidade do país, espécie de um discurso noctívago, anacrônico, adstrito aos anos 50 getulistas, como se de lá pra cá não tivesse sido mais remetida a renda da economia para o exterior, sem mencionar a criminosa privatização internacional do território que caracteriza os últimos governos.

O que notabiliza o nacionalismo brasileiro é o alto nível intelectual de seu pensamento na política e na cultura. De Manoel Bonfim a Darcy Ribeiro, de Villa Lobos getuliano ao brizolista Glauber Rocha. É isso o que foi recalcado pelas universidades, em cujos cursos de ciências humanas os representantes intelectuais do nacionalismo são considerados de baixo nível intelectual ou propensos ao bonapartismo antidemocrático. Essa falcatrua acadêmica converteu-se em força material com o discurso sub-sociológico no poder. O léxico pedante extraído de professores universitários é o estilo hegemônico do atual petucanismo. Foi essa couraça educativa que maltratou Leonel Brizola em todas as bolsas de estudo, aqui e no exterior, depois de 1964.

O que é mister pôr em relevo para os jovens universitários de hoje é a natureza do assassinato acadêmico cometido contra o nacionalismo, principalmente porque um de seus maiores expoentes, o professor Darcy Ribeiro, foi um criador de universidades na América Latina, provocando ciumeira danada nos coleguinhas antes mesmo de 1964 com a universidade de Brasília. Se esta não fosse fechada pelo golpe antinacionalista de 1964, o eixo universitário estaria decolado da predominância São Paulo – Rio de Janeiro.

A vida de Leonel Brizola na política foi antes de tudo um compromisso intelectual, a começar em Porto Alegre quando tomou consciência do processo espoliativo imperialista no fim da Segunda Guerra Mundial. O ano de 1945 no Brasil se destaca pela didática entre o mestre Getulio Vargas e o discípulo Leonel Brizola acerca da inserção do país no sistema capitalista mundial. Essa experiência intelectual foi transmitida antes do suicídio do Presidente no Palácio do Cadete.

Leonel Brizola vivenciou na política o que aconteceu com Getúlio Vargas em 1945, inclusive o que sucedeu durante o Estado Novo de 1937, ainda que o brilhante guri de Carazinho tivesse nascido em 1922, o ano da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Leonel Brizola tinha 23 anos em 1945. Aprendeu com Getúlio Vargas a complicada relação do Brasil com as nações hegemônicas - no caso o imperialismo norte-americano e o stalinismo russo. O Estado Novo agonizando, Leonel Brizola, em 1945, organizou o trabalhismo no Rio Grande do Sul, distanciando-se tanto do capitalismo norte-americano quanto do stalinismo burocrático. Essa conversa de Getúlio com Brizola se efetuou antes de João Goulart ter sido derrubado pela Guerra Fria (USA-URSS). Sob o enfoque interno, quanto ao que se passava no país de 1930 a 1945, a escolha política do jovem Leonel Brizola implicava a avaliação positiva do Estado Novo, diferente do par democracia/ ditadura, que era o prisma bacharel da UDN para elidir a espoliação econômica internacional. O nacionalista Leonel Brizola avaliou o Estado Novo sob um ângulo diferente dos doutores pró-norte-americanos da UDN, o partido liberal que dará o golpe de Estado em 1964. Leonel Brizola, em 1945, analisou o que foi o Estado Novo de 1937, tornando-se getulista a vida inteira. Externou sempre a gratidão intelectual por ter escapado da direita pró-USA e da esquerda stalinista. Leonel Brizola viu de perto o que seguiu ao Estado Novo de Getúlio Vargas: o governicho Dutra fazendo a farra dos importados, ou seja, vende-Pátria.

O getulismo em sua feição antiimperialista de 1945 é a nascença política de Leonel Brizola, para quem a vida do trabalhador brasileiro está determinada pelo modo como a economia do país se relaciona com o exterior. O ano de 1945 é um marco na história do capitalismo mundial porque a exportação de capital é substituída pela instalação de empresas multinacionais nos países periféricos e semicoloniais. 1945 traz o trinômio: bomba atômica, televisão e dólar como moeda universal emitida pelos Estados Unidos, o país que sai vencedor da Segunda Guerra Mundial com aura de democrático, conforme a propaganda maciça feita pelos filmes norte-americanos de guerra contra o nazismo de Hitler e de Mussolini. Os Estados Unidos acionaram o cinema como arma de convencimento e persuasão no mundo inteiro a respeito de sua missão democrática ancorada no dólar. O entrevero interimperialista da Segunda Guerra Mundial foi apresentado como uma batalha entre democracia e autoritarismo, assim Getúlio Vargas não passava de uma caricatura de Hitler e Mussolini. E mais do que isso: o nacionalismo de uma nação colonizada virou sinônimo de nacionalismo nazista. A literatura politicóloga sobre a Carta Del Lavoro de Mussolini veio reforçar a mistificação de que Getúlio Vargas era “fascista”. O cenário político-ideológico de 1945 confundiu muita gente de esquerda, de modo que não deve ser encarado um acontecimento banal a conversão de Leonel Brizola ao nacionalismo trabalhista de Getúlio Vargas. Que seja lembrado aqui, para cotejo com Leonel Brizola

aos 23 anos em Porto Alegre, o grande escritor do modernismo, Oswald de Andrade, homem maduro, vivido, culto, viajado, tendo 55 anos em 1945, marxista, antiimperialista, afeiçoado às vanguardas estéticas, não percebeu no entanto que a queda de Getúlio Vargas em 1945 aprofundou o quadro de dependência do país, que foi um golpe do imperialismo norteamericano.

É irrelevante saber se na verdade Getúlio Vargas, entre 1945 a 1954, teve horas de churrasco e conversa mais com João Goulart, fato é que a certidão política de Leonel Brizola traz a contradição nação versus imperialismo sob a influência getulista pós-Estado Novo. É curioso verificar que o ano de 1945 também enganou os argentinos. Os estudantes, os professores universitários e o Partido Comunista foram contra Perón. O antinazismo era a máscara do imperialismo inglês, que estava engajado na Segunda Guerra, mas, o país opressor com relação à Argentina era a Inglaterra. Poucos intelectuais perceberam que o fascismo foi a política das potências aliadas da pilhagem colonial. As nações fascistas careciam de colônias, enquanto todo o mundo colonial pertencia às metrópoles democráticas. O saqueio colonial dava conforto e democracia aos cidadãos ingleses, enfim, por isso superficial é a abordagem que reduz os antagonismos mundiais à questão democracia versus fascismo. Leonel Brizola percebeu esse entrudo colonialista ao avaliar o Estado Novo e ingressar no PTB durante a Segunda Guerra Mundial.

No Instituto Pasqualini no Rio de Janeiro não foram poucas as vezes em que Leonel Brizola didatizou para a platéia pedetista sua tipologia sócio-política dos governos a partir de 1945. São três os tipos de Presidente da República: (1) os conservadores e reacionários a Dutra; (2) os nacionalistas que se insurgiram contra o sistema econômico internacional predador como Getúlio Vargas e João Goulart; (3) o meio termo seria representado por JK, que teceu uma aliança de Goulart (vice do PTB) com o PSD oligárquico, que foi um sucesso para a maioria dos brasileiros, registrava Leonel Brizola com ironia. Collor, por exemplo, deveria ter assimilado a ambivalência de JK, porém não ouviu o conselho de Leonel Brizola e fracassou no poder. O problema de querer reproduzir o esquema bifronte de JK (pretensão de FHC e Lula) é cada dia mais difícil depois da instalação de grandes multinacionais no interior da economia brasileira e da ofensiva do capital monopolista internacional a partir da década de 80 no século XX.

Segundo Darcy Ribeiro, pegou JK a carona de Vargas com o programa de industrialização e a criação de infraestrutura, no entanto sem a orientação nacionalista e a política estatizante, assim como lhe faltou “o senso de responsabilidade para com os trabalhadores”.⁶ Darcy Ribeiro tinha em mira o fracasso de Vargas e o sucesso de JK, tal como esse confronto aparece na historiografia que tece elogios à façanha de JK por ter mantido a estabilidade política. Essa mistificação da estabilidade tem por objetivo assi-

nalar, de maneira perfunctória, que Getúlio Vargas e João Goulart foram dois políticos inábeis e incompetentes que não souberam terminar seus respectivos governos. Darcy Ribeiro explicou de outro jeito a esdrúxula política dos 50 anos em 5, ou seja, 45 anos destinados ao capital estrangeiro, e o resto para nós: “Juscelino acatou as novas regras de jogo do mundo capitalista, que eram as da abertura do país à internacionalização de sua economia e ao endividamento. No plano interno acelera também, temerariamente, o processo inflacionário em que estamos vivendo”.⁷

O problema é que a soberania nacional foi considerada uma meta impossível de ser atingida. A universidade brasileira, por recalcar o nacionalismo como estratégia de superar o atraso e a miséria, está enferma, por isso colocou no ostracismo Darcy Ribeiro, que é um dos mais importantes cientistas sociais da América Latina. Ele dizia que a confusão teórica (considerar, por exemplo, Leonel Brizola como “populista”) levaria ao equívoco político; afinal, a meta do nacionalismo trabalhista não era apenas a de melhorar a ordem vigente, e sim a de subvertê-la e transformá-la. O patronato local é o seu principal adversário, vinculado ao latifúndio, fazendo contato com as empresas estrangeiras que superexploram o trabalho. A burguesia brasileira está contente com a tutela do capital estrangeiro. A parte do leão cabe à multinacional financeira, tendo como integrantes menores o capital industrial e os bancos nativos. Estes, sozinhos, não têm condições de imprimir uma política própria ao Estado com um efetivo comando. Não existe, a rigor, um capitalismo financeiro periférico que seja autônomo, assim a finança estrangeira ocupa o Banco Central. Todos os governantes se curvam diante do capital estrangeiro, tido como agente civilizador e fator de progresso, quando, na verdade, é a causa fundamental da existência de massa excedentária, impossibilitada de arrumar emprego e que se situa abaixo da classe operária. Quanto mais desenvolve o pólo multinacional, mais aumenta o pólo de marginalizados e despojados, os quais o brizolismo queria converter em força política, não se limitando ao proletariado.

É, sem dúvida, sintoma do colonialismo interno que o nacionalismo trabalhista tivesse sido derrotado eleitoralmente em São Paulo, que é a sede da indústria recolonizadora sob a égide das multinacionais. Darcy Ribeiro se valeu da categoria “industrialização recolonizadora”⁸ para explicar o progresso ingeneralizável a toda população. O progresso regido pelos interesses das multinacionais é necessariamente confinado e excludente, responsável por uma “modernização reflexa”, que é empreendida por pacotes tecnológicos exógenos que reproduzem os fatores do atraso. Segundo Darcy Ribeiro, a modernização reflexa “fez de nós proletários externos de outros povos”. A industrialização recolonizadora, com as multinacionais dentro de casa e sediadas em São Paulo, impõe novas formas de dependência, trazendo “os frutos e não as sementes do saber e da tecnologia”.⁹

Esse saber empacotado, hoje cybernetizado e informatizado, é a fina flor do colonialismo que apresenta o subdesenvolvimento como uma fatalidade. A modernização reflexa – ou o progresso reflexo – é uma faceta do colonialismo interno, teorizado brilhantemente por Rodolfo Stavenhagen¹⁰: o colonialismo interno é o imperialismo posto em ação regional. Esse colonialismo interno, sob a égide da industrialização multinacional, engendra uma superestrutura cultural (midiática e universitária) que justifica a existência da metrópole colonial satelitizada pelo sistema capitalista mundial. A metrópole colonial se vangloria, ainda que com um narcisismo também reflexo e mímico, de ser o berço das fábricas multinacionais. Darcy Ribeiro mostrou que a função ideológica do colonialismo interno, representado por São Paulo, é limpar a nódoa espoliativa do imperialismo norte-americano, o qual é a idealizado, edulcorado, convertido em dispositivo filantrópico aos olhos da pequena burguesia universitária com suas becas e barretes honoris causa. Para a sociologia *cipaia* (*cipaismo* é a defesa do setor economicamente privilegiado estrangeiro), quanto mais São Paulo conectar-se às áreas cênicas mundiais, tanto melhor é para o bem estar intra-regional. Dessa maneira, o que é bom para São Paulo é bom para o Brasil. De Sarney a Lula, todos os governos têm feição paulistocêntrica. Esse paulistocentrismo cultural é o reflexo da internacionalização do país sob a hegemonia dos estamentos multinacionais, que são coadjuvados pela burguesia industrial e financeira nativas. A anatomia do capitalismo videofinanceiro revela que o centro econômico do país é São Paulo, enquanto a televisão dominante situa-se no Rio de Janeiro.¹¹ A telenovela produziu o esquecimento do golpe de 64. O ex-diplomata Adriano Benayon, crítico do capitalismo videofinanceiro e dos intelectuais *cipaios* porta-vozes do colonialismo interno, formulou o seguinte apotegma: “Nada é mais prejudicial à economia de um país que se juntar ao centro ou ter com ele boas relações”.¹²

De Montevidéu, exilado pelo golpe de 1964, Darcy Ribeiro enviava o recado para os intelectuais de São Paulo seduzidos pelas pesquisas brasilianistas: o tabu é a questão nacional.¹³ O *cipaismo* intelectual paulista, que medra tanto nas hostes tucanas quanto nas petistas, considera o sagrado capital estrangeiro como um acelerador do desenvolvimento nacional. Com as multinacionais operando com todas as regalias dentro de casa, sucedeu um fenômeno estranhíssimo na cultura brasileira: o imperialismo norte-americano tornou-se invisível, deixou de ser um incômodo sob a vigência da democracia. O trabalhismo nacionalista foi vencido, assim como se tentou diuturnamente desmoralizar a idéia de que produzimos para promover a prosperidade das metrópoles. Essa situação espoliativa, que nos condena ao atraso e à miséria, deixou de ser o critério para caracterizar a posição política de direita.

Ainda não foi esclarecido o espantoso conformismo intelectual e artístico diante do capital monopolista estrangeiro. *Yes, São Paulo, yes*, outrora plantou-se *banana fruit* na América Latina, agora plantamos indústria *for export*. Com as exceções de praxe, a intelectualidade paulista, tal qual o proletariado das nações opressoras, extrai vantagens materiais do colonialismo interno, portanto dificilmente aprofunda o conhecimento acerca do significado da internacionalização do país. O intelectual subprivilegiado da metrópole colonial apresenta-se, para usar a linguagem oswaldiana, como o garçom de costeleta no banquete ovíparo da globalização. A tecnologia transferida do país avançado para o país atrasado é o mais recente pacote da ideologia colonialista, tendo por vetor a televisão como aparato técnico que é igual em todo lugar do mundo.

O capitalismo videofinanceiro hiperbolizou a função ideológica do colonialismo interno na cultura. É por isso que inexistente a mímesis na qual apareça retratado o estamento das multinacionais. Resulta daí o paradoxo da invisibilidade do que está escancaradamente visível: o domínio exógeno. A incumbência universitária do colonialismo interno é mostrar que a antítese centro/periferia desmanchou-se com a industrialização orientada para a exportação. É que nessa etapa de expansão do capitalismo monopolista nas sociedades subdesenvolvidas a unidade produtiva principal é a corporação estrangeira, que se instala no país receptor visando ao mercado externo. O que triunfou, o que venceu como razão sociológica, repetia o estribilho da campanha eleitoral de FHC, foi o Brasil multinacional em aliança com a oligarquia agrobusiness. Destarte esse poder econômico e cultural consagrou-se pelo voto direto desde Collor, portanto é legítima a democracia dirigida pelas corporações estrangeiras. Assim, poder-se-ia afirmar que, na fase de exportação de capital, o imperialismo por aqui era algumas vezes objeto de ódio e iracúndia, mas depois que suas fábricas instalaram-se dentro do país tornou-se de casa, ou senão alguma coisa que não atrapalha nossa vidinha cotidiana. Essa é a ideologia dos empresários nativos que se privilegiam ao ficarem sócios menores do capital estrangeiro, abdicando do papel de sujeito autônomo e sem nenhum constrangimento de integrarem uma classe social subalterna e desnacionalizada. Com o espetáculo midiático da democracia, aplaude-se a política antinacional do golpe de 1964 mediante a privatização internacional do território. A vassalagem desejada é o traço marcante da cultura no Brasil do século XXI. O marxismo e o nacionalismo desaparecem dos currículos das universidades, os intelectuais exibem sem pudor o “discurso dos saciados”¹⁴, junto com o cinismo e a resignação acerca da impossibilidade de incorporar a maioria da população ao mercado de trabalho. O que se verifica nesta atitude vassala é sua simetria com o que está ocorrendo com o país, cada vez mais submetido a um de colonialismo cósmico, com a destruição progressiva do Estado e a apropriação do território físico pelas potências estrangeiras.

É preciso atentar agora para outra etapa de instalação das multinacionais dentro do país, pois a estratégia de desmonte do Estado com a venda das empresas mistas e estatais teve por objetivo a posse e o controle da terra como fonte de produção energética. É essa a essência do capital privatizador financeiro internacional, que ganhou o batismo impróprio de neoliberalismo, cuja meta não foi senão tornar juridicamente legal a propriedade estrangeira do território brasileiro. Não se trata de um “colonial rule” com ocupação militar¹⁵, tal qual sucedeu no Iraque do petróleo. Aqui a internacionalização da terra está sendo realizada com o dólar e o latifúndio multinacionalizado. É que depois do ocaso do petróleo a fonte de energia (que o Bush malandramente dominou de “etanol” porque álcool é palavra árabe) para abastecer as metrópoles encontra-se nas regiões dos trópicos, sendo o Brasil o maior país tropical do planeta detentor de água doce. A determinação é física e geográfica, pois o sol do Ceará não é o mesmo que irradia Wall Street.¹⁶

O imperialismo é inerente à expansão do capitalismo. Desde a conquista viemos ao mundo, depois do pau-brasil, com empresa açucareira movida por escravos negros. Adoçamos o paladar europeu. Viemos ao mundo para exportar matéria prima. Colonialismo de sobremesa: do açúcar ao café. As plantas do latifúndio para serem exportadas. O indígena foi morto e expulso da terra para estender e ampliar os canais do capitalismo mercantil. Portugal. Holanda. Inglaterra. Droga aplicada à medicina e condicionamento, o açúcar começou como consumo conspícuo e tornou-se popular no além-mar. Cobiçadíssimo pelo mundo inteiro. Luis da Câmara Cascudo, o sociólogo do açúcar, consignou que a rapadura foi um dos motivos da guerra dos Holandeses. O Brasil era a colônia da sobremesa no capitalismo mercantil. Especiaria gustativa. Transcorridos 300 anos do uso de combustíveis fósseis (carvão mineral e petróleo), hoje a cana-de-açúcar se metamorfoseia: de matéria-prima à combustível. A mina de carvão prosperou a Inglaterra. O poço de petróleo deu fortuna aos Estados Unidos. Neste século XXI, a cana-de-açúcar tornar-se-á vital para o funcionamento da indústria. Da sobremesa à sobrevivência. É o vegetal que produzirá combustível na era do imperialismo do capital financeiro adestrado em fazer guerra permanente. A sobrevivência – não só das colônias como das metrópoles – dependerá da energia vegetal extraída dos trópicos. Alcoolquímica. Não é mais a petroquímica que encheu a burra de mister Rockefeller. A agonia do combustível fóssil coloca as regiões intertropicais no epicentro da história neste século XXI. É difícil antever qual será o comportamento político e bélico da tríade imperial: EUA, Europa e Japão. Vingar-se-á o superimperialismo de que falava Kautsky, ou as potências rivais farão um acordo de sócios para explorarem energeticamente o sol e a terra do novo mundo?

O cenário do colonialismo energético neste século XXI é o trópico. Os países capitalistas hegemônicos (EUA, Alemanha, Inglaterra, Japão) estão geograficamente situados em regiões frias ou temperadas, portanto impossibilitados de produzir álcool e óleos vegetais em seus territórios. Depois dos conflitos militares no Oriente Médio em busca do petróleo, esses países fatalmente irão se apropriar das regiões intertropicais, com ou sem a ocupação militar da terra, mas dela extraindo por meio de grandes corporações multinacionais, o combustível vegetal substitutivo do petróleo e do carvão mineral, as formas energéticas do passado. É por isso que o território brasileiro, a maior nação tropical do planeta, está sendo vendida para os magnatas estrangeiros, de modo que o agro-negócio atualmente é de conteúdo energético. Decorre daí que o agro-negócio ganha outra fisionomia econômica e política. É que no passado, com o arranjo colonialista luso-anglo, a demanda metropolitana era por minérios e matérias-primas, açúcar, algodão, cacau, borracha, café. Hoje a cobiça colonial ganha outra dimensão, assim como a resistência nacionalista. Neste século XXI o colonialismo é eminentemente o da energia vegetal para garantir o funcionamento da sociedade industrial: a química do hidrocarboneto cede o lugar para a química do hidrato de carbono. Assim, o que é imperativo – tanto aos países cêntricos quanto aos periféricos – é a álcoolquímica, e não a petroquímica. É esse dado da natureza com todas as suas implicações ecológicas que altera a forma e o conteúdo da apropriação dos recursos naturais no estágio do capital monopolista pós-petróleo. Por isso o desafio do nacionalismo é romper com a inércia mental que identifica indústria com petróleo, como se a produção industrial não pudesse ser movida pela energia da biomassa. Uma vez superado o fetichismo do petróleo, a resistência nacionalista caberá atentar para o seguinte aspecto: o capitalismo imperialista está interessado mais no território dos trópicos – em seu aspecto físico com sol e água doce – do que na população, mesmo concebida como proletariado externo. Não por acaso a internet saxônica divulgou a mensagem genocida: “mate um brasileiro e salve a floresta!”

A produção de energia da biomassa (pela primeira vez na história a energia é plantada na terra) não se faz de maneira concentrada como a mina de carvão e o poço de petróleo; daí a ocupação da terra ser fundamental, o latifúndio se associa ou é comprado pelas corporações estrangeiras, mas com as grandes plantations multinacionais não haverá a absorção da força de trabalho da população.¹⁷

Os sobrantes, os marginalizados, os excluídos, os despojados irão aumentar ainda mais no estágio energético do colonialismo sem reforma agrária. As grandes usinas de etanol irão expulsar mais gente, engrossando a fileira dos desempregados suburbanos. A alternativa a esse arranjo oligárquico-imperialista teria que ser uma estrutura social baseada em pequenas propriedades com microdestilarias produtoras de álcool e óleos

vegetais. A produção simultânea de energia vegetal e comida somente será realizada em pequenas propriedades. É essa a mensagem do nacionalismo antiimperialista, o qual infelizmente continua recalcado ou sumiu do imaginário político brasileiro depois da morte de Leonel Brizola. Os governos efeagaceanos desmontaram o Estado, os de Lula têm sido coniventes com a venda do território para os capitalistas estrangeiros.

Recebido em março/2008; aprovado em maio/2008.

Notas

* Doutor em Sociologia, USP, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora MG.

E-mail: gilbertovasconcellos@yahoo.com.br.

¹ RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas*. Rio de Janeiro, Editora Casa Jorge, 2001, p. 151.

² GOMES, José Augusto Teixeira. *Gregório de Matos*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 173.

³ Ver MARINI, Ruy Mauro. *La teoría social latinoamericana* - tomo III. México, UNAM, 1995.

⁴ Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *Radiografía de un Modelo*. Buenos Aires, Orbelus, 1973.

⁵ Ver BOMFIM, Manoel. *América latina – Males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993.

⁶ RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1985, p. 90.

⁷ RIBEIRO. Idem, p. 91.

⁸ IDEM. *O dilema da América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 28.

⁹ IDEM. 1975, p. 39.

¹⁰ Ver STAVENHAGEN, Rodolfo. *La Teoría Social Latinoamericana*, tomo III. México, UNAM, 1995.

¹¹ Ver VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *O Príncipe da Moeda*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 2002.

¹² BENAYON, Adriano. *Globalização versus Desenvolvimento*. São Paulo, Escrituras, 2005, p. 51.

¹³ Ver RIBEIRO, Haydée Coelho. *La Memória de las memórias, El Exílio de Darcy Ribeiro en Uruguay*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

¹⁴ AMIN, Samir. *Más allá del capitalismo senil*. Buenos Aires, Paidós, 2005, p. 73.

¹⁵ WOOD, Meiksins Ellen. *Empire of capital*. Londres, Verso, 2003, p. 101.

¹⁶ Ver VASCONCELLOS. Op. Cit., 2002.

¹⁷ IDEM. *O Poder dos trópicos*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1999.

PESQUISAS

O ESTRANGEIRO E A METRÓPOLE: LOCAL E UNIVERSAL NO CINEMA DE WALTER HUGO KHOURI

Jaison Castro Silva*

O mundo cinematográfico de Khouri estabelece a representação de uma São Paulo que busca inserir o Brasil pós-desenvolvimentismo no quadro da cultura e das sensibilidades internacionais dos anos 1960. O urbano khouriano, totalizante e cosmopolita, porém, ao invés de fornecer experiências gratificantes para seus personagens, insere-os em uma espiral de ansiedade existencial e pavor. Essa aparente situação de desespero, no entanto, ainda apresenta a possibilidade de vislumbrar um outro plano em que a redenção é possível. *Outro* que se faz representar na realização de opções/seleções de referências culturais disponíveis em seu contexto e permite delinear um ponto de vista do mundo fílmico em relação à dicotomia local/universal.

Um longo olhar sobre uma metrópole. A fotografia em preto e branco enquadra volumes negros que deduzimos serem arranha-céus sob um céu noturno cinza. Nela, as marcas de origem foram apagadas. A que região do mundo pertence essa cidade? Os movimentos de câmera alternam-se rápidos, focam objetos descontextualizados que contribuem para a sensação de desestabilização do espectador. Nessa seqüência, o urbano é tomado como ponto nevrálgico de uma civilização que se debate entre a impossibilidade do localismo e o sufocante imperativo do cosmopolita, do universal.

Expressões da cultura brasileira nas décadas de 1950 e 1960, como a que compõe essa seqüência cinematográfica, tomavam o urbano como objeto privilegiado. Questionava-se, assim, uma tendência antiga que julgava a expressão do rural, e não da cidade, como aquela autenticamente brasileira. Engendrava-se, nesse sentido, um conjunto de representações que contribuía para instituir uma identidade nacional ligada a uma realidade urbana. Nesse mesmo caminho, conforme Alcides Freire Ramos informa em seu texto intitulado “Para um estudo das representações do campo e da cidade no cinema brasileiro (1950-1968)” (Revista Fênix, v. 2, ano II, n. 2, 2005), o cinema assume a retomada do urbano como objeto, depois de um longo hiato em que o rural predominava:

Manifestação peculiar ligada a essa redescoberta do urbano pela cinematografia nacional é o filme *Noite vazia* (1964), ao qual pertence o movimento de cenas descrito em nosso primeiro parágrafo. Roteirizado e dirigido pelo cineasta paulista Walter Hugo Khouri (1929-2003), sua abordagem cinematográfica relaciona-se às demais produções da década de 1960, em aparente antagonismo, demonstrando uma perspectiva original em relação às necessidades e às opções de seu tempo. O mundo de Khouri na película em questão aborda, de modo evidente, *o local*, personificado na afirmação enfática desde seu prólogo de que a metrópole paulista é o objeto por excelência das preocupações discutidas no filme. Por outro lado, as identificações da obra cinematográfica com o nacional e a necessidade de representar a realidade brasileira, exigência dos movimentos cinematográficos do período, apresentam-se problematizadas. Khouri insere a cidade brasileira no contexto mundial, tornando-a palco de cosmopolitismo, com anseios declaradamente *universais*. Em seu filme, São Paulo é local de encontro das tendências mundiais, o que, para muitos, evidenciou um distanciamento de sua representação “autêntica” da realidade nacional.

Nesse artigo, pretendemos abordar, em um primeiro momento, com base nos manifestos cinematográficos do período, a discussão que cingia em duas vertentes a produção cinematográfica brasileira, claramente separadas em “nacionais” e “universais”, duas esferas tomadas como pólos antagônicos. Em continuidade, pretendemos, através da análise fílmica de alguns trechos de *Noite vazia*, problematizar a dicotomia local-universal no próprio mundo khouriano. Em um último momento, observaremos como as opções de representação do filme evidenciam de modo bastante peculiar essa dicotomia e, ao mesmo tempo, permitem entrever algumas limitações internas à consecução da proposta que a própria narrativa evoca, a saber, a de superar a oposição local e universal.

Aproveitamos a oportunidade para frisar a importância da análise fílmica para o historiador que se propõe a trabalhar a relação cinema-história. Enfrentar as questões da análise é um desafio ao qual o historiador não pode se esquivar, sob o risco de não conseguir explorar a *potencialidade [do filme] na construção de uma história*. É o que alerta E. V. Morettin, com o texto “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro”, publicado na *História: questões & debates* (Curitiba, n. 38, 2003, pp. 11-42).

Entendemos que a análise de uma película cinematográfica estudada em sua singularidade e alteridade possibilita a articulação de tensões, conflitos, individualidades, modos de elaborar sentidos típicos de um tempo, ainda que sejam próprios do filme e do mundo que ele cria. (Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa*. Campinas, SP, Papirus, 1994).

Nesse sentido, diz Walter Benjamin n’*A origem do drama barroco alemão* (São Paulo, Brasiliense, 1984), quem sabe, possamos emprestar ao cinema khouriano um olhar

histórico que possa capturá-lo em pleno salto em direção a formar-se enquanto tal, antes da ossificação dos julgamentos sobre ele, quando ainda estava em movimento.

Uma das manifestações culturais ligadas ao contexto pós-segunda guerra na Europa e nos Estados Unidos foi uma retomada do humanismo. Diante dos horrores da guerra e de catástrofes do porte do fascismo e das explosões nucleares, recolocar o ser humano no centro das discussões e reativar a fé e a esperança nele parecia ser uma das opções viáveis. A esse “humanismo renovado”, no entanto, afirma Ismail Xavier, viria agregada a tecnologia como aliada do homem no processo de reconstrução mundial (“Introdução”. In: Bazin, A. *Cinema - ensaios*. São Paulo, Brasiliense, 1991, pp. 7-14)

O humanismo pós-1945 logo deixa suas primeiras marcas na cultura brasileira. A partir do final da década, diversos eventos culturais patrocinados por empresários paulistas configurariam o estabelecimento de um projeto moderno para a capital paulista. Abordagens voltadas para o abstracionismo, o internacionalismo e a técnica, conforme Maurício Barreto Alvarez Parada, afastavam esse projeto moderno daquele ocorrido na mesma cidade em 1922 (Parada, A fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: a elite carioca e as imagens da modernidade no Brasil dos anos 1950. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, 1995, pp. 113-128).

Cosmopolitismo, romance psicológico e renovação da linguagem são outras das novidades, incluindo uma valorização inédita do cinema como forma de arte e não apenas como entretenimento.

Quando a vaga humanista, permeada de um sonho tecnicista de reconstrução, chega ao cinema nacional, porém, é adaptada aos anseios e frustrações urbano-industrialistas que o país vivia. Assim, a valorização do indivíduo e do autor no cinema, ambas ligadas ao humanismo pós-guerra, estão presentes na produção cinematográfica de então, mas ganham uma configuração própria. A falência do sonho industrial-desenvolvimentista com a bancarrota da Vera Cruz, além da identificação dos filmes de origem industrial daquela companhia como modelos a não serem imitados, cedo problematizou o sonho da técnica para o cinema nacional.

Para os movimentos cinematográficos, o cinema era concebido como um instrumento de libertação, mas sua cumplicidade com o aparato técnico-industrial vigente o colocava sob suspeita. A aventura do cinema, portanto, só continuaria se houvesse algum tipo de compromisso que a legitimasse.

Segundo Maria R. Galvão e Carlos R. Souza, no artigo intitulado “Cinema brasileiro: 1930-1964”, parte dos cineastas, principalmente os cariocas ou estabelecidos no Rio de Janeiro e ligados ao cinema novo, negavam a arte “como objeto de mera fruição”, almejando um questionamento profundo da realidade, visando a mudanças nos setores

social e político. O que se convertia, principalmente, na “obrigação [por parte dos nossos cineastas] de dedicar-se a um acerto de contas com a vida cultural e social do lado de lá da fratura social brasileira”. (Fausto, B. (org.). *O Brasil republicano, economia e cultura: 1930-1964*. Tomo III, v. 4. São Paulo, Difel, 1984, pp. 463-500)

Os paralelos com o humanismo mostram-se inevitáveis, uma vez que uma atenção à realidade nacional – questioná-la profundamente e descobrir uma nova verdade – é uma missão que os cineastas se impõem e que revela um horizonte utópico. Nessa perspectiva, o cinema, por enquanto uma forma de arte elitista e burguesa, um dia, poderia se tornar, conforme Ismail Xavier, “ele próprio [...] um mito popular, a expressão por excelência do país, ponto de reflexão e caixa de ressonância de todas as experiências” (“Prefácio”. In: Rocha, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo, Cosac & Naify, 2001, pp. 7-31) (itálico no original).

Uma ressaca precoce do clima de otimismo-desenvolvimentismo presente na década de 1950 instala-se em parte do cinema brasileiro. O cinema paulista, no entanto, reage a essa crise de uma forma diferente. Nessa esfera, encontrava-se Walter Hugo Khouri, um dos cineastas a administrar o legado do humanismo europeu e a crise das perspectivas de progresso existente no Brasil de forma peculiar. Em 1958, Khouri realiza seu segundo filme, *Estranho encontro*, que pode ser tomado como um marco não só da carreira de Khouri, mas também da interpretação histórica do cinema no Brasil. A partir de uma análise do filme, Paulo Emílio Sales Gomes (*Crítica de cinema no Suplemento literário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 352), um dos maiores críticos de cinema do período, fornece uma bifurcação basilar para se compreender como o pensamento cinematográfico da época se forma. Em seu texto, os elogios ao diretor e ao estilo da película combinam-se à identificação do filme com uma tendência universal-industrialista do cinema brasileiro. Uma linguagem cinematográfica clássica verificada no filme e a abordagem de temáticas universais que não revelavam marcas de origem, motivam sua avaliação.

Desde esse texto, estabeleceu-se uma via de interpretação sobre o cinema brasileiro. Ao compará-lo a *Rio, Zona Norte* (1957), Paulo Emílio analisa o filme de Nelson Pereira dos Santos como “nos antípodas” do cinema de Khouri, inserido em uma ala preocupada com a identidade nacional, enquanto José Mário Ramos pondera que tal bifurcação - *cinema universal-industrialista e cinema em busca da identidade nacional se tornaria essencial nos anos seguintes*. (Ramos, *Cinema, Estado e Lutas culturais: Anos 50/60/70*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983).

Um dos rótulos atribuídos ao cineasta paulista, nesse período, identificava-o como munido de excelente nível técnico, mas com um cosmopolitismo e uma pretensão de uni-

versalidade que o impediam de obter uma relação mais íntima com a realidade brasileira (Pucci Jr, R. L. *O equilíbrio das estrelas: filosofia e imagens no cinema de Walter Hugo Khouri*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2001).

Com a publicação de *Revisão crítica do cinema brasileiro*, escrito por Glauber Rocha (2001), em 1963, um dos documentos basilares do cinema novo, essa visão seria maximizada. No ensaio do cineasta baiano, Khouri, por exemplo, era convocado a se decidir entre as duas possibilidades existentes na produção do cineasta: o engajamento nas questões brasileiras ou o mito do cinema total. Já o cinema novo se elegeria como herdeiro de um cinema em busca de identidade nacional, inspirado em cineastas clássicos, como Humberto Mauro. Com uma intensa preocupação social, os representantes do cinema novo viam em Khouri o principal antagonista de seu cinema, acusando-o de herdeiro de um cinema industrial e de importar temáticas do estrangeiro sem a devida assimilação crítica. Além disso, radicara-se em São Paulo, “um país estranho como cultura” (Rocha, G. *Ravina: erro de origem*. 1959. Apud Ramos, 2005).

Isso, somado ao desprezo pela técnica em prol da improvisação, seria o suficiente para enxergar os filmes de Walter Hugo como repletos de sofisticacões desnecessárias e burguesas, um típico cinema “alienado”, distante da realidade nacional.

Podemos assim observar que a discussão cinematográfica do período gera uma polarização aparentemente intransponível entre nacional e cosmopolita, entre local e universal. A polarização em instâncias não intercambiáveis apresentava-se comum em algumas opiniões do período, principalmente no que dizia respeito ao político. Mas como seria a representação do cosmopolitismo a partir da análise do próprio cinema khouriano? A análise do mundo criado por Khouri, ao problematizar a metrópole, elabora um ponto de vista sobre o tema que alimenta o debate, ao tempo que problematiza alguns aspectos do mesmo.

O cinema de Walter Hugo Khouri demonstra um fascínio em representar a metrópole e, em sintonia com a iconografia cinematográfica mundial sobre o urbano no período, faz isso em proporções gigantescas. São Paulo é representada em *Noite vazia* como uma cidade já prestes a se tornar megalópole, um urbano de grandes proporções, que sobrepuja o humano e se expande em todas as direções. Nele, o natural é raro em meio ao círculo de concreto, o *local* desaparece em meio ao *cosmopolitismo*.

Na primeira seqüência de *Noite vazia*, temos uma sucessão de imagens, aparentemente conectadas apenas pela ânsia de mostrar a metrópole, em seu movimento noturno, das pessoas que retornam para a casa, do trânsito caótico, dos faróis dos automóveis a vagar sem rumo, dos luminosos publicitários, etc. Entretanto, logo há uma primeira pro-

blematização. A partir do estereótipo da metrópole como nicho da diversidade, lugar da oportunidade, inexorável fluxo de pessoas, de acontecimentos, etc. o mundo khouriano compõe uma metrópole que é lugar não do “novo”, mas de um círculo infernal de repetição.

Os personagens principais, Nelson e Luís Augusto, vagam pela cidade em busca de emoções, de algo que, em suas palavras, possa ser “diferente” e, que, portanto, justifique a noite. Em seu caminho, porém, só encontram o vazio e a frustração, o que não impede que refaçam a mesma jornada estéril todas as noites. Eles estão presos numa espécie de círculo infernal, condenados, como Sísifo, a refazerem as mesmas ações e obterem os mesmos resultados. Além disso, na representação fílmica aqui analisada, a generalização da ânsia por novidade e do tédio dos protagonistas não parece se resumir só a São Paulo. Desde a cena inicial do primeiro movimento fílmico de fato actante, em que a ação parece contribuir para um sentido tradicional de narração, quando os protagonistas se encontram, Nelson está diante de uma agência de viagens. Ele contempla as vitrines da agência, como se percorrer o mundo em viagem pudesse fornecer uma experiência nova, que ajudasse a cerrar as barras do cárcere no qual estava inserido.

Nas cenas seguintes, as referências ao cosmopolitismo paulista se repetem. Em um ambiente barulhento e movimentado, uma banda de *rock* de nome estrangeiro, *The Rebels*, é enquadrada com destaque. A seguir, um restaurante japonês parece ser uma ilha de calma em meio ao mar de buzinas e freadas que formam o ambiente ao redor. São Paulo é o lugar para onde as tendências mundiais se convertem. Embora o cosmopolitismo paulista não seja uma questão de opção, mas, praticamente, uma condenação, já que fruto de uma tendência modernizante *inevitável* (Giddens, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991, p. 27).

Em outra cena, ocorrida em um bar refinado, Luís afirma querer “dar o fora do país”, uma vez que não agüenta mais o tédio. Nelson rapidamente retruca que o amigo tinha feito essa mesma observação sobre a Itália quando de lá voltara no ano anterior. A Itália, no diálogo do amigo, seria rotulada como “muito mais chato[a] do que aqui [Brasil]”. Nesse diálogo, ocorre mais uma reiteração da informação presente na maioria das cenas: o problema é geral e não apenas local. Não adianta deixar o Brasil, uma vez que, na esfera mundial, repete-se o problema que encontram naquela noite paulista. Não importa onde se possa ir, todos os ambientes são igualmente desagradáveis, permeados de tédio e experiências vazias.

O diálogo, assim, localiza a representação construída pelo filme, com seu desespero existencial dos personagens, sua falta de opção ante a homogeneidade dos espaços, como um problema de cunho universal. Delineia-se uma das oposições típicas da narrativa – o

roteiro é atravessado por planos contrastivos diversos – agora entre local e universal. A cena da discussão dos personagens sobre a igualdade das experiências encontradas em sua metrópole e na Itália, vista em correlação com os demais, funciona como um “espeelho” (Maingueneau, D. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo, Martins Fontes, 1996). É uma marcação de posição em que o filme explicitamente se auto-explica para o espectador. O narrador parece dizer: não pretendemos falar somente do Brasil, mas do mundo. Não pretendemos uma abordagem desses problemas em âmbito local, mas sim uma abordagem universal. Simultaneamente, com esse objetivo, o filme arquiteta uma São Paulo equivalente a Paris ou a Milão, algumas das capitais da modernização urbana europeia, modelos de cosmopolitismo exportados para todo o mundo.

Entretanto, distante da positivação dessa equiparação, o cosmopolitismo e o universalismo evocados por *Noite Vazia* geram uma perspectiva ambígua por parte da narração. A ansiedade em caracterizar as cenas e os ambientes estabelecendo a metrópole como cosmopolita, alçando a capital paulista, portanto, em patamar semelhante ao dos modelos europeus, é evidente. Compor cenas que reforcem esse cosmopolitismo exerce fascínio na instância narradora. Apesar disso, tal universalismo não parece colaborar nos objetivos dos personagens. Em realidade, parece lançá-los em um universo de repetição, em que o “diferente”, tão almejado, está sempre ausente.

Reitera-se o que se evocava já em seu prólogo, seqüência certamente definidora dos rumos do enredo. A narrativa do filme evoca constantemente um outro plano, no qual tudo poderia ser de outra forma. Uma esfera em que finalmente o diferente, o *Outro*, poderia surgir. Outra ordem que possa se sobrepor ao cosmopolitismo de fachada, que desmascara a mitificação da metrópole como espaço da diversidade, revelando-a, em realidade, como lugar da homogeneidade (Pucci Jr, R. L. *A imagem da cidade de São Paulo nos filmes de Walter Hugo Khouri*. São Paulo, sem publicação, 1995).

Desse modo, o cosmopolitismo de *Noite Vazia*, ainda que não se negue sua disposição para a composição de um retrato da metrópole paulista enquanto inserção automática em um quadro de modernização mundial, converte-se em um presídio para os seus personagens. Nesse momento, chegamos a um *topos* crucial para a compreensão do filme que permite estabelecer uma relação direta de *Noite Vazia* com o cinema que era produzido no Brasil daquele período. Como mencionado anteriormente, para analistas dos anos 1960, como Jean-Claude Bernadet (*Brasil em tempo de cinema*. São Paulo, Brasiliense, 1978), em filmes como *Vidas Secas* (1963) e *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), as classes populares assumiam posição central numa relação de “fascínio pela realidade social e cultural do ‘outro’, do universo distante da realidade cotidiana vivida pelo produtor cultural” (Ramos, F. P. *História do cinema brasileiro*. São Paulo, Art editora, 1987, p. 328).

Ao eleger como protagonistas de seus filmes as camadas menos abastadas, os cineastas eclipsavam assim a sua condição enquanto representantes da burguesia. Para Bernadet (1978), numa tese já tradicional do pensamento cinematográfico brasileiro, o resultado era que os cineastas renegavam as classes médias, das quais eles próprios advinham. Os burgueses surgiam em parte desses filmes geralmente de forma caricata e não eram problematizados, assumindo, por vezes, contornos exclusivamente negativos para o enredo. O desejo de olhar para o outro, para o lado oposto da linha social, permaneceu uma constante em parte considerável dos cineastas brasileiros, inclusive, em décadas seguintes.

Não pretendemos uma generalização das condições de representação da burguesia para todos os filmes geralmente agrupados sob a denominação cinema novo, que é ampla e de variados matizes. Em nosso recorte, um exemplo do cinema novo de representação complexa do pequeno-burguês (e do artista), logo discrepante em relação à postura de Bernadet aqui referida, é *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha. Nele, reavalia-se, de modo ácido, as opções revolucionárias dos primeiros filmes do cinema novo e aponta-se para o gesto autoritário contido em seu desejo de representar as classes populares.

Noite vazia e outros filmes do período, como *Os Cafajestes* (1963), contudo, não se encaixam nesse quadro. Não há neles o menor pudor em representar personagens burgueses e, embora lhes destine olhar ácido, apontando para seu cinismo e decadentismo, há uma preocupação em não os abordar de modo caricato ou maniqueísta, como vilões, exploradores, etc. Tenta-se compor de modo complexo os personagens desses segmentos sociais, problematizando-os.

O filme aqui analisado, portanto, é um representante da auto-reflexividade do cinema brasileiro na década de 1960. Uma prática cinematográfica preocupada com a situação da própria classe média à qual pertencia, tomando-a como protagonista, transformando seus problemas, ficcionalizados ou não, romantizados ou não – isso é irrelevante – em elemento central. Não é que o mundo de Khouri se recuse, simplesmente, a olhar para os estratos populares da sociedade, para o *Outro* do quadro social brasileiro. Em realidade, a preocupação está em voltar os olhos para *Si mesmo*, para sua própria situação social e cultural, mirando-se num espelho. Essa alteração de perspectiva, aparentemente banal, permite abordar a questão sob outro prisma, implicando uma mudança significativa no modo de encarar as opções do texto fílmico. Se há uma dialética velada no cinema brasileiro da década de 1960 entre o *Outro* e o *Si mesmo*, optou-se aqui pela segunda categoria.

Noite vazia, assim, questiona suas próprias condições de existência na sociedade. Ao analisar os burgueses, analisa também sua situação enquanto texto fílmico, produto cultural burguês. Mas, pelo que já vimos até aqui, percebemos que o si mesmo composto na representação fílmica apresenta-se como alvo de persistentes inquirições. É uma reali-

dade opressiva, na qual as relações humanas estão em crise e o próprio humano encontra-se problematizado. Uma esfera que constantemente evoca outro plano, uma realidade perdida, onde, quiçá, tudo possa se dar de outra forma.

Não por acaso, um acontecimento fundamental para o enredo ocorre em um local de cultura estrangeira, um restaurante japonês. Nele, os protagonistas encontram duas garotas – Mara e Cristina –, logo rotuladas como “diferentes” e, portanto, apresentando as possibilidades de redenção da noite. O modo como o ambiente é introduzido em cena é sintomático. Após vários fracassos em outros ambientes, o espectador ouve sirenes, buzinas, o ronco dos motores, enfim, o barulho da metrópole. O som é bruscamente alterado para uma música oriental calma e relaxante. A imagem é tomada pelo rosto de um Buda.

O restaurante japonês, portanto, é o único ambiente no qual a calma e o silêncio se contrapõem ao burburinho e alarido constante da cidade. O Buda ditoso representa felicidade e riqueza de espírito. Tudo que estava ausente naquela peregrinação noturna em vista do sentimento de luto, presente nos ambientes até então visitados. Um pedaço do oriente em São Paulo, o restaurante japonês, representa um indício de outra realidade, onde se sonha encontrar um ponto de segurança, um alicerce de apoio aparentemente perdido para sempre.

Ao avançarmos na narrativa para um trecho já próximo do final do filme, podemos nos deparar com uma cena que permite mais algumas reflexões sobre como o mundo khouriano problematiza – e onde encontra seu ponto cego – a relação local-cosmopolitismo. Nessa seqüência, Luís e Nelson já se depararam com várias frustrações na relação com Mara e Cristina, sendo que a promessa de encontrar o “diferente” que elas representavam, mais uma vez, ao menos na aparência, se frustrara.

Madrugada já está alta quando Luís Augusto levanta e, de repente, para seu espanto, contempla Nelson e Mara enlaçados em êxtase. Luís tenta esquecer aquilo, meneia a cabeça, recorda algumas revistas na sala. Num detalhe, um movimento de câmera rápido, passa-se da retirada das revistas ao rosto de Luís a folheá-las, com desagrado. O título do periódico é *Fatos & Fotos*. Nesse momento, o som-ambiente dos carros lá fora é substituído por uma trilha angustiante e intensa. Um sorridente astronauta está na capa. Aberta a revista, vemos a matéria principal sobre a viagem do astronauta John Glenn, o primeiro americano a visitar o espaço. Sob o título “O vôo da paz”, uma fotografia do rosto de Glenn ajuda a compor uma atmosfera singular. *Close* em Luís, olhos a passear pela fotografia. A máscara de desagrado permanece. Não consegue esquecer o enlace dos amantes. Corte. Um texto, em fonte maior e negrita, é visto:

‘OBJETIVO É: LUA’. Isto foi o que o cientista Werner von Braun revelou sôbre [sic] os objetivos do programa espacial norte-americano. ‘Levando em consideração o rit-

mo dos nossos trabalhos, posso assegurar que colocaremos um homem na Lua ou em Marte, e o transportaremos de volta à Terra, antes mesmo de serem civilizadas as populações indígenas que ainda habitam várias áreas tropicais do nosso planeta. [E em seguida:] Apesar de parecer um absurdo à primeira vista, as pesquisas espaciais são, na realidade, vitais à sobrevivência da espécie humana’.

Luís pára a leitura, seus olhos se dirigem para frente, pétreos. Seu rosto torna-se uma máscara de catatonia, obcecado. Depois, as pupilas circulam ao seu redor, num ímpeto de observar os amantes enlaçados. Após alguns movimentos em que folheia outras revistas com acontecimentos históricos, cuja análise não diz respeito diretamente a nossa delimitação, um novo corte. Luís vira-se lentamente com olhar melancólico. Levanta-se, atira as revistas sobre a poltrona. Nelson e Mara despertam assustados, acordados por Luís Augusto.

Para o egoísmo de Luís, aquela visão era inaceitável. Descobrir que o amigo conseguira alcançar o estado a que tanto ambicionava, numa noite em que o próprio Luís só encontra fracasso, o angustia. O personagem, compulsivamente, contempla a cena. Demonstra-se aqui que Luís Augusto, até então plano, sinônimo apenas de negatividade para o enredo, se mostra frágil. Luís procura encontrar algo para distrair-lhe, permitindo-lhe refazer a barreira entre seu eu e o mundo. No cômodo onde se refugia, encontra alguns periódicos, mas as revistas não o ajudam.

Nelas, encontra um sorridente John Glenn, astronauta americano, alçado à categoria de personificação máxima do indivíduo, o herói, mais precisamente “herói do mundo livre”. Ao folhear a matéria de capa, a primeira fotografia que Luís vislumbra é de uma face humana – a de Glenn – em grandes proporções, magnitude do indivíduo, cuja expressão denota pasmo frente à visão da orbe terrestre, flutuando no espaço.

O texto, atribuído a Werner von Braun, adquire um importante papel ante o enredo. A câmera passeia sobre o texto, solicitando sua leitura. Nele, somos informados de que o homem poria os pés na Lua ou em Marte, antes mesmo de todo o espaço terrestre ter sido conhecido e explorado, enfim, “civilizado”. O espaço de atuação humana seria ampliado, com a viagem espacial e até interplanetária, em proporções exponenciais, antes mesmo de existir um domínio mais amplo sobre o território do planeta. Os instrumentos musicais ecoam com insistência, quando a câmera subjetiva pausa sobre estas palavras, que angustiam Luís Augusto ainda mais.

Mesmo em sua representação máxima, o herói – vide a expressão de pasmo do astronauta na fotografia –, o ser humano não é mais do que um grão de poeira diante da vastidão do espaço. Ante uma esfera de tal magnitude, o indivíduo ocupa um mero ponto ínfimo na totalidade do existente. O filme joga para uma instância muito mais ampla a

crítica inicial, analisada anteriormente. Do cosmopolitismo da cidade transformado em presídio, agora, é o pensamento projetado sobre a magnitude do espaço sideral que transforma o universalismo em uma desesperadora prisão.

É possível relacionar, parcialmente, tal pessimismo, localizando-o historicamente nos anos 1960, à crise das perspectivas de progresso humano advindos da década anterior, marcados pelo otimismo populista-desenvolvimentista. A fé no futuro e a esperança daquele período estão presentes de forma persistente no filme. O personagem Luís Augusto, com sua arrogância e seu autoritarismo, encarna, desde o início da narrativa fílmica, a sensação de domínio do espaço. As ruas apinhadas de automóveis das primeiras cenas também acentuam o diálogo com este clima desenvolvimentista. Conforme Boris Fausto, o Brasil dos anos 1950 embarcou no sonho da *civilização do automóvel* (*História do Brasil*. São Paulo, Edusp-FDE, 1984, p. 429).

Uma forma de prever uma sociedade do futuro, na qual o bem-estar individual seria garantido pela segurança ante o espaço, que poderia ser percorrido cada vez mais velozmente, e diante das novas tecnologias, que ajudariam a compor um mundo de maravilhas. Por esse motivo, pondera Verena Alberti, “uma das principais ênfases do governo Juscelino Kubitschek, que se iniciou em 1956, passou a ser a indústria automobilística e, ao lado dela, a produção de combustíveis e a construção de rodovias” (In: Castro Gomes, A. de et al. [coord.]. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002, pp. 260-337).

O que pode ser focado nas cenas em que Luís Augusto, monarca do individualismo, dirige seu automóvel sozinho, com toda a segurança, pelas ruas antes ameaçadoras de São Paulo. A internacionalização dos produtos disponíveis e o sentimento de que o Brasil estava mais próximo do resto do mundo reinavam. O que está presente no filme pelas agências de viagens e *out-doors* da Panam vistos no cenário da metrópole, assim como em sua ansiedade de compor as cenas construindo uma São Paulo cosmopolita.

Os automóveis a vagar a esmo, do início do filme, a problematização de Luís Augusto e outras seqüências, todavia, sinalizam que o filme está sintonizado com um segundo momento dessa euforia desenvolvimentista. Um momento de reavaliação que almeja, através da acidez de sua crítica, superar os problemas do passado, apontando novos objetos a serem destacados. As falsas promessas do período anterior alimentam a postura crítica do filme em relação ao progresso nas bases até então estabelecidas. Os personagens amargam uma “ressaca ou contrapartida do entusiasmo populista-desenvolvimentista”. conclui Rubens Machado Jr., em sua dissertação de mestrado intitulada *São Paulo em movimento: a representação cinematográfica da metrópole nos anos 20*, apresentada à ECA-USP, São Paulo.

Os sonhos desfeitos, porém, também geram uma tomada de posição do filme. Ela prescreve quais seriam as questões realmente importantes para um progresso de fato humano em nosso meio social. O olhar do cinema khouriano está permeado de descrença em relação a qualquer mudança que não passe pelo nível subjetivo.

Noite vazia assume uma opção de explorar o próprio mundo que lhe proporcionou a existência. Busca, assim, o Outro – não de maneira externa, dirigindo olhar para o outro lado da esfera social –, mas dentro de seus próprios limites, num auto-olhar. Nesse processo, procura estranheirar-se, tornar-se estranho a si mesmo. Isso constitui uma das ambigüidades mais reveladoras no discurso fílmico. Para salientar as figuras de positividade, o filme guarda uma obsessão pelos planos contrastivos. Além de local-cosmopolita, nós temos o claro-escuro, a beleza-decrepitude, a sublimação-degradação, etc. Conforme Michel De Certeau: “No pensamento que as instaura, essas antinomias postulam o princípio de uma origem única (uma arqueologia fundadora) ou de uma conciliação final (um conceito teleológico)” (*A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 223). É, portanto uma enunciação baseada na referência a uma unidade, primordial ou final, o que nega a multiplicidade.

Essa obsessão por planos dicotômicos deixa pistas de que o texto fílmico, ainda que se arrogue a tarefa de desvelar outro plano – o diferente no interior da homogeneidade da cidade, um subjetivo renovado como resposta a um cosmopolitismo-prisão –, guarda problemas acentuados em relação à diferença. A busca efetuada por sua narrativa baseia-se numa concepção do humano como gênero uniforme e homogêneo em um humanismo de limitado alcance, mesmo nivelador. O humano é universal: dores, agonias e conflitos são os mesmos em todos os lugares do mundo. A base é o homem europeu ou, ainda, o americano. Onde está o espaço para o diferente, o Outro?

Um ponto que evidencia tal característica pode ser observado quando Luís folheia a matéria sobre a viagem espacial. Anuncia-se: “colocaremos um homem na Lua ou em Marte, e o transportaremos de volta à Terra, antes mesmo de serem civilizadas as populações indígenas que ainda habitam várias áreas tropicais do nosso planeta”.

O indígena é o Outro, distante, diferente, resquício que ameaça uma ânsia civilizatória que só se verá completa quando puder se estender por todo o mundo. Assegura-se ainda que isso ocorrerá em tal velocidade que esta se situa como um parâmetro sobre o qual a voracidade da corrida espacial, não obstante, deve se basear e superar.

O mundo de *Noite vazia* critica acidamente a homogeneidade, mas não consegue se livrar dela. Dirige seu olhar continuamente para o novo, para o diferente, para o além, mas a concepção que permeia sua narrativa é a pressa em nivelar o diferente pela conformida-

de a modelos, em que toda a diferença será um dia “civilizada”, homogeneizada. No filme aqui analisado, essa é a limitação e o beco sem saída da proposta khouriana.

O local e o cosmopolita são expressos em Khouri como intimamente ligados e inseparáveis. Um processo de estranhamento atinge o local, apresentando os personagens como melancólicos estrangeiros em uma metrópole que julgam sua. Onde vagam enfrentando sempre as mesmas experiências, nas quais, porém, não se reconhecem. Por seu turno, o cosmopolitismo é um presídio que tolhe as emoções, as diferenças e nivela todos os tipos de experiência. Remete a um universalismo que somente apequena as esperanças individuais de renovação. Os dois planos seriam abolidos justamente naquele que é o altar do mundo khouriano, o indivíduo.

No filme de Walter Hugo, é somente através do explorar da subjetividade humana, da atenção às suas ambições, tanto as mais elementares quanto as mais elevadas, que se tornaria possível encontrar um ponto firme e estável onde, afinal, o Outro finalmente se faria revelar.

Noite vazia problematiza o dicotômico universal-local, num projeto maior de questionamento, visto aqui, como um estranhamento em busca do Outro.

Esse projeto encontra limitações irrevogáveis, mantendo-se aprisionado numa perspectiva totalitária do *Um* sobre o *Outro*. Com isso, não queremos desqualificar o potencial crítico da película. O cinema de Khouri, ao invés, de uma produção apolítica e plana, como muitos apontavam, guarda um projeto humanista e um horizonte utópico de potencial de análise imenso.

Outros aspectos da película conseguem expressar um olhar crítico de modo menos problemático, até mesmo blasfematório. Em conjunto, eles deixam a pista de que opor, de modo estanque, o local e o cosmopolita é irrelevante ante o grande desafio que Khouri julgava identificar em seu projeto humanista. Ele pretendia descobrir o cruzamento das questões de fato fundantes, “autênticas”, não na revelação de uma realidade pretensamente nacional, com traços de origem visíveis, muito menos na projeção ingênua, vista como negativa, da resolução de problemas para o cosmopolita. Mas sim no ponto mínimo de localização de todos os anseios, o indivíduo.

O mundo fílmico khouriano pressupõe uma perspectiva sobre questões como local e universal que problematizam e enriquecem nossa perspectiva sobre o quadro cultural de produção de sentido da década de 1960.

Com essa reflexão, esperamos ter evidenciado que o desvelar de um mundo próprio ao filme, onde as regras são outras e que não necessariamente é um espelho do real, pode

Jaison Castro Silva

permitir ao historiador elaborar reflexões profícuas sobre os anseios e desejos aos quais aquelas representações se ligam num processo rico e ainda pouco explorado na relação cinema-história.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: jaisoncastro@gmail.com

COLÔNIA RIOGRANDENSE: TERRITÓRIO DE LUTAS NA CONSTRUÇÃO DE UM SONHO: CULTURA, TRABALHO E MEMÓRIA (1922-2003)*

Lídia Baumgarten Braun**

Introdução

No inverno de 1994, o frio foi muito forte na região oeste do estado de São Paulo, onde se localiza a Colônia Riograndense. Ocorreram geadas que destruíram grande parte das plantações de milho lá existentes. Tal fato trouxe algo muito desagradável para a Colônia: a falência de sua Cooperativa.

O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu em função desse acontecimento marcante para vida das pessoas que vivem nessa região. A Cooperativa, denominada “Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense”, foi fundada em 1939 e teve uma longa trajetória na região, acompanhando o crescimento dessa Colônia. O fato deixou a todos perplexos, pois já se ouvia dizer que as coisas não andavam bem, mas ninguém acreditava que isso poderia acontecer. Os dirigentes da Cooperativa se defendiam, mas o que se sabia é que, nessa época, eles já haviam vendido antecipadamente muitas mil sacas da produção que ainda estaria por vir.

O lugar que eu conhecia desde pequena parecia-me nesse momento estranho. A partir daí comecei a perceber como as coisas haviam mudado na Colônia. O espaço físico da Colônia que representa o espaço no qual homens, mulheres e crianças se relacionam, trabalham e convivem, parecia ter perdido sua maior força: a liderança da Cooperativa. A princípio, passei a refletir sobre como a perda da Cooperativa teria influenciado negativamente a comunidade e como vários recursos vivenciados no dia-a-dia através da Cooperativa foram expropriados do cotidiano das pessoas que ali vivem desde muito tempo. Perguntas que eu mesma me fazia e para as quais não conseguia encontrar respostas. O que se passava na mente e no coração das pessoas, especialmente dos mais velhos, imigrantes e migrantes que transformaram a Colônia em sua morada e que ajudaram a construir a Cooperativa, passando a viver um momento histórico totalmente novo em suas vidas.

Cabia investigar, portanto, o que manteve esses grupos de imigrantes na Colônia Riograndense? Quais os pontos de identidade entre eles – a lembrança de uma terra, hábitos, religião e tradições comuns? O que restou ou o que sobreviveu na memória dos que permaneceram na Colônia e viveram intensamente as transformações histórico-culturais dessa região? Quais as razões para continuarem enraizados, o que preservam? Cultivam ainda raízes culturais comuns? Qual o sentimento que predomina atualmente: desestímulo, desencanto, perseverança, anseios, esperanças?

Como experimentaram as transformações sofridas no campo, em que proporções sofreram ou sofrem essas transformações? Por que insistem em manter a pequena propriedade? Como usam, vêem e pensam a Colônia, seus direitos e lugar que ocupam? Qual a contribuição e o papel do imigrante nessa região? Como experimentaram e qual o impacto da perda da Cooperativa em suas vidas, suas experiências em associação? Como se reorganizaram e qual o significado da perda também de um espaço de sociabilidade e lugar de encontros?

Na perspectiva de apreender um pouco do que foi o modo de vida dessas pessoas, a pesquisa desenvolveu um estudo em torno da memória de descendentes de imigrantes, em sua maioria de origem alemã, que, reunidos em uma comunidade – a Colônia Riograndense –, construíram e fortaleceram laços, muitos dos quais perduram até hoje. Como milhares de imigrantes que chegaram ao Brasil, muitos para trabalharem nas fazendas de café, os que ocuparam o espaço onde construíram a Colônia Riograndense a partir de 1922 também tinham o sonho de melhorar de vida e alcançar um sonho ainda maior: o de adquirir o seu pedaço de terra.

A Colônia Riograndense está situada no município de Maracáí, no sudoeste do estado de São Paulo, muito próximo à divisa com o estado do Paraná. Fica a cerca de 500 km de distância da capital e a uns 50 km da cidade de Assis. Essa Colônia teve origem a partir de 1922, com a iniciativa de um “gaúcho”, Michel Lamb, em adquirir terras na então chamada “Fazenda Capivara”. Michel Lamb nasceu em São Sebastião do Caí, RS, em 21 de novembro de 1879, e se instalou na Colônia Riograndense, em agosto de 1922, em companhia da esposa, dez filhos e dois irmãos. As famílias que se dirigiram para a Colônia Riograndense foram em busca de terra, trabalho e liberdade e essa região oferecia aos imigrantes elementos necessários para a aquisição de terras: boas condições climáticas, de solo, localização, boas condições de negociar a compra das terras e outros mais.

A colonização dessa região foi espontânea e não teve a iniciativa e participação do estado em colonizá-la, como foi muito comum nas fazendas de café do estado de São Paulo através do sistema de parceria ou trabalho assalariado, bem como em vários estados do país. Da área total da Fazenda Capivara, com 8.206 hectares, cerca de 2000 ha foram

divididos em lotes e colocados à venda por iniciativa do sobrinho do dono da Fazenda, Cupertino de Castro, e pela Companhia de Loteamento dos sócios Otto Isernhagem e Júlio Malves.³

Michel Lamb, o pioneiro, adquiriu sua propriedade na Água do Macaco, núcleo central da Colônia Riograndense. A partir daí, começaram a chegar à região novos grupos de imigrantes de várias nacionalidades como alemães, russos, poloneses, austríacos, suíços e migrantes de origem germânica já radicados em vários estados brasileiros, como Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais e, especialmente, do Rio Grande do Sul. Daí a razão do nome Colônia Riograndense. Em fins de 1929, Michel Lamb comprou outra área de terras na mesma região, a Fazenda Elízio Galvão, na Água da Estiva, com o propósito de loteá-la e colocá-la à venda. Para lá se dirigiram muitas famílias de origem alemã, algumas com laços de parentesco.

Os colonos recém-chegados tiveram que trabalhar muito para deixar as terras apropriadas para o seu cultivo. As primeiras plantações cultivadas foram: mandioca, milho e feijão, com exploração feita diretamente pelo proprietário e sua família, voltadas apenas para o seu consumo. Em seguida, os colonos passaram a plantar alfafa visando à comercialização. A alfafa foi um cultivo bastante rentável para a época e proporcionou um desenvolvimento considerável para a Colônia Riograndense, atingindo o seu auge na década de 1940.

Todas as fontes e relatos consultados evidenciam os problemas enfrentados pelos imigrantes já na sua viagem, devido à distância e à falta de transporte e de estradas. Os primeiros ranchos construídos foram feitos em regime de mutirão, já que o colono contava apenas com sua própria família e com a ajuda dos vizinhos. As características dos primeiros anos de colonização foram: o auxílio mútuo diante das grandes dificuldades e as doenças que atormentavam os agricultores.

Para auxiliar na compreensão desta pesquisa, buscou-se analisar a formação da Colônia a partir de 1922 até os anos 40/50 quando chegaram as últimas levas de imigrantes e migrantes à região, bem como o caminho percorrido por essa comunidade até os dias de hoje.

Tradições, costumes e referências culturais os unem, mas não de maneira homogênea e tranqüila. Vivendo uma experiência comum, imigrantes e migrantes construíram e fortaleceram laços em comum na vida cotidiana, nas estratégias de sobrevivência compartilhadas. Nelas, cada um preserva e cultiva tradições e costumes, ao mesmo tempo em que os recria em seu dia-a-dia. Afinal, essa população, aparentemente homogênea, tem uma história marcada por laços comuns e também uma história marcada por muitas diferenças, conflitos, tensões e uma multiplicidade de histórias específicas.

A pesquisa desenvolveu-se utilizando diferentes conjuntos de fontes e materiais. Dentre eles, podemos destacar os depoimentos orais e as fontes escritas e iconográficas, especialmente a documentação que se encontra em mãos de particulares. Trata-se de um conjunto documental variado e rico sobre o cotidiano na colônia, as tradições culturais, dificuldades enfrentadas, etc.

Um dos objetivos centrais desta pesquisa foi proporcionar aos meus entrevistados que eles se reconheçam nela, ou seja, permitir que reconheçam a experiência vivida por eles. No entanto, houve alguns obstáculos enfrentados ao longo dos diálogos com meus entrevistados. O que pude perceber é que nem sempre eles assumiram uma postura que lhes permitisse romper barreiras e mergulhar num discurso privado. Havia uma preocupação muito intensa em não abandonar a “história oficial” da Colônia Riograndense e um compromisso em “contar a verdade”, evitando assim contrariar qualquer versão já formalizada.

Foram freqüentes os momentos em que a maneira de narrar reforçou a “memória oficial”, dificultando assim ultrapassar os limites e passar de um discurso público para um discurso mais privado, onde as tensões aparecem. Adentrar nesse circuito mais privado em que eles pudessem ser autênticos nas opiniões e deixar aflorar uma consciência privada das dificuldades vividas, que nem sempre foram explicitadas nas conversas, mas que era importante que fosse explicitado, foram os limites que se procurou enfrentar durante a trajetória da pesquisa.

Dessa forma, o trabalho com as narrativas significou não apenas receber as informações, mas sim um processo ativo de trabalho da narrativa que é o trabalho da consciência e da memória deles. De semelhante modo, pondera-se que o diálogo com os meus entrevistados foi sendo construído durante o decorrer da pesquisa, na qual, tanto eles como eu mesma fomos crescendo, florescendo junto com a pesquisa.

O cotidiano na Colônia

Em relação às condições precárias de um povoado que apenas tomava forma, uma das necessidades era abrir caminhos para que se pudesse chegar ao seu destino. Alguns se lembram da ajuda recebida do Senhor Cupertino de Castro para abrir as “picadas”,⁴ que já morava na fazenda Capivara. Muitas pessoas chegavam à Colônia sem mesmo terem comprado o seu pedaço de terra. Ao ficarem sabendo que havia terras férteis, logo resolviam mudar-se, sem muita bagagem, rumo à “terra prometida”. Outros faziam uma primeira visita para conhecer a região e depois retornavam com a família. As terras eram negociadas entre os responsáveis pela venda e o futuro comprador. Muitos já negociavam as terras na própria região onde moravam. Outros vinham de “mala e cuia” e fechavam o negócio ali mesmo.

Quando o negócio estava fechado, tinham que abrir a “picada” até aonde iriam construir um rancho para morar. Hans Mayer veio da Alemanha em 1929, com dez anos de idade. Ele conta que:

Aí tivemos que começar abrir um caminho, uma “picada” no meio do mato e daí construir um pequeno galpão – um rancho – pra morar. [...] Aí plantamos milho, feijão, mandioca, principalmente mandioca e mais tarde alfafa. [...] Ensinamos os bois a trabalhar na terra. (Entrevista com Hans Mayer realizada em 11/05/02)

Nessa época, já havia estação ferroviária em Cardoso de Almeida. O restante do percurso até a Colônia Riograndense, aproximadamente uns 35 km, tinha que ser feito a pé ou em carro de bois, carregando sua bagagem, durante muitas horas, pelas “picadas”, em meio à capoeira e à mata virgem, até finalmente chegarem ao seu destino. Dóris, em seu diário, registrou os momentos difíceis da chegada:

05 de janeiro de 1924

Primeiro tivemos que caminhar a pé uns 5 km e ainda por cima num terreno argiloso. Isto não dava nenhum prazer e ainda havia o intenso calor. Em seguida, veio o carro dos bois atrelado com oito bois. Então colocou-se ali a bagagem de mão, as mulheres e as crianças menores. A viagem iniciou-se. Passamos por vales profundos e montanhas altas. E o querido sol dos trópicos queimou sobre nós até às 3 h da tarde, quando paramos em um pequeno vilarejo para tomar café e descansar um pouco. Aí alguns já estavam atirados no chão sem poder continuar a caminhada. O carro de bois também não podia continuar além daquele ponto. (Diário de viagem – Dóris Renk, escrito entre dezembro de 1923 a julho de 1925)

Os ranchos e as primeiras casas de madeira, bem como as criações de animais e todos os pertences dos colonos aglomeravam-se mais perto possível dos rios. Isso facilitou não só o uso doméstico, mas também em relação ao trabalho com a criação de animais. Depois de instalados, a primeira providência era cavar poços para retirar a água manualmente através de manivelas ou de moinhos.

Além de todo esforço realizado em relação à obtenção da água através dos poços, havia ainda a questão de que, em muitos lugares, a possibilidade de obter água era mínima, justamente por serem terrenos onde havia muitas pedras, dificultando a escavação. Às vezes eram feitas longas escavações, sem obter resultados positivos. Esse foi o caso do Seu Hans. Ele me contou que foram feitas várias tentativas, em lugares diferentes, em sua propriedade, até que em uma delas deu certo.

Mesmo que os colonos já procurassem se estabelecer próximos aos rios, essa era uma situação que não poderia durar por muito tempo. Pois, mesmo que o rio ficasse próximo, o esforço em buscar água, diariamente, várias vezes ao dia, geralmente enfrentando grandes subidas no trajeto até o rio, tornava as coisas mais difíceis. Para eles, a água foi algo

conquistado com muito esforço. Para obter água para cozinhar os alimentos, para beber e para os demais trabalhos domésticos, tinham que colocar baldes atrelados aos bois ou subir longos trechos de morro com os baldes nas próprias mãos. A roupa era lavada nos próprios rios, em cima de uma tábua.

Muitas das lembranças expressam as dificuldades enfrentadas com a água, como conta Seu Hans Mayer: “*O maior problema aqui em nossa terra foi a água*”. (Entrevista feita com Hans Mayer em 11/5/02).

Dona Herta contou-me sobre as estratégias de sobrevivência que a avó teve que realizar ao chegar à Colônia, enfrentando a dura realidade com a falta de água. Ela me disse que a avó cavava um pequeno buraco em um lugar mais úmido, antes de anoitecer, onde seria possível encontrar um pouco de água. Ao amanhecer, a avó se dirigia até onde havia cavado o buraco e com uma pequena caneca, fazendo movimentos leves, conseguia a água para fazer o café, como ela mesma conta:

Eu lembro, a minha avó que veio junto com a mudança do Rio Grande, a mãe da minha mãe, ela de noite, de tardezinha ia no mato onde achava um lugar mais úmido, uma baixadinha, abria um buraco e no outro dia cedo, de noite juntava um pouco de água e de manhã ia com uma canequinha, bem de leve tirar água pra fazê café. (Entrevista feita com Herta Weissheimer em 14/1/03)

Entre risos e gargalhadas, Dona Herta relembra hoje os momentos difíceis vividos por ela ainda criança. Dona Herta nasceu e cresceu na Colônia vendo e aprendendo com a família a valorizar cada vitória conquistada durante sua vida. Morando atualmente em Assis, numa casa confortável, com todas as comodidades que a modernidade oferece, está longe daquela realidade vivida naqueles tempos. Tempos que somente voltam a ter vida através de suas lembranças.

Ao entrarem na mata para devastá-la e após iniciarem a construção dos ranchos, os colonos contavam uns com os outros. Os vizinhos, os parentes e amigos trabalhavam em conjunto para construir um lugar no qual pudessem se abrigar. A solidariedade acompanhou as famílias dos colonos em vários momentos da vida cotidiana.

Dóris deixou registrado em seu diário um pouco do que foi sua experiência vivida na Colônia e os momentos que tiveram que improvisar para manter a sobrevivência:

17 de janeiro de 1924.

Então fizemos a nossa mudança para a floresta virgem. Teremos que enfrentar todas as situações que esta vida oferece! É maravilhoso na floresta virgem. A gente precisa andar na trilha feita com o facão. Na mata não se pode dar nenhum passo livre. A mata é muito espessa e fechada. No alto das árvores gigantescas os macacos pulavam de uma árvore para outra. Não podíamos ficar observando, pois tínhamos que nos deter em derrubar a mata para construirmos um abrigo. Limpamos um lugar para fazer a “casa”.

Os homens derrubaram algumas palmeiras e os troncos cortados ao meio, serviam de paredes para a primeira “casa”. As folhas das palmeiras eram vergadas para servirem de telhado. Assoalho não havia. Era a própria terra. Para cozinhar enterramos dois cepos de madeira no chão com uma vara, onde o caldeirão de comida ficava dependurado. O pão era assado na cinza quente com brasas. Móvel não havia. A mesa era feita de quatro blocos de madeira enterrados no chão. Então colocava-se uma tampa do caixote da viagem do navio para servir de mesa.(.....) É um começo difícil, mas continuamos a enfrentar o desafio. (Diário de Viagem - Dóris Renk)

Acolher bem foi uma das características marcantes dos primeiros anos na Colônia. Quando os colonos chegavam, contavam apenas com a bondade dos vizinhos ou dos amigos que já haviam se instalado na região. Um costume trazido juntamente com a religião e que foi fundamental para as famílias sobreviverem e manterem o ideal da conquista dos seus sonhos. Manter a porta sempre aberta a vizinhos e amigos permitiu a construção de relações de sociabilidade entre as famílias. Quando a família de Dona Grete resolveu migrar de Minas Gerais para a Colônia, um amigo chamado Johann, que veio com eles para o Brasil e que havia ficado em Santos, recusando-se a ir para Minas, escreveu-lhes cartas dizendo que iria para a Colônia, incentivando-os a migrar também. Quando a família de Dona Grete chegou, o amigo já havia se instalado na Colônia e foi ele quem os levou para a casa da família Pichol para se alimentarem.

Dona Grete lembrou do momento da chegada, em que não sabiam ainda ao certo onde iriam ficar. Porém a ajuda recebida foi imprescindível:

Quem nos acolheu aqui foi o Pichol. [...] Mas antes de nós acamparmos, porque nós tínhamos passado o dia quase sem comer, aí ele falou vou levar vocês lá nos Pichol. Os Pichol, eles dão comida pra vocês. Isso é obrigação de um cristão dar comida. Assim o Pichol logo falou. (Entrevista com Grete Wrede em 19/7/02)

A troca de serviços, como auxiliar nos afazeres de casa, cuidar das crianças ou ainda colaborar em casos de doenças esteve presente na vida dos colonos recém-chegados. A memória de Dona Emmi trouxe lembranças que revelam a presença de um espírito de solidariedade entre as famílias, no qual um ajudava o outro como podia:

E até que nossas mandiocas estavam no ponto para a gente comer, a Grete ia ajudar a Frau Pichol, nossa vizinha, porque ela tinha doze anos, e a Frau Pichol tinha que trabalhar o dia inteiro na roça e tinha um menino pequeno que era o Herbert Pichol ..., ele era pequeno, ela ia lá nos Pichol, ia de manhã lá e já descascava mandioca, já adiantava o almoço para eles, até que a Frau Pichol vinha para casa e terminava o almoço. Depois de noite, ela dava banho no Herbert e tudo assim e vinha para casa e ela fez isto, eles nos davam mandioca para comer, até que ..., mandioca, às vezes ovos, já que não tinha ainda. (Ibid.)

Muitas fatalidades aconteceram com os colonos, geralmente quando faziam a derrubada da mata e a falta de assistência médica e de transportes dificultou mais ainda a vida na Colônia.

Dóris, em seu diário, deixou registrado o episódio em que o marido sofreu um acidente, vindo a falecer dias depois:

1 de julho de 1924

Aconteceu um acidente. Uma árvore, em sua queda, fraturou o pé esquerdo de nosso querido pai e esposo. (...) Uma enfermeira foi chamada e fez um curativo no ferimento. Nós tínhamos esperanças de que tudo ficaria bem. Um dia veio também um enfermeiro para ajudar. Um médico nós não podíamos arranjar. Não havia condições para isso. Três semanas depois deu erisipela na mesma perna que estava machucada. Isto a enfermeira tratava com álcool, porém nosso querido pai não conseguia mais comer. Aos poucos foi enfraquecendo. À noite, todos ficavam junto dele. Meu filho Gustavo, tocava lindas canções no trombone e ele cantava junto conosco. (...) O pessoal da Colônia queria levá-lo numa maca, porém ele não queria sair de perto da gente. Eram 35 km de caminhada! Os filhos faziam tudo o que podiam para ele. (Diário de Viagem - Dóris Renk)

Dóris deixou registrado em seu diário os momentos difíceis em que perdeu o marido e uma filha. Depois dos episódios tristes na vida de Dóris, ela resolveu voltar para Alemanha e juntar-se aos filhos que havia deixado lá, do primeiro casamento. Apesar dos sofrimentos, Dóris procurou manter-se firme na fé e revela em seu diário que esses momentos difíceis só foram suportados pela vivência da fé.

Os problemas enfrentados em relação às doenças talvez foram os piores. Muitos colonos morreram antes do término de sua ocupação. Em São José das Laranjeiras, havia um hospital, dirigido por freiras vindas da Alemanha, trazidas pela Igreja católica. A assistência médica baseava-se em tratar de pequenos ferimentos em geral e não funcionou por muito tempo. Os casos mais sérios necessitavam de maiores cuidados e eram levados para a cidade de Assis, quando era possível.

Havia, na região, pequenas farmácias, porém a falta de transporte, principalmente nos primeiros anos, tornou as coisas muito difíceis. Com o passar dos anos e com a vinda dos primeiros caminhões, os problemas foram se amenizando. Quem não tinha uma condução própria pedia a um vizinho ou amigo que levasse os doentes para receber assistência médica. Atualmente, em São José das Laranjeiras, há apenas um centro de saúde responsável pelos atendimentos de menor gravidade, com uma ambulância para atender os casos de urgência. Dona Emmi lembrou dos vários tipos de doenças que atormentavam os colonos:

Primeiro foi todas essas feridas que dava né, no povo aqui, e amarelão. Depois disso já estava mais aberto quando passou a malária, mas o tifo foi antes da nossa época... diz que esse cemitério velho tava cheio. E bicho berne que entrava na gente. (Entrevista com Emmi Bonkowski Marth em 19/7/02).

Sem assistência médica e falta de transportes, o jeito foi apelar para as estratégias de sobrevivências elaboradas pelos próprios colonos. Não foram poucos os colonos que fizeram papel de farmacêutico, aplicando injeções ou fazendo tratamentos com ervas medicinais. Os próprios produtos utilizados em tratamento com animais, como a creolina, por exemplo, acabavam sendo usados também para cuidar das pessoas. As crianças nasciam com a ajuda de parteiras. Somente mais tarde, com a melhoria das estradas e de transporte, é que os bebês passaram a nascer na cidade de Assis. O Sr. Gustavo recorda desses momentos, lembranças que vêm carregadas de críticas às novas situações, próprias de quem sentiu na pele essa realidade:

Antigamente qualquer um, olha quanta gente não deu a injeção na veia, que hoje é impedido isso daí. O Hans Mayer, o pai da Heike Müller, eles davam injeção de veia nos anos de 40, 50. Eles aprenderam porque que jeito você ia pra Assis, que jeito? 4, 5 horas pra Assis. (...) A maioria das crianças nascido com uma parteira e esse tipo de gente sempre existia aqui. Nos anos de 30, 40 mais crianças faleceram, que hoje é difícil. (Entrevista com Gustavo Reinecke em 27/7/02)

Para Seu Gustavo, o fato de hoje em dia haver “impedimento” de pessoas sem preparo aplicar injeções ou mesmo quando ele narra que era comum as crianças nascerem em casa, com a ajuda de uma parteira, está muito enraizado na sua vivência e nas suas próprias experiências, especialmente se considerarmos que, naquela época, aquelas alternativas e estratégias de sobrevivência que acumulavam saberes eram tão importantes quanto o saber do médico ou de qualquer pessoa especializada nas questões da saúde de hoje. Essas pessoas, numa atitude ativa de sujeitos, de produtores da sua própria existência, foram fazendo frente e produzindo seus próprios meios de sobrevivência. Dona Hilda conta como foi possível fugir da doença através das alternativas criadas pela mãe, alternativas variadas que, aos poucos, foram fazendo parte do seu dia-a-dia. Ela conta que:

Quem vinha mais com... que nem minha mãe sempre falava era nós, porque aquele tempo tinha tífos, morreram tanta gente e nós ainda tinha muitas jóia, muita ropa boa, então minha mãe sempre vendia aquilo pra comprá mantimento pra comê. Vendia as coisa pra pode comprá as coisa pra comê. Por isso, nós não ganhemo a doença, porque sempre comia bem. Os otros comia aquele resto do fubá que fica em cima da peneira e dava mais tifo de fome. (Entrevista com Hilda Völk em 24/4/03)

Na conversa que tive com Dona Herta, ela me contou que sua mãe – Dona Elza Lamb – deu a luz ao seu irmão Omar no quintal do rancho que haviam acabado de construir. Ainda não haviam colocado nem a cama para dentro do rancho e sua mãe teve que parir ali mesmo no quintal, sob a proteção de um guarda-chuva, pois, durante o parto, caiu uma chuva mansa. O nenê que havia nascido morreu um mês depois, em agosto de 1922, de desidratação. Dessa forma, as crianças nasciam com ajuda de uma parteira ou alguém da família, quando não dava tempo de buscar a parteira.

Alternativas com ervas medicinais foram frequentes. Esses costumes foram incorporados e utilizados pelos colonos buscando salvar vidas. Algumas dessas alternativas foram transmitidas por brasileiros que moravam nas redondezas, outras compartilhadas entre os próprios colonos que traziam certo conhecimento e aqui passavam a fazer novo uso em seu cotidiano. Ervas como a “língua de boi”, por exemplo, eram usadas para curar feridas. A babosa era utilizada tanto para curar enfermidades das pessoas como dos animais. Havia também árvores que eram usadas para curar a malária e contra o veneno de cobras.

Também era usado o chá de marcela, a folha de goiaba para curar a diarreia e a creolina que, além das suas várias funções, era utilizada no tratamento de dor de dente. Colocava-se um pouco de creolina em um pedaço de algodão e, em seguida em cima do dente. D. Herta me contou que o pai, Seu Gustavo Lamb, trouxe do Rio Grande do Sul remédio para febre, além do Bálsamo Alemão que era e é ainda utilizado para curar muitos males e também a oline para as doenças e males do estômago. Enfrentando as dificuldades do dia-a-dia, os colonos foram criando e recriando novas práticas, valores e significados.

O Sr. Gustavo relembra também da necessidade de procurar auxílio com curandeiros e benzedeiros que utilizavam ervas medicinais e sabiam conviver com a natureza, como estratégias na luta pela sobrevivência:

Ce vê, tinha mesmo gente com força, não era milagre assim não, ela tinha um remédio lá que, não sei de onde ela tinha, coisa natural, servia, não era bruxaria. Existia mesmo gente com ervas naturais, e que foram passado às vez dos índios, uma parte junto com a roça e assim um ou outro salvô. Desse jeito a gente vivia aqui. (Entrevista com Gustavo Reinecke em 27/7/02)

Dona Herta lembra como tentavam resolver os problemas em relação às doenças, como ela diz: “*Remedinho de casa era o médico*”. (Entrevista com Herta Weissheimer em 24/4/03) Lembra ainda dos obstáculos enfrentados com as doenças e a busca por alternativas que pudessem afastar o perigo nas situações de emergências:

Ervas e chás, essas coiseras todas. Tinha Maracaí, mas como é que ia pra Maracaí. Primeiro lugar era, tinha que pegar um cavalo e quantas horas se ia pra Maracaí, e se não tinha o dinheiro. (Entrevista com Grete Wrede em 19/7/02)

As estratégias de sobrevivências e as alternativas criadas pelos próprios sujeitos faziam parte daquele cotidiano e essa cultura foi sendo introduzida, criada ali por essas pessoas, às vezes improvisando, outras vezes aprendendo com outras pessoas, como práticas que acumulam saberes e produzem conhecimentos tão importantes quanto outros.

Esta pesquisa contribui para novas possibilidades de investigação sobre a Colônia. Aprender a Colônia não como um espaço de adaptação e assimilação por completo des-

sas pessoas, mas sim um espaço vivido e construído, no qual a cultura, a língua, a tradição são herdadas pelos mais jovens, porém, são uma criação ativa e estão em permanente transformação, sendo incorporadas e recriadas.

Nessa perspectiva, considera-se que os diferentes modos de vida dos sujeitos que fizeram parte do processo de constituição da Colônia foram e continuam sendo constantemente reconstruídos e reelaborados, através da memória nas lembranças do passado, no fazer-se do presente e nas projeções de futuro. Em meio à vida cotidiana, os sujeitos vão criando novas práticas e valores vivenciados num processo de transformação, em que a cultura, a tradição têm força e são continuamente resignificadas.

Recebido em Fevereiro/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Texto parcial que apresenta algumas reflexões desenvolvidas na pesquisa do mestrado realizado na PUC/SP, no período de 2001 a 2003, sob orientação da Profª Dra Yara Aun Khoury.

** Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutoranda da Unesp de Assis. E-mail: lidibraun@uol.com.br.

3 Otto Isernhagen era um alemão que viajou muito para Alemanha e diversas regiões do Brasil para fazer propagandas sobre a Colônia Riograndense. O sobrinho, Cupertino, responsável pelos negócios da fazenda, exerceu papel fundamental para o desenvolvimento da Colônia, especialmente nos primeiros anos de fundação.

4 “Picadas” eram as estradas abertas manualmente pelos colonos com facão e foice em meio à mata virgem onde só passavam pessoas a pé e a cavalo.

O AVESSE DO AVESSE DO “SR. PROGRESSO”: RINDO DAS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE

Sandra Maret Scovenna*

A proposta deste texto é analisar algumas crônicas de Benedito Carneiro Bastos Barreto, o Belmonte (1896-1947), e sublinhar a marcante verve humorística presente nelas. As crônicas de sua autoria eram publicadas quase que diariamente no jornal *Folha da Noite* e ocupavam um lugar de destaque na página dois do jornal, bem ao lado do editorial. No ano de 1935, parte da produção literária dos dois anos anteriores foi selecionada, provavelmente pelo autor, e impressa em formato de livro pela Livraria José Olympio, uma das maiores editoras brasileiras na época. A posição de destaque da editora Livraria José Olympio durante a década de trinta é analisada por Antonio Candido, em sua obra intitulada *A Educação pela Noite – e outros ensaios*, editado pela Editora Ática em 1989 (pp. 192-193). Também Sérgio Miceli trata do assunto em seu *Intelectuais à Brasileira*. (Companhia das Letras, 2001, pp. 156-157).

Os escritos de Belmonte são, em sua grande maioria, voltados para o riso, e o livro publicado em 1935 recebeu o nome de *Idéas de João Ninguém*. Ele tem 59 crônicas, 2 contos e 11 ilustrações de sua própria autoria.

Esses escritos foram elaborados nos anos trinta, em um período de profunda crise política, social e econômica; as elites dos países capitalistas (centrais e periféricos) assistiam atônitas e desesperadas ao desmoronar de suas convicções e não sabiam o que fazer para impedir o caos. Suas diretrizes econômicas liberais pareciam (e eram) completamente ineficazes para debelar a crise, e as convicções que a orgulhosa burguesia européia ostentara no século XIX pareciam ter virado pó: a riqueza material e o fabuloso desenvolvimento científico e técnico não solidificaram o progresso, a razão e a paz, conforme se acreditou no passado; a carnificina da I Guerra Mundial revelou ao mundo “civilizado” o estado de barbárie nutrido por suas entranhas.

Antes de abordarmos o assunto central, resumidamente colocado acima, achamos pertinente informar, ainda que com brevidade, o percurso desse artista pouco conhecido

na atualidade. Belmonte nasceu na cidade de São Paulo. Foi jornalista, chargista, cronista e trabalhou para a imprensa paulistana de 1914 a 1947 (Revista *Alvorada* (1914), *Misselânea* e *Zig-Zag*, ambas de 1919). Ver também prefácio escrito por Paulo Duarte (In: *Belmonte Presente*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia (DACH) Comissão de Artes Plásticas, 1978, p. 1).

Publicando inicialmente seus desenhos e escritos em revistas de tiragens mais ou menos modestas, Belmonte fez carreira nos periódicos da empresa Folha da Manhã S.A. De 1921 a 1925, ele colaborou com o jornal *Folha da Noite*. Dessa data até 1927, publicou seus trabalhos na *Folha da Manhã*, e de 1930 a 1947, contribuiu ininterruptamente com a *Folha da Noite*.

É possível olvidar Belmonte quando o assunto é história e imprensa? Não, a menos que se queira cometer uma injustiça. Belmonte foi excelente como chargista, caricaturista e cronista. Além do livro de crônicas *Idéas de João Ninguém*, o artista publicara outro, no ano de 1933, intitulado *Assim falou Juca Pato*. (São Paulo, Companhia Editora Nacional).

Também foram lançadas coletâneas de suas charges e caricaturas: *Angústias do Juca Pato* (São Paulo, Casa Editora Rochêa, 1926), *No Reino da Confusão* (São Paulo, Edição da Folha da Manhã, 1939), *Música, Maestro!* (São Paulo, Edição da Folha da Manhã, 1940), *A Guerra do Juca e Caricatura dos Tempos*, *A Guerra do Juca*. (São Paulo, Edição do Autor, 1941) e *Caricatura dos Tempos*. (São Paulo, Edições Melhoramentos, 1948).

Belmonte publicou ainda *No Tempo dos Bandeirantes* (São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1939). Esse ensaio histórico revela-nos um detalhado, minucioso trabalho de pesquisa e uma grande sensibilidade na descrição do cotidiano dos moradores de São Paulo de outrora.

Em 1925, Belmonte criou, para a *Folha da Manhã*, aquele que lhe trouxe o reconhecimento público por parte dos seus contemporâneos: o *Juca Pato*, personagem constantemente presente em suas charges até 1947, ano de falecimento do artista. O Juca era magérrimo, de aspecto frágil, baixo e careca, “de tanto levar na cabeça”. O personagem morava em São Paulo e sofria com os desmandos e a incompetência dos governos estadual, federal e municipal; além do mais, ele vivia esgotado pela exploração dos grandes monopólios estrangeiros que dominavam os serviços públicos da sua cidade. Juca era marcadamente queixoso e mal-humorado, como se carregasse todo o ônus da sociedade brasileira em suas costas. Houve um amplo processo de popularização desse personagem amargurado e crítico,² pois os problemas do Juca eram reconhecidos por parte considerável das classes médias, principalmente pelas baixas classes médias.

Todavia, durante o Estado Novo, Juca Pato teve uma aparição menos assídua, consequência provável do receio de Belmonte em desagradar as temíveis forças de repressão da ditadura. De qualquer modo, ao desenhar ou escrever sobre o conflito mundial de 1939-1945, Belmonte elaborou saborosas alusões à restritiva situação política brasileira da época. Ver Marcos Silva: “A Guerra de Belmonte: humor gráfico e política no Brasil durante a segunda guerra mundial” In: COGGIOLA, Osvaldo [org.]. *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo, Xamã/FFLCH-USP, 1995, pp. 337-348).

Profundamente antifascista desde pelo menos a ascensão de Adolf Hitler ao poder da Alemanha, em princípios de 1933, o artista paulistano alcançou fama internacional com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Mussolini, Hitler, Hiroito, Churchill, Roosevelt e Stalin tornaram-se, sob a pena de Belmonte, personagens tragicômicos de charges inesquecíveis. E elas circularam por parte considerável do mundo ocidental: Estados Unidos, Argentina, Colômbia, França e Portugal, além de outros países. Durante a guerra, revistas como *ABC* (Portugal), *Le Rire* (França), *Judge* (EUA) e *Caras y Caretas* (Argentina) reproduziram as charges de Belmonte, conforme se pode recuperar no *Dicionário de Autores Paulistas*, de Luís Correia de Melo (São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - Serviço de Comemorações Culturais, 1954, p. 85).

Há ainda a história de que, no princípio de 1945, o Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels, atacou em seus discursos o caricaturista pelo rádio, acusando-o de ser muito bem-pago pelos aliados. (Ibidem.).

Se, na atualidade, Belmonte tem seu trabalho de charges mais ou menos conhecido, como cronista ele está completamente olvidado, o que é estranho e injusto, pois seus escritos presenteiam o leitor com a fina inteligência e ironia do artista. As crônicas de Belmonte raramente desencadeiam o riso exagerado, o ato de gargalhar. Proporcionam o riso discreto, riso próprio de quem tem diante de si um desvelamento perspicaz do cotidiano.

Percebemos nessas crônicas um sentimento de profundo desconforto com a modernidade. Esta é apontada como uma promessa frustrada, uma farsa intrinsecamente violenta e não-controlável. Os homens estão à mercê dela, como se fossem bonecos inanimados. Nesse sentido, a concepção de Belmonte é diametralmente oposta àquela que pertencera à burguesia européia do século anterior. É, também, sensivelmente divergente da concepção adotada por grande parte da imprensa paulista liberal e burguesa da época, conforme apontam Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado em seu *O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”)*. (São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980, pp. 92-100). Em os *Os Aautos do Liberalismo. Imprensa Paulista (1920-1945)* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1989, pp. 19-25), Capelato aponta como esta burguesia encarava os avanços científicos e tecnológicos, além da impressionante abundância ma-

terial de poucos, de modo acrítico. A ausência de crítica à modernidade por parte dessa imprensa liberal e burguesa foi imensamente favorecida pela influência cultural das elites européias sobre o Brasil, sendo que grande parte dessa concepção era herdeira dos dois séculos anteriores: o culto ao liberalismo e aos avanços científicos e técnicos que trariam, segundo essa lógica, o progresso, a riqueza material e o conforto para a humanidade. Um único aspecto nesse mundo moderno, entretanto, perturbava essa mesma imprensa paulista liberal: a organização e a luta política dos proletários. Contra elas deveriam ser empregados todos os métodos conhecidos de dispersão, e o mais comum consistia no uso da força policial e da brutalidade.

Segundo Belmonte, as máquinas e técnicas que outrora foram promessas de melhoramento da humanidade tornavam-se agora algozes imperdoáveis. Conforme as lições tiradas da I Guerra Mundial, elas estavam muito mais direcionadas para o massacre do que para a cura. O final do século anterior produzira inventos maravilhosos, ainda que atordoantes: o telefone, o telégrafo, o automóvel, a luz elétrica e a imagem em movimento (o cinema); utilitários esses que, evidentemente, facilitaram a vida daqueles que puderam ter acesso a eles. Por outro lado, essa mesma modernidade revolucionou a guerra com as bombas despejadas por aviões. E ela criou ainda os tanques blindados, as metralhadoras e o gás venenoso. As mortes nos conflitos bélicos nunca mais foram contabilizadas como outrora, aos milhares, mas sim aos milhões. Nesse sentido, a I Guerra Mundial foi o marco do belicismo moderno, não apenas devido ao genocídio que desencadeou, mas principalmente porque alvejou a população civil. As guerras do século XX evidenciaram que não se tratavam mais de uma luta entre exércitos profissionais, mas entre nações. Portanto, o número de envolvidos passou a ser infinitamente maior.

Belmonte, um homem que viveu à época da I Guerra Mundial e conheceu-a detalhadamente pela leitura da imprensa, captou, atônito, a capacidade destrutiva da tecnologia empregada. Percebeu, também, a indubitável ameaça que a humanidade sofria pelo fato de essas armas pertencerem aos exércitos de Estados imperialistas sedentos de territórios e bens. Logo, nas crônicas de Belmonte, a tecnologia disseminada empurrava os homens para a despersonalização, a coisificação e a morte. Vejamos essa crônica publicada no livro *Idéas de João Ninguém*:

Admitto[sic], para argumentar, que a guerra fosse uma coisa mito interessante, há trinta ou quarenta annos[sic] atrás (...). Lutar peito a peito, de homem para homem, em combates francos e leaes[sic], era alguma coisa que chegava ás raias da epopéa[sic]. Era dramático, mas era bello[sic]. Hoje, porém, não há nada disso. A guerra que se desencadeiar agora não virá aureolada de belleza[sic], nem se caracterizará pelo heroísmo. Os homens, que deveriam enfrentar-se como leões, agirão, prosaicamente, como tatus, enfiados em buracos, num pavor soberano. Não será, uma luta de Homens, com

H maiúsculo, mas um morticínio de minhocas. Haverá, porventura, grandiosidade e heroísmo numa coisa dessas?

Porque a verdade é que ninguém escapará á chacina. Constantemente, os jornaes [sic] europeus se referem aos últimos gazes creados pela chimica[sic], a serviço da guerra, dando detalhes impressionantes sobre os gazes mais pesados que o ar, gazes que descerão ao fundo das trincheiras, das galerias e dos porões, para liquidar as minhocas inimigas. E, além de dos gazes, raios ultra-violetas, raios da morte, raios negros, raios que o partam... E granadas bacteriológicas, que entrarão em scena à ultima hora... E torpedos imantados... E vapores nitrosos, nuvens de phosgeno..[sic]. O sujeito que se metter[sic] nessa tragedia estará literalmente frito. Póde ser patriota, póde ser valente – essa valentia e esse heroísmo não lhe servirão para coisa nenhuma. Diante de uma nuvem de gaz[sic] que avança á flor do solo, firme e implacável, elle não terá outro recurso senão enfiar-se pela terra a dentro, com mascara e tudo, como um tatú. Sob uma nuvem de cem, quinhentos ou mil aeroplanos que despejam bombas, vá o tal sujeito praticar heroísmos! Elle, instinctivamente, appellará[sic] para a sabedoria das formigas.

Um publicista inglez[sic], escrevendo para um jornal de Londres, a propósito da ‘proxima’ guerra, afirmou que ella será tão terrível, tão exterminadora, tão definitiva, que o ‘vencedor, exausto, cahirá[sic] morto sobre o vencido agonizante’.

Para quem anda com idéas[sic] de suicídio, isso tudo é muito interessante... (BELMONTE. A ‘proxima’ guerra. In: Idéas de João Ninguém. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935, pp. 46-47).

Entrecortado por um tom aparentemente melancólico, esse fragmento transcrito evidencia o destino patético da humanidade, encurralada por máquinas terríveis que ela mesma criou e fabricou. Observamos que os homens matam, correm, rastejam e se escondem tentando desesperadamente conservar a vida, igualando-se instinctivamente aos animais. Os soldados da crônica de Belmonte não demonstram lampejo algum de inteligência. A tecnologia infernal arrancou-lhes toda individualidade, todas as qualidades ou ousadias; são números, fazem parte das estatísticas. Eles sequer têm nomes na crônica; são simplesmente “homens” e “sujeito”. Sem nomes ou individualidades, eles se colocam em patamar de igualdade com os milhões que existem da sua espécie, mas no pior sentido possível: compõem uma massa de despersonalizados.

Os avanços científicos e tecnológicos, criações diletas da razão, foram mostrados pelo seu avesso: no lugar de oferecerem conforto ao homem, impuseram-lhe a morte, a destruição e o caos. Conforme sugere o último parágrafo transcrito: acompanhado do seu maquinário infernal, o homem tem, pela primeira vez na história, a possibilidade de eliminar toda a sua espécie.

Observa-se que a concepção de Belmonte sobre a história humana está longe de ser linear. O homem (pelo menos o do século XX) não caminha em direção ao progresso. Pelo contrário, na crônica, ele é desclassificado mais de uma vez. Primeiramente, ele cai metaforicamente do nível do leão ao nível do tatu, e também é comparado a minhocas e

formigas. Belmonte praticamente virou a espécie humana do avesso, representou-a pelo seu oposto: de criaturas que têm a capacidade de dominar certas forças da natureza a criaturinhas insignificantes e quase invisíveis.

A exposição do avesso ou do contrário é apenas uma das estratégias cômicas que Belmonte usa para desencadear o riso no seu leitor. O emprego do absurdo (ou a quebra da lógica) é usado costumeiramente para o mesmo fim. No último parágrafo, por exemplo, vemos uma frase carregada de uma praticidade completamente nonsense: “Para quem anda com idéas de suicídio, isso tudo é muito interessante...”. Ora, quem imaginaria uma ocasião aproveitável para alguém no meio desses horrores? Aprendemos culturalmente a aproveitar-nos de situações que podem ser satisfatórias ou interessantes para a nossa vida, mas jamais para planejar a nossa própria morte. A crônica “A culpa do ‘chômage’”, publicada em outubro de 1933, salienta notadamente a condição de coisificação dos desempregados em uma sociedade superpopulosa e em grave crise econômica e social:

O que, porém, apesar de antigo, tem sempre um cunho de indiscutível actualidade, é o ‘chômage’ europeu que só poderá encontrar uma solução na guerra que se prepara. Dizem os entendidos em assumptos sociaes que as guerras se fazem para dar trabalho aos desempregados, mandando para o outro mundo os excedentes. Assim como se resolvem os problemas creados pela super-produção agrícola, atirando o excesso ao mar ou ao fogo, podem-se resolver os problemas creados pela super-produção humana, atirando os excedentes ao fogo das batalhas e á valla-commum das trincheiras.

A crônica “Morrer por Morrer...”, publicada na coletânea de 1935 e impressa na Folha da Noite em dezembro de 1933 é bastante interessante. Nela vemos todo o brilho das ironias elaboradas por Belmonte:

E o peor é que, dessa próxima guerra ninguém escapará, porque as gigantescas esquadras de aviação vão se encarregar de levar essas bombas a toda parte, na vanguarda, na retaguarda, nos campos de cultura, nas cidades, dentro das casas, no fundo dos porões... Como disse um chronista francez, “a aviação supprimirá as frentes de guerra e colocará toda a nação em linha de fogo”.

E para que se tenha uma idéa mais exacta do que vae[sic] ser essa luta medonha, basta dizer que ella não será uma guerra. Isso de guerra é velharia. A do futuro vae se chamar, segundo nos assevera um jornalista inglez, “um duello electro-aero-chimico[sic].”

Não é bonito? “Duello electro-aero-chimico![sic]”

Exactamente como aquelle [sic] sujeito que estava agonizando no leito, mas que ficou mais alliviado quando soube que ia morrer de uma ‘pneumo-thorax captalíptica[sic] (porque seria uma vergonha morrer de indigestão ou de nó na tripa), nós também podemos ficar tranquillos e satisfeitos porque iremos morrer num duello electro-aero-chimico!

Já é um consolo...

O escritor discorre sobre as máquinas bélicas modernas, salientando o seu poder de destruição. Novamente, os avanços científicos e tecnológicos são mostrados pelo seu avesso, pelo seu contrário.

Belmonte faz referência também ao desejo coletivo de mudança, próprio das sociedades modernas, quando afirma enfaticamente “isso de guerra é velharia”. Na época, a ânsia por novidades era tão grande que a São Paulo dos anos vinte estava repleta de publicidades que exaltavam os seus produtos com o emprego dos adjetivos “moderno”, “super-moderno”, “ultramoderno” e “revolucionário”, conforme aponta Nicolau Sevcenko em seu *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20* (São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 229). Mas, ao mesmo tempo, o artista evidencia o quanto esse encantamento pelo novo pode ser acrítico: em tom de galhofa, Belmonte garante que todos podem se sentir “tranqüilos”, pois vão padecer de doenças ou morrer em conflitos bélicos que possuem nomes que invocam tecnologias ultramodernas; logo, ostentam uma aparente modernidade. Embrulhada em um invólucro de modernidade, a crônica sugere-nos que a morte pode parecer menos dolorosa, o que é compreendido pelo leitor, concomitantemente, como uma sugestão absurda.

E, ao mesmo tempo em que o autor chama atenção para essa premente necessidade de novidades, ele desvela outro aspecto do mundo moderno: o que há pouco era interessante e jovial, um instante depois não significará mais nada. Eis os aspectos essenciais das sociedades modernas: a volatilidade e a absoluta instabilidade. (Ver Marshall Berman. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, pp. 13-35 passim).

Devemos atentar para a presença marcante de *ironias* na escrita de Belmonte, grande elaborador desses recursos lingüísticos da comicidade. Quando Belmonte pergunta ao leitor: “Não é bonito? ‘Duello electro-aero-chimico!’”, tendo como ponto de partida a descrição da terrível destruição proporcionada por aviões que despejam bombas de alto poder de aniquilação, podemos interpretar essa frase do seguinte modo: “não é horrível?! ‘Duello electro-aero-chimico!’ Vejam a incrível capacidade de arrasamento que humanidade desenvolveu!”. Eis o emprego da ironia oferecendo como interpretação o oposto do que foi escrito.

Em outro parágrafo, Belmonte faz novamente uso de sua ironia ferina ao afirmar que “nós também podemos ficar tranquilos e satisfeitos porque iremos morrer num duello electro-aero-chimico!”. Ora, é ridículo e terrível sugerir ao leitor tranqüilidade e satisfação após o detalhamento da ação de bombas terríveis que serão jogadas por aeroplanos presentes em todos os pontos do país. Novamente, temos uma ironia sugerindo o contrário do que foi afirmado.

Teóricos do humor como Sigmund Freud, Mikhail Bakhtin e Vladimir Propp salientam que a ironia prima pelo significado oposto do que é colocado. Vladimir Propp e Mikhail Bakhtin acrescentam que a ironia consiste no seguinte: em palavras, coloca-se algo positivo sobre algo ou alguém, pretendendo, ao contrário, expressar algo negativo, o avesso do que foi dito. (De Vladimir Propp, a *Comicidade e Riso*. (São Paulo, Ática, 1992, p. 125), de Sigmund Freud, o *Os Chistes e a sua relação com o Inconsciente* (1905) - (volume VIII. Rio de Janeiro, Imago, 1977, pp. 92 e p. 198-199) e de Mikhail Bakhtin, em *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais* (São Paulo/Brasília, Edunb/Hucitec, 1996, pp. 138-139)).

Com a ironia, temos, portanto, um recurso cômico que já nos parece bastante familiar: a evidência do oposto, que conduz a compreensão do ouvinte ao desmascaramento de defeitos ou vícios. Entretanto, o sucesso do emprego da ironia depende, em larga medida, não apenas daquele que a elabora, mas também do preparo do leitor para identificá-la e decifrá-la.

Analisemos mais esse fragmento da crônica de Belmonte. Ele expõe uma técnica recorrente do cômico para o desencadeamento do riso:

O chloro, base de quasi todos os gazes asphyxiantes, é producto[sic] indispensável ás necessidades pacíficas da humanidade. Difficilimo, portanto, extinguir-lhe o commercio. O phosgeno e o oxiclورو[sic] são indispensáveis á industria de tintas e aos productos pharmaceuticos...[sic]mas é com elles, também, que se fazem bombas terríveis. De modo que, não havendo possibilidade de eliminar o commercio dessas drogas, ellas continuarão a servir para fabricarem remédios, tintas para pintar paisagem e bombas para mandar a gente para o outro mundo

Nesse instigante fragmento, o artista expressa toda a contradição engendrada pela modernidade; o mesmo desenvolvimento da química que possibilita a cura de doenças e a preservação de inúmeras vidas pode ao mesmo tempo ser aplicado na produção de bombas com alta capacidade destrutiva.

Conforme Freud, em obra já citada, às pp. 149-150, vemos nas últimas duas linhas que o que permite o riso é uma espécie de *ruptura do determinismo*, que não é muito diverso da (já vista) *quebra do sentido lógico*. Primeiro, o artista faz uma relação do emprego do cloro para usos benéficos às pessoas. Repentinamente, ele afirma que o produto serve também para o preparo de bombas. Como essa colocação está fora de lugar e é inesperada, o rir torna-se inevitável.

Não podemos interpretar essa atitude de restrição ao moderno por parte de Belmonte apenas como saudosismo ou conservadorismo. Ela se configura como a manifestação da angústia e instabilidade das camadas médias urbanas (do homem comum dos anos 30), premidas pela maior crise econômica da história do capitalismo e que, concomitantemen-

te, assistia a crises políticas sem precedentes. Para as finanças dos homens comuns, as conseqüências do *crash* de 1929 foram terríveis; eles tinham a impressão de que o mundo estava à beira de um abismo, conforme salienta Eris Hobsbawm em *A Era dos Extremos* (São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 91-92). No caso do Brasil, país periférico do capitalismo, a crise econômica não foi tão rigorosa, mas, mesmo assim, os populares sofriam com a carestia e com o crescimento do desemprego. E os anos de 1933-1934 foram problemáticos para o país. Devido à política de defesa permanente do café, a crise de 1929 surpreendera a produção do grão bastante expandida e com o investimento em novas plantações. Portanto, a maior safra cafeeira do Brasil de todos os tempos foi a de 1933-34 - conseqüência das plantações de 1928 -, anos críticos da depressão econômica (ver Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000, especialmente caps. XXX e XXI, p. 191-216).

As relações internacionais também estavam profundamente tensas e instáveis. Havia a sanha imperialista de países como o Japão, que invadiu e anexou a Manchúria, e a da Alemanha, que rompeu com a Sociedade das Nações e desafiava o Tratado de Versalhes. Ainda que à época do término da I Guerra Mundial os dirigentes políticos europeus (e os jornalistas) afirmassem que aquela havia sido a última guerra, já no princípio dos anos 30 os jornais referiam-se constantemente à possibilidade real da eclosão de um novo conflito bélico de grandes proporções.

Portanto, a restrição de Belmonte ante a modernidade diz respeito à perplexidade de um homem comum (um “João Ninguém”) que observava as “estripulias” econômicas, sociais e políticas de um mundo incompreensível. Quanto ao belicismo, o estado (e a cidade) de São Paulo sentira seus dissabores em 1932. Por causa do número insuficiente de homens, armamentos e víveres, os paulistas foram derrotados na chamada “Revolução Constitucionalista”, tiveram que abandonar parte de seus ideais e firmar um acordo com o governo provisório³. Durante esse conflito, os paulistas conheceram “ao vivo” o moderno processo de luta: aeroplanos de guerra, metralhadoras e bombas.

Para os prepotentes e orgulhosos paulistas que apoiaram a luta de 1932, provindos em grande parte das oligarquias e das camadas médias da população, ter de abandonar seus ideais devido à ausência de armamentos adequados foi extremamente frustrante. Belmonte participara da Revolução Constitucionalista elaborando propagandas ilustradas para levantar a moral dos soldados paulistas. Os derrotados sentiram-se injustiçados e traídos, pois consideravam seu ideal (a luta pela constituição) nobre e belíssimo, mas foram derrotados pela insuficiência material. Portanto, eis em parte a razão pela qual Belmonte, em *Os profiteurs*, à p. 53, fustigava a tecnologia bélica – além, é óbvio, da questão humanitária:

O que acontece é que essas illustres[sic] entidades [as indústrias de armamentos] tratam de negociar suas armas com quem lhes oferece[sic] melhores garantias. É um direito que lhes assiste, porque cada um se defende como pode. Tanto que, quando São Paulo desencadeou a Revolução de 1932, teve que brigar com pica-paus e cabos de vassoura, porque as fábricas de armamentos viram logo que era mais garantido negociar com a ditadura[sic]. E foi esse, em verdade, o melhor negocio que as usinas bellicas[sic] norte-americanas realizaram depois da guerra européa[sic].

Está claro que não sou eu quem o afirma[sic]. É um jornal yankee, 'The New Republic' de Nova York.

Para Belmonte, apenas Estados imperialistas tinham o capital necessário para comprar armamento das milionárias indústrias bélicas. Logo, ainda que em suas crônicas Belmonte não acusasse o governo provisório de ser imperialista, ele apontava as semelhanças indubitáveis entre o governo brasileiro “revolucionário”, que subiu ao poder em 1930 – o qual Belmonte denominava “dictadura” –, e os governos imperialistas da Alemanha e do Japão: censura à imprensa, autoritarismo, centralização, valorização progressiva do Exército e o objetivo de abafar o individualismo, sendo que esta última medida, para Belmonte, constituía-se no maior erro. Homem formado pelo liberalismo e autodenominado um conservador, ele não aceitava ataques ao individualismo, pois temia que a maior parte da humanidade se transformasse nos soldados despersonalizados e coisificados de suas crônicas. Atente-se que a expressão “conservador”, na década de 1930, não significava desprestigiá-lo. Ao contrário, esta palavra estava relacionada com ponderação e cautela. Ser conservador era cerrar fileiras ao lado da democracia liberal, conforme informa Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, em sua obra já citada, à p. 105.

Usando a crítica contra a modernidade para atingir indiretamente o governo autoritário de Getúlio Vargas, do qual o autor discordava, suas crônicas constituem-se em um material riquíssimo para o historiador. Virando a modernidade do avesso, as crônicas propõem uma crítica da modernização conservadora, que, em lugar de proporcionar a felicidade aos homens, almeja o lucro desmesurado e nada mais. Nesse sentido, o tema da escrita de Belmonte permanece profundamente atual.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Mestranda em História Social pela FFLCH/USP, sob a orientação do Professor Marcos Silva. Sua pesquisa de mestrado está direcionada para a análise das crônicas humorísticas de Belmonte, com o título provisório *Nas Entrelinhas do Riso: uma análise das crônicas humorísticas de Belmonte* (livro *Idéas de João Ninguém, 1933-1935*). E-mail: sandramarena@yahoo.com.br

² Entre as décadas de 20 e 40, o Juca deu nome a marcas de cigarro, refrescos, bares e restaurantes. Ver Andréa de Araújo Nogueira. *Um Juca na Cidade: representatividade do personagem criado por Belmonte na imprensa paulista (Folha da Manhã 1925-1927)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, digitado, 1999, pp. 62-70 passim.

³ Para maiores informações sobre esse período da História, ver BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: história de uma esperança e muitos desenganos*. São Paulo, Brasiliense, 1979. Da mesma autora, *Memória Paulista*. São Paulo, EDUSP, 1997. Ver ainda CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1981. Ver LOVE, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, e BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder: revolução paulista de 32*. São Paulo, Moderna, 1989.

DEFENDENDO A PÁTRIA PARA DEFENDER AS IDÉIAS: NARRATIVAS E CRIAÇÃO DE SENTIDOS NA IMPRENSA CEARENSE DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

Maria Regina Santos de Souza*

A importância da imprensa na Guerra do Paraguai como o meio de informação mais dinâmico na cobertura e na repercussão dos fatos tem sido ressaltada por boa parte da historiografia brasileira dedicada à temática do conflito. André Toral afirma que os jornais dos países envolvidos no conflito, sobretudo os ilustrados, eram, certamente, o termômetro da opinião pública que, através das imagens, podia se manifestar contra ou a favor da guerra, sendo essas publicações um bom negócio (TORAL, André. *Imagens em desordens: a iconografia da Guerra do Paraguai* [1864-1870]. São Paulo, Humanitas/FFCLH-USP, 2001, p. 155).

No Brasil, a imprensa ilustrada teve concentração nas províncias sulistas, consideradas mais desenvolvidas do país. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo foram verdadeiras produtoras de imagens sobre a guerra. Todavia, a imprensa escrita, a mais comum na região Norte, obteve bastante sucesso no que dizia respeito à produção de discursos sobre o conflito. No Ceará, por exemplo, não havia jornais ilustrados especializados em publicar imagens da guerra do Paraguai, mas esse fato não impediu a propagação, na província, de juízos de valor sobre a mesma.

Inicialmente, a imprensa cearense, num movimento sincrônico, aderiu a salvar a pátria. O episódio da invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias, em dezembro de 1864, fez com que os jornais divulgassem a idéia de “guerra justa”. Todavia, passados alguns anos de combates, um cenário de destruição, ocasionado principalmente pelas mortes nos campos de batalhas e/ou pelos terríveis recrutamentos nas zonas rurais que provocavam crise na produção de alimentos, foi se configurando na província.

Além desses percalços, o prolongamento da guerra acabou mapeando uma conjuntura de sofrimento no Ceará, sobretudo no ambiente familiar, pois o Estado Imperial não estava cumprindo a lei que ressarcia as famílias dos ex-combatentes mortos, nem tampouco dava assistência aos remanescentes de guerra que, na maioria das vezes, voltavam

mutilados e sem condições para o trabalho (SOUZA, Maria Regina Santos de. *Impactos da Guerra do Paraguai na Província do Ceará (1865-1870)*. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza, UFC, 2007, p. 142).

A partir daí, houve mudanças nos discursos e os periódicos passaram a criticar, quase na mesma sincronia de outrora, a guerra. Periódicos diários como *O Cearense*, editado em Fortaleza pelos representantes do Partido Liberal, opositor ao governo central, passaram a registrar de maneira incessante os abandonos, os descasos e as mortes no *front*, dando a entender que a política belicosa do império era o fracasso da nação. Ou seja, criticar a guerra passou a ser também uma forma de exigir o fim da monarquia. Assim, o repúdio ao conflito tornou-se o tema preferido dos liberais cearenses. Em contrapartida, os também diários fortalezenses *Pedro II* e *A Constituição*, ligados a facções do Partido Conservador do Ceará, defendiam a política do imperador e de seus ministros, embora muitas vezes se posicionassem contra o prolongamento do conflito.

Nessa batalha da imprensa bipartidária do Ceará, os confrontos davam-se no campo das idéias, ou seja, o que estava em jogo para os editores eram suas participações políticas, suas capacidades de expor pensamentos e desejos.

Diante disso, devemos ressaltar uma peculiaridade desses impressos: os jornais cearenses, sobretudo, os de Fortaleza, não seguiam uma lógica de mercado, ou seja, não era o dinheiro o motor das publicações.

A imprensa escrita de São Paulo e Rio de Janeiro, até meados do século XIX, não seguia a lógica da mercadoria, pois os periódicos eram lugares nos quais os grupos ou sujeitos políticos encontravam liberdade para demonstrar seus ideais, seus desejos, suas insatisfações. Os espaços desses impressos, até à década de 1850, eram campos de poder e disputa de política, e não espaços de vendas (DE LUCA, Tânia Regina, e MARTINS, Ana Maria (orgs.). *Imprensa e cidade*. São Paulo, Unesp, 2006, p. 17).

Essa observação de De Luca encaixa-se bem na realidade cearense. Objetivamos, portanto, perscrutar como a imprensa bipartidária de Fortaleza envidou esforços para criar imagens, inicialmente, favoráveis à mobilização e, posteriormente, favoráveis à desmobilização de contingentes para o conflito do Paraguai. “Senhores! O Ceará em longa distancia do Paraguay, não tem sido indiferente a pátria, que acabara de ser ultrajada pelo pérfido e selvagem Solano Lopes” (*O Cearense*. “Noticiário”. 16 de fevereiro de 1865, p. 3).

Essas palavras do Dr. José Lourenço de Castro e Silva demonstravam bem o clima de indignação que prevaleceu diante da ação invasora do Paraguai. Durante todo o primeiro ano de guerra, foi nesse tom ufanista e indignado que os grupos dominantes chamaram a população para salvar a pátria.

De início, era unânime entre os jornais de Fortaleza nomear a ação de Solano López

como crime de lesa soberania, sendo o Império vítima “desse tirano megalomaniaco”. A apreensão da embarcação brasileira Marquês de Olinda por forças paraguaias, em dezembro de 1864, e em seguida as invasões das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, sem uma prévia declaração de guerra, foram consideradas um “ato covarde” e despertaram o ódio de muitos brasileiros.

A idéia era demonstrar que o Império fora obrigado a revidar a afronta. Nesse sentido, tornou-se bastante pertinente narrar com minúcias “a covardia das forças paraguaias que traiçoeiramente atacaram os cidadãos brasileiros”:

A República do Paraguai, dizemos mal, o vaidoso e ignorante país [mutilado]... Proclamou-se por droit de conquét de naissance o protetor... da Independência oriental: declarou guerra ao Brasil, fechou o Rio Paraguay a nossa bandeira (e outros não? Que miserável astúcia!) e a falsa fé aprisionou o paquete Brasileiro “Marques de Olinda” conjurando os seus passageiros, entre os quaes se acha o Sr. Frederico Carneiro de Campos, nomeado presidente da província de Mato-grosso e deputado da assembléia geral do Brasil. [...] O Paraguay insulta e afronta o Brasil, punge-nos o coração, condenando ao martyrio de sua barbaridade, brasileiros que pacificamente transitavam pelas águas comuns, na fé de uma nação culta, que se julgava em paz com esse traiçoeiro vizinho. Que resta ao Brasil? Apanhar a luva, não diremos, porque esta phrase se applica a cavaleiros; responder ao Paraguay; Lupum auribus tenes, e ir dar lição severa a temerário e odioso provocador. (*O Cearense*. “Noticiário”. 4 de fevereiro de 1865, p. 4)

Desde que as primeiras notícias desse apresamento chegaram ao Ceará, com pelo menos dois meses de atraso, houve uma mobilização por parte da imprensa local para criar narrativas que possibilitassem, *a priori*, a persuasão dos vários segmentos elitizados da província que, uma vez convencidos, não tardariam a se envolver na luta, levando consigo seus seguidores e subordinados.

Informações sobre a indignação popular e os conseqüentes alistamentos em outras províncias como São Paulo, Bahia e na capital do império, Rio de Janeiro, tiveram publicações estratégicas nos jornais cearenses como parte integrante do movimento que visava a um maior número de voluntários para guerra. No periódico *O Cearense* encontramos:

Em o lugar competente publicamos o decreto do governo imperial, creando o corpo de voluntários sob denominação de voluntários da pátria. As condições estabelecidas no decreto são mais vantajosas aos que, cedendo aos nobres impulsos do coração se offereceram para defesa da pátria. Em algumas províncias, como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, organizam-se corpos de voluntários, e há grande enthusiasmos a prol da guerra; os nobres estímulos e o amor da pátria acendeu-se vivamente n’aquelas províncias heróicas. Aclamma-nos empenhados em uma questão de eterno oppobrio ao brasileiro que ficar surdo ao appello da pátria em perigo. Quando, um dia, a posteridade lançando os olhos sobre o passado, ler a historia da nossa actualidade, não terá de corar

pelo Ceará, porque n'essa triste emergência temos fé, não havemos ficar inertes ou indiferentes. Ao governo cumpre proceder de maneira se aproveitar as boas disposições do povo, afim de que não diga do Ceará; foi o ultimo vindo. (*O Cearense*. 2 de fevereiro de 1865, p. 4)

O jornal *O Cearense* foi um dos periódicos que mais tentou expandir a idéia de salvação da pátria, destacando o povo cearense como patriota. Assim, não demorou a descrever como andavam as mobilizações na província:

Os cearenses vão accudindo nobremente os reclamos da patria e ao convite imperial. Vê-se cidadãos de todas as classes comprehendem belamente o sagrado dever de defender a honra e integridade do Império e de auxiliar nossos briosos irmãos, os bravos de Paysandu e Coimbra. (*O Cearense*, "Noticiário". 11 de fevereiro de 1865, p. 2)

Essas narrativas de indignação eram extremamente necessárias, pois José Murilo de Carvalho lembra que a idéia de *nação imaginada* não estava nos horizontes mentais de grupos locais e da população em geral. Para o autor, a idéia de Brasil como pátria estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência; nação e pátria estavam mais ligados aos ideais políticos pensados pelos setores da elite que tinham alguma representação na política imperial, ao passo que para a maior parte da população tais ideais eram ignorados (CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, p. 239).

Carvalho afirma ainda que a Guerra do Paraguai foi um fator determinante na formação de identidade brasileira, pois colocou um inimigo estrangeiro que, por oposição, gerou o sentimento de pertença (*Cidadania no Brasil: grande caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 76-85). A partir de então, a pátria deixava de ser aquela abstração pensada por algumas mentes depois da Independência do Brasil e passava a ter materialidade comum. Um dos temas mais privilegiados nas narrativas jornalísticas da época foi o da salvação da pátria, porque ofendê-la era o mesmo que ofender qualquer brasileiro.

A imprensa cearense explorava ao máximo a ofensa que o Brasil havia sofrido, ratificando a importância da ofensiva:

As nações, como os indivíduos, têm seus dias de sacrifícios, de perigos, e aflição; como de seguridade, satisfação e gloria.

Porque a vida dos Estados depende de sua integridade, e de sua honra, que consistem na integridade de seu território e autonomia de seu poder.

Atacada a existência nestas bases o corpo social periga; e como não há sacrifícios o bastante para quem defende a honra e ávida; assim não se deve have-los para sociedade quando são ameaçados tão caros interesses.

O povo brasileiro é chamado a uma guerra justa e santa, tanto o quanto pode ser esse flagelo imposto á sociedade como condição de seu desenvolvimento. (*O Cearense*. "Noticiário". 7 de fevereiro de 1865, p. 3)

Utilizando a mesma argumentação, o jornal *A Constituição* chama às armas:

Posto que a nação inteira tenha soberbas provas de patriotismo, enviado todas as províncias a porfia inúmeros voluntários aos campos de batalhas, que se abrem risonho e verdejantes de louros as nossas armas lá onde o cacique dos paraguaios nos provoca, contudo muito resta ainda a fazer para os esforços empregados não sejam perdidos. Convem que esses esforços se convertam em actos que revelem o mundo inteiro que a guerra, a que fomos arrastados, fundada como he no sagrado coração direito de defesa, nada mais tem em vista do que fazer do Paraguay o direito internacional e levar aquellas paragens princípios de liberdade e civilização que ali até hoje não tem penetrado. (*A Constituição*, 4 de julho de 1865, p. 1)

Nos periódicos de linha católica, como *Aurora Cearense*, a guerra tornava-se a religião da nação em comunhão. Na edição de dezembro de 1866, D. Luis, o primeiro bispo do Ceará, fez um pronunciamento longo no qual se referia aos males dos conflitos para as nações e os povos civilizados.

A paz meus caríssimos irmãos, é o mais estimável dom, que a bondade de Deus ortoga aos homens na terra, assim, como a guerra, segundo os livros sagrados, é a maior calamidade, que nos pode chegar, e o maior castigo que o mesmo Deus, em sua justiça, inflige aos pecadores. Com este flagelo todas as classes da sociedade sofrem, e toda as fontes de prosperidade nacional secção. A lavoura perde os braços, que a alimentavam, definham, o comercio, entrando em assustadora crise, não inspira confiança; os estabelecimentos de instruções e beneficência não podem ordenar recursos, fazer face extraordinária despesas, fecham-se, e todo paiz retroga muitos annos, no caminho da civilização e da prosperidade. (*Aurora Cearense*, 30 de dezembro de 1866, p. 3)

O bispo ressaltava a necessidade de se combater o inimigo bárbaro, visto que sua atroz ação não ofendeu apenas o Império, mas também a Santa Religião Católica:

O nosso Brasil, este abençoado paiz sempre favorecido pela providencia divina, por muitos annos gozou da paz, e seus filhos contente e satisfeitos a sombra das bellas instituições, que as regem, prosperavam e caminhavam alegres na via de um bem entendido progresso.

Mas, caríssimos irmãos, o homem inimigo, segundo a esphera evangélica, semeou a sizania no pacífico paiz de Santa Cruz. Uma provocação acintosa, uma invasão armada, desafiaram o brio e a honra nacional, e forçaram o nosso governo a repelir com armas injusta e inqualificada agressão.

Esta empenhada a honra de nossa pátria, caríssimos irmãos e filhos amados, estão comprometidos nossos bem estar, a nossa tranqüilidade, os nosso interesses, o futuro da nossa pátria, nossa tranqüilidade, a nossa mesma consciência de catholicos, que pela graça de Deus, somos.

Os livros Santos parecem confundir o amor da religião com o amor da pátria, ou identificam tanto estas duas coisas, que inculcam de modo que não se pode observar uma sem a observância da outra. (*Aurora Cearense*. 30 de dezembro de 1866, p. 4)

Na visão do prelado, o conflito era uma “cruzada” contra os “bárbaros invasores desconhecedores de qualquer noção de civilidade”.

Sabendo-se que o ato de escrever não é dissociado do ato de pensar, entendemos que a escrita desses discursos expressava tanto a necessidade de formação dessa *comunidade de nação imaginada* como a tentativa de grupos políticos imporem seus ideais às custas da guerra.

A Guerra do Paraguai demandou esforços de mobilização nunca vistos no Império, e muitas estratégias foram utilizadas para que o número de combatentes não rareasse. Criar sentido do que era ou representava a pátria dentro do tecido social era essencial para sua salvação. Boa parte da elite brasileira concentrou-se nessa empreitada, que não foi matéria fácil.

Atrelar, sobretudo, a figura da mãe, chefe do lar que zelava pelo bem-estar dos filhos, à pátria foi um ato bem pensado no que toca às estratégias de alistamentos. Estas visavam a tocar os corações daqueles que ainda não tinham atendido aos chamados de salvação.

Eram as metáforas da mãe ou da companheira, segundo Armelle Enders, que afetavam o amor, abnegação, segurança, desprendimento, valores essenciais para fundamentar o nascimento de uma pátria para todos:

As mulheres são indissociáveis do tema ‘mãe-pátria’. É por intermédio delas, acreditava-se, que o amor à terra natal é transmitido. O sentimento nacional não poderia ser apanágio de nenhuma outra categoria da população. Somente ele, junto com a fé em Cristo, tem o poder de transcender a divisão sexual (e social) das tarefas e de legitimar as donzelas e as matronas guerreiras. (ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo Reinado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, v. 14. n. 25, 2000, p. 52)

O uso de outras “categorias” femininas como filhas ou irmãs foi também adequado como elemento mobilizador.

Pedro Paulo Soares, em seu trabalho sobre a iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa fluminense, afirma que:

Durante o período de mobilização das forças militares, ocorrido após a declaração de guerra com o Paraguai, a imagem feminina foi corriqueiramente utilizada para a representação da nacionalidade brasileira. Eram, como já dissemos, figuras em suas variações clássicas- a mãe, a mátria dos positivistas; a irmã, a pátria, entidade protetora e guerreira. (SOARES, Pedro Paulo. *A Guerra da Imagem: iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado UFRJ, 2003, p. 82).

Esse movimento de criação da pátria através das “categorias” femininas parece ter sido constante nos jornais fluminenses, que muito apresentaram as províncias nortistas fazendo parte da nacionalidade.

A província de Pernambuco foi associada a uma bela índia que, preocupada com o futuro do império, dizia “vamos levar a nossos irmãos do sul sangue e braços! À guerra!”.

Já a legenda que acompanhava a representação da majestosa Bahia era claramente de uma mãe guerreira que ordenava “Ide, meus filhos, esta capela cingirá os vivos, as minhas orações acompanharão os mortos; os mortos ou vivos, o Brasil espera, e eu mando, que cada um de vós cumpra seu dever”, como informa Soares em obra já citada, à p. 85.

Muitos periódicos cearenses fizeram uso, principalmente, da metáfora da “mãe-pátria” com a intenção de que novos voluntários se apresentassem. Afinal, que filho ficaria surdo aos pedidos de socorros da mãe em perigo? Uma poesia publicada por *O Cearense* ratificava o sofrimento da “mátria”:

Brado de guerra.
As armas filhos da Pátria
As batalhas nos conduz
Os bárbaros que estão pisando
A terra de Santa Cruz
Motilam nossas donzelas
Como esfomados urubus
[...]
A mai Pátria afflicta geme
Seus gemidos a nos voou
Nos filhos estremecemos
Pela voz que zoou
Do sul pedindo socorro
Responde- o norte-eu lá vou!
[...]
Em socorro da mai pátria
Que o norte esta chamando,
Elle manda, os filhos duros
Deixa louris a pátria
Ao Paraguai partiu voando”. (*O Cearense*. “ Publicações Solicitadas”. 9 de março de 1865, p. 4).

Nas palavras de D. Luis, salvar a mãe-pátria era incumbência dos homens tementes a Deus:

Vós sabeis, bem sabeis, meus carissimos irmãos que se Deus não proteger a cidade, debalde trabalham aqueles que defendem, e firmando nesse oráculo do Espirito Santo, devemos dirigir nossas súplicas consciência de catholicos, e dizer-vos: Deus o quer, meus filhos. Deus quer e manda sob pena de incorreremos em seu desagrado, que mesmo com o prego de nosso sangue e de nossa vida, coadjuvemos nossa mai no empenho, em que ella se acha colocada. Deus quer e manda que vingemos a sua honra offendida e a livremos dos insultos, que visinho ingrato lhe dirigio, assacado-lhe injustiças. (*Aurora Cearense*. 30 de dezembro de 1965, p. 5).

O discurso que estava se construindo podia ser resumido nas palavras enfáticas do Bispo, que atrelava “o traidor da pátria ao matricida” (*Aurora Cearense*, 30 de dezembro de 1866, p. 4).

A alegoria da “irmã” como evocativa da unidade geográfica e política também teve boa utilização nas “Publicações solicitadas” de *O Cearense*:

Cearenses!...A causa de nossas irmãs [Mato-grosso e Rio Grande do Sul invadidas] é nossa causa, é cauza do Brazil, e sem que sejais taxados de ingratos, de pérfidos, de filhos de espurias, podeis de tomar nella a mais enérgica parte.

Ninguem poderia chama-nos de miquos, temos sofrido desses pérfidos vizinhos. Temos visto nossos emissários insultados, injuriados, os nossos irmãos horrivelmente assassinados, as nossas fronteiras salteadas, os nossos trabalhos ludibriados e rasgados em praça publica. (*O Cearense*. “Publicações Solicitadas”. 7 de fevereiro de 1865, p. 3)

Essas representações, durante o primeiro ano de guerra, tiveram boa aceitação entre os cearenses que liam ou ouviam as notícias e os chamativos para o dever cívico. As imagens criadas através dos discursos deram vazão para que outros sentidos como as grandezas das batalhas, passassem a encorajar aqueles que ainda não tinham sido instigados ao patriotismo. Os combates no *front* foram outros evocativos para guerra.

Narradas como verdadeiras epopéias, as batalhas acontecidas no ano de 1865 também fizeram parte dos esforços de arregimentação na província. Nesse momento, foi possível vislumbrar o empenho dos articulistas em criar imagens positivas dos soldados cearenses como corajoso e abnegado, o combatente patriota. A partir de então, aconteceria o início da formação dos heróis.

Paissandu foi a batalha que deu a partida para a criação de celebridades. Na reconquista desse forte, as primeiras aparições foram de heróis com *status* nacional como o liberal Tamandaré:

Payssandu foi tomado viva a força do dia 2 de janeiro, depois de um combate de cinquenta e tantas horas, e dos sitiados haverem feitos esforços desesperados para conservar a praça.

[...] O nosso exercito mostrou muita bravura e dedicação em tão glorioso feito, no qual tomaram parte o general Mena Barreto, e o barão de Tamandaré, primeiro official, superior, que occupou Payssandú, onde com maior entusiasmo fora arvorado o estandarte brasileiro. (*O Cearense*. “Noticiário”. 4 de fevereiro de 1865, p. 2)

Devemos lembrar que o almirante Tamandaré pertencia ao partido Liberal, por isso sua figura foi muito prestigiada no *O Cearense*, também liberal.

Aos poucos, os heróis locais como o cearense Antônio de Sampaio, o futuro general Sampaio, iam ocupando seus lugares sendo homenageados nas “Ordens do dia” dos generais em chefe:

Payssandu.

Segunda a ordem do dia do general em chefe, os oficiais que mais se distinguiram segundo sua parte:

- Coronel Antonio de Sampaio
- Major Antonio da Cruz Barreto
- Tenente Coronel João Sabino de Sampaio Menna Barreto.

A exemplo de Paissandu, o combate naval de Riachuelo seria utilizado como símbolo de evocação nacional.

Nas narrativas de Riachuelo, ainda hoje tida como maior feito da Marinha Brasileira, a necessidade de formar heróis locais passou a ser cada vez mais forte:

Passeiata.

Antes de ontem com o recebimento da fausta noticia do brilhante feito d´armas de Riachuelo, onde nossa armada e parte do exercito que accompanhava se immortalizaram nossos amigos commandantes superiores Machado, Tenente Coronel Cunha Freire, Capitão Justa (commandante interino do 1º batalhão da Guarda Nacional), Capitão Varonil, e muitos officias da guarda nacional, promoveram uma passeiata, que com uma bella banda de muzica e grande concorrência percorreu as ruas da cidade entre repetidos enthusiasmos vivas o patriotismo, indo depois ao patio do palacio, onde o Ex. Sr. Dr. Homem de Mello chegando a varanda deu vivas de enthusiasmos ao Imperador, A Constituição, A Religião Catholica e aos bravos de Riachuelo.

A memoravel Victoria de Riachuelo merecia bem essa manifestação dos cearenses, já porque nenhum brasileiro pode deixar de enthusiasmar-se com feito tão glorioso de nossas armas, já porque tendo-se, destinguido naquela batalha tantos cearenses, como o bravo tenente Coronel Guimarães e outros, nem um cearense que saiba quanto o nome cearense foi enobrecido em Payssandú, em Corrientes, e ultimamente em Riachuelo pode deixar d´inflamar-se expandindo-se com maior effusao na celebração de feitos tão gloriosos para toda nação, e para as províncias, cujos filhos nelles tiveram parte! (A Constituição. 26 de julho de 1865, p. 3)

Além da listagem de heróis, houve, como se depreende da notícia, a intenção de disseminar a vitória em público, um esforço de mobilização. Relatar as batalhas dando destaque para os heróis demonstrava o empenho das elites políticas cearenses no sentido de criar “ações pedagógicas”, que buscassem identificar o povo à nação.

Mas a continuidade dos confrontos fez com que o apoio dado pela imprensa à guerra diminuísse drasticamente. Passado o ano de 1865, o conflito começou a ser criticado, num processo que culminaria em setembro de 1866, quando as tropas aliadas saíram derrotadas na batalha de Curupaiti. A partir daí, os apelos por uma paz vitoriosa e imediata e as narrativas denegridas atreladas “aquela nefasta guerra” tornaram-se constantes.

A derrota aliada em Curupaiti, em fins de 1866, produziu péssimo efeito no Brasil. A idéia de um acordo de paz com o Paraguai foi pensada na Assembléia do Rio de Janeiro. Solano López parecia disposto a negociar, no entanto, a iniciativa não teve êxito devido à

oposição de D. Pedro II que, segundo os representantes britânicos e portugueses na Corte, “se mostrou disposto a abdicar do trono, se os deputados não atendessem a seu desejo de continuar a guerra” (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 252).

Cogitou-se ainda que o fim das hostilidades propostas pelo império exigia dos paraguaios rendição incondicional, o que também foi recusado pelo presidente López, que, sem alternativa viável, continuou os combates.

Na imprensa carioca, os simpatizantes do imperador manifestaram-se contrários à paz mediada. Para alguns, essa atitude daria chances ao “ditador paraguaio” de reorganizar suas tropas. Em alguns jornais cearenses, houve exemplos dessa rejeição. Vejamos o que dizia o conservador *Jornal do Ceará*:

As palavras do jornal O Cearense são um protesto contra aquelles, que calcinados pelo espírito faccioso e cegos pela ambição do poder, pretendem a tudo transe fazer da guerra questão partidária, ou antes arma de hostilidade contra seu paiz, oriente de destruição, para subirem sobre as ruínas, não dos adversários, mas do próprio paiz. Não há brasileiro, que não reconheça na guerra justa e santa, que o Brazil sustenta contra o tirano do Paraguay, disputa-se a dignidade do paiz, e com ella o seu futuro da nação livre e independente.

Faça-se hoje com López uma paz, para que, covardes, nos eximamos de alguns sacrificios, e o que ficará sendo este grande império perante o mundo humilhado, abatido, e escarnecido aos pés de uma insignificante Republica?!

Todavia, mais fortes eram os descontentamentos com a guerra, que entrava para seu terceiro ano. A impopularidade da guerra iria se tornar unânime no império a partir das notícias diárias dos soldados feridos e, principalmente, dos soldados mortos. Sem dúvida, esse foi seu golpe de misericórdia, pois em cada recanto do país ouviam-se choros, lamentos e sermões em homenagem àqueles ceifados no conflito. Sempre nas páginas iniciais dos periódicos, as notícias fúnebres caracterizaram-se pela riqueza de detalhes dos sacrifícios exercidos pelos combates:

Uma perda sensível

Entre os bravos que no combate de 24 de setembro ultimo, sucumbiram em defesa da pátria, consta-nos o capitão João Caetano Pereira, ex-official do corpo de guarnição desta província.

O capitão era militar inteligente, bravo e honrado... Era natural de Santa Catarina, e interlaçado aqui com uma das principais famílias d'esta província. Morreu quando mais preciso fazia para sua desolada consorte, 4 innocentes filhinhos e cunhados, na maior parte orphãos, das quaes era único arrimo e amparo!

Resta o governo imperial que não condemne ao esquecimento e nem deixe o abandono a pobre família de um martyre da Pátria, que com tanto denodo e dedicação elle sacrificou-se. (*O Cearense*. “Noticiário”. 27 de outubro de 1867, p. 1)

No Ceará, essas publicações funéreas foram bem aproveitadas pelos articulistas como evocativos de desmobilização e, sobretudo, como crítica à política belicosa dos conservadores. Primando pelas virtudes dos combatentes conterrâneos, os articulistas liberais do *Aurora Cearense* lamentavam as perdas:

Trouxe-nos o Vapor Guará a infausta noticia da morte do tenente-coronel Francisco Frederico Figueira de Melo, victima de seu zelo e perfcia militar.
Era um bravo, em cujo peito palpitava o amor do patriotismo, era uma das glorias cearenses que mais tarde devia occupar uma pagina da historia desta heroyca provincia.
É morto o bravo de Payssandu, o heroe do Passo da Pátria.
Fica seu nome, que, ao relembrar-nos arrancará sempre uma lagrima de saudade. Descanse sua alma na mansão dos justos. (*Aurora Cearense*. 9 de dezembro de 1866, pp. 4/5)

Publicações com essas tinham a intenção de comover todos, e para tanto, davam a entender que as virtudes dos heróis cearenses, como a coragem, a obstinação e o espírito guerreiro não deveriam ser desperdiçadas nos combates cruentos de uma “guerra que era resultado do capricho de D. Pedro II” (DORATIOTO, obra citada, pp 250-254).

A visão de guerra que começou a prevalecer foi a de que se sacrificar num conflito que não tinha mais o sentido de salvar a honra nacional e não reverenciava mais a morte de mártires, levava simplesmente à morte. Os heróis de outrora começaram a aparecer como vítimas de uma guerra que não tinha mais razão de ser.

Foi apostando nos significados de ruptura, medo e tristeza que a morte ensejou no mundo contemporâneo e cristianizado, conforme Philippe Ariés, no livro *História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2003, que muitos articulistas liberais passaram a publicar incessantemente as mortes nos campos de batalha. Na edição de 29 de setembro de 1867, *O Cearense*, com pesar, publicou:

A MORTE DE UM BRAVO.

No hospital militar da Corte sucumbiu em consequência de ferimentos na guerra o nosso bravo patricio Jose Antonio Torres Bandeira, alferes do batalhão de infantaria.

O alferes Bandeira foi um dos heroes memoráveis do combate da ilha Carvalho no dia 10 de abril de 1865. N'esta luta de titãs, que constitui o feito mais glorioso de nosso exercito brasileiro, na actual Campanha, tomou o alferes Bandeira, como simples cadete que estão era, a maior parte, entrando no rio com água até os peitos em busca do inimigo que fugia. Por este feito tão arrojado foi ele elogiado em ordens do dia, condecorado e promovido ao posto de alferes. Foi ali que recebeu elle ferimentos de que veio falecer, afinal, sucumbir.

Uma lagrima, cearenses, sobre o tumulo do nosso bravo patricio! (*O Cearense*. “Noticiário”. 29 de setembro de 1867, p. 2)

Maria Regina Santos de Souza

As perdas humanas também foram mostradas em espécies de mapas funéreos, como este que *O Cearense* apresentou na edição de outubro de 1867 fazendo referências “aos martyres da pátria”.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Doutoranda em História na UFPE. Professora da Universidade do Vale do Acaraú, UVA.

100 ANOS DE CARETA: O JECA A IDENTIDADE NACIONAL NAS CHARGES*

Márcio Malta**

Nesse ano de 2008, em que se comemora o bicentenário da imprensa no Brasil, comemoramos o centenário de uma publicação de elevada importância: a revista *Careta*. Na dissertação de mestrado, *O Jeca na “Careta” - Charges e Identidade Nacional*, defendida na UFRJ em 2007, utilizamos a revista como preciosa fonte para a investigação de nosso objeto de estudo, a aparição do personagem Jeca Tatu nas charges políticas. A opção em trabalhar a revista *Careta* deu-se pelo fato de a mesma ter trazido o personagem Jeca em sua capa um sem-número de vezes, colaborando para cristalizar a imagem do caipira como um ícone gráfico representante do Brasil.

Breve histórico da revista *Careta*

A revista *Careta* foi bastante popular e teve longa duração na história da imprensa brasileira. Criada por Jorge Schmidt, o seu primeiro número circulou na data de 6 de junho de 1908. Seu criador já era dotado de experiência como empresário no ramo das artes gráficas, pois, em 1903, lançara, no Rio de Janeiro, a revista *Kosmos*, publicação que tinha grande qualidade gráfica, impressa em papel *couché* e dotada de tecnologias recentes, como a tricomia e impecáveis rotogravuras. A redação da *Kosmos* contava, entre os seus colaboradores, com nomes bem expressivos da intelectualidade da então capital da República, tais como Olavo Billac, Coelho Neto, Gonzaga Duque e Emílio de Menezes. O preço da publicação, de dois mil réis, pode ser considerado caro para a época, o que restringia o consumo da publicação a uma pequena elite.

Em contrapartida ao elitismo de sua publicação inicial, Jorge Schmidt lançou outra revista, a *Fon-Fon*, tendo por preço 500 réis, o que atraiu significativo número de leitores. Após tentativa frustrada de lançar mais uma publicação, a *Endiabrada*, nasceu por fim a *Careta*, revista que teve longa vida, 52 anos, consagrando o recurso da caricatura para fazer humor e especialmente a carga política.

Em um de seus últimos números, localizamos um artigo (Caretta. 29/10/1960, nº. 2731) que funciona como um verdadeiro memorial da publicação. O texto é significativo, pois existe o reconhecimento de que durante os anos 20 do século passado, a revista era mais humorística do que política. Sua linha editorial foi transformada nos anos 30, passando a ser mais política do que humorística, em função da Revolução de 1930, vista por seus editores como política e moralmente degradante.

Aspectos metodológicos

A nossa pesquisa voltou-se para a compreensão de como o público leitor ganhou, com o nascimento da revista, o *status* de poder acompanhar a vida política através do relato dos cronistas visuais que são os chargistas. Defendemos metodologicamente que a charge é um instrumento privilegiado para a compreensão política, pois se comporta quase sempre como oposição e de maneira crítica às estruturas do poder. Somado a isso está o elemento de que a charge é um veículo de ampla repercussão pública, pois sua linguagem direta e lúdica alcança setores não habituados a manusear formas outras de informação, como textos jornalísticos e livros, por exemplo.

A pesquisa buscou interpretar não somente a política oficial, mas também compreender os movimentos concretos da sociedade, manifestados cotidianamente nas charges publicadas na imprensa. A charge capta – de maneira dinâmica e dialética – o som que vem das ruas, pois, como afirmou o pesquisador Álvaro Cotrim: “*a verdadeira psicologia de um povo se reflete através do lápis de seus caricaturistas.* (J. Carlos: *época, vida e obra.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985).

A opção pela utilização do termo charge não se restringe ao campo semântico. Destacamos que o senso comum e a maioria dos pesquisadores do tema costumam utilizar os termos charge e caricatura de forma indistinta. A caricatura pode ser definida como um desenho de humor onde se procura captar os principais aspectos da anatomia de uma figura humana e elaborar a distorção com o objetivo de se conquistar o riso do leitor. A charge enquadra-se em uma gama mais complexa, pois é, na verdade, um desenho de humor que busca dar conta e retratar algum aspecto conjuntural e político de determinada sociedade.

Nas considerações finais de seu livro *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*, Rodrigo Patto Sá Motta justifica que selecionara para o seu trabalho as imagens de tipo durável, ou seja, aquelas que resistiram ao tempo. A linha de argumento do autor é sustentada pela classificação de Charles Baudelaire, de que as caricaturas se dividem em dois tipos: as que desaparecem com o decorrer do tempo e as duráveis, eternas.

A seleção feita no presente trabalho tem por guia o critério de utilização de charges que não tenham ficado datadas, presas a determinada conjuntura ou fatos cotidianos. A árdua tarefa de escolha das imagens que compõem o estudo deu prioridade às charges de conotação mais estrutural, o que se pode observar na análise dos recortes temáticos adotados, a saber: o Jeca é o Brasil; o Jeca Opilado e O Jeca e o Comunismo.

A metodologia adotada foi a de pesquisar as capas da revista *Careta* desde a criação do personagem Jeca Tatu, no ano de 1914, até o ano em que a publicação se encerrou, no ano de 1960.

A opção por trabalhar com charges políticas como objeto de pesquisa deve-se à compreensão do veículo como um auxiliar na construção da memória política e social das sociedades.

As revistas ilustradas cumpriram importante papel, no sentido em que há menção em folheto informativo acerca de uma exposição sobre a presença de criador do *Zé Povinho* neste tipo de publicação já no 2º Império:

[...] sabe-se que as revistas ilustradas foram um dos mais importantes canais de construção do imaginário social. Pode-se afirmar que as representações humorísticas de Bordallo Pinheiro, além de traduzirem o debate político e social de seu tempo, participaram da construção do processo de invenção do imaginário da nação brasileira. (Folheto informativo da exposição *As relações entre o império do Brasil e a Santa Sé (1875-1879)* na obra do artista português *Rafael Bordallo Pinheiro*, 2005).

O presente trabalho vale-se da imagem – no caso, a charge – como fonte primária de pesquisa no campo das ciências sociais. Assim, busca-se encontrar no documento visual conteúdo e significado que amplifiquem o exclusivo uso do texto como documento. De certa forma, pode-se considerar que tem havido uma apropriação ineficaz da imagem por parte de pesquisadores no campo das ciências sociais, utilizando-a como algo secundário e, de regra, apenas como ilustração, abstraindo a potencialidade das charges como elemento explicativo.

A pesquisa das fontes primárias deu-se por meio do acesso ao acervo da Biblioteca Nacional, disponibilizado no *site* da entidade. O período investigado é bem abrangente, vai de 1919 a 1960, ou seja, do ano em que Rui Barbosa celebrou o Jeca em um de seus discursos ao ano em que a publicação parou de circular. O levantamento permitiu a identificação de 534 capas com o Jeca. Desse montante, foram selecionadas 43 charges que se englobam em temas de maior ocorrência ou que tenham afinidade com a questão proposta, a saber: identidade nacional, a preguiça do Jeca, o povo opilado e o comunismo.

A opção em trabalhar somente as capas deve-se a alguns fatores: a ampla divulgação dessas imagens entre um público ainda maior do que as contidas no interior da revista; o

esmero do artista, tanto em termos de conteúdo quanto de estilo – em trabalhar a charge que será veiculada na vitrine da publicação; tal como a policromia das artes – somente destinada às capas. Por último, encontra-se um aspecto subordinado ao avanço tecnológico. Com o advento do uso da fotografia nas revistas ilustradas, inclusive a *Careta*, a charge começou a exercer um papel de menor relevância como fonte de documentação e informação política. Assim, as charges, nos dizeres de Luis Guilherme Teixeira Sodré, foram exiladas para as capas das revistas, conforme a publicação *A charge anticlerical nas revistas ilustradas da Monarquia*, 2006 (mimeo).

Dentre as imagens levantadas, não foi feita a opção por elaborar uma análise cronológica e linear das charges, o que constaria em resultado pouco produtivo e deveras exaustivo para o leitor. O trabalho foi construído diante de guarda-chuvas temáticos, em que as imagens de maior poder descritivo da realidade e estrutura social presentes no período estudado foram sendo catalogadas e descritas de forma mais minuciosa no interior de cada tema, como citado anteriormente: identidade nacional, a preguiça do Jeca, sua pobreza e a relação do personagem com o comunismo.

A origem do Jeca nas charges

As primeiras charges nas quais Jeca Tatu aparece remontam ao ano de 1919. Quando no discurso de lançamento de sua candidatura à presidência da República, Rui Barbosa citou-o, alçando-o à posição de vedete da imprensa brasileira, não só dos cronistas como dos chargistas. O episódio em questão deu-se no pronunciamento do célebre discurso “A Questão Social no Brasil”, aberto com uma breve digressão acerca do soturno personagem lobatiano:

Senhores, conheceis porventura, o Jeca Tatu dos Urupês, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que ‘entre as formadoras de nossa nacionalidade’, se perpetua, ‘a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso’? (BARBOSA, Rui. *A questão Social e Política no Brasil*).

A citação do Jeca Tatu na abertura do discurso “A Questão Social e Política no Brasil” foi estampada, no dia seguinte, na manchete de *O Estado de S. Paulo*, fato que alavancaria a vendagem do livro do autor paulista onde há menção ao Jeca. O próprio Lobato referiu-se ao fato da seguinte forma: “o discurso do Rui foi um pé de vento que deu nos ‘Urupês’”. (*Barca de Gleyre*, vol. II. São Paulo, Brasiliense, p. 194).

Os tipos de charges do Jeca

No artigo “A figura do Jeca Tatu na irreverência dos nossos caricaturistas”, de 1943, publicado na revista *Vamos Ler* (18/11/1943), Terra de Senna¹⁰ afirma que as charges sobre o Jeca são basicamente de cinco tipos:

- 1) as que colocam em evidência a pobreza do Jeca;
- 2) as que fazem crítica de costumes;
- 3) as de caráter político;
- 4) as contendo piadas sobre o caipira e
- 5) as que, centradas no estereótipo da preguiça, mostram o Jeca acororado ou deitado – de regra debaixo de uma árvore, insinuando “sombra e água fresca”.

Dentre estas, as de maior recorrência e de maior interesse para o entendimento da cultura política brasileira são as que descrevem a pobreza do Jeca; as de tipo político e aquelas que manejam o mito do povo brasileiro como preguiçoso.

A representação do Jeca como preguiçoso é predominante nas primeiras charges com o personagem. Tal comportamento dos artistas nessa fase inicial explica-se pela proximidade da visão com o modelo original do personagem, construído nos artigos de Lobato *Velha Praga* e *Urupês*, ambos de 1914, onde uma característica marcante do Jeca é a preguiça.

No tocante à aparição do Jeca Tatu nas charges, identificam-se várias transformações ou, utilizando a denominação de Aluizio Alves Filho, várias *metamorfozes*. Dentre os fatores que contribuíram para a fixação do Jeca no imaginário social brasileiro, Alves Filho cita justamente as charges como uma das responsáveis pelas *metamorfozes*. Paralelo ao sucesso do Jeca Tatu nas charges, está o distanciamento do seu estereótipo inicial, criado por Monteiro Lobato. De todas as transformações, sem dúvida a mais nítida é a grafia do nome do personagem, que com o tempo tem o seu sobrenome suprimido, ficando a alcunha simplesmente de Jeca.

No entanto, é necessário ressaltar que as *metamorfozes* do Jeca não rompem completamente com fases anteriores, nem possuem marcos de data claros, pois dependem de fatores outros, como as preferências de cada chargista em lidar com o tema e aspectos conjunturais que moldam cada charge.

Somente com o correr dos anos o Jeca passa a se comportar de maneira esperta, matreira e de forma crítica em relação aos seus interlocutores, sendo quase sempre alguma figura que ocupa momentaneamente posição de poder.

O tipo de charge descrita acima pode ser enfeixada na descrição que Terra de Senna faz de anedotas sobre o caipira. A prática está inserida em um contexto no qual – na dé-

cada de 20 do século passado – foi latente o estabelecimento de personagens nas charges, em detrimento do ataque frontal a personalidades públicas, ficando mais circunscritas às críticas políticas de um modo mais geral.

As primeiras charges em que o Jeca Tatu aparece na revista *Careta* têm a política como mote, mais precisamente a questão da corrupção que envolve a classe política. Em charge de J. Carlos de 1919, ainda no miolo da revista, o Jeca Tatu se espanta ao deparar com papagaios que invadem a sua roça atrás do milho: o título da charge é “A abertura das câmaras”. O substantivo “milho” em um linguajar popular é utilizado como sinônimo de “dinheiro” e “milharal” tem o sentido de muito dinheiro. Dessa forma, a charge insinua que no Parlamento corre muito “milho”, ou seja, dinheiro (VIOTTI, Manuel. *Novo Dicionário da Gíria Brasileira*, p. 289).

Vale observar que esse tipo de representação do político, como alguém que não faz nada e, de maneira legal ou escusa, ganha muito dinheiro, quando encontrada em charge de 1919 é indicativa que se trata de uma forma de pensar tradicional do senso comum brasileiro, pois, nos dias atuais, não é raro escutar quem, em conversas triviais refira-se a Paramentos, comentando: “E se você estivesse lá? Também não se arrumava?”.

A aparição do Jeca Tatu no estilo de humor descrito é ao mesmo tempo constante e prenhe de significados, pois, ao estudá-lo, percebemos uma enorme gama de comportamentos que representam a maneira e idiosincrasias de como o povo *toma partido* em questões políticas.

Uma das permanências na manifestação do Jeca Tatu nas charges é a passividade. Corriqueiramente, o Jeca aparece nas charges como figura de fundo, sem uma participação ativa no quadro. A postura diagnosticada analisada friamente é correlata à que diversos estudiosos observam quanto a comportamento historicamente manifesto pelo povo brasileiro relativo aos acontecimentos políticos, ou seja: o de mero espectador. Um bom exemplo da postura do Jeca é o quadro de Pedro Américo, *Independência ou Morte*. Na pintura, em meio à significativa cena do *Grito do Ipiranga*, encontram-se caipiras no canto inferior esquerdo a observar tudo de seus cavalos, alheios ao episódio da independência do país. Ou seja, cerca de cem anos antes da criação do personagem Jeca, o caipira já havia sido retratado de maneira passiva, como espectador diante dos principais acontecimentos nacionais.

Também é ilustrativo da citada passividade o último parágrafo de Oliveira Vianna:

Só neste ponto – nesta reação silenciosa e admirável contra o marginalismo das suas elites – é que o nosso povo se em revelado uma verdadeira democracia. Neste ponto – e só neste ponto exclusivamente – é que ele se tem mostrado até agora realmente soberano. (VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*, vol. II, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, p. 646).

No entanto, em várias charges o Jeca está com um sorriso enigmático. Sua posição é típica de alguém que comunica estar ciente – vigilante – das estripulias e desmandos dos figurões do poder, pouco comprometidos com a *coisa pública*. Ilustrativa dessa circunstância é a charge de J. Carlos onde Getúlio Vargas espalha cascas de banana em frente ao Palácio das Águias (Figura 1), na rua do Catete, para que seus opositores caiam. Bem no fundo, encostado na parede do palácio, o Jeca observa tudo com o sorriso de canto de boca. Como se sua presença ali servisse para desnudar a malandragem. Assim também o é na caricatura de Borges de Medeiros, também de J. Carlos (Figura 2). O político-jurista – símbolo do regime republicano – aparece com a feição confiante, amparado em um enorme livro, cuja capa traz o título: Tratado de malandragem. No fundo, lá está o Jeca, a denunciar a malandragem.



Figura 1

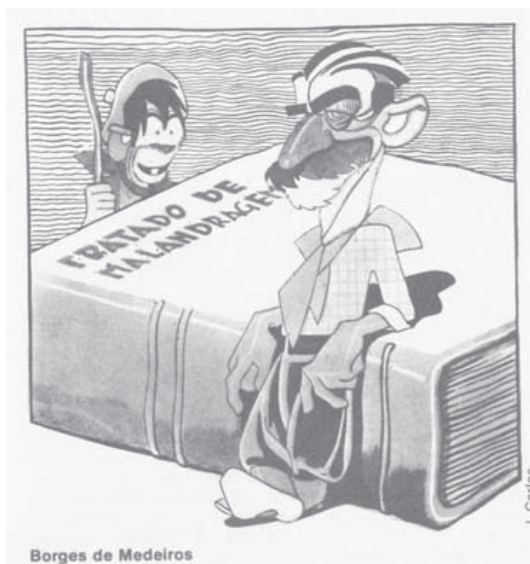


Figura 2

Identidade Nacional: somos todos uns Jecas Tatus

A farta utilização do Jeca nas charges, no princípio contracenando com Rui Barbosa, ganhou novos contornos com o correr dos anos, dando asas à utilização do Jeca Tatu das mais diversas formas.

Podemos afirmar que existe uma ambigüidade de forma e conteúdo nas charges que retratam o Jeca. A não singularidade do Jeca atesta a teoria de que o personagem é uma *casca vazia*, conforme observado por Aluizio Alves Filho. O personagem é moldado de acordo com as conveniências de quem o utiliza; assim o mesmo é metamorfoseado de acordo com a conjuntura em questão. A abordagem dos chargistas adaptou o soturno personagem a seu bel-prazer, criando uma pluralidade de identidades nacionais por meio de seus traços; seguindo o Jeca das charges, um curso próprio, diverso das metamorfoses que o famoso caipira seguiu em Lobato.

A metamorfose que queremos destacar é aquela em que o Jeca passa a representar todo o povo indo além, encarnando todo o brasileiro, como na passagem já citada alhures de Monteiro Lobato onde *somos todos uns Jecas Tatus* (*Barca de Gleyre*. São Paulo, Brasiliense, vol. II, p. 20). A figura do Jeca deixou assim de representar apenas o caipira e transformou-se em símbolo da identidade brasileira.

Outras afirmações de Monteiro Lobato, na mesma obra, traduzem ainda melhor o percurso do Jeca Tatu, sendo também válido para o campo das charges:

Com mais ou menos letras, mais ou menos roupas, na Presidência da República sob o nome de Wenceslau ou na literatura com a Academia de Letras, no comércio ou na indústria, paulistas, mineiros ou cearenses, somos todos uns irredutíveis Jecas.[...] O Brasil é uma Jecatatuásia de oito milhões de quilômetros quadrados.

Luiz Guilherme Sodré Teixeira fez profícua análise sobre o tema: personagens como o Zé Povo e o Jeca Tatu, a República e a Política, simbolizam o permanente desencontro entre povo e nação, elite e povo, que marca a formação histórica e cultural do país – em que um não se reconhece no outro.

A análise radical de Sodré parte do princípio que o Jeca Tatu, assim como o Zé Povinho, seriam fruto do olhar de parte da sociedade para outra, não integrada, justificando a ausência de uma identidade nacional brasileira, como as existentes em outros países, como França, EUA e Inglaterra. (SODRÉ, Luiz Guilherme Teixeira. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001, p. 39)

Por sua vez, o estudioso Herman Lima demonstrou não ter muito apreço em ver o Brasil representado pelo Jeca Tatu, pois tal condição significava uma “desvirilização da raça”:

[...] a verdade porém é que os anos correram e até hoje não temos ainda o nosso símbolo de povo e nação, não sendo demais lembrar-se que, em 1918, quando Monteiro Lobato lançou o Urupês, consagrado de um dia para o outro em todo o Brasil, mercê principalmente de uma apóstrofe de Rui Barbosa, passamos a ver-nos representados, por muito tempo, nada menos que pela figura do Jeca Tatu. Mas a moda passou rápido, com o absurdo de consagrar-se justamente a desvirilização da raça [...]. (LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*, vol. I. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, p. 27)

Nem muito a terra, nem muito ao mar, diríamos que a representação brasileira exercida pelo Jeca Tatu nas charges não chega a ganhar contornos negativos, mas sim de denúncia, principalmente naquelas onde o Jeca é opilado. A utilização de personagens para representar o brasileiro é assim descrita pelo pesquisador Luiz Guilherme Sodré Teixeira:

O Zé Povo, posteriormente o Jeca Tatu representam “todo” o povo e “todo” o caipira, “puros” e ingênuos – “naturais” como queria Rousseau – diante do “opressor” e do próprio sistema como um todo. O Jeca Tatu, por sua vez, criado em 1914 por Monteiro Lobato, era a sua versão rural tendo em comum com ele a mesma postura submissa – falsamente esperta e matreira – e o mesmo estereótipo negativo. É significativo que, entre nós, o povo seja simbolizado por seu lado negativo, pois é nesse momento e com esse personagem que a charge o descobre como alvo de seu humor e de sua crítica, conforme aponta Sodré, em obra já citada, à página 36.

Considerações finais

Podemos afirmar que a polêmica sobre um personagem que nos defina enquanto nação nunca foi resolvida. A indefinição não persiste somente nas charges, ficando explícita também na literatura e outros campos, como no cinema, por exemplo. Durante alguns anos, existem personagens que nos representam, como foi o caso do índio e do Jeca, mas depois que a *febre* passa, novamente o posto de representante brasileiro fica vazio.

A utilização do Jeca nas charges estendeu-se até o início dos anos 60, sendo largamente difundida no período, principalmente pelo recorrente uso que o chargista Théo fez do personagem, configurando-se de longe como o artista que mais retratou o Jeca nas charges. O marco temporal que restringe a presença do caipira está intimamente ligado ao fim da revista *Careta* – mesmo o artista Théo ainda tendo utilizado o Jeca por algum tempo no jornal *O Globo*, onde também colaborava.

A mudança do cenário político brasileiro também contribuiu para o esquecimento do Jeca, pois os anos 60 foram marcados pelas sucessivas crises de poder, com a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), a instabilidade de seu sucessor João Goulart, que culminou no golpe que instaurou o regime militar (1964). Com isso, os chargistas passaram a ter um papel cada vez mais ativo na oposição ao regime, utilizando-se menos de personagens e centrando as suas críticas nos mandatários do poder.

Atualmente, o caipira ainda é utilizado nas charges de forma esporádica, para retratar episódios ligados ao interior do Brasil ou como sinônimo de atraso e preguiça, cabendo a personagens urbanos e mais gerais, como o mendigo, retratar o povo brasileiro nas charges. Contudo, a posição de identidade nacional brasileira está vaga, não restando maiores esperanças de surgimento de um novo tipo, diante do cada vez maior enfraquecimento dos Estados nacionais e suas culturas no contexto de globalização que atravessamos.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* A revista foi por nós descortinada a partir de referência na obra de Marcos Antônio da Silva, *Prazer e Poder do Amigo da Onça, 1943-1962*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

** O autor, além de mestre em Ciência Política, é cartunista, assinando pelo pseudônimo de Nico. E-mail: nico@mundoemrabisco.com.

CIDADES IMAGINÁRIAS DA AMÉRICA (DES)ENCANTADA: PALIMPSESTO DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

Adriana Gianvecchio*

“[...] ‘literatura’: uma criação estética que promove o desenvolvimento histórico de uma sociedade.”

(Angel Rama, Literatura, Cultura e Sociedade na América Latina).

“[...] construo países imaginários e procuro impô-los sobre os que existem. Eu também me defronto com o problema da história: o que reter, o que eliminar, como me manter fiel ao que a memória insiste em abandonar, como lidar com a mudança. O país palimpsesto da minha história, repito, não tem nome próprio. (Salman Rudshie, Imaginary Homelands).

A pesquisa tem como proposta analisar elementos da literatura latino-americana chamada de *realismo-mágico*.¹ Para abordar a dicotomia entre o real e o imaginário na produção de mundos paralelos e refúgios literários tendo como base investigativa os universos culturais. Partindo do pressuposto de que o realismo mágico encerra questões fundamentais para a compreensão da América Latina, dentre eles a concepção de várias temporalidades coexistentes e da palavra como ferramenta de resistência. Para enfatizar os contrastes, que por sua vez configuram o choque cultural do qual nasce a fantasia que alimentou essa vertente literária e que representa um diálogo entre temporalidades. O realismo mágico será, portanto, revisto como fonte de utopias e distopias, construídas entre o real e o imaginário. Num enfoque que estabelece equivalências entre produção literária e estrutura social.

Através de uma seleção de obras, a pesquisa destina-se a analisar o repertório mítico que circunda a criação dos lugares, como, por exemplo, o mito do eterno retorno e do

paraíso, fonte das construções simbólicas da América Latina, estabelecendo uma analogia entre as cidades reveladas e as identidades latinas pela perspectiva de suas memórias e de seus esquecimentos.

No processo de interpretação das obras, os principais enfoques devem ser: a memória histórica e a memória social, a construção de identidades e a invenção de tradições, dentro do conceito de comunidade imaginária. Ou seja, a identificação de elementos para perscrutar a consciência histórica do período e para adentrar no discurso de identidade latino-americana em suas tensões e memórias manipuladas, significações e re-significações das ‘fábulas’ construídas com tecidos da realidade, representadas em cores carregadas. Verificando também questões acerca das transformações sociais, da proliferação das ditaduras e suas conseqüências na conformação das identidades.

Entre Macondo, Cartagena, São Paulo, Buenos Aires, Comala, Jalisco, Brasília, Havana, Eudora, entre outras, temos um lugar comum: *a cidade imaginária*; seja como narrativa literária ou como resultado das utopias que embasaram vários projetos urbanísticos por toda a América Latina. Por outro lado, temos, na América Latina contemporânea, uma crescente proliferação de favelas, *barrios e villas-miseria*, lugares onde a realidade se estabelece pela exclusão, conforme Mike Davis, *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.

Observamos o crescimento vertiginoso das cidades, pautado pela ganância e pela opulência dos projetos urbanísticos que privilegiam elites e que cada vez mais afastam os pobres e indesejados sob a máscara das reformas urbanísticas.

Nesse mosaico de realidades e utopias, a pesquisa também se propõe a analisar aspectos da construção das identidades urbanas latino-americana e, conseqüentemente, do patrimônio. Entre a criação e o refúgio, invenção e resistência, realidade e representação, o realismo mágico revelou-nos aspectos dessas utopias urbanas e também da construção de identidades. Partindo da idéia de utopia que permeia a América Latina e perpassa por vertentes da construção cultural e do universo simbólico, para traçar um itinerário crítico sobre o local da cultura, conforme Homi Bhabba, *O local da Cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 2002, e da produção de memórias, que, por sua vez, desembocará na concepção contemporânea de não-lugar, conforme Marc Augé, *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus, 2004.

A escolha desse “caminho” justifica-se pela possibilidade de perscrutar experiências e “imagens descritas” em um período de cerceamento ideológico. Essa busca se estabelecerá através da investigação da literatura dos anos 60 e 70, para interpretar outras percepções sobre o espaço, através da descrição dos lugares, levando em conta que, além da cidade “real”, também existe outra cidade, a do papel, das narrativas, do imaginário,

sendo que, geralmente, na primeira estão os cidadãos e na segunda, as memórias e os desejos que não encontraram espaço para sua manifestação. Considerando que as cidades são comunidades de indivíduos em trânsito no tempo e que o que caracteriza uma comunidade, um povo, uma nação é o que se lembra e se comemora coletivamente. Nesse sentido, temos a questão da memória e das narrativas coletivas, seguidas de relatos, na medida que a escrita se dissemina e as cidades se expandem.

Sobre a memória e a identidade, sabemos que ambas são construídas a partir das experiências que resultam da sedimentação do passado e que formam a base em que se estabelecem os projetos futuros. Há, portanto, uma dialética entre espaço e memória que configura o presente de uma sociedade. Os indivíduos deslocam-se no tempo e possuem uma consciência histórica. É através dessa orientação no tempo que temos a experiência de mundo. Essa relação é sempre influenciada por experiências passadas e também por expectativas, ou então pela arte, no caso a literatura, que tem como “função” estabelecer um horizonte.

As cidades vivem esse processo, na medida em que vivem cercadas de memórias não digeridas: nomes ilustres que dão nome às ruas, datas comemorativas e locais sacralizados pela história. Para percorrer o processo de construção do entendimento do mundo e das esferas de conhecimento, recortaremos a cidade como forma de organização coletiva que dá origem à formação e constituição dos espaços. Dentro da concepção de *história palimpsesta*, da história como ficção, e dos questionamentos acerca de quem narra a ficção e quem detém a “verdade” sobre os fatos, conforme C. Brooke-Rose, *Theories and Things*. Cambridge University Press, 1991.

Portanto, este estudo se propõe a interpretar a cidade presente nas narrativas, de modo que possibilite um mergulho no universo simbólico para uma interpretação das mudanças ocorridas na América Latina, que, regra geral, se estabelece de acordo com os governos, e da forma que essa história palimpsesta está impressa na configuração das cidades. Ou seja, se a cidade real é uma obra ficcional, um *constructo*, a cidade do imaginário pode revelar aspectos interessantes de um período onde o controle calava expressões por vias diretas.

Desse modo, teremos uma dualidade de interpretações, ou melhor, teremos duas dimensões, para relacionar as estruturas sociais e a concepção estética que perpassa pelas relações de desenvolvimento econômico e a vanguarda experimental, numa época de mudanças socioculturais.

Um dos recursos para analisar os sistemas culturais pelo viés da literatura e da história está na utilização da semiótica da cultura. Ou seja, o realismo mágico compreendido

como uma semiosfera,² de modo que possa promover o diálogo entre culturas através de um funcionamento dialógico que regula a relação do nós/outros; centro e periferia e interior e exterior.

Através das utopias urbanas pretende-se analisar o conceito de “sociedade ideal” através da noção de cidade ideal, percorrendo obras que possibilitem o entendimento das propostas “utópicas” no plano de estudo das cidades modernas, analisando os aspectos históricos do conceito de cidades ideais.

Para entender o passado presente na América Latina, a pesquisa fará uma incursão sobre as utopias que permeiam a construção da mentalidade acerca do “mito do lugar” e todas as vertentes dessa concepção, relacionando acontecimentos e estruturas. Buscando um panorama dos conceitos e categorias culturais sobre as cidades da América Latina, na forma como a literatura a descreveu e interpretou os acontecimentos referentes ao urbano. Com o objetivo de interpretar as diferentes concepções e temporalidades da América Latina, a partir da perspectiva das cidades utópicas, como nuances da história cultural, que se estabelece por pluralismos e construções míticas re-significadas, nesse sentido, a literatura e as narrativas da cidade, serão analisadas como metáforas urbanas. Sendo fundamental, no processo, estabelecer uma inter-relação entre literatura e cidade, para questionar a construção das identidades na América Latina, pensadas como discurso dentro da dinâmica da formação de consciências nacionais, sentimento que é fortemente retomado na segunda metade do século XX, quando se produz um aprofundamento de questionamento acerca de “identidade” e de “nação. Fatores esses que incidem diretamente na estrutura dos “lugares” e nas concepções urbanas, posto que, na América Latina, a constituição das nações implicou a necessidade de se perguntar como integrar as diferenças culturais locais no interior de uma cultura nacional.

A literatura, como todas as artes, oferece um passaporte para o universo simbólico. Desse modo, a pesquisa também propõe uma análise da transição da modernidade para a pós-modernidade, do panorama urbano idealizado e da memória do lugar, para estabelecer ilações entre utopias urbanas, construção do nacional, transições geopolíticas, identidades, memória e patrimônio. Uma das hipóteses é que a investigação da idéia de cidade, presente nas narrativas literárias do período recortado possa revelar aspectos interessantes para a construção de uma crítica acerca do período de transição das ditaduras para “democracias” e de que forma isso reverberou na construção/idealização dos lugares.

Pretende-se verificar o constructo contemporâneo da América Latina para analisar o “local da cultura” da perspectiva dos deslocamentos e desenraizamentos culturais, das cidades, ou seja, verificar aspectos da interculturalidade nas cidades que se tornam imensos caleidoscópios de valores que propiciam inovações e fusões estéticas. Analisar as narra-

tivas sobre cidades na literatura do realismo mágico para confrontar esse imaginário e a questão do universo simbólico que ela abarca e estabelecer analogias com a proliferação de cidades desordenadas e o crescimento de espaços de “sobrevivência” por toda América Latina. Analisar os “lembradores” (monumentos) urbanos que perdem sua função. O questionamento de uma nova cartografia muda a noção de fronteiras. Os conflitos das identidades locais; a perda da identidade para estabelecer uma revisão teórico-metodológica da construção da idéia de nacional e propiciar um questionamento da formação identitária dos países da América Latina e da visão de comunidades.

Na ordem epistemológico-operacional, o projeto se estabelece pela formulação das seguintes hipóteses e considerações:

1. Na América Latina, em tempos de globalização, um dos maiores problemas está no fato de a identidade ser bastante heterogênea, sendo que uma das tônicas da América Latina é a diferença, o mosaico de culturas, etnias, miscigenações.
2. Analisaremos o realismo mágico dentro da dinâmica da busca de entendimento da cidade ideal da América Latina, enquanto proliferam cidades do abandono, numa dinâmica que contrapõe a utopia e a distopia.
3. A literatura é a fonte para o entendimento da consciência histórica em tempos nos quais a idéia de nacional está se formando. Em que as nações estão produzindo seus símbolos e a literatura é uma forma de falar o que não se pode. A literatura é também o espaço do discurso que desvela as intenções.
4. Teremos na cidade ideal da utopia latina uma fusão de desejos e resistências. Cidades que são alteradas, que têm na sua formatação o reflexo de administrações que revelam verdades e vontades, que revelam mentalidades do tempo. Estéticas que revelam éticas. Essa cidade da ficção dá lugar à invenção de realidades que irão gerar a configuração de lugares.
5. Na segunda metade do século XX, discute-se a relação entre história e ficção, o sentido da narrativa, nesse período também se valoriza a análise do discurso, na historiografia.
6. A ficção é uma porta para a malha simbólica, pois o maior compromisso do texto ficcional é a imaginação. O foco temático para pensar a cidade metropolizada do século XIX ao XX são as tensões, as passagens a filosofia crítica e a modernidade.
7. A ficção utiliza a história, recorre a ela e quer expressá-la. Porém, a representação feita ao revés, ou seja, a literatura como suporte, a possibilidade da ficção pode desvelar o modo como o sujeito se insere no debate.

Através do entrecruzamento de informações extraídas de uma seleção de obras, a pesquisa partirá da análise do repertório mítico que circunda a criação dos lugares, estabelecendo uma analogia entre as cidades reveladas e as identidades latinas.

O paradigma epistemológico da pesquisa tem como referência o método de análise de Ángel Rama, em *Sistema Literário y Sistema Social* (1975) (Belo Horizonte, Humanitas, 2008) e o de Antônio Candido em *O discurso e a Cidade* (Rio de Janeiro, Duas Cidades, 2004), para os quais as narrativas são fontes para miradas críticas acerca das sociedades existentes, fazendo um paralelo entre imaginários e representações do real. Buscar-se-á enfatizar os contrastes que, por sua vez, configuram o choque cultural do qual nasce a fantasia que alimentou essa vertente literária que, por sua vez, representou um diálogo entre temporalidades. Uma das premissas da pesquisa está na investigação da concepção de local da cultura, cuja referência se encontra na obra de Homi Bhabba acerca do processo de construção da identidade no mundo moderno. Segundo esse autor, na obra já citada, p. 19:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade.

Para interpretar os “entre-lugares” da América Latina no período recortado, que é justamente o período que fundamenta a “nova construção das identidades e conformações urbanas”, foram selecionadas algumas obras emblemáticas do realismo mágico, que serão percorridas. São elas: *Pedro Páramo*, do mexicano Juan Rulfo; *Paraíso*, do cubano José Lezama Lima; *Cem anos de Solidão*, do colombiano Gabriel García Márquez. No processo de interpretação das obras serão confrontados a construção de identidades e a invenção de tradições. Através da identificação de elementos para perscrutar a consciência histórica do período e adentrar no discurso de identidade latino-americana, em suas tensões e memórias manipuladas, significações e ressignificações das “fábulas” construídas com tecidos da realidade. Para estabelecer analogias com as questões levantadas acerca das transformações sociais na proliferação das ditaduras e suas conseqüências na conformação das identidades. Propondo uma viagem pelas cidades da América Latina, através da literatura, para estabelecer uma analogia com a construção cultural da cidade latino-americana. Através desse estilo literário em que os escritores propõem reinterpretar a história do continente opondo-se a toda uma mentalidade perpetuada pela elite local e pelos discursos da história oficial. De forma a tentar fazer emergir os aspectos do passado que tenham sido silencia-

dos pelas representações oficiais. Considerando que o realismo mágico possa oferecer um retrato diferenciado da sociedade e seus elementos, explorando o universo cultural latino-americano, posto que a narrativa desse período procura trabalhar com a multitemporalidade que caracteriza o continente e o lugar do tempo retilíneo, trabalhando com o tempo circular, mítico ou a mistura de várias concepções de tempo. Como, por exemplo, em *Cem anos de Solidão*, escrito em 1967, onde observamos a cidade latino-americana, vista como uma categoria do pensamento social e do imaginário intelectual e político do continente. Outra obra que fundamenta a pesquisa é *Imaginários Urbanos*, de Armando Silva, onde o autor afirma que a cidade imaginada é uma cidade distante da “real”, e seus processos de desterritorialização podem ser vistos como um exercício imaginário que impõe limites, situa paisagens, evoca lugares, permite encontros fantásticos. Cumpre enfatizar que, a pesquisa não se destina a uma busca da “essência latino-americana” e sim de elementos para que se possam estabelecer análises sobre a construção identitária através da elaboração de “mapas” que revelem as cidades do imaginário. Mais especificamente, através do entendimento de características dessas cidades e identidades que ocorreram em períodos de regimes totalitários da América Latina e que transcendem o território físico, até então paradigma de nação e região, dando lugar a construção de “outros lugares” que, por sua vez, se relacionam de modo mais abstrato com a produção simbólica do poder. Dentro de uma lógica onde a ordem imaginária precede a realidade. Isto é, “eu vivo a cidade como antes a imagino”. Portanto, uma das premissas da pesquisa está em analisar a relação entre a subjetividade e realidade via literatura, através de uma *fenomenologia social*. Nesse panorama, faremos uma breve incursão pela historiografia da América Latina, onde as identidades construídas a partir do outro são inúmeras. Porém, nessa pesquisa, interessamos discutir as visões dos latino-americanos que, ao olhar para o “outro”, para o externo, fizeram-no tentando descobrir quem eram eles mesmos. São, portanto, objetos desse projeto de pesquisa a leitura cultural de literaturas e as mediações simbólicas, para adentrar no imaginário coletivo e nas estéticas das emoções, mitos e registros acerca da concepção das cidades imaginárias.

A relevância da proposta está no entendimento de peculiaridades latinas, sobretudo relacionadas a construções estéticas, que são tônica dominante entre países, das mais variadas e múltiplas culturas. A originalidade da abordagem está na seleção de obras que, embora revelem universos distantes, se aproximam na formatação de identidades e da utopia de lugar. Para estabelecer um diálogo transdisciplinar, partindo do princípio que as criações humanas são essencialmente “produções de sentido” que expressam de forma singular os complexos processos de realidade nos quais o homem está envolvido, mas sem se constituir em mero espelho.

Dessa forma, a pesquisa poderá estabelecer recortes, para questionar aspectos da memória. Fazendo paralelos entre o lembrar e o esquecer – ou melhor, entre amnésia e anistia – palavras que contêm a mesma raiz semântica, para interrogar a cidade através da literatura, revelando os esquecimentos que marcam a democracia. O foco é a perspectiva historiográfica dos romancistas que são também “lembradores” da cidade. Considerando que nos regimes ditatoriais do período, o intelectual muitas vezes era calado por representar perigos e sua fala foi sendo transposta por sua arte. Nesse viés, pretende-se questionar como se constrói e legitima a memória urbana. Quem constrói, guarda e legitima a transmissão da memória da cidade e de seus habitantes? A partir de que perspectiva social no presente e com que horizonte de futuro se fala sobre o passado e se constrói a memória da cidade? Portanto, a pesquisa também se destina a investigar a memória da cidade como história do patrimônio. Sobre o método de pesquisa e tratamento das fontes, o projeto insere-se no campo da chamada micro-história e na história das narrativas. Sendo encarada como prática interpretativa baseada em uma redução na escala de observação e num estudo intensivo do material documental.

Desse modo, a pesquisa irá se estruturar a partir do universo simbólico, organizado em uma estrutura que permita contextualizar o discurso sobre a cidade, para investigar, através das narrativas, as estruturas sociais e aspectos da cultura que possam ter “escapado” ao controle. As narrativas serão interpretadas como “reflexões literárias” do período e serão a base investigativa para analisar as cidades latinas e para estabelecer uma ponte entre a micro-história e a macro-história. Considerando que o realismo mágico tem como característica a representação cíclica do tempo, onde presente e passado se visitam e se misturam, tal como uma metáfora da cidade. Os autores do realismo mágico escreveram sobre o seu tempo, revelando aspectos da idéia de nacional e a “chegada” da modernidade. Nesse processo de entendimento e questionamentos do “lugar onde estamos”, as narrativas fantásticas, através do mítico e do improvável, apresentaram sentidos para uma América latina, que, por sua vez, foi “projetada” como um espaço do simulacro. Sendo, portanto, a identidade latina uma representação fraturada. A literatura do realismo mágico revela faces de uma América Latina que tenta fugir ao simulacro. Enquanto metrópoles foram construídas, a literatura mostrou aldeias, lugares nenhuns, cidades fantasmas, metáforas do abandono, lugares de magia e encantamento, de desolamento e solidão, cidades dos mortos e dos eternos, etc. Pelo viés da literatura, busca-se uma interpretação da construção dessa idéia de lugar para questionar a legitimidade do patrimônio dessa América que fabricou cidades apagando realidades. Considerando que todas as cidades são feitas de várias camadas sobrepostas e nesta há como que uma justaposição de memórias e experiências, tanto pessoais como literárias. Sabendo que o processo imaginativo contém a

malha simbólica. Sendo a ficção essa porta para entrar na malha simbólica, pois o maior compromisso do texto ficcional é a imaginação. O eixo criativo constrói uma dinâmica de hipertexto com cada leitor. Ele é um fator de tradução, ou seja, ele propõe hibridizações. Decifrar os códigos que compõem a malha simbólica do realismo mágico é entender as instâncias que criam espaços de fuga, de possibilidades. Através de um recorte cronológico, buscaremos uma série de indícios para diagnosticar a questão da construção identitária da América Latina relacionados a um tempo que revela posicionamentos.

Uma das premissas da pesquisa consiste em realizar aproximações entre História e Semiótica da Cultura. Assim como utilizar aspectos de Análise do Discurso como ferramenta para investigação do texto literário como fonte para a historiografia. Partindo do eixo ou matriz histórica, de cidade, ao universo da construção identitária. A matriz da investigação está na configuração de cidades, que no realismo mágico, contrariando a idéia de América Latina como Paraíso, lugar das projeções imaginárias, da cidade ideal, apresenta cidades fraturadas, aldeias desoladas, rupturas e margens. Partindo do eixo, do constructo dessa matriz de Paraíso e de cidades ideais, que serão confrontadas com a idéia de simulacro, que permeia a caracterização de cidades da América Latina, no período modernista, como lugar da modernidade, da velocidade e da construção de metrópoles como São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México e de lugares de desolamento e de abandono, como Macondo, Comala, as cidades nas dimensões mágicas e sígnicas que relavam a construção de identidades. Levando em consideração aspectos projeto estético e ideológico para as cidades “reais”. O realismo mágico fundamenta-se em lugares descritos sob uma aura de mística que deságua na idéia de uma unificação da América latina, de hibridização e perda de referências identitárias, na construção dos não-lugares, que é o ideal da cidade pós-moderna.

Entendendo a cidade como texto, a pesquisa propõe-se a analisar a América Latina como uma confluência de textos, em períodos de ditaduras e a produção de textos fantásticos, confrontando dados do universo imaginário com o panorama sócio-histórico do período. Nesse sentido, após o mapeamento das cidades descritas na literatura, serão estruturados, a partir das narrativas selecionadas, aspectos dicotômicos, que compõem um roteiro para análise da América latina, na questão da identidade: o local e o global, o real e o imaginário, as memória e representações, para estabelecer análises. O domínio semiótico será dado pela conotação social, pelo contexto histórico ou geográfico, atrelado às funções sociais: texto (cidade) - tecido (América latina) - tessituras (lugares).

Os percursos da narrativa do realismo imaginário relacionado à idéia e a construção de lugar (cidade real - cidade ideal). A análise do discurso vincula-se à compreensão

de textos que são relacionados aos discursos que permeiam seu lugar. Para interpretar o contexto e a situação sócio-histórica que fez emergir o texto como discurso de seu tempo e os personagens como constructos.

Para uma interpretação adequada, a semiótica da cultura será disciplina acessória e a análise do discurso, ferramenta para interpretação de aspectos, tais como intertextualidade. Para verificar aspectos da intertextualidade, que é um conceito central da idéia de discurso, que significa que um texto sempre evoca outros textos. Como, por exemplo, o mito do Paraíso e a construção da idéia do lugar ideal têm várias origens. Na literatura, temos a República de Platão, que dá origem à idéia de Utopia, de Thomas More, que remete à cidade do Sol, de Campanella, que configura as idéias de construções de cidades imaginárias, tais como Macondo, Comala e dá origem ao lugar de todos e de ninguém (não-lugar ou retorno a utopia). E a idéia de *palimpsesto*: as cidade se constroem em memórias sob memórias, textos sobre textos, tecidos sobre tecidos.

Serão verificados os discursos do período, tomados como uma totalidade de enunciados de uma sociedade apreendida na multiplicidade de seus gêneros. Considerando o estabelecimento de diálogos possíveis entre história e ficção, tendo como premissa a literatura como fonte para a história; a ficção movida pela história, a perspectiva do olhar – o lugar onde estamos. Em consonância com as biografias dos autores (a noção de sujeito – relativo à circunstância). Também serão considerados como fundamentais: a mentalidade da época, o texto em diálogo com a consciência histórica, os narradores como tradutores da mentalidade de sua época.

Notas

* Historiadora. Especialista em Preservação e Restauro do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico, mestre em Estética e História da Arte (PGEHA: Programa Interunidades em Estética e História da Arte: ECA/FAU/FFLCH/ECA - USP). E-mail: adriana@resgest.com.br

¹ Realismo mágico, realismo imaginário e realismo fantástico são definições da literatura produzida nos anos 60 e 70 na América Latina. Apesar de algumas diferenças, na ordem das definições da literatura, todas convergem no sentido em que tratam de aspectos da realidade com cores carregadas e do surpreendente e improvável, como metáfora ou como forma narrativa. Cf. CHIAMPI, Irlema. O Realismo Maravilhoso. Forma e Ideologia no Romance Hispano-Americano. São Paulo, Perspectiva, 1980. V. também RUDSHIE, Salman. Imaginary Homelands. Londres, Granta Books, 1985.

² Conceito de Semiosfera: formulado pelo semiótico LOTMAN, Iuri, para designar o habitat e a vida dos signos e seu universo cultural. Cf. MACHADO, Irene. Semiótica da Cultura e Semiosfera. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2007.

O IDEAL DE NAÇÃO DE GRIFFITH NO FILME “O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO”

Aline Campos Paiva Moço*

O título do filme que é o objeto deste trabalho *Birth of a nation* (O nascimento de uma nação) expressa diretamente a preocupação em narrar o nascimento da nação dos Estados Unidos. Esta película traz diversas contribuições para compreender o ideal de nação de seu idealizador, David Wark Griffith, considerado o pai do cinema narrativo clássico de acordo com as análises de Ismail Xavier (1984). Um filme considerado controverso e gerador de inúmeras polêmicas em sua estréia em 1915, como pontuou Arlindo Machado (1997), Arthur Knight (1957), entre outros, procurou mostrar a Guerra de Secessão e o período da Reconstrução como o momento crucial para a definição da nação norte-americana e se propôs a ser uma reconstituição fiel dos fatos históricos.

As perspectivas iniciais da pesquisa, surgidas ainda durante a graduação, apontam para a abordagem que o cinema faz da história, principalmente nos chamados filmes históricos. Por filmes históricos adotarei as diretrizes de Cristiane Nova (2000) que os difere dos demais filmes por ter o passado como tema. Como recurso teórico para incluir o cinema como fonte histórica foi imprescindível a leitura de Marc Ferro, Elias Thomé Saliba, Ismail Xavier, Robert Sklar, Walter Benjamin, entre outros.

O nascimento do cinema está inserido no contexto da modernidade, conceito bastante explorado na historiografia e que é discutido nas perspectivas de Marshall Berman (2007), Leo Charney e Vanessa Schwartz (2004). O cinema, assim como outras diversas invenções deste período era visto pelos historiadores apenas como imagens em movimento, atração tecnológica e de montagem não controlável, não confiável, uma falsificação, não podendo ser, desta forma, um documento legítimo.

Inegável dizer que o cinema dos primeiros tempos era uma diversão própria para a massa da população, divertimento barato para imigrantes, operários e outras pessoas que não tinham condições de pagar um ingresso de teatro, por exemplo. No entanto o viés Hankiano vigente no critério de definição das fontes de pesquisa que seriam válidas para

a análise da história, não permitia aos estudiosos perceber as múltiplas possibilidades de expressão das vivências sociais atinentes a estas produções. Além dessa perspectiva de considerar que os documentos analisados eram as chamadas fontes legítimas, ou seja, documentos escritos, principalmente os que se referiam ao poder estatal, a hierarquização das diversões no século XIX e começo do XX contribuíram para que o cinema não fosse foco de discussões historiográficas.

Para os historiadores que se preocuparam em analisar o cinema, principalmente a partir da década de 60 do século passado, o filme deverá ser abordado a partir das imagens e do contexto histórico em que está inserido. O fio condutor da história apresentada nas salas de cinema são as imagens, a montagem, os procedimentos técnicos e inovações tecnológicas que os idealizadores e o corpo produtor se propuseram a contar. Deste modo, neste estudo, procuramos adotar critérios para a compreensão desta obra de arte que tem especificidades próprias.

A proposta no mestrado em história social inclui abordar o filme como um produto daquilo que testemunha, já que está integrado ao mundo que o rodeia e ao qual se liga necessariamente. A análise do filme, além de investigar os componentes próprios desta obra de arte, se voltará para perscrutar a produção, o público, a crítica, seu contexto, portanto. Desta forma, analisar o filme *Birth of a nation*, significará problematizar a sociedade que ele representa e os ideais embutidos na perspectiva específica de Griffith.

O cinema como invenção tecnológica pode ser apontado como fruto de inúmeros avanços científicos, próprios da modernidade, segundo as análises de Laurent Mannoni (2003). Foi primeiramente concebido pelos irmãos Lumière que pesquisavam a fotografia colorida e pertenciam a um clã de tino comercial que facilitou em fevereiro de 1895, em Lyon, o registro da patente do cinematógrafo. A primeira sessão pública de cinema se realizou no subsolo do *Grand Café* a 28 de dezembro de 1895, em Paris.

No primeiro ano do cinema predominam os acontecimentos sociais, como reportagens de casamentos, posses, visitas e inspeções de reis e príncipes europeus, que, por seu aspecto documentário, obtinham sucesso de público. A linguagem cinematográfica específica ainda não tinha nascido, já que estes chamados filmes de atualidade, procuravam reproduzir espetáculos visuais móveis, legitimando seu lugar na sociedade.

Um dos pioneiros em criar uma abordagem ficcional aos filmes foi George Méliès. O cinema de Méliès veio dar vida aos pedidos cotidianos das cidades francesas que conviavam com teatros de ilusionismo e mágica. Seus filmes – espirituosos, inventivos, transbordantes de atividades exuberantes e imaginação fantástica – foram amplamente apreciados nos Estados Unidos na primeira década do século passado. Contribuíram muito, também, para convencer os produtores americanos de que os filmes podiam e deviam ser mais longos do que os cinqüenta pés convencionais (cerca de um minuto na tela).

Nos Estados Unidos, um dos pioneiros do cinema narrativo foi Edwin S. Porter que remetendo às perseguições e tiros do velho oeste norte-americano realizou um filme revolucionário para o cinema: *The great train robbery* (1903). Ele, um dos primeiros fotógrafos-diretores, revelou a função do corte na seqüência das cenas proporcionando narratividade à estória sem o auxílio de legendas. A influência de Porter será sentida pela eternidade do cinema, uma vez que também criou o *close-up*, as tomadas externas e os primórdios da filmagem panorâmica, além de incluir o tema recorrente e clássico do oeste e da fronteira no cinema.

A Primeira Guerra Mundial completou a ascensão do cinema norte-americano em termos de indústria. Nos anos que precederam a guerra os cineastas franceses e italianos eram reconhecidos como os melhores do mundo e exportavam seus filmes para todas as partes do globo. Os italianos eram conhecidos no mercado japonês e os franceses na América Latina. A guerra, no entanto cortou-lhes a produção, assim como impediu a expansão do mercado cinematográfico inglês e alemão proporcionando a expansão do cinema norte-americano.

Antes dos Estados Unidos entrarem nesta Grande Guerra Mundial, seu cinema já tinha os contornos, métodos e linguagens graças às inovações que diversos cineastas propuseram ao longo de quase trinta anos, no entanto, a compilação de todos esses formatos é atribuída a David W. Griffith e seu filme *Birth of a nation*, que estreou em 1915.

Até então, a população que se dirigia ao cinema procurava um entretenimento barato, rápido e que não demandasse muito esforço, já que eram operários e imigrantes que possuíam uma jornada de trabalho exaustiva e também outras pessoas que não viviam de acordo com o nível da classe média norte-americana.

O início do século XX para os Estados Unidos, particularmente, presenciou uma crescente onda migratória que inflava as cidades. A classe média mudava-se para longe das áreas industriais criando os subúrbios e dando nova configuração às cidades. Os imigrantes, principalmente do Sul e Leste europeu, além do sonho de “fazer a América”, traziam seus idiomas, culturas, religiões e outras especificidades próprias.

A proximidade de culturas tão distantes e diferentes, fundidas em um mesmo espaço físico é nitidamente percebida nas primeiras salas de cinema improvisadas. Os primeiros filmes mudos tinham como função e apelo uma história que poderia ser entendida e apreendida por pessoas de diferentes nacionalidades, que não precisavam ser alfabetizadas, nem saber inglês e que transmitiam os valores da nova nação.

As diversões próprias dessa massa operária até a chegada do cinema era o botequim do bairro, as salas de dança, ringues de patinação, salões de clubes, sinuca, parques de diversão como Coney Island, ligas de beisebol e museus baratos que exibiam curiosida-

des próprias dos teatros de *vaudeville*, como pontua Arlindo Machado (1997). Em 1896, surge nos Estados Unidos às chamadas *penny arcades* que proporcionavam lucro aos donos de armazéns e lojas improvisadas nos bairros operários exibindo filmes a cinco centavos (*nickel*).

Essas primeiras salas de cinema nos Estados Unidos, também chamadas de *nickelodeons* pelos frequentadores, ou “poeiras” pela classe média, localizavam-se nesses bairros operários não somente pela proximidade com seu público, mas porque “a localização num bairro rico ou num distrito em que viviam frequentadores da igreja proporcionaria exígua clientela”, segundo Robert Sklar (1975).

É sintomático o pré-conceito que a classe média e as elites norte-americanas tinham com o cinema dos primeiros tempos. Os cinemas, além de serem uma diversão barata e não arte legítima, permitiam a reunião de uma determinada classe que deveria ser controlada pelas elites. Os filmes ainda não passavam por nenhum tipo de censura.

Diante de tamanha preocupação da classe média com o fenômeno da diversão popular recente, diversas disputas judiciais e ligas pela moral norte-americana foram formadas com a intenção de instalar uma censura nos filmes. Nesse ínterim as nove principais companhias produtoras tinham formado a *Montion Pictures Patents Company*.

Os filmes previamente censurados proporcionavam mais conforto para as elites irem às salas de exibição. Nesta segunda década de existência do cinema também podemos perceber algumas mudanças nos temas dos filmes, como a inclusão de clássicos da literatura, épicos italianos, religiosos e inspirados em peças teatrais que buscavam maior identificação com as elites.

Os longas-metragens também começavam a ocupar uma posição de destaque, já que era o tempo que as elites estavam acostumadas a despender com entretenimento. Para complementar as modificações que pretendiam trazer a elite ao cinema, os Estados Unidos se inspiraram no exemplo alemão, que desde 1911 já possuía salas de cinema próprias para essa clientela, e em 1913 inaugura o *Regent*, em Nova York, o primeiro teatro construído especialmente para o cinema.

Um cineasta em particular, David W. Griffith, vinha obtendo destaque pelo sucesso de seus filmes na *Biograph Company*. Gradualmente, ele assume a responsabilidade até então dos operadores, de posicionar as câmeras trazendo novo significado ao termo diretor de cinema. Como exímio diretor se tornou um mestre na iluminação, no contraste claro-escuro, de luz e sombra, usando a luz para o aparecimento e desaparecimento gradativo das imagens e a iluminação focalizada nos indivíduos. Dirigiu seus atores para uma atuação mais contida e assim mais intensa, uma vez que trouxe o rosto dos seus astros para mais perto da platéia com os *close-ups*.

Em 1913 Griffith assina contrato com a produtora *Mutual*, como supervisor de produção tendo financiamento para realização de dois filmes por ano. Sua primeira idealização e realização na *Mutual* é *Birth of a nation*. É um longa-metragem com quase três horas de duração baseado no romance e peça de teatro *The Clansman*, de Thomas Dixon Jr.

As configurações para levar as elites ao cinema estão na duração e no tema do filme. No entanto, Griffith ainda equipara o valor do ingresso ao do teatro e dá entrevistas promovendo seu filme pela monumentalidade das locações, pelo número de figurantes, pelo valor gasto na produção e, principalmente, pelo tema abordado.

A Guerra Civil dos Estados Unidos é um tema que remete à sua memória pessoal. Ele nasceu em Crestwood, Kentucky, em 1875, sob o impacto da derrota do Sul na Guerra de Secessão. Sua memória é a da civilização sulista aristocrática da *old plantation*. Seus heróis são aqueles bravos cavalheiros que lutaram para defender uma ordem de paz entre senhores e escravos. Os mitos que ele admira são aqueles criados pelo reverendo Thomas Dickens que afirmam a supremacia branca e aristocrática.

É imperativo considerar Griffith como o pai do cinema narrativo clássico, no entanto, o que pretendemos problematizar é sua percepção da história norte-americana neste filme, que como documento apresentado a um número inestimável de pessoas, necessita de uma abordagem historiográfica. Na trajetória de Griffith, conforme afirma Ismail Xavier (1984, P. 11), “é difícil separar o artista do pregador; o filme que inova, do sermão protestante; o desempenho admirável, da mensagem cujos preconceitos às vezes passam da conta, mesmo considerando o contexto em que se inserem.”

Pontuando a importância que as inovações da modernidade trouxeram para a vida cidadina, principalmente o cinema como um veículo de massa e as complexas técnicas que Griffith traz com seus filmes, é imprescindível analisar o impacto que esta película traz ao abordar a história norte-americana. O cinema que nos Estados Unidos primeiramente reúne a população operária e imigrante característica do início do século XX busca, principalmente a partir de 1915, com o filme *Birth of a nation*, incluir a elite no cinema proporcionando-lhe status de arte legítima. Para tal feito, Griffith como um cineasta-historiador, molda a história da Guerra de Secessão e a Reconstrução, para legitimar não só o cinema, mas a nação norte-americana como devedora da força de coesão e união que a Ku Klux Klan realizou após a abolição.

A importância do filme em termos de história do cinema é inegável. No entanto, a análise do filme no que concerne à sua representação da história americana é contraditória. Se por um lado, este filme é bem recebido por parte da elite, das ligas conservadores protestantes e formadores de opinião como um retrato fiel da história, por outro, o filme é alvo de protestos, censura e ações judiciais da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP).

O eixo central do filme é a vida de duas famílias dos Estados Unidos, uma do Norte e outra do Sul, ligadas pelo romance de seus filhos. Os conflitos começam com a Guerra de Secessão que separa os protagonistas e busca prender a atenção do público pela clássica história de amor impossível. A guerra termina e a Reconstrução dos Estados Unidos começa trazendo sofrimentos aos brancos do sul que se vêem subjugados pelos negros recém-libertos e pelos radicais políticos nortistas. Somente com a chegada da Ku Klux Klan é que o amor dos casais pode se realizar e que a nação norte-americana, antes separada, pode seguir unida.

As imagens mostradas por Griffith dos negros, com atores brancos pintados e vestidos grotescamente, é uma forma de legitimar sua incapacidade de governo e sua necessidade de proteção da civilização branca. Políticos do período são retratados com quase perfeição, assim como acontecimentos reais, como a morte do presidente Lincoln no Ford's Theater. Essa busca por fatos históricos de conhecimento comum, pelo menos da elite, legitima-o como historiador. Os inter-títulos ao longo do filme procura enfatizá-lo como documento verdadeiro e histórico.

A primeira imagem que surge na tela é um inter-título que diz: Argumento para um filme de arte *“Nós não tememos a censura, porque não temos intenção de ofender com impropriedades ou obscenidades; mas, nós exigimos, como um direito à liberdade para mostrar o lado obscuro da injustiça que podemos iluminar o lado agradável da virtude – a mesma que é concedida à arte da palavra escrita – aquela arte para a qual nós devemos a Bíblia e aos trabalhos de Shakespeare”*. O próximo diz: *“se conseguirmos transportar os horrores da guerra para suas mentes, este trabalho não terá sido em vão”*.

Griffith ainda coloca em inter-títulos passagens do livro do presidente Woodrow Wilson (em vigor em 1915) para legitimar seu documento, o filme, como obra de arte e de história.

Os personagens com os quais a platéia se identifica, ou seja, os protagonistas colocados como seguidores da ordem e dos bons-costumes, brancos, descendentes de anglo-saxões e protestantes (WASP) são colocados em uma situação desesperadora quando os negros são libertos. O clímax do filme é o surgimento do “império invisível”, a Ku Klux Klan, organização que através de enforcamentos, linchamentos e outras formas de coerção buscou manter a ordem tal qual se apresentava antes da abolição. Nascida aproximadamente no período da Reconstrução teve seu ressurgimento em 1915 ligado diretamente ao sucesso que o filme *Birth of a nation* alcançou, como analisaram os historiadores Charles Sellers, Henry May e Neil McMillen (1985).

No período de seu lançamento, a Grande Guerra se configurava na Europa e o isolacionismo americano entrava em colapso. Uma onda de patriotismo se inaugurava e o

dilema da entrada dos Estados Unidos na guerra ou não se instaurava. A busca pelo mito dos pais fundadores, a terra prometida que concedia liberdade aos peregrinos e democracia aos imigrantes, o Destino Manifesto, enfim, a Nova Canaã ensinada nos primeiros livros didáticos de história estudados por Marc Ferro (1994), procurava no seu passado os motivos para entrar na Grande Guerra. O filme *Birth of a nation* estreia quando os Estados Unidos buscam na sua história seu fundamento e seu destino.

Griffith inicia uma longa tradição na cinematografia hollywoodiana de revisar sua história, onde cineastas assumem o papel de historiadores da cultura de massa, para cumprir a função da transmissão dos valores nacionais principalmente, explorados por Robert Burgoyne (2002).

A problemática central desta notícia de pesquisa que se refere à dissertação de mesurado em história social será abordar como a nação norte-americana nasce na perspectiva de Griffith. Para tanto, será necessário buscar as origens do cinema e seu percurso até 1915 para compreender como o filme *Birth of a nation* é significativo. A dimensão do público alcançado e a necessidade da realização desta película no determinado período é também parte do que este trabalho procura alcançar. A busca pelas origens, tanto deste tema na memória de Griffith quanto pela definição de nação que ele idealizou, são fundamentais.

As definições de nação, nacionalismo e nacionalidade são de difícil complexidades, como afirma Benedict Anderson (2008), no entanto, este trabalho procura entender a visão que Griffith possuiu do nascimento de sua nação. Ainda segundo este intelectual que se dedicou a compreender como as “comunidades imaginativas” que são as nações podem gerar sacrifícios humanos, procuro iniciar este estudo compreendendo a complexidade desta comunidade imaginada por Griffith que é a nação norte-americana.

Talvez legitimando seu filme como obra de arte e de história, Griffith pretendesse apresentar elementos destacados na construção coletiva de um passado e de um “nós” comum e identificado, como sinaliza Edward Said (2007) na análise de alguns romances de fundação.

A exibição recorrente deste filme ao longo do século XX e sua permanência nas listas de filmes mais polêmicos da história do cinema da *American Film Institute* (AFI) demonstram sua importância não somente na história do cinema, mas na história dos Estados Unidos. O papel histórico que este país impôs ao mundo, principalmente após a Primeira Guerra Mundial que também é o período de lançamento do filme, necessita de uma problematização histórica sobre a importância do cinema na história e como a história é retratada pelo cinema.

Aline Campos Paiva Moço

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

*Aline Campos Paiva Moço é mestranda em história social pela PUC-SP, orientada pelo Prof. Dr. Antônio Pedro Tota. E-mail: alinecpaiva@uol.com.br

**ALGUMAS NOTAS SOBRE O NACIONALISMO BRASILEIRO
NA GRANDE IMPRENSA AMERICANA.
TIME MAGAZINE E NEW YORK TIMES: 1960-1964**

Eduardo Silva Alves*

O Brasil nacionalizou a sociedade americana Esso Standard do Brasil Inc. a pedido da Standard. Materialmente, significa essa nacionalização que a grande distribuidora no Brasil dos produtos da Standard Oil Company, de New Jersey, transforma-se na Esso Brasileira de Petróleo S.A., que o seu capital na sociedade passa a ser em cruzeiros e que seus escritórios centrais mudam-se de Fairmont, na Virginia Ocidental, para o Rio de Janeiro. Assim, se algum dia o Brasil desapropriar empresas estrangeiras, a Esso poderá escapar. Por outro lado, se o Brasil algum dia permitir a participação de capitais particulares na exploração do Petróleo, a Esso estará em condições de entrar em ação. (“Love & Nationalism”. Time Magazine. Vol. LXXV, nº 4. Nova York, 25 de janeiro de 1964.)

O nacionalismo brasileiro, como tema de reportagem na grande imprensa norte-americana no início dos anos 60, foi levado àquele público sob dois aspectos: expropriações e ufanismos, sendo este também interpretado – e traduzido – como xenofobia. Neste artigo comentaremos algumas reportagens feitas pela revista semanal *Time Magazine (TM)* e pelo jornal *The New York Times (NYT)* sobre esse assunto. Suas abordagens tiveram como pano de fundo uma constante preocupação com os investimentos financeiros em nosso país e a imagem dos EUA na América Latina entre 1960 e 1964.

Temor pelo presidencialismo nacionalista – 1960

No editorial da edição de 18 de janeiro de 1960 do jornal *The New York Times*, o correspondente Claude Sitton alertava os Estados Unidos sobre a necessidade de “uma

maior atenção norte-americana aos ânimos latinos”, e disse ainda que eles “precisavam aprender a conviver com o nacionalismo latino-americano”. Era o último ano do mandato de Juscelino Kubitschek e a corrida pela sucessão presidencial estava a todo vapor: de um lado, a coligação PSD e PTB, com os candidatos Lott e Goulart, respectivamente, e, do outro, Jânio Quadros e Milton Campos, na junção PTN-UDN. Desses quatro candidatos, somente Milton Campos esteve de fora do eixo de discussão sobre o nacionalismo na *Time Magazine* e no *NYT* durante o período aqui mencionado. No mês seguinte, o editorial no jornal *NYT* lançava um olhar mais direto ao Brasil, cujo panorama naqueles “dias de verão” era marcado pelas “pressões políticas de um ano de eleição Presidencial”, pelos “flagrantes problemas econômicos” derivados de uma “permanente e descontrolada inflação”, além de “uma crescente afirmação do nacionalismo”. No final de fevereiro de 1960, foi a vez de *TM* revelar a sua preocupação com o nacionalismo brasileiro com o artigo “O Candidato” (*The Candidate*): concordando com o *NYT*, o desconforto da revista estava na figura do já candidato Marechal Lott e na sua promessa de “fazer do capital estrangeiro seu alvo principal”. Segundo *TM*, aquele candidato não admitia que o “suor dos trabalhadores brasileiros continuasse a produzir riquezas para os países estrangeiros”, segundo *TM*, ele dava garantias de que “a Petrobrás continuaria intocável e manteria o monopólio estatal do petróleo”. A revista não poupou a comparação com Vargas, disse que o Marechal Lott ansiava pelo “mesmo manto de Getúlio, um presidente-ditador e demagogo que havia se matado e deixado uma carta na qual punha a culpa do seu suicídio nos grupos financeiros internacionais”. A revista ainda destacou uma fala de Lott na qual ele deixava bem clara a sua posição nacionalista: “Eu sou um nacionalista [...]. O nacionalismo relaciona-se ao patriotismo do mesmo modo que a caridade relaciona-se com a fé”. Segundo Thomas Skidmore, “o candidato Lott exercia uma atração *a priori* sobre os nacionalistas de esquerda na defesa de várias causas nacionalistas”, tais como “a restrição das remessas de lucros de firmas estrangeiras para o exterior”.

Jânio Quadros, ainda não candidato e muito cortejado pela UDN, no mês seguinte, março de 1960, fez uma visita a Fidel Castro “dando a entender que era simpático à experiência socialista”, apesar dos seus protestos contra “a má interpretação que o regime cubano havia feito de suas declarações”, publicou o *NYT* no artigo “Quadros fora de Cuba” (*Quadros off for Cuba*). Ainda dentro do assunto cubano, O *NYT*, em 10 de março de 1960, publicava outra reportagem, com o título “Cuba, um assunto no Brasil”. O artigo informava que “a decisão do candidato [Quadros] de visitar Castro perturbava os investidores”.

Brizola entra em cena – 1961-1962

Após a definição da corrida eleitoral de 1960, o ano seguinte não ofereceu muitas esperanças aos EUA em relação à contenção do nacionalismo brasileiro. Os personagens apenas trocaram de nome, saiu Lott e entrou Brizola. O primeiro, antes da derrota nas urnas, anunciava propostas de governo de cunho nacionalista, enquanto o outro já tinha no currículo a encampação da Companhia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power (Bond & Share) em 1959.

Jânio Quadros, o grande vencedor das eleições, foi o último brasileiro a ser capa da *Time* antes da queda de Goulart. A reportagem com o título *One Man's Cup of Coffee*, de 30 de junho de 1961, não faz menção a Goulart, no entanto, a preocupação com o avanço do comunismo na América Latina e a imagem dos EUA aumentou, segundo *TM* “na semana passada, após uma excursão por dez nações da América Latina, o enviado presidencial Adlai Stevenson era portador de alguns assuntos desagradáveis. Os líderes dos governos democráticos da América Latina ainda estavam em estado de “choque mental” em relação ao desastre cubano; o prestígio dos Estados Unidos estava em agudo declínio”. Naquela mesma edição, *TM* ainda analisou as riquezas do solo brasileiro e sua importância para o mercado interno e internacional. Discorreu sobre o potencial hidroelétrico do país, sobre a borracha na Amazônia, a pecuária e o papel. Mas a bauxita deu o exemplo de nacionalismo que a matéria perseguia: segundo *TM* “as reservas de bauxita do Brasil eram de centenas de milhões de toneladas”, e podiam ser encontradas em locais economicamente rentáveis, mais baratos”, porém, alguns projetos de grandes empresas exploradoras – Kaiser e Reynolds – “eram vetados por um nacionalismo estridente ‘O alumínio é nosso!’”.

O cunhado do presidente Goulart e anti-yankee – termos que *TM* irá atribuir a Brizola na maioria de suas matérias – foi chamado de “volátil” numa reportagem do *NYT* de 13 de março de 1962 (*Volatile Brazilian: Leonel Brizola*). Comparado a um dos personagens do famoso escritor americano, Horatio Alger, autor de inúmeras novelas populares no século XIX, Brizola fazia o tipo “menino pobre” sempre com tendências para o bem, mas com uma pequena deformação, “era um brasileiro esquerdista e nacionalista”. Antes da publicação desse artigo, Brizola, em 16 de fevereiro, expropriou a ITT oferecendo uma indenização “bem abaixo da estimada pela companhia”. A atitude de Brizola foi comunicada através de um telegrama ao presidente Kennedy, e o presidente da ITT comparou o ato como semelhante ao ocorrido em Cuba. O impasse diplomático deu-se em meio aos preparativos da visita de Goulart aos EUA no mês seguinte. Uma medida de urgência tomada pelos EUA foi a aprovação da emenda Hickenlooper, “que puniria os países que

desapropriassem empresas americanas sem que fossem devidamente indenizadas”. Segundo Marco Antonio Villa, Goulart, antes de embarcar para os EUA, fez um pronunciamento “para se desvincular de Brizola” na Câmara de Comércio Americana: “o governo brasileiro não alimenta a mínima prevenção, nem cultiva qualquer sorte de preconceito ou má vontade com aqueles que representam ou defendem os interesses do capital estrangeiro”. No mês seguinte, em 3 de abril de 1962, mesmo dia da chegada Goulart aos EUA, o *NYT* publicava uma matéria com o título “A Visita do Presidente”, e fez os seguintes comentários: “a chegada do Presidente João Goulart aos Estados Unidos para uma visita de cinco dias servirá para nos lembrar que o Brasil, como também a Argentina, precisa da uma máxima compreensão de nossa parte”. Goulart, em sua visita, assumiu “o compromisso de manter condições de segurança que permitiria ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira e às empresas estatizadas seria mantido o princípio da justa compensação”. Segundo Marcos Villa, a viagem de Goulart havia sido um sucesso: acabou sendo interrompido doze vezes por salvas de palmas e no dia seguinte estava nas primeiras páginas de todos os jornais americanos. Segundo o noticiário brasileiro, Jango “de comunista passou a ser chamado em toda a imprensa americana de *Nice man*”.

Logo após a visita de Goulart, o *NYT* publicou uma matéria, em 27 de maio de 1962, anunciando que a expansão latino-americana começava a apresentar problemas (*Latin Expansion Posing Problems*). Segundo o jornal, algumas empresas e seus associados começavam a encontrar grandes dificuldades para financiar contratos mais atraentes. Tratou-se do caso da expropriação da IT&T no Rio Grande do Sul por parte de Leonel Brizola, e o *NYT* advertia que a “empresa não poderia parar de expandir por causa de um governo local no Brasil”. O caso da Amforp também entrava naquele momento na pauta de discussões. O governo brasileiro anunciava a compra dos bens da empresa americana tendo em vista o reinvestimento de 75% do seu capital em empresas que não fossem de utilidade pública no Brasil.

João Goulart: de bom moço a vilão – 1963

O que os vizinhos latinos pensavam dos EUA preocupava o *NYT*. Em 4 de março de 1963, através do jornalista Tad Szulc – o mesmo que vazaria em 1964 o suposto conteúdo da Doutrina Mann para a América Latina –, publicou um artigo comentando sobre os sentimentos latinos em relação aos EUA: “O que os latinos pensam de nós”. “Apesar das suspeitas e inconvenientes das relações” de seus vizinhos “com os países do bloco socialistas”, para o *NYT* “os Estados Unidos podiam até ser um conveniente objeto de crítica para calcular as frustrações e desencantos da América Latina ao longo da história, mas o

ultra-maligno Colosso do Norte permaneceria basicamente como a única alternativa na vida do hemisfério”, escreveu o jornalista.

De 1960 a 1962, a figura de João Goulart parecia ainda não assustar a grande imprensa americana em relação às questões nacionalistas. No entanto, a partir de 1963, essa preocupação foi se tornando cada vez mais evidente. *Time* publicou, em 22 de março de 1963, um artigo com o título “À Beira da Bancarrota” (*Brink of Bankruptcy*) e vinculou os problemas econômicos do Brasil às políticas nacionalistas que vinham sendo, segundo a revista, postas em prática pelo governo João Goulart. Para *TM* “graças a essas políticas, os recentes investimentos estrangeiros tinham diminuído de \$266 milhões de dólares em 1961 para \$62 milhões em 1962 e foram afugentados pelas expropriações, contendas políticas e pela dura restrição de remessas de lucros”. A ironia da revista prosseguiu no mês seguinte, com a matéria “Rio em Trevas” (*Darkness in Rio*). Citou, logo de início, uma marchinha de carnaval da década de 1950 “Rio de Janeiro, cidade que me seduz, de dia não tem água, de noite não tem luz”. O assunto da reportagem foi a expropriação das empresas estrangeiras prestadoras de serviços de utilidade pública. A política de Goulart incomodava a revista: “o Presidente do Brasil, João Goulart, conduz um tipo de nacionalismo para dar poder a si mesmo”, e Jango, segundo a revista, ainda havia dito “que as empresas estrangeiras prestadoras de serviço eram um cadáver no caminho das boas relações”. Naquele momento, Goulart “anunciava planos para comprar todas as empresas estrangeiras no setor que estavam no país”. Segundo *TM*, “Goulart já estava negociando a compra das instalações da International Telephone and Telegraph, do grupo American & Foreign Power Co. (Amforp), e da Light’s Rio Telephone Company” – por esse motivo haveria o risco de um “apagão” sugerido pela matéria. Segundo Skidmore – citando o *Wall Street Journal* –, a Amforp vinha há mais de um ano negociando a venda de seu equipamento “impelida pelo fato de três de suas subsidiárias já terem sido objeto de expropriações por parte dos governos estaduais”.

Brizola voltava à cena na matéria de *TM* de 19 de julho de 1963, com o título “Brizola sob Ataque” (*Brizola Under Attack*). Tratou-se de uma matéria que servia de contra-ataque ao nacionalismo e aos nacionalistas brasileiros, principalmente Brizola. Segundo a revista “o esquerdista mais repugnante da América Latina ao sul de Cuba era Leonel Brizola do Brasil, homem de 41 anos, embaraçoso cunhado do presidente João Goulart e Deputado Federal pelo Estado da Guanabara”. A postura agressiva de Brizola foi destacada na matéria que fez menção a sua ida à televisão onde fez duras acusações ao empresário internacional. Segundo *TM*, Brizola “diante do público, denunciou os empresários estrangeiros no Brasil, deu gritos para expropriar suas empresas, exigiu laços de amizade com Fidel Castro”, além de, óbvio, “fazer denúncias contra todos os yankees”. Ironica-

mente, *TM* contra-atacou Brizola citando que “percebera nele uma intrigante e repentina transformação no seu comportamento”, tudo isso logo após sua ida à televisão. Segundo a matéria “Brizola, estava melhorando” e explicou que “através de anúncios pagos em jornais do Rio, ele “implorava, e exigia justiça contra o grupo que manipula o poderoso Diários Associados em sua campanha de infâmias e terríveis ataques contra ele”.

Golpe Militar e derrota do nacionalismo – 1964

Foram inúmeras as reportagens na grande imprensa americana que cobriram o cenário de agitações no Brasil nos fins de 1963 e início de 1964. Os assuntos de ordem econômica e política estavam sempre vinculados à administração de Goulart, vista de forma negativa pelos dois organismos de imprensa aqui estudados. A partir de 1964, o olhar de *TM* e do *NYT* tornou-se mais agudo em relação ao problema do nacionalismo, tanto no Brasil como na América Latina. No início de 1964, *TM*, em sua reportagem de capa da edição de 31 de janeiro, destacou o então recém-nomeado Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas Mann, que disse: “há dois tipos de nacionalismo em ação na América Latina. O primeiro tipo, eu acredito, é a melhor defesa que temos contra os comunistas, trata-se do esforço comum em busca das metas sociais cujos benefícios serão advindos dos EUA na forma de capitais”, e advertiu ele: “se os latino-americanos não perceberem isso, não estarão fazendo ao seu país algo de bom”. O segundo tipo nacionalismo era o pior e estava vinculado à propaganda ideológica que percorria a América Latina. Para Thomas Mann, o “outro tipo de nacionalismo era o *xenophobic nationalism*”, pois “é o que pode impedir a realização das metas da Aliança: o nacionalismo xenofóbico derruba tudo o que o hemisfério suporta”.

Em fevereiro de 1964, alguns sintomas de insegurança e medo em relação ao Brasil como nação do futuro puderam ser percebidos nas páginas do *NYT*, que deu destaque ao livro de Charles Wagley, cujo título foi *Uma Introdução ao Brasil*, com subtítulo: “Setenta milhões de brasileiros e como eles estão crescendo!”. A resenha era de Juan de Onis, responsável pela seção Books do *NYT*: “Esta é a mais lúcida e atual interpretação do Brasil contemporâneo, agora disponível em inglês. Seu aparecimento não poderia deixar de ser oportuno. O jornalista advertia: “uma compreensão do Brasil, a nação mais poderosa da América Latina [...], é de vital importância para apressar o futuro das relações dos Estados Unidos no hemisfério Ocidental”.

Em 10 de março de 1964, Tad Szulc publicava, no *NYT*, um artigo com o título “O Brasil se prepara para ocupar fazendas e refinarias”. Curioso perceber que esse artigo vinha a público exatos três dias antes do Comício na Central do Brasil, quando Goulart oficializaria o início das suas reformas de base, nas quais se incluíam as expropriações

de algumas refinarias. Num aparente furo de reportagem, o artigo dizia que “o Governo brasileiro estava na expectativa de ordenar o confisco de valiosas terras privadas e refinarias de petróleo”, acrescentou ainda que “movimentos diversos podiam se vistos aqui como uma acelerada mudança do país em direção ao nacionalismo de esquerda”.

No dia 5 de abril de 1964, Tad Szulc publicou outro artigo, dessa vez comentando sobre o golpe militar no Brasil. O título do artigo era “Súbito golpe no Brasil afeta todo o continente” (*Brazil Coup Affects Whole Continent*). Segundo o *NYT* “chegava ao fim uma das grandes e profundas crises daquela semana com a espetacular revolução brasileira e que poderá indicar um novo quadro de tendências no hemisfério”.

Michael Weis e James Green: impressões do Brasil na mídia americana pós-abril 1964

Segundo W. Michael Weis, “a cobertura da imprensa norte-americana do golpe de 1964 mostrou que oficiais americanos “manusearam os jornais” de forma bem-sucedida no período de três meses após o golpe militar”. A imagem do governo de Goulart que chegava ao público norte-americano foi distorcida e apenas o *The New York Times* e o *Washington Post* “apresentaram a posição dos dois lados da crise”. Segundo Weis, a imprensa deu apoio quase unânime “ao reconhecimento-relâmpago” do governo de Washington. *Time Magazine* publicou em seu número de 10 de abril de 1964, uma matéria com o título “O Adeus a Jango” e não escondeu sua alegria. Segundo Weiss, os periódicos que puderam ser incluídos no grupo da imparcialidade foram o *Nation*, o *New Republic* e o *Daily News*. As notícias do Brasil que chegavam aos Estados Unidos eram recepcionadas por um público “desinformado”, ao qual era dada a impressão “de que o novo governo brasileiro havia defendido a democracia do assalto comunista”. Numa pesquisa realizada em 1964, “86% dos cidadãos norte-americanos temiam ameaças comunistas – a mais alta porcentagem da história americana”. Apesar dos repórteres norte-americanos ignorarem “amplamente” as prisões e a violência contra os opositores do novo regime, entenderam as mudanças políticas no Brasil como “um golpe sem sangue” que evitou a guerra civil. Segundo James Green, em seu livro *Clérigos, exilados e acadêmicos: oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos*, a cobertura dos acontecimentos políticos no Brasil naquele momento desapareceram das primeiras páginas dos jornais e revistas norte-americanos nas semanas seguintes.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Pedro Tota. E-mail: edusilvaalves@uol.com.br.

PANAMERICANISMO E DIFERENÇAS IDENTITÁRIAS: REVISITANDO ORSON WELLES E CARMEN MIRANDA

Flávia de Sá Pedreira*

Um dos primeiros comerciais televisionados da Coca-cola feito no Brasil iniciava com a seguinte explanação de um locutor: “O côco é uma das riquezas da música popular brasileira, vamos conhecer os instrumentos do côco? Este é o tan-tan, este é o reco-reco, este é o bonguê, este é o triângulo e esta é a viola. E agora, o côco nordestino...” Nesse momento, iam surgindo em cena cinco rapazes, vestidos com camisas listradas e chapéus panamá, tocando os instrumentos já apresentados, acompanhando uma cantora, vestida de baiana estilizada:

Coca-cola, Coca-cola
Ôô, me faz um bem!
Coca-cola, Coca-cola
Ôô, pra nós também!
Que pureza, que sabor
Coca-cola tem!
Nós queremos Coca-cola
Coca-cola faz um bem!

Ao final, voltava-se a ouvir o locutor em *off*: “Quando estiver cansado ou com sede, reanime-se com Coca-cola: isso faz um bem!” E a cantora concluía: “Coca-cola para mim!”. Ao que os músicos completavam: “Coca-cola pra nós também!”.²

Nessa encenação, o apelo visual e sonoro às “coisas do Brasil” é mesclado à necessidade de consumo do produto da indústria norte-americana, a Coca-cola; além disso, a própria cantora remete-nos à figura emblemática de Carmen Miranda protagonizando uma cena do filme *Banana da Terra* (1938), com o Bando da Lua, formado por músicos que também trajavam camisas listradas e chapéus panamá, no período da chamada Política da Boa Vizinhança. Tanto o cinema quanto o rádio tornaram-se veículos importantíssimos de propagação do ideário pan-americanista de então e, ao que parece, ainda teria repercussões nas décadas seguintes, com o advento da televisão.

O presente projeto de pesquisa de estágio pós-doutoral “Panamericanismo e diferenças identitárias: revisitando Orson Welles e Carmen Miranda”, em andamento na Universidade de Brasília, procura abordar a questão da demarcação das diferenças de identidade e suas implicações nas relações culturais entre brasileiros e norte-americanos na primeira metade do século XX, partindo da discussão acerca do conceito de pan-americanismo.

A polêmica em torno da origem do termo teve início naqueles anos de guerra mundial: se, para alguns estudiosos, o pan-americanismo teria surgido nos Estados Unidos no final do século XIX, intimamente associado, de um lado, à Doutrina Monroe – ao incorporar o velho argumento da “América para os americanos” a fim de afastar a Europa das relações comerciais com a América Latina e, conseqüentemente, garantir a exclusividade dos mercados latino-americanos para os produtos da indústria estadunidense – e, de outro lado, à ideologia do Destino Manifesto – ao pressupor o “direito natural” dos Estados Unidos de exercerem, de forma hegemônica, o domínio econômico e político sobre o continente; para outros, essa suposta origem norte-americana do termo merecia um olhar mais atento, como apontou Luís da Câmara Cascudo em alguns de seus artigos jornalísticos. Ao fazer longas explanações sobre diversos países latino-americanos, abordando aspectos de seus diferentes costumes e suas especificidades históricas, Cascudo buscou demonstrar, com o exemplo de Simon Bolívar (1783-1830) e sua campanha pelo pan-americanismo, que as raízes do conceito não teriam sido norte-americanas (Guatemala, pioneira do Pan-americanismo, *A República*, Natal, 15/12/1943). Da mesma forma, Barbosa Lima Sobrinho destacava a longevidade do pan-americanismo, enfatizando algumas de suas concretas ambigüidades:

As Conferências Panamericanas, iniciadas em 1899, em vez de reconciliar os povos e as raças das Américas, serviram apenas, até há pouco tempo, para demonstrar rivalidade e desconfianças que os dividiam. Para que se perceba a significação e a força dessas divergências, basta recordar que, há alguns lustros passados, o México não comparecia às Conferências Pan-americanas, como sinal de protesto contra a política petrolífera dos Estados Unidos. Intelectuais de grande projeção, nos países americanos, comandavam a reação contra o que se denominava a “diplomacia do dólar” [...]. O México e, na sua falta, a Argentina, comandavam a legião dos rebeldes.³

Enquanto que, pelo discurso oficial do governo norte-americano, sempre se enfatizava o oposto a essas críticas, como se pode constatar por esse depoimento do presidente Wilson, em 1915:

Os países americanos não são rivais hostis, mas sim amigos que cooperam para atingir um mesmo ideal. Os interesses que os ligam, tanto políticos como econômicos, só podem dar-lhes uma alta significação, como fatores preponderantes em assuntos internacionais e na história política do mundo. São irmãos espirituais, porque os pensamentos, os ideais e as simpatias são idênticos. Separados serão joguetes na confusa política

de um mundo cheio de rivalidades; unidos em espírito e propósito poderão caminhar em paz para o alto destino que os espera. Isto é Panamericanismo. Nele nada há de imperialismo. É a corporificação do espírito da lei, da independência, da liberdade e da cooperação.⁴

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o conceito de pan-americanismo foi sendo relacionado à inauguração de determinado domínio cultural, propriamente dito, nos países latino-americanos pelos Estados Unidos. De certa forma, o jeito *hard* de tratar os vizinhos latino-americanos que caracterizara a política externa norte-americana anterior, o conhecido intervencionismo político e militar chamado de *Big Stick*, – inspirado numa frase famosa do presidente Theodore Roosevelt sobre a política americana para o continente, quando afirmou que se houvesse, no continente, incidentes crônicos ou governos incapazes de manter a ordem, uma nação civilizada (leia-se: Estados Unidos) deveria intervir para solucionar os problemas – esse intervencionismo declarado não mais se adequava aos novos tempos. Daí a reorientação da política externa norte-americana, nos termos em que Franklin Delano Roosevelt adotou a partir dos anos 1940, preferindo a “diplomacia do dólar” dos Rockefeller à utilização da força militar. O novo intervencionismo tentava ser, estrategicamente, mais sutil...

A multimilionária família dos Rockefeller, proprietária da Standard Oil Company, empresa presente em vários países latino-americanos, além do Chase National Bank e da Rockefeller Foundation, teve um papel crucial no direcionamento dessa nova estratégia de dominação através de um intenso trabalho de persuasão ideológica, com o intuito de transformar o sentimento anti-americanista vigente nessas populações ao sul do continente, o que atingia seus lucrativos negócios. Afinal,

[...] combater o nacionalismo e o socialismo, com a inserção da periferia no mercado, implicava desenvolver essa periferia. A preocupação manifestada por Nelson Rockefeller, pelo vice-presidente Henry Wallace e por outros influentes americanos em relação à Política da Boa Vizinhança indicava que o projeto não era só retórica.⁵

Para ver concretizada a nova estratégia de dominação, foi criado, em 1940, o Office of Coordinator of Inter-American Affairs, agência que atuaria em quatro divisões: comunicações, relações culturais, saúde e comercial/financeira, sob a direção do próprio Nelson Aldrich Rockefeller, “a encarnação do Tio Sam”, a quem o presidente Franklin Roosevelt tinha “dado carta branca para exercer esse papel”.⁶ O americanismo, que já estava se tornando um paradigma para os brasileiros desde meados dos anos 20, com a crescente influência de programas de rádio e da enxurrada de películas hollywoodianas que vinham veiculando estereótipos do estilo de vida norte-americano, o *American way of life*, passou a se dar de forma mais sistematizada sob a atuação do Office, a qual seria relacionada ao esforço de guerra pela imprensa:

[...] persuadir a América Latina a cerrar fileiras com nossas forças em ações defensivas contra a ameaça alemã [...] convencê-la de que temos a resposta para as questões econômicas e militares [...] e acima de tudo convencer todos os latino-americanos de que a Política da Boa Vizinhança não é um expediente temporário para nos ajudar nessa dura tarefa, mas uma atitude sincera e permanente, exatamente o contrário de nossa “diplomacia do dólar” e do Destino Manifesto, no século XIX.⁷

Sobre a intensificação do intercâmbio cultural entre brasileiros e norte-americanos, Câmara Cascudo também deixaria registradas suas impressões, como, por exemplo, ao comentar o lançamento do periódico americano *Quarterly Journal of Inter-American Relations*:

Sabíamos que as relações intelectuais do Brasil com os Estados Unidos eram daqui pra lá. Nossa vida mental ignorada, nossos escritores desconhecidos, nossos trabalhos sequestrados, depunham contra a tradição de curiosidade que dávamos ao norte-americano. Não se diga que éramos inferiores porque jornais, livros e revistas não são raros nas mãos brasileiras. Ultimamente, de anos pra esta data, um movimento intenso de americanos universitários orienta para o Brasil o rumo de suas atividades analistas. Esta revista, magnífica, é um desses sinais positivos de interesse por toda a América que não fala inglês. Os ensaios publicados, os livros que tiveram páginas de registro divulgativo, são índices simpáticos. O editor, John B. McCulloch, está realmente desenvolvendo uma ação real e segura na aquisição de colaboradores e na ampliação dos assuntos tratados, com independência, liberdade e documento, à boa maneira americana. [...] No número de abril há um trabalho sólido, discutível, mas original e próprio, do professor Preston James, que ouvi em 1938 no Rio. No número de julho, o professor Reinhard Maack estuda os alemães no sul do Brasil; Lewis Hanke, o grande animador Hanke, analisa Gilberto Freyre. O conhecimento do espanhol é meio caminho para ler o português. Além da equipe americana, colaboram os senhores Enrique de Lozada, Manuel Garmio, Daniel Samper-Ortega, German Arciniegas. Os americanos vêm de universidades e há em todos um sentido amável de solidariedade e de compreensão cultural.⁸

E essas aproximações no âmbito intelectual foram sendo incentivadas até mesmo financeiramente, através da adoção de programas de concessão de bolsas de estudo pelo governo estadunidense para estudantes universitários latino-americanos irem se especializar em diversas áreas do conhecimento em Universidades norte-americanas, bem como aos estudantes norte-americanos para virem ao Brasil estudar nossos costumes e a língua portuguesa, como bem ilustram as notícias a seguir:

Para a matrícula de estudantes sul-americanos nas Universidades yankees (Washington, 19) – O Departamento de Estado anunciou que foram concedidas bolsas de viagem para 34 estudantes latino-americanos, como parte do programa destinado a estreitar as relações interamericanas. As despesas dessa viagem serão pagas por uma verba recentemente aprovada pelo Congresso. As bolsas foram distribuídas da seguinte forma: Brasil 14, Argentina 3, Chile 10, Costa Rica 2, Equador 1, Haiti 1, Honduras 1, Peru 1 e Uruguai 1. Os estudantes poderão inscrever-se nos colégios e universidades dos Estados Unidos, de acordo com os estudos que desejam fazer;

A língua portuguesa será ensinada nos Estados Unidos (Rio, 13) – A fim de incentivar o estudo da língua portuguesa e facilitar aos estudantes americanos o conhecimento do nosso idioma, foram inaugurados em alguns estabelecimentos norte-americanos, sob os auspícios do American Council of Learned Societies e da Rockefeller Foundation, as bolsas de estudos no Brasil, para o ensino de português;

Bolsas de estudo para 1941/1943 (Rio, 17) O Ministro da Educação recebeu de seu colega das Relações Exteriores cópia da carta que Albert Zimman dirigiu à Embaixada do Brasil em Washington, informando que o Springfield College do estado de Massachusetts, instituindo para o período de 1941 a 1943, bolsas de estudo destinadas aos estudantes da América do Sul. As mencionadas bolsas, cuja duração é limitada a um ano, são concedidas para os cursos de Ciências Sociais Aplicadas e Educação Normal. Para estudar a cultura brasileira – Fundado um centro de estudantes numa universidade norte-americana (Nova York) O Consulado Geral do Brasil em Nova York comunicou ao Ministério das Relações Exteriores a fundação na Universidade de Nebraska, com sede na cidade de Lincoln, nos Estados Unidos, por iniciativa dos estudantes do Departamento de Línguas de origem latina, de um centro de estudos destinados à difusão da cultura brasileira entre os membros do corpo discente do referido estabelecimento de ensino.⁹

Além dessas modalidades de bolsas de estudo, havia ainda propostas de intercâmbio que contemplavam funcionários dos correios, do sistema de radiodifusão, da aviação e até aqueles ligados ao serviço de proteção aos indígenas brasileiros:

Funcionários postais brasileiros vão estudar nos Estados Unidos (Rio, 30) – O governo dos Estados Unidos convidou o departamento dos Correios a indicar uma comissão composta de três membros para conhecer os serviços postais e telegráficos norte-americanos [...] a comissão permanecerá na América do Norte, três meses à custa do governo americano;

Grande afluência à matrícula das bolsas de estudo de aviação (Rio, 5) – Continua numerosa a afluência de candidatos às bolsas de estudo de aviação nos Estados Unidos. Hoje será instalada a comissão julgadora da capacidade dos candidatos, de acordo com as bases de oferecimento do governo nos Estados Unidos;

Um programa de proteção aos índios brasileiros (Washington, 28) – O presidente do departamento do Serviço Público do Brasil, sr. Luiz Simões Lopes, depois de conversar com o comissário dos índios, declarou que tentaria convencer o governo brasileiro da conveniência de ser adotado um programa de proteção aos índios idêntico ao que os Estados Unidos usam.¹⁰

Além disso, as missões culturais norte-americanas que por aqui aportaram, especialmente a partir dos anos 30, foram inúmeras, tendo também como contrapartida a ida de alguns de nossos artistas e intelectuais ao seu país. De Bing Crosby a Walt Disney, passando por Cândido Portinari a Érico Veríssimo, muitos foram aqueles que se dispuseram a conhecer a alteridade da América. Além, é claro, da visita oficial do próprio presidente Roosevelt a seu *good neighbour* Vargas.¹¹

Analisando a trajetória artística meteórica de Carmen Miranda e a polêmica atuação do cineasta norte-americano Orson Welles, que estava no auge de sua carreira após o sucesso de *Cidadão Kane* (1941) e veio ao Brasil a convite do próprio presidente Vargas para dirigir um filme sobre as especificidades da cultura brasileira, penso que seja possível chegar a um mapeamento das contradições inerentes às propostas pan-americanistas então vigentes.

Estudos voltados à construção da identidade nacional e sua relação com a música popular brasileira e outras formas de expressão artística começaram a se intensificar principalmente a partir dos anos 60 do século passado, podendo ser encontrados em quase todas as universidades em formato de monografias, teses e dissertações, especialmente no campo das Ciências Sociais e da Comunicação. No entanto, apesar de serem pesquisas de fôlego, algumas delas sequer foram publicadas e creio que ainda não representem um número significativo na área de História. Apesar disso, a enorme relevância dessas pesquisas vem sendo reafirmada por alguns historiadores, uma vez que a música “consistiu numa área do conhecimento artístico mais profundamente identificada com o amplo debate instaurado, a partir dos anos 20, sobre as possíveis conexões entre arte-política-cultura”.¹²

Nesse sentido, nossa pesquisa encontra-se inserida nos estudos históricos que privilegiam a música e o cinema como objetos de estudo, desenvolvendo uma análise sobre a construção de diferenças identitárias entre brasileiros e norte-americanos, através de dois ícones dessas formas de expressão artística no auge da Política da Boa Vizinhança: a cantora e atriz luso-brasileira Carmen Miranda e o cineasta, diretor e ator norteamericano Orson Welles.

Pretendendo contribuir para as discussões presentes em alguns trabalhos historiográficos recentes, optamos por participar da Linha de Pesquisa *Processos Identitários: configurações cotidianas e institucionais*, coordenada pela professora Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, cujo objetivo acha-se assim disposto:

Na apreensão dos processos identitários considera-se tanto as manifestações cotidianas quanto as práticas institucionais, pois entende-se que práticas associadas à vida cotidiana combinam-se, na investigação proposta, às encenações institucionais desenvolvidas em diversos âmbitos, p. ex., o campo jurídico, o religioso, o artístico com seus ritos, valores, regimes de verdade e constituição de memórias. Nação, classe, gênero, raça e geração são algumas das construções a serem investigadas.

Uma discussão teórico-metodológica acerca da relação entre arte, política e cultura no período em que o processo de americanização mais se intensificou em nosso país faz-

se necessária, levando-nos a aprofundar o debate em torno da utilização de determinados conceitos, a saber: pan-americanismo, identidade nacional, imperialismo, resistência, apropriação, recepção, hegemonia e/ou dominação cultural. Nesse sentido, levanto as seguintes questões: se realmente houve a efetivação de uma nova estratégia de dominação cultural, a partir dos anos 40, poderíamos considerar as influências (não equitativas) entre os dois povos, em termos de um movimento dialético marcado pela reciprocidade? E qual seria o espaço da produção musical e cinematográfica (hollywoodiana e brasileira) no imaginário nacional dos anos 30 e 40?

Dessa forma, optamos por uma abordagem analítico-conceitual em várias frentes. Em primeiro lugar, questionando a utilização do termo “hegemonia”, que nos remeteria à idéia de um processo de “aculturação” e seus derivados; entende-se que a sua substituição por “dominação” encontra-se mais condizente com as recentes reflexões de alguns teóricos que postulam a pertinência da utilização de conceitos como “transculturação”, “multiculturalismo” ou mesmo “hibridação”, como Marshall Sahlins em *Cultura e Razão Prática* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1979) ou Stuart Hall em *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (Belo Horizonte, EdUFMG, 2003); Homi Bhabha com o *O local da cultura* (Belo Horizonte, EdUFMG, 2003); Nestor García Canclini. *Culturas Híbridas*. São Paulo, EdUSP, 1998), entre outros.

Depois, analisando as usuais definições de “cultura popular” e “cultura de massa” e/ou “indústria cultural”, tema de inúmeros trabalhos acadêmicos e que perpassa o nosso objeto de pesquisa. Os clássicos artigos de Walter Benjamin sobre o assunto podem ser tomados por referência obrigatória para essa discussão, além dos textos de Michel de Certeau, Roger Chartier, Edward Palmer Thompson, Mikhail Bakhtin, Hannah Arendt, Umberto Eco, Serge Gruzinski e outros.¹³ Em se tratando da produção acadêmica especializada em música e cinema, a lista de autores a serem consultados é enorme, mas podem-se privilegiar alguns títulos mais relacionados à delimitação de nosso objeto.

E, por fim, quanto à construção de uma identidade nacional e de um sentido de brasilidade, temos desde os depoimentos de contemporâneos da cena histórica aqui privilegiada (Mário de Andrade, Câmara Cascudo, Monteiro Lobato, Vinícius de Moraes, entre outros) como os trabalhos de Renato Ortiz, Roberto DaMatta, Marilena Chaui, Lúcia Lippi Oliveira, Ângela de Castro Gomes, além dos estudos sobre nacionalidade desenvolvidos por Benedict Anderson, Edward Said, Eric Hobsbawm, Patrick Geary e tantos outros.¹⁴

Como método de pesquisa propõe-se a análise da bibliografia especializada (incluindo os títulos não-publicados, como teses e dissertações) como de fontes primárias diversificadas (imprensa, discografia e filmografia da época) disponíveis nos acervos das bibliotecas do Senado e da UnB (Brasília); da Biblioteca Nacional, do Museu da Imagem

e do Som e do Museu Carmen Miranda (Rio de Janeiro); da Columbia University Library, Public Library (New York) e do Rockefeller Archive Center (Terry Town, New York).

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Esse comercial encontra-se no acervo de vídeos do site <http://www.youtube.com>, sem data de edição; a cena do *Banana da Terra* está no filme de Rogério Sganzerla, *Tudo é Brasil*, Rio de Janeiro, RioFilme, 1997.

³ “O Brasil e o Panamericanismo”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/2/1942, citado por Flávia de Sá Pedreira, *Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*, Natal, EdUFRN, 2005, p. 125.

⁴ O Panamericanismo, *A República*, Natal, 24/6/1938.

⁵ TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.186.

⁶ Idem, *ibidem*, p.172

⁷ RESTON, James B., “Our second life of defense”, *The New York Times Magazine*, 29/06/1941, apud TOTA, Antonio Pedro, *opus cit.*, p. 186

⁸ *Quarterly Journal of Inter-American Relations*, vol. 1, n. 2 (abril) e n. 3 (julho), Cambridge, Massachusetts, USA, 1939 em *A República*, Natal, 31/8/1939.

⁹ *A República*, Natal, 20/8/1941; 16 e 18/10/1941; 1/1/1939.

¹⁰ *A República*, Natal, 3/5/1938, 6/11/1941 e 1/3/1939

¹¹ Sobre o encontro dos presidentes em Natal, em janeiro de 1943, ver PEDREIRA, *Opus Cit.*, cap. 2.

¹² CONTIER, Arnaldo. *Brasil Novo – música, nação e modernidade: os anos 20 e 30*. Livre Docência, FFLCH, USP, 1994 apud GARCIA, Tânia da Costa, *O “it verde e amarelo” de Carmen Miranda (1930-1946)*. São Paulo: FAPESP / Annablume, 2004.

¹³ CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas-SP, Papirus Editora, 1995; CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, DIFEL, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990; THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento*. Brasília, EdUnB, 1993; ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1988; ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993; BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas (3 volumes)*. São Paulo, Brasiliense, 1994; GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006; LIMA, Luís Costa. *Teoria da cultura de massa*. Rio/São Paulo, Editora Paz e Terra, 1990.

¹⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994 e *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1998; DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1986 e *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983; CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2000; GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999; SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005; HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 e *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997; GEARY, Patrick. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo, Conrad Livros, 2005; ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

RUÍDO NO SISTEMA: O NATURALISMO, O NACIONAL, O POPULAR E O MODERNO NAS TELENÓVELAS DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO (1969-1980)

Mauricio Tintori Piqueira*

A presente pesquisa tem como tema as mudanças do núcleo de teledramaturgia da Rede Globo de Televisão realizadas entre o final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, quando se estabeleceu a produção de uma ficção de tom mais naturalista (estilo audiovisual que procura reproduzir fielmente o comportamento humano, segundo Ismail Xavier (1984)), cujos cenários e temáticas geralmente reproduziam, direta ou indiretamente, o contexto da época, marcado pelo governo autoritário civil-militar e pelo desenvolvimento industrial/econômico brasileiro, conhecido como “milagre brasileiro”. A partir dessa reformulação, analisarei as aspirações, as convergências e as divergências que envolveram os agentes produtores envolvidos na sua produção, no caso a Rede Globo de Televisão, através das diretrizes adotadas pelos seus principais diretores; o governo, que atuava através da Censura Federal às telenovelas e da política cultural adotada na época; e os autores das telenovelas, oriundos do teatro engajado das décadas de 1950 e 1960, numa época em que o crítico Roberto Schwarz (1968) dizia que, apesar de o país estar sob a ditadura de direita, na área cultural, quem dava o tom era a esquerda, responsável pelas manifestações culturais mais relevantes, que encontraram na televisão um importante meio para difundir seus ideais para uma audiência de milhões de telespectadores, apesar das dificuldades que citarei mais adiante.

Até o final da década de 1960, a televisão no Brasil era um veículo estritamente regional. Apenas algumas emissoras, como a Tupi, a Excelsior e a Globo, tentavam vincular sua programação para as principais praças através do vídeo-tape (equipamento introduzido no início da referida década), ainda assim transmitidos não simultaneamente, havendo a defasagem de alguns dias, por exemplo, entre o que era transmitido no Rio de Janeiro e em São Paulo.

As telenovelas já faziam parte da programação da televisão brasileira desde a sua inauguração, em 1950. Porém, apenas em 1963 ela começou a ser exibida diariamente,

pela TV Excelsior, de São Paulo. Em pouco tempo, ela se tornou no principal gênero televisivo brasileiro, principalmente após o sucesso simultâneo em São Paulo e no Rio de Janeiro de *O Direito de Nascer*, melodrama radiofônico cubano de Félix Caignet adaptado para a televisão em 1964. Nessa época, as telenovelas eram produzidas pelas agências de publicidade contratadas pelas empresas multinacionais de produtos de higiene pessoal feminina (Colgate-Palmolive, Gessy-Lever, Kolynos, etc.) que as utilizavam como um veículo de propaganda para seus produtos, tendo como público-alvo as mulheres donas-de-casa. As emissoras de TV vendiam o horário de sua programação para essas agências exibirem os programas exibidos por elas, sendo que os autores, atores e diretores eram contratados dessas agências, e não das emissoras.

Como a produção das telenovelas era monopolizada pelas agências de publicidade, suas tramas seguiam um único padrão, o melodrama latino-americano, com suas histórias simples, maniqueístas e românticas. Tal estilo era sucesso em toda a América Latina desde os tempos do rádio e, na televisão, o sucesso foi repetido. Como muitas dessas agências eram, na realidade, empresas multinacionais norte-americanas, as suas subsidiárias no Brasil importaram o estilo que já era sucesso em outros países do continente. Os autores brasileiros contratados por essas agências, na realidade, eram apenas adaptadores de histórias importadas do México e da Argentina, principalmente.

A primeira emissora brasileira a tentar produzir suas telenovelas foi a TV Globo. A emissora carioca, que iniciou suas atividades em 1965, criou um núcleo de telenovelas e contratou a cubana Glória Magadan para dirigi-lo. Anteriormente, Magadan dirigia as telenovelas da agência Denison, que cuidava da publicidade da Colgate-Palmolive, sendo ela contratada pelo então diretor da emissora, Walter Clark, por ter uma boa experiência em escrever e produzir melodramas de sucesso. Dessa forma, apesar de produzir suas próprias telenovelas, a Globo mantinha-se fiel ao estilo melodramático latino-americano, imposto pela cubana a todos os autores e diretores da emissora carioca. Além disso, as tramas escritas por Magadan eram, na realidade, adaptações de folhetins europeus do século XIX e início do século XX cujas tramas se desenrolavam em países como a Rússia, a Espanha, o México, o Japão e Índia, distantes totalmente da realidade brasileira. Mesmo assim, essas tramas conquistaram a liderança da audiência no Rio de Janeiro, mas não tinham uma boa receptividade entre os telespectadores de São Paulo. Vale lembrar que, na época, a Globo tinha sérias dificuldades em conquistar o público paulistano, ficando ela, geralmente, nos últimos lugares nos índices de audiência.

Porém, esse quadro alterou-se a partir de 1968, quando o país passou por diversas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Ao mesmo tempo em que o país entrava em um período de fechamento político e controle mais ferrenho das mani-

festações culturais com a decretação do Ato Institucional nº 5, no plano econômico, o Brasil começava a entrar em uma fase de crescimento econômico, cujas bases seriam o incentivo à aquisição de bens de consumo pela classe média urbana através da concessão de crédito, estimulando as vendas da indústria. Essa parcela da população tornou-se um mercado consumidor extremamente lucrativo, que passou a ser o público-alvo das agências de publicidade.

E justamente nessa época que a televisão começou a aparecer como um importante meio de comunicação para as agências de publicidade anunciarem seus produtos e marcas e tentarem conquistar essa faixa de público em todo o país, e não apenas os grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro). Como já foi abordado por Renato Ortiz (2001), a televisão seria um meio para constituir, pela primeira vez, um mercado capitalista nacional, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses do governo civil-militar em promover a chamada “integração nacional”, ponto importante para manter a segurança do país. Para a televisão exercer esse duplo papel, o governo, através da Embratel (Empresa Brasileira de Telefonia), investiu na área de telecomunicações, introduzindo o sistema microondas em 1969, possibilitando às emissoras transmitir sua programação em rede nacional, simultaneamente, para todo o país.

Das emissoras de televisão, a que adequou sua programação para a transmissão em rede nacional foi a Globo. A emissora que melhor se preparou para esse momento foi a TV Globo do Rio de Janeiro, que começou a mudança em setembro de 1969, com o lançamento do *Jornal Nacional*, noticiário que deveria ser inteligível para um público massivo espalhado por todo o território brasileiro. Ao mesmo tempo, a emissora carioca se reorganizava administrativamente, procurando vender seu tempo livre para anunciantes interessados em vincular seus produtos e marcas para todo o território nacional. Na realidade, a Globo foi a primeira emissora a perceber que seu produto mais importante não era a sua programação, e sim seu tempo vazio, destinado aos espaços publicitários. Tendo em vista isso, a emissora, como lembrou Marcos Napolitano (2004), procurou conquistar a audiência em termos absolutos (programas com audiência expressiva) e relativa (programas com menos audiência, mas que eram assistidos por uma faixa de público com um poder aquisitivo maior, atraindo a publicidade de produtos e marcas mais caras, cujas empresas estavam dispostas a pagar mais caro pelo horário).

Por isso, a renovação das telenovelas ocorreu tanto por meio da reformulação do formato de suas tramas, que se deu através das experiências bem-sucedidas feitas pelas emissoras concorrentes, como a Tupi, que lançou telenovelas mais próximas do cotidiano, com um estilo naturalista, influenciado pelo cinema hollywoodiano e até pelo neo-realismo do cinema italiano, como *Antonio Maria*, *Beto Rockefeller* e *Nino, o italianinho*,

que conquistaram uma boa audiência, mostrando que o público estava preparado para telenovelas com essas características, quanto pela definição clara de estilos dessas telenovelas através dos seus horários de exibição, sendo os horários mais valorizados os das 20 horas, cujas tramas procuravam conquistar um público massivo e mesclavam o naturalismo com o melodrama, e o das 22 horas, com histórias mais elaboradas e que objetivavam conquistar um público mais intelectualizado e com um poder aquisitivo maior.

Como podemos perceber, para um dos agentes produtores das telenovelas, a Rede Globo de Televisão, através da administração implementada pelos seus principais dirigentes da época, como Walter Clark, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni), Joe Wallach, etc., a renovação do gênero tinha objetivos claramente mercadológicos, ainda mais se lembrarmos que o formato naturalista possibilita a exploração de um método de publicidade moderno e com um bom potencial de lucratividade, até então pouco explorado pelas emissoras de televisão, o *merchandising*.

Já o governo civil-militar tinha interesses estratégicos na televisão. O regime considerava importante integrar o país dentro das diretrizes da Ideologia da Segurança Nacional, como abordou Renato Ortiz (2001), mas havia também outros interesses.

O regime militar preocupava-se com a qualidade dos programas televisivos. No início da década de 1970, programas de auditório atraíam uma grande audiência, principalmente os programas do Chacrinha, Silvio Santos (ambos exibidos pela Rede Globo) e Flávio Cavalcanti (transmitido pela Tupi), principalmente explorando temas considerados sensacionalistas pela crítica televisiva e pelos censores do regime. Para um governo que queria explorar a imagem de um “Brasil Grande e Moderno”, tais programas representavam a negação dessa imagem, alimentando os aspectos arcaicos da sociedade brasileira, como percebeu Muniz Sodré (1977). Por isso, através da pressão política e econômica, o governo pressionou as emissoras para realizarem alterações na sua grade de programação e, segundo Sérgio Mattos (2002), isso foi determinante para a Globo investir cada vez mais nas telenovelas, tornando-as o principal gênero de sua grade de programação. É bom lembrar que, através de várias notícias vinculadas pela grande imprensa da época (*Veja, Folha de S. Paulo*, etc.), pode-se perceber que esse interesse era compartilhado pela crítica televisiva, pelas agências de publicidade (que também tinham o Governo Federal como um de seus principais anunciantes) e por boa parte da classe média, sintonizada com os ideais desenvolvimentistas da época.

Além dessa preocupação, o governo também se preocupava com a grande presença de programas estrangeiros, principalmente norte-americanos, nas emissoras de televisão brasileiras. Por isso, durante a presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), foi lançado o

Plano Nacional de Cultura, que entre as suas diretrizes tinha a proteção da cultura nacional ante a ameaça da cultura estrangeira, cujos valores poderiam deturpar moralmente o “homem brasileiro”.

A Rede Globo de Televisão procurou, de certa maneira, atender essas expectativas do governo, com a criação do horário de telenovelas das 18 horas, originalmente destinado às adaptações de clássicos da literatura brasileira e com uma reformulação nas telenovelas do chamado horário nobre (20 horas), exibindo tramas mais elaboradas, escritas por Lauro César Muniz, Dias Gomes (que, curiosamente, teve a sua telenovela dirigida para o horário, *Roque Santeiro*, censurada) e por Janete Clair, que mudou um pouco seu estilo e escreveu telenovelas mais naturalistas, como *Pecado Capital*. Além disso, no ano de implementação do Plano Nacional de Cultura, em 1975, a Globo adaptou, para o horário das 22 horas, uma das principais obras do escritor Jorge Amado, *Gabriela*, explorando muitos os traços de “brasilidade” da obra. Um fato que chama a atenção é que essa postura da Globo procurava tanto atender aos interesses do governo quanto aos objetivos mercadológicos, sendo que essas alterações foram incluídas, justamente, quando a emissora comemorava seus 10 anos de existência, em uma época em que sua liderança já parecia inabalável

Já quanto ao terceiro agente envolvido na produção das telenovelas, os autores, tinham expectativas diferentes das dos seus patrões e das do governo. A maior parte deles estava ligada a ideologias de esquerda e à luta por reformas sociais no Brasil. Entre eles, podemos destacar comunistas que utilizavam sua arte como meio de expressão política autônoma, sem ter relação direta com as atividades e a linha política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como era o caso do dramaturgo baiano Dias Gomes; indivíduos que militaram na Juventude Comunista na década de 1960, como Gilberto Braga e Aguinaldo Silva; ou aqueles que foram formados nos seminários organizados pelo grupo teatral Arena, de São Paulo, em 1960, que tinha como objetivo formar uma dramaturgia nacional e popular, com poder de conscientizar o povo quanto à dura condição de exploração pela qual passava o país. Nesses seminários, fizeram parte vários autores teatrais que acabariam ingressando na televisão, como Lauro César Muniz, Benedito Ruy Barbosa, Walther Negrão, Manoel Carlos, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, entre outros. Mesmo Janete Clair, a principal novelista da emissora e tida pelos críticos como uma autora de obras alienantes, inverossímeis e melodramáticas também trouxe dilemas sociais na maioria de suas obras, destacando-se entre elas *Irmãos Coragem*, *Selva de Pedra*, *Fogo Sobre Terra* e *Pecado Capital*. Nelas, o conflito modernização e tradição estiveram presentes sob a forma de tramas que instigaram debates sobre a questão do divórcio, da reforma agrária, da urbanização desenfreada, etc.

O fato de esses autores, com uma trajetória de lutas políticas no teatro, terem ingressado na televisão, na emissora que muitos consideravam “a voz e a imagem oficial do regime”, como frisou Marcelo Ridenti (2000), tem sido visto por alguns estudiosos como uma capitulação ideológica ante os interesses da burguesia, enquanto outros enfatizam o fato de eles tentarem despertar um espírito crítico no telespectador, podendo contribuir, dessa forma, para mudanças sociais. Porém, a maior parte das pesquisas sobre o tema não enfatiza outros fatos que levaram esses dramaturgos a ingressarem na televisão, como a falta de perspectivas profissionais no teatro, devido à censura e ao pouco investimento dos produtores nesse gênero artístico, e a própria esperança desses artistas em realizarem as propostas que eles tentavam implementar desde os anos 1960, que era utilizar as manifestações culturais como um veículo para a conscientização e transformação social. Em suma, esses dramaturgos procuravam atuar dentro das perspectivas levantadas pelo filósofo alemão Walter Benjamin na década de 1930, que era utilizar o espaço aberto pelos meios de comunicação burgueses para os artistas de esquerda para, na medida do possível, transmitir as mensagens de viés socialista.

Como podemos perceber, direta ou indiretamente, três agentes estavam envolvidos na produção das telenovelas da Rede Globo de Televisão. Logicamente, essa relação tinha convergências e divergências. Apesar das diferenças ideológicas, havia uma expectativa em comum entre eles. As esperanças de ver um “Brasil Grande”, ou seja, um país desenvolvido, com seus históricos problemas sociais resolvidos, como bem observou Esther Hamburger (2005). Porém, havia divergências perceptíveis entre eles, materializadas através das mais variadas pressões que, muitas vezes, eram expostas através da imprensa. As mais comuns eram a censura, a autocensura e as pressões comerciais.

A censura, que inicialmente não era tão forte na televisão, a partir de 1968, após a instituição do Ato Institucional nº 5, se fez presente, procurando cercear as manifestações contrárias às ideologias e às crenças dos detentores do poder. No caso das telenovelas, elas ficaram visadas a partir do momento em que as tramas começaram a abordar o cotidiano brasileiro. Geralmente, ela se dava através do veto de parte dos textos ou das cenas por parte dos censores, o que dava muito trabalho para a Globo e para os autores, que deviam se esforçar para manterem alguma coerência nas tramas. Além disso, o critério utilizado pelos censores era nebuloso, confundindo ainda mais a situação. Foram vários casos de telenovelas censuradas, seno alguns deles o caso de *Selva de Pedra* (1972), de Janete Clair, cujo triângulo amoroso e a sugestão de um caso de bigamia foi visado pelos censores, *O Bem Amado* (1973), de Dias Gomes, cujo personagem principal, o prefeito da fictícia Sucupira, Odorico Paraguaçu, não podia ser chamado de coronel, o que fez muitas das cenas já gravadas terem seus personagens, repentinamente, mudos quando se referiam

a esse personagem, entre outros casos, que serão citados em minha dissertação. Porém, os casos mais famosos foram a censura total de obras como *Roque Santeiro* (1975), de Dias Gomes, e *Despedida de Casado* (1976), de Walter George Durst, que foram proibidas de serem exibidas, causando prejuízo para a Rede Globo, que já havia gravado cerca de vinte capítulos de cada uma das telenovelas citadas.

E foi justamente para evitar esse prejuízo que a Globo passou a fazer a autocensura, contratando um ex-censor, no caso José Leite Otati, para realizar essa função. Tal situação desagradou os autores, que começaram a desenvolver táticas para driblar a censura interna, como abordar vários temas passíveis de censura que, colocados simultaneamente, acabariam confundindo censores e autocensores que, dessa forma, acabariam deixando passar algumas dessas mensagens.

Porém, outra barreira, talvez maior do que a censura ou a autocensura, apareceu para os autores de telenovelas, o *merchandising*, principalmente a partir de 1978, com o sucesso da telenovela *Dancin' Days*, de Gilberto Braga, responsável pelo lançamento da moda das discotecas no Brasil. Foi a partir dessa telenovela que o departamento comercial da emissora passou a ter influência, inclusive, na criação das telenovelas, sendo personagens e tramas elaboradas para atender aos interesses dos patrocinadores.

Através da imprensa, podemos perceber que, em 1980, o debate em torno do *merchandising* nas telenovelas e a relação com sua queda de criatividade era bem forte na imprensa. Michele e Armand Mattelart (1989) identificam três tipos de atitude comuns entre os autores de telenovela quanto a essa prática comercial:

A primeira atitude é a aceitação do *merchandising* como algo natural dentro da indústria cultural e, dessa forma, deve-se utilizá-lo para dar mais verossimilhança às histórias. Além disso, a sua utilização pode render dividendos aos autores e artistas, sendo bem pagos ao inserirem produtos e marcas dentro de suas tramas. Entre os autores que adotavam essa postura na época, destaco Janete Clair e Gilberto Braga.

Já a segunda atitude também corresponde à aceitação do *merchandising* como algo que faz parte do sistema por parte dos autores. Porém, esses consideram que, se abre espaço para a publicidade em suas tramas, as emissoras também devem abrir o mesmo espaço para mensagens úteis e construtivas para a sociedade. Portanto, dessa forma, surge o *merchandising social*, com mensagens que podem incentivar campanhas contra a corrupção, a miséria, a fome, a violência, etc. Tal postura é adotada por autores como Dias Gomes, Cassiano Gabus Mendes, Benedito Ruy Barbosa e Silvio de Abreu.

Por fim, a terceira atitude é a mais radical e, conseqüentemente, a mais rara de ser adotada. Ela corresponde a dos autores que não aceitam a regra do jogo comercial e, por isso, acabam sendo excluídos do sistema, perdendo seus empregos na televisão. No início

dos anos 1980, dois autores expuseram claramente essa atitude: Carlos Eduardo Novaes e Lauro César Muniz, que expressaram na imprensa seu descontentamento com as práticas de *merchandising*, considerando elas como responsáveis pela crise criativa das telenovelas. Devido às declarações na imprensa e à recusa em aceitar as sugestões do Departamento de Merchandising, tanto Novaes (que fazia a sua primeira telenovela) quanto Muniz (que vinha de uma trajetória de destaque na Globo) perderam seus empregos.

Diante do contexto descrito acima, podemos dizer que, curiosamente, nos anos mais duros da censura e da Ditadura Militar (1970-1975), os autores encontraram na Globo um espaço maior para experimentos, ousadias e desenvolvimento de uma temática mais social. Contudo, com o crescimento dos investimentos publicitários, as barreiras comerciais tornaram-se mais visíveis e, paradoxalmente, em um momento em que o regime começou a abrir politicamente e ser um pouco mais tolerante, a Globo tornou-se mais rigorosa em sua autocensura, norteando essa última, a partir dos últimos anos da década de 1970, em diretrizes comerciais, ditadas por compromissos com patrocinadores.

Tais assuntos descritos acima serão abordados mais extensivamente na minha dissertação de mestrado. Considero esta pesquisa de suma importância, devido à grande influência que a televisão e seu gênero principal, a telenovela, têm na sociedade brasileira, principalmente aquelas produzidas pela principal emissora de televisão brasileira, a Rede Globo de Televisão, que graças ao sucesso de sua teledramaturgia transformou-se em uma empresa transnacional, exportadora de um produto consumido em diversas regiões do mundo, principalmente entre as classes médias e as classes populares, como destacou Cristiane Costa (2000). A influência das telenovelas, até hoje, se dá de diversas formas, desde a formação da opinião pública quanto de questões políticas e sociais até crítica de determinados valores morais e de comportamento. Com isso, a emissora passou a ter um grande peso no jogo das decisões políticas em nosso país.

Por fim, vale salientar que a posição de liderança conquistada pela Globo deve-se a essas inovações adotadas na década de 1970, quando, em poucos anos, ela se tornou líder hegemônica de audiência em todo o Brasil. Por essa razão, quem quiser compreender a realidade brasileira contemporânea deve analisar mais seriamente esse veículo de comunicação e a sua programação, deixando de considerá-lo apenas como um meio massivo de alienação, como já foi colocado por Eugênio Bucci (2005).

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-graduados e História, PUC/SP. E-mail: tintoriled@yahoo.com.br

RESENHAS

UM FIM DAS FILOSOFIAS DA HISTÓRIA?

*Diogo da Silva Roiz**

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da História. Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

No interior do pensamento de esquerda uma crise ininterrupta apresenta-se sobre a base de seu projeto político, desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, e do fim da URSS. De proporções diferentes, mas não menos importante, são as críticas que se avolumam sobre o Iluminismo e o Positivismo. Num tempo de questionamentos que se volta sobre todas as heranças intelectuais do passado, nem mesmo o pensamento religioso passa ileso.

Constituindo-se, desde os séculos XVIII e XIX, nos modelos mais significativos de interpretação das sociedades passadas, o(s) Iluminismo(s), o(o) Positivismo(s) e o(s) Marxismo(s), que almejavam atingir por meio de suas 'Filosofias da História' a realização de seus projetos políticos, revelaram-se, no século XX, sem a mesma força explicativa e sem a mesma capacidade de realização na 'prática'. E isso, fundamentalmente, porque o projeto de uma sociedade globalizada e harmonizada pelas luzes, no Iluminismo, de uma sociedade humanizada pelo saber científico, no Positivismo, e de uma sociedade justa e sem divisões de classes, no Marxismo, demonstraram-se ineficientes quanto ao próprio movimento histórico que veio a tornar irrealizáveis, na prática, cada um daqueles projetos específicos. No caso do pensamento religioso, no seu viés Católico, as perspectivas não são diferentes, já que foi o pioneiro na produção daqueles esquemas interpretativos do processo histórico.

Esse é o tema central do livro de Ivan Aparecido Manoel (originalmente uma tese de livre docência apresentada, em 1998, ao departamento de História da Unesp, Campus de Franca), isto é, apresentar os elementos fundamentais da filosofia da história elaborada pelo Catolicismo Conservador (também denominado Catolicismo Ultramontano), entre 1800 e 1960, com vistas a examinar os resultados políticos advindos das atitudes católicas.

Ainda que a denominação de ‘Catolicismo Ultramontano’ estabelecendo uma ‘Auto-compreensão da Igreja’ seja conceitualmente conveniente para definir a ação institucional da Igreja Católica, entre o século XIX e parte do XX, por não constituir um período homogêneo, o autor (sem definir um novo conceito) preferiu usar de forma bastante limitada àquelas definições. Limitada porque se no aspecto político a ação católica foi dinâmica, os inimigos permaneceram comuns.

Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna. Na esfera doutrinária, a retomada das decisões tridentinas e da filosofia e teologia tomista. Na política externa, a condenação da liberal-democracia burguesa e o concomitante reforço da idéia monárquica. Na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado. Na esfera sócio-econômica, a condenação do capitalismo e do comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média...(2004: 11)

Assim, cabe notar que a palavra Igreja possui duas vertentes interpretativas, uma se referindo a *Eklesía*, que representa uma comunidade de fiéis sob a orientação de um líder religioso, e outra que diz respeito à instituição religiosa e a todas as suas hierarquias. É a essa vertente que o estudo de Aparecido Manoel se pautou. Portanto, as peculiaridades do denominado ‘catolicismo popular’, e seus sincretismos, não foram analisados no trabalho, mas a partir de sua leitura encontram-se as características estruturais sobre as quais aqueles movimentos religiosos populares perpassaram nesta época. Nesse sentido, as fontes do trabalho estiveram ligadas à própria instituição, ou mais precisamente “aos documentos oficiais da hierarquia da Igreja (encíclicas, alocações, cartas pastorais) e aos pronunciamentos de membros do clero ou do laicato (artigos, discursos, conferências, cartas pessoais)” (2004: 27), além das interpretações de autores vinculados à religião católica.

Entendendo por ‘filosofia da história’ uma interpretação do processo histórico a partir de um fim previamente estabelecido, embora em um tempo não determinado, quer dizer, “como demonstração de um sentido, de uma direção única e inexorável do trajeto da humanidade ao longo do tempo em direção a um fim (...), seja ela religiosa ou materialista (...) opera com a idéia de término do processo histórico em um ponto ideal de chegada para a humanidade” (2004: 13), Aparecido Manoel procurou distinguir, no interior da filosofia católica da história, o seu projeto político, da sua interpretação da história.

Para ele o projeto político do catolicismo conservador, no período estudado, desdobrou-se em três momentos: a) um primeiro que vai de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878) e que corresponderia à consolidação da doutrina restauradora da instituição sobre os fiéis (e por isso conservadora), em que o discurso foi o instrumento de ação, e houve um reforço da doutrina e das práticas devocionais; b) um segundo centrado no

pontificado de Leão XIII (1878-1903), “que sem abandonar a doutrinação contra o mundo moderno, deu passos decisivos para o estabelecimento de uma política de intervenção” (2004: 12) sobre a realidade; c) e um terceiro de Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), sobre o qual a doutrina foi convertida em política e o discurso em ação, e essa “atuação se deu no sentido de se recristianizar as estruturas sociais, de dotá-las de um fundamento doutrinário católico, de tirá-las das influências malignas do racionalismo, do materialismo, do liberalismo e do socialismo”, por meio de programas da Ação Católica, “que acabaram por gerar as contradições que levaram ao Concílio Vaticano II e à Teologia da Libertação” (2004: 12).

O projeto político da Igreja Católica também se pautou sobre uma interpretação peculiar do processo histórico. Essa interpretação teve sua origem no pensamento de Santo Agostinho (354-430) e São Tomas de Aquino, sendo que o primeiro procurou sistematizar uma crítica sobre a compreensão circular do tempo vislumbrado na Antiguidade Clássica e recorrer a uma análise linear do tempo. Em Santo Agostinho, o tempo não é fruto de um eterno retorno como o foi para Gregos e Romanos (em menor proporção), mas é construído segundo um início e um fim. Para ele o início era a Queda do Homem (Adão e Eva) do Paraíso e o fim seria o retorno do Homem a Deus, isto é, ao seu estado de eternidade. Nos séculos XVIII e XIX, as principais filosofias leigas da história vieram a secularizar o sentido daquela interpretação, revisando os fatos e os agentes principais do processo e definindo outros fins. Entretanto, o finalismo “que freqüenta[va] as filosofias leigas da história se mostra[va] por inteiro na filosofia católica da história, não já como um mistério a ser decifrado, mas como certeza a ser demonstrada para a tranqüilidade dos fiéis e conversão dos ímpios” (2004: 16). E foi justamente quanto a esse tópico, ao lugar onde deveria caminhar a humanidade, que partiram todas as críticas da reação da Igreja Católica, entre os séculos XIX e parte do XX, sobre aquelas filosofias leigas da história. Os tópicos que abrangem aquelas críticas, quer dizer, o progresso material, o moderno conceito de tempo, a condenação do conhecimento racional e a estratégia de um retorno a Idade Média, constituem a divisão do trabalho de Aparecido Manoel em quatro capítulos.

O primeiro ponto daquela reação foi a negação católica do conceito de progresso, quando referido aos avanços materiais. O sentido do progresso tratado por Santo Agostinho e retomado pela filosofia católica da história não se realizava no terreno mundano, mas dizia respeito a uma coexistência entre o mundo terreno e o mundo celeste, na medida em que o homem realizava o seu aprendizado em torno de uma futura redenção com Deus, em função de seu desvio inicial. As filosofias leigas da história, por outro lado, deturparam, segundo o catolicismo conservador, aquele sentido ao definirem o progresso como uma linha de avanço em paralelo ao desenvolvimento tecnológico e material. Por surgi-

rem, entre a Revolução Francesa e a Revolução Industrial do século XVIII, quer dizer, em um momento de transformações sociais e econômicas drásticas, aquelas filosofias leigas da história, ainda segundo o catolicismo conservador, desviaram a atenção dos homens de Deus, preferencialmente por estabelecerem expectativas que não se confirmariam no terreno celeste, mas se concretizariam dentro da própria existência humana, o que veio a levar os homens a caírem na perdição. “Essa ruptura opôs frontalmente a Igreja Católica aos filósofos racionalistas acerca da filosofia da história, em especial no que tange à teoria do progresso (...) [e] a Igreja Católica rejeitava a teoria laica do progresso e da perfeição humana por uma razão política, que se confundia com a questão doutrinária. (...) De um lado, os demiurgos da modernidade, para quem a Igreja Católica era uma sobrevivente reacionária que deveria desaparecer com o que restava da Idade Média. De outro, a Igreja Católica, que identificava a modernidade e seus construtores ao Mal, qualificando-os, portanto, como seus inimigos e inimigos da humanidade” (2004: 43-44). Sobre esse ponto não apenas os membros da instituição participaram daquela disputa, mas os próprios intérpretes católicos da história vieram a demonstrar os malefícios das filosofias leigas da história ao desviarem os homens do ‘verdadeiro’ sentido de sua existência. O projeto do catolicismo ultramontano era o de derrubar as muralhas e extirparem os inimigos, por meio de uma intensificação da doutrina que levava: a) os homens a aceitarem e praticarem os preceitos e o ritualismo católico em sua forma romanizada; b) a repelirem o conjunto teórico e filosófico racionalista do mundo moderno; c) a aceitarem o tomismo como única filosofia válida para a humanidade; d) e a recusarem o mundo capitalista e recuperarem a feudaldade como paradigma social.

O segundo ponto da reação católica foi a não aceitação do moderno conceito de tempo, e o significado dessa reação estava ligado à transferência de funções de um tempo que era e pertence a Deus, para um tempo racional, para o qual o homem estaria no controle. O efeito dessa mudança na compreensão do tempo, para o catolicismo conservador era o desvio do projeto atribuído ao homem pela Igreja Católica, já que os homens se tornavam os sujeitos de suas próprias ações.

O terceiro ponto da reação católica foi à condenação do conhecimento racional, considerado causa da perdição humana. O conhecimento racional alterava o movimento histórico do projeto político do catolicismo conservador porque refazia a qualidade do movimento, dando-lhe um outro eixo (do casal original para a teoria evolucionista), já que o seu início e o seu fim se tornavam distintos daqueles programados pela Igreja Católica. Além disso, apresentava-se como um risco aos fundamentos católicos do movimento histórico, também quanto à questão da origem humana.

Por fim, a reação do catolicismo, ao negar a sociedade moderna em todos os seus fun-

damentos, notou a necessidade de paralisação do movimento histórico, recorrendo à volta aos padrões medievais como bases da salvação humana. Foi na Idade Média, segundo o argumento católico, que o homem esteve mais próximo a Deus e o que fez a sociedade moderna foi desviar o caminho do homem de sua salvação.

A instigante leitura do trabalho de Aparecido Manoel contribui para se observar à complexa rede de relações que se formou entre a Igreja Católica e o movimento romântico no século XIX, ou ainda, entre 'Ela' e o nazismo no século XX. O seu trabalho demonstra que nas últimas décadas o conceito de progresso está em crise, assim como os atributos a ele recorrentes pelas filosofias leigas e católicas da história, e que as modernas correntes historiográficas, ao negarem o conceito de progresso, se pautaram sobre um projeto político que se aproxima da interpretação das sociedades passadas elaborada na Antiguidade.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca, bolsista CAPES. Professor do departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai.

O ENCONTRO DA REVOLUÇÃO COM A HISTÓRIA

*Murilo Leal Pereira Neto**

ARCARY, Valério. *O encontro da Revolução com a História; socialismo como projeto na tradição marxista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann; Xamã, 2006.

“*O encontro da revolução com a História; socialismo como projeto na tradição marxista*”, de Valério Arcary, é um grande livro. Pelos temas que discute – os problemas das revoluções política, social e da construção do socialismo no século XX; pelos propósitos a que se destina – o debate com os militantes de vanguarda com vistas ao esclarecimento para a ação estratégica mais bem esclarecida; pela consistência dos compromissos intelectuais e políticos dos quais se origina – a longa e coerente trajetória militante do autor; pelos métodos que adota – um marxismo “ortodoxo”, porque fiel aos clássicos, mas não dogmático, uma vez que aberto à pesquisa, ao debate, à crítica desses mesmos clássicos à luz da experiência e da reflexão contemporânea.

A obra se compõe de dez capítulos, sete dos quais são versões modificadas de partes da tese de doutorado do autor, defendida junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Zilda Iokoi. A mesma pesquisa que resultou na tese e neste livro, também alimentou o trabalho anterior do autor, “*As esquinas perigosas da História; situações revolucionárias em perspectiva marxista*”, publicado em 2004. Cabe destacar que o livro sai em co-edição entre a editora Xamã e a Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann – esta última responsável por recentes iniciativas editoriais de alta qualidade gráfica e grande importância política, como, por exemplo, a publicação da *História da Internacional Comunista*, em dois volumes, de Pierre Broué e a *História da Revolução Russa*, de Leon Trotsky.

Algumas questões já discutidas pelo autor em 2004 são retomadas agora, como, por exemplo, o problema da elaboração de uma escala de temporalidades adequada para a compreensão dos processos da revolução no século XX. Outro tema agora rediscutido é o da articulação entre revoluções políticas e sociais – sintetizado na metáfora *fevereiro/outubro*. Escolhemos, dentre o amplo leque de assuntos abordados pelo autor, debater alguns, à guisa de apresentação crítica da obra. Além das duas matérias já mencionadas, comentaremos sobre: o debate a respeito da teoria do colapso do capitalismo; a articulação entre reforma e revolução e, finalmente, a polêmica com a tese de Jacob Gorender, em *Marxismo sem utopia*, segundo a qual o proletariado comprovou-se uma classe ontologicamente reformista.

Na historiografia, as periodizações são recurso indispensável para a inteligibilidade do processo histórico. O tempo histórico não coincide com o cronológico, não é homogêneo e vazio, mas repleto de significados. Recorta-lo pressupõe critérios, referências, algum norte interpretativo. Um dos critérios aceitos é o da duração dos processos naturais, sociais e culturais, do qual se valeu o historiador francês Fernand Braudel quando, em 1958, formulou o modelo das durações curta (tempo dos acontecimentos), média (tempo das conjunturas) e longa (tempo das estruturas). A tradição marxista também se envolveu com a matéria, mas de forma diferente. Enquanto Braudel nos oferecia um modelo para se pensar o tempo histórico, lembrando que o tempo das estruturas seria o determinante, Valério nos lembra que a reflexão marxista seguiu dois eixos diferenciados: o da sucessão dos períodos de expansão econômica e crises do capitalismo e o dos processos estruturais de formação, apogeu e decadência do sistema. Se a prevalência do tempo das estruturas na determinação dos processos históricos foi, para Braudel, segundo a crítica de autores como François Dosse e José Carlos Reis, a base para a interpretação de uma história imóvel, a investigação sobre os tempos da história é, para os marxistas, uma tentativa de mapear o metabolismo do capitalismo e prever suas crises – logo, as possibilidades da transformação. A reflexão marxista não oferece tão somente critérios classificatórios, mas propõe uma interpretação sobre os ciclos econômicos e suas articulações com os sociais e políticos, de forma a permitir um grau de orientação mais seguro para a ação política. As dificuldades da empresa são dramáticas.

Valério defende e atualiza a tese de que vivemos, desde a Revolução Russa, uma época histórica de decadência do capitalismo e revolução social. O postulado marxiano continuaria vigente: o sistema do capital já não é capaz de acolher e dar desenvolvimento às forças produtivas – tendendo a tolhe-las e transforma-las em forças de destruição; por outro lado, entrou já em ação o sujeito histórico virtualmente capaz de revolucionar a ordem capitalista e construir novas formas de sociabilidade – a classe trabalhadora. Estaria,

portanto, segundo Marx e Engels, aberta, já no século XIX, uma *época revolucionária* – prognóstico, segundo Valério, correto quanto à perspectiva histórica, mas equivocado quanto ao tempo cronológico. Coube ao século XX a qualidade do “século mais revolucionário da história” – marcado que foi por cinco ondas revolucionárias, na visão do autor.

Em alguns momentos, Valério parece associar as escalas do tempo da revolução aos espaços geográficos. *Etapa* seria um conceito adequado para a análise dos fenômenos internacionais; *situação*, para operar em nível continental e *conjuntura*, no plano nacional (p. 104). Em outros momentos, sua reflexão parece trabalhar exclusivamente com a noção do tempo histórico-social, caracterizando as *épocas históricas* como “longos períodos em que se manifestam as condições mais estruturais de dominação das relações sociais capitalistas”; as *etapas políticas* como “fases concretas em que se objetivam as relações sociais e políticas de forças entre as classes e as relações entre os Estados no sistema internacional”. As *etapas* representariam um tempo médio, entre as *épocas* e as “situações e conjunturas nos prazos curtos” (p. 92). Embora a classificação rigorosa da lógica das *etapas*, *situações* e *crises* revolucionárias seja um tema espinhoso e talvez não resolvido, as conclusões mais gerais propostas por Valério são as seguintes: a *época revolucionária* aberta pela Revolução Russa não chegou ao fim. Entretanto, podem abrir-se *etapas* contra-revolucionárias breves em *épocas revolucionárias*. Os ciclos de recuperação ocorridos no pós guerra e na esteira da restauração capitalista na URSS tenderiam a ter curta duração.

O tema da relação *fevereiro-outubro* articula-se com a questão dos tempos e períodos da revolução no século XX. Valério emprega *fevereiro* como metáfora para revoluções políticas e *outubro* para revoluções sociais, tendo, obviamente, como referência a Revolução Russa de 1917. Os *fevereiros*, muito mais freqüentes, se voltam contra regimes políticos tirânicos, reúnem maiorias populares e setores dissidentes das classes dominantes, exigem um grau de organização política menor das classes exploradas e resolvem-se rapidamente. Os *outubros*, mais raros, se voltam contra todo o sistema de dominação e exploração, pressupondo uma crise estrutural do Estado e uma crise econômica do sistema, enfrentam a resistência das classes dominantes unificadas e dividem as classes exploradas, exigindo, para sua resolução, a intervenção de uma direção revolucionária. O interessante, na reflexão de Valério, é a proposição, “pinçada” de Engels, de que os “fevereiros” foram seguidos de “outubros”, desde a Comuna de Paris até a Revolução dos Cravos. Ou seja, o momento democrático das revoluções modernas tem sido sucedido pelo momento social, na maioria das vezes abortado por falta de organização adequada e de direção do sujeito social – a classe trabalhadora. Trata-se da recorrência da “revolução

em duas vagas”. Parece-me instigante a análise de que as revoluções políticas decorrem de crises e desatam forças sociais que não podem ser resolvidas inteiramente com a mudança dos regimes políticos – mas não me parece que isto nos autorize a caracterizar as revoluções políticas como revoluções sociais abortadas, como afirma Valério. *Fevereiro* desencadeia forças que podem chegar a *outubro* – embora tenham sido freqüentemente abortados - mas não é um *outubro* frustrado.

No capítulo “O capitalismo pode ter morte natural?”, Valério opõe-se aos intérpretes, como Rosa Luxemburgo, que cogitaram sobre a possibilidade de um colapso final do capitalismo, em decorrência da tendência à queda da taxa média de lucros. Argumenta o autor que “não há xeque-mate econômico na luta de classes”. Não há recessão ou depressão sem saída. A resolução da crise econômica se daria no plano sócio-político: pode a burguesia obrigar as classes exploradas a pagar o preço de novos “ajustes” e a aceitar novas formas de exploração? Lembra-nos Valério que “crises econômicas fermentam crises sociais, que podem ou não desembocar em crises revolucionárias”, verificando-se, portanto, uma “inversão de causalidades”: os fatores econômicos só se transformariam em causalidade de crise terminal do sistema quando gerassem outra ordem de causalidades: a dinâmica das ações sociais e políticas do sujeito revolucionário, a classe trabalhadora, com suas organizações e direções.

O tema da relação entre reforma e revolução é trabalhado por Valério em vários capítulos da obra. A meu ver, trata-se de uma das questões mais decisivas para a elaboração de uma estratégia socialista. Esta parece ter sido uma questão mal resolvida pelas esquerdas no século XX. Reformistas não lutaram conseqüentemente por reformas por temerem a revolução; revolucionários não lutaram conseqüentemente por reformas por temerem trair a revolução. Valério nos lembra que quando mudanças políticas e sociais se fazem necessárias, podem ocorrer pela via das reformas ou da revolução. A reforma pressupõe disposição das classes dominantes de ceder e capacidade das classes exploradas de se impor. As reformas parecem ser o método socialmente menos custoso da mudança social e, como lembra Valério, este é o horizonte imediato das mobilizações de massa: obter melhores salários, paz, pão e terra. A análise histórica, porém, sugere que as concessões substantivas das classes dominantes só se fazem mediante pressões sociais gigantescas. Como assevera Valério: “A investigação da história das revoluções revelou que só a luta com determinação revolucionária permitiu conquistar reformas e que revoluções ocorreram quando aquelas não foram possíveis” (p. 219). De fato, a experiência histórica vem sugerindo que as reformas – por exemplo, os direitos sociais garantidos pelo “Estado de bem estar” – são sempre provisórias enquanto a dinâmica do sistema sócio-econômico for regida pela lei da valorização do capital. O acervo de conquistas de uma geração de

trabalhadores corre o risco de sequer ser repassado à geração seguinte se a lógica do capital prevalecer. A revolução, portanto, decorre da necessidade de promover, preservar e aprofundar reformas. Não tenho certeza de que Valério tenha dito exatamente isto, mas creio ser uma possibilidade de reflexão que o debate aberto por seu texto permite.

Finalmente, cabe destacar a qualidade do debate empreendido com Jacob Gorender no capítulo “O protagonismo do proletariado e as revoluções do século XX”. À conclusão apresentada por Gorender, de um proletariado ontologicamente reformista, Valério opõe tanto as evidências dos processos revolucionários do século XX, como uma argumentação de historiador: apenas os processos históricos podem elucidar sobre o ser social de uma classe e a classe trabalhadora ainda existe e luta - portanto a última palavra não foi dada. Mais do que isto: o fato de que a consciência de classe, as organizações sindicais e políticas e as reivindicações imediatas do proletariado serem reformistas não significa que este é o limite intransponível de ação histórica desta classe. Afinal, a própria dinâmica da mobilização por reformas, a resistência das classes dominantes – enfim a luta de classes – pode mudar – e não faltam exemplos históricos confirmando esta hipótese – tanto as formas de consciência quanto as formas de organização e o comportamento do proletariado.

O marxismo de Valério é um marxismo principista, sem ecletismos, mas aberto ao debate, ao argumento contrário – especialmente se for inteligente. É um marxismo que não cultua personalidades nem repete catecismos. Sutil o bastante para distinguir determinações de determinismo, necessidade histórica de fatalismo, possibilidade de destino. Um convite à reflexão, ao estudo, ao debate e à ação.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Doutor USP. Professor da Faculdade Campo Limpo Paulista (Faccamp). E-mail: mlealpereira@terra.com.br

EXPLICANDO CHÁVEZ

Rita Casaro

MARINGONI, Gilberto *A Venezuela que se inventa – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Entender o atual processo político da Venezuela, ou ao menos observar os fatos com clareza, constitui desafio praticamente insuperável a quem quiser valer-se do que veicula a mídia comercial – seja a do próprio país, a das agências internacionais ou a chamada grande imprensa brasileira. Os menos treinados em desconfiar engolem a cantilena de que o presidente Hugo Chávez é uma ameaça à democracia e enfrenta forte oposição do seu próprio povo. Os menos ingênuos ficam com a incômoda impressão de que a história não é bem assim.

Afinal, o tenente-coronel já acumula um impressionante currículo de sobrevivência política – três paralisações, uma delas com dois meses de duração, convocadas com o objetivo de tirá-lo do poder, e um golpe de Estado. Atualmente, está vencendo mais uma queda-de-braço com a oposição, que tenta convocar um referendo e lhe encurtar o mandato. Desde que tomou posse, Chávez enfrenta o descontentamento da elite local, orquestrado pela *Fedecámaras* (Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela) e pela CTV (Central dos Trabalhadores da Venezuela). As TVs são um braço fundamental da coalizão antichavista. Tudo tem, é claro, as bênçãos do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

É de se perguntar: com tamanho poderio contra si, como resiste Chávez e quem o apóia? A resposta é dada pelo educador venezuelano Henry Nava, que participou das mobilizações populares pela volta do presidente em abril de 2002: “Somos a *chusma*, que causa repulsa nessa gente racista, defendendo Chávez, um tipo como nós. Os desempregados, os mendigos, o lumpesinato, todos os pobres deste país sabiam o que perderiam com o golpe.” A declaração, emocionante e esclarecedora, está no livro “A Venezuela que se inventa – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez”, do jornalista Gilberto Maringoni, lançado pela Fundação Perseu Abramo.

Resultado de quatro viagens feitas pelo autor ao país caribenho, dezenas de entrevistas e uma obcecada pesquisa sobre a história recente venezuelana, o trabalho é um bálsamo a quem se aflige com a desinformação. Declarado entusiasta da resistência ao neoliberalismo representada por Chávez, Maringoni dispensa a imparcialidade, mas se esmera na precisão e fidelidade aos fatos.

O livro tem início com uma instigante e comovente narrativa do 11 de abril de 2002, quando se deu o golpe de Estado – mais virtual que real –, as horas de incerteza que se seguiram e o esforço para furar o bloqueio dos principais meios de comunicação que transmitiam o que lhes convinha, não necessariamente a realidade.

“A Venezuela que se inventa”, contudo, vai além. Tem a virtude de lançar luz sobre o porquê da conturbada atualidade e desfaz inúmeros mitos criados acerca do país. Um deles, que tanto gostam de propagar os conservadores, seriam a prosperidade e a sólida tradição democrática mandadas às favas por Chávez. Após a ditadura de Pérez Jiménez, terminada em 1958 com a sua fuga para a República Dominicana, o país foi comandado por uma coligação partidária liderada pela AD (*Acción Democrática*) por 40 anos, até a eleição de Chávez pelo MVR (Movimento V República), em 1998. “Este grande acordo representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo. Além de abrigar os interesses das elites, visava amortecer os conflitos sociais (...). Clientelismo, fisiologismo e corrupção eram também as características de um tipo de dominação que reprimia duramente qualquer contestação mais consistente. (...) Enfim, foi criada na Venezuela a mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano”, ensina Maringoni.

Aqui fica claro o papel da dependência crônica dos “petrodólares”, responsáveis pelos períodos de bonança, mas insuficientes para garantir a solidez da economia venezuelana, totalmente a mercê da variação do preço internacional do produto.

Outra ilusão desfeita logo de saída é o suposto processo revolucionário que estaria sendo protagonizado por Chávez, que chegou a ser comparado ao chileno Salvador Allende. Considerado uma “ameaça à propriedade privada” e aos interesses dos Estados Unidos (como até o candidato do Partido Democrata, John Kerry, gosta de advertir), o presidente venezuelano tem sido para lá de comportado. Seu programa econômico refuta as tão temidas quebras de contrato ou calote na dívida e mantém a receita básica: medidas para aumentar a arrecadação fiscal e rechaço ao controle de preços e taxas de lucros.

No entanto, e isso não lhe perdoam os brancos e ricos, manteve a agenda social que beneficia a população pobre do país. A Lei da Terra, aprovada num pacote com outras 48 normas, foi o estopim do locaute ao qual foi convocada a sociedade civil – na Venezuela identificada com os setores médios e altos – em dezembro de 2001.

As elites também engolem a chamada Lei dos Hidrocarbúntes, segundo a qual deve se obter “uma apropriada vinculação do petróleo com a economia nacional, toda ela em função do bem-estar do povo”.

Como nem só na Venezuela são os interesses dos poderosos que ditam as regras, esse tipo de resistência tem contaminado a imagem do Governo Chávez mundo afora. Quem se dispuser a acompanhar o honesto e competente exercício de Maringoni na compreensão do que lá se passa tem ao menos duas garantias: boa leitura e a oportunidade de reflexão baseada em informação, não em preconceitos.

Recebido em Março/2008; aprovado em Maio/2008.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

REVISTA *Projeto História*.

Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP

1 - A revista Projeto História é temática e seus artigos, resenhas, traduções, entre vistas e pesquisas devem conter reflexões em tomo do tema proposto para cada número.

2 - Todos os textos enviados aos editores da revista Projeto História serão submetidos ao Conselho Editorial e a revista só aceitará trabalhos inéditos.

3 - Os **Artigos** e as **Traduções** devem conter em tomo de 25 (vinte e cinco) laudas e 70 (setenta) toques de 30 (trinta) linhas. As **Resenhas** devem conter 5 (cinco), as **Entrevistas** 15 (quinze) e as **Notícias de Pesquisa**, 10 (dez) laudas.

4 - Autores de artigos brasileiros deverão ter titulação de, no mínimo, doutoramento e quando estrangeiros, a titulação que corresponda a este nível.

5 - Os originais devem ser encaminhados em CD, Programa Word for Windows, com duas cópias impressas, ou por e-mail (histpos@pucsp.br) em nome da Revista Projeto História, caso em que receberá dos editores científicos, a informação do recebimento.

6 - As Traduções devem vir acompanhadas da respectiva autorização do autor do artigo traduzido. Textos em espanhol serão publicados nesta língua.

7 - Cada Artigo deve vir acompanhado de seu título, resumo e palavras chaves em português e inglês (abstract), com aproximadamente 100 palavras e título em inglês.

8 - Referências bibliográficas, no caso dos artigos, devem constar no texto (autor, data, página); notas de rodapé e bibliografia no final do texto (em ordem alfabética).

9 - **Referências bibliográficas, no caso das Notícias de Pesquisa, dispensam fonte e bibliografia, mas se o autor julgar imprescindível colocá-las, devem integrar o corpo do texto.**

10 - Na primeira página do artigo deve constar informação sucinta sobre a formação e filiação acadêmico-institucional do autor, em rodapé e indicação em asterisco.

11 - O livro resenhado, sendo nacional, deverá ter sido publicado no máximo até há 4 (quatro) anos; sendo estrangeiro, no máximo até há 5 (cinco) anos.

12 - Cada autor de Artigo, Tradução, Resenha, Entrevista e Notícia de Pesquisa, receberá 01 exemplar da Revista.

13 - Endereço para envio de trabalhos: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Comissão Editorial da Revista Projeto História. Rua Ministro Godói, 969 - ERBM (Edifício Reitor Bandeira de Mello) - 4º andar - sala 4B05 - SP, Capital, Cep 05015-000 -Telefax (55) (011) 3670-8511. Site: <http://www.pucsp/projetohistoria.br>

PROJETO HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA PUC-SP

Formulário para assinatura e aquisição de números avulsos

O valor da assinatura anual é de R\$ 60,00 e o valor do número avulso é de R\$ 30,00.

Envie seu pedido anexando comprovante de depósito a ser realizado no **Banco Bradesco**
- **Ag. 3394-4 - Conta Corrente 1506-7**, para o endereço abaixo:

Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP

PROJETO HISTÓRIA

Rua Monte Alegre, 984 - 4º andar - sala 4E08 - Bloco A - Perdizes

CEP 05014-901 - São Paulo - Brasil. Fone: (55) (11) 3670-8511

Nome

Endereço

Cep Cidade Estado

Fax E-mail

Assinatura

Indique abaixo opção desejada

Números disponíveis - 11, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 , 29, 30, 31, 32,
33, 34 e 35

Vide também no site: www.pucsp.br/projetohistoria

Assinatura Anual: Total

Cheque nº Agência Banco

PRÓXIMOS NÚMEROS

Nº 37 - *História e religiões* - julho a dezembro de 2008

- Prazo para entrega de textos: outubro de 2008

Nº 38 - *Violência e poder I* - janeiro a junho de 2009

- Prazo para entrega de textos: maio de 2009

Nº 39 - *Violência e poder II* - julho a dezembro de 2009

- Prazo para entrega de textos: outubro de 2009